



ANUÁRIO
COLÓQUIOS DA
LUSOFONIA
ANO 2013
ESTUDOS LUSÓFONOS
LÍNGUA E LITERATURA

EDIÇÃO AICL/CHRYS CHRYSTELLO ©2001-2016

PROJETO DO ANUÁRIO/ ANTOLOGIA DOS COLÓQUIOS

Dentre as conclusões do 13º colóquio da lusofonia (Florianópolis 5-9 abril 2010) salienta-se a 22ª:

Malaca Casteleiro sugeriu que em cooperação com a Academia Brasileira de Letras, Academia Galega da Língua Portuguesa, Universidades, Politécnicos e outras instituições se valorizem as publicações de trabalhos das Atas/Anais, fazendo-se um/a Anuário/Antologia em edição conjunta para diversos países e regiões em formato de papel, selecionadas por um júri científico a nomear. Analisada esta proposta e dadas as muitas centenas de trabalhos apresentados ao longo destes anos e constantes das Atas/Anais, sugeriu-se o seguinte:

1º. Nomear Evanildo Bechara, Malaca Casteleiro e Ângelo Cristóvão representando as três Academias, para o júri científico que irá analisar as obras a publicar em Anuário/Antologia.

2º. A fim de evitar trabalho excessivo por parte dos membros do júri, o Presidente da Comissão Executiva, com o apoio dos escritores Cristóvão de Aguiar e Vasco Pereira da Costa fez uma seleção prévia das mais de 600 apresentações de trabalhos para enviar ao júri, que deliberou quais as obras merecedoras de constarem, pelo seu valor científico e outros, na referida Antologia/Anuário.

3º. Designa-se como editor da obra a Calendário das Letras (Francisco Madruga) que preparará a edição em escrita unificada de acordo com o 2º protocolo modificativo do Acordo ortográfico.

4º. O custo da edição será suportado pelas entidades que assinaram protocolos com os colóquios mais a Academia Brasileira de Letras e a Academia Galega da Língua Portuguesa, sendo uma edição conjunta dos Colóquios da Lusofonia com a chancela daquelas duas Academias.

5º. A edição e distribuição no Brasil poderiam ser efetuadas pela própria Academia Brasileira a fim de evitar custos de transporte.

6º. A distribuição em Portugal e Galiza da obra editada ficaria a cargo da editora e das entidades com as quais os Colóquios têm convénio de cooperação, as quais teriam o respetivo crédito na capa/contracapa da obra.

7º. A obra seria publicamente divulgada num dos próximos colóquios

8º. Considerando a dificuldade de estabelecer uma metodologia capaz de selecionar entre mais de seiscentas obras apresentadas desde o 1º ao 13º colóquio para constarem da publicação do Anuário/antologia representativo da variada gama de temas e subtemas em discussão ao longo dos anos decidiu-se:

a. Excluir da pré-seleção de 132 trabalhos todas as obras que foram objeto de publicação em Atas/Anais na forma de livro.

b. Incluir apenas as que ainda não haviam sido publicadas em Atas/Anais na forma de livro

c. Foram critérios primários de seleção a escolha de obras que pudessem refletir a variedade de temas em debate e a orientação geral dos colóquios da lusofonia relativamente a TRADUÇÃO, LÍNGUA PORTUGUESA NA GALIZA, ACORDO ORTOGRÁFICO 1990, QUESTÕES E RAÍZES DA LUSOFONIA, AÇORIANIDADES E INSULARIDADES, AUTORES AÇORIANOS, LÍNGUA PORTUGUESA NO MUNDO E SEU RELACIONAMENTO COM CRIoulos E OUTROS IDIOMAS

d. Nenhum autor poderia ter mais do que um trabalho na seleção final

e. Os temas apresentados teriam de ser inovadores ou revelar facetas menos conhecidas e divulgadas dos temas que debatiam nos anos em que não se publicaram atas em livro.

f. Cada colóquio teria de ter, pelo menos, uma obra selecionada entre as que foram apresentadas

g. Os temas apresentados deveriam poder servir para divulgar o caráter abrangente das nossas temáticas e das nossas preocupações com a preservação e fortalecimento da língua portuguesa falada e trabalhada em todos os pontos do mundo, independentemente de ser língua oficial desses países ou comunidades

h. Findo este processo escolheram-se 25 autores e obras para publicar numa versão em papel do Anuário/Antologia, que propusemos às 3 Academias da Língua Portuguesa.

9º. Posteriormente e dados os custos elevados da edição a direção da AICL decidiu não publicar e colocar duas versões em linha no portal www.lusofonias.net, uma completa e outra, uma edição reduzida com as obras selecionadas que era a versão que se queria editar em papel. Em 2016 decidimos colocar ANUÁRIOS organizados por ano. Esta é a versão completa do ano de 2013.

O Presidente da Direção - AICL, Colóquios da Lusofonia,
J. CHRYS CHRYSTELLO

ÍNDICE DOS COLÓQUIOS 19 E 20 - 2013

ÍNDICE XIX COLÓQUIO DA LUSOFONIA AICL, MAIA, São Miguel, Açores,

14-17 março 2013 ISBN: 978-989-8607-01-0

	NOME	TRABALHO	Instituição/País/Região	TEMA
1.	Álamo Oliveira	ADELAIDE FREITAS	ESCRITOR HOMENAGEADO TERCEIRA, AÇORES	1
2.	Ana Isabel Soares	TRADUÇÃO PARA LÍNGUA PORTUGUESA DA EPOPEIA FINLANDESA KALEVALA	Adjunta, Conselho Diretivo CAMÕES ICL, PT	4
3.	André Crim Valente	Criatividade Lexical Na Mídia E Na Literatura: Neologismos Inusitados	Professor Adjunto Língua Portuguesa Uerj Brasil	3.4
4.	Chrys Chrystello	HOMENAGEM A ÁLAMO OLIVEIRA	AICL AUSTRÁLIA	5
5.	Concha Rousia	GALIZA NA POESIA DE CHRYS CHRYPELLO / SESSÃO DAS ACADEMIAS	AGLP GALIZA	3.2
6.	Edleise Mendes	DESAFIOS E PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS PARA O ENSINO DE PORTUGUÊS LE/L2 COMO LÍNGUA DE CULTURA(S)	SIPLE/UNIV FEDERAL DA BAHIA BRASIL	3.6
7.	Evanildo Bechara	SESSÃO DAS ACADEMIAS	ABL/ RJ, BRASIL	3.1
8.	Gilvan M. Oliveira	DO AO 1990 À GEOPOLÍTICA INTERNACIONAL DA LÍNGUA PORTUGUESA NO SÉC. XXI	DIRETOR EXECUTIVO IILP CPLP/CABO VERDE – BRASIL	3.1
9.	Helena Anacleto- Matias	SOBREVOANDO A ILHA MÁTRIA DE NATÁLIA CORREIA – UMA PANORÂMICA	ISCAP/IPP PORTO PT	1
10.	Helena Chrystello	APRESENTA ANTOLOGIA AUTORES AÇORIANOS CONTEMPORÂNEOS	AICL/ Eb 2,3 MAIA AÇORES	3.9 0
11.	João Malaca Casteleiro	ACHEGAS AO AO 1990: SERÃO POSSÍVEIS ALTERAÇÕES NA DUPLA GRAFIA PARA UMA UNIFICAÇÃO MAIS COMPLETA DA ORTOGRAFIA?	UNIV LISBOA PT	3.1
12.	Katharine F. Baker	TRADUZIR “BERKELEY” E “SÃO FRANCISCO” DE ÁLAMO OLIVEIRA	U. PITTSBURGH PENNSILVÂNIA EUA	5
13.	Laura Areias	OS ANSEIOS DAS INSULANAS	CLEPUL, U LISBOA PT	1
14.	Luciano Pereira	A VALORIZAÇÃO DO TRABALHO NO CONTEXTO DO ENSINO DA LÍNGUA E CULTURA PORTUGUESA	ESE/INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL PT	3.6
15.	Luís Mascarenhas Gaivão	OS CAMINHOS DO SUL: AS TRANSCULTURAÇÕES NA LITERATURA ANGOLANA E NA OBRA DE MANUEL RUI.	FEUC/UNIV COIMBRA, PT	3.1
16.	Manuel J Silva	O POETA DO BANCO VERDE - HOMENAGEM A ÁLAMO OLIVEIRA	UNIV DO MINHO BRAGA PT	5
17.	Mª Rosário Girão	O POETA DO BANCO VERDE - HOMENAGEM A ÁLAMO OLIVEIRA	UNIV DO MINHO BRAGA PT	5
18.	Perpétua Santos Silva	RACIONALIDADE E AFETOS NA RELAÇÃO COM A LÍNGUA PORTUGUESA EM MACAU	CIES-IUL E ESE/IPS SANTARÉM PT	3.2
19.	Raul Leal Gaião	AÇORIANOS EM MACAU: D. JAIME GARCIA GOULART – DO PICO A MACAU, DE MACAU A TIMOR	LISBOA, PT	3.8
20.	Rolf Kemmler 1	NOTAS SOBRE A PERCEÇÃO DOS AÇORES NO MUNDO ANGLÓFONO NOVECENTISTA II: JOHN WHITE WEBSTER E A DESCRIPTION OF THE ISLAND OF ST. MICHAEL (1821)	CEL/UTAD VILA REAL/ALEMANHA	3.9
21.	Rolf Kemmler 2	LUÍS GAIVÃO, EÇA DE QUEIROZ E AS AVENTURAS DE UM ADIDO CULTURAL NO LUXEMBURGO	CEL/UTAD VILA REAL/ALEMANHA	3.2.
22.	Vilca Merízio	ESCRITORES POR DESCOBRIR	UFSC/STA CATARINA BRASIL	3.9
23.	Ximenes Belo (D. Carlos Filipe)	BISPOS AÇORIANOS EM MACAU E MISSIONÁRIOS AÇORIANOS EM TIMOR	CONVIDADO, PRÉMIO NOBEL PAZ 1996 TIMOR-LESTE	3.8

ÍNDICE XX COLÓQUIO DA LUSOFONIA SEIA outubro 2013 ISBN: 978-989-

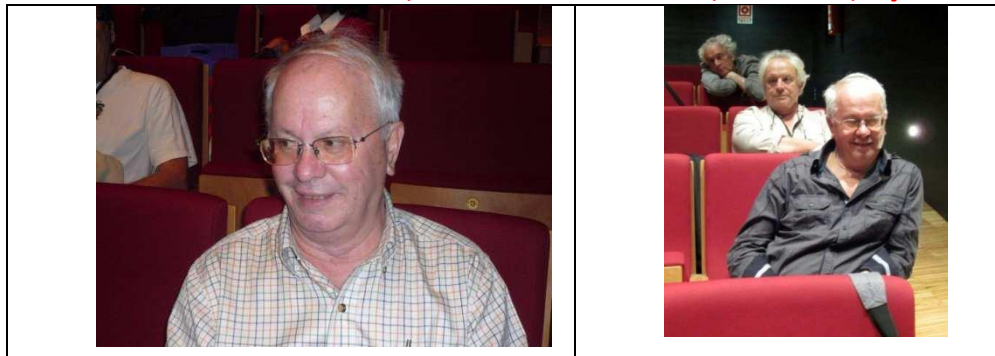
8607-02-7

1.	Afonso Teixeira Filho	Universidade S. Paulo, Brasil	Os Lusíadas Em Mirandês	1.11
2.	Álamo Oliveira	Escritor Convidado, Terceira, Açores	Madalena Férin	2.2
3.	Alexandre Luís	Univ Beira Interior	O Reforço Da Imagem Da Portugalidade Pelo Estado Novo: A Cartada Lusotropicalista	1.11
4.	Carla Luís	Univ Beira Interior	O Reforço Da Imagem Da Portugalidade Pelo Estado Novo: A Cartada Lusotropicalista	
5.	Anabela Sardo	Instituto Politécnico Da Guarda	<i>Escritores Da Madeira E Dos Açores No Projeto "Horizontes Insulares": Por Isso Voltarei De Carlos Alberto Machado E Os Monstros De Ana Teresa Pereira</i>	.3
6.	Anabela Sardo	Instituto Politécnico Da Guarda	<i>Cinco Dias, Cinco Noites (Manuel Tiago / Álvaro Cunhal): A Literatura "Comprometida" Como Forma Superior De Ser E Entender O Mundo</i>	.3
7.	Chrys Chrystello	AICL	Literatura E Açorianidade, Álamo Oliveira	2.1
8.	Concha Rousia	AGLP Academia Galega Da L P	(Painel Das Academias)	1.10
9.	Elisa Branquinho	Instituto Politécnico Da Guarda E Es Seia	<i>Cinco Dias, Cinco Noites (Manuel Tiago / Álvaro Cunhal): A Literatura "Comprometida" Como Forma Superior De Ser E Entender O Mundo</i>	
10.	Evanildo Bechara	SESSÃO DAS ACADEMIAS	ABL/ RJ, BRASIL	3.1
11.	Isa Severino	Instituto Politécnico Da Guarda	Florbela Da Confissão Do Diário À Reinvenção De Si	1.3
12.	João Malaca Casteleiro	Academia Das Ciências De Lisboa	(Painel Das Academias) Da Minha Língua Vê-Se O Mar – Vergílio Ferreira	1.10
13.	José Lopes Moreira Filho	Universidade São Paulo, Brasil	Extração De Palavras-Chave Em Textos De Língua Portuguesa Para Criação Automática De Atividades De Leitura	1.9
14.	Judite Jorge - ausente	Escritora, Pico, Açores	Prémio Açorianidade	
15.	Luciano Pereira	Instituto Politécnico De Setúbal	Contributos Mitríacos No Culto Do Divino Espírito Santo E Algumas Das Suas Expressões Na Literatura Tradicional	1.3
16.	Luís Mascarenhas Gaivão	Universidade De Coimbra	Língua Portuguesa: De Colonial, Global E Transcultural A Localizada, Do Sul E Com Crescente Valor Económico	1.1
17.	Luísa Ribeiro	Escritora, Terceira, Açores	Caderno De Caligraphia E Outros Poemas A Marga	2.1
18.	Mª Helena Ançã Com Tatiana Guzeva	Universidade De Aveiro	Língua Portuguesa E Lusofonia: Na Voz De Universitários Portugueses E Brasileiros	1.6
19.	Mª Zélia Borges	Universidade Mackenzie	Cada Terra Com Seu Uso, Cada Roca Com Seu Fuso	1.8
20.	Mário Meleiro	Instituto Politº. Da Guarda	Antedatações Ao Dicionário Houaiss Da Língua Portuguesa	1.1

21.	Neide Ferreira Gaspar	Universidade De São Paulo, Brasil	Reflexões Sobre Termos Culturalmente Marcados Em Duas Traduções Para O Francês De <i>Gabriela, Cravo E Canela</i>	3
22.	Norberto Ávila	Escritor, Terceira, Açores	Dois Irmãos Gémeos De Santa Comba E Outras Histórias	2.1
23.	Perpétua Santos Silva	CIES-IUL	Língua Portuguesa No Espaço Jurídico De Macau	1.8
24.	Raul Gaião	Colaborador Do Dicionário Academia Ciências E Houaiss Língua Portuguesa	D. José, Da Costa Nunes: O Missionário Do Oriente - Evangelização E Aprendizagem De Línguas	2.3
25.	Raul Gaião	Idem	Cozinhaçam Di Macau E Língua Maquista	1.8
26.	Rolf Kemmler	UTAD (Univ De Trás-os-Montes E Alto Douro)	Notas sobre A Perceção Dos Açores No Mundo Anglófono Novecentista Iii: Edward Boid E <i>A Description Of The Island Of St. Michael</i> (1835)	2.4
27.	Simona Vermeire	Universidade Do Minho	Devir Genético E Desvio Geográfico Da Jangada Ibérica	1.1
28.	Tatiana Guzeva E Helena Ançã	Universidade De Aveiro	Língua Portuguesa No Ciberespaço: Difusão, Crescimento E Valores	1.9
29.	Zaida Ferreira	Instituto Politécnico Da Guarda	<i>Cinco Dias, Cinco Noites</i> (Manuel Tiago / Álvaro Cunhal): <i>A Literatura "Comprometida" Como Forma Superior De Ser E Entender O Mundo</i>	
30.	Zilda Zapparoli	Universidade De São Paulo, Brasil	Unidade Na Diversidade: A Língua Oral Do Português Variante Brasileira	1.4

Trabalhos apresentados 19º colóquio Maia 2013 ISBN: 978-989-8607-02-7

1. ÁLAMO OLIVEIRA, ESCRITOR CONVIDADO, TERCEIRA, AÇORES



ÁLAMO OLIVEIRA (José Henrique do)

TEMA 1. ADELAIDE FREITAS – A GRANDEZA DE UM SORRISO POR DENTRO DA VIDA ÁLAMO OLIVEIRA, ESCRITOR AÇORIANO

Adelaide Freitas é um dos nomes mais significativos da literatura açoriana. No conjunto das escritoras naturais dos Açores, ela é uma das nossas melhores referências. Urge reler a sua obra. Bem sei que outros nomes (de mulheres e de homens) permanecem no limbo literário do nosso esquecimento. Por isso, entre outras razões para esta evocação, está a de ela ser, simplesmente, uma escritora brilhante.

A atenção centrou-se no tema sugerido pela organização: escritoras açorianas. Na lista de temas apontados para este encontro da lusofonia, não me pareceu haver a preocupação de se querer exorcizar silêncios nem de se estabelecer qualquer critério de análise de coloração machista. Apesar da referência concreta a «mulheres escritoras», senti-me à vontade para optar, não por um trabalho com pretensões ensaísticas, mas por um pequeno exercício sobre a ineficácia da memória quando deixada sob a influência do que fazem prevalecer sobre o nosso quotidiano. Por mais preparada que a consciência individual e a coletiva estejam para enfrentar o turbilhão social que todos os dias aflige a sociedade, sempre se nos apagam as prioridades que se diriam essenciais para a nossa sobrevivência sociocultural.

Com a barriga não se brinca e a escrita não dá pão, mesmo quando esta acontece por parte de quem tem a generosidade de deixar expressas orientações apaziguadoras dos conflitos que nos afligem. Sei que é muito discutível a função redentora da escrita e, por isso, salto fora de qualquer rito oficioso que provoque quem quer que seja. Volto às escritoras açorianas e fico-me por uma delas.

De entre as mulheres que se destacam no espaço literário açoriano, Adelaide Freitas ocupa um lugar singular. Essa singularidade enforma-se de circunstâncias diversas, sendo de relevar os propósitos que a levam a fazer da escrita uma espécie de manual de solidariedade. Ouso lembrar os primeiros encontros, em que eu olhava para uma mulher bonita, que sorria como se o Mundo fosse do tamanho do seu coração. Fomo-nos encontrando de acontecimento a acontecimento e ela foi-me prendendo com as suas comunicações – comunicações essas que ora eram de conteúdo especificamente literário ora de cariz sociocultural, mais os serões de amena, mas nunca gratuita, conversa. Sempre me surpreendeu a transparência do seu pensamento, a sua capacidade de análise e a sua

incomensurável sensibilidade para tratar de assuntos que exigiam cuidados aflitivos de aproximação, os quais sempre deram azo a soluções justas e atempadas.

Adelaide Freitas – ainda Adelaide Baptista – somou textos sobre textos e foi-os reunindo com propósitos de publicação, cumprindo assim a função pedagógica da partilha, situada em vários contextos como, por exemplo, agente do ensino universitário na área das Literaturas, tendo sido Diretora do Departamento de Línguas e Literaturas Modernas. Foi também, durante cinco anos, Presidente do Instituto de Ação Social, cargo que exerceu com enorme sentido de solidariedade. É deste tempo a publicação de um conjunto de textos, sob o título de *Regresso a Casa: uma Proposta de Intervenção Social*. Trata-se de uma espécie de manual onde se define e se esclarece que os serviços sociais só existem porque não se é capaz de proporcionar igualdade de oportunidades a cada um dos membros da comunidade.

Dos títulos que melhor divulgam a personalidade intelectual de Adelaide Freitas está o ensaio que constituiu a sua tese de Doutoramento: *Moby Dick a ilha e o mar – Metáforas do caráter do Povo Americano* – uma brilhante abordagem sobre uma obra emblemática da Literatura norte-americana, e onde os Açores surgem em apontamentos socioculturais e cenográficos num tempo de desejada emigração. A nível de ensaios especificamente literários, relembrem-se as suas vastas aproximações à escrita de autores açorianos, com destaque para a obra de João de Melo. São dois volumes que vão continuar a merecer a nossa atenção. Dois títulos com poesia e um texto de prosa poética para um álbum sobre o concelho do Nordeste enriquecem também a sua bibliografia.

No entanto, Adelaide Freitas voltou a surpreender com a publicação do romance *Sorriso por Dentro da Noite* – um romance que não passou despercebido aos leitores mais atentos, sendo muitos os que, então, opinaram, de forma crítica, sobre ele.

Na verdade, não se pode ignorar um romance sobre o qual Luiz Antônio Assis Brasil escreveu: «muito poderia ser dito (...) sobre seu estilo densamente metafórico e imagético, é possível afirmar que estamos ante um romance de emigração, a somar-se a uma vertente ainda ativa na literatura praticada por escritores açorianos, mas é uma inclusão meramente conceitual e categorizadora, pois se trata de uma obra que, de certo modo, renova esse viés literário trazendo-nos a experiência dos que ficam, entes tão sofredores e perplexos como os que partem.» Por sua vez, Daniel de Sá sentenciou: «Esta é a história dos «emigrados» que ficam, aqueles que partem sem sair da ilha, porque vai o melhor deles com quem lhes leva as memórias e os sentimentos, falando todos a mesma voz, numa espécie de discurso indireto na primeira pessoa, o que não quebra o ritmo da leitura, o turbilhão das ideias».

Sorriso por Dentro da Noite é, na verdade, um livro de releituras, porque, na sua trama estrutural, há como que um mar de propostas de entendimentos que nos conduz para opções diversas, para diferentes estados emocionais e até para conclusões interpretativas plurissignificantes. Em cada leitura caberá sempre um olhar outro e as personagens, que Adelaide Freitas vai pacientemente construindo ao longo da sua narrativa, continuando as mesmas, deixam, ao leitor, como que uma espécie de liberdade para a reinvenção ou para adendar pormenores de caracterização. Escrevi em 2004 que «A compreensão da nossa história social terá que passar (pela leitura) deste livro.» Estamos perante um romance que marca, positivamente, uma época literária nossa.

Os Açores contam com um número considerável de escritoras. Algumas delas fazem parte da lista obrigada de nomes a que a História da Literatura Portuguesa está sujeita, embora fique por perceber as razões a que a nossa memória recorre para fazer desaparecer e reaparecer, numa oscilação de maré continuada, alguns dos nomes que, nem temporariamente, deviam submergir. Continuamos sujeitos a modas, a aniversários que nos dão jeito, a espalhafatos celebrativos que se esgotam na sessão solene e que prestigiam os promotores mais do que os homenageados.

Adelaide Freitas está no limbo da memória coletiva. E não está sozinha. Tem a companhia de muitos outros, desaparecidos ou não e que estão à espera de nada. No entanto, nem ela, nem os seus livros merecem tamanho silêncio. Infelizmente, ela não voltará a surpreender-nos através da escrita. Mas surpreender-nos-á sempre através dos livros publicados, pois em cada ensaio de tema social ou literário ficou a sua inteligência, o seu poder analítico, a sua capacidade de convencimento, os seus saberes de âmbito universalista. A sua poesia deixa transparente a enormidade do seu coração, como Penélope que espera fazer um Mundo melhor, utilizando o tear onde as suas palavras se urdem com os fios preclaros dos afetos. Depois, vem o livro que a faz autora de um só romance. Cabem, então, os adjetivos mais laudatórios e o leitor, mesmo o distraído, entende que está perante uma grande escritora.

Bem sei que outros nomes (de mulheres e de homens) permanecem no limbo literário do esquecimento. O nome de Adelaide Freitas impôs-se-me por muitas razões. A mais forte de todas: a amizade que nos irmanou desde sempre; a maior de todas: ela ser uma brilhante escritora açoriana da Língua portuguesa; a mais sublime: a de ela ser um sorriso por dentro da vida.

Álamo Oliveira, Raminho, janeiro de 2013

2. ANA ISABEL SOARES, ADJUNTA DO CONSELHO DIRETIVO DO CAMÕES EM REPRESENTAÇÃO DE ANA PAULA LABORINHO, PRESIDENTE DO CAMÕES, INSTITUTO DA COOPERAÇÃO E LÍNGUA



ANA ISABEL SOARES, Universidade do Algarve

ana.soares@gmail.com

[TEMA 4 TRADUÇÃO PARA LÍNGUA PORTUGUESA DA EPOPEIA FINLANDESA KALEVALA - BREVES NOTAS DE UMA TRADUÇÃO ANA ISABEL SOARES EM REPRESENTAÇÃO DE ANA PAULA LABORINHO, PRESIDENTE DO CAMÕES, INSTITUTO DA COOPERAÇÃO E DA LÍNGUA](#)

O poema épico *Kalevala* resulta de uma recolha de canções, fórmulas e histórias da tradição oral da zona da Carélia, atual sudeste da Finlândia e sudoeste da Rússia, feita pelo médico Elias Lönnrot. Entre 1833 e 1849 Lönnrot

apresentou versões sucessivas da epopeia, que tem sido traduzida em todo o mundo, para mais de cinquenta línguas. A primeira versão em língua portuguesa, do texto integral e feita diretamente a partir do original finlandês, foi encomendada a Portugal pela presidente Tarja Halonen, em 2001. Sai a lume em 2013, na editora Dom Quixote, com ilustrações de Rogério Ribeiro e profusamente documentada com notas explicativas e vários paratextos.

É a distância linguística, cultural, mas também espacial e temporal, entre a epopeia que Lönnrot fixou e esta tradução portuguesa que dita a necessidade de acrescentar dados explicativos. Entre as duas línguas detetam-se diferenças que o processo de tradução tenta, com esforço, ultrapassar. O facto de se tratar de um texto em verso adensa as dificuldades. Apesar de tudo, o processo de tradução revelou identidades, proximidades e quantas vezes semelhanças entre as narrativas numa língua de raiz latina e as histórias registadas numa outra, exterior ao paradigma indo-europeu.

Proponho ilustrar a revelação simultânea das semelhanças e das dissimilaridades, numa comunicação que dará igualmente conta das vicissitudes de traduzir um texto literário.

Quando conheci a Merja de Mattos-Parreira, num Curso Intensivo do ERASMUS, na Bélgica, em março de 1994, tinha saído havia pouco tempo, na Relógio d'Água, uma coleção de contos de Rosa Lixsom – *Os paraísos do caminho vazio e outros contos*, que ela traduzira com a Marta Dias, a mesma Marta Dias que enveredou, nessa altura e em definitivo, pela carreira na música. Como se viu sem parceira de tradução, a Merja perguntou-me se eu estaria interessada em traduzir com ela outros textos finlandeses. Queria continuar esse trabalho, mas não sentia segurança no seu domínio do português para se abalançar sozinha em traduções literárias. Éramos alunas da mesma Faculdade, em Lisboa, tínhamos o mesmo interesse pela literatura nova e distante e queríamos dá-la a conhecer em Portugal. Eu, porque pouco sabia daquela cultura e daquelas letras; a Merja, porque, tendo decidido viver em Portugal, mas sendo finlandesa, se empenhava em trazer para o seu país de eleição um pouco do país natal.

Foi logo nesse ano começamos a traduzir a novela *Suomies*, de Jyrki Kiiskinen, escritor e editor que tinha ganho com o livro o prémio literário nacional (na Finlândia) de 1994. O labora da tradução, em que descobríamos cada vez mais curiosidade e gosto, não era, no entanto, a nossa principal ocupação. Ocupava-nos, sim, além das aulas e da investigação que, enquanto docentes na Universidade do Algarve, desenvolvíamos. No verão de 96, numa temporada breve em Helsínquia, viemos a terminar de traduzir, com a ajuda do autor (que conhece a língua castelhana), *Suomies*. O livro (uma história entre o policial e o romance existencialista, de escrita com múltiplas vozes narradoras, a que chamamos *O Homem do Pântano: Uma História Finlandesa*) foi proposto a um editor, que não chegou nunca a responder à nossa proposta – razão pela qual a retirámos, por considerarmos que não fazia sentido pressionar a editora para uma conclusão que claramente não desejava.

Nos anos seguintes, dediquei-me a aprender a língua finlandesa – primeiro com aulas particulares, com a Merja, com base em manuais e gramáticas de finlandês, e mais tarde em cursos de verão na Finlândia, através de temporadas de imersão absoluta, das quais saía sempre um pouco mais proficiente e segura do contributo que poderia dar às traduções conjuntas. Mas foi esse também o período em que quer eu quer a Merja estivemos envolvidas nos nossos projetos de doutoramento. Isto significou, para mim, que a aprendizagem de uma língua nova - distante, diferente, estranha em muitos aspetos – era um desafio e um estímulo permanente. Permitia-me o alívio da concentração na pesquisa e na tese, e dava-me o exercício que me mantinha o raciocínio em forma. Aprender

finlandês fazia-me conhecer também melhor os hábitos, as tradições, os autores, poetas e músicos, coreógrafos de dança e encenadores de teatro, escultores e galeristas daquela cultura. A cada minha visita lá, ia-me encantando mais cada cidade, cada igreja, cada museu, cada casa particular. E o que ia descobrindo aumentava em mim a curiosidade pelo que ainda não sabia.

No começo do verão de 2001, fomos convidadas a colaborar, como tradutoras, na oficina de tradução “Poetas em Mateus” – traduzimos poemas de Pentti Holappa (um grande poeta, de que há dois ou três poemas publicados em Portugal, em coletâneas dispersas, e que também considero lamentável não ser mais conhecido) e de Timo Sinnemaa (um poeta que considerei menor). A experiência da tradução de poemas, num tempo concentrado e com o objetivo muito concreto de dar aos versos forma para que viessem a ser trabalhados por um grupo de poetas portugueses, foi das mais enriquecedoras em que alguma vez participei – ajudou o ambiente do solar de Mateus, onde entrámos numa noite e de onde só saímos, sem darmos conta de que o mundo fora continuava a girar, uma semana depois. Sentávamo-nos de manhã cedo, já cumprido o jejum, e só deixávamos a mesa de trabalho noite cerrada, quantas vezes depois de passar o caseiro e nos cochichar da janela, com receio de nos incomodar o ofício, se ainda demoraríamos, que passava da meia-noite e queria soltar os cães. Durante o dia passavam os poetas tempo connosco, burilavam um verso, uma palavra, sentavam-se ao piano e testavam a harmonia das sílabas. Os poetas, isto é, os dois autores finlandeses e os *refazedores* portugueses. Holappa, que teria na altura uns 84 anos e já então vivia parte do tempo em França, sentou-se muitas vezes connosco a perguntar-nos da tradução e a dar-nos sugestões, ou a contar-nos como chegara a um certo poema, a um certo verso. Dos outros – Jorge Velhote, José Emílio Nelson, Laureano Silveira, Pedro Mexia – vinha a alegria que traziam, e com que soltavam uma vez e outra uma linha mais presa dos nossos olhos cansados. Não sei de terem sido publicados nenhuns dos poemas que resultaram daquela oficina, e isso lamento.

Nesse ano ainda (acabava o ano, seria 29 ou 30 de dezembro), o então embaixador da Finlândia em Lisboa, Esko Kiuru, chamou a Merja à Embaixada para saber se estaria interessada em traduzir para português a epopeia finlandesa, *Kalevala*. Tratava-se de uma iniciativa oficial do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Finlândia, no âmbito de um acordo cultural entre os presidentes dos dois países, na altura Jorge Sampaio e Tarja Halonen: Portugal traduziria o *Kalevala* e a Finlândia *Os Lusíadas*. Era um desafio e tanto, e a Merja não quis aventurar-se sozinha: convidou-me para o trabalho em conjunto e a partir daí começamos a planear e a estruturar a tradução. Reunimos primeiro com a SKS (Suomalaisen Kirjallisuuden Seura), a Sociedade Finlandesa de Literatura, que nos guiou por uma imensa bibliografia e iconografia relacionada com a epopeia, e que viria a assegurar, ao longo dos anos que a empreitada durou, todo o apoio bibliográfico de que precisamos, assim como temporadas de pesquisa local, na Carélia, região de origem dos poemas compilados no épico a que Elias Lönnrot deu forma; encetamos contactos, juntamos não só estudos sobre o texto e a sua história, mas também inúmeros dicionários e glossários específicos, enciclopédias de mitologia e traduções publicadas noutras línguas. Quando demos conta, antes mesmo de traduzir o primeiro verso, tínhamos connosco três versões em inglês, duas francesas e duas alemãs, duas espanholas, uma catalã e mesmo uma *Kalevala* latina - além de termos tido encontros com alguns dos tradutores e investigadores cujo estudo se centrava na epopeia. Juntamos ainda discos, álbuns de imagens, um conjunto de materiais que nos dava conta da relevância cultural e contemporânea da obra na Finlândia dos nossos dias. Decidimos tomar como texto base a edição oficial usada nas escolas na Finlândia, aquela que Lönnrot considerou a definitiva, em 1849.

Numa apresentação breve, diga-se que o poema resultou de uma recolha de Elias Lönnrot de canções, fórmulas e histórias da tradição oral da zona da Carélia (atual sudeste da Finlândia e sudoeste da Rússia). Uma primeira versão desta recolha foi apresentada pela primeira vez em 1833. Dezasseis anos depois, o poema foi revisto e publicada a terceira versão definitiva – *Kalevala* de 1849. As várias cantigas ou composições que o constituem podem ser agrupados de seguinte maneira: poesia dos mitos ou cosmogonias; poesia xamã, em que os heróis principais são sábios e feiticeiros com ligações com o mundo do além; poemas de aventuras, cujo assunto são as viagens que os heróis empreendem para pilhar ou procurar noiva; os poemas de fantasia, protagonizados por seres fantásticos; e os da época medieval (a mais recente camada temporal do *Kalevala*), as baladas e a poesia guerreira histórica.

A nossa tradução viria a ser iniciada em setembro de 2003. O método era o que já nos era habitual: frente a frente na mesma mesa do gabinete do Centro de Estudos Ataíde Oliveira, então no edifício da Biblioteca principal da Universidade do Algarve. Trabalhávamos um mínimo de duas tardes por semana, em muitas semanas tomávamos três tardes, por vezes quatro. Sempre ao ritmo intenso de olhar com grande cuidado cada verso, cada canto (que a obra tem 50), cada episódio, cada personagem, cada referência a pássaro ou bicho de terra ou de água, a cada planta ou pedra. As muitas dúvidas que se levantavam íamos tentando esclarecer através de contactos com biólogos, zoólogos, geólogos, etnólogos...

Durante a preparação da primeira versão, não cuidamos primordialmente do estilo (embora essa preocupação decorresse, quase naturalmente, da forma do texto, e tivéssemos que ter em conta aspetos estilísticos do original, para, por exemplo, verter alguma aliteração ou assonância). Concentrámo-nos, antes de mais, em encontrar correspondentes portugueses para o sentido das palavras finlandesas – preocupava-nos a grande distância cultural entre os dois países – histórica, geográfica, social –, mas também viemos a descobrir (numa viagem de campo, que em fevereiro de 2003 fizemos a Kuhmo, onde conhecemos o Centro Juminkeko) cantigas tradicionais da Carélia, parte do *Kanteletar*, que contam episódios que reconhecemos de cantigas tradicionais portuguesas – ou seja, ao mesmo tempo que descobríamos quase incompatibilidades, verificávamos outras proximidades encorajadoras.

Andamos nisto desde o verão de 2003 ao verão de 2005 – data em que completamos a primeira versão, a “literal”; a primeira revisão, já estilística, de coesão temática e de verificação da coerência lexical, levou-nos pouco mais de um ano. À medida que avançávamos e investigávamos, íamos acrescentando um rol de notas de rodapé. Os nossos hábitos académicos assim determinavam, mas a verdade é que nos maravilhavam as constantes descobertas, e queríamos partilhá-las todas. A versão final, já purgada de muitas destas notas, ainda mantém mais de 300.

Desde logo, a natureza desta obra influencia qualquer processo de tradução. Antes de mais, foi gerada constitui-se como rearranjo de material antes não fixado na escrita. A relação entre a forma (a extensão do verso octossilábico, as rimas interiores, ou as aliterações, por exemplo) do texto e o seu sentido mais imediato aparece situada entre duas concretizações e atitudes diametralmente distanciadas: por um lado, a atuação de um cantor, baseada na memorização e na retransmissão de histórias tradicionais a um público copresente; e, por outro lado, a reação do tradutor frente a um texto escrito, distanciado do seu ambiente de gestação performativa, onde o mais importante é muitas vezes o som das palavras e não o seu sentido (por exemplo, “sisareksi siikasille / veikoksi ve’em kaloille!” (Canto IV: 245-46)

A própria língua em que o *Kalevala* foi fixado, um finlandês mais arcaico do que aquele que hoje se usa, e provavelmente arcaizado já no tempo de Lönnrot, revela profundos traços de iconicidade, isto é, de relação de proximidade com referentes, mais ou menos simbólicos da cultura finlandesa, visíveis, por exemplo, nas muitas onomatopeias presentes ao longo do texto e na valorização da sonoridade sobre a semântica. Daí que, por exemplo, tantas vezes se nos deparasse a dificuldade de definir se entre um acontecimento ou outro na intriga se passavam dez meses ou dez anos, ou se uma personagem era irmã ou irmão de outra, feminino ou masculino.

A linguagem do *Kalevala*, mais ainda do que o finlandês atual, abunda em palavras onomatopaicas. A sua dicção poética, fundada na riqueza musical, rítmica, dos versos, oferece ao leitor uma profusão de sons enraizados nos ruídos da natureza: a trovoada, os ventos, o tropel dos cavalos ou o riscar dos trenós no gelo e na neve, produzem sons que se aproximam das palavras que os designam. Foi precisamente essa riqueza formal e melódica que se transformou no desafio maior da nossa tradução da epopeia para a língua portuguesa. A escassez na língua portuguesa relativamente ao finlandês no vocabulário de onomatopeias (verbos de som das aves, dos ruídos de instrumentos caseiros, etc.), assim como dos verbos de ações comuns (caminhar, andar) ou nomes de objetos do quotidiano (trenó, etc.) levantaram problemas constantes.

Sublinhe-se que o finlandês distancia-se da língua portuguesa não apenas por não ser uma língua latina, mas por não integrar sequer a família de línguas indo-europeias. Na sua origem, é aparentado com línguas do Oriente Próximo (línguas Urálicas) – e os seus familiares geograficamente mais chegados são o estoniano e o húngaro. Este carácter exótico encontra-se a nível da linguagem também; há muitos versos em que as ações se sucedem sem agentividade humana: o trenó anda sozinho, o caminho corre (“corriam o ginete, a viagem lesto o trenó, curto o caminho. Chegou depressa à aldeia: três caminhos se cruzavam”, Canto VIII: 215-18). Há versos que deixam perceber o carácter animista da cultura xamã do *Kalevala*, pois não se expressa gramaticalmente um agente humano e todas as ações, de grande movimento, são protagonizadas, quase de forma automática, pelos elementos ou objetos. Numa língua como o finlandês, com várias possibilidades de declinações casuais aplicáveis a nomes e adjetivos (o finlandês contemporâneo tem dezasseis casos, muitos dos quais locativos e que podem indicar movimento), podem construir-se frases completas sem verbo, o que no português dificilmente se consegue.

Foi, por tudo isto, uma tarefa morosa e complexa. Neste momento, acreditamos que a nossa tradução enriquece o rol de versões desta magnífica obra em todo o mundo. Em língua portuguesa, e feita diretamente do original, só havia sido publicada, em 2009, uma edição do canto inicial (no Brasil, uma bela tradução feita por Álvaro Faleiros e José Bizerril, na editora Ateliê). Além do mais, a edição portuguesa da Dom Quixote acrescenta à beleza do texto a maravilha das imagens de Rogério Ribeiro.

Ana Isabel Soares (com Merja de Mattos-Parreira)

março de 2013



3. ANDRÉ CRIM VALENTE, UFRJ E FACULDADES INTEGRADAS HÉLIO ALONSO (FACHA), BRASIL



ANDRÉ CRIM VALENTE

TEMA 3.4 CRIATIVIDADE LEXICAL NA MÍDIA E NA LITERATURA: NEOLOGISMOS INUSITADOS, ANDRÉ CRIM VALENTE, UFRJ

Emília passou ao décimo cubículo, onde estava preso um moço muito pernóstico.

— *E este aqui, tão chique? - perguntou.*

— *Este é o **Neologismo**. Sua mania é fazer as pessoas usarem expressões novas demais, e que pouca gente entende.*

Emília, que era grande amiga de Neologismos, protestou.

— *Está aí uma coisa com a qual não concordo. Se numa língua não houver Neologismos, essa língua não aumenta. Assim como há sempre crianças novas no mundo, para que a humanidade não se acabe, também é preciso que haja na língua uma contínua entrada de Neologismos. Se as palavras envelhecem e morrem, como já vimos, e se a senhora impede a entrada de palavras novas, a língua acaba acabando. Não! Isso não está direito e vou soltar este elegantíssimo Vício, já e já...*

(LOBATO, Monteiro. *Emília no país da gramática*. São Paulo: Brasiliense, 1970)

Nos estudos sobre criações neológicas nas linguagens literária e midiática, sempre se destacaram os aspectos relevantes característicos dos discursos de cada uma das manifestações linguísticas. Como linguagem, a literatura é milenar, enquanto a mídia é secular. Nas literaturas de Língua Portuguesa, de Camões a Manoel de Barros, passando por Guimarães Rosa e Carlos Drummond de Andrade, até se chegar a Mia Couto, os grandes escritores não deixaram de contribuir para a renovação do léxico da literatura. Os neologismos literários, os estilísticos, distinguem-se dos neologismos da língua, os denominativos, conforme as palavras elucidativas de Rifaterre:

O neologismo literário difere profundamente do neologismo da língua. Este é forjado para exprimir um referente ou um significado novo; seu emprego depende, portanto, de uma relação entre palavras e coisas, em suma, de fatores não linguísticos; é, antes de mais nada, portador de uma significação, e não é necessariamente captado como forma insólita. O neologismo literário, - ao contrário, é sempre captado como uma anomalia e utilizado em virtude dessa anomalia, às vezes até independentemente de seu sentido. Ele não pode deixar de chamar a atenção porque é captado em contraste com seu conteúdo e porque seu emprego, assim como seu efeito, dependem de relações que se situam inteiramente na linguagem. (p. 53)

São inúmeros os estudos sobre neologismos denominativos, da língua, dado que é altíssima a ocorrência deles nos meios de comunicação de massa. Os neologismos literários ou estilísticos merecem tratamento especial, com base no que registrou Michel Rifaterre. Comparativamente, é menor a ocorrência deles em virtude das especificidades da linguagem literária.

Faz-se necessário distinguir os neologismos criados pelo falante comum dos inventados pelos literatos. Merecem destaque, além da apresentada por Rifaterre, as seguintes distinções:

a) Edith Pimentel Pinto, em artigo publicado na revista *Confluência* nº 4, distribui os neologismos em dois grandes grupos, distinguíveis, a um tempo, por sua gênese, seu modo de circulação e sua finalidade textual. Os **neologismos culturais** são assim chamados por terem o uso coletivo como referencial, “fonte, meio de circulação e base de projeção, no âmbito da língua escrita”.

Já os **neologismos literários** ou **estilísticos** têm como referencial o indivíduo que os cria, em função da língua escrita, na qual, comumente, “eles vicejam e morrem, sem atingir o uso coletivo”.

b) Guilbert, distinguindo o neologismo do homem comum e o do poeta, chamou ao primeiro de denominativo e ao segundo de estilístico.

c) Maria Emília B. da Silva destaca que o **denominativo** “surge da necessidade de nomeação de uma nova experiência”, enquanto o **estilístico**, “ainda que fugaz, deriva de imposições comunicativas inusitadas”.

Retomando as ideias de Rifaterre para a neologia literária, cabe observar que ele ressalta que a expressividade de tal neologismo depende, fundamentalmente, da condição de literariedade:

Quer se trate de uma nova palavra, quer de um sentido novo, ou de uma transferência de categoria gramatical, o neologismo literário suspende o automatismo perceptivo, obriga o leitor a tomar consciência da forma da mensagem que está decifrando, tomada de consciência que é própria da comunicação literária. Devido à sua própria forma singular, o neologismo realiza idealmente uma condição essencial da literariedade. (p. 53)

E só se pode analisá-la, segundo Rifaterre, descrevendo o funcionamento do neologismo no sistema que constitui o texto. Completa, então, o autor as mais importantes considerações feitas até hoje sobre neologismo literário:

Tentarei mostrar como o neologismo se integra a esse sistema de significações e formas. Só se pode compreender sua função quando se reconhece que o neologismo é a resultante de uma derivação a partir de um dado inicial, do mesmo modo que todas as palavras da frase literária. Sua própria singularidade não se deve ao seu isolamento mas, ao contrário, ao rigor das sequências semânticas e morfológicas das quais ele é o ponto de chegada ou de interferência”. (p. 54).

A escolha de corpus midiático para análise de neologismos encontra apoio nas palavras de Correia e Lemos.

Normalmente, os estudos de neologia são feitos com base em *corpora* dos meios de comunicação social: jornais, revistas, emissões de rádio e/ou televisão (embora esses dados sejam menos usados, apenas porque a sua transcrição é sempre morosa e dispendiosa). Por que esta seleção? Basicamente porque, por um lado, os meios de comunicação têm como principal objetivo dar conta do que é novo, novidade, notícia e, por outro, porque as temáticas abordadas são o mais diversificadas possível, sendo maior a probabilidade de encontrar neologismos. (p. 19)

Os estudos sobre neologismos no Brasil e em Portugal apresentam, segundo os principais autores da área, entre eles Ieda Maria Alves, Maria Aparecida Barbosa, Nelly de Carvalho e Margarita Correia, a divisão clássica entre neologismos vocabulares e neologismos semânticos. Estes apresentam significado novo para significante já existente na língua, enquanto aquele corresponde criação de uma nova forma linguística. Tal divisão apresenta nova terminologia no estudo de Dubois: neologia de forma e neologia de sentido, respectivamente. Finalmente, convém destacar o estudo de Guilbert, adotado pelos lexicólogos brasileiros, sobre neologia semântica. O autor francês apresenta três tipos de neologismos semânticos:

a) os que se encontram na linguagem figurada

Ex. O dirigente usou um laranja para desviar dinheiro do clube

b) os que decorrem de conversão

Ex Um não pode magoar bastante

c) os que surgem no deslocamento de termos de uma área para outra

Ex Vou deletar aquele rapaz da minha vida.

Os neologismos vocabulares ou formais, também chamados denominativos ou da língua, têm forte presença na linguagem midiática, nos seus diversos segmentos: economia, política, cultura etc. Vejam-se os seguintes exemplos:

a) Já ocorreu a urverização da moeda nacional. (substantivo criado a partir do hipotético verbo “urverizar”, com base em URV, Unidade Real de Valor, antes do lançamento da nova moeda brasileira: o real);

b) Propuseram a Itamar Franco a fujimorização do Brasil (substantivo criado a partir do hipotético verbo “fujimorizar”, com base no sobrenome do peruano Alberto Fujimori);

c) Não quero a afoxização da Orquestra Sinfônica da Bahia (substantivo criado a partir do hipotético verbo “afoxizar”, com base no substantivo “afoxé”).

Atualmente, são os profissionais de comunicação os principais renovadores do nosso léxico, o que não significa dizer que todos os neologismos da mídia tenham, necessariamente, grande criatividade e sejam linguisticamente expressivos.

Após a apresentação do suporte teórico de neologismos literários e neologismos denominativos, serão analisadas criações neológicas de corpora da literatura e da mídia.

I Corpus literário

1) *filópedes*

André Soares resistia a tudo neste mundo, a uns olhos brilhantes, a um rosto adorável, a uma cintura de anel; não resistia a um pé elegante. Dizem até as crônicas que entre alguns versos que outrora compusera como quase todos os rapazes, o que não quer dizer que fosse poeta, figurava esta quadrinha conceituosa e denunciadora dos seus instintos filópedes (reletem-me o neologismo):

Se queres dar-me esperança,
Se queres que eu tenha fé,
Mostra-me, por caridade,
O teu pequenino pé.

“To be or not to be” IN: Contos Avulsos I, Vol. II, da obra completa de Machado de Assis (4 volumes), Editora Nova Aguilar, Rio de Janeiro, 2008.

Machado provoca-nos, metalinguisticamente, ao pedir que releemos o neologismo “filópedes”. Como em outros textos, dialoga com o leitor incorporando-o à narrativa: faz dele seu interlocutor.

A personagem André Soares resistia a tudo, mas não resistia a um pé elegante. Assim, seus instintos “filópedes” mostram uma fixação em pés, como comprovam os versos “Mostra-me, por caridade, / o teu pequenino pé.”. Machado utiliza uma construção híbrida no neologismo: - filo, do grego; - pedes, do latim. A criação neológica reforça a ironia na sequência textual em que Machado comentara que André Soares compunha versos, “o que não quer dizer que fosse poeta”.

2) *mumumudos/ equiparados*

Como por socorro, espiei os três outros, em seus cavalos, intugidos até então, mumumudos. Mas, Damázio: — ‘Vosmecê declare. Estes aí são de nada não. São da Serra. Só vieram comigo, pra testemunho...’

Rosa repete a sílaba **mu** duas vezes para a criação do neologismo em referência aos três homens a cavalo. A mudez deles é expressa numa única palavra. No início do conto, o autor mostrara características dos três que acompanhavam Damásio, o homem perigosíssimo, “com dezenas de carregadas mortes”, que viera exigir explicações por ter sido chamado de “famigerado”. Damásio tem total controle sobre os três, conforme descreve G. Rosa (“Isso por isso, que o cavaleiro solerte tinha o ar de regê-los a meio-gosto, desprezivo, intimara-os de pegarem o lugar onde agora se encostavam.”). Nilce S. Martins observa que a triplicação da sílaba inicial equivale a uma superlativação e considera que o neologismo reforça o sentido de “intugidos” no contexto. Nilce apresenta, na extraordinária obra “O léxico de Guimarães Rosa”, o termo **intugido** como forma não dicionarizada, com o significado de “calado” e proveniente de **in + tugar** (“falar baixo”, “murmurar”).

Um grupo de cavaleiros. Isto é, vendo melhor: um cavaleiro rente, frente à minha porta, equiparado, exato; e, embolados, de banda, três homens a cavalo.

Equiparado traz um jogo associativo com “equiparado”, com o sentido “igualado”. Só que, no texto de G. Rosa, “equiparado” sugere “parado sobre o cavalo”, na passagem em que o autor utiliza “mumumudos” em referência aos três cavaleiros.

3) *destemperamentou*

Sou tão bom que até perdi o caráter – admitia ele. – A bondade me **destemperamentou**.

O escritor moçambicano Mia Couto nunca escondeu a forte influência de Guimarães Rosa em sua obra. Há criações neológicas do africano que lembram algumas do brasileiro, o que se pode atestar na leitura de “Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra”. Uma delas é o neologismo “destemperamentou” (p. 48). Mia Couto recorre à derivação parassintética para criar, a partir do substantivo “temperamento”, o verbo “destemperamentar”. Autores há, como Evanildo Bechara, que não reconhecem a parassíntese como novo processo de formação de palavras. Diz-nos o Mestre:

Pode-se ainda entender que, a rigor, não existe parassíntese, se partirmos do fato de que, numa cadeia de novas formações, não poucas vezes ocorre o pulo de etapa do processo, de modo que só virtualmente no sistema exista a forma primitiva. (p. 343)

4) *menstruais*

Este momento há de ficar para sempre guardado nos anais e menstruais de Sucupira. (p. 53)

Dias Gomes obtém efeito de sentido inusitado com a coordenação dos dois termos aparentemente incompatíveis na área semântica, visto que a História tem “anais”, mas não “menstruais”. Em paralelo, gera-se um caráter polissêmico para “anais”, com o intuito de provocar riso. O personagem Odorico Paraguaçu torna-se engraçado quando tenta falar difícil utilizando expressões mais elaboradas. Dias Gomes ridiculariza a linguagem do Prefeito Odorico – e, por extensão, de vários políticos brasileiros – como instrumento de manipulação de eleitores com problemas educacionais e/ou culturais.

5) *terapeutam*

Sei que fazer o incorreto aclara as loucuras.

Sou formado em desencontros.

A sensatez me absurda.

Os delírios verbais me terapeutam.

O poeta pantaneiro Manoel de Barros tem contribuído para a renovação do léxico literário com construções inusitadas de alto valor poético, na perspectiva da literariedade apontada por Rifaterre. Os neologismos do poeta

encantam e surpreendam porque ele combina, com mestria, aspectos da língua e da literatura. Na mesma passagem, encontram-se dos neologismos inusitados, as formas verbais “absurda” e “terapeutam”, que têm como sujeitos “A sensatez” e “Os delírios verbais”, respectivamente. Assim, surgem, previstos no sistema linguístico, os verbos “absurdar” e “terapeutar”.

II Corpus midiático

[MOVIE-SE / BLOG-SE / DESIGN-SE / FUNK-SE](#)

1. OS TRAÇOS DA ANIMAÇÃO a

História do gênero é contada na ‘Movie-se’, mostra idealizada pelo Barbican Centre, de Londres, que será inaugurada hoje no CCBB

(Segundo Caderno, O Globo, 4 de fev. 2013)

A forma verbal “movie-se” é a mais recente criação neológica em se encontram elementos de línguas diferentes – a inglesa e a portuguesa – na gestação do novo termo, como se poderá atestar em “blog-se”, “design-se” e “funk-se”. A mostra de animação cinematográfica no CCBB tem como base o vocábulo inglês “movie” a que se acrescenta a forma pronominal portuguesa “se”. O mesmo recurso esteve presente nas criações anteriores, mas nem sempre é possível imaginar um verbo no infinitivo derivado de tais formas. Nos quatro exemplos, apenas “blogar”, de fácil realização fonética, foi consagrado pelo uso linguístico.

2. Blog-se!

O título da matéria de Elis Monteiro e Cora Rónai no Caderno de Informática de *O Globo* (5 nov. 2001) destacava a importância dos blogs, como observa no primeiro parágrafo:

Hoje acordei pensando como os blogs mudaram. Se nasceram como simples “diários pessoais na internet”, há tempos ultrapassaram essas fronteiras, vêm-se tornando poderosas ferramentas de comunicação e de informações...

A combinação do termo blog com a forma pronominal “se” gera uma forma verbal imperativa, o que nos permite considerar, sistêmica mente, a existência do verbo blogar. Fazendo uma projeção, podemos pensar numa futura conjugação adaptada à Língua Portuguesa (bloga, blogas, que eu blogue etc.)

3. Design-se

O Centro de Design do Senac Rio tem o curso ideal para você

O neologismo tem um processo de formação híbrido, dado que combina uma base da língua inglesa com uma forma pronominal da língua portuguesa. Observe-se que a identificação da forma infinitiva do verbo apresenta um problema que decorre dos aspectos gráfico e fonético. Qual seria o infinitivo? *Designar* não pode ser por uma questão de bloqueio, como já apontou Luiz Carlos de Assis Rocha (1999), com base no estudo de Aronoff (1976), que considera bloqueio a não-ocorrência de uma forma devido à simples existência de outra. Assim, não se criaram as palavras *denteiro* e *maquineiro* por já existirem *dentista* e *maquinista*. A outra possibilidade, a partir da pronúncia do

termo em inglês, seria “desainar”, o que estaria em consonância não só com a adaptação gráfica ao português, mas também com o processo de entrada de formas verbais neológicas em nossa língua: pela primeira conjugação.

Não é a primeira vez que se percebe construção neológica de tal natureza na linguagem midiática. A manchete FUNK-SE ZONA SUL (*Veja Rio*, 01 de fev. 1995) apresenta o termo estrangeiro *funk*, entretanto a estrutura frasal, que inclui a forma pronominal *se*, pertence à língua portuguesa. A provável forma infinitiva do verbo seria *funkar* ou *fancar*. Quanto à presença de termos de língua estrangeira no Português, convém recordar a consideração de Gladstone Chaves de Melo (1975) em *A língua do Brasil*. Para ele, em “O boy flertava com a girl no hall”, não obstante haver três termos em língua inglesa e um com radical do inglês (*flirt*), a frase pertence, nitidamente, à língua portuguesa devido ao uso de artigos, preposições e elementos estruturais do verbo próprios de nossa língua.

4. Ai, quem guetinou

Mick Jagger é a mais antiga celebridade em atividade contínua no mundo depois do Oscar Niemeyer e da rainha Elizabeth. Não procede a informação de que todos os Rolling Stones já morreram e seus cadáveres estão só cumprindo os contratos para evitar processos. O Mick Jagger está definitivamente vivo e em grande forma e confirmou, no show em Copacabana, aquela lenda de que nunca faz dois movimentos iguais sobre o palco. E seu poder mesmerizador sobre a plateia foi impressionante. Mais de um milhão de pessoas, mesmo descontando a turma do se-for-de-graça-eu-vou-a-tudo, que não sabia bem o que via e ouvia, ou quase via e mal ouvia, estava lá e cantou com ele “Ai, quem guetinou”.

Mick Jagger foi recebido no Brasil como divindade. Não se enche um deserto daquele jeito a não ser para adorar uma divindade. E, como toda divindade bem-sucedida, ele não trouxe verdades novas. Entendeu a ânsia no coração de cada um e regeu o clamor do nosso tempo pelo prazer e o abandono na linguagem universal do ressentimento em coro. O coro dos lamentosos: quem guetinou?

Quem guetinou a promessa de satisfação completa e constante com sexo, drogas e roquenrol do milênio, a promessa do paraíso recuperado e da juventude infinita, e esqueceu de dizer que a gente continuaria a envelhecer e a morrer como no modelo antigo?

Quem guetinou a disposição brasileira para a satisfação com qualquer festa e a avidez por qualquer comemoração, até a de quatro estrangeiros esquálidos, e nunca permitiu que esta vocação para a felicidade nos abençoasse com a redenção, com as dádivas do bem e a justiça dos deuses, enfim, com uma felicidade inédita? Somos muito dados. Quer dizer, muito bons de graça. Só o que pedimos em troca da adoração é que digam “Obrigado, Brasil” com um sotaque simpático, antes de nos deixarem.

A autora daquela faixa (suponho que seja uma autora) “Mick, faz um filho em mim” teve a ideia certa. Pedia para a divindade deixar alguma coisa dele conosco, como já tinha feito outra vez. Só foi um pouco egoísta. A faixa deveria ter se estendido por todo o deserto em frente ao Copacabana Palace e dito “Mick, faz um filho em nós”. Um pedido de toda a nação. Uma forma de dar relevância ao nosso amor grátis e de nos sentirmos um pouco menos guetinados.

Nosso filho nem precisaria ser um salvador, um líder, ou sequer uma razão para o Mick mandar uma boa pensão mensal para o Tesouro Nacional e ajudar a abater a dívida. Seria só um reconhecimento de que existimos e somos especiais, e não apenas aos nossos próprios olhos. Uma satisfação.

(Luís Fernando Veríssimo, *O Globo*, 29/02/2005)

Veríssimo faz com a expressão neológica “Ai, quem guetinou” criativa adaptação do inglês *I can get no*, refrão do sucesso *Satisfaction*, dos Rolling Stones. Com tal procedimento, criou o verbo “guetinar” flexionado no pretérito

perfeito do indicativo, “guetinou”, e utilizado posteriormente como participio adjetivado, “guetinados”. Na sequência textual, as formas neológicas distribuem-se no texto e apresentam valor coesivo. O autor emprega transitivamente a forma verbal: “Quem guetinou a promessa de satisfação completa” (terceiro parágrafo) e “Quem guetinou a disposição brasileira para a satisfação com qualquer festa” (quarto parágrafo). A ironia, recurso tão presente nas crônicas Veríssimo, manifesta-se nos neologismos destacados e se estende, a partir de sua significação, ao comportamento de brasileiros como a autora daquela faixa “Mick, faz um filho em mim”. Fecha o texto também ironicamente, num duplo jogo linguístico: “uma satisfação”. A expressão apresenta tanto aspecto intertextual com o título da música como sugere nova significação.

5 Alfama-te

Alfama-te a 10 e conhece gente nova

(Evento junta à mesa 10 pessoas que não se conhecem)

Revista Sábado, n. 376, 14 a 20 jul. 2011 (Portugal)

A construção neológica tem processo similar ao de “Havana-me”. Parte-se de um substantivo próprio para a criação de uma forma verbal. O uso da 2ª pessoa do singular do imperativo do novo verbo – alfamar – é confirmado, coesivamente, na sequência textual com “conhece gente nova”. Alfama é um bairro famoso de Lisboa tanto pelo casario como pelos bares com música, principalmente fados. O neologismo registra uma experiência de convivência social com grupos de dez pessoas que não se conheciam. O encontro é marcado pela rede social com vista à organização de jantares no bairro. O título da matéria sintetiza toda a experiência do grupo.

6) viagrabilidade

- Isso pode ser você, a minha virilidade continua a mesma coisa. Claro, já não estou com meus 30 ou 40, mas minha virilidade é a mesma. Meu urologista...

- Sua viagrabilidade continua a mesma, é isso que tu quer dizer.

(João Ubaldo Ribeiro, O Globo, 21 set. 2002)

João Ubaldo cria, por analogia, o neologismo vocabular “viagrabilidade”, termo paralelo a “virilidade”. Cabe destacar que este segue a matriz morfológica (adjetivo + sufixo), enquanto aquele subverte, visto que o autor acrescenta o sufixo ao substantivo “viagra” - após um estágio intermediário pela forma adjetiva, viagral -, alcançando a neológica.

7) cententões - Que venham os 200!

Os mais queridos “cententões” brasileiros foram homenageados este fim de semana. Em Santo Amaro da Purificação, domingo, Dona Canô apague as velinhas do bolo de 100 anos. Teve missa, recebeu presentes, ouviu cantoria, ganhou abraço de políticos e principalmente o beijo dos filhos, Caetano e Bethânia. No Rio, sexta-feira, Oscar Niemeyer foi ver o show de Martinho da Vila no Canecão. Ele completará 100 anos no dia 15 de dezembro. O cantor anunciou a presença do arquiteto, que recebeu palmas prolongadas da plateia.

(Joaquim Ferreira dos Santos, Coluna “Gente Boa”, O Globo)

O termo “cententões” apresenta formação peculiar, dado que sua constituição morfológica foge a padrões comuns. Percebe-se, de imediato, a analogia com “sessentões” e “setentões”, mas, enquanto estes termos têm por base “sessenta” e “setenta”, “cententões” não possui base similar. Liga-se ao numeral “cem” como referência à idade

de Dona Canô e de Oscar Niemeyer. Como “cententões” não veio diretamente de “cem”, admite-se uma hipotética base analógica.

Bibliografia

- ALVES, Ieda Maria. *Neologismos, criação lexical*. São Paulo: Ática, 1990.
ARONOFF, Mark. *Word formation in generative Grammar*. Cambridge: MIT Press, 1976.
BARBOSA, Maria Aparecida. *Léxico, produção e criatividade*. São Paulo: Global, 1981.
BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.
CARVALHO, Nelly de. *O que é neologismo*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
CORREIA, Margarita & LEMOS, Lucia San Payo de. *Inovação lexical em português*. Lisboa: Edições Colibri/APP, 2005).
GUILBERT, M. Louis. *La créativité lexicale*. Paris: Larousse, 1975.
MARTINS, Nilce S. *O léxico de Guimarães Rosa*. São Paulo: EDUSP. 2001.
MELO, Gladstone Chaves de. *A língua do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1975.
PINTO, Edith P. “De neologismos”, *Revista Confluência*, nº 4.
RIFATERRE, Michel. *A produção do texto*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
VALENTE, André C. *Neologia na mídia e na literatura: percursos linguístico-discursivos*. Rio de Janeiro: Quartet, 2011.

4. CHRYS CHRYSTELLO, AICL - AÇORES, AUSTRÁLIA



Chrys CHRYSTELLO

TEMA 5 HOMENAGEM A ÁLAMO OLIVEIRA / J. CHRYS CHRYSTELLO, PRESIDENTE AICL

Nestes colóquios já homenageamos FERNANDO AIRES, ONÉSIMO ALMEIDA, DIAS DE MELO, CRISTÓVÃO DE AGUIAR, DANIEL DE SÁ, VASCO PEREIRA DA COSTA, EDUÍNO DE JESUS, EMANUEL FÉLIX, EDUARDO BETTENCOURT PINTO entre outros escritores açorianos.

Desta vez chegamos à altura de falarmos de ÁLAMO OLIVEIRA.

Quando fiz o Caderno de Estudos Açorianos que a ele era dedicado e quando traduzi excertos de algumas das suas obras algo ficou gravado para sempre na retina como a imagem mental que dele guardo.

Álamo é um artesão de palavras, poeta telúrico, eclética voz que se ergue do raminho na Ilha Terceira gritando a sua açorianidade literária, narrador de andanças por terras da Europa, Brasil e das Américas.

Victor Rui Dorés, afirma que faz das “suas itinerâncias e peregrinações uma geografia afetiva de lugares, memórias e coisas, atravessadas por olhares, impressões, alusões, afetos e imagens, procurando na viagem não o destino mas a sua própria natureza”.

Álamo é um autor fecundo que merece ser homenageado, lido, estudado e divulgado por esse mundo fora, não pode ficar contido na pequenez das nove ilhas, antes tem de ser lançado por esses mares fora, nas caravelas da sua escrita de velas enfunadas pela poesia, teatro, contos e romance sem esquecer essa excelente incursão na memória da guerra colonial que é a sua obra “Até hoje (memórias de cão)”, uma constante alternância entre a dura realidade da guerra em 1967 e a saudade da ilha de origem do personagem João. Nessa visão a ilha assume contornos de paraíso perdido na memória como um utópico lugar de referência. Ali, a memória serve como válvula

de escape ou mecanismo de defesa contra a traumática selvajaria da guerra que nunca mais surgia, num suspense que se alarga a seis capítulos que percorrem o concubinato entre a Igreja e o Estado Novo onde citamos “o silêncio é a força da virtude e a ignorância o progresso dos povos”.

O próprio autor considera este livro a sua catarse sobre a guerra colonial, embora se sinta imensamente orgulhoso do livro “Já não gosto de chocolates,” um dos seus títulos de maior apreço por parte dos leitores.

Álamo escreve desde tenra idade tendo sido publicado aos 14 ou 15 anos, e foi marcado pelos livros de contos infantis que a avó tinha além de as Pupilas do Senhor Reitor e a Cidade e as Serras que bem cedo o marcaram.

Embora goste muito de ficção, o teatro serve para se divertir e a poesia representa uma espécie de libertação.

Alguns dos seus livros foram traduzidos para inglês, francês, italiano, espanhol, croata, esloveno e japonês. Iremos tentar que entre os nossos associados romenos, russos e búlgaros alguém disponibilize tempo para ser também traduzido nessas línguas.

Vamberto Freitas explica assim o autor: *“Se a Natureza é uma realidade inescapável para a maioria dos escritores açorianos, dada a sua instabilidade e constantes manifestações de certos humores e cor, dada a nossa obsessão com o cerco do mar e as suas antigas ameaças de nos fechar do mundo, a poesia de Álamo Oliveira nunca acontece sem a presença do elemento humano centrado viva mas solitariamente, ou em estado apático e incerto no seu olhar fixado no longe e no inefável para além da junção do céu e mar, tentando adivinhar o que poderia ter sido um outro destino. Quase toda a poesia açoriana parece um choro sem lágrimas, nunca acusatório, das saudades do futuro que nunca (nos) chega, as saudades das terras distantes para as quais inventamos as nossas próprias fantasias, e de onde depois lamentamos até à morte a nossa partida do torrão natal. É o perpétuo ciclo existencial, a condenação dos náufragos e a libertação dos ilhéus navegantes.” fim de citação*

Deixem-me citar aqui um poema do autor hoje homenageado

Mar com poeta dentro

*o corpo da ilha não tem nome
próprio de quem se rodeia de orvalhos antigos.
quando navega não tem
rumo nem destino.
no cais a penumbra branca desce
sobre a viagem adormecida.*

*desconhece-se que poeta foi ver o mar por dentro.
mas sabe-se quem grafitou com sonhos
os muros da solidão.*

(in) nove rumores do mar, antologia de poesia açoriana contemporânea

Falar de Álamo, escritor que tardiamente conheci criou um problema grave. Para escrever sobre cada um dos autores açorianos que já homenageamos tive de ir conhecer e visitar as suas ilhas, não só as autênticas, mas as imaginadas que acartam ao pescoço como colar de negro basalto, magma vivo de lava solidificada há muito. Ora

bem, não conheço a ilha Terceira nem o Raminho e por isso não me posso colocar nos locais que lhe são queridos e donde foi buscar a musa inspiradora para os seus inúmeros livros e peças teatrais.

Quando escrevo sobre os autores açorianos gosto de conhecer os caminhos trilhados, ver as casas que formaram a sua história de vida e as suas ruínas, olhar nos olhos os seus habitantes, fotografar as cores e memorizar os cheiros, para depois poder dissecar as palavras. Não tendo isso, a mera leitura dos seus escritos indica-me que não o conheço como queria para dele falar numa sessão onde o queremos homenagear.

Convém recordar que é um escritor prolífico e um autor eclético que se espraia por Teatro, Romance, Conto, Poesia, não se confinando aos estreitos limites de cada género antes dando razão aos apoiantes da teoria Gestalt ou psicologia da forma, que propugna que “não se pode ter conhecimento do todo por meio das suas partes, pois o todo é maior que a soma das suas partes”. Segundo o critério da transponibilidade, independentemente dos elementos que compõem determinado objeto, a forma é que sobressai: as letras *r, o, s, a* não constituem apenas uma palavra em nossas mentes: “(...) *evocam a imagem da flor, seu cheiro e simbolismo - propriedades não exatamente relacionadas às letras.*”

Em “Já não gosto de chocolates” Álamo fala da forma como os descendentes de açorianos, e ele bem conhece as duas realidades dado ter familiares emigrados na América do Norte, são atraídos pelos festivais religiosos, passando horas nos seus carros (alegóricos ou não) com a mesma intensidade de sacrifício com que fariam uma procissão a pé, de forma a exaurir a “saudade”. Esse sentido de pertença das comunidades da diáspora perpetua-se em vídeos partilhados por familiares e amigos mesmo que separados pela geografia. Por outro lado, essas comunidades envolvem as crianças e os jovens, desde tenra idade, para não perderem o seu sentido identitário dado estarem já integrados nas comunidades onde vivem. A assustadora incerteza da vida nas ilhas sempre sob esconsas ameaças indefinidas não se deixa subverter pelos valores históricos, culturais e ideológicos da ilha onde nasceu, mas simultaneamente transmite uma universalidade que em muito transcende narrativas da diáspora californiana. A sua narrativa intimista desce ao complexo mundo dos seus personagens, como disse Assis Brasil “deixam de ser emigrantes para se converterem em seres humanos”¹.

Como Vamberto Freitas diz² “*os Açores não são um espaço cultural anacrónico nem Álamo Oliveira é um elitista cultural fechado numa torre de marfim, muito menos um masoquista que trabalhe para castigo próprio ou por contemplação narcisista. Acontece que ele, e todos nós com ele no arquipélago, estamos perfeitamente conscientes do que nos leva a fazer suplementos culturais: a força da tradição literária açoriana.*” **Fim de citação**

A nostalgia do ser ilhéu atinge na sua lírica uma força centrípeta capaz de ultrapassar os espasmos telúricos que perpassam pela sua vasta obra, pejada de títulos curiosos como podem ler na autobiografia que selecionamos para publicar em ata deste colóquio.

Antes de terminar esta minha primeira abordagem à obra deste vate terceirense, cito-o, de novo em *lua de ganga*

¹ http://www.fflch.usp.br/dlcv/posgraduacao/ecl/pdf/via03/via03_16.pdf

² http://lusofonia.com.sapo.pt/acores/acorianidade_freitas_1998b.htm

*quando te via
na ganga azul do teu fato
embandeirava-me de ternura
e propunha despir-te como
se lua fosses ou nada*

*tocava
com a ponta dos dedos
o poema do teu corpo*

era azul mas eu morria de medo

Como saborear o perfume da sua poesia e o sabor dos seus chocolates? Quando fiz o 5º Caderno de Estudos Açorianos que a ele era dedicado e quando traduzi excertos de algumas das suas obras algo ficou gravado para sempre na retina como a imagem mental que dele guardo. Trata-se da sua interpretação soberba, diria magistral, de a *Treceira de Jasus* gravada sobre as ruínas do terrível terramoto que destruiu grande parte da cidade património da humanidade Angra do Heroísmo.

Pela musicalidade da peça que se entranha no ouvido e rapidamente nos damos conta de a cantarolar mesmo em sonhos, pela acerada crítica que as suas palavras encerram, e por entender que todas a deveriam ouvir e ver para dessa forma melhor interpretarem o autor aqui vos deixo essa sua representação. Creio que ao ouvi-lo teremos escolhido uma das melhores formas de o homenagearmos.

ver [A traceira de jasus](http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=8Uh3wDVmkNk) abrir http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=8Uh3wDVmkNk

SESSÕES DE POESIA LIDA A DUAS VOZES POR CHRYS E LUCIANO PEREIRA

504. VOLITANDO 4 maio 2011 CHRYS

*vieram os deuses
plantaram ilhas
onde dantes havia água
uma era ilha-mãe,
havia a mãe-ilha,
outra marilha,
a ilha menina
a ilha-filha
nove irmãs
filhas de poseidon e de afrodite
nascidas da espuma do mar*

*nos montes verdes
rugiam dragões
cuspiam fogo
tremiam os chãos
secavam ribeiras
vomitavam magma
choviam trovões
de thor filho de odin
esquecido das gentes e animais*

pobres escravos e colonos
amanhadores de rochas e fomes
desbravadores de mínguas
crentes e temerosos
orando promessas seculares
criam no destino e sabiam-se culpados

ainda hoje penam
com liberdades que não pagam dízimos
votam com os pés da emigração
a libertação de todas as cangas
mas voltam sempre
romeiros em promessas várias
açorianos até ao tutano

sem alforrias nem autonomias
perenes escravos destas ilhas
escrevem a história que poucos leem

539. destino ilhéu, lomba da maia 11 fev 2012 luciano

olhei para o espelho dos dias
e vi-te partir
silente como chegaras
sem sorrisos nem lágrimas
vestias um luar sombrio
deixavas vazio o leito
num luto antecipado
agarrei as nuvens que passavam
levado na poeira cósmica
carpindo dores antigas

acordei sobressaltado
o livro da vida nas mãos
o livor nas faces
o fim há muito antecipado
ficar era o destino
sem levar as ilhas a reboque

será esta a sina ilhoa?

534. açorianices 13 dez 2011 chrys

disseram basta falar de hortênsias
plantar a palavra mar e algum sal
uns lugares comuns de bruma
azáleas, camélias, novelões,
conceiras, milhafres e cagarros
e assim se faz um escritor açoriano

autores nasceram assim
nas ilhas e na estranja
ganharam prémios, foto no jornal
houve mesmo quem acreditasse
o governo pagava e promovia

desta janela de bruma
avisto o mar em desalinho
mas como não há hortênsias

nem açores a esvoaçar
nunca escreverei meu nome
na lava e magma a gravar

cantarei o arquipélago da escrita
sem títulos nem honrarias
sem adjetivos telúricos
sem versos de rima quebrada

não é açoriano quem quer
mas quem o sente

559. alabote 2 ao vasco p da costa e eduardo bettencourt pinto) 16 agosto 2012 luciano

o mar de novo
 e sempre
as ondas e a espuma
 sem sabor a maresia
esperma salgado do atlântico

não se vive sem mar
 numa ilha

517. a ilha de todos os medos (ribeira quente, povoação, 31 agosto 2011) chrys

uma ilha pode ser de todos
independentemente de onde se habita

viver na ilha é quase um naufrágio
respirar sob as águas turvas
viajar através do corpo submerso
vir à tona turbulenta

para partir da ilha sem sair dela
levá-la para mundos outros
recriar a origem em qualquer destino
crenças, festas e procissões

uma ilha pode ser de todos
mas só alguns a possuem
menos a apresentam como passaporte

vergonha natural de regionalismos
canga feudal de séculos
atraso, incultura, insucesso

vencer na escrita fora da ilha
sotaques polidos, discursos alheados
BI estrangeirado
arrogância, ostracismo, sem açorianismo

uma ilha pode ser de todos
merecem-na quem a habita
os livros a quem os lê

deneguem anátemas de ilhanizados e açorianizados
albardem-se oportunistas da literatura
abrigados em rótulos autonomistas
enjeitem escritores renegados
tertúlias de Lisboa a Coimbra

promovam-se os que se não promovem
os que sentem o que escrevem
os que redigem esta alma única
este sabor a mar e tremores de terra
pedreiros do magma e lava

raiz original e comovida³
com lágrimas de gente infeliz⁴
em relação de bordo⁵
de histórias ao entardecer⁶
na ilha de nunca mais⁷

louvem-se e publiquem-se noviedições
de o lavrador de ilhas⁸
marinheiro com residência⁹
nas escadas do império¹⁰

leia-se que fui ao mar buscar laranjas¹¹
ou fui ao pico e piquei-me¹²
à boquinha da noite¹³

estude-se a cor cíclame e os desertos¹⁴
na distância deste tempo¹⁵
plantador de palavras vendedor de lérias¹⁶
os silos do silêncio¹⁷
em a ilha grande fechada¹⁸
quando Deus Teve Medo De Ser Homem¹⁹
e era o príncipe dos regressos²⁰
em a sombra de uma rosa²¹
quando havia almas cativas²²
no contrabando original²³
estava o mar rubro²⁴

era desta açorianidade
desta literatura açoriana
que vos queria falar
medram poetas nestas ilhas
contistas, ensaistas, romancistas
narradores, dramaturgos e sonhadores

³ Cristóvão De Aguiar

⁴ João De Melo

⁵ Cristóvão De Aguiar

⁶ Fernando Aires

⁷ Fernando Aires

⁸ J H Santos Barros

⁹ Urbano Bettencourt

¹⁰ Vasco Pereira Da Costa

¹¹ Pedro Da Silveira

¹² Álamo Oliveira

¹³ Dias De Melo

¹⁴ Maria De Fátima Borges

¹⁵ Marcolino Candeias

¹⁶ Vasco Pereira Da Costa

¹⁷ Eduíno De Jesus

¹⁸ Daniel De Sá

¹⁹ Daniel De Sá

²⁰ Eduardo Bettencourt Pinto

²¹ Eduardo Bettencourt Pinto

²² Roberto De Mesquita

²³ J. Martins Garcia

²⁴ Dias De Melo

deixai-me hastear a bandeira deste povo
e gritar o que lhe vai na alma

uma ilha pode ser de todos
independentemente de onde se habita
deixai que a chame minha

ninguém a quer
ninguém a sonha
como os que nela se querem
nela nascidos,
nela vividos,
nela transplantados
criando raízes que nenhum machado cortará
dando frutos e flores que só o poeta cantará
levando-a nos sonhos que só vate sonhará

uma ilha pode ser de todos
mas quero-a só para mim
pretendente único à sua razão
namorado, amante e noivo
mulher ardente para cortejar

mãe de todas as filhas
mar de todas as ilhas
amor de terra e mar
ilha de todos os medos

uma ilha pode ser de todos
sem temores do medo
na ilha de todos os medos

529. homenagem a Natália Correia 29 novembro 2011 chrys

hoje
decididamente
vou escrever um poema
dedicado aos feriados
que nos roubaram
decreto
que todos os dias
feriados sejam abolidos
os dias da semana
também
e para não esquecermos
tais dias e feriados
se comemorem todas as datas
ao domingo

e seja domingo todos os dias

(e se nos convertermos ao catolicismo
não poderemos trabalhar ao domingo)

Este poema é em homenagem a Natália Correia **Luciano**

Poema destinado a haver domingo

...

Deixem ao dia a cama de um domingo

Para deitar um lírio que lhe sobre.

E a tarde cor-de-rosa de um flamingo

Seja o teto da casa que me cobre

*Baste o que o tempo traz na sua anilha
Como uma rosa traz abril no seio.
E que o mar dê o fruto dum ilha
Onde o Amor por fim tenha recreio.*

*Natália Correia, Poesia Completa,
Publicações Dom Quixote 1999*

515. a nau sem escorbuto chrys luciano

arribou nesta praia
a nau sem escorbuto
sem mastro nem pendão
sem carga nem marinagem

não trazia especiarias das índias
nem arroz do sião
nem compradores de meca a malaca
nem lusitanos feitores

nesta açoriana plaga
longe do mar eritreu
sem canal do suéz
há mouros e maometanos
de malabar e das arábias

ocupam lugares de proa
a barlavento das gentes
não vieram de calecute nem cipango
não cuidam da pimenta
da noz, do cravo e canela
não foram a banda, ceilão ou malucas
terras de gentios já têm que sobrem

chamam-lhe sua e de mais ninguém
como samorim a regem
saudosos de marajás e palácios
ofertam bugigangas aos nativos
promessas vãs e eleitorais

e eu aqui sentado nesta ameia
em castelo sem pendão
da seiteira envio migalhas de letras
a todos que não têm literário pão
crónicas avulsas de vidas vividas
pecados sem perdão

e o povo sem saber da fome
do frio que aí vem
das vacas que se foram
do leite que não mungiram
dos campos que não araram
das colheitas que não comeram
feliz vota nos que prometem
a solução

lá fora há guerras sem pátrias
mutilados e estropiados
cá só temos sem-abrigo

pakfanistas e malfeitores
assaltantes, meliantes
económicos dissabores
da troica que tudo leva
e cobra dívidas que herdamos
de tantos ditos senhores

não há santos que nos valham
nem procissões e andores
preces e velas acesas
romeiros de todas as dores
somos um povo infeliz e abúlico
sem sonhos nem destemores
vergados ao duro peso
de vis especuladores

da história magnânima nem sombras restam
nem bardos nem cantores
nem escribas dedicados
o povo sofrendo medos
erros grosseiros
enganos ledos

sem naus nem caravelas
sem especiarias nem língua franca
sem religião nem outra paixão
cantando fados a tétis
sem espadas nem aduelas

o povo sofria compungido
chorando lágrimas de crocodilo
santa democracia e liberdade
escravo de novo acorrentado
à mingua de dízimos e outros enfados
sem contar os créditos malparados
comia demagogia e pagava iliteracia
via futebol, telenovelas e lia jornais desportivos
com as letras aprendidas nas novas oportunidades
vendia os anéis e comia os dedos
emigrava quando podia
queixava-se da sorte caipora
temia do governo as novidades

a geração rasca passara a parva
timidamente se manifestara quanto à crise
a austeridade enriquecia bancos
à custa do suor do povo já suado
não descera às ruas este povo
de brandos costumes se dizia
nem eram plebe nem gleba
antes novos ricos da miséria

uma vez ancorada a nau do fmi
em terra de infiéis e gentios
não daria berloques aos nativos
apenas o chicote e a chibata
as grilhetas de trabalho escravo

e um poeta solitário
no alto do seu castelo
gritava a bom gritar
mas não o ouviam as massas

sem perderem tempo para se educar
e acreditavam nos seus donos
com promessas a acenar

e o jardim à beira-mar plantado
há muito estiolado morria devagar
sem gente para o cuidar
e dos vindouros muitos virão
dizer que o poeta pressagiava
o fim da bela nação

549. alucinação na areia branca (Timor) 11 julho 2012 chrys

era maio em 1975
havia luar na areia branca
sem ondas na ressaca
caranguejos azuis na fina areia
baratas voadoras à frente dos faróis
eram pequenos os lafaek e raros
quase se ouviam os corais a falar

ao longe sem luzes em dili
o escuro dos montes

entre nós e o ataúro
deslizavam barcos espiões
antecipavam a komodo
ensaiavam invasões

corri a alertar
ninguém quis ouvir
escrevi e denunciei
chamaram-me alucinado

nunca imaginei o genocídio

550. timor nas alturas 15 julho 2012 chrys

queria subir ao tatamailau
pairar sobre as nuvens
das guerras, do ódio, das tribos
falar a língua franca
para todos os timores

queria subir ao matebian
ouvir o choro dos mortos
carpir os heróis esquecidos

queria subir ao cailaco e ao railaco
consolar as vítimas de liquiçá
beber o café de ermera
reconstruir o picadeiro em bobonaro
tomar banho no marobo
ir à missa no suai
buscar as joias da rainha de covalima
passar a fronteira e voltar
chorar todos os conhecidos e os outros
e quando as lágrimas secassem
regressaria à minha palapa imaginária
à mulher mais que inventada

oferecer-lhe um pente de moedas de prata
percorrer as suas ribeiras e vales
sussurrar por entre as folhas do arvoredor
navegar nos seus beiros
rumar ao ataúro e ao jaco
desfrutar a paz e as belezas ancestrais
ouvir os tokés enquanto as baratas aladas voam
os insetos projetados contra as janelas
atraídos pela luz do petromax

a infância e a juventude são como uma bebedeira
todos se lembram menos tu

551. lágrimas por timor, até quando? 16 julho 2012 luciano

confesso sem vergonha nem temores
hoje os olhos transbordaram
lágrimas em cascata como diques
pior que a lois quando a chove

o coração bateu impiedoso
os olhos turvos a mente clara
as mãos trémulas de impotência

nas covas e nas valas comuns
muitos se agitaram com a morte gratuita
mais um casal de pais órfão
mais um filho varado às balas
sem razões nem justificações

poucas vozes serenas se ouviram
velhos ódios, vinganças acicatadas
o povo dividido como em 1975

sem alguém capaz de congregar o povo
sem alguém capaz de governar para todos
sem alguém acima de agendas pessoais
sem alguém acima de partidos

temos de ultrapassar agosto 75
udt e fretilin, a invasão indonésia e o genocídio
faça-se ou não justiça
é urgente um passo em frente

é urgente alguém com visão
um sonhador, um utópico
um poeta como Xanana já foi
alguém que ame timor
mais do que ama suas crenças
mais do que ama suas ideias
mais do que ama sua família

talvez mesmo uma mulher
sensível e meiga
olhar almendrado
pele tisonada
capaz de amar
impulsiva para acreditar
liberta de injustiças passadas
solta de ódios, vinganças e outras
capaz de depor as armas

todas
e liderar.

564. *polir sóis com uma peneira* 25 dezembro 2012 *chrys luciano*

polir textos é como arear pratas
perde-se sempre algo
nunca se sabe se o brilho que fica
é maior do que o sujo limpo

polir amizades é como sacudir o pó
com a gentileza de uma pena
nada se perde nem se transforma
basta um gesto, um telefonema
uma sms, mensagem
talvez apenas um *like* no Facebook
como se fosse natal todos os dias

polir matrimónios é complicado
como diamantes em bruto
pode partir-se a agulha ou o casamento
e em vez de 24 ficam 6 quilates
questão de sorte e perícia
em panos de fina seda

polir países é arriscado
as limas devem ser afiadas
à prova de lóbis e governos
cortam-se as esquinas angulosas
talham-se as aparas mais finas
em areias de fina brancura
é como ir ao barbeiro do futuro
ao alfaiate do tempo
encomendar um fato por medida
para dar com a cor do cabelo
e há o risco de cortar o país todo
talhar pessoas trinchar tradições
sem memória nem história
serrar distritos, fender concelhos
encurtar fronteiras até ao mar
e finava-se Portugal em praias e arribas

polir palavras é bem mais fácil
corta-se uma folha de papel em A4
verifica-se a tinta nos tinteiros
gravam-se caracteres como granito
basalto, quartzo ou ametista
lavram-se sulcos como rios
erguem-se sombras como montanhas
somas de marés vivas
deixa-se a marinar antes do banho-maria
leva-se ao lume brando com pitada de sal
junta-se pimenta e louro e basilicão
retira-se do fogo e serve-se a gosto

sempre sonhei ser poeta
navegar em utopias
escrever cardápios de vida
imensos e belos como o oceano
livres e úteis como o ar
na solidão dos mares açorianos

maria nobody
 mãe
 amante
 mulher
 minha maria

maria nobody
 de todos ninguém
 nem sabes a riqueza
 que a gente tem

maria nobody
 de todos ninguém

maria só minha
 dos filhos também
 maria nobody
 mais ninguém tem.

POESIA DE ÁLAMO TRADUZIDA

Eu fui ao pico piquei-me.	Ich ging nach Pico und piekte mich
Que aqui, em cada ano, Sêmos sempre menos gente. - Que terra é esta, mano, Que nada dá de repente!	Dass wir hier jedes Jahr, immer weniger Leute sind. - Was für ein Land ist dies, Bruder, Das plötzlich nichts hergibt!
(Tantas vezes já picado Fui na alma e no corpo, Que se me dano danado, Cairei, por terra, morto).	(So oft schon gepiekt Wurd ich an Leib und Seele, Was, wenn ich Verdammter mich verletz, auf den Boden falle, tot).
Álamo Oliveira Ed. Autor, 1980, pp. 24-26	ins Deutsche übertragen von Rolf Kemmler.

lua de ganga quando te via na ganga azul do teu fato embandeirava-me de ternura e propunha despir-te como se lua fosses ou nada tocava com a ponta dos dedos o poema do teu corpo era azul mas eu morria de medo. ÁLAMO OLIVEIRA	Jeansmond als ich Dich sah, in der Blue-Jeans Deines Anzugs umflaggte ich mich mit Zärtlichkeit und schlug vor, Dich auszuziehen als wenn du Mond wärst oder nichts Ich spielte mit den Fingerspitzen das Gedicht Deines Körpers war blau, aber ich starb vor Angst. Alemão ins Deutsche übertragen von Rolf Kemmler.
--	---

Eu fui ao pico piquei-me. Que aqui, em cada ano, Sêmos sempre menos gente. - Que terra é esta, mano, Que nada dá de repente!	<i>Wstąpiłem na szczyt. Zabolało Szczytnie dowcipnie Skoro tu, co roku Coraz mniej ludzi Jak po baranim skoku. Co za kraj, stary,</i>
--	--

<p>(Tantas vezes já picado Fui na alma e no corpo, Que se me dano danado, Cairei, por terra, morto).</p> <p>Álamo Oliveira Ed. autor, 1980, pp. 24-26</p>	<p><i>Nieprędko tu na wagary!</i></p> <p><i>(Szczypnęło już parę razy Na duszy i na twarzy Rypnąłem z góry jak długi Prosto na ucztę grabarzy).</i></p> <p>Polaco, trad. Anna Kalewska</p>
<p>lua de ganga</p> <p>quando te via na ganga azul do teu fato embandeirava-me de ternura e propunha despir-te como se lua fosses ou nada</p> <p>tocava com a ponta dos dedos o poema do teu corpo</p> <p>era azul mas eu morria de medo.</p> <p>ÁLAMO OLIVEIRA</p>	<p><i>Dżinsowy księżyc</i></p> <p><i>Kiedy cię zobaczyłem W modrej jak dżins sukience Nabrziałem wielką czułością I chciałem cię rozebrać Jakbyś w księżyc weszła naprędce.</i></p> <p><i>dotykałem</i> <i>Opuszkami palców Twego ciała jak wiersza</i></p> <p><i>było błękitne a zmora śmierci największa.</i></p> <p>polaco trad. Anna Kalewska</p>
<p>Eu fui ao pico piquei-me.</p> <p>Que aqui, em cada ano, Sêmos sempre menos gente. - Que terra é esta, mano, Que nada dá de repente!</p> <p>(Tantas vezes já picado Fui na alma e no corpo, Que se me dano danado, Cairei, por terra, morto).</p> <p>Álamo Oliveira Ed. autor, 1980, pp. 24-26</p>	<p><i>Ik ging naar pico en werd gestoken</i></p> <p>Dat wij hier jaar na jaar Met telkens minder mensen leven. – Wat is dit, broeder, toch voor land Dat ons niets uit zichzelf wil geven!</p> <p>(Zo dikwijls ben ik al gestoken In mijn lichaam en mijn ziel, Dat ik, als ik me kwaad zou maken Meteen morsdood ter aarde viel).</p> <p>Holandês Tradução Arie Pos</p>
<p>lua de ganga</p> <p>quando te via na ganga azul do teu fato embandeirava-me de ternura e propunha despir-te como se lua fosses ou nada</p> <p>tocava com a ponta dos dedos o poema do teu corpo</p> <p>era azul mas eu morria de medo.</p> <p>ÁLAMO OLIVEIRA</p>	<p><i>Maan in spijkerpak</i></p> <p>toen ik je zag in het blauw van je spijkerpak tooide ik me op met tederheid en stelde ik je voor je uit te kleden alsof jij de maan of niemendal was</p> <p>ik streeelde met mijn vingertoppen het gedicht van je lichaam</p> <p>het was blauw maar ik stierf van angst.</p> <p>Holandês Tradução Arie Pos</p>
<p><i>lua de ganga</i></p> <p><i>quando te via na ganga azul do teu fato embandeirava-me de ternura e propunha despir-te como</i></p>	<p>Luna di jeans</p> <p>Quando ti vedevo nel jeans azzurro del tuo abito m'imbandieravo di tenerezza e mi proponevo di spogliarti come</p>

<p><i>se lua fosses ou nada</i></p> <p><i>tocava</i> <i>com a ponta dos dedos</i> <i>o poema do teu corpo</i></p> <p><i>era azul mas eu morria de medo.</i></p> <p>ÁLAMO OLIVEIRA</p>	<p>se luna tu fossi o niente</p> <p>toccavo com la punta delle dita la poesia del tuo corpo</p> <p>era azzurro ma io morivo di paura.</p> <p>ITALIANO EMMANUELE DUCROCCHI</p>
---	---

<p>Eu fui ao pico piquei-me.</p> <p>Que aqui, em cada ano, Sêmos sempre menos gente. - Que terra é esta, mano, Que nada dá de repente!</p> <p>(Tantas vezes já picado Fui na alma e no corpo, Que se me dano danado, Cairei, por terra, morto).</p> <p>Álamo Oliveira Ed. autor, 1980, pp. 24-26</p>	<p>Sono stato al picco, mi sono punto.</p> <p>Qui, ogni anno, Siamo sempre di meno. - Che terra è questa, fratello, Che all'improvviso non dà più niente?</p> <p>(Già tante volte punto Sono stato nell'anima e nel corpo, Che se vado su tutte le furie, Cadrò, a terra, morto).</p> <p>ITALIANO EMMANUELE DUCROCCHI</p>
--	---

<p><i>lua de ganga</i></p> <p><i>quando te via</i> <i>na ganga azul do teu fato</i> <i>embandeirava-me de ternura</i> <i>e propunha despir-te como</i> <i>se lua fosses ou nada</i></p> <p><i>tocava</i> <i>com a ponta dos dedos</i> <i>o poema do teu corpo</i></p> <p><i>era azul mas eu morria de medo.</i></p> <p>Álamo Oliveira, <i>lua de ganga</i>.</p>	<p>blue-jean moon</p> <p>when i saw you in the blue denim of your jeans i lit up in tenderness and proposed to undress you as if you were the moon or nothing</p> <p>with my fingertips i touched the poem of your body</p> <p>it was blue but i was scared to death.</p> <p>Inglês by Katharine F. Baker and Bobby J. Chamberlain, Ph.D.</p>
---	---

<p>Eu fui ao pico piquei-me.</p> <p>Que aqui, em cada ano, Sêmos sempre menos gente. - Que terra é esta, mano, Que nada dá de repente!</p> <p>(Tantas vezes já picado Fui na alma e no corpo, Que se me dano danado, Cairei, por terra, morto).</p> <p>Álamo Oliveira Edição de autor, 1980, pp. 24-26</p>	<p>Je suis allé sur le pic je me suis piqué.</p> <p>C'est qu'ici, à chaque année, On s' retrouve chaque fois moins nombreux. - Qu'est-ce que c'est que pour une terre, celle là, frangin, Qui ne nous donne rien sous le champ!</p> <p>(J'ai déjà été tellement de fois piqué À l'âme et au corps, Que si je me fâche fâché Par terre, je tomberai, raide mort).</p> <p>(Álamo Oliveira-trad. Luciano Pereira)</p>
--	--

<p>lua de ganga</p> <p>quando te via na ganga azul do teu fato embandeirava-me de ternura</p>	<p>la lune en jeans</p> <p>Quand je te voyais en bleu jeans habillée je me pavaisais de tendresse</p>
---	---

<p>e propunha despir-te como se lua fosses ou nada</p> <p>tocava com a ponta dos dedos o poema do teu corpo</p> <p>era azul mas eu morria de medo.</p> <p>ÁLAMO OLIVEIRA</p>	<p>et proposais te désahabiller comme si tu fusses lune ou rien</p> <p>je touchais de la pointe des doigts le poème de ton corps</p> <p>Il était bleu et moi je mourais de peur.</p> <p>(ÁLAMO OLIVEIRA-TRAD. Luciano Pereira)</p>
--	--

<p>lua de ganga</p> <p>quando te via na ganga azul do teu fato embandeirava-me de ternura e propunha despir-te como se lua fosses ou nada</p> <p>tocava com a ponta dos dedos o poema do teu corpo</p> <p>era azul mas eu morria de medo.</p> <p>ÁLAMO OLIVEIRA</p>	<p>La lune habillée de jean</p> <p>Quand je te voyais dans le jean bleu de ton costume je me drapais de tendresse et j'envisageais te dévêtir comme si tu étais la lune ou rien d'autre</p> <p>je touchais de la pointe des doigts le poème de ton corps</p> <p>Il était bleu mais moi j'e mourais de peur.</p> <p>FRANCÊS POR MANUEL J SILVA</p>
---	---

<p>Eu fui ao pico piquei-me.</p> <p>Que aqui, em cada ano, Sêmos sempre menos gente. - Que terra é esta, mano, Que nada dá de repente!</p> <p>(Tantas vezes já picado Fui na alma e no corpo, Que se me dano danado, Cairei, por terra, morto).</p> <p>ÁLAMO OLIVEIRA Edição de autor, 1980, pp. 24-26</p>	<p>Am fost în pico m-am înțepat.</p> <p>Căci aici, în fiecare an, Suntem din ce în ce mai puțini. - Ce pământ e asta, frate, Ce deodată se sfârșete!</p> <p>(De atâtea ori înțepat Am fost în suflet și în trup, Și de la naiba ma voi duce, Voi cădea, la pământ, mort).</p> <p>ROMENO SIMONA VERMEIRE</p>
--	---

<p>lua de ganga</p> <p>quando te via na ganga azul do teu fato embandeirava-me de ternura e propunha despir-te como se lua fosses ou nada</p> <p>tocava com a ponta dos dedos o poema do teu corpo</p> <p>era azul mas eu morria de medo</p> <p>ÁLAMO OLIVEIRA</p>	<p>Luna de blugi</p> <p>când te vedem în blugii albaștri al portului tău Mă înălțam de tandrețe și-mi doream să te dezbrac și cum lună erai și atât</p> <p>atingeam cu vârful degetelor poemul corpului tău</p> <p>era albastru dar eu muream de frică.</p> <p>ROMENO SIMONA VERMEIRE</p>
--	---

<p>Eu fui ao pico piquei-me.</p> <p>Que aqui, em cada ano, Sêmos sempre menos gente.</p>	<p>Fui al pico y me pique</p> <p>Que aqui de año em año Somos siempre menos gente</p>
--	---

<p>- Que terra é esta, mano, Que nada dá de repente!</p> <p>(Tantas vezes já picado Fui na alma e no corpo, Que se me dano danado, Cairei, por terra, morto).</p> <p>ÁLAMO OLIVEIRA Edição de autor, 1980, pp. 24-26</p>	<p>- Que tierra es esta, hermano Que nada da de repente!</p> <p>Tantas veces ya picado fui en el alma y en el cuerpo que si me daño dañado Caeré por tierra muerto.</p> <p>CASTELHANO POR CONCHA ROUSIA</p>
--	---

<p>lua de ganga</p> <p>quando te via na ganga azul do teu fato embandeirava-me de ternura e propunha despir-te como se lua fosses ou nada</p> <p>tocava com a ponta dos dedos o poema do teu corpo</p> <p>era azul mas eu morria de medo</p> <p>ÁLAMO OLIVEIRA</p>	<p>luna en vaqueros</p> <p>cuando te veia con os vaqueros azules da tua vestimenta me abanderaba de ternura y me proponia desnudarte como si luna fueses o nada</p> <p>tocaba con la punta de los dedos el poema de tu cuerpo</p> <p>Era azul pero yo me moria de miedo.</p> <p>CASTELHANO POR CONCHA ROUSIA</p>
--	--

POESIA DO CHRYS TRADUZIDA

(maria nobody, à maria mãe, pico, 9 agosto 2011)	(maria nobody, der Mutter Maria, Pico, 9. August 2011)
maria nobody	maria nobody
de todos ninguém	von allen niemand
de alguém	von jemandem
de um só	
maria nobody	maria nobody
com body de jovem	mit body einer jugendlichen
maria só minha	maria nur meine
assim te sonho	assim ich träum dich
assim te habito	assim ich leb dich
maria nobody	maria nobody
de todos ninguém	von allen niemand
maria nobody	maria nobody
mãe	mutter
amante	
mulher	
minha maria	meine maria
maria nobody	maria nobody
de todos ninguém	von allen niemand
nem sabes a riqueza	weiß nicht einmal vom Reichtum
que a gente tem	den wir haben
Chrys Chrystello in CQI VOLS 1-5, 2011	ins Deutsche übertragen von Rolf Kemmler
	.

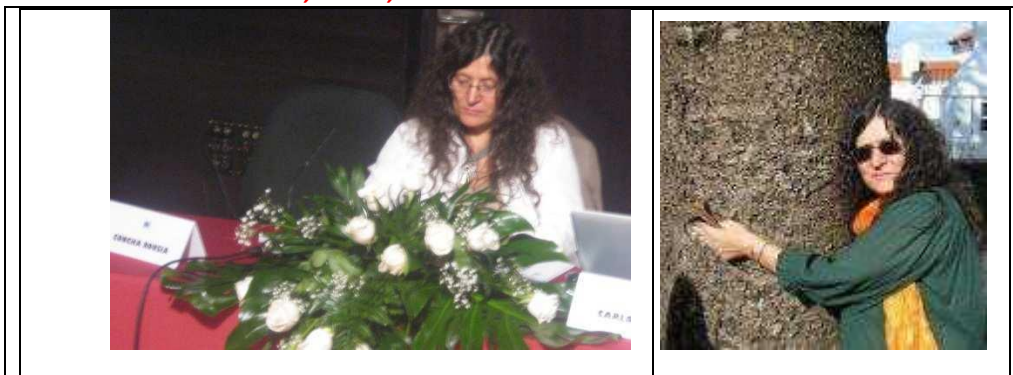
<p>(maria nobody, à maria mãe, pico, 9 agosto 2011)</p> <p>maria nobody de todos ninguém</p> <p>de alguém de um só maria nobody com body de jovem</p> <p>maria só minha assim te sonho assim te habito</p> <p>maria nobody de todos ninguém</p> <p>maria nobody mãe amante mulher minha maria</p> <p>maria nobody de todos ninguém nem sabes a riqueza que a gente tem</p> <p>chrys chrystello in cqi vols 1-5, 2011</p>	<p>(maria nobody, do matki marii, pico/azory, 9 sierpnia 2011)</p> <p>maria nobody wszystkich niczyja</p> <p>czyjaś jednego jedynego maria nobody z młodym body</p> <p>mario tylko moja tak marzę o tobie tak w tobie bytuję</p> <p>maria nobody wszystkich niczyja</p> <p>maria nobody matko kochanko żono maria moja</p> <p>maria nobody wszystkich niczyja bogactwa niepomna jakie nas dotknęło.</p> <p>CHRYSTELLO, trad. Anna Kalewska</p>
<p>(maria nobody, à maria mãe, pico, 9 agosto 2011)</p> <p>maria nobody de todos ninguém</p> <p>de alguém de um só maria nobody com body de jovem</p> <p>maria só minha assim te sonho assim te habito</p> <p>maria nobody de todos ninguém</p> <p>maria nobody mãe amante mulher minha maria</p> <p>maria nobody de todos ninguém nem sabes a riqueza que a gente tem</p> <p>Chrys Chrystello in CQI VOLS 1-5, 2011</p>	<p>maria nobody</p> <p>maria nobody de tous personne</p> <p>de quelqu'un d'un seul maria nobody body de jeunesse</p> <p>maria rien qu'à moi ainsi je te rêve ainsi je t'habite</p> <p>maria nobody de tous personne</p> <p>maria nobody mère maîtresse femme ma maria</p> <p>maria nobody de tous personne si seulement tu savais la richesse que l'on a</p> <p>FRANCES trad. Luciano Pereira)</p>
<p>(maria nobody, à maria mãe, pico, 9 agosto 2011)</p>	<p>maria nobody</p>

<p>maria nobody de todos ninguém</p> <p>de alguém de um só maria nobody com body de jovem</p> <p>maria só minha assim te sonho assim te habito</p> <p>maria nobody de todos ninguém</p> <p>maria nobody mãe amante mulher minha maria</p> <p>maria nobody de todos ninguém nem sabes a riqueza que a gente tem</p> <p>Chrys Chrystello in CQI VOLS 1-5, 2011</p>	<p>Marie nobody De tous et de personne</p> <p>De quelqu'un D'un seul Marie nobody Avec un body de jeune fille</p> <p>marie à moi seul C'est ainsi que je te vois en rêve C'est ainsi que j'habite en toi</p> <p>Marie nobody De tous et de personne</p> <p>Marie nobody Mère Maîtresse Femme Ma petite Marie</p> <p>Marie nobody De tous et de personne Tu ne saurais imaginer La richesse que nous avons</p> <p>Francês por MANUEL JOSÉ SILVA</p>
<p>2011) (maria nobody, à maria mãe, pico, 9 agosto</p> <p>maria nobody de todos ninguém</p> <p>de alguém de um só maria nobody com body de jovem</p> <p>maria só minha assim te sonho assim te habito</p> <p>maria nobody de todos ninguém</p> <p>maria nobody mãe amante mulher minha maria</p> <p>maria nobody de todos ninguém nem sabes a riqueza que a gente tem</p> <p>Chrys Chrystello in CQI VOLS 1-5, 2011</p>	<p>(maria nobody, der Mutter Maria, Pico, 9. August 2011)</p> <p>maria nobody von allen niemand</p> <p>von jemandem von nur einem maria nobody mit body einer jugendlichen</p> <p>maria nur meine assim ich träum dich assim ich leb dich</p> <p>maria nobody von allen niemand</p> <p>maria nobody mutter liebhaberin frau meine maria</p> <p>maria nobody von allen niemand weiß nicht einmal vom Reichtum den wir haben</p> <p>ALEMÃO ins Deutsche übertragen von Rolf Kemmler.</p>
<p>(maria nobody, à maria mãe, pico, 9 agosto 2011)</p>	<p>(maria nobody, mariei mame, pico, 9 august 2011)</p>

<p>maria nobody de todos ninguém</p> <p>de alguém de um só</p> <p>maria nobody com body de jovem</p> <p>maria só minha assim te sonho assim te habito</p> <p>maria nobody de todos ninguém</p> <p>maria nobody mãe amante mulher minha maria</p> <p>maria nobody de todos ninguém nem sabes a riqueza que a gente tem</p> <p>Chrys Chrystello in CQI VOLS 1-5, 2011</p>	<p>maria nobody a tuturor a nimănuî</p> <p>a cuiva a unuia singur</p> <p>maria nobody cu body de tânără</p> <p>maria numai a mea șă te visez așă te locuiesc</p> <p>maria nobody a tuturor a nimănuî</p> <p>maria nobody mamă amantă femeie maria mea</p> <p>maria nobody a tuturor a nimănuî nici nu-ți imaginezi bogăția pe care o avem</p> <p>ROMENO SIMONA VERMEIRE</p>
---	---

<p>(maria nobody, à maria mãe, pico, 9 agosto 2011)</p> <p>maria nobody de todos ninguém de alguém de um só</p> <p>maria nobody com body de jovem</p> <p>maria só minha assim te sonho assim te habito</p> <p>maria nobody de todos ninguém</p> <p>maria nobody mãe amante mulher minha maria</p> <p>maria nobody de todos ninguém nem sabes a riqueza que a gente tem</p> <p>Chrys Chrystello in CQI VOLS 1-5, 2011</p>	<p>(maria nobody, a maria madre, pico, 9 agosto 2011)</p> <p>maria nobody de todos nadie de alguie de uno solo</p> <p>maria nobody con body de joven</p> <p>maria solo mia así te sueño así te habito</p> <p>maria nobody de todos nadie</p> <p>maria nobody madre amante mujer</p> <p>maria mia</p> <p>maria nobody de todos nadie ni sabes la riqueza que la gente tiene.</p> <p>CASTELHANO CONCHA ROUSIA</p>
--	---

5. CONCHA ROUSIA, AGLP, GALIZA



CONCHA Rodríguez PÉREZ,

TEMA 3.2. A GALIZA NA OBRA POÉTICA DE CHRYS CHRYSTELLO - CONCHA ROUSIA, ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA

Partindo da análise da obra 'Crónica do Quotidiano Inútil' tratarei de entender a dimensão que a Galiza, tanto como ser vivo, terra que sofre, quanto como conceito lírico, tem na obra do poeta Chrys Chrystello. A primeira parte estará baseada na análise dos poemas incluídos na obra mencionada, que conformam o capítulo IV (Planeta Galiza) e que são os seguintes:

- Partir (à Concha Rousia e a uma Galiza Lusófona)
- Lendas da minha Galiza
- Concha é nome de guerra
- Elegia à AGLP
- Geneviève, e
- Galiza como *Hiroshima mon amour*.

Para complementar a minha análise considerarei também informações obtidas diretamente de conversas mantidas com o poeta Chrys Chrystello.

INTRODUÇÃO

Três são os eixos essenciais que confluem nesta análise, como se fosse uma trindade, três dimensões, a poética, representada pela poesia de Chrys Chrystello, a humana, representada pelo poeta Chrys Chrystello, e a social, representada pela Galiza. Começarei descrevendo, mais do que definindo estes três conceitos. Mas como se define a poesia? Como o poeta? E como a Galiza? Tentarei aproximar com as minhas palavras, como se fossem fotografias conceituais, como se as palavras pintassem, uma ideia sobre quem é o poeta Chrys Chrystello, o que é a poesia e ainda o que é a Galiza.

O POETA

Basear-me-ei nas informações que tenho sobre Chrys Chrystello, juntamente com o conhecimento pessoal que tenho do poeta. Antes de mais devo afirmar que o Chrys não apenas acredita em multiculturalismo, é um exemplo vivo de multiculturalismo, nascido numa família mista com alemão, galego, português, brasileiro, judeu...

O seu multiculturalismo genético cultural vem tanto por parte materna como por parte paterna. Não tenho certeza em que momento da sua história o Chrys se fez consciente desse seu multiculturalismo. Essa será uma

pergunta que guardo para fazer ao poeta no próximo encontro; pois fiquei curiosa por saber se o seu multiculturalismo teve algum efeito nas suas escolhas de forma consciente ou se esse multiculturalismo atuou desde as profundas raízes do inconsciente, e só foi depois que o poeta descobriu essa trança de tantos fios e tanta riqueza de ancestrais. Fica esta questão para ser respondida e incorporada a informação derivada para uma ampliação que irei fazer deste trabalho em posterior ocasião.

Chrys foi levado em 1973 pelo Exército Português a prestar serviço em Timor; permaneceu lá por dois anos, em 1975 deixou Timor para ir-se para a Austrália e não demorou em perceber que queria ser australiano. Atrevo-me a dizer que o Chrys encontrou na Austrália a pátria capaz de acolher todas as suas pátrias, as descobertas e as por descobrir, as territoriais e as ideológicas e as poéticas. Pergunto-me se por aquela época o Chrys já tinha descoberto que a Galiza era mais uma de suas pátrias; embora consciente ou não desse facto, a Galiza ia nele como ser vivo, e com ele se movia pelo mundo, pois aonde o Chrys vai, a Galiza vai; isso é algo que desde já posso afirmar. Naquela altura o Chrys já era um estudioso das línguas e da política; sendo também já um autor publicado. Saliento aqui de sua obra poética o primeiro volume da Crónica do Quotidiano Inútil (1972). Publicou também um ensaio político sobre Timor. Mas a sua trajetória passou por muitos e diversos campos. Foi escolhido para um posto executivo como economista na CEM (Companhia de Eletricidade de Macau). Depois escolheu Sydney (e mais tarde Melbourne) para continuar sua vida como cidadão australiano até 1996.

No 1967 entra no mundo do rádio jornalismo, onde lhe esperavam grandes aventuras, e também na televisão e na imprensa.

Entre os anos 1976 e 1996 escreveu sobre o drama que se vivia em Timor Leste quando o mundo se negava a vê-lo. Sempre atento à voz que outros desde o poder escolhem não ouvir, mesmo quando essa voz era um grito, o Chrys não apenas ouvia, ele prestava a sua voz.

Podemos dizer que o escritor Chrys Chrystello desde sempre se interessou pelas línguas; e desde os anos setenta teve que enfrentar os mais de 30 dialetos no Timor-Leste.

Na Austrália aprendeu sobre as marcas de uma tribo aborígine que falava um crioulo do português. Foi membro fundador do AUSIT (the Australian Institute for Translators and Interpreters) e membro do painel da NAATI (National Accreditation Authority) desde o ano 1984, Chrys lecionou estudos de linguística e multiculturalismo. Tem ampla experiência na tradução e interpretação especialista em multitudine de áreas desde artísticas até jurídicas ou médicas. Participou em conferências em muitos países nos diversos continentes. Autor de numerosas obras sobre os mais diversos temas, sempre com marcado multiculturalismo, tanto prático como teórico.

A defesa do multiculturalismo é uma das grandes teimas deste autor, e é também uma das suas grandes riquezas.

Com os Colóquios da Lusofonia, de que é Presidente, e se podia poeticamente mesmo dizer que é pai, tem levado as vozes que necessitam ser ouvidas aos lugares mais diversos desde onde se podem ouvir. Entre estas vozes sempre levou a voz da Galiza, conseguindo para ela o que em terra própria lhe era negado. Foi nos Colóquios

da Lusofonia que se concebeu e se deu a conhecer o projeto da criação da Academia Galega da Língua Portuguesa; podemos dizer que, portanto, que ele é pai putativo desta novel academia.

Poucos poetas como ele poderão dizer que tem escrito poemas a praticamente todos os cantos da Lusofonia com a intensidade de quem está a escrever sobre a sua própria terra. Dentro dessas terras às que este poeta canta, acha-se naturalmente, a Galiza.

Na sua obra “Crónica do Quotidiano Inútil” com a que comemora 40 anos de vida literária, há um capítulo dedicado inteiramente à Galiza.

Nesse capítulo intitulado 'Planeta Galiza' inclui os poemas que se integram neste estudo. (Chrys, página web)

A POESIA

Há pessoas que se dedicam a escrever a história para que fiquem documentados os fatos, os momentos, os acontecimentos que na vida veem, ou que sabem têm tido lugar. A poesia é diferente, a poesia é uma representação, uma fotografia feita com palavras do momento vivido, ou do que se tem alguma forma de conhecimento, de experiência, alguma forma de acesso. A poesia é como um momento congelado no tempo, integrada por componentes intelectuais e componentes emocionais para contar um acontecimento. De fato a epopeia é definida como o conjunto de acontecimentos históricos narrados em verso e que podem não representar os acontecimentos com fidelidade.

Os acontecimentos que se narram na epopeia são de fatos com relevante conceito moral, que transcorreram durante guerras, ou que fazem referência a outros fenómenos históricos ou mesmo míticos. Em todo o caso, desde o meu ponto de vista a verdade poética não se acha na história, mesmo quando trata de ser fiel aos acontecimentos e sim se acha na manifestação artística, se acha em tudo que fica expressado entre as linhas e não necessariamente recolhido nos conceitos que as palavras tratam de representar. O poder da poesia é portanto, o poder da máquina do tempo, faz viajar os fatos, como se os congelasse. Tomando como base uma definição oferecida pela Wikipédia podemos dizer que a poesia é uma das sete artes tradicionais, pela qual a linguagem humana é utilizada com fins estéticos, ou seja que ela retrata algo em que tudo pode acontecer da imaginação do autor e da imaginação do leitor. (Wikipédia 2)

MAS O QUE É A POESIA PARA CHRYS CHRYSTELLO?

Perguntado ele responde: "A poesia é uma fuga para a utopia, contra a injustiça e desigualdade, a voz que os jornais não permitem, um recurso para os momentos felizes, uma fuga quando o mundo exterior me oprime." Tentarei ver como esta definição teórica se confirma na sua poesia. Mas antes vamos apresentar a poesia.

Poemas no capítulo 'Planeta Galiza' (Chrystello, 2012)

PARTIR (à Concha Rousia e a uma Galiza Lusófona)

Partir!

cortar amarras

como se ficar fosse já um naufrágio

ficar

como quem parte nunca
partir
como quem fica nas asas do tempo
ficar
como se viver fosse uma morte adiada
partir!
cortar amarras
cortas grilhetas
vencer ameias
velas ao vento
olhar o mundo
descobrir liberdades
esta a mensagem
levar o desespero ao limiar
até erguer a voz
sem medos
até rasgar as pedras
e o ventre úbere
semear desencanto
sorrir à grande utopia
nascer
- de novo -
dar o salto
transpor a fronteira
entre o ter e o ser
imaginar
como só os loucos sabem
e então chegaste
com primaveras nos dedos
e liberdade por nome
loucas promessas insinuavas
despontaste
como quem acorda horizontes perdidos
demos as mãos
sabor de início do mundo
pendão das palavras por dizer
esta a revolução
minha bandeira por desfraldar.

LENDAS DA MINHA GALIZA

Galiza és tão especial

*quando sorris
por que não sorris sempre?*

*Galiza és tão bela
quando escarneces
com gargalhadas cristalinas
por que não ris sempre?*

*Galiza és tão enamorada
quando falas e cicias
por que não tagarelas sempre?*

*no monte das Ánimas
na era dos Templários
os cervos eram livres
e os servos escravos*

*do poço no meu eido
transbordam palavras
dele sorvo inspiração
amores e mouras encantadas
lá aprendi a história de Ith
filho de Breogán
indo à torre de Hércules
seduzir Eirin a Verde
este conto queda silente
na memória dos velhos
já não o aprendem os nenos*

*li em livros vetustos
o sumiço das Cassitérides
eram cativos os Ártabros
nas forjas de estanho
não encontrei os mapas
no meu poço seco e definhado
nem um fio de água
sem pardais nas árvores
nem flores no jardim
sentí o coração trespassado
as lágrimas minguaram
jamais haveria fadas ou sereias
cronópios e polinópios*

*fui penar ao cimo do monte
atopei umas meigas
a dançar com o Dianho
também vi o Chupacabras
estandarte de Castela*

*sem medo de travessuras de Trasgos
nem Marimanta ou Dama de Castro
sem temor da Santa Companhia
nem do Nubeiro vagueando
entre tempestades e tormentas
juntei ferraduras, alho e sal
colares de conchas e tesouras abertas
esconjurei meigas castelhanas
que me salve o burro farinheiro
ou o banho santo em Lanzada*

*visitei Santo Andrés de Teixido
duas vezes de morto
que não visitei uma de vivo
desci a Ribadavia
ali nasce o Minho
que ora passa caladinho
para não despertar os meninos*

*sigo caminhando
busco a moura fiandeira
um dia virá o eco
e brotará água de meu poço
escreverei os versos e serão mágicos
afincado no chão
erguerei a tua flâmula
no poste mais alto e cantarei
Galiza livre sempre.*

CONCHA É NOME DE GUERRA

*para ti não há música nem dança
apenas as artes marciais
guerrilheira de montes e vales
urdidora de emboscadas*

*sob a copa das amplas árvores
brandes teu gládio de palavras suaves
não usas as falas do inimigo
vingas a dor de seres galega*

*a montanha tu a herdaste sozinha
prenhada de mar na ilha dos nossos
o povo desaparecido da Rousia aldeia
esse recanto insuspeito ao virar da raia
esse recanto insuspeito ao virar da raia
onde fui a férias em 2005 sem te saber
eu que nasci galego do sul
sendo galego de Celanova*

*apartado de meus irmãos e irmãs
vivi séculos de história ao desbarato
distavam mares que nunca navegávamos
montes que nunca escalámos
estrelas que jamais enxergámos*

*até um dia em que surgiste
vestias azul e branco orlada a ouro
estandarte do nosso reino
ciciavas liberdades por atingir
sonhos por realizar
brandias a tua utopia
numa mesma lusofonia.*

ELEGIA À AGLP

*viver numa ilha é prisão
sair dela é impossível
nem a velocidade da chita
nem a força do elefante
nem o mergulho do cachalote*

*viver numa ilha é prisão
inúteis os passaportes
ou vistos consulares
não basta saber nadar*

*viver na Galiza é prisão
sair é possível
não expulsa carcereiros
não abate as grades
não liberta do cativo*

*viver nesta ilha é prisão
há sempre uma Concha dos Bosques
ou um Ângelo Merlim
um Joám Pequeno Evans Pim
um frei Tuck Montero Santalha
e seu bando de lusofalantes
maneja o arco como António Gil
a invencível besta da Lusofonia*

GENEVIEVE

*genevieve era nome de mulher
em restaurante japonês
no meio de chinatown*

*sorrisos largos e astutos
mansos como o rio minho
olhos profundos amendoados
como o canon do sil
prometia ribeiras sacras
seios amplos acolhedores
como as rias baixas*

*genoveva da galiza
amazona em sidney
um pai na argentina
uma mãe em paris
com saudades de arousa
servia sushi com saké*

...

minhas loucas bebedeiras em galego.

GALIZA COMO HIROSHIMA MON AMOUR

*acordaste
e ouviste o teu hino*

*estandarte desfraldado
ao vento ao intrépido som
das armas de breogán
amor da terra verde,
da viçosa terra nossa,
à nobre Lusitânia
estendes os braços amigos,
despertas do teu sono
agarras nos irmãos
caminhas pelas estradas
ergues bem alto a voz
dizes a quem te ouve quem és
orgulhosa, vetusta e altiva
indomada criatura
nenhum poder te subjugará
indomada criatura
nenhum poder te subjugará
nenhum exército te conquistará
nenhuma lei te aniquilará*

és a Galiza mon amour. (Chrys, 2012)

A Galiza

Todo país, toda terra, toda pátria é indefinível, ou dito de outra forma, toda a terra poderia ser definida de muitas formas, tal qual se fossem acontecimentos lendários; portanto eu vou colocar aqui uma carta em que a Galiza, através das minhas palavras, se apresenta ao Brasil. Esta é a imagem da Galiza que levo em mim, e acho é uma dialoga imagem perfeitamente com a Galiza que vive e viaja na alma deste poeta.

Carta da Galiza ao Brasil

Meu benquerido irmão:

Antes de mais permite-me que me apresente, há tantas cousas erradas que te tem contado de mim, e eu quero, necessito mesmo, que tu me conheças como eu sou. O meu nome é Galiza, ocupo o noroeste da península Ibérica, sou geograficamente, culturalmente e linguisticamente irmã de Portugal, que fica ao meu Sul, do outro lado do rio Minho; uma pequenina parte de mim permaneceu sempre independente de qualquer estado até meados do século XIX, mas hoje sou um território totalmente dominado polo Estado Espanhol... Eu sou uma velha pátria que esqueceu já a sua idade; mas o que nunca vou esquecer, mesmo que ao mundo lhe custe perceber, é que em mim nasceu e se criou a nossa língua; esta que tu e eu falamos e que por vicissitudes da história se conhece internacionalmente apenas como 'português', mas que nós aqui também chamamos 'galego'. Mas deixa-me continuar a te contar...

Permite-me que te fale um bocadinho da minha longa história. Eu sou a velha terra chamada 'Calaica' Terra onde, como já te disse, nasceu e se criou esta nossa formosa língua; um dia eu fui grande... Naqueles tempos foram os meus filhos os que emigrados povoaram a Bretanha, o Centro dos Alpes, e as ilhas Britânicas, consolidando durante milénios a laborada cultura Atlântica. Vai ser muito difícil para mim em poucas palavras resumir-te tantos azares, tantas batalhas, tantas façanhas e também tanta dor e tanto sangue derramado.

Muitos foram os povos que quiseram governar-me, pola cobiça do Ouro, pola riqueza mineira que guardava a minha entranha; chegaram legados de Roma ávidos de conquista e saque, para abrir seu domínio, atravessando do Douro as margens, mas antes tiveram que ceifar 50.000 almas indomáveis, que a peito nu combatiam, porque cobrir o peito era para eles ação de cobardes. Do Latim trazido com as suas outras falas, misturou-se através dos séculos nossa céltica linguagem, para que abrolhasse na Idade Media a língua que agora, meu irmão em espírito, embeleces arrolando-a, com o amor e a exuberância das florestas incontornáveis. Essa língua nascida para amar e ser cantada criou uma das maiores culturas da Europa Medieval, polo caminho de Sant'Iago difundida e admirada. Mas tarde, nas lutas dos reinos Ibéricos polo controlo da Hispânia, fui vencida e humilhada polos reis Católicos de Castela e seus ferozes aliados, para pronto, sem dar-me fôlego, à escuridão ser condenada. Atrás ficara o 1º Reino da Europa a liberar-se do Império romano, no século V, polo embate dos aguerridos suevos. Atrás ficaram as lutas entre Afonso Henriques, 1º rei português, meu filho do Porto Calem, e seu primo Afonso VII, imperador de toda a Gallaecia.

Minhas glórias foram vendidas pola arrogância e a astúcia dos homens, pola traição dos insensatos; meu nome da história foi apagado. Mas o espírito só adormeceu, e centos de anos mais tarde, as vozes de Rosalía, Pondal, Curros Enríquez e muitos outros, alguns mártires em Carral, ergueram de novo esta chama que agora te entrego irmão na confiança, sabendo que farás bom uso dela, e elevarás no continente americano, como na África e Oceânia, onde outros irmãos nos aclamam, a voz lírica deste novo mundo, lusofonia chamado, para que nunca mais a vida nascida das minhas entranhas seja por outros desprezada.

Eis a minha história, irmão Brasil, ainda hoje continuam meus filhos, contra a ignorância lutando, pola dignidade deste recanto que foi berço da cultura que hoje tu com orgulho ao mundo amstras sem arrogância. Continuarão ainda cá tempos difíceis que pronto iremos superando com ajuda dos nossos irmãos que conhecem a nossa palavra, porque a palavra hoje é carne e mora vestida de raças, para os povos unir na nobreza da que foi criada.

Como vês, querido irmão, a minha luta tem sido longa e sem tréguas, tenho de admitir que vou velha e por vezes me sinto cansada... acho alívio em saber que tu herdaste a minha fala e que em ti nunca se apagará a minha chama; não é que eu recuse a luta, mas tenho que ser realista... O destino da nossa língua, língua em que eternamente viajará a minha alma, aqui na pátria mãe, ainda é incerto.

Há algum tempo um grupo de intelectuais e artistas, professores, escritores, e defensores da nossa cultura, criaram a Academia Galega da Língua Portuguesa (AGLP). A ajuda da Academia das Ciências de Lisboa e da Academia Brasileira de Letras foi notável e imprescindível. A AGLP, a que sinto como a minha filha mais nova, tentará abrir os caminhos que rompem o cerco que nos sitia e nos abafa; do seu êxito depende em grande medida o meu futuro, é por isso que te peço a acolhas com agarimo e a ajudes no que puderes em nome da nossa eterna irmandade.

A nossa língua atravessa uma das suas piores etapas de todos os tempos na terra berço, a terra mãe que com tanto amor a viu nascer, e a seus filhos e filhas de todo o mundo envia hoje a sua voz... Voz que vai na procura de ajuda que tanto necessito, ajuda que restaure a minha dignidade, peço não continuar a ser ignorada. Por isso te falo, querido irmão, por isso te falo...

Recebe de mim a palavra que mais estimes, meu amado irmão Brasil

Assinado: A Galiza (Rousia, Blog República da Rousia)

Mas o que é a Galiza para Chrys Chrystello?

Perguntado o poeta responde:

“A Galiza é uma referência matricial inculcada pelo pai e avó paterna como a origem ancestral no ano de 942. Cellanova foi o ponto de partida onde um homem e uma mulher se juntaram para criar os Barbosa dos quais descendo, assim como dos Meira também galegos.”

Como podemos ver o Chrys, poeta voador, é muito consciente de suas raízes, o que lhe permite voar com a força e sem medos, pois só quem sabe que sua raiz é de profundidade eterna se atreve a voar tão longe, tão alto, tão generoso em sua trajetória, tanto quanto possível

COMO FOI QUE DESCOBRISTE QUE A GALIZA ERA UM SER VIVO QUE TAMBÉM NECESSITAVA SE ALIMENTAR DE TI?

“A Galiza precisa da voz dos que a amam e sofrem com a opressão de estarem sob jugo estrangeiro há 500 anos ++++” Breve conciso e contundente Chrys.

ACHAS QUE É POSSÍVEL UMA GALIZA FORA DA LUSOFONIA?

A Galiza só existe se for lusófona, se fosse castelhanizada não seria Galiza...

E COMO FICARIA A LUSOFONIA SE A GALIZA SE PERDER DE SUA LÍNGUA DEFINITIVAMENTE?

A Lusofonia ficaria órfã da sua mãe, que lhe deu origem e razão de ser e nisto de bater na mãe já bastou o Dom Afonso Henriques primeiro rei de Portugal...

Como vês o futuro da Galiza, da Lusofonia e do Mundo?

Promissor desde que as novas gerações entendam o peso da Lusofonia e a arma que a língua pode ser contra a dominação e o jugo estrangeiro opressor.

COMO ACHAS A POESIA PODE AJUDAR?

A poesia é uma arma carregada de sonhos e o sonho comanda a vida como disse António Gedeão.

POR FAVOR CONTA TUDO QUE TE FALTE POR CONTAR RELATIVAMENTE À IMPORTÂNCIA DA GALIZA NA TUA VIDA, TANTO PESSOAL COMO POÉTICA...

Na juventude/adolescência a Galiza era uma extensão do país para norte e não um acréscimo do país ao lado que era a Espanha... ..são galegos os do Minho a Trás-os-Montes com um sotaque diferente, mas a mesma alma...

ANÁLISE DOS POEMAS

Os textos formam um conjunto que definem o planeta que o poeta chama 'Planeta Galiza' e dão conta da realidade atual da Galiza, dão também as pinceladas suficientes para termos uma breve história contada de forma

épica. A Galiza está em grande dívida com o poeta, pois ele a reconhece ilha, tal qual ela é, mas já a sonha planeta, livre como ela flui nos seus versos, linda e indomesticável; uma pessoa sente desejos de se ficar a viver neste planeta. Vamos agora olhar mais de perto e detalhadamente os poemas.

Os poemas do Chrys são a vivificação do seu mundo conceitual, eles são mostras vivas do que ele acha a poesia é, e que eu resumi baseando-me nas palavras dele como: 'uma fuga para a utopia quando o mundo exterior me oprime.' (Comunicação pessoal)

O poema 'Partir', primeiro desta série, primeiro do planeta Galiza, parece a Galiza mesma falando de sua urgência por mudar a situação que vive. Neste poema a Galiza parte, corta amarras, porque ficar é já um naufrágio, é um naufrágio desde há demasiado tempo, demasiados séculos. A Galiza parte para ficar nas asas do tempo, para viver, se eternizar... E como se viver como realmente vive fosse adiar só um bocado a morte; a poesia do Chrys corta grilhetas, vence ameias, iça velas ao vento.... Vai sorrir à grande utopia: nascer! A Galiza indo, partindo do lugar onde se abafa: a Galiza nasce! Renasce! - de novo – Eu não sei se o poeta foi consciente disto tudo que ele colocou neste poema, e talvez se poderia adaptar a outras realidades, a outras terras, certamente poderia, mas este poema cai como uma luva para o espírito da Galiza.

O poema 'Lendas da minha Galiza' é um canto de amor, épico, no que o poeta salienta aqueles aspetos da Galiza que ele quer ver crescer, como se os semeasse, para ver a Galiza florir, eis a utopia! Quer o poeta que a Galiza seja feliz, se expresse, se conte tal e qual ela é, tal e qual ela foi sonhada desde o começo dos tempos, o poeta clama por uma Galiza que conserve toda a sua história, seu celtismo tão negado pelos historiadores com outros interesses do que a realidade histórica da Galiza. Dá vida a Ith, filho de Breogán, e reclama um povo para vir herdar esta riqueza secular, por não ver isto acontecendo o poeta canta:

*senti o coração trespassado
as lágrimas minguram
jamais haveria fadas ou sereias
cronópios e polinópios*

Mas nem toda a dor deste mundo detém o poema ai, nem a Santa Companhia detém o poeta que anuncia seu propósito de visitar o Santo André de Teixido, o que, de novo, o rende galego, pois só os galegos têm que fazer esse caminho peregrino quer de mortos, quer de vivos:

*visitei Santo Andrés de Teixido
duas vezes de morto
que não visitei uma de vivo*

Desce pelo Minho, desde o nascimento, permitindo que o curso vivo da água flua em seu poema, vai na procura da moura, vai na procura do eco que outorgue a seus versos o poder de libertar esta terra que tanto ama.

*escreverei os versos e serão mágicos
afincado no chão
erguerei a tua flâmula*

*no poste mais alto e cantarei
Galiza livre sempre.*

O poema 'Concha é nome de guerra', o que eu pessoalmente agradeço muito, muito mais do que me caberia dizer aqui, mostra como é dura a escolha de resistir, com seus versos ele tece uma capa para a galega que resiste sem renunciar a nada do que é, sem perder nada da sua essência. Nesse poema também se reivindica a si mesmo quando diz:

*eu que nasci galego do sul
sendo galego de Celanova,
apartado de meus irmãos e irmãs,
vivi séculos de história ao desbarato*

E coloca o rumo face a lusofonia, uma utopia para a que vale a pena escrever e lutar com a palavra.

No seu poema 'Elegia à AGLP', no que verso após verso faz sentir ao leitor como é viver numa ilha, numa ilha que é prisão, viver como se vive agora na Galiza é prisão, e sair mesmo que parece difícil é possível com a tripulação da AGLP a que o poeta coloca dentro da sua elegia. De novo a utopia se faz possível, o poema começa com um reconhecimento da realidade, dura, difícil, situação de isolamento, mas que ele no poema já semeia com força a profecia, o desejo de a ver avançando.

O último poema deste capítulo intitula-se 'Galiza como Hiroshima mon amour', com a força de um hino os versos vão narrando as bondades, as belezas, as grandezas da Galiza que devem ser preservadas, defendidas, amadas, protegidas e encaminhadas à nobre Lusitânia com a força de quem desperta de um longo sono para ir com os irmãos, erguendo a voz. A voz do poema vai crescendo para no final, nesse último verso poeta, poesia e Galiza se deixem sentir como uma só voz.

*indomada criatura
nenhum poder te subjugará
nenhum exército te conquistará
nenhuma lei te aniquilará*

és a Galiza mon amour.

Referências Bibliográficas

-
- Chrystello, C. (2012) Crónica do Quotidiano Inútil. Vila Nova de Gaia. Calendário Editora.
Chrystello, C. (Página web) <http://oz2.com.sapo.pt>
Rousia, C. (Blog República da Rousia) <http://republicadarousia.blogspot.com.es>
Wikipédia <http://pt.wikipedia.org/wiki/Poesia>



6. EDLEISE MENDES, SOCIEDADE INTERNACIONAL DE PORTUGUÊS LÍNGUA ESTRANGEIRA (SIPLE) /UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA - BRASIL)



EDLEISE MENDES

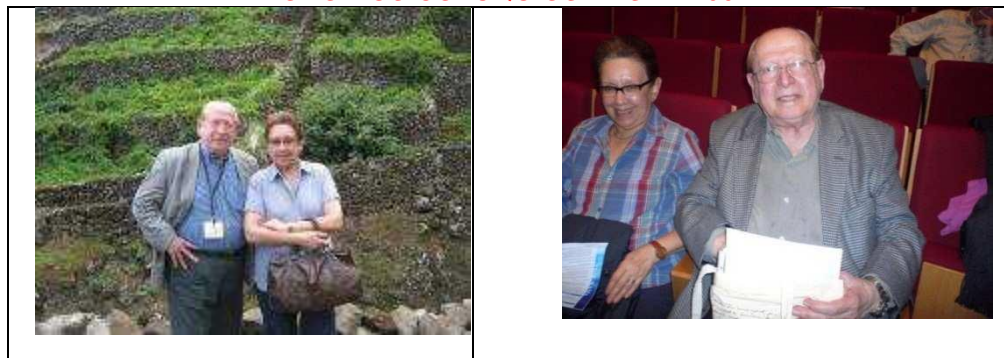
TEMA 3.6. DESAFIOS E PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS PARA O ENSINO DE PORTUGUÊS LE/L2 COMO LÍNGUA DE CULTURA(S), EDLEISE MENDES, UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Considerando-se os contextos multiculturais e complexos nos quais o português como LE/L2 tem lugar, examinar o papel que esta língua desempenha hoje no mundo contemporâneo e seus reflexos nas ações projetadas para o ensino e para a formação de professores deixa de ser apenas uma exigência pedagógica e metodológica para transformar-se em agenda política.

Em minha fala, desse modo, pretendo contribuir para a discussão mais ampla sobre o fortalecimento do ensino do português como língua de cultura(s), como língua de muitos, abordando essa questão a partir de três eixos: desafios, contemporâneas e ações em curso. Inicialmente, refletirei sobre alguns desafios que se impõem ao trabalho de pesquisadores, professores, gestores e alunos para a promoção e o ensino do português em contexto de LE/L2. Em seguida, discutirei algumas tendências contemporâneas que orientam o ensino e a formação de novos professores na área, e, finalmente, trarei exemplos de ações em curso e de algumas iniciativas institucionais, públicas e privadas, que contribuem para fomentar o desenvolvimento e a projeção do português como língua internacional.

TRABALHO FINAL NÃO RECEBIDO DENTRO DOS PRAZOS

7. EVANILDO CAVALCANTE BECHARA, ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, AICL, PATRONO DOS COLÓQUIOS DESDE 2007



EVANILDO CAVALCANTE BECHARA

TEMA 3.2 O ACORDO ORTOGRÁFICO

8. GILVAN MÜLLER DE OLIVEIRA, DIRETOR EXECUTIVO DO IILP/CPLP (INSTITUTO INTERNACIONAL DA LÍNGUA PORTUGUESA)



TEMA 3.1 DO ACORDO ORTOGRÁFICO À GEOPOLÍTICA INTERNACIONAL DA LÍNGUA PORTUGUESA NO SÉCULO XXI

Esta contribuição faz uma breve história geopolítica da língua portuguesa no século XX e início do século XXI, analisando em mais detalhe as modificações do sistema-mundo pós-2003 e as pressões daí resultantes para a internacionalização do idioma.

Tendo por marco o Acordo Ortográfico de 1990 e as características históricas da sua aplicação, procura mostrar como funcionam as forças partidárias de uma *Normatização Divergente* da língua, com carácter bipolar, e as partidárias de uma *Normatização Convergente*, com carácter pluricêntrico, no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

TRABALHO FINAL NÃO RECEBIDO DENTRO DOS PRAZOS

9. HELENA ANACLETO-MATIAS, ISCAP, PORTO, PORTUGAL

hanacleto@iscap.ipp.pt; mhelenamatias@hotmail.com



HELENA ANACLETO-MATIAS,

TEMA 1. SOBREVANDO A ILHA MÁTRIA DE NATÁLIA CORREIA – UMA PANORÂMICA

HELENA ANACLETO-MATIAS, INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO - INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO PORTO

1. Resumo

A presente comunicação pretende destacar uma Mulher de Letras Açoriana que se evidenciou nas atividades políticas nacionais, tendo sido deputada à Assembleia da República eleita em 1980. Natália Correia nasceu em São Miguel, no ano de 1923, e é autora do poema do Hino dos Açores. Além da sua vertente de mulher e cidadã empenhada a nível político, Natália Correia distinguiu-se no plano literário, tendo sido poeta, dramaturga, romancista e ensaísta.

Enquanto organizadora de antologias poéticas, publicou sete, segundo a História Universal da Literatura Portuguesa, sendo a sua primeira datada de 1966. A *Antologia de Poesia Portuguesa Erótica e Satírica* foi apreendida e julgada em Tribunal Plenário como “ofensiva do pudor geral, da decência e da moralidade pública e dos bons costumes”, mas à qual foi, no entanto, “reconhecido o mérito literário”, segundo os autos do processo terminado em 1970.

A Antologia foi reeditada postumamente pela editora Antígona. Natália Correia foi de novo processada por responsabilidade editorial das *Novas Cartas Portuguesas* de Maria Isabel Barreno, Maria Velho da Costa e Maria Teresa Horta. Foi também autora dos programas televisivos *Este Lugar Onde* e *Mátria* na RTP, vindo a desenvolver mais tarde o conceito de “Frátria”. De caráter eminentemente descritivo, este artigo pretende destacar a biobibliografia de uma mulher açoriana notável no campo das letras, segundo uma panorâmica factual, desejando-se destacar a autora como feminista e como livre pensadora.

2. Breve Biografia²⁵

Em 2013, no ano em que se completam noventa anos do seu nascimento e vinte anos sobre a sua morte, urge celebrar a Mulher, a Poeta, a Política e a Cidadã. Natália de Oliveira Correia nasceu a 13 de setembro de 1923 na Fajã de Baixo, em São Miguel, Açores, e foi morar para Lisboa com a mãe e a irmã Cármen, já que o seu pai tinha emigrado para o Brasil. Ainda frequentou o 1º Ano do Liceu Antero de Quental em Ponta Delgada, onde tinha passado a viver, mas, em janeiro de 1935, passa a frequentar o Liceu Filipa de Lencastre, em Lisboa. Em 1942, Natália Correia casa com Álvaro dos Santos Dias Pereira.

Em 1944 e 45, trabalha como jornalista na rádio e assina as listas do MUD (Movimento de Unidade Democrática) contra o regime salazarista. No ano de 1949, e pela primeira vez, casa em Marrocos, com o norte-americano William Creighton Hylen em 1949 e visita os Estados Unidos da América. E ainda nesse mesmo ano apoia a candidatura de Norton de Matos e também a candidatura de Humberto Delgado. Um ano depois, casa-se com Alfredo Luiz Machado e passa a viver na Rua Rodrigues Sampaio, onde viveu até à sua morte. Em 1971 cria o bar “Botequim” com Isabel Meyrelles e fica à frente da Editora Estúdios de Cor. Em 1973, passa a ser a coordenadora da Editora Arcádia.

Em 1975, o “Botequim” reúne personalidades que se debatiam pela democracia em Portugal e, imediatamente, em 1976, Natália Correia torna-se assessora do Secretário de Estado da Cultura, David Mourão Ferreira. Três anos mais tarde desloca-se aos Açores, onde Dórdio de Guimarães filmava, tendo sido eleita deputada à Assembleia da República como independente nas listas do PPD (Partido Popular Democrático).

²⁵ Para uma nota biográfica de Natália Correia, escolhemos a da *Antologia Poética*, organizada por Fernando Pinto do Amaral, de 2002, editada pelas Publicações D. Quixote.

Em 1980, Natália Correia integra a comitiva oficial da visita do Presidente Ramalho Eanes à Áustria. É condecorada com a Ordem de Santiago pela Presidência da República em 1981. Em 1982, estreia o programa televisivo do qual é autora, *Neste Lugar Onde*. Em 1984, profere o discurso do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, durante o segundo mandato do Presidente Ramalho Eanes, e nesse mesmo ano é nomeada membro do Conselho de Imprensa e do Conselho para a Comunicação Social, onde se mantém até 1988.

Em 1985, apoia Gorbatchov e a Perestroika indo à então União Soviética. Em 1986, a série televisiva *Mátria* começa a ser transmitida e escreve o poema do Hino dos Açores.

Em 1987, é eleita deputada à Assembleia da República como independente pelo PRD (Partido Renovador Democrático), dada a sua proximidade com o General Ramalho Eanes.

Em 1989 morre o seu marido Alfredo Luiz Machado e, em 1990, Natália Correia casa com Dórdio de Guimarães, seu amigo de longa data.

Deixa de ser deputada em 1991 e é de novo condecorada, desta vez pelo Presidente Mário Soares, com a Ordem da Liberdade, tendo recebido também o Grande Prémio de Poesia da Associação Portuguesa de Escritores pelo livro *Sonetos Românticos*.

Em 16 de março de 1993, depois de ter passado o serão com o marido no “Botequim”, Natália Correia sucumbe, durante a madrugada, a um ataque cardíaco, já em sua casa. Em 1993, o Círculo de Leitores publica a obra poética de Natália Correia completa em dois volumes: “O Sol na Noite e O Luar nos Dias”, aliás título de um dos seus poemas.

3. Programas televisivos

Leonel Brito foi o diretor de produção da série televisiva da RTP *Neste Lugar Onde* (RTP - 1982), de Natália Correia, tendo também dirigido a produção do programa *Tempos de Coimbra*, de Dórdio Guimarães.

Em 1986, foi para o ar o programa televisivo *Mátria*, título que já tinha aparecido em poema (vide *Obras Completas*) em 1968. Sobre Natália Correia, afirmou Clara Ferreira Alves:

Natália Correia tornou-se conhecida na imprensa e, sobretudo, na televisão, em programas como “Mátria”. Aí, exprimia uma forma especial de feminismo – afastado do conceito politicamente correto do movimento, o matricismo – identificador da mulher como matriz primordial e arquétipo da liberdade erótica e passional. Mais tarde, às noções de pátria e mátria, acrescenta frátria.²⁶

Os programas *Neste Lugar Onde* e *Mátria* apresentados e idealizados por Natália Correia transmitiam reflexões sobre a visão do país, da política e da sua evolução ao longo dos tempos, bem como a condição social e filosófica, etnográfica e cultural que se vivia na altura e que se futurava nos momentos mais próximos da História mais próxima e longínqua.

As considerações filosóficas e culturais provinham da característica visionária e promissora que Natália Correia propunha como original. Na realidade, as noções partilhadas pela mesma nos seus programas televisivos formavam escolas de pensamento que eram não só informativas para o nosso povo como também formativas de todo o público televisivo. Sendo talvez impossível verificar concretamente o impacto que os programas televisivos nos seus numerosos episódios tiveram na sociedade portuguesa, pelo menos existe a memória de que esses programas eram discutidos pelos públicos que os viam nos dias que se lhes seguiam.

²⁶ <http://tv0.rtp.pt/gdesport/?article=95&visual=3&topic=20> (31/jan/2013)

Embora não fossem pensados como sendo programas para as massas, aqueles programas também não eram apenas para uma elite, já que muito se falava e discutia acerca das problemáticas aí focadas, entre elas a questão das chamadas “3 Marias”: Maria Velho da Costa, Maria Teresa Horta e Maria Isabel Barreno.

Havia cenas em que a escritora discorria, parecendo improvisar, acerca de problemáticas da altura, nomeadamente a conquista da democracia e a aplicabilidade de conceitos filosófico-políticos à realidade social da altura (anos 80). Também a RTP-Açores produziu em 1999, com realização de Teresa Tomé, um documentário, *A Senhora da Rosa (Natália Correia)*,²⁷ que era como Manuel Alegre lhe chamou.

Antes de passarmos à bibliografia poética, ficcional, dramaturgica e antológica, gostaríamos de acrescentar que os programas televisivos *Mátria* e *Este Lugar Onde* foram formativos de várias gerações de portugueses, especialmente estudantes que assitiavam àqueles e que discutiam nas aulas de Literatura e nas tertúlias culturais às quais pertenciam os ideais propostos por Natália Correia.

4. Bibliografia²⁸

4.1. Poesia

Segundo a *História Universal da Literatura Portuguesa* da Texto Editora, Natália Correia publicou os seguintes obras de Poesia: *Rio de Nuvens* (1947), *Poemas* (1955), *Dimensão Encontrada* (1957), *Passaporte* (1958), *Comunicação* (1959), *Cântico do País Emerso* (1961), *O Vinho e a Lira* (1966), *Mátria* (1968), *As Maçãs de Orestes* (1970), *Mosca Iluminada* (1972), *O Anjo do Ocidente à Entrada do Ferro* (1973), *Poemas a Rebate* (1975), *Epístola aos iamitas* (1976), *O Dilúvio e a Pomba* (1979), *Sonetos Românticos* (1990), *O Armistício* (1985), *O Sol na Noite e o Luar nos Dias* (1993), organizado por Natália, mas publicado um mês após a sua morte, *Memória da Sombra* (1994, com fotos de António Matos).

Gostaríamos de transcrever três dos seus poemas mais emblemáticos e mais citados na literatura crítica devido à riqueza de conteúdo, na sua vertente ideológica e formal, sendo igualmente consideráveis como inclusíveis na estética surrealista:

Cosmocópula

I

Membro a pino
dia é macho
submarino
é entre as coxas
teu mergulho
vício de ostras

II

O corpo é praia a boca é a nascente

²⁷ <http://www.rtp.pt/programa/tv/p15380> (31/jan/2013)

²⁸ Para uma Bibliografia exaustiva de Natália Correia, recomendamos a leitura de *História Universal da Literatura Portuguesa*, da Texto Editora ou uma leitura de obras por ordem cronológica no seguinte portal: http://telepoesis.net/allsetsator/wiki/index.php?title=Nat%C3%A1lia_Correia (31/jan/2013) ou ainda mais pertinentemente, <http://literaturaacoriana.com.sapo.pt/NataliaCorreia.htm>

e é na vulva que a areia é mais sedenta
poro a poro vou sendo o curso de água
da tua língua demasiada e lenta
dentes e unhas rebentam como pinhas
de carnívoras plantas te é meu ventre
abro-te as coxas e deixo-te crescer
duro e cheiroso como o aloendro

Eis a interpretação de Ângela Soares deste poema, a qual nos parece pertinente:

Natália Correia cria um universo erotizado, pelo poder genesíaco de sucessivamente exceder-se, tal qual acontece ao corpo na cópula. Sua carga imaginal propicia-nos a percepção da unicidade cósmica, do todo interconectado (...) Ora pelo recurso das metáforas, ora pelo dos símiles, vai-se espalhando a sexualidade, em sua analogia com a força e os elementos naturais – espalhamento que, opondo-se à fixação do relacionamento sexual naquelas partes do corpo ligadas à reprodução, promove a reavaliação poética do que, historicamente, tem dado significado à expressão corporal, territorializando-se existencialmente suas pontuações eróticas. Valoriza-se o prazer, pondo-se em alerta todos os sentidos imbuídos da Natureza e, assim, questiona-se o já cristalizado socioculturalmente, em favor de uma realização mais plena da comunhão dos corpos sem barreiras ao gozo feminino. Esse processo reavaliador aponta para uma nova economia libidinal, onde a figura da mulher é construída através da consciência da seletividade e da ultrapassagem do domínio genital masculino, incluindo cada “poro,” “dentes e unhas”, o excesso e o prolongamento (“... vou sendo o curso de água/ da tua língua demasiada e lenta”) do “mergulho” ecologicamente preparado pelos amantes.²⁹

O segundo poema que gostaríamos de transcrever é “Autorretrato”, que nos parece ser fundamental para entender como o Eu-Poético se vê a si próprio:

Autorretrato

Espáduas brancas palpitantes:
Asas num exílio dum corpo.
Os braços calhas cintilantes
Para o comboio da alma.
E os olhos emigrantes
No navio da pálpebra
Encalhado em renúncia ou cobardia.
Por vezes fêmea. Por vezes monja.
Conforme a noite. Conforme o dia.
Molusco. Esponja
Embebida num filtro de magia.

²⁹ In Soares, Angélica, “Por uma recriação ecológica do erotismo: *flashes* da poesia brasileira e portuguesa contemporâneas de autoria feminina”, p 91-2, que se pode ler em <http://www.ufif.br/revistaipotesti/files/2009/12/Por-uma-recria%C3%A7%C3%A3o1.pdf> (12/fev/2013).

Aranha de ouro
Preso na teia dos seus ardis.
E aos pés um coração de louça
Quebrada em jogos infantis.

Fomos ver a questão pedagógica do ensino da poesia de Natália Correia e deparamo-nos com as fichas didáticas de Elisa C. Pinto, Paula Fonseca e Vera S. Baptista. Na realidade, neste contexto, na chave das respostas propostas às perguntas das fichas de leitura,

Espáduas brancas, palpitantes", "os braços calhas cintilantes...", "olhos emigrantes...", "fêmea", bem como "(corpo de) molusco", [são elementos que] não compõem, nem sugerem sequer, um retrato físico, porque as características que os definem são metáforas que não apontam para aspetos físicos. A inquietação, a ânsia permanente de procura e desejo de ser livre são traços psicológicos sugeridos pelas metáforas que referem os "ombros" como asas que não podem voar, porque estão "exiladas" no corpo, os "braços" como calhas preparadas para a viagem do comboio interior e os "olhos" sempre prontos a emigrar num navio (pálpebras) que não parte.³⁰

E como terceiro poema, na secção dedicada à poesia de Natália Correia, por fim, gostaríamos de transcrever

O Sol na Noite e o Luar nos Dias³¹

De amor nada mais resta que um outubro
E quanto mais amada mais desisto:
Quanto mais tu me despes mais me cubro
E quanto mais me escondo mais me avisto.

E sei que mais te enleio e te deslumbro
Porque se mais me ofusco mais existo.
Por dentro me ilumino, sol oculto,
Por fora te ajoelho, corpo místico.

Não me acordas. Estou morta na quermesse
Dos teus beijos. Etérea, a minha espécie
Nem teus zelos amantes a demovem.

Mas quanto mais em nuvem me desfaço
Mais de terra e de fogo é o abraço
Com que na carne queres reter-me jovem.

³⁰ Veja-se Elisa C. Pinto, Paula Fonseca e Vera S. Baptista (2010), *Plural 10*, Lisboa: Lisboa Editora, p. 137.

³¹ Para uma visão da obra em dois volumes com o mesmo título deste poema, veja-se Fernando Vieira-Pimentel, (1997), "O Sol na Noite e o Luar nos Dias, de Natália Correia: Romance, a três vozes, de uma Ocidental" consultável em <http://literaturaacoriana.com.sapo.pt/OSolNaNoiteEOLuarNosDiasENSAIOVieiraPimentel1997.pdf> <http://www.ciberkiosk.pt/arquivo/ciberkiosk2/ensaio/Natalia.html>, (19/jan/2003)

4.2. **Dramaturgia**³²

Enquanto a ficção de Natália Correia engloba *Aventuras de Um Pequeno Herói* (1945), *Anoiteceu no Bairro* (1946), *A Madona* (1968), *A Ilha de Circe* (1983), *Onde Está o Menino Jesus* (1987) e *As Núpcias* (1990), como dramaturga escreveu *O Progresso de Édipo* (1957), *O Homúnculo* (1965), *O Encoberto* (1969), *Erros Meus, Má Fortuna, Amor Ardente* (1981) e *A Pécora* (1983). Quanto a *O Encoberto*, em 1977, a Editora Afrodite publicou a sua segunda edição desta peça, podendo ler-se na contracapa:

Esta peça foi escrita sob o pesadume do regime fascista que a proibiu de subir à cena e mesmo de circular em livro. Não logrou, porém, a interdição impedir que, pelos canais da divulgação clandestina “O Encoberto” fosse ganhando foros de clássico da dramaturgia moderna. Estudantes estrangeiros dedicam-lhe teses e passagens do seu texto epigrafam estudos sebásticos. (...).

Em “O Encoberto” a autora desvia-se do enfoque habitual do mito de D. Sebastião, desdenhando a circunscrição histórica que o aperta numa data. O reinado filipino é só uma camada da estrutura dramática que se dilui na intemporalidade do mito de que é apoio antitético. A composição enevoadada do mito, configurada na manhã de nevoeiro que será rasgada pela visão reluzente do Salvador é a densidade psicológica de um povo em situação omissa. Nesta se funda a ação da peça, na qual todas as personificações gravitantes de D. Sebastião são fantasmas por alucinante arrastamento.

A sua peça *O Homúnculo* foi também proibida pela censura devido à sugestão inequívoca ao ditador António de Oliveira Salazar.

4.3. **Antologias**

Natália Correia escreveu ainda várias obras, das quais se destacam o livro de memórias *Descobri que Era Europeia - Impressões de Uma Viagem à América* (1951), ou o diário *Não Percas a Rosa - Diário e algo mais: 25 de Abril de 1974 - 20 de dezembro de 1975* (1978). Natália também escreveu ensaios: *Poesia de Arte e Realismo Poético* (1958), *A Questão Académica de 1907* (1962), *Uma Estátua para Herodes* (1974), e *Somos Todos Hispanos* (1988). Organizou, além disso, antologias de poesia portuguesa, entre as quais *Antologia da Poesia Erótica e Satírica* (1966), *Cantares dos Trovadores Galego-Portugueses* (1970), *Trovas de D. Dinis* (1970), *O Surrealismo na Poesia Portuguesa* (1973), *A Mulher* (1973), *A Ilha de Sam Nunca* (1982) e *Antologia da Poesia do Período Barroco* (1982).

A primeira antologia de poesia que Natália Correia organizou foi a *Antologia de Poesia Portuguesa Erótica e Satírica*, na Editora Afrodite, em 1966. Nela estão presentes, entre outros, Bocage, Gomes Leal, Guerra Junqueiro, Fernando Pessoa, António Botto, Pedro Homem de Melo e Eugénio de Andrade. A edição foi apreendida e julgada em Tribunal Plenário e o julgamento foi por “abuso de liberdade de imprensa dos responsáveis pela publicação da Antologia”. O processo terminou em 21 de março de 1970 e foram condenados o editor Fernando Ribeiro de Mello e

³² Para uma visão de peças de teatro de Natália Correia, ver, por exemplo o artigo “Arcaica e futura: a dramaturgia de Natália Correia. Uma leitura d’*O Encoberto*” de Armando Nascimento Rosa in <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/10245.pdf>, (24/fev/2013).

a escritora e organizadora da Antologia, Natália Correia, a noventa dias de prisão correcional, substituíveis por igual tempo de multa a cinquenta escudos por dia e mais quinze dias de multa à mesma taxa. A pena de Natália Correia foi suspensa pelo espaço de três anos e os livros apreendidos foram declarados perdidos a favor do estado para serem destruídos.

Segundo Isabel Cadete Novais³³, na génese da referida antologia de Natália Correia estaria uma antologia poética intitulada *O Purgatório dos Poetas* concebida e começada por Manuel Cardoso Marta, amigo de longa data da família de Natália Correia e ao qual esta comprou a vasta biblioteca e também alguns papéis do espólio literário. Na sua hipótese, Isabel Cadete Novais ainda aventa que a Censura Prévia instalada pela Constituição de 1933 deve ter dissuadido Manuel Cardoso Marta de publicar *O Purgatório dos Poetas* em 1935, tendo este empreendimento tomado a forma definitiva com Natália Correia mais tarde e tendo mesmo sido publicada a Antologia e sancionada logo de seguida.

Como se enunciou atrás, em 1970, Natália Correia editou duas antologias: *Cantares dos Trovadores Galego-Portugueses* e *Trovas de D. Dinis* e em 1973, editou outras duas antologias: *O Surrealismo na Poesia Portuguesa* e *A Mulher*.

A antologia *A Mulher* teve coordenação e prefácio de Natália Correia e foi publicada pela editora Estúdios Cor, contendo vinte e duas ilustrações de Martins Correia.

Na sua introdução, pode ler-se o seguinte trecho que expressa uma das linhas orientadoras que presidiu a esta antologia:

O homem sonha. Do fundo de uma perspectiva rasgada numa matéria opalescente uma mulher caminha para ele. É a sua alma. Psique! A mulher traz um espelho na mão. O homem vê-se no espelho. O seu rosto está banhado de uma luz semeada de pequenas asas vibráteis de platina. É a revelação inaudita do anjo que ele era e não sabia. O homem vê-se no espelho. O seu rosto está coberto de minúsculos animais viscosos que incessantemente saem do antro tenebroso do seu coração. É a revelação monstruosa do demónio que ele era e não sabia.

Eis a glória e a ignomínia da mulher... Glória, porque é da sua natureza anímica, apaixonante, pôr o homem em tensão para o sublime ou para o ignóbil que nele se libertam pela via da paixão. Ignomínia, porque esta propriedade entusiasmante de mulher implica ser ela indispensavelmente objeto da subjetividade do homem.”³⁴

Continuando com as Antologias que organizou, há a focar *A Ilha de Sam Nunca* e a *Antologia da Poesia do Período Barroco* que foram publicadas em 1982.³⁵

5. Conceitos-chave

O conceito de “Mátria” envolve uma tendência especial de feminismo em que se vê a Mulher como o arquétipo da liberdade erótica e passional. Mais tarde, esse conceito alargou-se para a noção de “Frátria”. Natália Correia

³³ <http://purl.pt/13858/1/geneses/2/1-poesia-nataliacorreia> (14/dez/2012).

³⁴ <http://pequenabiblioteca.wordpress.com/2011/03/12/03-natalia-correia-a-mulher-antologia-poetica-estudios-cor/> (14/dez/2012).

³⁵ In História Universal da Literatura Portuguesa, Texto Editora.

admite o ser feminino como portador de sensualidade própria, recusa os preconceitos patriarcais, advogando o direito à afirmação da sua sexualidade.

Afirmou a própria Natália Correia, em entrevista ao Jornal Expresso, em 8 de maio de 1982:

Não me interessa o feminismo como caricatura das qualidades femininas. Então que os homens assumam a responsabilidade até ao fim. Eu defendo um regime feminista de cultura. Há que criar zonas de desvirilização que implantem os valores femininos no sentido de fazer cair os padrões da cultura judaico-cristã. Uma posição matrística em vez de feminista.³⁶

Esta é uma visão feminista especial, em que se vê a Mulher como matriz. A ânsia de liberdade por parte de Natália Correia notabilizou-se ao longo de toda a sua carreira política, literária e de cidadã. Esse radicalismo saudável não deixava de ter influência nas suas opiniões sobre o aborto. Na realidade, durante um debate na Assembleia da República sobre a legalização do aborto, afirmou o deputado do partido do CDS João Morgado que “o ato sexual é para ter filhos”. Natália Correia, da sua bancada, respondeu em poema:

O fim do coito
Já que o coito – diz Morgado
tem como fim cristalino,
preciso e imaculado
fazer menina ou menino;
de cada vez que o varão
sexual petisco manduca,
temos na procriação
prova de que houve truca-truca.
Sendo pai só de um rebento,
lógica é a conclusão
de que o viril instrumento
só usou – parca razão! –
uma vez. E se a função
faz o órgão – diz o ditado –
consumada essa exceção,
ficou capado o Morgado.³⁷

A nota de humor e de crítica mordaz é notável, tanto mais que o poema foi proferido a partir do seu assento enquanto deputada à Assembleia da República.

6. **Conclusão**

³⁶ Cit in “A Censura à Escrita Feminina em Portugal, à Maneira de Ilustração: Judith Teixeira, Natália Correia e Maria Teresa Horta”, de Mónica Sant’Anna, p. 13 consultável em http://www.uefs.br/nep/labirintos/edicoes/02_2009/07_artigo_monica_santaanna.pdf (consulta em 31/jan/2013)

³⁷ www.triplov.com/poesia/natalia_correia

Tendo vivido numa época de ditadura fascista, em que era fundamental a luta pela liberdade, Natália Correia lutou sempre pela liberdade de opinião e de expressão, participando no MUD, e no apoio às candidaturas de Norton de Matos e do General Humberto Delgado, o “General Sem Medo”. Com o 25 de abril de 1974 e com a evolução política rápida, Natália Correia, a Cidadã, a Política e a Mulher das Letras empenhou-se na mudança da sociedade, na participação política e na dinâmica literária.

É de Clara Ferreira Alves a seguinte classificação de Natália Correia: “Numa frase: foi a poetisa [sic] na trincheira política. Em muitos dos seus poemas revelava a salutar ansiedade de abrir os seus versos aos temas do seu tempo. Recusou, ao longo da sua vida, as sucessivas arrumações da sua obra em géneros literários”³⁸.

7. Referências

7.1. Literatura Secundária

Amaral, Fernando Pinto do (2002) *Antologia Poética*, Lisboa: Publicações D. Quixote
Andrade, Eugénio de (1997) *Eros de Passagem, Poesia Erótica Contemporânea*, Porto: Editora Campo das Letras

Diário de Lisboa, 5 de abril de 1982;

História Universal da Literatura Portuguesa, Texto Editora

Rosa, Armando Nascimento, “Arcaica e futura: a dramaturgia de Natália Correia. Uma leitura d’O *Encoberto*” consultável em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/10245.pdf>, (24/fev/2013).

Sant’Anna, Mônica, “A Censura à Escrita Feminina em Portugal, à Maneira de Ilustração: Judith Teixeira, Natália Correia e Maria Teresa Horta”, consultável em

http://www.uefs.br/nep/labirintos/edicoes/02_2009/07_artigo_monica_santaanna.pdf (consulta em 31/jan/2013)

Soares, Angélica, “Por uma recriação ecológica do erotismo: *flashes* da poesia brasileira e portuguesa contemporâneas de autoria feminina”, p 91-2, consultável em <http://www.ufjf.br/revistapotesi/files/2009/12/Por-uma-recria%C3%A7%C3%A3o1.pdf> (12/fev/2013).

Universidade do Porto (2003) *Natália Correia: 10 Anos Depois*, Porto: Universidade do Porto;

Vieira-Pimentel, Fernando (1997), “O Sol na Noite e o Luar nos Dias, de Natália Correia: Romance, a três vozes, de uma Ocidental” consultável em <http://literaturaacoriana.com.sapo.pt/OSolNaNoiteEO LuarNosDiasENSAIOVieiraPimentel1997.pdf> de <http://www.ciberkiosk.pt/arquivo/ciberkiosk2/ensaio/Natalia.html,19/jan/2003>)

7.2. Webgrafia citada

www.triplov.com/poesia/natalia_correia (consulta em 20/out/2012)

<http://purl.pt/13858/1/geneses/2/1-poesia-nataliacorreia> (consulta 20/out/2012)

<http://pequenabiblioteca.wordpress.com/2011/03/12/03-natalia-correia-a-mulher-antologia-poetica-estudios-cor/> (consulta em 14/dez/2012)

<http://nescritas.com/homenagemnataliac/biografia.html> (consulta 14/dez/2012)

<http://purl.pt/13858/1/geneses/2/1-poesia-nataliacorreia> (consulta 14/dez/2012)

<http://tv0.rtp.pt/gdesport/?article=95&visual=3&topic=20> (consulta 31/jan/2013)

<http://www.rtp.pt/programa/tv/p15380> (consulta em 31/jan/2013)

http://telepoesis.net/alletsator/wiki/index.php?title=Nat%C3%A1lia_Correia (consulta 31/jan/2013)

<http://literaturaacoriana.com.sapo.pt/NataliaCorreia.htm> (diversas consultas 2012 e 2013)

³⁸<http://tv0.rtp.pt/gdesport/?article=95&visual=3&topic=20> (31/jan/2013)

**10. HELENA CHRYSTELLO, EB 2,3 MAIA & AICL
HELENA CHRYSTELLO,**



APRESENTA A ANTOLOGIA DE AUTORES AÇORIANOS CONTEMPORÂNEOS EM 2 VOLUMES, EDIÇÃO MONOLINGUE DA EDITORA CALENDÁRIO DE LETRAS

11. JOÃO MALACA CASTELEIRO, ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA. PATRONO DOS COLÓQUIOS DESDE 2007



JOÃO MALACA CASTELEIRO

TEMA 3.2 "ÀCHEGAS AO ACORDO ORTOGRÁFICO: SERÃO POSSÍVEIS ALTERAÇÕES NA DUPLA GRAFIA PARA UMA UNIFICAÇÃO MAIS COMPLETA DA ORTOGRAFIA?" MALACA CASTELEIRO, ACADEMIA DE CIÊNCIAS DE LISBOA

Quanto à minha intervenção e apesar do que já tinha manifestado em colóquio anterior, ainda vou falar mais uma vez sobre o Acordo Ortográfico, nomeadamente em relação a eventuais alterações, sobretudo depois da polémica que se levantou, com a decisão da Presidente Dilma de prorrogar o período de transição, a qual levantou uma tempestade num copo de água. Uma das questões mais contestadas em relação ao Acordo Ortográfico tem sido a dupla grafia, quer entre normas cultas distintas, quer no âmbito da mesma norma culta. Também a dupla acentuação entre a norma luso-afro-asiática e a norma brasileira tem sido largamente criticada.

Passaremos, pois, em revista estas duas questões, fazendo apelo aos argumentos em que nos baseámos na feitura do Acordo e que vêm largamente mencionados na "Nota Explicativa" anexa ao mesmo e veremos se são possíveis alterações e em que medida."

12. KATHARINE F. BAKER / BOBBY J. CHAMBERLAIN, Ph.D., UNIVERSIDADE DE PITTSBURGH, PENSILVÂNIA, EUA



KATHARINE F. BAKER,

TEMA 4/TEMA 5 TRADUZIR OS POEMAS “BERKELEY” E “SÃO FRANCISCO” DE ÁLAMO OLIVEIRA, KATHARINE F. BAKER, TRADUTORA, MONROEVILLE, PENSILVÂNIA – ORADORA, BOBBY J. CHAMBERLAIN, Ph.D., UNIVERSIDADE DE PITTSBURGH, PENSILVÂNIA – COAUTOR

Álamo Oliveira é um dos artistas açorianos mais aclamados e prolíficos romancistas, poeta, dramaturgo, letrista, ensaísta, orador, fundador-diretor teatral, pintor.

Muitas vezes Álamo viajou à Califórnia; na verdade, a maioria do seu romance Já não gosto de chocolates [1999] se realiza no "estado dourado", onde os protagonistas terceirenses se enraizaram.

Os poemas "berkeley" e "são francisco" do seu livro andanças de pedra e cal [2010] também foram inspirados pelas peregrinações do autor na Califórnia.

Álamo compôs "berkeley" [junho de 2002], homenagem à cidade universitária, logo depois de voltar à Terceira da Universidade da Califórnia em Berkeley, onde serviu naquela primavera como escritor residente no Departamento de Português.

Em "são francisco" [maio de 2001], Álamo evoca com toda a afeição muitos dos renomeados ex-líbris da "cidade pela baía".

TRADUZIR OS POEMAS “BERKELEY” & “SÃO FRANCISCO” DE ÁLAMO OLIVEIRA

Katharine F. Baker – University of Pittsburgh, Pennsylvania, USA

Bobby J. Chamberlain, Ph.D. – University of Pittsburgh, Pennsylvania, USA

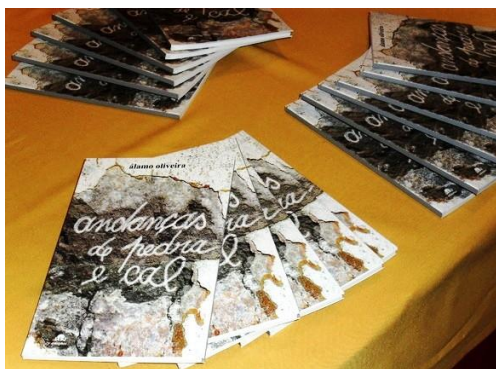


Fig. 1: Capa, andanças de pedra e cal.¹

Fig. 2: Reportagem, “Universidade de Berkeley [sic] é um mundo fascinante”.²

Journal Diário - Terceira - AÇORES
Ano LVI - Nº 16960
9 de Maio de 2002
Preço € 0,50
Endereço Internet:
<http://www.diarioinsular.com>
Quinta-feira

DIÁRIO INSULAR

Fundado em 1946 Director: José Lourenço



Primeira Coluna
Lá vai Lisboa...

Experiência de ÁlamO Oliveira

Universidade de Berkeley é um mundo fascinante

O escritor ÁlamO Oliveira esteve na Universidade de Berkeley (Estados Unidos) para falar da sua escrita na sequência de um convite do departamento de Português. Durante um mês, ÁlamO Oliveira teve a possibilidade de ver de perto a realidade de uma das principais universidades dos Estados Unidos. O escritor terceirense encontrou uma universidade perfeitamente integrada numa cidade que se orgulha de ser o barómetro político da América.



Página 6

Fig. 3: Reportagem, “Impressões sobre uma experiência vivida na Universidade de Berkeley [sic]”.³

Álamo Oliveira esteve um mês na América

Impressões sobre uma experiência vivida na Universidade de Berkeley

Álamo Oliveira esteve na Universidade de Berkeley (Estados Unidos) a convite do departamento de Português. O escritor terceirense permaneceu um mês na universidade da Califórnia para falar da sua escrita. Foi também a oportunidade de entrar no mundo de uma das mais prestigiadas universidades dos Estados Unidos.

Durante cerca de um mês (de 11 de Março a 12 de Abril), o escritor terceirense Álamo Oliveira esteve integrado na comunidade estudantil da Universidade de Berkeley (Estados Unidos), para falar da sua obra literária.

Álamo Oliveira foi o primeiro escritor português convidado no âmbito do Programa de Estudos Portugueses da universidade californiana para esclarecer dúvidas sobre os textos da sua obra literária seleccionados para análise dos alunos.

O ponto de partida no contacto com a escrita de Álamo Oliveira para os alunos do primeiro grau de Português foi o poema "Rimanco da Baleia" do livro "Impressões de Boca", enquanto que os que frequentam níveis superiores tiveram que analisar um capítulo do romance "Já não gosto de chocolates".

Álamo Oliveira participou nas aulas em que os seus textos



ENTRADA principal da Universidade de Berkeley. Todos os dias passam por este portão muitos dos seus 50 mil alunos

foram analisados e esteve disponível todos os dias, durante duas horas, para esclarecer dúvidas sobre aspectos relacionados com a sua escrita.

No dia 18 de Março, Álamo Oliveira apresentou na Universidade de Berkeley uma conferência sobre o tema "As restrições da escrita numa ilha".

A experiência com a comunidade académica de Berkeley terminou com um recital de poesia de Álamo Oliveira em português e inglês com a participação dos alunos no Teatro Estúdio Durham.

A abordagem à escrita de Álamo Oliveira foi também pretexto para falar da importância estratégica que os Açores tiveram no passado com as rotas comerciais da Índia e hoje com a Base das Lajes e também da tradição açoriana da caça à baleia.

Mundo universitário

Da experiência que viveu durante um mês em Berkeley, Álamo Oliveira destaca as diferenças de mentalidade e a forma como as coisas funcionam

na universidade daquela localidade.

Apenas cerca de 30 por cento dos 30 mil alunos da Universidade de Berkeley são de origem americana, enquanto que os restantes pertencem ao grande mosaico étnico (sobretudo asiáticos) que existe em toda a área da Califórnia.

O acesso à Universidade de Berkeley não depende apenas das notas que cada aluno alcançou nos níveis inferiores de escolaridade, porque só as propinas custam 30 mil dólares

por ano (cerca de 36 mil euros) e ainda é preciso contar com despesas como o alojamento, a alimentação e o material escolar.

Além disso, não há lugar para repetentes na Universidade de Berkeley. Talvez por isso, três alunos de origem asiática cometeram nos últimos anos o suicídio por terem sido excluídos em virtude de não conseguirem passar de ano.

As aulas nunca começam em Berkeley antes das nove da manhã, mas tal não quer dizer que o dia para o aluno tenha início a essa hora.

Para fazer face às despesas na universidade, o dia para muitos alunos começa por volta das cinco da manhã, com empregos em *part-time* como a recolha do lixo, limpeza da cidade ou a servir pequenos almoços.

No decorrer das aulas, o professor apenas indica a matéria que vai ser estudada, a respectiva bibliografia e estabelece um prazo para os alunos apresentarem os seus conhecimentos.

Tendo em conta que esse método provoca muitas dúvidas sobre a matéria em estudo, os professores estão contactáveis quase 24 horas por dia para esclarecer o que não foi bem assimilado.

"A Universidade de Berkeley é um mundo enorme onde apesar de toda essa pressão, os alunos têm tempo para tudo. Para além de poderem participar em acções cívicas, fazem também iniciativas para mostrar a sua cultura de origem", referiu Álamo Oliveira.

Como exemplo do sucesso das iniciativas da intensa actividade cultural na Berkeley, Álamo Oliveira apontou o caso de uma conferência do professor de linguística Nohan Chomsky que esgotou duas vezes um auditório com capacidade para 3.200 pessoas, tendo-se formado filas para comprar o bilhete de entrada no valor de 25 dólares (30 euros) quatro dias antes.

Mentalidade aberta

Os alunos da Universidade de Berkeley têm duas horas por dia (das 12 às 14) para poderem participar em manifestações de protesto ou a favor de determinadas causas.

Mas a liberdade e tolerância dentro da Universidade de Berkeley são também extensivas à forma de vestir e de se estar nas aulas.

Sobre essa forma descontraída de se estar nas aulas, Álamo Oliveira recorda uma história curiosa: "Um certo dia houve uma menina que entrou na sala de aulas com um carro de bebé. Pensei que ela trouxesse no carro os livros, mas afinal vinha mesmo lá um bebé. A mãe participava na aula e quando a criança começou a choramingar tirou o peito para fora e deu-lhe de mamar. Todos os alunos adoraram aquela criança. Depois de terminar a aula disse-lhe que a criança dela estava a fazer tudo ao contrário, porque tinha começado pela universidade em vez de ser pela pré-primária".

População orgulhosa

Uma cidade que ama a sua universidade

A população de Berkeley tem uma ligação muito forte à sua universidade, fazendo questão de enaltecer o facto de ser o estabelecimento de ensino superior com maior número de galardoados com o Prémio Nobel.

Considerada com o barómetro político da América, Berkeley orgulha-se também de ser uma cidade plural onde há lugar para todos, independentemente da sua origem étnica.

Berkeley assume a sua ligação com os índios e num cartaz à entrada da cidade pode-se ler: "Bem-vindo à República Popular de Berkeley".

Em conjunto com a sua universidade, a cidade de Berkeley funciona muitas vezes como a consciência da América, sendo quase diários as manifestações de protesto ou de apoio a determinadas causas.

Durante a sua permanência

em Berkeley, Álamo Oliveira assistiu a uma manifestação pró-Palestina onde o principal orador foi um estudante judeico.

Na anterior visita de Ariel Sharon aos Estados Unidos, o presidente George W. Bush quis levar o líder israelita à Universidade de Berkeley, mas quer a comunidade académica quer a população da cidade não o quiseram receber.

"Existe uma grande complicidade política e social não só entre os alunos e os professores da universidade, mas com toda a população", realça o escritor.

Álamo Oliveira ficou também impressionado com a par social que existe em Berkeley.

"Nunca assisti a qualquer acto de violência durante o tempo que estive na cidade", disse.

Com menos de 100 mil habitantes, quase metade das pessoas que vivem em Berkeley está ligada à universidade.

Trata-se de uma cidade onde existem poucas superfícies comerciais de grande dimensão e onde muitas livrarias estão abertas até às 24 horas.

Algumas livrarias da cidade dispõem de vários pisos com espaços para leitura e computadores com ligação à Internet. A maior parte dos clientes dessas livrarias é estudantes que ficam por lá a ler e a estudar mesmo sem comprar qualquer livro. Nas livrarias de Berkeley é possível encontrar livros de alguns escritores portugueses como José Saramago e Lobo Antunes.

O gosto pela leitura determinou a construção de uma nova biblioteca municipal com o recurso a fundos provenientes do mecenato de empresas locais.

Os jornais locais dão grande cobertura às diversas actividades que decorrem em Berkeley e na universidade e quase todos os dias as caixas de vendas ficam vazias.



TEATRO Estúdio Durham apresentou um recital bilíngue com poemas de Álamo Oliveira

"berkeley," traduzido por Katharine F. Baker e Bobby J. Chamberlain, Ph.D.

1. first the mythic space only imagined
a certain desire almost sexual in its power.
then the actual allure of something that flows
through the shaded byways of the dream.

the oak bent over with age is now the solace
of lovers and nothing is more universal
than the university of love.

spring arrives.
freedom is perpetually in bloom.

2. the campanile is a beacon of sound
that aids compassless castaways.
it is the hub from which all the disciplines emanate
without which it is impossible to debate
chomsky's biological linguistics
or césar Chávez' onomastic presence.

the campanile presides over the people's republic
of berkeley and freedom is a cry that burns
like the olympic torch of emotion.

oh how can you not walk along telegraph avenue
with your unadorned joy waving like a flag.

june 2002

"berkeley"⁴

1. primeiro o espaço mítico apenas adivinhado
um certo desejo quase sexual de posse.
depois o fascínio real de algo que escorre
pelos atalhos assombrados do sonho.

o carvalho tombado pela idade é agora o conforto
dos namorados e nada é mais universal
que a universidade do amor.

começa a primavera.
a liberdade está sempre em flor.

2. a campanila é um farol de som
que ajuda os náufragos sem bússola.
é o eixo de onde partem todas as ciências.
sem ela não é possível discutir
a linguística biológica de chomski
nem a presença onomástica de cesar chavez.

a campanila é a presidente da república popular
de berkeley e a liberdade um grito que arde
como chama olímpica do afeto.

ah como não andar pela telegraph avenue
com a nudez da alegria içada como bandeira.

junho, 2002

Fig. 4: A cidade de San Francisco, com a Baía, a Ponte Golden Gate, e no fundo a Ilha de Alcatraz.⁵



“san francisco,” traduzido por Katharine F. Baker e Bobby J. Chamberlain, Ph.D.

no one knows if san francisco likes hippies
or not.

it likes birds flowers in its hair
and its wolf brother.

it carries tourists on cable cars
and in chinatown sells smoky incense
to ward off the smells the cocaine.

on the golden gate it sings make love not war
and everyone believes alcatraz is a hotel
for suicidal poets.

it is troubled that its temblors are san andreas' fault
and that california is a desert overrun with people.
the entire year is holy in san francisco and
sometimes the pacific is not so very.

no one knows if it likes hippies or not.
san francisco is more than a gay stigma
abandoned in the sorrow of history.

may 2001


"são francisco"⁶

ninguém sabe se são francisco gosta de hippies
ou não.
gosta de pássaros de flores no cabelo
e do seu irmão lobo.
anda de elétrico com turistas
e no chinatown vende essências de fumo
para esconjurar os cheiros a cocaína.

canta na golden gate make love not war
e todos acreditam que alcatraz é um hotel
para poetas suicidas.
cisma que os sismos são falhas de santo andré
e que a califórnia é um deserto muito cheio de gente.
todo o ano é santo em são francisco e
por vezes o pacífico não é tanto.
ninguém sabe se gosta de hippies ou não.
são francisco é mais do que um estigma
gay abandonado no desconforto da história.

maio, 2001

10 conselhos para fazer traduções mais eficazes:⁷

1. Primeiro, não faça mal.
 2. A lealdade principal do tradutor devia ser com o autor. Não hesite em consultar o autor ou outro perito para pedir conselho, ou pesquisar qualquer pergunta que surja na obra.
 3. Seja exato; não mude nada sem permissão.
 4. Procure conseguir que o seu próprio estilo de escrever e tom de voz concordem com os do autor.
 5. Mantenha todas as figuras de linguagem, jogos de palavras, imagens verbais e técnicas literárias, a não ser que fazer assim danifique uma tradução ou seja impossível.
 6. Não retraduz a nenhum trecho já traduzido; em vez disso cite o original.
 7. Evite duplo sentido não intencional.
 8. Conserve referências culturais se for possível.
 9. Dentro dos limites de prazo final e de tempo disponível, reveja e reescreva a tradução tanto quanto possível.
 10. Faça que o texto final pareça como se o autor originalmente o escrevesse no idioma em que se destine.
- 

13. LAURA AREIAS, CLEPUL, UNIV DE LISBOA



LAURA AREIAS,

TEMA 1 “OS ANSEIOS DAS INSULANAS”, LAURA AREIAS, PHD – FACULDADE DE LETRAS, UNIVERSIDADE DE LISBOA (CLEPUL)

Os anseios das insulanas

transpõem o azul do mar

cismam no verde das ilhas

e passam de mães para filhas

essa ânsia de voltar.

Lisboa, 24 de dezembro, 2012.

Os grandes motores de fuga das Ilhas dos Açores, para o continente norte-americano – Terra Nova, Canadá, Califórnia, Costa Leste - foram a pesca da baleia no século XIX, a erupção do Vulcão dos Capelinhos com a ajuda às vítimas por parte dos USA que deu visto de trabalho e residência a 2500, a par de muitas famílias açorianas já radicadas que terão socorrido os parentes que haviam deixado na Ilha, e o exílio a que levou jovens oponentes à Guerra Colonial, nos anos 60. O mar passou a ser aquele que oprime e que liberta, dependendo do ponto de vista. Para alguns teóricos da insularidade, António Pedreira, António Benitez Rojo ou Onésimo T. Almeida, o sentimento de insularidade/ marginalidade, o clima e a paisagem, definiram um modo de ser, uma literatura, a música.

Ficaram as mulheres, crianças e velhos. Vozes destas viúvas a haver, corporizaram os seus anseios na imprensa da qual pretendo destacar o *Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro*, editado em Lisboa de 1851 a 1932, divulgado e lido em todos os cantos do império, desde a metrópole e ilhas adjacentes, da África à Índia, Timor e Brasil - repositório de coisas de Almanaque, e muito mais. Nas “Curiosidades” as senhoras publicaram para todo o mundo lusófono, que ainda se chamava Portugal continental, insular e ultramarino, sobretudo versos – bons poemas pois que eram submetidos à apreciação do Editor - para deleitar e ensinar, agradecer panegíricos, exaltar artistas, dar loas a efemérides, sem ofender ou pôr em causa o *status* – preceitos do primeiro editor, Visconde de Castilho, definidos logo da sua estreia. Nas décadas de 80 e 90 do século XIX, Filomena Serpa e Alice Moderno, de São Jorge e de São Miguel, respetivamente, publicam bem e abundantemente, num ritmo quase anual. As marcas de insularidade, dessa “solidão do mar e da pedra” de que tão bem sofreu Vasco Pereira da Costa, terceirense ao longe, não vão, na primeiras delas, muito além de poemas pela busca de um sonho, da fuga a uma pálida existência sem horizontes (1886) – que tanto pode ser metáfora da condição da mulher independentemente da geografia, como o isolamento geográfico insular; os nevoeiros dos dias pesados e brumosos e o frio cortante do inverno, o granito donde desabrocha uma flor rosada (*ALLB* de 1887). Motivos como o mar incansável, a vaga que sucede a outra vaga, são termos de comparação

para a esperança (*Idem*, 1889). No entanto a autora tem a ousadia ou liberdade de dedicar, tanto a homens como a um tu lírico, feminino, poesias de amor.

Quanto a Alice Moderno, que publica o seu primeiro livro de poemas aos dezoito anos, *Aspirações*, em 1887 nas suas “Horas de spleen” - a remeter para leituras vanguardistas europeias da autora - há apenas o pressentimento de uma morte consequente de uma indiferença de amor. Em 1889 busca uma ilha, a Quimera, a capital o Sonho e onde reina o Amor. Já para o final do século (1894) usa, como a sua companheira de lides, as mesmas metáforas: sol/ mar, vaga/ areia, para as confissões do amor. Nos inícios do século XX, (1904) Alice Moderno glosa um soneto de Camões, depois contem o pranto disfarçado em sorriso, pranto que não ousa derramar por alguém de quem se separa – sendo aqui uma mulher apenas que se confessa, vítima de opressão, censuras, mal-estar social.

Mariana Belmira Andrade na mesma época compõe poesia social, com brados à Liberdade, luz do futuro – terminando a vida artística do ALLB. Ressalta desta amostra – são mais os homens açorianos que colaboram – que essa condição de opressão, de marginalidade e solidão que o mar separa do mundo conhecido e se repetiu por séculos, como a viu João Medina ou Benitez Rojo, não se demarca da condição de mulher. É de notar que os elementos água/mar, nevoeiro/brumas são marcantes, a ânsia de viver longe um amor grande quão pequena e mesquinha é a terra que o constrange, é também significativa. Mas o lirismo em sonetos decassílabos ou alexandrinos, os poemas mais longos, não diferem muito do lirismo um pouco estereotipado, de um romantismo tardio, ou de bagatelas, no sentido que o latino Catulo lhe deu ao escrever as suas *Nugae*, que banham todo o ALLB, da pátria a outras paragens longínquas em que muitas centenas de poetas quiseram fazer-se ouvir.

Um salto enorme para o fim do século e para a mentalidade da mulher insulana. Ensinei no final dos anos 90, na Califórnia, na Universidade de Turlock, às sobreviventes do Vulcão dos Capelinhos, aos seus descendentes e foi um deslumbramento: a tenacidade, a esperança, uma saudade de uma terra que não lhes deu o lugar que foram encontrar numa América generosa. De 6 vacas no quintal passaram para 600 e à posse de uma “vacaria”; do analfabetismo almejavam escrever poesia que me davam para apreciar e corrigir, e mandavam as filhas à pátria, que guardavam cristalizada na memória, com bolsa para os cursos de verão das universidades portuguesas, para não esquecerem a língua e as raízes.

Foi num desses momentos inesquecíveis dos anos 90, na 10ª Ilha – pedaço de Portugal rodeado de América por todos os lados, a definição é de Onésimo T. Almeida - que conheci Gabriela Silva, 47 anos, professora primária aposentada, participante nesse encontro anual da diáspora, *Filamentos da Herança Atlântica*, em Tulare, Califórnia, da responsabilidade generosíssima de Diniz Borges e sua mulher Nivéria. Durante 4 dias, ilhéus, continentais, conceituados académicos da diáspora, lusodescendentes professores e alunos, pais, vizinhos e amigos, celebram rituais religiosos, tradições, cozinham e comem sopa do Espírito Santo, assistem à missa e à tourada, ouvem os músicos das Ilhas, lançam livros e CDs, inauguram exposições, desfilam com a Rainha e as aias da Herança Portuguesa, porque tudo é cultura, “é estar na ilha estando em Tulare”.

Gabriela escreveu a última ATA e compôs o livro que me pôs nas mãos nessa 11ª edição do Symposium, em 2001, ano do nosso encontro: *I love Califórnia*. E uma coleção de postais em que a fotografia é da sua parceira de sonhos coloridos em papel, Sandy Ventura, luso-americana como o nome atesta, de segunda geração, “Palavras a Cores – Postais das Flores” e as palavras, no verso, são poemas, farrapos concisos da sua prosa poética, em

gérmen, que dará à estampa em 2006, em parceria, no *Concerto a quatro mãos* – as duas dela e as duas de Américo Teixeira Moreira.

Não se é impunemente mulher e ilhoa, porque os sonhos de liberdade, de valorização, de construção, de solidariedade são os de um ilhéu confinado a meia dúzia de km² de terra pouco firme por causa dos vulcões e terremotos, sob e sobre o azul infindo, sobrepujado de nevoeiros. Dividido/a entre a vontade de resistir ou partir e de chegar. Por isso na sua obra são estas as duas linhas mestras: a realização do sonho americano, de menina: “Ilha:/ Só isto. / O céu fechado/ Uma ganhoa pairando. / mar./ E um barco na distância/ Olhos de fome a adivinhar-lhe à proa/ Califórnia perdidas de abundância”, poema que introduz *I love Califórnia*. E a explosão de gritos abafados de mulheres incompletas que masturbam o espírito com telenovelas, mulheres parideiras com marido embarcado, filho ranhoso na tasca a beber, à espera..., mas também capítulos-ode às heroínas insulanas.

“Não é culpa minha gostar de rasgar o mar azul e tépido, em braçadas de luxúria e de prazer porque o mar sempre foi meu companheiro de vida e de luto, desde que nasci na ilha...”

“Não é culpa minha ser uma mulher dividida porque eu tenho tanta gente longe de mim, que não posso abraçar quando quero, que já faz parte de nós este viver em todo o lado e em parte nenhuma...” (2001,45)

As ilhas mudaram. Embora confinadas ao seu imutável perímetro geográfico, modernizaram-se, em serviços, oferta, poder de compra, influxo turístico, velejadores de todo o mundo, meios de comunicação com os outros continentes, acesso à instrução, modernização da agricultura e maior abundância. Televisão, máquinas domésticas e não só, casa de banho, até! A internet quase fez esquecer esse sentimento insular da solidão. A necessidade de emigrar que parecia ter-se esbatido até há pouco, deixa-nos em suspenso...

Gabriela partiu e optou por voltar. Pela Mãe, porque acreditou que era preciso resistir, sonhar, esperar, aprender a ficar, devolver o corpo à terra ou ao mar. E ficando, nos verdes dos seus musgos, azuis das hortênsias, rosa das rosas, na cegueira dos nevoeiros, a sua voz encontrou outros canais em que já não se pede que apenas entretenha os leitores, pois a consciência social e política, a abolição da censura e sobre tudo a coragem de intervir, inspirou uma simples professora, cheia de genica. Visitei mais que uma vez aquela professora endiabrada, de vida sempre a ponto de transbordar como “um turbilhão de lavas interiores latentes” na iminência de brotar, na sua ilha das Flores. Concretizámos projetos que não acabam mais porque os Açores deixam em nós uma marca indelével.

Mulher sem rosto, é uma homenagem a todas as mulheres – há sempre uma frase que se dirige a qualquer uma de nós – a quem deixa uma mensagem positiva, de esperança, em que encontrem novas formas de luta, a tolerância, o amor, a perseverança; para que muitas mulheres conquistem o direito à independência e liberdade. O livro é para as mulheres e para os homens que saibam amar, gostar, respeitar, admirar as mulheres. Não há dúvida de que a maior “arma” que a autora valoriza sobre todas as outras é o amor. A feminilidade resolve-se na maternidade ou, como alternativa, na entrega aos outros.

O entusiasmo pela sua condição de mulher, que confessava nos anos 2001, vai-se tornando cansaço, dor, porque amar dói muito. O seu cansaço não tem a ver com a ilha, é um cansaço feminino universal: “estou cansada de gente importante e mentirosa” (2007, 37) ... Mulher sozinha rodeada de gente, mulher pobre de mimo, solitária de medo, rodeada de mar e coragem, que não sabe usar a seu favor a corrente forte do tempo que passa...

Na primeira pessoa, dá voz a mulheres traídas, mal-amadas, alcoólatras, desrespeitadas. Sobretudo dá voz à solidão, consequente de tudo isso. A que fugiu de casa: abandonou marido e filhos em nome de um ódio e de um tédio, tão grandes, que se sobrepõem ao medo do desconhecido, ao pranto, e usa uma quase sinestesia que lembra o místico Frei Agostinho da Cruz ao dizer que a “fuga” é fingir que não se vê, que não se ouve, que não se sente (*Id.*, 46). Todavia as suas comparações e metáforas assentam na linguagem telúrica ilhoa, ao trocar o marido insensível e brutamontes por um amante, trocou apenas de vacas e de agulhão ou recorda, como seu, o salto dos seus companheiros baleeiros de destino para uma terra enorme de língua estranha (este óbice é uma constante na escrita sobre emigração insular em geral, leia-se a título de exemplo (*Sapa*)*teia Americana* de Onésimo Teotónio Almeida), citando Gabriela Silva: “tu não sabes o ódio que uma mulher tem que sentir para fugir. (...). Fugir é vencer o medo, é reprimir o pranto, é fingir que não se vê, que não se ouve, que não se sente...” (*Id.*, 46)

A Mulher cansada de ser “a outra” até que saiu da relação porque lhe perderam o respeito, porque não partilhou nada viveu só a vida dele – parece tão banal, todavia tão comum...; a mulher maternal cujo amigo o psiquiatra Hugo, homossexual, se suicidou por falta de amor. Mas é também um pouco pedagoga – ou não fosse o magistério uma “arte” entranhada no nosso ser – quando ensina a lidar/aprender com idosos, ou a vencer o vício do álcool como fuga para abandono e solidão, já à beira do abismo que parecia inevitável.

Finalmente o maior louvor, impossível não o ser depois do que se apreende da análise, às mulheres-mães, mulheres-tias, mulheres-avós, mulheres-professoras, mulheres-amigas. Todas irmanadas pela dádiva ao semelhante. São estas as suas heroínas, as mulheres da Ilha que no seu quotidiano se distinguiram por uma grandeza de espírito maior que Joana d’Arc ou a Padeira de Aljubarrota. Ali o heroísmo não se define pela saída temporária da esfera familiar, doméstica da mulher, para o domínio do masculino, como a guerra, a cruzada, a defesa ou a vingança em que há como valores a força, a liderança, enfim atributos de masculinidade (citando Laura Areias e Valnice Pereira Galvão). As ilhoas são heróis na aceitação do seu destino, na determinação de parir e depois criar os filhos sozinhas, na sua compostura religiosa, moral e ética, na dedicação aos seus e à comunidade – de que a professora primária da narradora é um dos exemplos mais comovedores. Porque na Ilha são todos uma família e a solidariedade é um ponto de honra. No olhar cheio de ternura de Gabriela Silva pelas mulheres suas companheiras, não há qualquer sombra de menosprezo, a partir seja de quem for, para com as “solteironas” – socialmente estigmatizadas porque se enquadram fora da ordem natural, sendo um perigo para o equilíbrio da sociedade (Cláudia Maia). Tias por consanguinidade ou tias por laços, todas têm uma missão de criar ou ajudar a criar os sobrinhos-filhos pois que as crianças querem-se juntas, nas brincadeiras, nas refeições, nas tarefas de casa e da escola, para que se criem afetos para a vida inteira.

Os últimos capítulos, dedicados à avó e à própria mãe, D. Emília, com quem eu mesma convivi, são um hino à sagesa, à tolerância, ao saber viver e conviver, em suma, a uma forma sublime de se dar e de amar...

Gabriela tem à data um número considerável de publicações, com particular relevo para a utilização e divulgação nas redes sociais, que analisarei na próxima oportunidade, já certa, de escrever sobre os Açores. Distingui as que acabei de apresentar pelo seu significado no âmbito deste Encontro, pela espontaneidade que lhe é tão peculiar e pelo encanto que ela pôs ao escrever os seus anseios... de insulana.

LISBOA, 17 de fevereiro, 2013

Bibliografia

ALLB, Lisboa, 80 vls, 1851-1932

Areias, Laura. *Ilhas riqueza, ilhas miséria*. Lisboa, Novo Imbondeiro, 2002

Galvão, Valnice Pereira, *Gatos de outro saco*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1981

Glöcker, Ralph Roger, *Viagem vulcânica – Uma saga açoriana*, Lisboa, Temas da Atualidade, 1996

Maia, Cláudia, *A invenção a solteirona*, Ilha de Santa Catarina, Editora Mulheres, 2011

Silva, Gabriela, *I Love California*. Ponta Delgada, Direção Regional das Comunidades, Açores, 2001

-----, *Concerto a quatro mãos*, Matosinhos, Edições Triunvirato 2006

-----, *Mulher sem rosto*, Quinta do Conde, Contramargem, 2007.

14. LUCIANO PEREIRA, DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS DA ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO, SETÚBAL, PORTUGAL, luciano.pereira@ese.ips.pt.



TEMA 3.6 A VALORIZAÇÃO DO TRABALHO NO CONTEXTO DO ENSINO DA LÍNGUA E CULTURA PORTUGUESA - LUCIANO PEREIRA, PROFESSOR COORDENADOR ESSE / INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL

Em todos os meus projetos de formação sempre privilegiei a formação integral do aluno, inserindo as minhas preocupações linguísticas no contexto mais vasto do seu desenvolvimento psicossocial e cognitivo.

Não será, portanto, de espantar a minha preferência pelas estratégias lúdicas em que a componente pragmática da língua se insere no espaço mais vasto do fenómeno comunicativo, alargando a componente cultural às mais diversificadas atividades humanas, articulando o mundo do trabalho, das realidades sócio - económicas e das preocupações ecológicas com o mundo do imaginário, do sonho e da expressão estética.

Às perspetivas historicistas acrescentei sempre as preocupações contemporâneas das diferenças sociológicas e regionais.

Do objeto de estudo que sempre constituiu a nossa língua, a nossa sociedade, e o nosso território nacional, fui paulatinamente criando um novo objeto que se definia pelos fenómenos respeitantes às comunidades portuguesas e as nações que partilhavam a língua e as culturas que, em conjunto, construímos.

O espaço de formação tornava-se assim num espaço de troca de experiências, de isomorfismos pedagógicos e de investigação/ação, procurando inovar e renovar os processos de trabalho, na produção de saberes e atitudes mais consentâneas com as exigências das nossas sociedades cognitivas coevas.

Em todas as minhas formações, em todos as pesquisas que orientei, no contexto das mais diversas disciplinas de Língua e Literatura, tive o cuidado de valorizar, de forma lúdica, mas séria, o trabalho e o esforço, enquanto geradores de riqueza, coesão social e estruturação psicossocial do indivíduo.

Reitero, aqui, todo o meu entusiasmo numa formação que exorcize as angústias de um futuro alienante e desprovido de esperança, que contribua para a plena realização pessoal de cada um e para a coesão de cada uma das nossas comunidades.

Antes de proceder à apresentação deste percurso pedagógico gostaria de lembrar algumas das pessoas que ao longo da minha vida transmitiram-me o apreço pelo trabalho e pela importância da transmissão da sua valorização. Aos meus avós, que me ensinaram a gostar do campo e das suas tradicionais fainas desde a pastagem à ordenha, da sementeira à colheita. Com eles, aprendi o gosto dos espargos selvagens, o gosto dos mísscaros e a delícia das túberas. O meu avô paterno ensinou-me a arte do barbear, o gosto pelas pequenas cirurgias e pelos segredos da cosmética. O meu pai nunca se vangloriou muito, nem pela sua passagem pela cavalaria em Estremoz, sua cidade natal, nem pelos serviços prestados à nação, enquanto agente de polícia, num período em que tais atividades mal conviviam com a consciência de um cristão praticante, devoto e dedicado. Ensinou-me o gosto pelas viagens e pelos comboios, a tristeza da ausência e da emigração, o gosto pelas outras culturas, a importância da aprendizagem e o respeito pelos autodidatas que sobem literalmente a pulso até merecerem o reconhecimento pelas suas competências e qualidades. A minha mãe ensinou-me o gosto pelo ensino, pelas crianças e pelos velhinhos. Com eles aprendi que o único ensino verdadeiramente útil era o ensino do esforço e do trabalho, que era nele que residia o gosto e a alegria do crescimento e do desenvolvimento:

“Os filósofos que especularam sobre o significado da vida e o destino do Homem, não repararam bem que a natureza deu-se ao trabalho de nos esclarecer acima de si mesma. Advertiu-nos por uma marca precisa que o nosso destino havia sido alcançado. Essa marca é a alegria.

(...)

Mas a alegria anuncia sempre que a vida foi bem-sucedida, que progrediu, que alcançou uma vitória: uma alegria grande tem um tom triunfal. Ora se atendermos a essa indicação e se seguirmos essa nova linha de factos, acharemos que por toda a parte onde houver alegria há criação: quanto mais rica for a criação, mais profunda será a alegria...”³⁹

Permitam-me, neste contexto, expressar uma especial palavra de simpatia ao Senhor Professor Doutor Armindo Rodrigues, Professor da Escola Superior de Educação de Lisboa com quem preparei e executei uma ação de formação, coordenada pela Presidente do Conselho Diretivo de então, a Senhora Professora Doutora Amália Bárrios, subordinada ao tema: O Mundo do Trabalho em Portugal, e que constituiu o maior incentivo para a elaboração de um jogo educativo e pedagógico da autoria da Dr.^a Maria Manuela Moreira Araújo Strehl⁴⁰.

Gostaria de sublinhar o empenho que a Senhora Professora Doutora Amália Bárrios colocou na sua publicação e, mais uma vez, expressar a minha gratidão pelo convite que a autora me dirigiu para, em breves palavras, fazer uma apresentação do seu trabalho e do seu processo de produção, enquanto fruto de uma estratégia de formação de professores manifestando também, desta forma, o seu apreço pelo trabalho que durante sete anos me possibilitou o acompanhamento dos professores de Português em exercício na Alemanha, enquanto colaborador

³⁹ Bergson – La conscience de la vie. (1911) in L’Energie spirituelle. Paris, 1922, p. 24, citado por Jaccard, P. – História Social do Trabalho. Círculo dos Leitores, s. d. , p. 341.

⁴⁰ Strehl, M. M. A. – O Jogo na Educação. O Mundo das Profissões. E tu o que vais ser? Lisboa: Escola Superior de Educação, 1997.

permanente do Núcleo do Ensino Português no Estrangeiro do Departamento do Ensino Básico e enquanto Coordenador Pedagógico do Ensino Português junto da Embaixada em Bona.

Em toda a minha prática privilegiei sempre a formação integral do aluno inserindo as preocupações linguísticas no contexto mais vasto do seu desenvolvimento psicossocial. Deste modo, o ato pedagógico encontrava a sua real expressão no conjunto dos processos de aprendizagem e do seu desenvolvimento cognitivo. Não será, portanto, de espantar a minha preferência pelas estratégias lúdicas em que a componente pragmática da língua insira-se num espaço mais vasto do fenómeno comunicativo, alargando a componente cultural às mais diversificadas atividades humanas, articulando o mundo do trabalho, das realidades sócio - económicas e das preocupações ecológicas com o mundo do imaginário, do sonho e da expressão estética. Às perspetivas historicistas acrescentámos as preocupações contemporâneas das diferenças sociológicas e regionais. Do objeto de estudo que sempre constituiu a nossa língua, a nossa sociedade, e o nosso território nacional, fomos paulatinamente criando um novo objeto que se definia pelos fenómenos respeitantes às comunidades portuguesas e as nações que partilhavam a língua e as culturas que em conjunto construímos.

O espaço de formação tornava-se assim num espaço de troca de experiências, de isomorfismos pedagógicos e de investigação/ação, em íntima articulação com o espaço letivo, procurando inovar e renovar os processos de trabalho, na produção de saberes e atitudes mais consentâneas com as exigências das nossas sociedades cognitivas coevas.

Em todas as minhas formações e em todos as pesquisas que orientei no contexto das mais diversas disciplinas de Língua e Literatura, tive o cuidado de explicitar alguns conceitos filosóficos sobre a relação entre o trabalho e a formação, o trabalho e a comunicação, o trabalho e a língua, o trabalho e o jogo, em suma o trabalho e a construção psicossocial do indivíduo.

O mundo do trabalho deverá ser sempre um dos temas privilegiados para projetos de investigação transdisciplinares. No contexto da Ética, basta relembrar o conceito aristotélico do trabalho enquanto autoconstrução do Homem. O Homem assume-se enquanto ação e obra; produto, produção e produtor. O Homem constrói-se num processo de assimilação e acomodação, isto é, num processo de verdadeira adaptação no seu sentido mais ecológico, enquanto respeitador do seu meio ambiente e do outro, que constitui parte da sua identidade social.

O pensamento filosófico contemporâneo de forte cariz social (Habermas, Michel Henry, Petrovic, Konsik,...) encara a dimensão económica do trabalho como um espaço reificado, alienante e alienado, anti-humano e antifilosófico. Já em 1848, o socialista francês, François Vidal, denunciava a ilusão daqueles que tinham considerado a liberdade do trabalho como suficiente para dar ao operário a garantia do direito à existência:

“O pauperismo, flagelo de origem recente, é a consequência inevitável do assalariado e da concorrência, da nova condição dada às classes laboriosas neste maldito regime a que erradamente se chamou regime da liberdade do trabalho. Em todos os tempos houve pobreza accidental. Mas antigamente a pobreza recrutava os seus tristes legionários entre os que não estavam em condições de trabalhar. Hoje, o pauperismo recruta-os entre os operários válidos, honestos, laboriosos, entre os trabalhadores em emprego da agricultura e da

indústria. O pauperismo é a miséria tornada crónica e hereditária, é o estado permanente do assalariado sem trabalho e mesmo do que trabalha.”⁴¹

A escola deve proporcionar ao aprendiz experiências de trabalho gratificante, enquanto formas de realização pessoal e refletir sobre a dimensão económica do trabalho, enquanto geradora de maior justiça, solidariedade e felicidade. Em termos reais e sociais não existe vida sem trabalho. A vida repousa no trabalho, tal como o trabalho dá sentido à vida. A história da humanidade é a história do trabalho. A escola deve contribuir para a eliminação das desigualdades sociais, para a eliminação do trabalho alienante, porque estão, de facto, criadas as condições históricas e materiais para que o trabalho seja sinónimo de percurso de maturação individual e social.

Embora não seja uma das temáticas mais retratadas, o mundo da literatura não lhe podia ficar indiferente. O trabalho literário, enquanto produção textual, ou produção de sentidos através da escrita e da leitura, é frequentemente associado ao ato de produção e transformação pessoal e social. O género narrativo, e em especial os contos e os romances, tem uma especial aptidão para a representação da dimensão económica e social do trabalho. O classicismo e o humanismo idealizaram as profissões campesinas em “locii amoenii”, numa estereotipada “aurea medicritas”; o romantismo, prolongando-se pelos contos naturalistas tais como os de Raul Brandão⁴², interessou-se pelas duras fainas da terra e do mar, exaltando uma harmonia ecológica idílica, por vezes angustiada. O realismo retratou a dureza das vidas miseráveis, rurais e urbanas, em oposição às da alta e média burguesia (Eça de Queirós). A sociedade marginal e os pequenos ofícios suburbanos tornaram-se sobretudo alvo do neorealismo, com referências ao trabalho infantil, tal como em Esteiros de Soeiro Pereira Gomes⁴³ ou em Os Putos de Altino do Tojal⁴⁴, à condição feminina, à exploração e à “reificação” do ser humano.

O trabalho, tal como a língua, é uma forma de construção do homem e, tal como a língua, é uma forma de expressão da sua identidade. Tal como a língua, inscreve-se num processo de comunicação interativo e produz significado transformando o mundo num processo de recriação sempre original.

Um estudo semântico em torno da produtividade da palavra “trabalho” revela-nos conotações relativamente negativas, associadas ao desconforto (trabalhão, trabalhosamente, trabalhoso). As suas definições lexicais reforçam a sua desvalorização social: “Aplicação da atividade intelectual ou física. Serviço. Fadiga (...) Aplicação. Inquietação (...) Cuidados (Figueiredo, 1991).

Ao refletir sobre a organização lexical do Português Fundamental, nunca deixámos de sublinhar a relação existente entre as atividades dos homens e o meio em que se inserem, condicionando os instrumentos, os utensílios, as técnicas e os produtos (tomemos como exemplo o léxico do trabalho do campo e o da aldeia: camponês, enxada, colheita, vindimas, sementeira, lavoura, charrua, monda, apanha, ceifa, ceifeiro, pastor, pasto...)

⁴¹ In Dufour, J. - Études historiques sur les théories du Droit du travail. Paris, 1899 citado por Jaccard, P. – História Social do Trabalho. Círculo dos Leitores, s. d. , p. 286.

⁴² Brandão, Raul – Os Pescadores. Porto Editora, 2013.

⁴³ Gomes, Soeiro Pereira – esteiros. Lisboa: Europa América, 1977.

⁴⁴ Tojal, Altino do – Os Putos. Contos da luz e das sombras. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2001.

Quantas vezes fomos surpreendidos pela qualidade do material produzido, recolhemos centenas de fichas relacionando atividades económicas com espaços geográficos, com profissões, com produtos e com instrumentos de trabalho.

Nunca deixei de sugerir que a nossa formação nunca deveria separar a descoberta da língua da descoberta do mundo, a reflexão epistemológica da reflexão linguística. Quando sugeria que se associasse, de forma lúdica, as profissões às respetivas atividades e aos respetivos instrumentos e máquinas assim como aos espaços específicos (hospital / médicos, enfermeiros, analistas...), estava, de facto a incentivar a produção de materiais lúdicos em torno das profissões com o auxílio das adivinhas, dos provérbios, dos adágios, das expressões, das canções populares e da mímica.

As profissões mais referidas em contexto escolar (veja-se os manuais escolares, sobretudo os do sexto ano de escolaridade) e na literatura para a infância raramente ultrapassam a dúzia e correspondem, em grande parte, as que foram listadas no Português Fundamental: médico, professor, engenheiro, advogado, carpinteiro, sapateiro, pedreiro, empregado (de balcão, de limpeza, bancário, de café, comercial, de escritório, do Estado, fabril, de mesa, público, ...), arquiteto, padeiro, pintor, comerciante, enfermeiro, juiz, estudante, merceeiro serralheiro, marceneiro, alfaiate, mecânico.

A literatura para a infância não se limita, todavia às profissões mais comuns e abre as portas da nossa imaginação:

“A Lua já foi mais longe
Saturno e Marte também
qualquer dia é um instante
chega-se lá de rompante
a bordo de um vaivém.

Eu gosto de fazer contas
à velocidade, à distância
e juro que sou assim
desde que dei por mim
no princípio da infância.

Gosto de por os cadernos
foguetes e foguetões
e de inventar as rotas
para as fantásticas frotas
que vão em novas missões.

Por isso serei astronauta
em Cabo Canaveral
que esteja em construção

algures em Portugal.

(...)⁴⁵

Os adjetivos associados são de ordem psicológica (honesto, preguiçoso, agradável, simpático, ...) e referem-se às qualidades profissionais (trabalhador, competente, eficiente, hábil, habilidoso, cumpridor, rápido, ...). Os verbos referem atividades básicas fazer (fazer fatos, fazer música, fazer o pão, ...), trabalhar, ensinar, vender, construir, curar, pintar, ler, escrever, arranjar, consultar, empregar, receitar, comentar, tratar, aprender, julgar, pagar, defender, serrar, ganhar, receber, ...

Os manuais escolares atuais⁴⁶ incentivam o trabalho interdisciplinar. A reflexão linguística cruza-se com a reflexão sociológica. A descoberta do mundo faz-se a par e passo com a descoberta da língua, com alegria e com prazer. No contexto escolar, o prazer cruza a dimensão lúdica com a dimensão epistemológica. Tal como o propõem François Weiss⁴⁷, Margarita Recasens⁴⁸ e Maria Alda Loya Soares da Silva⁴⁹, brinque-se com a língua em torno de temas como o trabalho e as profissões.

Associe-se atividades a profissões. Veja-se as qualidades necessárias para determinadas profissões. Associe-se instrumentos e máquinas às profissões escolhidas. Faça-se uma pesquisa no dicionário em torno das palavras referentes a profissões – electricista – detetar a palavra raiz, identificar o morfema marcador de profissões. Identificar outras palavras construídas a partir da mesma raiz assim como o valor dos morfemas aglutinados. Experimentar obter outras profissões com o mesmo morfema (pianista, futebolista...). Proponha-se jogos de mímica, adivinhas, formule-se alguns enunciados e descubra-se as profissões em causa. Faça-se perguntas para adivinhar profissões. Faça-se jogos de associações espaços/profissões – hospital – médicos, enfermeiros, analistas.... Trabalhe-se a noção de espaço. Onde trabalha o médico? Atente-se “no hospital”, “em hospitais”, “nos consultórios”. Reflita-se sobre os complementos circunstanciais (de tempo, de lugar, de fim, de causa, de modo, instrumental etc.): “O médico estuda para curar doentes. O advogado para defender causas. e sobre advérbios (de tempo: “Antigamente os homens iam ao barbeiro”. “Hoje vão ao cabeleireiro”. Reveja-se os pronomes interrogativos: “- Quem constrói os móveis? - O marceneiro.” “- Que faz o latoeiro? - Panelas.” Veja-se os mecanismos da formação de palavras: “um guarda noturno, um desenhador, um bailarino... O ourives trabalha na ourivesaria. O alfaiate na alfaiataria. O livreiro na livraria.”

Os modos e os temas verbais podem ser alvo de reflexão no estudo em torno das profissões: “O meu sonho é ser mecânico. Se o meu sonho se realizasse/se realizar trabalharia/trabalharei numa oficina.” Aproveitemos para refletir sobre o valor semântico dos modos e dos temas.

Investigar é a melhor forma de conhecer o mundo do trabalho. É necessário desenvolver capacidades de pesquisa, de observação, de comunicação/relacionamento. Pense-se sobre os deveres e os direitos dos trabalhadores. Pense-se sobre os constrangimentos e as virtudes do trabalho. Inicie-se um percurso de descoberta

⁴⁵ Letria J. J. – O que eu quero ser... Lisboa: Âmbar, s. d.

⁴⁶ Monteiro, J. e Paiva, M. - Estudo do meio do João (3º ano). Vila Nova de Gaia: Gailivro, S.A. 2005, pp. 128-143.

Monteiro, A. – fio de prumo - Estudo do meio 4º ano. Coimbra: Livraria Arnaldo, 2006, pp. 80-94.

⁴⁷ Weiss F. – Jeux et activités communicatives dans la classe de langue. Paris : Hachette, 1985.

⁴⁸ Recasens, M. – Como jogar com a linguagem. Lisboa: Plátano, 1990.

⁴⁹ Silva, M. A. L. S. – Iniciação à comunicação oral e escrita. Lisboa: Editorial Presença, 1986.

e aproveite-se para desenvolver algumas das múltiplas competências pessoais, culturais e linguísticas, orais e escritas exigidas por tal metodologia.

Atentemos no seguinte percurso possível:

- Escolha-se uma profissão
- Recolha-se informações, documentação, ilustrações etc., entrevistas a profissionais...
- Descreva-se um local de trabalho (com especial atenção para a organização do espaço, para os objetos, as máquinas, os instrumentos, os materiais – os sons, os cheiros, as texturas, as evocações, as associações, as memórias e os sentimentos...)
- Descreva-se os profissionais – os seus fatos, o seu vestuário especial, os seus atos do quotidiano, os seus sentimentos e emoções.
- Apresente-se uma profissão a turma através de cartazes/colagens, imagens, textos, desenhos, fotografias, avisos, materiais autênticas.
- Descreva-se um profissional no seu espaço de produção.
- Narre-se um dia de um profissional.
- Apresente-se os pré-requisitos para uma determinada profissão, as características psicológicas necessárias, os seus gostos e as suas qualidades.
- Descreva-se as medidas de segurança e de higiene.
- Descreva-se o tipo de relações sociais/humanas específicas a cada atividade profissional.
- Procure-se Informação sobre os sindicatos, nomes, funções, direitos e deveres.
- Simule-se uma consulta de orientação vocacional/profissional: (formule-se, perguntas, interprete-se as respostas, aconselhe-se...)

Foi neste contexto de formação que surgiu um dos materiais que maior alegria profissional me proporcionou: o jogo das Profissões de Maria Manuela Moreira Araújo Strehl.

O jogo é um percurso iniciático de sabedoria ao longo do qual o jogador vai interiorizando informações culturais, vai desenvolvendo os seus conhecimentos linguísticos e desenvolvendo conceitos e pensamentos pertencentes ao mundo do trabalho e ao mundo da nossa língua e das nossas culturas. Cada jogada permite o avanço num percurso em que cada espaço exige uma resposta por vezes individual outra coletiva, por vezes resposta única, por vezes respostas múltiplas a perguntas ora extremamente precisas, ora com uma margem de interpretação mais ampla, ora por vezes inequívocas e, em alguns casos, permitindo o confronto de opiniões e soluções. Da observação de experiências concretas, verifiquei o quanto o jogo é pretexto para múltiplas trocas comunicativas exercitando as estruturas que permitem a tomada de posição e a afirmação das opiniões, justificando-as, permitindo assim uma reflexão sobre a língua e sobre a cultura. O conjunto de fichas que associa instrumentos e máquinas a campos lexicais profissionais, tais como a carpintaria e a construção civil, permitem o recordar de vocabulário específico, mas também exercitam a memória a curto prazo, uma vez que os jogadores têm que memorizar os objetos representados, num espaço de tempo relativamente curto. As fichas que relacionam as atividades económicas com espaços e culturas não se limitam ao território de Portugal, também não se limitam a formular perguntas, fornecem informações, contextualizam, sugerem relações, exemplo: “*O território da Guiné-Bissau é sulcado por inúmeros rios, Cacheu, Geba e Corubal são os principais. Oitenta por cento da população vivem da agricultura. Qual é o principal cereal que neste país se desenvolve em meio aquático?*” O conjunto de fichas que relaciona atividades, materiais,

produções e produtos não se limita às profissões contemporâneas e não esquece o artesanato, lembrando as profissões rurais e as de um tempo em que o homem vivia mais integrado na natureza. No conjunto de fichas que se referem aos profissionais célebres, a autora também não deixou de referir inúmeras figuras que fazem parte da nossa história talvez mítica, talvez históricas, mas sempre motivo de reflexão sobre nós próprios.

Introduzir a temática do trabalho na sala de aula é abrir um espaço de reflexão sobre a construção do Homem, a construção dos seus saberes, a construção sempre renovada do instrumento de comunicação que é a língua.

Falar do trabalho é falar de direitos e de deveres, de vida em sociedade, do valor social do esforço e da solidariedade, é falar de realização pessoal, de necessidades e de sonhos.

Falar do trabalho em Portugal, como em qualquer outro país, e falar de oportunidade específicas, é falar da organização social, é falar de gentes, dos espaços e dos costumes. É falar do passado, do presente e do futuro. De uma sociedade em mudança que não admite tabus e que, sem preconceitos, equaciona a origem e a causa do desemprego, a discriminação sexual, o trabalho infantil, problemas de remuneração, condições de emprego, a falta de segurança no trabalho, a falta de higiene em alguns espaços de produção, o trabalho a prazo, os subempregos, os empregos que mal dão para sobreviver e os empregos do futuro, os mitos de hoje, super jornalistas, corretores das bolsas de valores, jovens gestores bem sucedidos; é falar dos empregos que são veículos de um humanismo sempre presente, médicos, enfermeiros, veterinários, bombeiros, educadores, professores e das sagradas mãos de quem pesca o peixe e faz o pão e, tijolo sobre tijolo, nos faz a casa e com ternura nos faz os móveis. Falar de emprego em Portugal ou em qualquer outro país e falar de tudo isto, sem esconder as dificuldades, num espírito sempre aberto de reflexão crítica, desapaixonada, compreensiva e terna. Hoje falar de emprego é falar de dificuldades em Portugal como em muitos outros países.

Infelizmente, como em muitos outros países, cada vez mais se vai instalando uma cultura do desemprego, da efemeridade, da sobrevivência sem futuro nem horizontes, em nome da saúde financeira do estado ou dos interesses agiotas e egoístas que só emprestam para melhor legitimar o roubo e a alienação. Relembremo-nos que, já em 1944, reunida em Filadélfia, uma Conferência internacional do Trabalho produziu a seguinte declaração:

“Está definitivamente ultrapassado o tempo em que o Estado podia crer que tinha feito o seu dever assim que garantisse uma remuneração mínima aos desempregados por meio de seguros ou de qualquer outro modo. Os trabalhadores não tolerarão por muito mais tempo uma sociedade em que aqueles que procuram trabalho e se esforçam seriamente para o encontrar sejam inevitavelmente levados a abdicar de toda a dignidade por serem condenados à inação no decorrer dos anos críticos durante os quais temos de reconstruir uma civilização ameaçada nos seus alicerces.”⁵⁰

Bibliografia:

-
- BRANDÃO, Raul – Os Pescadores. Porto Editora, 2013.
CINTRA, L. e CASTELEIRO, M. – Português Fundamental. Vol. I, Vocabulário e Gramática. Tomo I Vocabulário. Instituto Nacional de Investigação Científica Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. Lisboa: 1984.
GOMES, Soeiro Pereira – esteiros. Lisboa: Europa América, 1977.
JACCARD, P. – História Social do Trabalho. Círculo dos Leitores, s. d. , p. 293.

⁵⁰ In Jaccard, P. – História Social do Trabalho. Círculo dos Leitores, s. d. , p. 293.

- LETRIA, José Jorge – O que eu quero ser... Lisboa: Âmbar, s. d.
MONTEIRO, A. – fio de prumo - Estudo do meio 4.º ano. Coimbra: Livraria Arnaldo, 2006, pp. 80-94.
MONTEIRO, J. e Paiva, M. - Estudo do meio do João (3º ano). Vila Nova de Gaia: Gailviro, S.A. 2005, pp. 128-143.
RECASENS, M. – Como jogar com a linguagem. Lisboa: Plátano, 1990.
SILVA, M. A. L. S. – Iniciação à comunicação oral e escrita. Lisboa: Editorial Presença, 1986.
STREHL, M. M. A. – O Jogo na Educação. O Mundo das Profissões. E tu o que vais ser? Lisboa: Escola Superior de Educação, 1997.
TOJAL, Altino do – Os Putos. Contos da luz e das sombras. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2001.
WEISS, F. – Jeux et activités communicatives dans la classe de langue. Paris: Hachette, 1985.

15. LUÍS MASCARENHAS GAIVÃO, LISBOA, PORTUGAL



TEMA 3.1. OS CAMINHOS DO SUL: AS TRANSCULTURAÇÕES NA LITERATURA ANGOLANA E NA OBRA DE MANUEL RUI.

A literatura angolana permaneceu intacta através da oratura. No encontro com os descobridores portugueses (séc. XVI) iniciou-se o período da escrita, concomitante à resiliência da mesma oratura. Só no séc. XIX se dá o verdadeiro impulso de passagem à escrita: jornais e obras esparsas marcam o terreno dum protonacionalismo que, sobretudo, combatia as injustiças coloniais.

Nos diversos movimentos culturais e literários marcados de angolanidade, destacam-se o Movimento dos Novos Intelectuais Angolanos (MNIA – 1948) que através da Revista *Mensagem* (1950-1953) funda, na realidade, as bases da literatura angolana, com Viriato da Cruz, Agostinho Neto, António Jacinto, Mário Pinto de Andrade e outros.

Esta literatura encontra-se fortemente influenciada pelos movimentos artísticos que irromperam no Brasil, sobretudo o “Modernismo Brasileiro”, nascido oficiosamente na Semana de Arte Moderna de São Paulo (1922). Da procura da realidade real e não imaginada da terra e do povo brasileiros, em contraposição às ideias exportadas da Europa, as ideias novas servem a ancoragem do nacionalismo angolano, aliás extensivo às literaturas em língua portuguesa das restantes colónias do império. Mas pelo grande continente americano de colonização portuguesa e/ou espanhola, para onde se transplantaram milhões de escravizados africanos e onde, apesar das dizimações étnicas, perduraram fortes marcas culturais, construiu-se um “mundo novo”, compósito de afro-americana-ibéricas transculturações. Tentaremos vislumbrar a sua forte presença na literatura angolana que se sucedeu e, sobretudo, no escritor Manuel Rui, por forma a desvendar que os caminhos do Sul são cada dia mais emergentes e propiciadores de novas e diversas realidades culturais, políticas e sociais, em contra hegemonia às doutrinas do neoliberalismo global e eurocêntrico.

16. MANUEL JOSÉ SILVA, UNIVERSIDADE DO MINHO, BRAGA, PORTUGAL,



Apresenta trabalho conjunto com MARIA DO ROSÁRIO GIRÃO DOS SANTOS.

17. MARIA DO ROSÁRIO GIRÃO DOS SANTOS, UNIVERSIDADE DO MINHO, BRAGA, PORTUGAL



GIRÃO RIBEIRO DOS SANTOS, MARIA DO ROSÁRIO

TEMA 5 HOMENAGEM A ÁLAMO OLIVEIRA – “O POETA DO BANCO VERDE” - MARIA DO ROSÁRIO GIRÃO RIBEIRO DOS SANTOS / MANUEL JOSÉ SILVA, (UNIVERSIDADE DO MINHO, BRAGA, PORTUGAL)

Não é todos os dias que o leitor tropeça, à hora dos espetros, num banco verde estrategicamente sito num Pátio terceirense. Fosse ele vermelho ou castanho, aparentar-se-ia, talvez, aos demais dos tempos idos, sem quaisquer traços específicos suscetíveis de o sobrelevarem. Pintado de verde, eis que se firma como um cronótopo, cristalizando espaços e tempos conducentes a uma dada criação romanesca cuja situação entrópica obsta à almejada publicação. Neste vaivém espaço-temporal, correspondendo à antinomia ontologia-meontologia e desaguando na tríade romance-metarromance-antirromance, proliferam os duplos a nível das personagens (o Poeta de génio e o seu *alter ego*, modesto crítico literário), dos objetos (o leito do Poeta e o do seu amigo), dos lugares (a mítica Jericó e a Cidade desmistificada) e dos textos em devir (os fragmentos citacionais que enformam o *Pátio d’Alfândega, meia-noite*, em estado algo caótico, e o metatexto epónimo que, em nome da inteligibilidade, não deixa de proceder a piedosas supressões e a numerações vãs).

Nesta dialética do entre – visando, do ponto de vista da receção, a racionalização do irracional e a legibilidade do ilegível – perpassam linhas de debate e perspetivas hermenêuticas cuja relevância se torna irrefutável: para quê e porquê escrever se o que parece inédito há muito o deixou de ser? Como contornar esses *topoi*, “poncifs” e estereótipos seculares que invadem, de modo persistente, a literatura de matriz insular? A que meios recorrer para conferir ao regionalismo de tipo localista a universalidade que o reconhecimento da obra impõe?

Sem descurar a crítica às entidades maiusculizadas (a começar pelo Intelectual da Cidade e a terminar no Conselho de Leitura, ambos primando pelo vazio epistemológico que a pura retórica se deleita a empolar), importa referir não só a alegoria da criação interartística (literatura, música e desenho), mas também a originalidade de um livro que se desfaz à medida que se vai fazendo e que, votado às chamadas no *explicit*, se torna não o embrionário *Pátio d'Alfândega* do poeta do banco verde, mas o *Pátio d'Alfândega* de Álamo Oliveira, autor, entre outras obras, de *A Solidão da Casa do Regalo*, *Missa Terra Lavrada*, *Com Perfume e Veneno*, *Burra Preta com uma Lágrima* e *Já não gosto de chocolates*.

“Nenhuma ilha pode ser descoberta até ao fim, como nenhum romance pode ser escrito e lido em plenitude.” (Álamo Oliveira, 1992: 146)

À imagem das várias cidades sobrepostas da Troia proto-histórica, hoje Hissarlik – das quais a mais legítima se afigura a Troia VII descoberta por Schliemann –, e do burgo antigo de Herculaneum que atualmente se justapõe à povoação italiana de Resina, também o romance *Pátio d'Alfândega meia-noite* se alicerça, englobando-os, em três sub-romances, mediante sucessivas escavações passíveis de exploração satisfatória dos seus escombros labirínticos. Se o primeiro tempo mais compassado, *adagio*, pressupõe, por questões de metodologia da execução, a sinopse do ‘Livro total’ e se o segundo, *allegro*, antiromance por excelência, corresponde à obra do Poeta Porreirinho, o terceiro andamento, *vivace*, incide sobre o metarromance ou, mais bem dito, sobre o romance do romancista a cargo do Patachão, desaguando o quarto, *presto*, no romance de Álamo Oliveira e identificando-se o quinto, *prestissimo*, com a conclusão.

1. Primeiro andamento musical, adagio – “descobrir é retirar a coberta e há sempre cobertas a retirar” (1992: 145).

Aquando da morte do Poeta (falecido com um “romance na barriga”), logo seguida pelo suicídio de Rosa Cambadinha, Patachão decide homenagear a sua memória pela via da organização do texto legado, intitulado *Pátio d'Alfândega meia-noite*, conducente à sua eventual publicação. Encarcera-se, para cumprir a nobre tarefa, na casa do Poeta, sita à rua do Salinas, onde se afadiga a ordenar as desordenadas folhas manuscritas (cujo itinerário ele próprio havia alterado no momento em que as recolhera do corpo do falecido), a numerar as não poucas páginas avulsas, a encaixar uns nos outros os fragmentos dispersos e a insuflar a inteligibilidade possível ao caótico universo ficcional do qual se estatui sumo herdeiro. Mau grado a sua resiliência exemplar tão mais louvável quanto parca é (ou parece ser...) a sua capacidade crítica, Patachão não renuncia ao esforço sisífico, atravessando períodos de desalento, mas resistindo à tentação de queimar o ‘Livro’ e realimentando a ilusão de o dar ao prelo, convicto que está da genialidade do Poeta do banco verde. Esta tortura de ordem literária, tão-somente contracarreada pelos sons roufenhos do violino que geme no Pátio terceirense e pela embriaguez intermitente que obnubila a memória e oblitera o presente, conhece o seu término quando o romance do Poeta é consecutivamente refutado pelo Conselho de Leitura da Cidade, pelo Intelectual da Cidade e pela nova Editora da Cidade, saturada de propostas submetidas pela panóplia dos novos Escritores da Cidade⁵¹. Alertado para a mensagem que do além lhe envia o Poeta – por

⁵¹ Ver, a este respeito, a novela “Livraria meu amor” na qual entram em cena várias entidades abstratamente maiusculizadas como, por exemplo, o “Ensaísta Gabardine Verde Seco”, o “Romancista de Matiz Regional” e o “Escritor Último Romântico”. Ver, igualmente, a novela seguinte, intitulada “O maior livro das ilhas” e protagonizada por um “Autor de inteligência invulgar” (Oliveira, 1997: 109-122).

intermédio do morto-vivo Linschoten⁵² –, segundo a qual o romance perfeito em mais não consiste do que em atirar as folhas ao ar, deixá-las cair e recolhê-las pela ordem com que tombaram, Patachão toma a decisão sagaz de publicar no fogo o desventurado e hieroglífico romance: “(segunda-feira. Em um jornal: Por causa de papéis velhos. Ardeu um prédio na rua do Salinas. (...). Os bombeiros suspeitam de fogo posto). ‘Ah, ah, ah!’ – registo gráfico da gargalhada do Patachão.” (1992: 147).

2. Segundo andamento musical, allegro – o antirromance do Poeta Porreirinho.

“Já lá vão abril e maio...” (*idem*: 23)

Grafados entre aspas e tipograficamente indentados em colunas no corpo do romance, os fragmentos antirromanescos do Poeta abordam uma parafernália de temas que não parece despiçando exarar, conquanto o seu epicentro se situe no Pátio d’Alfândega – “... todos os caminhos vão dar ao Pátio d’Alfândega” [*e não a Roma (idem*: 23-24)] –, abrilhantado de bancos verdes por recente imposição do Presidente da Câmara “ciente de que um povo bem sentado é meio caminho para cultivar a quietude da resignação” (*idem*: 75). Tendo por *incipit* a indicação temporal “Já lá vão abril e maio” (*idem*: 25), o sujeito escrevente, Porreirinho de cognome, pinta Jericó, cidade fósil fatiada em distintos substratos espaço-temporais, provinciana e viciada, capital do cosmopolitismo de antanho, entrementes destruída e, doravante, em vias de construção.

A propósito ou a despropósito (conquanto o encadeamento lógico não seja tão aleatório quanto o possa revelar uma primeira e superficial leitura), revisita a guerra do cimento, o assassinio do Puto, chantagista incipiente e testemunha ocular das cargas subtraídas ou desviadas, o encontro com Linschooten, “caixeiro-viajante da eternidade”, o “quadrado perfeito” sinónimo de círculo de amigos ao qual pertencem o próprio Poeta, o mercador quinhentista, a Rosa Cambadinha e o Patachão, e as estórias contadas pelo holandês relativas à Cidade quingentésima.

De assinalar, nesta conjuntura temporalmente ambígua que tanto recua a Quinhentos como ruma à atualidade, a relação sexual de Linschooten com a Menina dos Papos d’Anjo, os seus desenhos de precisão transparente⁵³ que um rolo de cinco séculos vai desenrolando e a ascensão e queda da Jericó bíblica, traduzidas, por um lado, pela beleza ancestral e pelos cheiros inolvidáveis e, por outro, pelo ‘apocalipse’ que as trombetas do arauto Josué anunciam. Para além de certas incursões obscuras, porque heteronímicas, pela poesia e de algumas excrescências textuais, deslocadas do conjunto como o bizarro episódio do musgo, o Poeta que sempre defrontara a Cidade do anátema (*idem*: 77), da qual se salvavam apenas o Pátio d’Alfândega⁵⁴, o Café Atlântico e o porventura filipino banco verde, alvo de original ekphrasis⁵⁵, remata o seu antirromance de forma tão insólita quanto o fora o seu início: “Linschooten, meu amigo, quer vender-me as suas botas? // A um poeta, como tu, todas as botas são desnecessárias. / E riu em holandês.” (*idem*: 140).

⁵² Escrevemos Linschooten quando citamos a obra já que o nome foi assim grafado pelo Autor: “Diga Linschooten. À portuguesa. Por mim prefiro. /” (Oliveira, 1992: 99).

⁵³ A hipotipose, fixando numa representação visual de grande intensidade o movimento linear da leitura, parece ser a figura de eleição de Álamo Oliveira: “E tudo de forma tão transparente, que eu vejo a casa levantada, com suas janelas e varandas, portas, águas-furtadas, e o interior como que radiografado, porque vejo as mesas com suas toalhas de linho bordado, aparadores com seus naperons de filó, (...) a faia no quintal, a figueira, (...) as hortaliças, o tanque, galinhas com aspecto de boas poedeiras...” (Oliveira, 1992: 105).

⁵⁴ Também Marcolino Candeias homenageia o Cais d’Alfândega em “Ode a Angra minha cidade em tom de elegia”: “Ficas-te [Angra] / pelo Cais da Alfândega. Lá cabe / todo o teu universo.” (2002: 29-30-31).

⁵⁵ “Reparando bem e para ser mais exacto, talvez o banco não usasse guarda-chuva, nem uma flor silvestre se reclinasse pachorrontamente para a direita. Por amor à verdade (...) prefiro desde já informar que, por outro ângulo de visão, é possível ver um caracol seco, colado à perna das costas e que definiu numa subida lenta e sem destino.” (1992: 76).

3. Terceiro andamento musical, vivace – O metarromance do Patachão.

“Parecia de propósito todo aquele maremoto de contradições e incongruências.” (*idem*: 82)

Saudoso do poeta amigo ao qual, junto da urna, ordenara, sem êxito algum, “Levanta-te” e orgulhoso por figurar num romance tocado pela genialidade, Patachão, imbuído de um “feroz realismo” (*idem*: 17), dedica-se pelo verão dentro à ecdótica, zangado com a Cidade inominada que não merece o falecido: “Paralelamente, optou [o Patachão] por viver com a noite e o vinho e não pactuar com a Cidade. (...). Reconhece que está zangado com a Cidade.” (*idem*: 30-40).

A primeira etapa passa pelo inventário do anfiguri (com efeito, das 226 folhas manuscritas só 109 se encontram numeradas), pela reconstrução lógica do puzzle enigmático, pela inserção no todo babélico das páginas espúrias e pela decifração quer da confusão caligráfica (que pouco tem de caligrafia...), quer da persistência gráfica do nome da Rosa Cambadinha.



Figura 1 – Álamo Oliveira, 1992: 28

Numa fase segunda, o romance caótico solta-se na cabeça deste frequentador do banco verde e tocador de violino, rendido à tentação onírica, sob efeitos báquicos, e à volúpia da viagem pela memória a tempos idos: é do seu ponto de vista, em verdade se diga, que o leitor penetra na interioridade do Porreirinho e de seus progenitores e na privacidade da malograda Rosa Cambadinha, desvendando a animosidade do Patachão para com Linschooten, o repentino distanciamento amoroso do Poeta em relação à Rosa (que transforma o “quadrado perfeito” em triângulo ‘cambado’) e na falsa certeza que nutre esta última de o seu parceiro andar a dormir com o “maricas do Linxote” (adaptação linguística curiosa, de cariz popular, do nome do holandês).

O terceiro momento é decisivo para o Patachão que, nunca desmentindo o halo de genialidade do Poeta – e a obra genial, segundo Kant, é um exemplo não para ser imitado, mas para fazer nascer outro génio (*apud* Picon, 1972) –, ganha em presciência e clarividência o que o autor perdera em isotopia e isotonia. “Nemesiano terceiroense”, começa a censurar os anacronismos detetáveis na cronologia interna do romance ou, por outras palavras, a sua acracia cronológica, a delatar a exacerbada tonalidade moralizadora, a verberar o excesso de poder do demiurgo distraído e a reprovar (não excluindo o seu trabalho incipiente desta desaprovação) a falta de sequencialização de ideias e de concatenação de episódios. Não passará a solução para tal entropia pela supressão de certas passagens de maior grau de ininteligibilidade e pela destruição de determinadas folhas no sentido de conquistar uma legibilidade

mais democrática? Cômico da maldição da obra que gravita em torno de uma Cidade inexistente habitada por um morto-vivo e por defuntos, Patachão medita não só sobre a “alegoria angustiante” que constitui o *Pátio d’Alfândega*, mas também sobre a captação do essencial (e não do florilégio de acessórios) e o apuramento da verdade (e não da supremacia de fantasia) de que padece, por carência, o romance do romancista. E, ao ver o belo amanhecer, recolhe o Patachão, esgotado pela vanidade do seu suplício intelectual, ao banco verde: “Ali. No banco verde. No Pátio d’Alfândega.” (*idem*: 143).

4. Quarto andamento musical, presto – O romance de Álamo Oliveira.

“Porque há o erro essencial de toda e qualquer escrita, que é a miopia das palavras quando espalhadas na memória, com o vento a voar-lhes as pequeninas letras do sangue.” (*idem*: 145).

Recorrendo ao *topos* estratégico do manuscrito – do qual se reclama a pseudotradução ou a pseudoedição – diversamente explorado na literatura (ou introduzido em garrafa a vogar no alto mar ou achado numa gaveta falsa de um qualquer armário antigo), Álamo Oliveira concilia, de modo assaz original, o antirromance nado e morto na barriga do Poeta e o metarromance morto-vivo do Patachão, graças a um jogo de espelhos, de heterónimos, de duplos, de ecos, de ressonâncias, de paralelismos e de simetrias. Ora, não será todo e qualquer escritor um criador, como o Porreirinho, e um crítico como o Patachão, respondendo em eco heteronímico este último aumentativo (*ã*) ao primeiro diminutivo (*inho*)? E não se identificarão, na terminologia de Nietzsche, o Porreirinho e o Patachão com os artistas ditirâmicos, em busca do ser, da permanência e da eternização? Se a *causa mortis* do Poeta foi o “parto não consumado por asfixia introintelectual”, teme o Patachão o seu eventual passamento pelas mesmas razões, porquanto, embora nem tudo se sobreponha, “cada romance era o espelho do outro” (*idem*: 47) e “a responsabilidade do Patachão estava já nos domínios da coautoria.” (*idem*: 123). Aliás, o *explicit* deste falacioso duplo romance desemboca, quiçá para ludibriar o leitor incauto e/ou para atestar a leitura aceitável, no riso de Linschooten em holandês e na gargalhada portuguesa do Patachão.

Do mesmo modo, a gravidez metafórica⁵⁶ do Poeta dá a sensação de repercutir tanto a sorte da Rosária que, grávida do Zé Lagosta e expulsa pelo pai, comete suicídio, como a da Rosa que, prenhe de um cabo especialista da força aérea americana e atirada pela pouco paternal figura para fora de Penates, fica para todo o sempre a “arrastar a perna esquerda que a deixou cambada no corpo e no nome” (*idem*: 57) – paralelamente ao Patachão, declarado inválido devido ao “mal de coluna” –, acabando, desgostada pela morte do Poeta, por suicidar-se. Situação simétrica análoga pode ser detetada a nível de relações amorosas: de facto, o ato homossexual do Puto e do Graciosa replica o ato heterossexual entre o Poeta e a Rosa, bem como entre o Patachão que possui a Alzira tal como o mar penetra na *insula*.

Nesta ordem de ideias, os objetos, particularmente as camas, portadoras de um ‘cartão de cidadão’ contendo os dados biográficos minimamente obrigatórios, parecem afirmar-se como duplos, menos por afinidade do que por contraste. Assim é que a cama de acácia da dona Teresinha do Menino Jesus, comprada pelo Poeta, por ele descrita em breves nótulas e desenhada pelo artista gráfico Álamo Oliveira, parece não reproduzir, mas, antes, situar-se nos antípodas daqueloutra “roubada na tropa” pelo Patachão (*idem*: 50-51).

⁵⁶ Esta gravidez metafórica dá a sensação de se prolongar naqueloutra, tida por irrisória, do Intelectual da Cidade: “Não são comparáveis estas dores com as da parturiente. Mais nobres, as minhas. Deitar ao mundo uma criaturinha larval sob mecânica puramente física, não tem paralelo com a explosão luminosa que uma simples deflagração mental é capaz de provocar.” (*idem*: 33).

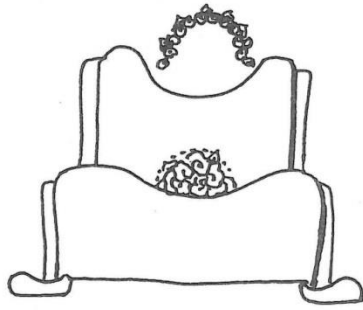


Figura 2 – Álamo Oliveira, 1992: 51

Neste labirinto tecido de efeitos de especularidade e transverberação, as personagens, não sujeitas, no momento da sua entrada em cena, a uma caracterização mais ou menos definitiva (específica do romance oitocentista), vão sendo paulatinamente desenroupadas: prova flagrante desta técnica narrativa é a amante de Linschooten, hipocriticamente designada por Menina dos Papos d'Anjo, que é também a professora Maria da Purificação Perpétua e corresponde, igualmente, a Lianor Machado Bittancourt.

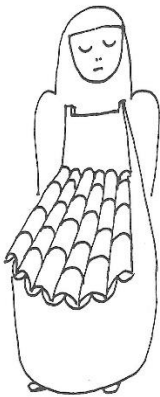


Figura 3 – Álamo Oliveira, 1992: 117

Os paralelismos estão longe, todavia, de exaurimento: é o caso da ilusão inicial do Patachão (no momento de entrega do romance do Porreirinho ao Conselho de Leitura) que se reacende no sua derradeira euforia (ao enviar a mesma obra para a editora recém-criada); ainda neste contexto, o nevoeiro tanto desce, plúmbeo, sobre a Cidade como agride, invasor, a memória do Patachão; por seu turno, surge a solidão da noite não só como refúgio de Linschooten, impossibilitado de exposição à luz solar, mas também da tríade Poeta, Rosa e Puto, refratários às gentes insulanas e exilados numa franja intemporal de cariz mítico. E como explicar (não a quase simultaneidade do passamento da Rosa e do Poeta, por motivos já devidamente explanados) o facto de as supracitadas personagens terem falecido viradas para o oriente?

As simetrias e justaposições de espaços e tempos tornam-se tão mais óbvias quanto transparente se antolha o reconhecimento dos cronótopos. No *Pátio d'Alfândega* do Poeta Porreirinho, os eventos, se os há, decorrem em Jericó, uma Jericó paradigmática, súpula simbólica das várias cidades epónimas fustigadas pelo anátema de Josué: a cidade cananea, sita numa colina e cercada de muralhas, destruída, devido à sua impiedade e arrogância, por Oseias, líder de Israel e sucessor do profeta Moisés; a cidade reconstruída pelo israelita Hiel, morador de Betel, que, ignorando a advertência de Deus, reedificou o burgo esconjurado, lançando os alicerces à custa da vida do seu

primogénito, Abirão, e instalando as portas a expensas da vida do seu filho mais novo Segube; a cidade de Herodes Magno, que lhe havia sido vendida por Cleópatra, célebre pelos seus teatros, jardins e palácios, exaltada pelo seu oásis de palmeiras, sicómoros e bálsamo e conhecida por ser o ponto de encontro dos peregrinos judeus que rumavam a Jerusalém; enfim, a cidade às portas da qual Jesus curou um cego, segundo os Evangelhos de S. Marcos e de S. Lucas, e dois cegos, segundo o Evangelho de S. Mateus.

Quanto ao *Pátio d'Alfândega* de que o Patachão é coautor, a Cidade sem nome, portadora muito embora do “peso mortal da História” (*idem*: 39) e excomungada (como o fora a Jericó bíblica...), por um sismo em 1980, é trazida à memória, em todo o seu esplendor de mil e quinhentos/mil e seiscentos, por Linschoten (Jay Huygen van Linschoten, autor do *Itinerário*, datado de 1596, verdadeira enciclopédia do mundo da Índia portuguesa), explorador neerlandês que, tendo partido de Goa em 1589, interrompeu a viagem nos Açores, no seguimento da perseguição por galeões corsários ingleses, permaneceu dois anos em Angra⁵⁷, com o intuito de contabilizar as riquezas recuperadas no galeão naufragado, e dela parece ter elaborado (já que esta autoria é controversa) um mapa detalhado que constitui uma das mais antigas representações da Capital da Terceira.



Figura nº 4 – Mapa controversamente atribuído a Linschoten: “A cidade de Angra na Ilha de IESU XPO da Terceira que esta [sic] em 30 grãos.”

Sendo a Cidade, como Jericó, “um amontoado de casas debruçadas à beira das ruas e acomodadas aos acidentes do terreno” (*idem*: 24) e identificando-se os seus dias de São Vapor com os dias de ancoradouro do modelo ou, talvez, antímodo bíblico, de ambos emanando uma “babel de linguajares”, fácil se torna concluir, quebrando a beleza da construção alegórica, que Jericó e a Cidade, vítimas de não poucas mudanças toponímicas e topográficas ditadas pelo esconjuro divino e pelo estertor da terra⁵⁸, se aglutinam “Na Ilha. Em Jericó.” (*idem*: 124), na “Jericó de

⁵⁷ A capital da Terceira não deixa de ser revisitada por Vasco Pereira da Costa: “É a mui nobre leal e sempre constante cidade de Angra do Heroísmo (...) uma cidade espalhada entre mar e mar, com dois castelos a estrangulá-la (...) A angra sufoca a cidade.” (1984: 39-42).

⁵⁸ É interessante a pseudo-profecia de cariz bíblico relativa ao sismo terçoense: “Amanhã será o dia dos grandes sinais. Todos poderão sentir o estertor colossal da terra...” (*idem*: 136).

ilha e cidade de ilhas” (*idem*: 25), ou, por outras palavras, numa Angra do Heroísmo animizada que “respira um sossego abafado e acordado” (*idem*: 38). No entre a destruição, a reconstrução⁵⁹ e o pânico de nova exterminação, também o Pátio d’Alfândega, atual repositório de gentis fantasmas, espelha visionariamente o largo de tempos idos⁶⁰, quando, em dias de atracação do paquete na baía (o *Lima* ou o *Carvalho de Araújo?*), se transmutava em “confortável sala de visitas” (*idem*: 41), tendo como mobiliário a esplanada do Café Atlântico⁶¹, cujo frenesim durava até à meia-noite, hora em que o navio se afastava da ilha. Vale a pena citar um fragmento desta hipotipose: “Na esplanada do Pátio d’Alfândega, repleta de mesas e cadeiras de vimes, os empregados (...) chegavam, de casacas engomadas de branco como a camisa e as luvas, as calças festadas de preto como o laço, cheios de salamaleques, vénias, vossa excelência, tudo à boa antiga portuguesa. ‘Um café, um chá!’ / ‘E, Vossa Excelência, com maiúscula, o que toma?’ / Um chá e bolos!”⁶² (*idem*: 41).

Na sequência deste quadro descritivo tão vivo e animado que incita à visualização, urge enfatizar a técnica narratológica, não raro explicitada pelo Autor – “... a seu tempo, se dirá.” (*idem*: 58) –, que consiste na apresentação tardia de uma dada personagem ou no preenchimento posteriormente moroso de um certo vazio textual, emprestando ao romance em exegese um carácter algo misterioso que prende a atenção de quem gosta de puxar “fios à meada” (*idem*: 14). Exemplos dilucidativos são, sem sombra de dúvida, quer a designação postergada do verdadeiro nome do Porreirinho, cuja genealogia aristocrática é alvo de paródia – “Inácio Delfim Rodrigues Sampaio, filho de Margarida Maria de Meneses (com z) e Rodrigues e de Deodato Luís da Corte Sentida e Sampaio” –, quer o adiamento de qualquer tipo de informação sobre Linschoten, externamente focalizado pelo Poeta: “... Linschooten, por enquanto, de pouco ou nada serve. (...). Está sentado no banco verde, com o ar parado da eternidade, (...) é um vulto estrangeiro, de anos corridos há muito, ...” (*idem*: 58-94-95).

Afinal, falar do Pátio d’Alfândega, ‘enquadrado’ pelo Monte Brasil⁶³, antigo cais onde, na era de Quinhentos, Álvaro Martins Homem procedeu a pertinentes trabalhos de remodelação, implica também escrever sobre a *insula* e insularidade⁶⁴, vergastadas pela sátira, pelo pastiche, pela caricatura e pelo cómico⁶⁵: “Desde a primeira folha, o leitor é obrigado a saber que tudo se passa numa ilha...” (*idem*: 23). Ora, na mundividência insular de Álamo Oliveira impõe-se, pela sua recorrência, a sátira social, abarcando o provincianismo atávico da Cidade (*idem*: 10), o inferno

⁵⁹ Esta reconstrução preenche os desígnios nostálgicos do Autor no tocante à reconstituição visual da imagem antiga (mediante o recurso aos deícticos espaciais) a partir das ‘ruínas’ confrangedoras do presente: “Era ali o Sprital e a ribeira dos moinhos. Aqui ficava a alfândega mais baixa e mais simples e não menos reles do que esta. Acolá o cais, com seu chamariz e portas.” (*idem*: 139-140). É o momento ideal para invocar e evocar topónimos desaparecidos e/ou remodelados: a rua do Castelhinho, a rua Baixinha, a rua do Príncipe, o cais das Pipas e a fábrica Vergílio Lory.

⁶⁰ “Confunde-o [ao Patachão] a memória de um outro Pátio d’Alfândega,” (*idem*: 40).

⁶¹ Para o Patachão, o romance do Porreirinho “não será o melhor do mundo, do país, das ilhas, da ilha, da Cidade. É, de forma indubitável, o melhor romance do Café Atlântico.” (*idem*: 132).

⁶² Também Victor Rui Soares recorda com saudade o Café Atlântico: “Os empregados do Café Atlântico, de casaca, luvas e papillon, aviavam, para a esplanada, cafezinhos e conhaques em cálices do tamanho de um dedal... As senhoras da cidade, muito reluzentes nos seus vestidos de tafetá debroados [*sic*] a rendas de seda e algumas lantejolas [*sic*], bebericavam chá e comiam bolos e bolacha araruta...” (*Tribuna Portuguesa*, 2009: 5).

⁶³ É, também, o Monte Brasil que serve de ‘enquadramento’ ao acto único de *A Solidão da Casa do Regalo* (Prémio ‘Almeida Garrett’ – Direcção Regional da Cultura / 1999 – Açores): “Monte Brasil (Angra do Heroísmo). Voltada para a baía, a casa é um regalo para os olhos. Menos para D. Afonso – o VI –, exilado e espoliado da esposa e do reino.” (Oliveira, 2000: 7).

⁶⁴ Esta insularidade, ritualizada numa missa em que sublime e profano se fundem, atravessa *Missa Terra Lavrada*, “libreto de ‘missa’” e “ilhanização da Missa”, como escreve o Autor na nota preliminar da supracitada obra teatral (1984: 23). Ver, ainda a respeito do insulamento, *Burra Preta com uma Lágrima*: “Burra Preta não foi excepção. Para além do destino, aceitou também a insularidade com a mesma humana e decantada filosofia com que mastigava a sua ração de palha. (...) O insulamento tem malefícios esquisitos.” (1995: 25-67).

⁶⁵ Outros exemplos de cómico podem ser apresentados: “A morte está cada vez mais cara. (...) ninguém gosta de morrer de véspera,” (*idem*: 12-13); “O que podem valer estes papelinhos [antirromance do Porreirinho], rabiscados, sujos, rotos, mesmo pobrezinhos de pedir, comparados com uma obra de dois metros de estante só no comprimento e de altura não revelada,” (*idem*: 35). Na primeira asserção, banaliza-se o carácter trágico da morte em proveito da carestia do aparato *post mortem*; na segunda, hiperboliza-se a obra de arte, que, desta feita, ganha foros de exagerada mensurabilidade.

da sua curiosidade e indiferença em simultâneo (*idem*: 11, 14), a hipocrisia inconfessa dos agentes da autoridade (*idem*: 68), a imunidade corrupta dos grandes senhores (*idem*: 69) e a ilegibilidade apressada com que o delegado de saúde assina, perentório, a certidão de óbito do Porreirinho (*idem*: 9, 12). São, igualmente, açotados os membros do Conselho de Leitura, cujos veredictos aligeirados contraditam o estatuto honorífico do cargo, o Intelectual da Cidade, símbolo caricatural de uma vã supremacia a supurar altivez e a nova editora, de imediato saturada aquando da sua inauguração, posto que “Já não se compram livros. Compram-se edições.” (*idem*: 135).

Realce-se, no primeiro caso, o pastiche académico e deliciosamente cómico do discurso oficial justificativo de recusa, para efeitos de publicação, do romance do Poeta: “Frágil estrutura narrativa, desfasamento do contexto no texto, abordagem impossível sob o rigor analítico da semiótica, falta de caracterização dos agentes ativos, infantilismo verbal, sem imaginário nem contensão das vertentes estéticas.” (*idem*: 20)⁶⁶. Assinale-se, na segunda situação, a solenidade patética do Intelectual, vítima de uma doença “geniática” conhecida por genialidade⁶⁷, assaltado por enxaquecas advindas da Inteligência hiperbolizada e obcecado pelo *opus magnum* e titânico do seu laurícomo itinerário existencial, a saber o estudo denodado do “isolamento do vírus na poesia anteriana” que ele dividira em três setores – o temperamental, o fonético e o semântico – e estratificara cada um dos setores por um sistema analítico da sua lavra, cuja patente registaria em momento oportuno. [...] Com este sistema é possível saber, por exemplo, que o soneto Na Mão de Deus sofre um desvio de personalidade imagética quando o cavaleiro se identifica.” (*idem*: 34). Nasce o cómico, neste duplo contexto de paródia do eruditismo oco, a partir da reação do Patachão quer à sentença do Conselho de Leitura, que ele “não entende nem quer saber” por considerar um “arrazoado” (*idem*: 20, quer à refutação por parte do Intelectual, guloso de “documentos inéditos”, desse conjunto de generalidades antirromanescas com que rotula *Pátio d’Alfândega*: “O Patachão suplicava a si próprio para sair daquela mão de Deus, enquanto o Intelectual da Cidade continuava a perorar sobre a importância dos fungos no comportamento dos ilhéus, (...) Às primeiras folhas, o Intelectual franziu o nariz, (...) Nem vinte reescritas farão deste material um texto minimamente romanesco.” (*idem*: 34-35).

Também os vorazes críticos e hipercríticos não são poupados por este agente lucidamente infecioso (“fungo”) que ataca exageros individuais passíveis de contaminação de uma coletividade passiva ou, por outras palavras, de uma rebanhada um tanto ou quanto subserviente: “Os ensaístas apressar-se-iam a estudar toda a obra do Poeta Porreirinho, desvendando os mistérios da sua escrita, a unção da temática e inventariam intenções expressas nas entrelinhas, (...) Os hipercríticos, invejosos de mão cheia, não deixavam de afirmar à boca pequena que o Intelectual debitava asneiras sobre asneiras e que ninguém ousava contestá-lo – a não ser eles, claro.” (*idem*: 30). Neste enclave de jargão de academia, de bordões de linguagem ou clichés linguísticos e de estafados estereótipos surge de novo em palco a crítica no que respeita ao lirismo barato, tão mais gratuito quanto carecendo de lógica: de facto, qual a razão de escrever “a cândida humildade da rapariga descalça. De loiras tranças” ou “gosto de acordar de manhã com o guinchar do porco” quando, parafraseando o Autor, a loura jovem luta pela sobrevivência e o inditoso porco está a agonizar? (*idem*: 19). Não será esta a pecha da literatura de matriz insular ou, por outras palavras, de uma geração que se deleita a glosar “o mar azul, a lua cheia, a ilha verde e o pôr-do-sol, o barco no horizonte, adeus amigo, adeus, ó mãe!, meu amor, eu amo-te, tudo em rimas de ar e vento a que nem o alguidar escapava.” ? (*idem*:

⁶⁶ Do mesmo modo, segundo o Patachão, “Era outono e logo era primavera. O Puto morre e segue vivo. Linschooten intervém ainda antes de chegar. Rosa parece contradizer o seu sacrifício esfriando o amor com que animou os melhores dias da vida.” (*idem*: 82). Não corresponderá esta lucidez oracular do Patachão a uma voluntária autocrítica autorial?

⁶⁷ Outro paralelismo a assinalar consiste na genialidade autoproclamada pelo Intelectual da Cidade e na genialidade do Poeta que o Patachão não cessa de reconhecer e propalar.

119). E não serão esses sempiternos “poncifs” que o Poeta Porreirinho intenta contrariar graças ao seu estro afeiçoado ao implícito e ao fragmento?

5. Quinto andamento musical, prestíssimo – Conclusão: a reinvenção da literatura.

Se outras questões o romance *Pátio d’Alfândega meia-noite* não levantasse, quatro, pelo menos, não deixaria de suscitar: em primeiro lugar, a identificação das razões que conduzem ao ato de escrita e ao ofício de escritor. Porquê, para quê e para quem escrever se, afinal, já tudo foi dito, reescrito e transcrito? – “...havia o Camões que era o mestre da Língua, o Vicente dos autos e das farsas, o Eça da imoralidade romanesca, o Pessoa da arca mais milagrosa que a do ilusionista, o Nemésio da açorianidade” (*idem*: 142)⁶⁸. Não poderia tal excesso de plenitude consagrada ser escamoteado mediante a técnica de junção de patamares metafóricos esboçando uma alegoria de criação traduzida por essa “manta de retalhos mal cosidos e mal rimados”? (*ibidem*). Em segundo lugar, e defluindo do primeiro item, a perspectiva interartística, firmando a correspondência das artes, pode constituir trampolim eficaz para o ineditismo almejado, através de uma abordagem semiótica que concebe os produtos de todas as manifestações artísticas como textos passíveis de leitura. Quanto a estes últimos, eles podem tripartir-se em textos *multimedia* (combinando textos separadamente coerentes e compostos em *media* diferentes), “mixed-media” (conciliando signos complexos insuscetíveis de se tornarem autossuficientes fora do contexto inicial) e *intermedia* (recorrendo a dois ou a mais sistemas de *media*, surgindo inseparáveis os aspetos visuais, verbais, cinéticos e performativos dos seus signos) (Clüver, 2001: 333-359).

Atente-se, a respeito desta multimedialidade, na osmose entre literatura, música, dança e desenho: assim sendo, senta-se o Patachão no banco verde, tendo “De um lado, o romance. Do outro, o violino.” ou, mercê de um feliz quiasmo, “De um lado, o violino. Do outro, o romance.” (*idem*: 36-37). Do mesmo modo, e num ‘entremez’ curioso, aos primeiros acordes tangidos no violino responde o meneio de ancas do Graciosa, de modo tal que o “Patachão já não sabe se é a sua música que inspira aquele imprevisível bailado ou se este é que provoca aquela música inadivinhável.” (*idem*: 37). Quanto aos desenhos inseridos no romance, configurando um texto outro, não-verbal, eles mais não corroboram do que a sua própria ambiguidade ocultada por uma certa “naïveté” falaciosa: contemple-se, a título de exemplo, a parte central da cama do Porreirinho, o hábito lavrado da religiosa e o desenho universal do Chiquinho...



Figura 5 – Álamo Oliveira, 1992: 146

Enfatize-se, em terceiro lugar, a controvérsia, redundando por vezes na contenda sectária, em torno do regionalismo e da universalidade, da “minuscuidade” espacial e do nacionalismo ‘continental’: “Que interessa à árvore da literatura nacional um romance que gira à volta do eixo somítico da pequena cidade da ilha do tamanho duma caganita de coelho, perdida no meio do mar, com um povo de linguajar diferente e sumido de velho?” (*idem*: 21). Contra-argumentando tal asserção (conquanto tais argumentos não tenham cabimento no âmbito deste texto),

⁶⁸ Não deixaria de ser interessante explorar as referências intertextuais que perpassam no romance, sobretudo as que não se encontram explícitas: “Mas isso é a voz da perversidade, a voz dos que não sabem como se ama ou de como é possível amar o monstro que se pariu. Decididamente não leram Gomes Leal.” (*idem*: 40). Trata-se do célebre poema “A Duquesa de Brabante”, imortalizado pela voz de João Villaret – cujo centenário de nascimento tem sido alvo de algumas comemorações (2013).

não será a sùmula de regionalismos a conferir à literatura nacional um interesse universal? No caso contrário, e prosseguindo com a metáfora da árvore, não ficaria a nacionalista árvore literária, carente de ramificações típicas, rebentos idiossincráticos e florações particulares, algo rarefeita, mornamente estandardizada e confrangedoramente exaurida? Leia-se, a este propósito, Borges Garcia: “Uma autêntica Literatura Açoriana será regional pelo *ambiente* e pela *forma* (...) e universal pelo *sentido*, pelo ângulo de visão do escritor.” (Dias, 1953: 17).

Em quarto e último lugar, quedemo-nos na ‘catalogação’ possível de *Pátio d’Alfândega meia-noite*, cujo titular indício horário encontra plena justificação no desfecho do romance, reforçando destarte a sua rigorosa arquitetura: “O mar, na baía, mexe-se com a volúpia das grandes preguiças. O céu está baixo e húmido. Ainda não é meia-noite no Pátio d’Alfândega. Nenhuma brisa. Ninguém. Silêncio.” (Oliveira, 1992: 146). Romance sobre a arte de romancear ou, mais bem-dito, sobre como fazer um romance, ele é, sobremaneira, o romance da nostalgia: nostalgia do que outrora existiu e deixou de ser agora; nostalgia dos entes que por lá andavam e aí não mais repousam (veja-se o caso de Leôncio que, segundo testemunho de Victor Rui Dorés⁶⁹, não é um “ser de papel” ...); nostalgia de um tempo transato, cujo paradigma era o ritual do chá hoje perdido, e de uma vida de tempos idos, bem distintos da dos tempos que correm. Cristalizando tempos e espaços e atravessando séculos, como o Judeu Errante, o banco verde imortal, não acéfalo, mas pluricéfalo, inquestionável protagonista do romance, torna-se um cronótopo mítico, estrategicamente iluminado e coreografado.

“Para o Poeta, tudo partia e chegava àquele banco imperecível, como se estivesse pintado de íman ou como se uma recôndita fatalidade o tivesse vocacionado para o exercício do movimento pendular dos pensamentos e dos sonhos. O próprio candeeiro desfere a luz exata sobre o ângulo certo, também ele guardador involuntário do banco, iluminando ou assombrando esses devaneios do encanto e da desilusão.” (*idem*: 77).

Continuará, hoje em dia, o banco verde a lançar um repto a todos os artistas cansados do mundo e ansiosos por navegar no incógnito?



Figura 6 – Álamo Oliveira, 1992: 76

Referências Bibliográficas:

Candeias, Marcolino (2000), *Na Distância deste Tempo*. Lisboa, Edições Salamandra, col. “Garajau”, Série Especial, 2ª edição revista.

Clüver, Claus (2001), “Estudos interartes: introdução crítica”, in Helena Buescu, João Ferreira Duarte, Manuel Gusmão (orgs.), *Floresta Encantada: Novos caminhos da literatura comparada*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, pp. 333-359.

Costa, Vasco Pereira da (1984), *Plantador de Palavras Vendedor de Lérias*. Coimbra: Serviços Culturais.

Dorés, Victor Rui (2009), “O Pátio da Alfândega” in *Tribuna Portuguesa. Quinzenário Independente ao serviço das comunidades da língua portuguesa*, Modesto: Califórnia, p. 5.

⁶⁹ “O Pátio da Alfândega tinha as suas figuras decorativas. Recordo-me especialmente do Leôncio, boémio, vago anarquista e ‘filósofo da rua’, que demonstrava a sua superior inteligência, desafiando-nos: - Eu digo-te à primeira, mas tu só percebes à segunda.” (*Tribuna Portuguesa*, 2009: 5).

- Garcia, Borges (1953). *Por uma Autêntica Literatura Açoriana*. Separata de *A Ilha*. Ponta Delgada.
- Haar, Michel (2007), *A Obra de Arte. Ensaio sobre a ontologia das obras*. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Difel, col. "enfoques".
- Oliveira, Álamó (1984), *Missã Terra Lavrada (Teatro)*. Angra do Heroísmo: Secretaria Regional da Educação e Cultura, col. "Gaivota/38".
- Oliveira, Álamó (1992), *Pátio d'Alfândega meia-noite*. Lisboa: Vega, col. "Chão da Palavra/Ficção".
- Oliveira, Álamó (1995), *Burra Preta com uma lágrima*. Lisboa: Edições Salamandra, col. "Garajau", 2ª edição revista [1ª edição: 1982].
- Oliveira, Álamó (1997), *Com Perfume e com Veneno*. Lisboa: Edições Salamandra, col. "Garajau".
- Oliveira, Álamó (2000), *A Solidão da Casa do Regalo*. Lisboa: Edições Salamandra, col. "Garajau".
- Picon, Pierre (1972), *L'œuvre d'art & l'imagination*. Paris: classiques hachette, col. "textes et documents".





Figura 7 – O “banco verde” sob os candeeiros no Pátio d’Alfândega (imagem generosamente cedida pelo Dr. Álamo Oliveira)

18. PERPÉTUA DOS SANTOS SILVA, CIES/ISCTE-IUL, ESE/INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM, PORTUGAL



PERPÉTUA SANTOS SILVA

TEMA 3.2. RACIONALIDADE E AFETOS NA RELAÇÃO COM A LÍNGUA PORTUGUESA EM MACAU. - PERPÉTUA DOS SANTOS SILVA, CIES/ISCTE-IUL, ESE/INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM, PORTUGAL

Enquanto Região Administrativa Especial da República Popular da China, Macau manteve o português como língua oficial e tem vindo a desenvolver um conjunto de iniciativas que em muito contribuem para a manutenção e desenvolvimento desta língua naquela área geográfica, assistindo-se nos últimos anos, em consequência, ao aumento dos índices de procura da língua portuguesa.

As disposições para aquisição de recursos linguísticos em português podem ser variadas, sendo claro que, em Macau, se orientam, maioritariamente, em função de expectativas de alargamento de oportunidades profissionais, centrando-se numa perspetiva utilitária da língua. Contudo, cumulativamente, podemos dar conta do desenvolvimento de outras lógicas de interesse de carácter eminentemente relacional e simbólico.

Com base em resultados de investigação recente, combinando metodologias qualitativas e quantitativas, apresentaremos uma breve reflexão discutindo as dimensões racional-instrumental e relacional-afetiva subjacentes nos diferentes modos de relação com a língua portuguesa que podemos encontrar em Macau na atualidade.

1. Introdução

A 20 de dezembro de 1999, Macau foi constituída como Região Administrativa Especial da República Popular da China, fechando-se o ciclo de mais de quatro séculos de governação portuguesa daquele território.

Com a transferência do exercício de soberania de Portugal para a República Popular da China (doravante RPC ou apenas China), foram muitas as preocupações em relação à manutenção da língua e da cultura portuguesas em Macau, tendo sido igualmente muitos os que vaticinavam o seu desaparecimento a curto prazo. Ainda que a RPC tivesse tomado a decisão de, depois de 1999, manter o português com o estatuto de língua oficial na nova Região, como havia feito anteriormente em relação ao inglês em Hong Kong, tal facto, só por si, não representa garantia de continuidade, sendo evidente que, ali ou em qualquer outro local, uma língua não sobrevive apenas por decreto.

Considerando o seu número de falantes maternos, o português em Macau é, efetivamente, uma língua minoritária, não tendo condições para se tornar língua de comunicação generalizada, parecendo circunscrever-se a um círculo cada vez mais restrito. O número de portugueses em Macau diminuiu na sequência da transferência do exercício de soberania, a esmagadora maioria da população residente é chinesa, muitos dos quais nasceram na

China continental encontrando-se há relativamente pouco tempo no território e, fruto do desenvolvimento económico que se tem registado nos últimos anos, chegam a Macau cada vez mais migrantes de outras zonas geográficas. Os pilares da economia em Macau – o jogo e o turismo – parecem não falar o português.

No entanto, é inegável que quer a Escola Portuguesa de Macau quer o Instituto Português do Oriente – duas instituições tuteladas pelo Governo Português – e o seu Centro de Língua Portuguesa gozam de boa saúde. A primeira, embora nos últimos anos tenha vindo a perder alunos, encontra-se envolvida em interessantes projetos de “sensibilização” à língua portuguesa recebendo, em período de férias, alunos de escolas chinesas do ensino secundário e tendo recentemente iniciado a preparação de jovens locais, de língua chinesa, para ingressar em universidades portuguesas; o segundo tem visto aumentar o número de alunos todos os anos, tendo, inclusivamente, diversificado a sua oferta com cursos específicos na área do turismo e das relações internacionais. Também o Curso de verão, que decorre anualmente na Universidade de Macau, vê, edição após edição, a sua lotação esgotada; assim como o número de alunos que, nesta Universidade, procuram aprender a língua portuguesa tem gradualmente aumentado, à semelhança do que acontece, também, no Instituto Politécnico de Macau.

Ora estes breves indicadores não de ter algum significado.

Em simultâneo, é possível dar conta de uma vasta produção de discursos que reclamam a manutenção da língua e da cultura portuguesas em Macau, fazendo ressaltar aspetos que se prendem com uma cultura administrativa e sistema jurídico de matriz portuguesa, referindo persistentemente um património arquitetónico e um legado histórico de características ocidentais, entenda-se, portuguesas. E como todas estas referências tornam Macau *diferente* e são constitutivas da sua identidade e especificidade.

É hoje indiscutível e amplamente reconhecido que Macau tem vindo a desenvolver um conjunto de iniciativas que em muito contribuem para a manutenção e desenvolvimento da língua portuguesa naquela área geográfica, assistindo-se nos últimos anos, em consequência e contrariamente ao que era esperado, ao aumento dos índices de procura desta língua.

As disposições para aquisição de recursos linguísticos podem ser variadas, sendo claro que, em Macau, se orientam, maioritariamente, em função de expectativas de alargamento de oportunidades profissionais, centrando-se numa perspetiva utilitária da língua. Contudo, cumulativamente podemos dar conta do desenvolvimento de outras lógicas de interesse de carácter eminentemente relacional e simbólico.

Com base em resultados de investigação recente, que combinou metodologias qualitativas (entrevistas, observação direta e participante) e quantitativas (inquérito por questionário a 1639 estudantes de português), apresentaremos uma breve reflexão discutindo as dimensões racional-instrumental e relacional-afetiva subjacentes nos diferentes modos de relação com a língua portuguesa que podemos encontrar em Macau na atualidade.

2. Breve deambulação teórica a propósito da língua portuguesa em Macau

Segundo informação disponibilizada pela UNESCO⁷⁰, existem atualmente cerca de 6800 línguas vivas no mundo diferindo, contudo, quanto à situação em que se encontram e quanto ao seu número de falantes; algumas são usadas apenas pelos seus falantes maternos, enquanto outras são amplamente utilizadas como idiomas adicionais. Nesta última condição, e para mencionar apenas as de maior projeção, encontram-se o mandarim, o

⁷⁰ http://portal.unesco.org/education/en/ev.php-URL_ID=28301&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html (acedido a 1 de março de 2013).

inglês, o espanhol, o árabe, o hindi, o português, o bengali, o russo, o japonês, o francês e o alemão, cada uma destas línguas com mais de 100 milhões de falantes maternos e representando 51% da população mundial. Das restantes, cerca de 200 têm uma correspondência em termos populacionais de 44% o que significa que mais de 6500 línguas serão faladas apenas por 5% da população mundial. Esta organização tem vindo a chamar a atenção para a situação linguística mundial e para a forte ameaça de desaparecimento em que muitos idiomas se encontram, em consequência da tendência crescente que algumas línguas assumem como língua global.

De acordo com Wolton, a pluralidade das línguas é a primeira condição da diversidade cultural, sendo necessária a sua preservação, quer sejam línguas nacionais, crioulas ou dialetos. Segundo este autor “*não há coabitação cultural se toda a gente falar inglês: uma língua não é apenas um conjunto de palavras, é também, e sobretudo, uma maneira de pensar, sonhar, imaginar e ver o mundo. (...) Não se pensa da mesma maneira em russo, em chinês ou em inglês*” (2004:92).

Contudo, é inevitável associarmos ao inglês a conotação de língua global, sendo uma evidência que esta língua se encontra presente nos mais variados domínios e nas mais variadas localizações geográficas. As sociedades atuais conhecem um significativo e acelerado aumento dos mercados, dos transportes e da comunicação eletrónica – tudo isto se passa, em larga medida, em inglês e todos estes aspetos fazem parte dos processos de globalização.

De acordo com Phillipson (2003:6), “*English has a dominant position in science, technology, medicine, and computers; in research, books, periodicals, and software; in transnational business, trade, shipping, and aviation; in diplomacy and international organizations; in mass media entertainment, news agencies, and journalism; in youth culture and sport; in education systems, as the most widely learnt foreign language (...). This non-exhaustive list of the domains in which English has a dominant, though not of course exclusive, place is indicative of the functional load carried by English*”.

Esta presença dominante da língua inglesa suscita o surgimento de movimentos que se lhe opõem, e de acordo com o mesmo autor: “*Those protesting include colonized people, european parliamentarians, political enemies of the core-English nations, guardians of the purity of language that English introduces on, and intellectuals from core and periphery-English countries. What the protesters have in common is a recognition of evidence of linguistic imperialism and dominance, and a desire to combat it*” (idem: 35).

Não obstante o predomínio do inglês e ainda que, muitas vezes, à medida que uma língua vai ganhando terreno no plano internacional isso signifique que outras o foram perdendo – de que é exemplo a progressiva substituição do francês pelo inglês – tal não quer significar que caminhemos para uma situação de língua única e, nesse sentido, apontam resultados de vários estudos que têm tomado as línguas, ou uma determinada língua ou contexto linguístico, como objeto de estudo, assim como é assinalável o interesse crescente que se tem vindo a verificar de outros domínios científicos para além dos tradicionalmente ligados às abordagens linguísticas – disciplinas, por exemplo, como a economia.

De acordo com Grin (2006a:77) as abordagens económicas às questões linguísticas são relativamente recentes, sendo os discursos sobre políticas de língua, tradicionalmente, desenvolvidos segundo três perspetivas principais: a legal, no âmbito da qual se focam, essencialmente, os direitos linguísticos em determinados contextos,

a educativa, no âmbito da qual são tratadas as questões relativas ao ensino de línguas, e a culturalista, limitando-se a política de língua a um conjunto de medidas de suporte à criação literária e publicação.

Para este autor, o domínio da “economia das línguas” utiliza conceitos e ferramentas da economia no estudo das relações entre variáveis linguísticas e dedica-se, principalmente, a analisar o papel que as variáveis económicas desempenham nessas relações, apontando para três linhas de pesquisa fundamentais – como variáveis linguísticas afetam variáveis económicas, como variáveis económicas afetam variáveis linguísticas e como processos económicos interferem nas dinâmicas linguísticas (idem: 78).

Na primeira linha de pesquisa, os trabalhos realizados incidem essencialmente quanto aos efeitos das competências linguísticas nos rendimentos de trabalho, tendo como referencial teórico subjacente a teoria do capital humano, e têm tido particular desenvolvimento no Canadá, trabalhando sobretudo informação referente ao Québec, em que Breton (1998) é o autor mais significativo a este respeito, tendo também Grin desenvolvido estudos nesta área relativamente à realidade Suíça.

Outra linha de trabalho tem centrado a sua atenção no interesse dos atores na decisão em aprender ou não uma outra língua considerando a relação custos/benefícios, salientando-se que, contrariamente a outros bens e produtos, no caso das línguas quanto maior for o número de utilizadores, aparentemente, mais valiosa a língua se torna como ferramenta de comunicação⁷¹. Quanto às línguas e à atividade económica, é uma categoria que estuda o papel da língua nas atividades de produção, consumo e transações e toma em consideração aspetos como a importância (ou não) de produtos serem anunciados e vendidos na língua do consumidor, se a eficiência produtiva de uma empresa sofre efeitos negativos ou positivos em função da variedade de línguas usadas na mesma, contrapondo maiores custos a maior criatividade produtiva, e analisa igualmente os mercados dos bens linguísticos (idem: 80-82).

Estudos igualmente interessantes neste domínio são os que procuram estabelecer qual “o valor” da língua na economia dos países. Sendo o caso do espanhol o mais conhecido e divulgado, tendo os seus autores (Municio, 2003), após analisarem as chamadas *indústrias da língua*, chegado à conclusão que a língua espanhola representa 15% do PIB de Espanha.

Também em Portugal foi realizado um estudo semelhante coordenado por Reto (2009a; 2009b), seguindo a mesma metodologia de Municio. Tendo sido determinadas as atividades e os produtos em que a língua é uma componente essencial e as que lhe estão vinculadas, foi apurado como resultado que o valor da língua portuguesa é de aproximadamente 17% do PIB. Este estudo traz ainda informação importante no que respeita ao peso da proximidade linguística nas relações de Portugal com o exterior, surgindo a língua como elemento facilitador na sua prossecução, particularmente ao nível das migrações e do investimento direto, de forma mais acentuada na saída do que na entrada de investimento, embora neste último caso os autores destaquem a importância de Portugal como ligação a mercados mais amplos, ou seja, o da União Europeia.

⁷¹ É preciso ter em conta que, não obstante a importância e o valor das línguas de maior expressão também é verdade que, quando considerados os ganhos individuais dos que adquirem a competência em determinada língua a situação pode inverter-se e o conhecimento de determinada língua deixar de promover os ganhos esperados – situação que começa a surgir relativamente ao inglês, em que o conhecimento deste idioma é tido como situação que faz parte dos requisitos base e o que fornece a mais-valia é o domínio de outras línguas adicionais para além desta.

Salomão é outro autor que se tem dedicado ao estudo das línguas na sua relação com a internacionalização da atividade económica e empresarial, salientando que, neste campo da internacionalização, as línguas e as culturas constituem um ponto fulcral, mas que normalmente é esquecido. No seu trabalho, torna claro o papel das Línguas e Culturas nas comunicações de exportação, sendo uma preocupação transversal a muitos países adequar as necessidades da internacionalização das suas economias à provisão do sistema educativo, dando o autor destaque aos países anglófonos para *demonstrar como é errada a ideia de que a língua Inglesa basta para fazer negócios em qualquer ponto do mundo facto que se comprova pelo cuidado que os países anglófonos colocam na provisão de línguas estrangeiras, abatendo uma ideia que é um mito falacioso* (2006:79); quanto à realidade portuguesa, conclui pela falta de sensibilidade para esta questão e pela ausência de boas práticas neste domínio.

Também Filipe chama a atenção para a necessidade de ser desenvolvida uma efetiva política de língua para o português, pondo em evidência o desfasamento entre o discurso oficial e as práticas existentes, chegando mesmo a sugerir que é preciso que as entidades competentes, ou seja o Governo de Portugal, defina se pretende desenvolver uma política séria de internacionalização do português ou se entende que, *“no plano formal, essa deve ser a sua posição, mas que, na realidade, os problemas de comunicação internacional se resolvem aprendendo e falando inglês”* (2005:527).

Reforça a ideia de que a posição da língua inglesa não pode ser obstáculo à afirmação de outras línguas, no caso a portuguesa, que deve facilitar um plano de criação de oportunidades para a sua aprendizagem, mostrar-se como *“a língua da amizade e da partilha cultural, mas (...) associada a uma imagem de língua do futuro e da modernidade, do desenvolvimento e da prosperidade económica, um dos motores mais poderosos para o sucesso de qualquer língua”* (idem: 59). Usando a expressão de Gambotti, segundo a qual *“La place qu’une langue occupe dans le monde exprime les rapports de force qui existent aujourd’hui entre les pays”* afirma que essas relações de força são as da força das economias desses países (idem: 56).

O modelo de interligações entre línguas e grupos de línguas, a centralidade de umas e o estatuto periférico de outras, é amplamente discutido por De Swaan (2001), autor que considera as línguas como configuradoras de uma dimensão mundial, a par das dimensões política, económica, cultural e ecológica. A sua proposta teórica, combinando a sociologia e a economia políticas, identifica a dimensão linguística no sistema envolvente, apresentando um modelo global das línguas configurado em torno das noções de centro e periferia, por um lado, e discutindo, por outro, questões relacionadas com as preferências dos indivíduos em relação a uma dada língua em detrimento de outras – considera as línguas como *bens* (com valor económico), recorrendo à teoria da escolha racional para sustentar a sua argumentação.

Transversal à sua abordagem, podemos encontrar a ideia de que os grupos de línguas competem em circunstâncias desiguais e a níveis diferentes num contexto mundial, tendo o interesse numa língua muito a ver com a posição que esta ocupa na relação com as demais línguas existentes e com a capacidade que os seus falantes maternos tiverem de a projetar no espaço internacional, para a difundir e para mostrar a sua potencial utilidade.

Mas não se pode reduzir aos seus falantes *naturais* o interesse que cada língua pode suscitar. Ainda de acordo com De Swaan (2001:27-33), cada indivíduo pode decidir aprender outras línguas e, quando o faz, irá optar por

aprender a língua que lhe traga maiores benefícios e que se lhe afigura de maior utilidade. Seguindo uma linha de pensamento próxima de Pierre Bourdieu, o autor, defende que o valor de cada língua terá de ser pensado em função da *posição* que a mesma ocupa no *campo* linguístico global e das relações que estabelece dentro do campo e com campos de outros domínios com que se cruza, facto que contribuirá, decisivamente, para a tornar mais ou menos atrativa aos olhos dos seus potenciais utilizadores e que acaba por intervir na *matriz de disposições* dos agentes sociais, sejam estes coletivos ou individuais.

Grande parte da comunicação que se estabelece entre os grupos tende, cada vez mais, a ocorrer numa segunda língua, que assim ganha um estatuto de grande centralidade para os grupos em presença, em torno da qual se posicionam as línguas periféricas – a que o autor chama a *galáxia das línguas*. Enquanto as últimas correspondem, em larga medida, às línguas da oralidade e da memória, correndo o risco de desaparecer com o último dos seus falantes maternos, as primeiras, correspondem às línguas gravadas e escritas, usadas na educação e na imprensa, difundidas na rádio e televisão. São línguas da política, da justiça e da economia, portanto as línguas “nacionais”. Algumas destas línguas veem a sua posição reforçada através da aquisição de competências por parte de falantes maternos de outras do mesmo grupo, o que lhes confere um estatuto de *supercentralidade*. Se um falante materno de uma língua central se dedica à aprendizagem de outra, normalmente fá-lo num idioma que se expande mais amplamente e que se encontra numa posição superior no *sistema hierárquico das línguas*.

O chinês, o hindi, o bengali e o japonês, o alemão, o espanhol, o francês, o inglês, o português e o russo, e também o árabe, com as suas 35 variantes, são algumas dessas línguas supercentrais. Cada uma com elevado número de falantes maternos e interligando um inquantificável número de outras línguas centrais e periféricas. Como *pivô* do sistema linguístico mundial, encontra-se a língua de comunicação global: o inglês, que tem vindo a reforçar, cada vez mais, o papel de idioma *hipercentral*.

À categoria de *línguas supercentrais* correspondem, na maior parte dos casos, línguas que se expandiram e que foram impostas através do poder colonial e que, mesmo depois de adquirida a independência, continuam a ser usadas na política, na administração, no sistema legal e no sistema de ensino. Desde sempre ligadas à expansão demográfica, crescimento populacional e movimentos migratórios, seguindo a rota dos descobrimentos, do comércio e da conversão religiosa, desde há cerca de um século muitas das línguas supercentrais conheceram a sua expansão, de facto, também, por via do ensino formal. Não podendo dissociar-se os sistemas educativos dos contextos políticos, económicos e culturais, podemos considerar que estes *continuam a dar forma aos modelos de aquisição linguística* (De Swaan, 1999:6). A presença destas línguas, nomeadamente as europeias, foi assumindo, nos territórios em que se implantaram, uma centralidade crescente como línguas da administração e de comunicação com o exterior, e, embora não tenham eliminado os idiomas locais, em muitos casos, lá permanecem até hoje.

Os processos de colonização assumem, portanto, um papel central na expansão das línguas, de onde resultam conhecidas designações como *lusofonia*, *francofonia*, *hispanofonia* e *anglofonia*. Na realidade, ideia que partilhamos com De Swaan, não se trata simplesmente de optar entre a antiga língua colonial e o idioma local. Em boa verdade, e a par de outros aspetos, é de vários idiomas locais que se trata e nenhum grupo está preparado para aceitar o domínio da língua do outro, ainda que tal signifique manter a língua do colonizador – exemplo claro dessa situação é o caso de Timor-Leste.

O debate em torno da adoção do português como língua oficial em Timor-Leste, de acordo com o linguista Hull (2001), foi feita discutindo a supercentralidade do português no sistema mundial das línguas e na tensão com a língua hipercentral inglesa, e tendo em consideração a presença de diferentes línguas locais, tradições e religiões, havia grandes dificuldades em estabelecer um idioma, entre os vários existentes, como língua nacional, pois estar-se-ia a alienar grupos linguísticos. Esta é a razão que preside, maioritariamente, à manutenção da língua da antiga potência, uma vez que, não obstante poder ser uma língua “estrangeira”, afigura-se como “neutra”.

Sem negar a importância do inglês, e a sua posição no mundo, Hull reconhece-lhe, no entanto, à semelhança de outros linguistas, características de “língua predadora”, associada à extinção de outros idiomas o que, para o autor, poria em risco os idiomas locais. A utilização desta língua é referida como útil e vantajosa, desde que não tenha um estatuto oficial, o que já não acontece com a língua portuguesa que, tendo um prestígio menor do que a inglesa, não colocaria em risco a ordem linguística tradicional por ter a capacidade de coabitar com as línguas locais – e o autor dá como exemplo o caso dos países africanos de língua portuguesa.

Quanto ao português, Hull considera que nunca foi um elemento estranho na cultura local e a prova disso é que, apesar das condições de repressão, nunca se extinguiu. Considerando que desempenha um papel inquestionável naquele território, o seu primeiro argumento vai para o facto de que *se Timor-Leste deseja manter uma relação com o seu passado, deve manter o português. Se escolher outra via, um povo com uma longa memória tornar-se-á uma nação de amnésicos, e Timor-Leste sofrerá o destino que todos os países que, voltando as costas ao seu passado, têm privado os seus cidadãos do conhecimento das línguas que desempenharam um papel fulcral na génese da cultura nacional* (2001:39).

O autor acrescenta, ainda, que existe uma proximidade formal entre o português e o tétum (pronúncia, gramática e vocabulário) não sendo, assim, um idioma de difícil aprendizagem e utilização para além de se apresentar ainda com a vantagem de funcionar como língua trampolim – pela sua ligação a outras línguas neolatinas como o espanhol, o italiano e o francês – e ao colocar Timor-Leste na CPLP tal significar a ligação a uma organização mundial, donde resultam vantagens sociais, culturais e benefícios materiais (idem:43-44).

Estão aqui presentes várias dimensões que podemos igualmente encontrar no contexto da nossa análise – Macau. Por um lado, a percepção da posição da língua portuguesa no contexto global, a sua ligação a outras constelações linguísticas e as vantagens percebidas dessa ligação, a sua utilidade imediata ou esperada em relação ao futuro, as suas características de convivência pacífica com os idiomas locais, não sendo, por isso, uma língua “perigosa”. Por outro lado, a sua ligação histórica com o território remete-nos para o campo da construção de identidades, como fator de significado, reconhecimento e diferenciação.

Se tivermos como entendimento um conceito de lusofonia que para além de constituir um agrupamento humano de culturas distintas, cujo elemento unificador é a existência de uma língua comum, é simultaneamente um espaço económico e o resultado de uma organização política que funciona à escala mundial fácil será perceber que este espaço se constitui como forte motor no que à expansão da língua portuguesa diz respeito – não só pelo que representa em número de falantes mas pelo que significa do ponto de vista económico. Ou dito de outro modo, não só no que respeita a uma contabilidade interna a cada país e ao conjunto dos países, mas pelo que representam, cada um e todos juntos, enquanto polo de dinâmicas que, além de económicas, comerciais e diplomáticas, são

também linguísticas. Ainda que os diferentes países não se encontrem todos no mesmo patamar de desenvolvimento encontram-se em franca ascensão e o Brasil é uma das economias emergentes fazendo parte dos denominados BRICS.

Deslocando o nosso eixo de discussão para a problemática das identidades culturais, tão frequentemente associada às questões linguísticas, regressamos inevitavelmente à temática da globalização enquanto fenómeno destruidor da diversidade cultural e, conseqüentemente, linguística e promotor de homogeneidades variáveis, nomeadamente, no que à nossa temática se reporta, as que tendem a colocar-nos numa situação de língua única (ou quase).

Contudo, de acordo com Costa (2002:15), *à medida que os processos contemporâneos de globalização se intensificam e se alargam, envolvendo poderosíssimas dinâmicas de interligação e intercâmbio, de comunicação e difusão em termos mundiais, as identidades culturais diferenciadas, específicas, fragmentadas, ou mesmo marcadamente particularistas, em vez de se esbaterem ou desintegrarem, parecem tender a proliferar, a multiplicar-se e a acentuar-se – seja de forma sedutora e criativa, seja de forma ameaçadora – e, mais significativo do que esta polarização, é possível encontrar uma inesgotável diversidade de modalidades intermédias e ambivalentes.*

O autor (idem: 26-27) considera que as identidades culturais são sempre socialmente construídas, e, por isso, múltiplas e mutáveis, sublinhando o seu carácter relacional, porque produzidas em relação social e porque relativas a outras, e simbólico, porque envolvem sempre categorizações culturais e porque significam sempre o destaque simbólico seletivo de algum atributo ou alguns atributos sociais – e entre estes, não o diz o autor mas enfatizamos nós, não é incomum encontrar a referência às línguas, ou melhor dizendo, consoante o caso a uma determinada língua.

É o caso do português em Timor-Leste, como referia Hull que citámos mais atrás, e, embora a outra escala, é também o caso em Macau. Enquanto a memória social e as ligações histórico-culturais com o português em Timor-Leste são colocadas como característica que dá especificidade ao território nacional, com fronteiras geográficas delimitadas, fazendo parte da sua própria história e tornando este território distinto dos seus vizinhos (nomeadamente da Indonésia), em Macau não é menos verdade que as mesmas ligações histórico-culturais com o português conferem especificidade a uma Região, que não tendo fronteiras geográficas delimitadas de acordo com os limites físicos de um Estado-Nação não deixa de introduzir critérios de distintividade: quer em relação aos seus vizinhos, quer em relação ao próprio Estado em que se insere.

Parece-nos de toda a pertinência a proposta avançada por Castells que considera a identidade como um *“processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado”*, sendo ponto assente que é sempre *construída*. As grandes interrogações a este respeito giram em torno de saber *“como, a partir de quê, por quem e para quê”*. Na construção de identidades, os indivíduos processam e reorganizam recursos fornecidos pela História, de acordo com *“tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espaco”*, sendo hipótese do autor que será o conteúdo simbólico e o significado que assume para os que com o processo da sua construção se identificam ou dele se excluem que irá determinar quem constrói e porque constrói essa identidade coletiva (1999: 22-23).

São vários os autores que afirmam que são as questões relativas ao passado histórico da Região que acentuam a sua especificidade e que justificam, em larga medida, a sua existência com um estatuto significativamente diferente do resto da China.

Parece apontar nesse sentido a afirmação de Grosso que considera que *a identidade e a especificidade de Macau passam pelo conservar da língua e da cultura portuguesa*, situação aparentemente paradoxal numa altura em que a RPC assume o exercício da soberania sobre o território, mas que tem sido amplamente referida. A afirmação desta autora de que *só o seu perfil sociocultural diferente permitirá que Macau, Região Administrativa Especial, tenha um estatuto, sistema e política diferentes de qualquer outra cidade chinesa* (1999:18), por estas ou por outras palavras, tem sido repetidamente referida por investigadores, responsáveis políticos e agentes culturais na Região, bem como amplamente difundida pelos media.

Também Ngai (1994b; 1996; 1999) tem insistido neste aspeto como fator na construção da identidade de Macau. Para este autor trata-se da sobrevivência da região, pois a exiguidade do território e a sua expressão populacional não lhe permite competir com territórios vizinhos, como é o caso de Hong Kong em termos financeiros e comerciais ou outras cidades da China no que respeita a recursos humanos e dimensão de mercado. A identidade de Macau constrói-se a partir da sua singularidade e esta singularidade resulta da sua própria História e do produto do contacto secular entre Ocidente e Oriente (1997: 61-76).

O que, regressando a Costa, sem retirar às identidades o seu carácter relacional e simbólico nos coloca perante a sua evidente instrumentalização: *“como estratégias deliberadas e reflexivas de colocação pública de uma situação social [transformam-se em] identidades tematizadas ou políticas de identidade”*. Um outro modo de manifestação de identidades culturais apresentado por este autor e que se afigura, neste contexto, de pertinente aplicação é o das *identidades designadas ou atribuídas*, reportando-se estas a *“construções discursivas ou icónicas de identidades coletivas, com as quais aqueles que as produzem não têm relação subjetiva de pertença”*, nas quais se enquadram manifestações folclorizadas de determinados aspetos sociais ou culturais e as reificações histórico-patrimonialistas de determinadas peças ou conjuntos arquitetónicos, sejam estes monumentos mais isolados ou aglomerados constitutivos de determinadas zonas ou bairros.

Mas há ainda uma terceira especificação das manifestações identitárias, que segundo o autor correspondem às *“identidades experimentadas ou vividas, [tendo a ver] com as representações cognitivas e os sentimentos de pertença, reportados a coletivos de qualquer espécie (categoriais, institucionais, grupais, territoriais ou outros) que um conjunto de pessoas partilha, emergentes das suas experiências de vida e situações de existência social”* (Costa, 2002:27).

Fazemos aqui uma chamada de atenção para as dinâmicas da etnicidade que, quer no que respeita às línguas, quer no que respeita à língua portuguesa e à mesma em Macau, surgem frequentemente associadas, servindo propósitos de *identificação* e de *identização*. Esta questão é particularmente evidente em Macau, quando se desloca o ângulo de observação para um determinado segmento da população, tido como resultante da própria história do território e portador de uma *identidade específica* que deriva da sua etnicidade – os macaenses, na sua conotação particular de descendentes de portugueses e asiáticos.

3. Racionalidade ou afetos? Que relação com a língua portuguesa em Macau?

O processo de pesquisa empírica realizado em Macau foi conduzido tendo subjacente uma problemática considerando duas dimensões: a que se prende com o caráter utilitário, logo instrumental, de uma língua e outra de caráter eminentemente relacional, mas nem por isso menos sujeita a instrumentalizações, porventura mais centrada na vertente cultural, ambas cruzando um conjunto diversificado de aspetos e cruzando-se entre si.

Não se tratava de proceder a uma contagem de falantes de português. Tratava-se, sim, de perceber como é que diferentes protagonistas se posicionam perante esta língua e de que modos com a mesma se relacionam.

Rapidamente se percebeu que as dinâmicas que se desenvolvem em torno da língua e da cultura portuguesas têm subjacente a prossecução de dois tipos de estratégias: uma, de âmbito endo-local, tem como objetivo assegurar questões de funcionamento e de gestão corrente, derivando de opções tomadas aquando das negociações que antecederam a Transferência de Administração de Portugal para a República Popular da China, e que podemos localizar ao nível dos serviços da administração pública e do desenvolvimento do sistema judiciário. Outra, de caráter exo-local, visa o desenvolvimento económico de Macau, promovendo a cidade como local turístico de excelência, por um lado, e, por outro, estabelecendo a Região como ponto de contacto e de acesso a novos mercados independentes dos subsectores do jogo e do turismo.

Segundo o ponto de vista do desenvolvimento de estratégias de âmbito endo-local, a atuação nas áreas da administração, legislativa e jurídico-judiciária têm, necessariamente, de fomentar uma política de bilinguismo, o que contribui em muito para a continuidade e difusão da língua portuguesa.

Neste sentido, tendo sido tomadas uma série de medidas na área de formação de quadros, nomeadamente com a realização de cursos em Portugal e em Pequim, o fomento do ensino do chinês e de administração pública chinesa, aulas de divulgação de bilinguismo pelo Centro de Formação da Administração Pública, ensino superior nas área da Tradução chinês/português, criação do Curso Superior de Direito, a par de medidas legais como a publicação da versão chinesa dos diplomas em Boletim Oficial e a obrigação de bilinguismo em todos os impressos e formulários, a verdade é que tudo o que sobre esta matéria foi feito no decurso do período de transição e mais desenvolvidamente entre 1991 e 1999 apenas abriu o caminho e deu início a um longo processo que continuou a decorrer.

Sendo a existência de tradutores qualificados insuficiente para satisfazer as necessidades e sendo a formação de pessoal bilingue uma questão que não se resolve a curto prazo, facilmente se compreende que esta é uma área do mercado de trabalho que ainda hoje não encontrou um equilíbrio entre a oferta e a procura.

Decorre do que acabamos de expor, que se por um lado esta é uma questão da administração local e, portanto, acima de tudo da competência das instituições, por outro lado deixa em aberto um vasto campo de possibilidades para a concretização de escolhas pessoais.

Sendo uma situação resultante da transferência de soberania, a existência de todo um conjunto de documentos e procedimentos administrativos, bem como jurídico-legais exige o domínio da língua da administração anterior. Esta situação particular facilita, aos indivíduos, o acesso a atividades profissionais específicas fomentando

o interesse na aquisição de competências linguísticas em português, mas também obriga a que sejam criadas as condições necessárias que possibilitem essa aquisição.

Se do lado das opções individuais despontam interesses, pragmáticos, que se prendem com a perceção da existência de campos profissionais de acesso imediato, com elevado valor económico e simbólico, do lado das instituições o interesse no português deriva, a um primeiro nível, de uma necessidade de manter o sistema em funcionamento.

Uns e outros, são interesses que não visando, diretamente, promover a difusão e desenvolvimento da língua portuguesa acabam por contribuir, indiretamente, para que tal aconteça.

Contudo, nem todas as lógicas de relacionamento com o português são de aproximação. Existem simultaneamente, em cada um dos campos identificados – o administrativo, o jurídico e o político – atitudes de rejeição e de afastamento. Alguns dos agentes que se movimentam nestes domínios recusam o português e reclamam, frequentemente, mais chinês. Exemplo paradigmático é, muito concretamente, o da área jurídica onde, aparentemente, todos os males são atribuídos à necessária e assumida continuidade da língua portuguesa; também no seio da Administração Pública existem algumas práticas discriminatórias relativamente aos falantes do português, neste caso incidindo particularmente sobre um grupo específico – os macaenses.

Se no segundo caso podemos encontrar indícios de algum revanchismo relativamente a um segmento populacional que durante longo tempo, enquanto possuidor de um capital simbólico que lhe advinha da sua proximidade aos círculos do poder anterior, se colocava numa posição de superioridade relativamente à maioria chinesa e era visto como detentor de privilégios aos quais esta não podia aceder, no primeiro caso também não andamos longe de lutas simbólicas pelo acesso ao poder, travadas, na sua esmagadora maioria ao nível de estruturas intermédias e, em muitos casos, por indivíduos completamente distantes do significado de um ordenamento jurídico de matriz portuguesa em Macau.

Em ambas as situações, as posições oficiais distanciam-se destas práticas e, contrariamente, afirmam com frequência a sua utilidade, no caso do Direito, e importância, no caso dos macaenses, na construção de uma Macau distinta e diferenciada.

Considerando as designadas estratégias de carácter exo-local, verifica-se que no âmbito das políticas de desenvolvimento que a RAEM tem vindo a delinear a língua e a cultura portuguesas são frequentemente referidas como elemento facilitador no acesso a mercados de interesse emergente, como é o caso dos países da África Lusófona, do espaço Mercosul, relativamente ao qual funcionará como língua trampolim, e, também, da União Europeia, tendo sido criados mecanismos e organizações formais com vista à prossecução desta estratégia – nomeadamente o Fórum Económico e Comercial China Países de Língua Portuguesa, sediado em Macau e que, para alguns investigadores, corresponde à verdadeira CPLP⁷².

⁷² O investigador Moisés Silva Fernandes tem feito esta referência publicamente por diversas vezes.

É evidente que as opções tomadas não são, também, inocentes no que respeita a uma política mais ampla e de grande importância para a República Popular da China, interessando de sobremaneira que a fórmula “um país, dois sistemas” aplicada a Macau e Hong Kong e a afirmação do “elevado grau de autonomia” destas regiões sirvam de exemplo, numa lógica de concretização de um objetivo maior – o de “um só país”, com a futura reunificação de Taiwan.

Qualquer um dos vários aspetos apresentados, vise embora a satisfação de interesses de ordem económica e política, ao fazer apelo quer à língua quer à cultura portuguesas, ao assumir que são características importantes na consecução de políticas fundamentais da região, concorre para a sua afirmação no território sugerindo o interesse no desenvolvimento de lógicas de aproximação e não de afastamento.

Em síntese, as opções que o Governo da RAEM tomou no que respeita à língua e à cultura portuguesas apontam numa linha de continuidade favorável à sua manutenção no território. Seja por subsistir alguma necessidade de o fazer (funcionamento interno) seja por uma clara opção na definição de estratégias (política de abertura ao exterior e desenvolvimento económico) transforma a questão do português em algo “apetecível” e previsivelmente vantajoso aos olhos dos que já adquiriram competências nesta língua ou decidirem optar por fazê-lo.

Numa lógica de desenvolvimento económico, sendo o jogo e o turismo os dois principais eixos em que assenta a economia de Macau, estando, embora, intimamente associados, tem vindo a acentuar-se uma estratégia para o setor turístico que visa não só o seu desenvolvimento, mas, também, um investimento na procura de outros mercados independentes do subsector do jogo.

Enquanto cidade turística, é o passado histórico que se assume como o símbolo que faz de Macau um destino aliciante, onde a cada esquina se podem encontrar as marcas físicas, múltiplas, do encontro de culturas, plasmadas nas várias campanhas promovidas e que vendem uma imagem de Macau como a cidade da *diferença*.

Mas o que caracteriza Macau não são só as marcas físicas que podemos ver um pouco por toda a cidade. Deste ponto de vista, foi possível verificar que a língua e a cultura portuguesas são alvo de apropriações várias sendo constituídas como referência cultural sobre a qual se encontra alicerçada a “questão da diferença” *de Macau e em Macau*.

Esta questão, inscreve-se claramente na esfera do simbólico e remete, como de resto é evidente, para a questão da construção de identidades. E também aqui, estão envolvidos vários agentes e atores.

A diferença *de Macau*, construída a partir do seu particularismo histórico, que é o de ter sido administrada por Portugal durante tão longo período de tempo e no que daqui resulta, procura conferir algum tipo de especificidade ao território que lhe permita ser “distinto”. Distinto por relação quer às regiões vizinhas quer à própria China da qual faz parte.

Os resultados a que chegámos deixam muito claro que não interessa nem ao Governo da RAEM nem ao próprio Governo Central que Macau esqueça o seu passado histórico e se transforme numa cidade da China, igual a tantas outras, funcionando a língua e a cultura portuguesas como elementos a que o poder instituído recorre e dos quais faz uso no estabelecimento do seu discurso da “diferença”.

Neste campo, surge igualmente com grande relevância, a existência de um conjunto de indivíduos, vulgarmente designado como os *macaenses*, tidos como resultante da própria história do território. No sentido aqui usado, este grupo descendente de portugueses e chineses ou asiáticos e portador de uma identidade específica que deriva da sua etnicidade, é de facto o que mais se relaciona com a identidade de Macau, chegando mesmo esta a confundir-se com aquela.

Para os macaenses, a sua terra é Macau e a sua Pátria Portugal, com a qual mantêm fortes laços de afetividade (por vezes de forma mítica, uma vez que muitos deles não conhecem ou conhecem muito mal o país que consideram como seu), mas sentindo, também, uma grande influência das tradições e costumes chineses.

Tendo sempre ocupado um lugar privilegiado como mediadores, bilingues, entre a elite administrativa (os portugueses) e a população mais ampla (a chinesa) sentem com alguma expectativa e enorme preocupação a inversão nas relações de poder da qual resulta a perda da sua função histórica. Verificou-se que nos últimos anos do Período de Transição e nesta primeira fase da governação chinesa têm vindo a desenvolver-se algumas estratégias que dão conta da necessidade de construir um “projeto” macaense que garanta a sobrevivência do grupo; exemplo disso são as inúmeras atividades que têm vindo a desenvolver e a própria constituição de um Conselho das Comunidades Macaenses, que procura congregar os macaenses espalhados por vários pontos do mundo.

Podemos encontrar um denominador comum entre os aspetos valorizados quando se promove a identidade cultural de Macau e quando se promove a identidade da(s) *comunidade(s) macaense(s)*: produto da história e do convívio de dois grandes povos. Os alicerces nos quais se fundamentam todos os discursos sobre a questão, de uma forma ou de outra, direta ou indiretamente, conduzem-nos às componentes linguística e cultural de matriz portuguesa. É como se a identidade cultural *dos macaenses* se transformasse na identidade cultural *de Macau*.

A referência aos macaenses remete para a questão da diferença *em Macau*. Reconhecer a língua e a cultura portuguesas como fatores simbólicos de identificação e pertença a um grupo equivale a considerar que existirão outros com os quais este se encontra em interação e dos quais se considera distinto. Não obstante o fator que se releva ser comum também aos portugueses entre estes e aqueles outros fatores de diferenciação não de ser construídos. Basta ver como os macaenses se autodesignam de “portugueses do Oriente” o que poderá demonstrar que se sentirão algo diferentes dos outros, a quem chamam “portugueses da República”.

Não nos podemos esquecer que os portugueses que continuam a residir no território, na generalidade, ocupam cargos de prestígio desempenhando funções socialmente reconhecidas (professores, advogados, médicos, arquitetos, empresários, agentes culturais, são alguns exemplos) não tendo, do ponto de vista profissional, as suas vidas sofrido grandes alterações, encontrando-se em Macau por opção pessoal. No entanto, aspeto que não queremos deixar de referir, foi criada em 2001 a Casa de Portugal em Macau. À vontade de se constituírem sob a forma de uma associação está subjacente a noção de que a entrada num novo ciclo histórico-político exige união em torno de objetivos comuns. Não existindo situações de conflito nem sendo conhecidas quaisquer manifestações graves de hostilidade quanto à sua presença em Macau acabam por ser, mais uma vez, as questões culturais, de preservação da língua e de uma certa tradição, o objetivo central assumido.

Assim como, mais recentemente, outros movimentos associativos de origem lusófona têm vindo a ser desenvolvidos, estando em larga medida o seu surgimento ou, nalguns casos, ressurgimento, amplamente relacionado com as dinâmicas económicas e comerciais desenvolvidas pelas autoridades locais.

Configura-se, assim, um novo campo de ação, a que podemos chamar o dos afetos, no interior do qual as dinâmicas desenvolvidas fazem forte apelo à língua e à cultura portuguesas. No entanto, é assunto que não deixa de estar sujeito a instrumentalizações de ordem vária, quer no campo individual quer no campo coletivo.

Defendemos que existem condições para o desenvolvimento da língua e da cultura portuguesas em Macau, o que não significa que se vai assistir ao seu crescimento exponencial. Tudo depende do que se quiser e se conseguir fazer com as condições que, aparentemente, estão criadas.

Sendo, de facto, imprescindíveis as condições que se criam, subjacente às lógicas de ação que se vão desenvolvendo estão os interesses, as vontades e as necessidades daqueles que ao longo do processo nele se forem envolvendo.

E quanto a este aspeto, a informação recolhida junto daqueles que desenvolvem estratégias de aproximação à língua portuguesa – os estudantes de português – permitiu avançar um pouco mais no conhecimento da realidade.

Sabendo, à partida, que, em Macau, seria possível encontrar dois grandes conjuntos de aprendentes da língua portuguesa que, do ponto de vista da terminologia usada pela linguística, teriam distintos graus de familiaridade com a língua portuguesa – os falantes maternos e os de língua estrangeira – foi a partir destas duas noções-chave que elaborámos uma categorização dos inquiridos e os agrupámos em diferentes conjuntos considerando relações de *proximidade* e de *afastamento* relativamente às questões do português.

O facto de termos apresentado uma classificação considerando *graus de familiaridade* com a língua portuguesa não significa que advogamos do princípio que é sobre os emigrantes portugueses e os seus descendentes que reside o garante da sobrevivência e da expansão da língua e da cultura portuguesas no mundo. Paradoxalmente, foi precisamente por considerarmos que não se deve atribuir às origens, por si só, qualquer determinismo na apetência pela língua que resolvemos agrupar os nossos inquiridos segundo este critério.

É evidente que consideramos que cada um de nós se relaciona diferentemente com uma determinada língua se da mesma formos falantes maternos ou estrangeiros, mas não será essa a principal razão que nos mobiliza, mais ou menos, para a sua aprendizagem.

Facto que, ao longo do trabalho desenvolvido, ficou absolutamente claro – o português não é *uma coisa* só de portugueses, nem só de lusófonos, e equacionar uma problemática sobre a língua portuguesa no estrangeiro está longe de se poder reduzir à dimensão da *retenção* (ou melhor, *não retenção*) da cultura de origem sendo assunto que respeita a segmentos populacionais mais vastos e comporta dimensões que ultrapassam a questão das pertenças étnicas.

Talvez valha a pena refletir sobre os princípios que parecem estar latentes nos discursos sobre a difusão e promoção da língua e da cultura portuguesas no mundo: foi fortemente evidenciado que, para uma larga maioria, os interesses *ditos culturais* surgem na sequência do desenvolvimento de estratégias que procuram servir interesses

de ordem instrumental, pelo que talvez não valha muito a pena acentuar a *gloriosa gesta dos portugueses* e atribuir, nesta matéria, responsabilidade aos *seus herdeiros*.

O que queremos salientar é que as mesmas condições que favorecem o uso da língua para os seus falantes maternos, favorecem igualmente os que com ela se relacionam enquanto falantes não maternos. É, como refere Bourdieu, o mercado linguístico em que a língua vai ser aplicada que define o valor que a mesma pode ter. E o *mercado da língua* em Macau continua a atribuir um elevado valor à língua portuguesa. Mercado esse que não reduz à dimensão económica as conceções quanto ao valor desta língua, considerando um sem número de aspetos que se inscrevem na esfera do simbólico e que surgem retraduzidos em bases económicas.

Clarifiquemos um pouco melhor esta ideia. Falamos de *estatuto, prestígio e reconhecimento público*.

De acordo com Patten (2001:691-715), entre os vários aspetos através dos quais se pode perceber o *reconhecimento público* de uma língua, encontra-se a possibilidade de aceder a serviços públicos nessa língua, nomeadamente no que respeita a escolas, hospitais, departamentos do governo e, também, nos tribunais e na produção legislativa. Este *reconhecimento oficial* serve várias ordens de interesses que Patten coloca segundo três dimensões, em relação aos falantes nativos da língua em causa, e que consideramos de alguma aplicação no caso de Macau:

1) a satisfação de *necessidades de comunicação*, considerando que é mais fácil a cada indivíduo comunicar na sua própria língua, particularmente em situações mais complexas ou complicadas, como é o caso da obtenção de serviços médicos hospitalares, situações relacionadas com a justiça ou de julgamento em tribunal, ou mesmo em questões aparentemente mais simples como preencher documentos com vocabulário técnico (por exemplo formulários das finanças) ou simplesmente na utilização de transportes públicos;

2) *afirmação simbólica*, uma vez que o reconhecimento público da língua é, geralmente, visto como um sinal de consideração e de respeito; 3) *promoção identitária* para aqueles que, normalmente pertencendo a uma minoria, encontram na língua um elemento central na construção da sua identidade, diferenciando-se de outros grupos e identificando-se com os restantes falantes locais da sua língua, reconhecendo-se uns aos outros como membros do mesmo grupo, com base na língua, mantendo a expectativa da sua sobrevivência e desenvolvendo iniciativas que para tal contribuem, como é o caso de assegurar a educação dos filhos na língua *do grupo*, questões não independentes (talvez mesmo só possíveis) do reconhecimento público de que goza a língua.

Mas não são só os falantes nativos que são mobilizados para estratégias de procura nesta língua, pois o seu reconhecimento público atrai, igualmente, outros potenciais interessados.

Em primeiro lugar há que considerar que a situação linguística em Macau decorre de uma alteração político-administrativa e que mais do que uma opção foi uma necessidade que se colocou ou, se quisermos, uma inevitabilidade histórica que se cumpriu.

A forma como o setor da educação foi conduzido, sob administração portuguesa, bem como as políticas seguidas no que respeita ao fomento do bilinguismo, colocaram Macau numa situação de carência de quadros locais

capacitados para o desenvolvimento da atividade administrativa e, igualmente, com insuficiente domínio das línguas oficiais o que tem como efeito a continuidade no desenvolvimento da formação, nomeadamente na língua portuguesa, facto que não se prende com uma particular consideração para com os que de expressão portuguesa lá residem, no sentido de garantir que possam *comunicar* na sua língua, mas sim com uma imperiosa necessidade de manter o funcionamento da máquina administrativa.

No entanto, independentemente das razões maiores que levam a que a situação de aparente bilinguismo funcional se mantenha, a verdade é que acabam por contribuir para o prestígio da língua e para o seu reconhecimento público e, ainda, como dizíamos, para a mobilização para a aprendizagem desta língua de falantes não maternos da mesma.

Não menos importante será, e voltamos a repetir, a forma como os aspetos de *matriz portuguesa* têm sido referidos como garantia da manutenção de Macau como uma cidade *diferente* e o quanto vale essa diferença, quer no que respeita ao mercado turístico, assunto que parece bastante claro para os nossos inquiridos, quer no quadro interno da própria RPC, facto que é bastante perceptível nos esforços que têm sido desenvolvidos na sensibilização da população e na *manutenção* dessa diferença.

Outra questão que também contribui duplamente para a afirmação simbólica dos falantes maternos do português e para aumentar o *valor* da língua no *mercado local* será a decisão tornada pública e amplamente difundida, de constituir Macau como uma plataforma de ligação da RPC aos países de expressão portuguesa, aumentando o valor percebido nesta língua enquanto língua de negócios.

4. Considerações finais

A pesquisa desenvolvida, da qual se apresentam aqui apenas algumas reflexões, permitiu chegar a um volume muito significativo de informação, com base na qual se torna possível afirmar que qualquer uma das duas grandes áreas mobilizadoras da língua e da cultura portuguesas em Macau – a dos *afetos* e a *político-funcional* – configura diversos quadros de interação e diferentes modos de relação com a língua e a cultura portuguesas em Macau na atualidade.

Importa, pois, salientar nestas considerações finais que a questão do *português* em Macau ultrapassa claramente o círculo dos falantes maternos desta língua, tendo sido fortemente evidenciado que os discursos fatalistas quanto à presença do português, das *coisas* portuguesas e, até mesmo, dos portugueses em Macau, correspondem a uma visão redutora do peso e do significado da língua portuguesa na Região.

É certo que o lugar de uma língua se define na posição relativa em que a mesma se encontra em relação às demais, e neste sentido as circunstâncias, em Macau, aparentemente não jogam a favor da língua portuguesa. Mas a sua continuidade deriva do interesse que revela para aqueles que, de alguma forma, a utilizam e procuram e, deste ponto de vista, existem condições favoráveis ao seu desenvolvimento e continuidade – como atestam recentes dinâmicas que em seu torno se vão (re)desenhando.

Resulta claro que a questão da língua portuguesa nesta Região não pode resumir-se ao simples fala-se/não se fala e à tão conhecida narrativa da falta de interesse e que, pelo contrário, de um polo ao outro, há todo um conjunto de manifestações e de lógicas de relacionamento, sejam estas de afastamento ou de aproximação, sejam estas orientadas por razões de racionalidade instrumental ou por razões de afetividade relacional.

5. Bibliografia

Breton, Albert e outros (1998), *Economic Approaches to Languages and Bilingualism, New Canadian Perspectives, The Department of Public Work and Government Services, Department of Economics, Canadá, University of Toronto.*

Castells, Manuel ([1996]1999), “Paraísos Comuns: identidade e significado na sociedade em rede”, in *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, O Poder da Identidade*, Vol. 2, Trad. Klauss Brandini Gerhart, S. Paulo, Editora Paz e Terra.

Costa, António Firmino da (2002), “Identidades Culturais Urbanas em Época de Globalização”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 17, N.º 48.

De Swaan, Abram (2001), *Words of the World: the global language system*, Cambridge, Polity Press.

Filipe, Mário (2005), *Promoção da Língua Portuguesa no Mundo: Hipótese de Modelo Estratégico*, Tese de Doutoramento em Estudos Portugueses, Lisboa, Universidade Aberta, Texto Policopiado.

Grin, François (2006a), “Promoting Language through the economy: competing paradigms”, disponível em: <http://www.unige.ch/eti/elf/docs/BELFAST-06-REV-tex-pdf>

Grosso, Maria José (1999), “O discurso metodológico do ensino do português em Macau a falantes de língua materna chinesa”, Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Texto policopiado.

Hull, Geoffrey (2001), *Timor-Leste. Identidade, Língua e Política Educacional*, Lisboa, Instituto Camões.

Municio, Ángel Martín (dir.) (2003), *El valor económico de la lengua española*, Madrid, Espasa Calpe.

Ngai, Gary (1994b), “A Identidade Cultural de Macau: a sua Preservação e Desenvolvimento antes e depois de 1999”, in *Administração, Revista da Administração Pública de Macau*, n.º 35, Macau, Serviço de Administração e Função Pública, p. 61-76.

Ngai, Gary (1996), “Macau – Ponte Especial de Ligação entre a China e o Mundo Latino”, in *Administração, Revista da Administração Pública de Macau*, n.º 32, Macau, Serviço de Administração e Função Pública, p. 339-348.

Ngai, Gary (1999), “A Questão da Identidade Cultural em Macau”, in *Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, n.º 7, Lisboa, Instituto Camões.

Reto, Luís (coord.) (2009a), *Valor Económico da Língua Portuguesa: Contributos Metodológicos e Empíricos*. Estudo promovido pelo Instituto Camões (texto policopiado).

Reto, Luís (coord.) (2009b). *Valor Económico da Língua Portuguesa: O Impacto sobre as Relações com o Exterior*. Estudo promovido pelo Instituto Camões (edição policopiada).

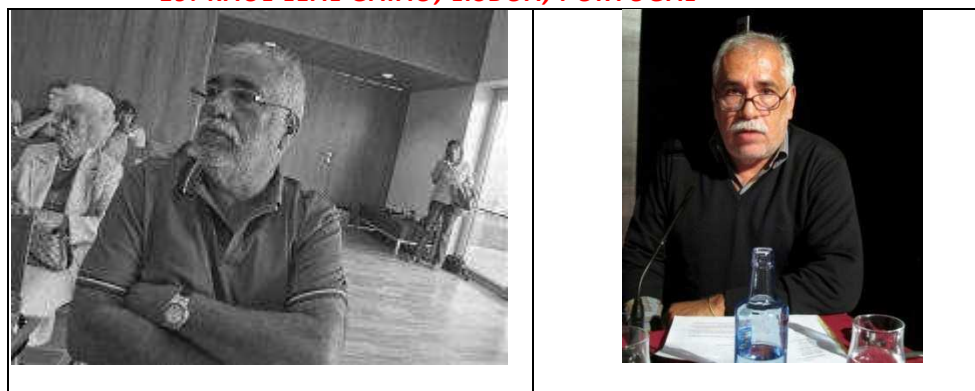
Salomão, Ricardo (2006), *Línguas e culturas nas comunicações de exportação: para uma política de línguas estrangeiras ao serviço da internacionalização da economia portuguesa*, Tese de Doutoramento, Universidade Aberta, Repositório Aberto, <http://hdl.handle.net/10400.2/1386>

Silva, Perpétua Santos (2005), *Estudantes do Português na RAEM no início do Séc. XXI*, Tese de Mestrado, Departamento de Sociologia do ISCTE, Lisboa, ISCTE-IUL, texto policopiado.

Silva, Perpétua Santos (2011), “Aprender português na RAEM: razões e outras representações”, Atas do XV Colóquio da Lusofonia, Associação Internacional Colóquios da Lusofonia e Instituto Politécnico de Macau, Macau, Edição em CD-ROM, pp. 266-277. ISBN:978-989-95891-7-9.

Wolton, Dominique ([2003] 2004), *A Outra Globalização*, Trad. Pedro Elói Duarte, Lisboa, Difel.

19. RAUL LEAL GAIÃO, LISBOA, PORTUGAL



RAUL LEAL GAIÃO,

TEMA 3.8 AÇORIANOS EM MACAU: D. JAIME GARCIA GOULART – DO PICO A MACAU, DE MACAU A TIMOR, RAUL LEAL GAIÃO

Jaime Garcia Goulart, nascido na Candelária, ilha do Pico em 1908, foi para Macau com 13 anos, acompanhado de outros jovens açorianos para frequentar o Seminário de S. José, dedicando a sua vida sacerdotal à diocese de Macau até 1940.

Foi em Timor que viveu a maior parte dos dias da sua vida, primeiro como Superior da Missão em Timor (1936/37), depois como administrador apostólico com a criação da diocese de Díli em 1940 e que teve de abandonar, refugiando-se na Austrália devido à invasão da ilha pelos japoneses.

Durante a sua permanência na Austrália foi nomeado e sagrado bispo de Díli, regressando no fim da guerra, para a reconstrução da sua diocese completamente destruída pelos invasores.

A sua dedicação aos estudos da história do Padroado Português do Oriente e à evangelização, com especial atenção à missão e formação de sacerdotes, à formação de professores catequistas contribuiu fortemente para a expansão do catolicismo em Timor e para a reconstrução da Igreja, ação reconhecida pelos timorenses, nomeadamente pelo poeta Rui Cynatti: “sendo pau para toda a obra de missão e de instrução a todos convence pelo seu poder de inteligência e preclaro bom senso e onde a obra é feita com amor, tudo floresce”.

1. Introdução

Jaime Garcia Goulart nasceu na freguesia da Candelária (concelho da Madalena), ilha do Pico, em 10 de janeiro de 1908. O facto de ser parente pelo lado paterno e materno do cardeal D. José da Costa Nunes, oriundo de família e comunidade cristãs e com espírito missionário, nomeadamente para o Extremo Oriente, orientou, certamente, o seu percurso de vida. Concluiu o curso teológico no Seminário Episcopal de Angra, recebendo a ordenação sacerdotal a 10 de maio de 1931.

Celebrou a sua missa nova a 15 de maio desse ano na sua freguesia natal da Candelária do Pico. Faleceu na cidade de Ponta Delgada a 15 de abril de 1997, com 89 anos de idade. Passou a maior parte da sua vida em Macau e Timor, territórios que permaneceram sempre no seu coração.

Numa das viagens para o Oriente, ao ver Macau, a cidade da sua formação e instrução, escreve: *“Esta alegria (...) reduplicou ao avistar Macau, a velha cidade do Santo Nome de Deus, a minha Coimbra muito amada. A cúpula elegantemente traçada do Seminário de S. José, que abrigou a minha adolescência, as ruínas majestosas de S. Paulo, igrejas, conventos e velhas fortalezas, a gruta que inspirou o poeta máximo da nossa raça, tudo me fez evocar, com comoção, tempos áureos da nossa História, de mistura com saudosos anos de vida repartida entre a lide intensa dos livros e o folgar despreocupado de verdes anos”* (Cardoso, 1999: 19).

Noutras passagens afirma: *“Não troco por nada deste mundo a humilde pacatez da minha aldeia natal, mas amo Macau como uma segunda pátria.”* (Cardoso, 1999: 65). *“Sou açoriano e honro-me de o ser, pelo sangue, pela primeira educação, mas devo a Macau a instrução, a minha formação [...] Os Açores foram para mim o berço dourado de um sonho lindo, Macau o teto da realidade desse sonho”* (Cardoso, 1999: 65). A sedução tornou-se extensiva ao Oriente: *“Sofrendo já uma doença, a que chamarei feitiço do Oriente, senti uma indescritível alegria ao ver despontar, pela proa do Fulda, as agulhas e cúpulas mouriscas dos edifícios árabes e os viçosos palmares que se perdiam ao longe num imenso mar de verdura”* (1999: 45).

Foi esta atração pelo Oriente que o prendeu durante toda a vida ativa: “Mas a fascinação do Oriente, o feitiço do Oriente, tem qualquer coisa de misterioso. Sem nos matar no coração o amor da nossa Terra, antes aumentando-o – pois se em toda a parte um Português pode ter orgulho da sua raça, é aqui que ele é mais legítimo e puro – sem

nos tirar o amor da Família, que cresce com a ausência, este Oriente enfeitiça-nos de tal modo, que não é fácil abandoná-lo de vez sem fazer pagar um pesado tributo ao coração” (Cardoso, 1999: 54).

2. Do Pico a Macau

Com apenas 13 anos de idade, partiu em 1921, para Macau com outros onze rapazes açorianos, vindo a frequentar o Seminário Diocesano de São José. Ainda se encontrava a estudar Teologia quando foi nomeado secretário privado de D. José da Costa Nunes, então bispo de Macau. Depois de um ano em Angra, regressou a Macau em 1931, cidade onde permaneceu e dedicou a sua vida sacerdotal à Diocese de Macau.

Em janeiro de 1932, foi nomeado missionário do Padroado Português do Oriente exercendo as funções de secretário particular de D. José da Costa Nunes e professor de Latim no Seminário e Liceu de Macau.

Convém referir que a diocese de Macau, apesar de mais reduzida em extensão que no passado, como o próprio P. Jaime Goulart refere, abrange, no seu tempo “A Colónia Portuguesa de Macau, 13 distritos da província de Kuan-Tung, a Colónia Portuguesa de Timor e as paróquias isentas de S. José de Singapura e de S. Pedro de Malaca” (1999: 165), sendo falados pelo menos 21 línguas e dialetos na Diocese (de Macau): Português, Inglês, Punti (cantonense), Hakka e Haklo (dialetos chineses), cristão (dialeto português falado em Singapura e Malaca) (Cardoso, 1999: 166) e as 14 línguas ou dialetos falados em Timor, que adiante referiremos.

Integrado na Diocese de Macau, no verão de 1933 acompanhou D. José da Costa Nunes na visita pastoral às Missões de Singapura, Malaca e Timor (Teixeira, 1974). Na visita pastoral a Timor percorreram todo o território: Ermera, Atsabe, Bobonaro, Suro, Alas, Soibada, Barique, Lacluta, Luca, Viqueque, Baucau, Vemasse, Manatuto, Laleia, Laclubar, Lacló, Liquiçá, Batugadé, Oecusse.

Após a visita pastoral permaneceu em Timor “para satisfazer o seu mui louvável desejo da vida missionária” trabalhando até 1937, primeiro como coadjutor e depois como superior da Missão de Soibada, onde fundou em 1936 o Seminário Menor de Nossa Senhora de Fátima. Regressou a Macau em 1937 como secretário do bispo de Macau e como professor de Educação Moral e Cívica no Liceu e no Colégio de Santa Rosa de Lima, permanecendo até 1940.

O interesse pelas missões levou-o a investigar, em Goa, Lisboa e Évora, a história das Missões de Timor, aquando da sua licença graciosa. Dedicou-se ao estudo da Missiologia, disciplina jovem, cujos primórdios ele refere, nascida em ambiente protestante no século XIX, sendo criada a primeira cátedra referente a este saber na Universidade de Edimburgo, em 1867; no campo católico, Joseph Schmidlin (1876-1944) foi o primeiro a abordar este estudo, tendo resultado de seu trabalho, a criação da cátedra de missiologia em 1911, na Universidade de Munster.

Depois da I Guerra Mundial várias universidades protestantes abriram suas cátedras. De 1916 a 1974, a Pontifícia Universidade Urbaniana de Roma publicou a *Bibliotheca Missionum*, uma coleção de estudos sobre missiologia.

Ora, sendo o objetivo fundamental do missionário cristão anunciar o Evangelho de modo universal, a preparação para esta missão implica que o missionário tenha forte experiência de Salvação e comunhão com Cristo, conhecimento perfeito das escrituras, o domínio da língua local onde exerce a sua missão, o conhecimento da cultura e das leis e costumes locais, contando com o apoio financeiro e ministerial da sua igreja de origem.

O Padre Jaime Goulart reflete em diversas passagens dos seus escritos o estudo e a dedicação à Missiologia: “Os problemas missionários, infelizmente ainda pouco conhecidos em Portugal, de há muito que são agitados noutros países da Europa, com grande entusiasmo. Enche bibliotecas a literatura missionária moderna, só publicações periódicas contam-se por centenas. De todos os aspetos, porém, desta brilhantíssima corrente de interesse e simpatia pelas Missões, um há, que cremos poder considerar a alma de toda ela e a sua verdadeira característica. É o que este

movimento tem de intelectual, de doutrinário, de sistemático. A Missiologia tomou já assento em quase todos os institutos católicos. A par das revistas, livros e folhetos de propaganda, há os de cultura, de formação e estudo. De estudo, sim. As Missões são hoje uma ciência, que é preciso estudar, e que todos os católicos precisam de conhecer, pelo menos no que ela tem de mais elementar". (Cardoso, 1999: 77)

3. De Macau a Timor

Em 1940, o P. Jaime Goulart voltou a Timor como vigário geral das missões com o objetivo de desenvolver o projeto de missionação através de programas de catequese e ensino. "Após a licença graciosa foi transferido para as [missões] de Timor, como Vigário-Geral e em 18 de janeiro de 1941 foi nomeado pelo Santo Padre Pio XII Administrador Apostólico da nova Diocese de Díli." (Teixeira, 1974), pois graças aos esforços junto da Santa Sé de D. José da Costa Nunes, pela bula *Sollemnibus conventionibus*, de 4 de setembro de 1940, foi criada a diocese de Díli, ficando então sufragânea da Arquidiocese de Goa e Damão.

Para melhor compreender a situação de Timor, convém referir alguns aspetos históricos, embora brevemente, que nos mostram a vida atribulada dos timorenses e da Igreja em particular. A Igreja Católica passou por diversas tragédias ao longo dos tempos. "A Missão de Timor parecia muito desenvolvida, mas foi sempre uma das mais infelizes do nosso império", como refere o P. Jaime Goulart (Cardoso, 1999: 201). "Logo nos finais do século XVI padres, frades e seminaristas foram trucidados. A dois seminaristas "arrancarão-lhe os olhos, e depois as lingoas, cortarão-lhes os braços; e assim a pedaços os forão trichando para a mesa do bom Jesus, até que lhe renderão as almas" (Teixeira, 1974: 13-14). Com a instabilidade do território, devido à invasão holandesa no princípio do século XVII, as missões entram em declínio e ao longo do século vários frades foram mortos por causas diversas. As incursões dos holandeses continuaram pelo território, principalmente depois da tomada de Malaca, só terminando com o tratado de paz de paz celebrado entre Portugal e a Holanda em 1662. (Teixeira, p. 36 e 37) A Igreja continuou a sentir problemas com os próprios governadores de Timor ao longo do século XVIII e XIX.

Com a implantação da República e segundo a lei da Separação das Igrejas, de 20 de abril de 1911, a Igreja Católica deixava de ser a religião oficial, perdendo todas as prerrogativas inerentes a essa condição, sendo expulsos os jesuítas, que dirigiam a missão e o colégio de Soibada, e as Irmãs Canossianas que administravam colégios em Soibada, Díli e Manatuto.

Apesar de os missionários conservarem os direitos adquiridos e os lugares em que se encontravam, não cessando as verbas oficiais e os apoios do governo à atividade missionária e de ensino, uma vez que era difícil encontrar professores que preenchessem as funções dos missionários e com os mesmos custos, era necessário aproveitar os que não queriam retirar-se de Timor, mas dirigindo o ensino para uma maior orientação profissional. Contudo, grande parte dos 22 padres existentes em 1910 foi saindo (Figueiredo, 2003). Em 1913 a Lei da Separação foi tornada extensiva à colónia de Timor e terminava oficialmente toda a interferência do Estado na vida e organização da Igreja Católica, bem como o apoio que esta recebia. Foram criadas as missões laicas para substituírem as católicas, embora não tenham resultado, pois era impossível recuperar as tarefas abandonadas pelos jesuítas e pelas madres canossianas, para as quais os padres seculares vindos de fora não estavam preparados e era com dificuldade que estes asseguravam o funcionamento de algumas escolas.

Em maio de 1919, como as missões laicas não chegaram a funcionar, o Estado português reconhecia a importância das missões católicas enquanto agentes de civilização e dos interesses nacionais, regulamentando a implementação e funcionamento das designadas "missões civilizadoras", laicas e religiosas, assumindo o Estado subsidiar estas últimas enquanto "elementos de ação civilizadora e nacionalizadora" (Figueiredo, 2003: 561).

É neste contexto, sentindo-se ainda os efeitos da política republicana, que em 1940 chega a Timor⁷³ o P. Jaime Goulart como vigário geral das missões com o objetivo de desenvolver o projeto de missionação através de programas de catequese e ensino.

A obra missionária de D. Jaime foi um enorme e difícil, a primeira fase foi a reconstrução das destruições do regime republicano, anticlerical, que expulsou os religiosos de todo o território nacional; a segunda fase, foi reerguer Timor da destruição deixada pela II Guerra Mundial e principalmente pela invasão japonesa.

Durante o conflito que assolou de novo a Europa e o mundo, a partir de 1939, a situação tornou-se melindrosa no Extremo Oriente, onde o Japão desencadeou uma larga e forte ocupação de territórios, que pretendia incluir, a sul, a Austrália. Mesmo Portugal sendo um país neutro, Timor tornou-se uma posição estrategicamente importante e por isso disputado por ambas as partes.

A 17 de dezembro de 1941 processou-se o desembarque em Díli de uma força austro-holandesa, cujo objetivo era evitar ou pelo menos dificultar o domínio desta parte da ilha pelas tropas japonesas, para poderem fazer dela uma base próxima de ataque à Austrália. Esta reduzida força não foi suficiente para impedir a invasão a 19 de fevereiro de 1942, pelo contrário serviu-lhe de pretexto (Figueiredo, 2003). Sob a ocupação japonesa, o território conheceu um dos piores períodos da sua atribulada história. Em 17 de dezembro de 1941 entraram em Díli os australianos.

Em fevereiro de 1942 entraram os japoneses que forçaram os australianos para as montanhas. Chegaram à missão de Lahane e saquearam tudo. Por todo o território muitos portugueses foram trucidados e foram executados dois padres. A situação em Timor foi-se agravando, primeiro com a entrada de forças holandesas e australianas e depois pela brutal invasão e ocupação japonesa.

O Administrador Apostólico aconselhou primeiramente que todos os missionários continuassem a sua atividade nos seus postos de missionação, mas pouco tempo depois, com o fuzilamento de alguns sacerdotes, aconselhou que partissem com ele para a Austrália. Jaime Garcia Goulart exercia ainda administração apostólica quando, em 1942, teve de deixar Timor (numa fuga coordenada pelo coronel Calligan) e procurar refúgio na Austrália devido à ocupação japonesa daquele território.

Os europeus e seus colaboradores que não fugiram para a Austrália, numa primeira vaga, foram feitos prisioneiros e encarcerados em campos de refugiados improvisados nas vilas de Maubara e Liquiçá, onde a vida se lhes tornou penosa. Por seu lado, os indígenas que não colaboravam tornavam-se vítimas fáceis dos componentes das colunas negras e dos bombelas (milicianos recrutados no território e na parte holandesa da ilha) ou dos próprios japoneses quando aqueles vacilavam.

Alguns chefes indígenas vieram também a cair, sendo o mais conhecido D. Aleixo Corte-Real, régulo do Suro.... Muitos europeus, assimilados e indígenas conseguiram fugir com a ajuda do governo australiano que lhes deu acolhimento. ...

A ocupação japonesa terminou em setembro de 1945. Díli e outras localidades foram praticamente destruídas. A economia ficou arrasada. Perderam-se dezenas de milhares de vidas e, muitos indígenas aliciados contra os Portugueses, deixaram depois o território.... Foi necessário começar tudo de novo em Timor. (Figueiredo, 2003)

Terminada a Guerra, a Santa Sé nomeou a 12 de outubro de 1945 o padre Jaime Garcia Goulart como primeiro bispo de Díli:

⁷³ "Tudo o que era documentação da Igreja de Díli foi propositadamente destruído e reduzido a cinzas!!!..." (Cardoso, 1999: 15), com a invasão indonésia.

1.1. PIO PAPA, SERVO DOS SERVOS DE DEUS

Ao dileto filho, Jaime Garcia Goulart, Administrador Apostólico da Diocese de Dili e Bispo eleito da mesma Diocese, saúde e bênção apostólica. O ofício do supremo Apostolado pelo qual presidimos a todo o orbe católico, confiado à nossa humildade pelo Eterno Príncipe dos Pastores, impõe-nos o dever de cuidar com a máxima diligência de que presidam a todas as igrejas Prelados tais que saibam e possam apascentar salutarmente, dirigir e governar o rebanho do Senhor que lhes for confiado. Por consequência, como se encontra sem pastor a igreja de Dili que nós erigimos como catedral sufragânea da Igreja de Goa pela bula munida de selo de chumbo "Sollemnibus-conventionibus" do dia quatro do mês de setembro do ano de mil novecentos e quarenta, Nós, ouvido o parecer dos nossos Veneráveis irmãos, os Cardeais da Santa Igreja Romana, com autoridade apostólica, elegemos-te para ela e colocamos-te à sua frente como Bispo e Pastor e outrossim confiamos-te plenamente o cuidado, governo e administração da mesma igreja com todos os direitos e privilégios, encargos e obrigações inerentes a este múnus pastoral. Queremos, porém, que, observado tudo o mais que é de direito e antes que recebas a consagração episcopal e tomes posse canônica da Diocese que te é confiada, faças profissão de fé católica e os juramentos prescritos, segundo as fórmulas estabelecidas, nas mãos dalgum Bispo católico da tua escolha que esteja na comunhão e graça da Sé Apostólica, com a obrigação de enviáres, o mais cedo possível, à Sagrada Congregação Consistorial, exemplares dos mesmos com a tua assinatura e a do dito Bispo e munida de selo.

Tendo em vista, além disso, a tua maior comodidade, permitimos-te que possas ser livre e licitamente consagrado Bispo fora de Roma por qualquer Bispo católico da tua escolha a que assistam outros dois Bispos católicos que estejam em graça e comunhão com a Santa Sé Apostólica. Pela presente Bula confiamos o múnus e mandato de te conferir a consagração ao Venerável Irmão Bispo que para tal escolheres. Determinamos, porém, estritamente, que antes de emitir a profissão e os juramentos de que acima falamos, nem tu ouses receber a consagração nem ta dê o Bispo que escolheres sob pena de incorrer nas censuras determinadas pelo direito se desobedeceres a este meu preceito.

Alimentamos, por fim, a firme esperança e confiança de que a Igreja de Dili será dirigida utilmente pelo teu desvelo pastoral e indefeso esforço, assistindo-te propícia a dextra do Senhor, e receberá, com o andar do tempo, maior desenvolvimento nas coisas espirituais e temporais. Dada em Roma, junto de S. Pedro, aos dez de outubro do ano de mil novecentos e quarenta e cinco ano sétimo do nosso pontificado.

Também ao povo timorense o Papa Pio XII dirigiu uma mensagem de saudação:

4.2. PIO PAPA, SERVO DOS SERVOS DE DEUS

Aos amados filhos, clero e povo da cidade de Dili, saúde e bênção apostólica. Tendo Nós pela Bula Apostólica "Sollemnibus Conventionibus", munida do selo de chumbo e datada do dia 4 do mês de setembro do ano do Senhor de mil novecentos e quarenta, erigido em Catedral Sufragânea da igreja Metropolitana de Goa, a vossa Igreja de Dili ouvido hoje o parecer dos Veneráveis Irmãos Cardeais da Santa Igreja Romana, elegemos com a Nossa autoridade Apostólica para a mesma Igreja, ainda não provida de Pastor, o Nosso dileto filho Jaime Garcia Goulart até agora Administrador Apostólico da vossa Diocese, e dela o constituímos Bispo e Pastor. Com esta nossa Bula a todos vós damos conhecimento disto e vos mandamos no Senhor que, recebendo com veneração e acatando com a devida honra Jaime, vosso Bispo eleito, presteis obediência aos seus mandatos e avisos salutarres e o considereis com reverência como o Pai e Pastor das vossas almas de modo que ele se regozije, no Senhor de vos ter como filhos dedicados e vós de o ter como Pai benevolente. Outrossim determinamos e mandamos que sob o cuidado e obrigação

do mesmo Ordinário, o qual presentemente rege a vossa Diocese, seja lida publicamente esta Nossa Bula, do púlpito da Igreja Catedral, no primeiro dia de preceito que se seguir à sua recepção.

Dado em Roma, junto de S. Pedro, no ano do Senhor de mil novecentos e quarenta e cinco, no dia dez do mês de outubro no ano sétimo do Nosso Pontificado. Pelo Chanceler da Santa Igreja Romana, Cardeal Januário Granito Pignatelli di Belmonte, Decano do Sacro Colégio.

Estando na Austrália, a sua sagração efetuou-se em Sydney, na capela do Colégio de São Patrício, a 28 de outubro de 1945, sendo principal sagrante Giovanni Panico, Arcebispo e delegado apostólico na Austrália, e cossagrantes Norman Thomas Gilroy, arcebispo de Sydney, e John Aloysius Coleman, bispo de Armidale. Deu entrada solene na sua diocese de Díli a 9 de dezembro de 1945, encontrando-a devastada e com a maior parte das estruturas pastorais em ruínas como resultado da ocupação japonesa de Timor, que terminara alguns meses antes.

Quando entrou em Timor, após o fim da guerra, D. Jaime Goulart encontrou um território completamente dizimado; 40.000 mortos (10% da população), 4 missionários mortos vítimas da ocupação japonesa. Quando regressou, o território (e principalmente a diocese) estava reduzido a zero: a Diocese perdeu 74 edifícios entre os quais a catedral, muitas igrejas e capelas, escolas, residências missionárias, o que restava era muito pouco. Com todas as dificuldades que o território apresentava no campo da missionação, desde a difícil comunicação em Timor, pois falam-se várias línguas ou dialetos, Tétum, Galole, Idaté Macassai, Huiamá, Dagadá, Midic, Naumác, Nauéte, Bunác, Vaiqueno, Mambae, Tucudede, Kémak e Lacalei” (Cardoso, 1999: 166), (usando geralmente os missionários no exercício do seu ministério o Tétum, Galole e Vaiqueno), até à difícil comunicação terrestre, com grandes caminhadas a pé, a cavalo ou ao volante dum jipe, o novo prelado chamou para a Diocese novos missionários e novas congregações religiosas, para lá foram os Salesianos e as Dominicanas” (Teixeira, 1974:467)

Como o próprio D. Jaime refere, “Mais lhe tem custado as dificuldades da direção da diocese nova que lhe foi entregue materialmente devastada, pobre de recursos e sem clero suficiente, do que do que as mortificações da vida missionária: as longas caminhadas a cavalo, por montes e vales ao sol escaldante e à chuva torrencial dos trópicos, a travessia perigosa de ribeiras, as chamadas para doentes em cristandades longínquas e os trabalhos extenuantes de assistência religiosa e de catequese que nem dão tempo, às vezes, para repousar e comer” (Teixeira, 1974: 463)

Mas o novo bispo estava determinado a levar para a frente a sua árdua tarefa: “Não temos igrejas. A própria Catedral é de folhas de palmeiras. Díli é a única Diocese que não tem catedral... O que nos falta são muitos sacerdotes, porque podemos ter igrejas de palha, mas padres de palha não” (Cardoso, 1999: 202)

Como prelado de Timor, D. Jaime Garcia Goulart dedicou particular atenção à missionação e à formação de sacerdotes. Durante o período em que esteve à frente da diocese, o número de católicos na diocese passou de cerca de 30 000 para mais de 150 000 e o número de alunos das escolas missionárias passou de 1 500 para 8 000. No campo da educação, mereceu-lhe particular atenção a formação de catequistas, processo que havia sido iniciado anos antes por D. João Paulino de Azevedo e Castro, ao tempo bispo de Macau, e a consolidação do seminário menor da Soibada. Comparando os dados de 1941 (antes da destruição da invasão japonesa com os de 1966 (no fim do seu mandato) verifica-se que, segundo dados estatísticos, o número de católicos passou de 29.899 para 152.151, os sacerdotes de 21 para 52, os internatos masculinos de 1 para 4, os externatos masculinos de 0 para 30, os externatos femininos de 0 para 14. (Teixeira, 1974).

“A sua obra apostólica é de um valor inestimável, e o mesmo se diga de toda a sua vida transparente, a revelar-nos a riquíssima e inconfundível personalidade do Homem-Padre-Bispo, que, com singular presença,

cortês e afável, aliada ao bom humor, desanuviava e animava e dulcificava qualquer ambiente do próprio raio de ação” (Cardoso, 1999: 14).

Alegando cansaço e com a saúde abalada, D. Jaime Garcia Goulart pediu à Santa Sé, em 1965, a designação de um bispo coadjutor com direito de sucessão, tendo sido designado para tal D. José Joaquim Ribeiro, bispo titular de Aegeae, que então servia na Arquidiocese de Évora.

Devido ao seu precário estado de saúde e fadiga, após longos anos de permanência em Timor, e tendo verificado que, por esses motivos, não podia atender a todas as suas obrigações do cargo, solicitou à Santa Sé um coadjutor, que, de facto, lhe foi concedido na pessoa de Sua Ex. Rev. da o Senhor D. José Joaquim Ribeiro.

Desde então ficou prevista a resignação do cargo de Bispo da Diocese de Dili e foi nomeado coadjutor com direito de futura sucessão.

Como já se encontrava na Diocese, há quase um ano, D. José Joaquim Ribeiro, e tendo-se agravado, as razões que o levaram a solicitar o Coadjutor, entendeu ser dever de consciência submeter ao Santo Padre o pedido de resignação e exoneração.

“Pode causar alguma estranheza, tomando em consideração apenas a minha idade, o facto de eu ter formulado esse pedido. A verdade, porém, é que todas as circunstâncias apontadas e ainda mais o condicionalismo particular desta vasta Diocese, me colocam no caso, em que, segundo a mente do Concílio Vaticano II e as subsequentes recomendações do Santo Padre, se torna aconselhável a resignação de um Bispo. Aguardemos, pois, a decisão de Sua Santidade, que espero não tardará e há de ser, como sempre são todas as decisões de Vigário de Cristo, para maior glória de Deus e bem espiritual das almas. Dili. 28 de dezembro de 1966. Jaime Garcia Goulart, Bispo de Dili”.

Na despedida da diocese timorense, D. Jaime falava comovido: *“há trinta e três anos, pela primeira vez, pisei terras de Timor e tomei contacto com a sua gente. Desde então para cá, se tem vindo, dia a dia, apertando os laços de espiritual afeto, que me ligam a este bom Povo Timorense, laços que ainda mais fortemente a ele me vinculou a cruz episcopal. Por isso, certamente me não levareis a mal que, na angústia deste momento, eu me ampare a alguns pensamentos de conforto e esperança. De todos o maior é o de Ter podido dotar a diocese de um seminário e de ter visto já os seus primeiros e benéficos frutos. O Reino de Deus em Timor não se dilatará nem consolidará sem numerosos e santos sacerdotes timorenses. Outro motivo de satisfação: o consolador e sempre crescente aumento da comunidade cristã. Recebi a diocese com 30 000 católicos. Entrego-a com mais de 150 000. Ainda e só mais uma reconfortante verificação: durante o meu episcopado vi subir o número de alunos das escolas missionárias de 1500 para 8000.*

Cessam as minhas funções de pastor diretamente responsável por esta porção diletta da Grei Cristã. Não cessam, porém, as de bispo da Igreja Católica. De algum modo continuo presente em Timor. Presente, por dever de membro do colégio Episcopal, presente por afeto e gratidão; presente nas minhas orações e nos meus sacrifícios, presente pela minha imorredora saudade.

Eu sou mais timorense do que açoriano”.

Anos mais tarde afirmaria: *“Eu tinha já bebido água de coco e quem bebe água de coco fica em Timor”*, mesmo longe de Timor (Cardoso, 1999: 215).

4. De Timor aos Açores

D. Jaime Garcia Goulart depois de resignar a sua diocese regressou aos Açores, onde chegou em agosto de 1967, fixando-se inicialmente na cidade da Horta, na ilha do Faial. Mudou-se depois para a ilha do Pico, onde na sua freguesia natal da Candelária dirigiu o Patronato Infantil da Casa de São José, instituição particular de solidariedade social fundada pelo seu primo cardeal D. José da Costa Nunes.

Em 3 de novembro de 1985 foi um dos concelebrantes na cerimónia de bênção da Sé Catedral de Angra após a sua reconstrução dos danos causados pelo sismo de 1 de janeiro de 1980.

Motivos de saúde levaram-no a fixar residência junto de familiares em Rabo de Peixe, na ilha de São Miguel, vindo a falecer, com 89 anos de idade, na cidade de Ponta Delgada a 15 de abril de 1997.

Timor continuou a estar sempre presente na sua vida e vivia intensamente todos os problemas dos timorenses: “Sinto-me profundamente atingido pelos atuais sofrimentos do Povo Timorense, a ponto de poder afirmar que a situação de Timor me afeta mais intensamente do que durante os longos anos em que lá vivi e trabalhei” (Cardoso, 1999: 223). “...desde que cessaram as minhas funções episcopais de responsável pela Diocese de Dili, tenho-me abtido sistematicamente de me pronunciar sobre assuntos relacionados com a situação de Timor, cuja sorte partilhei durante 33 anos. Antes pelo contrário, sinto-me profundamente atingido pelos atuais sofrimentos do Povo Timorense, a ponto de poder afirmar que a situação de Timor hoje me afeta mais intensamente do que durante os longos anos em que lá vivi e trabalhei” (Cardoso, 1999: 223). “Embora separado de Timor vai para 20 anos, continuo a dedicar àquela terra e ao seu bom povo todo o meu carinho. Assim vejo com extremo agrado a constante fidelidade da maioria dos Timorenses à Fé Cristã. Esta será para eles reconfortante lenitivo nos grandes sofrimentos, que têm experimentado, e os ajudará a resolver todos os problemas, que ainda subsistem” (1999: 224). Estes anos de reflexão permitiram-lhe avaliar o seu pequeno (grande) contributo à Igreja e principalmente à Igreja de Timor: “80 anos é uma boa idade. Dei-me à curiosidade de calcular o número de segundos vividos nesses oitenta anos. Foram dois biliões e meios de segundos. Ora um segundo é nada e a soma de muitos nadas não pode ser senão nada. A vida terrena, portanto, é nada, por mais longa que ela seja. Mas, mesmo assim, acho que vale a pena vivê-la, pois é nesse nada que se constrói o Tudo, que é uma eternidade feliz. Nem todos os segundos da minha longa vida foram bem aproveitados para esse fim. Valha-me a Misericórdia de DEUS e as orações, que por mim fazem os Amigos, como tu!” (Cardoso, 1999: 225).

O primeiro bispo de Timor foi “... um homem que dedicou a alma e o coração ao seu povo timorense” (D. Carlos Ximenes Belo)

5. Bibliografia

- CARDOSO, Tomás Bettencourt (org) (1999). *Textos de D. Jaime Garcia Goulart*, Fundação Macau, Macau.
- FIGUEIREDO, Fernando (2003). “Timor (1910-1955)”. In A. H. de Oliveira Marques (Dir), *História dos Portugueses no Extremo Oriente, Macau e Timor no período republicano*, 4º vol. pp. 521-282. Fundação Oriente.
- GOULART, Jaime Garcia (1932). “Voltará Portugal à Vanguarda Missionária?”. In *Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau*, 338.
- GOULART, Jaime Garcia (1932). “Fim Primário das Missões”. In *Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau*, 343.
- GOULART, Jaime Garcia (1933). “Tradição e Missiologia”. In *Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau*, 347.
- GOULART, Jaime Garcia (1938). “Reorganização das missões de Timor, 1874-1878”. In *Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau*, 406.
- GOULART, Jaime Garcia (1938). “Missões de Timor”. In *Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau*, 410.

PAULINO, Vicente, (s/ data) “D. Jaime Garcia Goulart – o primeiro bispo da diocese de Díli”, in Ricardo Roque (org.), *History and Anthropology of “Portuguese Timor”, 1850-1975*. Na Online Dictionary of Biographies, <http://www.historyanthropologytimor.org>

TEIXEIRA, P. Manuel (1974) *Macau e sua Diocese, Missões de Timor*, vol X, Macau.

ANEXO

Datas do percurso de vida de D. Jaime Goulart:

10/01/1908 - Nascimento (Candelária, Pico, Açores)
22/07/1921 - Parte do Pico para Macau
21/09/1921 - Entrada no Seminário de S. José, Macau
1929 - Secretário particular de D. José da Costa Nunes
23/10/1930 - Frequência do último ano de teologia no Seminário de Angra, Açores
10/05/1931 - Ordenação sacerdotal na Candelária
14/05/1931 - Missa Nova na Candelária
1932 - Regressa a Macau, Professor de Latim no Seminário de S. José e no Liceu de Macau.
1933-1937 - Timor, Coadjutor e Superior da Missão de Soibada.
08/09/1937 - Regressa a Macau, como secretário de D. José da Costa Nunes.
22/01/1940 - Vigário Geral das Missões de Timor.
18/01/1941 - Administrador Apostólico da nova Diocese de Díli (criada em 1940).
12/10/1945 - Eleito bispo de Díli.
28/10/1945 - Ordenação como bispo em Sidney.
09/12/1945 - Chegada a Timor como bispo de Díli.
31/01/1967 - Resignação
15/05/1997 - Falecimento

20. RAUL LEAL GAIÃO, LISBOA, PORTUGAL



RAUL LEAL GAIÃO,

Por absoluta falta de tempo para a sua apresentação oral deixa-se aqui a continuação de anteriores participações deste autor com outro trabalho que permitiu a “descoberta” de partituras musicais inéditas que a nossa pianista residente ANA PAULA ANDRADE começou a desvendar ao público no 18º colóquio (Galiza 2012). Este trabalho é intitulado

AÇORIANOS EM MACAU: ÁUREO DA COSTA NUNES E CASTRO – DA ATIVIDADE PASTORAL À CRIAÇÃO MUSICAL, RAUL LEAL GAIÃO

A criação musical de Áureo da Costa Nunes e Castro, com uma identidade própria, linguagem original e pessoal, é um itinerário construído na recriação de sonoridades diversas: a tradição musical açoriana, a música gregoriana e polifónica religiosa, a atmosfera chinesa de sons repercussivos e do canto melopeico dos bonzos, os

sons da vida de Macau, com as sonoridades ritmadas dos tin-tins e do amola facas, a melopeia do merendeiro e das aguadeiras, os sons das festividades do Ano Novo Chinês e da Dança do Dragão.

Nasceu no Pico onde cresceu (até aos 14 anos), viveu em Macau onde frequentou o seminário e exerceu a sua atividade sacerdotal (apenas com uma curta estadia em Lisboa para frequentar o Conservatório), em contacto com a vida macaense, imbuída de cultura chinesa e portuguesa.

Pretendemos distinguir o seu percurso musical como compositor, maestro e pedagogo. O objetivo fundamental deste texto não pretende ser um estudo técnico sobre a sua obra, mas dar a conhecer aos açorianos e aos portugueses em geral, a personalidade e a sua atividade musical, pois apenas um número restrito de pessoas terá algum conhecimento da sua obra, uma vez que desenvolveu a sua atividade longe daqui, num tempo em que se ignorava o que se passava pelas terras do Oriente.

1. Introdução – Intercâmbio cultural Ocidente/Oriente

Os portugueses, a partir do século XVI, desempenharam um papel preponderante no intercâmbio cultural entre a China e o Ocidente e em que Macau serviu de ponte e de palco para diversas comunicações artísticas.

No referente à música, a cultura chinesa, por tradição, não concedeu à música o espaço e a atenção que as civilizações ocidentais lhe reservaram. A música desempenhava, fundamentalmente, um papel funcional ligado a um pretexto qualquer: as representações, os rituais religiosos, as cerimónias fúnebres, as festividades. A criação de agrupamentos instrumentais organizados e uma grafia musical codificada é recente.

Os jesuítas desde o século XVI levaram para o Oriente, para além do cristianismo, as artes, os costumes e os usos ocidentais, introduzindo na China a música ocidental.

O Colégio de S. Paulo, em Macau, introduz o ensino da música. Em 1882 um padre jesuíta leva para Macau um professor de música munido de instrumentos necessários para a formação de uma orquestra, que viria a ser a Orquestra do Seminário de S. José que funcionou até à década de 50 do século XX e que chegou a ser constituída por cerca de 26 instrumentistas. (Jardim, 1992: 147-148). O seminário possuía também uma banda. O movimento musical nas diversas paróquias de Macau é intenso, pois praticamente todas as igrejas possuíam um coro ou um grupo de instrumentos. A igreja de S. Lázaro possuía uma excelente banda bem como o orfanato Salesiano.

A criação da orquestra de Câmara de Macau possibilitou a incorporação da música chinesa nos seus concertos e o Festival Internacional de Música de Macau, criado em 1987, promoveu o intercâmbio cultural e musical entre Ocidente e Oriente, onde se tem apresentado a música e os músicos destes dois mundos. Nade, na simplicidade da sua expressão crioula, revela a sua importância na divulgação da música ocidental e chinesa:

“Grândi sonata co cantata [Grandes sonatas e cantatas]

Na passado mês di Outubro,/Gente di tudo mundo, sentado na casa [No passado mês de outubro,/Gente de todo o mundo, em casa,]

Vitá mám, abri tivisám,/Qui sabroso, [Ao deitar a mão à televisão,/Que delícia,]

Olá nosso Macau na diânti,/Raganhado qui raganhado tentá ilôtro. [Viu na sua frente a nossa Macau/Muito alegre a sorrir-lhe.]

Unga semana a fio êle já fazê/Unga festa di quebrá testa! [Numa semana a fio, levou a efeito/Um festival de arromba!]

Cantoria co musicata já sai/Di grandura assi grândi, /Qui istonteá tudo gente. [Os cantos e a musicata/Eram de tamanha envergadura,/Que deixaram a gentinha maravilhada.]

Um-cento musiquéro capaz/Vêm aqui di Tera-China [Uns cem hábeis músicos/Vieram da China até aqui]

Pa toca mús'ca bom uvi,/Dôs nhónha pedaçóna [Para executarem lindas composições./Duas cantoras mulheraças]

Vêm di Eropa pa cantá:/Unga sai voz fino de canário,/Otrunga voz gróssu di áde-macho. [Vieram da Europa para cantar:/Uma tinha voz fininha de canário,/A outra, voz grossa de pato.]

Di Eropa já vêm tamêm,/Unga nhum co voz di liám [Da Europa se deslocou também/Um homem com voz de leão,]

Pa cantá quanto regra di ópra./Nhum abri bóca goelá [Para cantar árias de ópera./Com a boca toda aberta aos gritos,]

Lampiám di lumiá rua istremecê,/Vidro di janala começa rachá. [Fazia estremecer os postes de iluminação/E estalar os vidros das janelas]. (Ferreira, 1990: 45 e 143)

2. Sonoridades de Macau

Na observação de Eugénio de Andrade “Macau é uma cidade com as tripas de fora [...], os seus rumores, os seus cheiros, a pulsão do seu olhar, o suor do seu corpo vem ao teu encontro ao dobrar da primeira esquina”. (Andrade, 1993: 13). É na rua que homens e mulheres têm a sua casa: “aqui trabalham e comem, aqui discutem e riem, aqui fazem dos seus dias um longo ofício de paciência” (Andrade, 1993: 13).

Os diversos sons dos instrumentos musicais chineses, as flautas, os gong(o)s e os sinos ecoam nas festas populares e cerimónias religiosas, nas festividades do Ano Novo Chinês, do Barco-Dragão, das danças do Dragão, ...; o canto melopeico dos bonzos, os sons da vida de Macau, as sonoridades ritmadas dos tin-tins, os pregões do merendeiro e das aguadeiras, da rapariga vendedora de pratos saborosos e picantes [sin-a-sá-ó-fan], da hortaliça [pac tchoi], de seda e panos [mao fá poou], do vendedor de amendoins torrados [plic-ploc-ham tchoi fa-sam], e de pato [si...ii...áp], todos este sons constituíam uma atmosfera sonora que impressionava quem andava pelas ruas de Macau.

A música, como a arte em geral, reúne uma pluralidade de experiências que influencia e molda quem faz, produz ou cria, mesmo estando radicado numa tradição sociocultural. O cruzamento do olhar de Áureo de Castro pelo diversificado campo musical não deixou de integrar todas estas sonoridades, gerando outros universos sonoros.

3. Percurso de vida

Áureo da Costa Nunes e Castro nasceu na Candelária, ilha do Pico em 1917, entre o vulcânico, mutante e majestoso Pico e o mar “de águas sem fim”. O seu primeiro contacto com a música ocorreu quando era ainda criança no coro da igreja da Candelária, no qual cantou como soprano.

O fervor religioso açoriano, a diáspora missionária de sacerdotes ou de candidatos ao sacerdócio ao longo do século XX, os laços familiares (era sobrinho de D. José da Costa Nunes, bispo de Macau entre 1920-1940) criaram as condições para que aos 14 anos fosse embalado para Macau (chegou no dia 15 de setembro de 1931) pela mão do seu tio, onde obtém formação sacerdotal no Seminário Diocesano de S. José, recebendo a ordenação no dia 8 de setembro de 1943.

No Seminário de S. José estuda Teoria, Solfejo e Harmonia com os padres Wilhelm Schmid e António André Ngan⁷⁴.

Foi inicialmente nomeado pároco da igreja de S. Lourenço para cujo coro escreveu inúmeras peças para uso nos atos litúrgicos. Posteriormente a sua ação pastoral é exercida na Sé Catedral e é Diretor interino do *Clarim*, periódico católico.

Em 1952 ingressa no Conservatório Nacional de Música de Lisboa para estudar composição, curso completado em 1958 com distinção, e onde estuda canto e piano com Croner de Vasconcelos, Arminda Correia e Biermann.

Faleceu em 1992 no Hospital Conde de S. Januário, em Macau.

4. Atividade musical

A atividade musical de Áureo da Costa é múltipla e diversificada: compositor, maestro e pedagogo.

Durante o período de frequência do Conservatório em Lisboa é assistente do maestro musicólogo português Mário Sampaio Ribeiro no Coro do Centro Universitário da Universidade de Lisboa. Foi o período mais profícuo, em termos de composição musical.

Professor de música, dedica-se intensamente à música gregoriana e à polifonia sacra antiga. Em 1958 rege a disciplina de Música no Seminário de S. José. É também professor de música e de Canto Coral no Liceu nacional Infante D. Henrique, inculcando nos seus alunos o gosto pela música gregoriana.

Em 1959 criou o grupo Coral Polifónico de Macau com um repertório de peças de polifonia sacra e profana da Renascença, sobressaindo os polifonistas portugueses entre os quais Francisco Martins, D. Manuel Cardoso, Diogo Dias Melgaz, Joaquim Casimiro, Filipe de Magalhães, D. João IV ..., incluindo no repertório canções chinesas e portuguesas.

Por convite, foi diretor de um coro em Hong Kong durante mais de um ano. Como muitos alunos lhe solicitavam com alguma regularidade aulas de música e piano, em 1962 criou a Academia de Música S. Pio X (sendo o seu primeiro diretor) para o ensino da música, composta por músicos amadores e professores da Academia e criada por sugestão conjunta do prelado da diocese de Macau e do Dr. Ivo Cruz (então Diretor do Conservatório Nacional de Lisboa). A Academia tinha como propósito proporcionar aos jovens de Macau, portugueses e chineses, uma instrução musical em termos académicos (com ensino bilingue, português e chinês e também inglês). Mais tarde, em 1983, fundou a Orquestra de Câmara de Macau, composta por músicos amadores e professores da Academia. (Veiga, 2010).

A sua intensa atividade sacerdotal, a dedicação à Academia, ao ensino e ao Grupo Coral, não lhe deixaram a disponibilidade ideal para compor. O período criativo mais intenso são os anos de frequência do Conservatório.

A vivência e contacto com a cultura chinesa marcaram a sua criação musical. *Danças de Siu Mui-mui*, *Nostalgia* e *Cenas de Macau*, peças que, embora escritas no seu estilo pessoal, são baseadas na escala pentatónica e nos ritmos tradicionais chineses. Para *Cenas de Macau*, o P. Áureo escreveu a seguinte introdução:

⁷⁴ Para além de professor de música, Mons Ngan elaborou dois manuais para ensino do português: "Método de Português para uso nas escolas estrangeiras" (1944) e "Método de Português para uso das escolas Chinesas" (1945), usados durante 50 anos. O primeiro era mesmo usado na escola primária, principalmente para as crianças chinesas que iniciavam os seus estudos no sistema português. Na década de 70 é usado nas aulas de português do Instituto D. Melchior Carneiro, escola de língua veicular chinesa (Grosso, 2007: 167).

“Estas cenas representam os primeiros passos em busca de uma linguagem harmónica mais liberta dos clássicos cânones da harmonia tradicional, e que pudesse, ao mesmo tempo, servir de roupagem a melodias de folclore chinês, muitas das quais se baseiam nas escalas diatónicas de cinco tons. Composições despreziosas, elaboradas como exercício escolar, obedeceram apenas ao propósito de pintar algumas cenas de Macau com tintas a respirar a atmosfera chinesa das mesmas.

O primeiro número lembra o regresso dos barcos da pesca, em frente à `meia-laranja`, num dia de calmaria oriental, com os restos do sol poente a espelhar-se sobre as águas... Uma quase evocação.

A segunda peça foi sugerida pelo canto melopeico dos bonzos em oração, numa antiga bonzaria na rua de São José, cena que o autor absorveu quando, no topo duma “árvore de pagode”, preparava um exame de filosofia. Ouviam-se ocasionais toques de sinetas e sinos a lembrar os `gongs`.

A terceira, barcos-dragões, é uma reminiscência da regata dos `dragões` realizada da Ilha Verde à Barra, quando em 1932, Macau recebia pela terceira vez o governador Tamagnini Barbosa. Escrita em forma sonata, a peça começa com ritmos e temas melódicos sugeridos pela calma do rio e a competição da regata” (Lynn, 2001: VIII e IX).

A vivência e o contacto com a cultura chinesa marcaram a sua criação musical. Criou uma linguagem própria, original e muito pessoal, estabelecendo um intercâmbio cultural: canções chinesas (cantadas por portugueses) e canções portuguesas cantadas por chineses).

A música coral (com piano, acompanhamento orquestral ou *a capella*) representa a parte mais significativa da sua obra, por sentir necessidade de renovação dos atos litúrgicos; compõe peças baseadas em textos literários portugueses, harmonizações de canções folclóricas chinesas e portuguesas, composições originais para coro misto. (Lynn, 2003)

Lynn destaca entre as suas obras: merecem especial menção a encantadora simplicidade da *Cantata Sancta Cecília*, a nostálgica beleza do poema de amor de *Alma minha gentil*, de Luís de Camões, a exuberância de *Gong Tzi Fa Choi* (Canção do Ano Novo Lunar) para vozes a capella, com a exploração dos sons onomatopáicos do idioma chinês, e o majestoso *Te Deum* para coro e orquestra. (Lynn, 2003: VIII)

Existem várias compilações publicadas da sua obra musical:

Exultate, 2 vols., Seminário de S. José, 1996

Aurei Carmina, Obras para piano e órgão, Dioecesis Macaonensis, 2001.

Aurei Carmina, *Choro*, Dioecesis Macaonensis, 2003.

5. Reconhecimento

Logo na apresentação do *Te Deum* em Lisboa, a obra mereceu da parte de Croner de Vasconcelos um destaque pela forte singularidade no panorama musical nacional: “Até que enfim aparece neste país uma obra deste género”

Lynn, compiladora e organizadora das composições de Áureo de Castro, acentua a grandeza do P. Áureo no panorama musical em Macau: “Durante 30 anos, entre os anos de 1960 até à sua morte em 1993, P. Áureo da Costa Nunes e Castro foi, sem dúvida, o mais importante músico que Macau conheceu”. “P. Áureo tinha uma aguda sensibilidade para realçar o sentido das palavras, tendo sido capaz de evocar em suas composições uma miríade de sentimentos e emoções -, mistério, súplica, piedade, contemplação, majestade, ternura e alegria -, através de um imaginativo uso da harmonia e de nuances tímbricas e dinâmicas.” (Lynn, 2003: VIII)

Barreto distingue o enorme contributo para a cultura em Macau, devido à sua multifacetada atividade: “Falar de Áureo de Castro, como músico, é falar de uma das personagens mais importantes no campo da música de Macau deste século e a quem a cultura macaense muito deve. [...] Ao longo dos anos trouxe e atraiu para Macau inúmeros músicos, solistas e coros de todo o mundo e de todas as tendências” (Simão Barreto, 1996: 132).

Barreto acentua ainda a originalidade da sua voz musical: “Tinha uma linguagem própria, original e muito pessoal. As suas obras caracterizam-se por uma construção sólida, bem arquitetada, com uma textura musical muito rica, com um estilo original e com uma linguagem de vincada personalidade” (Simão Barreto, 1996: 132). “Fazia e perfazia o que tinha escrito, de tal modo que é difícil, se não impossível, modificar, corrigir ou acrescentar o que quer que seja, depois de ele ter dado a forma definitiva”. (Simão Barreto, 1996: 133).

A sua obra com influências orientais e pelo cruzamento luso-asiático possui “uma linguagem extremamente original: um autêntico hibridismo musical onde encontramos reconciliadas a harmonia tonal ocidental e o modalismo pentatónico chinês” (Veiga, 2010: 288).

6. Bibliografia

Andrade, Eugénio de (1993). *Pequeno Caderno do Oriente*. Macau: Instituto Cultural de Macau e Instituto Português do Oriente.

Baguet Jr., Gabriel (1999). “Percurso e trajetórias de uma História, A Música em Macau na Transição de Poderes”. In Camões, Revista de Letras e Culturas Lusófonas, n° 7, outubro-dezembro de 1999, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Instituto Camões.

Barreira, Ninélio (1994). *Ou-Mun, Coisas e Tipos de Macau*. Macau: Instituto Cultural de Macau.

Barreto, Simão (1996). “Áureo de Castro (1917-1992)”. In Revista de Cultura, n 26 (II Série), jan-mar, 1996, Instituto Cultural de Macau, pp. 131-140.

Ferreira, José dos Santos (1990). *Docu Papiaçám di Macau*. Macau: Instituto Cultural de Macau.

Grosso, Maria José dos Reis (2007). *O Discurso Metodológico do Ensino do Português em Macau a Falantes de Língua Materna Chinesa*. Macau: Universidade de Macau.

Jardim, O. Veiga (2010). “Padre Áureo da Costa Nunes e Castro (1917-1992)”. In DITEMA Dicionário Temático de Macau, volume I, Fundação para a Cooperação e Desenvolvimento de Macau/Universidade de Macau, pp. 287-289.

Jardim, O. Veiga (1996). “Alguns aspetos da música na china”. In Revista de Cultura, n° 26, 1996, pp. 141-145.

Jardim, O. Veiga (1992). “Música em Macau: Temas e Variações”. In Revista Macau, n° 8, 1992, pp. 146-154.

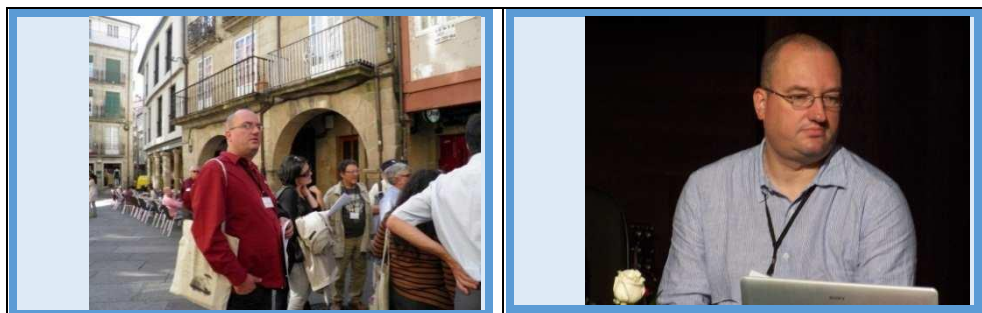
Lynn, Margaret (2003). “Prefácio”. In *Aurei Carmina, Choro, Dioecesis Macaonensis*.

Lynn, Margaret (2001). “Prefácio”. In *Aurei Carmina, Obras para piano e órgão. Dioecesis Macaonensis*.

Mesquita, Pedro Dá (s/d). *Academia de Música S. Pio X, 40 Aniversário 1962-2002*.

Qichen, Huang (1994). “Macau Ponte do Intercâmbio Cultural entre a China e o Ocidente do Século XVI ao Século XVIII”. In Revista de Cultura, n 21, (II série), Out- Dez 1994, Macau: Instituto Cultural de Macau, pp. 153-178.

21. ROLF KEMMLER, CEL-UTAD, VILA REAL, PORTUGAL/ ALEMANHA



Rolf Kemmler,

TEMA 3.9 NOTAS SOBRE A PERCEÇÃO DOS AÇORES NO MUNDO ANGLÓFONO NOVECENTISTA II: JOHN WHITE WEBSTER E
A DESCRIPTION OF THE ISLAND OF ST. MICHAEL (1821)

No nosso primeiro trabalho sobre a percepção dos Açores por parte de viajantes e escritores anglófonos do século XIX (Kemmler 2012), tivemos ocasião de oferecer informações sobre as principais obras do género, abordando em seguida a primeira monografia anglófona sobre os Açores dos britânicos Ashe (1813), bem como as observações feitas pelo escritor americano Mark Twain (1869).

Em continuação destes estudos, pretendemos dedicar-nos à obra *A description of the Island of St. Michael, comprising an account of its geological structure, with remarks on the other Azores or Western Islands: originally communicated to the Linnean Society of New-England* (1821) do americano John White Webster (1793-1850). Esta monografia é de interesse especial, pois promete um retrato científico das realidades com as quais o jovem investigador se deparava durante a sua presença em São Miguel em 1817-1818.

Rolf Kemmler (Vila Real) *

1 Introdução

Poucos anos depois da primeira publicação monográfica, dedicada ao arquipélago dos Açores por um autor anglófono (Ashe 1813, cf. Kemmler 2012), o jovem médico americano John White Webster dedicou-lhe a obra *A description of the Island of St. Michael*. Trata-se de um primeiro trabalho monográfico com claras pretensões científicas (Boston, 1821).

Se bem que a maioria dos capítulos da obra seja dedicada a aspetos pertinentes à geologia e à descrição científica da ilha de São Miguel, observamos nos capítulos iniciais uma forte preocupação em fornecer descrições de aspetos da vida dos micaelenses que poderão ser localizadas entre as disciplinas modernas da geografia social e da antropologia.

A seguir, iremos apresentar uma breve síntese sobre a vida e as obras do autor, apresentando a sua obra e as observações que nela faz sobre os aspetos mais cruciais, relacionados com a vida na Ilha de São Miguel nos anos 1817-1817.

2 O autor John White Webster

Filho de farmacêutico bostoniano Dr. Redford Webster e de sua esposa Hannah White,⁷⁵ John White Webster (1793-1850) fez parte da elite sociocultural dos *brâmanes de Boston*⁷⁶. Como muito bem refere Edmund L. Pearson (1936: 592): «his father's success as an apothecary ensured young Webster an academic education, foreign travel,

⁷⁵Para informações sobre o casamento dos pais, celebrado em 5 de setembro de 1787, cf. *Putnam's* (1900: 3): «Webster, Dr. Redford. On Sunday evening. Doctor R. W., to Miss Hannah White, daughter of Mr. John White. W. Sept. 5, '87».

⁷⁶Segundo o *Oxford Advanced Learner's Dictionary* (2010), o nome substantivo 'Boston Brahmin' pertencente ao inglês americano é «a member of one of the old families with high social and cultural status in Boston, US. The Brahmins have traditionally lived in the city's best area, Beacon Hill, and had the most money and power. This has slowly changed as Boston has become larger and new groups have become more rich and powerful».

and leisure to deliberate upon a profession», permitindo que o filho se inscrevesse na prestigiosa Universidade de Harvard, onde se formou como médico em 1815.

Para completar a sua formação, o jovem médico deslocou-se a Londres, onde fez um estágio no Guy's Hospital. Em vez de regressar imediatamente aos Estados Unidos depois dos estudos médicos em Londres, Webster optou por permanecer na Ilha de São Miguel durante um ano (1817-1818). Naquele período não realizou somente os seus estudos geológicos, mas acabou por casar-se, como Francis Millet Rogers (1988: 130) resume de forma elucidativa:

*On the lawn of the Hickling mansion in Ponta Delgada in 1818, Harriet Frederica Hickling, Thomas Hickling's eleventh child and eighth daughter, married a prominent Harvardian, John White Webster (1793-1850), A.B., 1811, M.D., 1815. Webster was spending that year in the Azores doing geological research, principally on St. Michael's.*⁷⁷

Segundo a informação do investigador americano, o jovem médico americano casou com uma das filhas mais novas do então Vice-Cônsul americano nos Açores Thomas Hickling (1745-1834). A mulher Harriet Frederica Hickling (1793-1853), nascida no próprio arquipélago, era da mesma idade do marido. De regresso aos Estados Unidos, o jovem casal passou a residir na cidade universitária de Cambridge,⁷⁸ onde Webster inicialmente exerceu a medicina. Desde 1824 passou a lecionar química na universidade,⁷⁹ tendo sido nomeado como 'Erving Professor of Chemistry' em 1827, ou seja, Professor Catedrático de química na Faculdade de Medicina de Boston:

He practised medicine both in Cambridge and Boston. He was a member of the American Academy and an associate of several foreign scientific societies. His lectures in the Medical School were given at the Mason street building until 1847, when the School removed to its newly situated "Massachusetts Medical College", as it was called, in North Grove street, and where the terrible tragedy occurred which led to his resignation in 1850 (Ernst 1906: 32-33).

Com efeito, a 'tragédia' que o terá levado à 'demissão' do seu cargo, é um dos casos criminais mais espetaculares do século XIX americano, que fez com que John White Webster ainda hoje seja lembrado, mesmo que seja na ignomínia (cf. Blanco s.d.) ...

No dia 23 de novembro de 1849, o rico *brãmane bostoniano* George Parkman, que tinha emprestado uma soma considerável a Webster, desapareceu, tendo sido visto pela última vez quando se teria dirigido ao 'Massachusetts Medical College', em North Grove Street,⁸⁰ onde Webster tinha o seu laboratório e o seu gabinete.

⁷⁷Pearson (1936: 593) constata que o casamento teria sido celebrado no dia 16 de maio de 1818. Segundo esta fonte biográfica, o casal teria quatro filhas.

⁷⁸Em clara homenagem à cidade universitária inglesa com o mesmo nome, a cidade de Cambridge que se encontra a pouca distância da cidade de Boston, acolhe hoje (entre outras instituições do ensino superior) a prestigiosas universidades particulares 'Harvard University' (fundada em 1636) e o 'Massachusetts Institute of Technology' (fundado em 1861).

⁷⁹Cf. Pearson (1936: 593): «from 1824 to 1849 Webster taught chemistry at Harvard, holding from 1827 onward the Erving professorship of chemistry and mineralogy».

⁸⁰Everett / Hayward (1846: 3) informam que o terreno para a construção do prédio da faculdade fora oferecido à Universidade pelo mesmo George Parkman: «The land upon which the new college stands was the gift of Dr. GEORGE PARKMAN, a graduate of the Massachusetts Medical College in 1813, and who by this act of munificence has become associated with the distinguished patrons of the University».

Os familiares de Parkman organizaram desde logo uma busca em grande escala, vindo a oferecer uma recompensa de 3000 dólares para quem encontrasse o Dr. Parkman.

Passada quase uma semana, em 29 de novembro o porteiro da Faculdade, Ephraim Littlefield, resolveu provar as suas suspeitas relativamente ao Professor Webster e começou a abrir a fossa, onde encontrou partes de um corpo humano. Com base nestes restos mortais e outros vestígios que a polícia encontrou na busca subsequente no gabinete do professor, Webster foi preso, acabando por ser acusado do homicídio de Parkman.

O processo criminal contra John White Webster durou doze dias, desde 19 de março até 1 de abril de 1850. Foi um processo muito mediático que não só dividiu as opiniões contemporâneas, mas que fez história. Com efeito, consta que o processo contra Webster, baseado em prova circunstancial,⁸¹ foi o primeiro processo criminal em que foram aproveitados frutos da investigação da antropologia e da odontologia forenses,⁸² culminando com a sentença de morte em 1 de abril de 1850. Terminados todos os recursos jurídicos, John White Webster acabou por ser enforcado no dia 30 de agosto de 1850.

Deixando de lado os seus reflexos nos diários da época, o processo motivou imediatamente uma série de publicações. Por um lado, são de considerar os folhetos de grande divulgação, como *Awful disclosures* (1849), Bigelow (1850), *Confession* (1850), *Parkman murder* (1850), *Trial* (1850a, b, c), que na sua maioria são coleções de documentos e artigos jornalísticos relacionados com jornais da época.

Por outro lado, existem as publicações que se devem a pessoas envolvidas no próprio processo. Assim, George Bemis, que fora o assistente do Ministério Público no processo, publicou um volumoso *Report of the Case of John W. Webster* (1850) de xii, 628 páginas, ao passo que o médico James W. Stone, uma das testemunhas do processo, publicou uma recolha de documentos de VI, 314 páginas, intitulada *Report of the trial of Prof. John W. Webster* (1850).

No entanto, segundo indica Borowitz (1992: 238) o processo ainda veio a desencadear uma 'regional warfare' entre advogados bostonianos e nova-iorquinos.⁸³ Foram estes últimos que desde logo questionaram a legalidade e a pertinência no procedimento do processo, sendo de destacar o folheto de Spooner (1850), bem como os folhetos anónimos de Hall (1850) e Upton (1850). Não somente por causa destas publicações contemporâneas, mas também devido aos estudos de Sullivan (1970) e Borowitz (1992) tanto a questão da culpa de John White Webster como a pertinência do processo que fora movido contra ele, parecem no mínimo questionáveis.

⁸¹Segundo a reprodução no folheto *Twelve days* (1850: 54), foi no oitavo dia do processo que William E. Sohier, o advogado de Webster, constatou no atinente à prova dentro do processo criminal: «Evidence is either direct or circumstantial. Circumstantial evidence is where the deed has not been seen; but where certain facts are proved, and then the inference is to be drawn from them. This is a case of circumstantial evidence, which is weak, when compared with direct testimony, because of the increased probabilities of error».

⁸²Sobre a importância das ciências forenses no processo contra Webster e sobre a importância do processo para os mesmos ramos científicos, veja-se Bowers (2010: 22-25), Guralnick / Kaban (2011: 1895-1896), Kennedy (2000: 1059-1060), Loughlin (2002: 236-237) e Schmitt / Cunha / Pinheiro (2006: 6).

⁸³Com base na publicação de Hall e de alguns apontamentos do próprio autor, Borowitz (1992) discute as alegações do advogado novecentista contra os advogados Sohier e Merrick que deveriam ter defendido bem e efetivamente o arguido e chega à seguinte conclusão: «In this respect, Sohier and Merrick, while doubtless undeserving of the full measure of Hall's abuse, may have failed to serve Webster adequately».

Se bem que Webster hoje seja lembrado sobretudo por causa do homicídio de George Parkman, não se deve esquecer que não foi somente autor de um manual de química intitulado *A Manual of Chemistry* (1826, 21828, 31839), mas também editou os *Elements of Chemistry for the Use of Schools and Academies* do químico escocês Andrew Fyfe Jr. (1792-1861) e anotou as traduções americanas *Organic Chemistry in its Applications to Agriculture and Physiology* (duas edições de 1841) e *Animal Chemistry: or Organic chemistry in its application to physiology and pathology* (1842, 21843) do famoso químico alemão Justus von Liebig (1803-1873).

Para além disso, foi um dos editores da revista *The Boston Journal of Philosophy and the Arts* (1826-1826), baseada aparentemente nos moldes da revista escocesa *The Edinburgh Philosophical Journal*, na qual chegou a ser publicado o seu artigo «Account of the Hot-Springs of Furnas, in the Island of St Michael» (Webster 1822).⁸⁴

3 A description of the Island of St. Michael (1821)

Publicado pelos livreiros bostonianos Robert Pearce Williams e Charles Williams⁸⁵ o livro intitulado *A description of the Island of St. Michael, comprising an account of its geological structure, with remarks on the other Azores or Western Islands* tem 244 páginas, contendo um mapa do arquipélago dos Açores, outro de São Miguel, como ainda várias gravuras ao longo do livro.

O conteúdo do livro é repartido em 19 capítulos em numeração romana, que vêm acompanhados por um «Preface» (págs. iii-v),⁸⁶ um capítulo com informações sobre os descobrimentos do arquipélago intitulado «Introduction» (págs. 9-16) e um «Appendix» (págs. 229-244). É neste último capítulo que se encontra mencionado aquilo que Webster considerava serem as principais informações sobre as restantes ilhas do arquipélago, nomeadamente Faial (= 'Fayal'; págs. 229-232), Pico (págs. 232-236), São Jorge (= St. George; págs. 236-240), Santa Maria (= St. Mary; págs. 240-241), Graciosa (pág. 240), Flores e Corvo (pág. 242), Terceira (págs. 242-244).

4 Os Açorianos e os Açores segundo John White Webster

Vejamos agora a essência das afirmações de Webster sobre a ilha de São Miguel e os seus habitantes nos capítulos I até IX (páginas 17 até 106). Fica, desde o início, manifesta a intenção do autor de fornecer uma descrição científica dos factos que observava na ilha, mesmo que esta nem sempre seja feita com o distanciamento e a objetividade que esperaríamos atualmente de um estudo desta envergadura.

84A proveniência do artigo vem explicada numa nota do cofundador da revista, o professor escocês Robert Jameson (1774-1854): «This description of the Springs of Furnas, is extracted from an interesting account of the Island of St Michael's, one of the Azores, published in America, by our former pupil Dr Webster – R. J.».

85No seu artigo dedicado sobretudo ao livreiro Alexander Williams (1818-1900), Bacon (1898: 303) faz as seguintes referências sobre a origem da livraria: «The father and uncle were together as R. P. and C. Williams from about 1812-36. [...] Robert Pearce and Charles Williams started their bookselling business in a little shop on State Street, on the site of the first meeting-house of the Puritan settlers of Boston, where now is rising a modern "sky-scraper". Their place became the headquarters of the Episcopalian book-buyers of the town, and they dealt in much theological and solid general literature. From State Street they moved to Cornhill Square, occupying a shop in Joy's Building, which stood in front of Young's Hotel».

86No prefácio datado «Boston, October 1821», Webster refere conhecer a obra anterior de Ashe (a que tece críticas severas; cf. Kemmler 2012: 178) e justifica a elaboração do seu livro com as seguintes ponderações: «The desire of contributing towards a more perfect knowledge of these islands, and of making known to geologists their remarkable structure, induced me to communicate to the LINNÆAN SOCIETY OF NEW-ENGLAND some observations made during a residence of several months in the island of S. Michael, in the years 1817-18» (Webster 1821: iv).

The view from the anchorage on the south side of the island, where vessels ride about a mile distant from the shore, is uncommonly varied and picturesque. Immediately at the water's edge stands the city of Ponta Delgada, the principal town of St. Michael. It takes its name from the point Delgada, a little to the eastward of which it is situated, and from the uniform whiteness of the houses, has, at a distance, an air of great neatness and even of beauty. The buildings rise above each other with great regularity as they recede from the sea, and the general effect is heightened by the numerous towers of the churches and convents scattered in various parts of the city. The land gradually becomes more elevated beyond the town, and clumps of orange trees and other evergreens, here and there intermixed, are more frequent as the eye reaches the open country, where they spread out in rich profusion. Numerous small conical hills are seen in the back ground, which are covered with a short, but verdant growth of heaths and ferns; and the view is bounded on each side by lofty mountains (Webster 1821: 19-20).

Na sua descrição geográfica da cidade da Ponta Delgada (que, aliás, data do tempo anterior à criação do porto artificial (construído a partir de 1861) que permitisse a entrada de navios) Webster demonstra ter bons conhecimentos da cidade e dos seus arredores. Para além disso, evidencia estar a par da significação do termo 'ponta delgada', como 'ponta aguda',⁸⁷ pois chega a estabelecer uma relação entre o ponto geográfico do mesmo nome e a beleza e nitidez dos prédios da cidade.

Não deixa de ser interessante a descrição que o nosso autor faz do processo da entrada de nacionais estrangeiros na ilha:

Every foreigner landing in St. Michael is conducted, under a military guard, to the castle of St. Braz, that his views in visiting the island may be declared, and his passports examined. He is then required to appear before the corregidor, who repeats the examination, and, if satisfied that no danger will result, grants him leave to remain on shore. The slightest deviation from this routine would subject a stranger to many inconveniences, and even imprisonment [...] (Webster 1821: 20).

Segundo este testemunho do autor (que presumimos deve basear-se também em experiência própria), os nacionais de países estrangeiros tinham que apresentar-se às autoridades militares e civis da época, onde eram analisados os respetivos documentos e as razões da permanência na ilha. Para exemplificar as sanções em que incorriam aqueles que se entravam na ilha sem proceder à identificação dos estrangeiros, Webster (1821: 20-21) relata brevemente o caso de um cidadão americano que acabou por ser preso nas masmorras micaelenses.

Mesmo que a natureza generalizada das suas observações muitas vezes possa suscitar dúvidas sobre a sua validade, parece-nos que os reparos que Webster faz sobre as casas (burguesas) da Ponta Delgada são bastante esclarecedores, pois põem em evidência que terá com efeito conhecido um número considerável delas:

The houses are generally three stories high, built of lava, and whitewashed. Notwithstanding the uniform whiteness of the buildings externally, they have an air of heaviness and gloom, and seem far better calculated

⁸⁷Neste sentido, Webster vai ao encontro da explicação toponímico-etimológica de Cordeiro (1717: 136): «Por estar esta Cidade junto a huma delgada ponta, que do interior da Ilha, & do biscouto miúdo vay quási raza ao mar, porisso se chama Ponta Delgada; sendo que á dita ponta chamãrão já Santa Clara, por huma Ermida que alli tem da mesma Santa».

for prisons than dwelling houses. The entrances to all of them are dark, but spacious; they are most commonly arched, and closed by two heavy doors, which open from the centre. On either side the entrance are store rooms, and all the windows of the ground floor, are strongly secured with iron grates; from the windows of the first floor above, which extend from floor to ceiling, "varandas," or balconies of stone surrounded by an iron or wooden railing, project into the street. Most of the varandas are furnished with lattice work, often from six to eight feet high, within which the females pass much of their time, screened from public view.

Glass windows have been used only within a few years, and they are even at this day comparatively rare. The only protection in the greater number of houses against rain and cold, are wooden shutters on the inside, with a few holes from one to two inches square cut in each. The temperature of the air is such that it is rarely necessary to close even these, and to many of the cottages of the poor they are wholly wanting. Fires are never required, except for cooking, and a fire-place or stove, in any other apartment than the kitchen, is unknown.

The interior of the Portuguese houses, is too often as devoid of cleanliness and comfort, as the exterior is of beauty and neatness. The apartments on the ground floor are paved with broad flag-stones, and are most commonly appropriated to the storing of wine, corn, and merchandise. The mules and asses, are likewise kept on this floor, and are usually driven through the street door, to the foot of the broad stone staircase, where they are unladen.

The apartments immediately above the store rooms are those occupied by the family; the parlours, drawing and bed rooms, in most houses, being all upon the same floor. These rooms are lofty, the walls whitewashed, and adorned with a few miserable engravings of the royal family of Portugal, of saints, and other similar subjects, in coarse mahogany frames: the remaining furniture is antique and massy. In one or more of the bed rooms are seen crucifixes of wood, ivory, or silver, on each side of which are vases filled with the most beautiful flowers of the season. A glass vessel containing holy water is hung up at the bed side, and a rosary on the bed post. Chairs, till within a few years, were almost wholly unknown, the people being in the habit of sitting cross-legged upon the floor, or upon a platform built on one side of the apartment and raised about a foot, called "estrado," which was covered with a carpet, and projected from the wall nearly to the centre of the room. The use of chairs has now become pretty general, but the estrado still continues in a few families. (Webster 1821: 21-22).

Nas palavras sobre a construção das casas, Webster manifesta a sua impressão perante a escuridão dos prédios urbanos micalenses que, com efeito, ainda hoje se observa no núcleo histórico da cidade. É evidente que as observações sobre a ausência de janelas de vidro (e o uso generalizado de gelsias para proteção do mau tempo), a falta de limpeza dentro das casas (face à beleza exterior das fachadas) e sobre a recente introdução das cadeiras (para substituir o uso do estrado para as pessoas sentarem-se) são feitas através da perspectiva de um nacional estrangeiro que vem de uma sociedade (ou de uma camada social) onde estas características já são tidas como a norma. É natural que seja esta mesma origem bostoniana o que o leva a encarar negativamente as imagens da família real portuguesa e dos santos – conceitos estes que não podiam deixar de chocar com a sua experiência de protestante americano.⁸⁸

⁸⁸Webster pertencia à congregação dos unitaristas, tendo a sua família sido batizada por Francis Parkman (o irmão de George Parkman) (*Twelve days* 1850: 38).

Também a descrição das ruas da Ponta Delgada é bastante iluminadora: o que dá nas vistas não são os habitantes da cidade, mas sim os 'porcos enormes' que, segundo o testemunho do nosso autor, tornariam a passagem difícil:

The streets are narrow, ill paved, and exceedingly filthy. They are overrun with hogs of an uncommonly large size, through the multitude of which it is often difficult to force one's way; they are seen wallowing in every passage, and sleeping on the steps of almost every house. Some of the streets are continued beyond the limits of the city, and terminate in roads of tolerable width. But except within a few miles of the capital, and of some of the principal villages, wheel-carriages cannot be used with safety (Webster 1821: 25).

Um dos primeiros testemunhos, que o nosso autor dá para caracterizar o povo açoriano, tem a ver com as suas afinidades musicais:

The only science, in which the natives of the Azores appear proficient, is music; and of this they are passionately fond. It is rare to meet with one who does not sing, or perform on some instrument. The poorest peasant, as he trudges along with his asses, accompanies his voice on the viola, and the daughters of the Morgados, although often unable to read or write, display great taste and execution on the guitar, or piano. It is by no means uncommon to meet with persons, who, when blindfolded, and at a distance from a piano, will accurately distinguish and name each note struck on it by another performer (Webster 1821: 30).

Este parágrafo vai até ao ponto de atribuir aos açorianos o domínio da ciência música, independentemente do grau individual de instrução. Não parece nada duvidosa a afinidade da sociedade açoriana com a prática musical, mesmo que julguemos algo exagerada a afirmação sobre o reconhecimento das notas...

Numa mistura entre observações antropológicas e traçados de geografia humana, encontramos as seguintes afirmações sobre o povo açoriano em geral:

THE natives of the Azores have generally a dark, sallow complexion, which is most conspicuous among the peasantry. They are well made and athletic, and their full, dark eyes have often great brilliancy. Their hair is abundant and black, their cheek bones are prominent; the nose inclines to aquiline, and the face is rather oval.

The common people are active, and undergo much bodily fatigue, often to a very advanced age, and for trifling compensation. The best mechanics obtain but from thirty to fifty cents per day, labourers rarely more than ten; and house servants from twelve to twenty dollars per year. The labouring and poorer classes have generally a cheerful countenance, but [are easily provoked to anger by the most trivial causes, and are exceedingly vindictive. Many of them spend a considerable part of their earnings at the licensed shops, where an inferior wine, made on the island, is sold at from four to eight vintems per bottle. They also drink a poor kind of rum called "cachaça" made in Fayal and Brazil. The shops where these liquors are sold, are distinguished by a green bush placed over the entrance. Women stand at the doors, cooking salted fish and a particular kind of sausages, called "linguiças", which are made hot with red pepper, and given to the customers, for express purpose of inducing thirst. They seldom drink less than a bottle of wine, and commonly more than two, at a time. (Webster 1821: 36-37).*

Por mais interessante que seja esta visão particular do autor, a descrição física dos açorianos não chega a fornecer-nos elementos que não esperaríamos de portugueses do continente.

No atinente às atividades, Webster faz questão de constatar que o povo geral é trabalhador, chegando a trabalhar por remunerações bastante reduzidas até à idade avançada. Apesar desta vida dura, o autor descreve o povo como geralmente bem-disposto, se bem que facilmente irritável e altamente reivindicativo. Nada mais lógico do que retratar a seguir a frequência regular do povo nas tascas da ilha, onde estariam a beber vinho e cachaça com grande regularidade.

Depois desta descrição tão minuciosa das atividades extralaborais dos açorianos, o autor oferece uma pequena descrição dos homens da ilha (limitando-se a observações sobre o traje), seguida pela caracterização das mulheres açorianas:

The females of the Azores have not the clear; florid complexion so much admired in some other countries, but their countenances are not devoid of animation, and are often highly expressive. Their feet are remarkably small, and their gait is slow and graceful. Females of the better class are seldom seen in the streets, as it is esteemed highly indecorous for them to appear in public, unless accompanied by their fathers or brothers; even then, their faces are veiled, and they are wrapt in large blue woollen cloaks, or are dressed in a peculiar, and uniform black habit, called "manto" which equally protects them from the gaze of the multitude (Webster 1821: 38).

As mulheres da cidade são descritas como sendo diferentes do imaginário de beleza de outros países (como, por exemplo, a palidez da mulher inglesa), mas para o nosso autor o seu vivo ânimo fala em favor delas. É interessante que as mulheres da sociedade raramente sejam vistas pelo público em geral – e quando se aventuram ao público, somente o fazem com véu e manto...⁸⁹

Como se vê adiante, especialmente os açorianos pobres são descritos como pessoas modestas mas acolhedoras, que – apesar da carência a que estão reduzidos pelo seu modo de vida – não hesitam em ajudar no tempo de necessidade:

The poorest Azorean is hospitable and humane, a stranger in distress, will always be kindly received; and a family who find it difficult to provide for their own support will cheerfully share their last loaf with him. Fortunately, however, all those necessaries of life, which the common people require, are obtained with comparative ease. Many of the peasants never taste any other animal food, than pork, and even that but rarely; they subsist principally on fish, vegetables, and coarse Indian corn bread. Their most luxurious breakfast is made upon a thin soup, called "açorda", composed of water, vinegar, and lard, seasoned with a little salt, and an abundance of garlick; their dinner consists of a dish of boiled cabbages, beans, or yams. A peasant considers himself in easy circumstances if possessed of a hog, and calculates on the sale of part of it, for the payment of the rent of his cottage. Their hogs are reared at little or no expense, being left, to run at large and seek their

⁸⁹Já as lavradoras têm uma vida social completamente diferente, uma vez que estão integradas no trabalho diário, conforme bem constata Webster (1821: 39): «The country women are industrious, and, during the day work with the men in the fields; when not employed in this manner they are busy at the loom, or with the staff and spindle; but are wholly unacquainted with the use of spinning wheels. They also manufacture baskets of willow, mats, and other coarse articles».

food in the streets and roads (Webster 1821: 40-41).

A caracterização dos lavadores pobres termina com a referência da sua dieta, que Webster diz consistir em peixe (e ocasionalmente de carne de porco), legumes e broa de milho. Ao lado do prato típico da açorda, refere como o jantar o cozido, a feijoada ou o inhame.

A importância da vida religiosa em São Miguel ocupa um espaço considerável na monografia de Webster.⁹⁰ Devido a esta importância, é natural que os agentes da religião católica mereçam umas observações bem detalhadas:

The priests, friars, and nuns constitute a large proportion of the inhabitants of these islands. They are proverbially ignorant, and enervated in body and mind; and it is well known that many of the priests and friars, and most of the nuns acquire the mode of pronouncing the set phrases of their missals, without being able to translate them, or to read in any other books.

The power of the religious orders is felt in every house, extending to the most common actions of life, and it has a paralyzing influence on all advances towards refinement in manners, or intellectual improvement. Every method, calculated to preserve it, is studiously sought, and none has greater effect than the ignorant state in which all classes are kept. Even were the people in general able to read, so long as this influence continues, their literary resources will be inconsiderable, as they are not allowed any books which have not been examined by the priests, and the use of all French works is strictly prohibited. The effect of this system was strikingly displayed not long since, when a supply of Bibles in the Portuguese language was received, from a society in England, but not one Azorean dared to admit a copy into his house, as they were told by the priests, that the translation had been made in England, for the purpose of subverting their established religion. (Webster 1821: 30-31).

Pouco surpreende que a atitude do nosso autor aos padres, frades e freiras da igreja católica seja crítica. Se bem que a acusação da 'ignorância proverbial' nos pareça bastante forte, não se pode excluir a possibilidade de que parte da população dos mosteiros açorianos possa ter sido menos bem instruída, como alude o nosso autor. Também não se pode negar o caráter mais conservador da igreja açoriana em geral – mesmo que a afirmação da proibição de todas as obras francesas dificilmente pode ter sustentada.

Parece, no entanto, bastante pertinente a referência ao fracasso da tentativa de introdução, nos Açores, de uma bíblia portuguesa, divulgada por uma 'sociedade na Inglaterra'. O exposto leva-nos a crer que se deve tratar da tradução *A Bíblia Sagrada* pelo padre protestante João Ferreira de Almeida (1628-1691).⁹¹ Dado que o tradutor seiscentista se tinha convertido ao protestantismo, parece lógico que a tentativa de uma introdução de exemplares da sua tradução nos Açores tenha sido encarada com sérias reticências por parte do clero açoriano...

Do ponto de vista moderno, um dos trechos mais interessantes parece-nos ser a referência aos hábitos relacionados com os funerais:

⁹⁰Com efeito, a maioria dos capítulos IV até VIII é ocupada por aspetos da vida religiosa na ilha de São Miguel.

⁹¹Entre as muitas edições daquela tradução, há, com efeito, uma edição publicada em Londres em 1819 que julgamos possa corresponder com a tradução referida por Webster (Almeida 1819). Convém mencionar que na Londres da mesma época foi igualmente publicada outra tradução portuguesa que não deveria ser suspeita por ser da autoria do religioso (católico) português António Pereira de Figueiredo (1725-1797). Ao que consta, houve pelo menos uma edição desta bíblia, publicada no mesmo ano que a obra de Webster (Figueiredo 1821).

A small addition to the revenue of the convent arises from fees for attending and chanting at funerals. Whenever a funeral is to take place, at which the friars are hired to perform, they assemble in front of the house of the deceased person, and their heads are then covered with the sharp pointed hoods before noticed. The dead body, wrapped in a friar's habit, which is esteemed peculiarly holy, is most commonly laid on an open bier, wholly exposed to view; but the rich are sometimes placed in coffins, shaped like trunks and painted white. The hands of the corpse, holding a bunch of flowers, and tied with white ribbons, are clasped over the breast. The friars, chanting a solemn dirge, precede the bier to the parish church, in the centre of which it is set down, tapers are lighted, prayers repeated, and the other usual catholic ceremonies performed; another chant is then commenced, during which the body is lowered into the grave, previously prepared immediately beneath the floor of the church, the flag-stones of which are so arranged that two or more can be taken up for the purpose. After throwing a small quantity of quick lime over the corpse, the sexton jumps down upon it, and with a heavy log of wood, similar to that used for settling the pavement of streets in other countries, applies all his strength to cause the earth to occupy the same space it did previous to the interment of the body, which must be crushed. and shockingly mangled. The coolness and indifference, with which this barbarous act is daily witnessed by friends and relations, is truly astonishing [sic!]. All the earth having been returned, the flag-stones are replaced in the same order as before. As all bodies are interred beneath the pavement of the churches, it becomes necessary, after some time, when a new grave is dug, to remove the bones of bodies previously buried. The bones taken up, are thrown into a large room in the tower of the building, among a promiscuous heap of others, which have been accumulating for ages. The atmosphere of the churches, as will readily be supposed, is often very offensive (Webster 1821: 51-53).

O nosso autor identifica a participação nos funerais como uma das principais fontes de receita dos frades micaelenses.⁹² Com a indignação de uma pessoa que vem de uma sociedade onde esta forma de funerais não se pratica, Webster revolta-se contra o tratamento ao qual o corpo é sujeito na cova, ainda mais porque constata justamente que esta prática funerária é a origem do ar muitas vezes abafado nas igrejas.

Já as cerimónias relacionadas com a festa do Espírito Santo não chegam a revoltar o nosso autor de qualquer forma, de modo que se limita a fazer um relatório bastante elaborado sobre a festa:

Among the amusements of the peasantry at this time, is the "festa do Espírito Santo", or festival of the Holy Ghost, which takes place in every parish, and continues seven weeks. On each Sunday, during high mass, the priest places a crown of silver on the head, and a sceptre in the hand, of a peasant previously elected by the people. He is proclaimed "Emperadór", and is conducted to a seat beneath a canopy prepared for him on one side of the church, where he sits during the remainder of the service. On leaving the church a crowd attend him, strewing the roads, along which he passes, with flowers, and in return he bestows his blessing upon them by flourishing his consecrated sceptre (Webster 1821: 71-72).

A seguinte avaliação final da religiosidade popular açoriana refere-se à opinião de nacionais portugueses – afirmação esta que, enfim, parece pertinente na medida em que a manifestação da religiosidade do povo açoriano diverge da praxe continental:

⁹² Para um estudo sobre os hábitos e as cerimónias funerárias da época, veja-se o capítulo «A morte do corpo» que Susana Goulart Costa (2007: 403-419) fez sobre a vida religiosa micaelense no século XVIII.

The Azoreans are singularly exact in the observance of all the external forms of their religion. They are rigidly attached to some rites and ceremonies peculiar to themselves, and adhere to others, now almost entirely neglected in the mother country; natives of which, who visit the islands, express as much astonishment at the superstition, as at the ignorance of the inhabitants (Webster 1821: 88).

É similarmente interessante a observação que Webster tece sobre os santos venerados pelos açorianos.

The endless catalogue of saints worshipped by the Azoreans makes such frequent demands on their time as to occasion no slight interruption to the common business of life. Every day in the year is dedicated to some saint; and on many saints' days no work is done; but, after hearing mass, most of the people engage in dancing and amusements. It is customary to give a child the name of a saint, on whose day it is born; the only exception being in favour of the eldest son, who receives the name of his father (Webster 1821: 88).

Não só no que respeita aos feriados relacionados com os santos, mas especialmente no atinente à questão onomástica da atribuição de um nome de um Santo em conformidade com a data de nascimento, julgamos evidente que esta observação em larga medida pode ser igualmente aplicada ao continente português.

5 Conclusões

Ao longo dos primeiros nove capítulos da sua obra, John White Webster tenta traçar uma imagem da ilha de São Miguel e dos seus habitantes. A sua intenção é fornecer uma descrição detalhada da ilha para o seu público de nacionalidade americana, pelo que se explica não somente a descrição física da cidade Ponta Delgada, mas especialmente o aviso relativo à entrada de estrangeiros na ilha. Em vez de meramente criticar os procedimentos das autoridades portuguesas, o autor faz questão de realçar que se trata de normas locais que forçosamente devem ser respeitadas.

Não somente a descrição minuciosa das casas da Ponta Delgada e até das suas ruas (e neste ambiente fixa-se na memória a imagem dos porcos imensos que andam à solta pelas ruas), confirma que John White Webster estava em condições únicas de fazer estas afirmações, simplesmente porque fez parte da sociedade micaelense durante um ano (1817-1818).

Neste âmbito merecem especial atenção os costumes religiosos dos açorianos, aos quais Webster dedica grande atenção nos capítulos IV até VIII. Tomando em consideração as origens protestantes do autor, é de constatar que só raramente adota uma atitude marcadamente crítica (como se vê, por exemplo, no caso dos enterros dentro das igrejas), limitando-se de resto a relatar a realidade que observa ou que julga observar.

Na presente obra de John White Webster não prevalece a severidade muitas vezes mal-informada de Ashe (1813) perante a cultura estrangeira, mas sim a atitude de um investigador que pretende apresentar um relatório sério e que só emite juízos de valor quando o observado choca com a sua mundividência como médico formado numa América pós-iluminista.

6 Referências bibliográficas

Almeida, João Ferreira de (tradutor) (1819): *A BIBLIA SAGRADA, / CONTENDO / O VELHO E O NOVO TESTAMENTO, / TRADUZIDA EM PORTUGUEZ / PELO PADRE / JOAÕ FERREIRA D'ALMEIDA, / MINISTRO PREGADOR DO SANCTO EVANGELHO EM BATAVIA. // LONDRES: / IMPRESSO NA OFFICINA DE R. E. A. TAYLOR. / 1819.*

A[sh], T[homas] (1813): *History of the Azores, or Western Islands, containing an account of the Government, Laws, and Religion, the Manners, Ceremonies, and Character of the Inhabitants and demonstrating the importance of these valuable islands to the British Empire, illustrated by Maps and other Engravings*, London: Printed for Sherwood, Neely, and Jones.

Awful disclosures (1849): *Awful Disclosures and Startling Developments in Relation to the Late Parkman Tragedy: With a full account of the discovery of the remains of the late Dr. George Parkman and the subsequent arrest of Professor John W. Webster of Harvard Medical College*, Boston: [Edição do autor].

Bacon, Edwin M. (1898): «Old Boston Booksellers», em: *The Bookman: An Illustrated Literary Journal* 6/4 (December, 1894), págs. 303-308.

Bemis, George (1850): *Report of the Case of John W. Webster, Master of Arts and Doctor of Medicine of Harvard University, Member of the Massachusetts Medical Society, of the American Society of Arts and Sciences, of the London Geological Society, and of the St. Petersburg Mineralogical Society; and Erving Professor of Chemistry and Mineralogy in Harvard University, Indicted for the Murder of George Parkman, Master of Arts of Harvard University, Doctor of Medicine of the University of Aberdeen, and Member of the Massachusetts Medical Society, before the Supreme Judicial Court of Massachusetts: Including the hearing on the Petition for a Writ of Error, the prisoner's confessional statements and application for a commutation of sentence, and an appendix containing several interesting matters never before published*, Boston: Charles C. Little and James Brown.

Blanco, Juan Ignacio (s.d.): «John White Webster», em: *Murderpedia, the encyclopedia of murderers*, em: <http://murderpedia.org/male/W/w/webster-john-white.htm> (última consulta: DATA).

Borowitz, Albert (1992): «The Janitor's Story: An Ethical Dilemma in the Harvard Murder Case», em: Goodman, Jonathan (ed.) (1992): *Medical Murders*, London; New York; Sydney; Toronto: BCA, págs. 231-252.

Boston Journal (1825, I): *The Boston Journal of Philosophy and the Arts: Exhibiting a view of the Progress of Discovery in Natural Philosophy, Mechanics, Chemistry, Geology, and Mineralogy; Natural History, Comparative Anatomy, and Physiology; Geography, Statistics, and the fine and useful arts* 1 (May 1823-May 1824), Conducted by John W. Webster, M. D., John Ware, M.D. and Mr. Daniel Treadwell, Boston: Published by Cummings, Hilliard, & CO.

Bowers, C[h]arles Michael (2010): *Forensic Dental Evidence: An Investigator's Handbook*, Burlington; San Diego; London: Academic Press.

Bigelow, W. E (1850): *The Boston tragedy! An Expose of the Evidence in the Case of the Parkman Murder!*, carefully compiled by W. E. Bigelow, Boston [edição do autor].

Confession (1850) = *The Extraordinary Confession of Dr. John White Webster, of the Murder of Dr. George Parkman: At the Medical College in North Grove Street, on the 23d of November, 1849, Containing Also His Former Petition for Pardon on the Ground of Innocence, with the Proceedings Before the Governor and Council, and Their Decision in the Case*, Boston: Hotchkiss & Co.

Cordeiro, António (1717). *Historia insulana das ilhas a Portugal sugeytas no oceano occidental*, Lisboa occidental: Na Officina de Antonio Pedrozo Galram.

Costa, Susana Goulart (2007): *Viver e Morrer Religiosamente: Ilha de São Miguel, Século XVIII*. Ponta Delgada: Instituto Cultural da Ponta Delgada.

[Ernst, Harold Clarence] (ed.) (1906): *The Harvard Medical School*, [Boston: Harvard Medical School].

Everett, Edward / Hayward, George (1846): *Address delivered at the opening of the new medical college in North Grove Street, Boston, November 6, 1846*, Boston: William D. Ticknor & Company.

Figueiredo, António Pereira de (1821): *A SANCTA BIBLIA; / CONTENDO / O VELHO E O NOVO TESTAMENTO. / TRADUZIDOS EM PORTUGUEZ. / PELO / PADRE ANTONIO PEREIRA / DE FIGUEIREDO. // LONDRES: / IMPRESSA NA OFFICINA DE B. BENSLEY, / EM BOLT-COURT, FLEET-STREET. / 1821.*

Fyfe, Andrew / Webster, John W[hite] (1827): *Elements of Chemistry for the Use of Schools and Academies: COmprising the Principal Part of a Manual of Chemistry, For the use of pupils of mechanics institutions*, with additions and alterations by John W. Webster, M.D., Erving Professor of Chemistry in Harvard University, Boston, Published by Richardson and Lord.

Guralnick, Walter C. / Kaban, Leonard B. (2011): «Keeping Ether “En-Vogue”: The Role of Nathan Cooley Keep in the History of Ether Anesthesia», em: *Journal of Oral and Maxillofacial Surgery* 69/7 ISSN 0278-2391, págs. 1892-1897

[Hall, Abraham Oakey] (1850): *A review of the Webster case: By a member of the New York bar*, New York; Boston; Philadelphia: J. S. Redfield; Redding & Co.; W. B. Zieber.

Hornby, A[bert] S[ydney] / Turnbull, Joanna (ed.) (2010): *Oxford Advanced Learner's Dictionary*, Oxford; New York: Oxford University Press.

Kemmler, Rolf (2012): Notas sobre a percepção dos Açores no mundo anglófono novecentista: I: os habitantes dos Açores segundo Thomas Ashe (1813) e Mark Twain (1869) em Atas/Anais XVII Colóquio da Lusofonia (Lagoa, São Miguel, Açores): 30 de março a 3 de abril de 2012, CD-ROM (ISBN 978-989-95891-9-3), ficheiro CD atas Lagoa 2012/atasXVIIlagoa2012.pdf, págs. 175-190.

Kennedy, Kenneth A. R. (2000): «History: Forensic Anthropology in the USA», em: Siegel, Jay A. / Saukko, Pekka J. / Knupfer, Geoffrey C. (2000): *Encyclopedia of Forensic Sciences*, 3 volumes, San Diego: Academic Press, págs. 1059-1064.

Leite, João Emanuel Cabral (1991): *Estrangeiros nos Açores no Século XIX*, Ponta Delgada: Eurosigno, em: <http://hdl.handle.net/10216/19462> (última consulta: DATA)

Liebig, Justus Freiherr von / Playfair, Lyon / Webster, John W[hite] (²1841): *Organic Chemistry in its Applications to Agriculture and Physiology*, Edited from the manuscript of the Author by Lyon Playfair, Ph. D., Second American Edition, with an Introduction, Notes and Appendix by John Wh. Webster, M. D., Cambridge; Boston; New York; Philadelphia; Baltimore: John Owen; James Munroe and Company, C. C. Little and J. Brown; Wiley and Putnam; Geo. Thorburn; Thomas, Cowperthwait and Company, Cary and Hart; Cushing and Brother.

Liebig, Justus Freiherr von / Playfair, Lyon / Webster, John W[hite] (²1843): *Animal Chemistry: or Organic chemistry in its application to physiology and pathology*, Edited from the Author's manuscript by William Gregory, M. D., F. R. S. E., M. R. I. A., with Additions, Notes and Corrections by Dr. Gregory and others by John W. Webster, M. D., Cambridge; Boston; New York; Philadelphia; Baltimore: John Owen; James Munroe and Company, C. C. Little and J. Brown; D. Appleton and Company; Carey and Hart, Thomas, Cowperthwait and Company; Cushing and Brother.

Loughlin, Kevin R. (2002): «The notorious John White Webster: guilty or innocent?», em: *Journal of the American College of Surgeons* 195/2 (August 2002), págs. 234–240, em: [http://dx.doi.org/10.1016/S1072-7515\(02\)01193-6](http://dx.doi.org/10.1016/S1072-7515(02)01193-6) (última consulta: DATA).

Parkman murder (1850) = *The Parkman Murder: Trial of Prof. John W. Webster, For the Murder of Dr. George Parkman, November 23, 1849, Before the Supreme Judicial Court, in the City of Boston, With Numerous Accurate Illustrations*, Boston: Printed at the Daily Mail Office.

P[earson], E[dmund] L. (1936): «Webster, John White», em: Malone, Dumas (ed.) (1936, XIX): *Dictionary of American Biography: Vol. 19, Troye-Wentworth*, New York: Charles Scribner's Sons, págs. 592-593.

Putnam's (1900) = «Marriage Notices, Whole United States, 1785-1794, W-Z», em: *The Genealogical quarterly magazine* 1 (Jan.-Dec., 1900 = *Putnam's historical magazine* 8), págs. 3-13.

Rogers, Francis Millet (1988): «St. Michael's Hicklings, Fayal Dabneys, and their british connections», em: *Arquipélago: História* (Número Especial) ISSN 0871-7664, págs. 123-148, em: <http://hdl.handle.net/10400.3/1060> (última consulta: DATA).

Schmitt, Aurore / Cunha, Eugénia / Pinheiro, João (eds.) (2006): *Forensic Anthropology and Medicine: Complementary Sciences From Recovery to Cause of Death*, Totowa: Humana Press.

Spooner, Lysander (1850): *Illegality of the trial of John W. Webster*, Boston: Bela Marsh.

Stone, James W[inchell] Stone (ed.) (²1850): *Report of the trial of Prof. John W. Webster, indicted for the murder of Dr. George Parkman, before the Supreme judicial court of Massachusetts, holden at Boston, on Tuesday, March 19, 1850*, Boston: Phillips, Sampson & Company.

Sullivan, Robert (1971): *The Disappearance of Dr. Parkman*, Boston: Little, Brown and Company.

Trial (1850a) = *The Trial of Prof. John W. Webster, Indicted for the Murder of Dr. George Parkman, at the Medical College (North Grove Street) on the 23d of November, 1849, Reported for the Boston Journal*, Boston: Redding & Company, 1850.

Trial (1850b) = *Trial of Prof. John W. Webster, for the Murder of Dr. George Parkman, in the Medical College November 23, 1849, Stenographic Report, carefully Revised and Corrected*, Boston: John A. French; Boston Herald Steam Press, 1850.

Trial (1850c) = *Trial of Professor John W. Webster, for the Murder of Doctor George Parkman: Reported Exclusively For The N.Y. Daily Globe*, New York: Stringer & Townsend, 1850.

Twelve days (1850) = *The twelve days' trial of Dr. John W. Webster, Professor of Chemistry, at the Medical College, Boston, in the United States, for the Murder of Dr. Parkman: Comprising the addresses of the counsel engaged, the examination of the 121 witnesses, the prisoner's singular defence, and the chief justice's charge to the jury, and his sentence on the prisoner, Printed verbatim on the Short-hand notes of the Trial*, London: James Gilbert, 1850.

[Upton, Francis Henry] (1850): *A Statement of Reasons Showing the Illegality of that Verdict upon which Sentence of Death has been Pronounced against John W. Webster for the Alleged Murder of George Parkman*, New-York: Stringer & Townsend.

Webster, John White (1821): *A description of the Island of St. Michael, comprising an account of its geological structure, with remarks on the other Azores or Western Islands: originally communicated to the Linnean Society of New-England*, Boston: Published by R. P. & C. Williams

Webster, John White (1822): «Art. XIII. – Account of the Hot-Springs of Furnas, in the Island of St Michael. By J. W. Webster, M. D. Cor. Sec. L. S. N. E. M. W. S., &c.», em: *The Edinburgh Philosophical Journal: Exhibiting a view of the Progress of Discovery in Natural Philosophy, Chemistry, Natural History, Practical Mechanics*,

Geography, Navigation, Statistics, and the Fine and Useful Arts 6 (October 1, 1821 to April 1, 1822), págs. 306-313.

Webster, John Wh[ite] (31839): *A Manual of Chemistry: Containing the Principal Facts of the Science, in the Order in which they are Discussed and Illustrated in the Lectures at Harvard University, N.E. and Several Other Colleges and Medical Schools in the United States, Compiled and Arranged as a Text Book for the Use of Students, and Persons Attending Lectures on Chemistry*, Boston: Published by Marsh, Capen, Lyon and Webb.

22. **ROLF KEMMLER, CEL-UTAD**, VILA REAL, PORTUGAL/ ALEMANHA



TEMA 3.2 LUÍS MASCARENHAS GAIVÃO, EÇA DE QUEIROZ E AS AVENTURAS DE UM ADIDO CULTURAL NO LUXEMBURGO (2011) - ROLF KEMMLER (VILA REAL) *

1 Introdução

No âmbito do XV Colóquio da Lusofonia em Macau, no dia 13 de abril de 2011, o conhecido humorista português, sociólogo e sócio fundador da AICL, Luís Mascarenhas Gaivão presenteou-me com um exemplar da sua obra mais recente, intitulada *Um adido cultural no Luxemburgo: episódios de uma diplomacia de prosápia* (2011).

O aviso na capa que declara «Qualquer semelhança com a realidade é pura coincidência», torna evidente que as peripécias de Acácio Serrão, adido cultural português no Grão-Ducado de Luxemburgo pertencem à ficção, sendo puramente fictícias e inventadas. No entanto, quando comecei com a leitura do livro, fiquei com o forte sentimento de *déjà vu*, pois parecia-me que algumas partes da leitura se estavam a assemelhar ao que conhecia da obra de outro grande escritor português.

A ironia requintada e bem informada de Luís Gaivão levou-me de imediato a pensar em tentar analisar o relacionamento entre a obra do meu amigo pessoal e algumas das obras semelhantemente irreverentes de Eça de Queirós. Deixando de lado a irreverentíssima figura queirosiana de Carlos Fradique Mendes, parece-me que a obra que merece um destaque especial neste âmbito é a farsa política *O Conde de Abranhos*. Cheio de sátira mordaz e ironia requintada, este conto de ficção, porventura injustamente contado entre as obras de menor importância do grande escritor oitocentista, não chegou a ser publicado em tempo de vida, sendo apenas publicado postumamente em 1925.

Antes de proceder ao confronto de trechos escolhidos das duas obras, irei proceder a um breve esboço biobibliográfico, destinado a enquadrar cada uma das duas obras dentro da essência da restante produção dos dois autores.

2 Luís Mascarenhas Gaivão e Um adido cultural no Luxemburgo

Nascido em Luanda, em 1948, Luís Mascarenhas Gaivão é um cidadão do mundo, cuja vida e experiências desde cedo o levaram por vários continentes, vários países e várias ocupações. Batizado com o longo nome Luís Mouzinho de Magalhães e Menezes de Mascarenhas Gaivão, o nosso autor evidentemente é descendente de algumas das famílias mais eminentes da nobreza portuguesa. Sendo, no entanto, meramente conhecido como Luís Gaivão entre amigos e conhecidos, torna-se evidente que para além do humor e da seriedade como investigador, a modéstia deve ser considerada como uma das suas muitas qualidades.

Licenciado em Filosofia e Humanidades, Luís Gaivão foi professor, ocupou vários cargos no Ministério da Educação e foi adido cultural nas embaixadas de Portugal em Luanda, no Luxemburgo e em Bruxelas. Terminada esta última atividade em serviço do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), voltou à atividade docente, reformando-se pouco depois.

Com o fim da atividade profissional, Luís Gaivão voltou aos estudos universitários, apresentando-se, em 2010 na sua importante dissertação de mestrado com o título «CPLP: A cultura como principal fator de coesão» como profundo conhecedor da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Atualmente, Luís Gaivão é doutorando no curso 'Pós-colonialismos e Cidadania Global', no Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Não será exagero chamá-lo um dos humoristas mais bem divulgados em Portugal desde finais da década de oitenta, já que não só a obra *História de Portugal em Disparates* foi objeto de um número considerável de edições (1988, 1989). Também a NOVA E INÉDITA HISTÓRIA DE PORTUGAL EM DISPARATES teve várias edições (1992, 1995), AO PASSO QUE A HISTÓRIA DESATINADA DE PORTUGAL (2008) PARA JÁ SOMENTE PARECE PODER CONTAR COM UMA ÚNICA EDIÇÃO. ENTRE OUTRAS OBRAS NÃO-HUMORÍSTICAS MERECE DESTAQUE A OBRA AUTOBIOGRÁFICA *Estórias de Angola* (2006).

Para o presente estudo, interessa-nos, portanto, uma das publicações mais recentes do autor, intitulada *Um adido cultural no Luxemburgo: episódios de uma diplomacia de prosápia*. Trata-se de um livro de bolso de 181 páginas, publicado em 2011 pela editora lisboeta Guerra & Paz, sendo dividido em cinco partes com paratextos (Índice págs. 7-9, Introdução págs. 11-14, Conclusão pág. 179, Apostila pág. 181).

3. Eça de Queirós (1845-1900) e o Conde de Abranhos

Nascido na Póvoa de Varzim em 1845, José Maria de Eça de Queirós foi filho primogénito, mas ilegítimo, dos seus pais José Maria Teixeira de Queirós e Carolina Augusta Pereira de Eça. Tendo passado quase toda a sua juventude fora da casa paterna, passou a cursar direito em 1861, formando-se em 1866. Depois de uns anos como advogado e jornalista em Lisboa, Eça entrou na administração do público como Administrador do Concelho de Leiria, vindo a ingressar na carreira diplomática em 1873 (passando por Havana, Cuba; Newcastle e Bristol, Grã-Bretanha). Desde 1888 exerceu o cargo de Cônsul em Paris, onde faleceu em 1900.

Eça de Queirós foi um dos mais importantes escritores de todos os tempos, tendo enriquecido a literatura lusófona sobretudo com prosa, merecendo-nos destaque especial os romances como *O mistério da estrada de Sintra*

(1870), *O Crime do Padre Amaro* (1875), *O Primo Basílio* (1878), *A Relíquia* (1887), *Os Maias* (1888) *Correspondência de Fradique Mendes* (1900) e *A Ilustre Casa de Ramires* (1900).

No âmbito do presente artigo, interessa-nos sobretudo a novela humorística *O conde de Abranhos*, que o filho José Maria Eça de Queirós (1888-1928) publicou postumamente em 1925 com base no manuscrito que terá sido redigido em 1878 ou 1879.⁹³

4. Um adido cultural no Luxemburgo e O Conde de Abranhos

Com a finalidade de verificar semelhanças e dissemelhanças, tentarei a seguir comparar alguns trechos escolhidos das duas obras. Logo nos textos introdutórios, deparei com trechos que apresentam os respetivos protagonistas e que apresentarei a seguir.

Em ambas as obras coincide a perspetiva narratológica de as ocorrências relacionadas com os protagonistas serem contadas por um relator,⁹⁴ cuja primeira tarefa é o estabelecimento da natureza e da duração do relacionamento entre relator e protagonista:

O meu nome é João Alves Pinto e fui funcionário da Caixa Geral de Depósitos no Luxemburgo.

Conheci o Acácio Serrão, ou melhor, o Adido Cultural que, durante algum tempo, mais precisamente seis anos, exerceu essas funções, bem como as de Diretor do Centro Cultural Português-Instituto Camões no Grão-Ducado do Luxemburgo. Era cliente da CGD e ali se deslocava muitas vezes, para tratar dos assuntos pendentes das atividades culturais e também pessoais. Jantávamos algumas vezes, ou almoçávamos nos curtos intervalos meus e dele, e nessas ocasiões púnhamos em dia assuntos de interesse comum, afinávamos pontos de vista e, por vezes, chegámos a encontrar soluções engenhosas para os problemas que ele, sempre um tanto aflito, apresentava, geralmente relacionados com a falta de verbas (Gaivão 2011: 7).

No caso de Gaivão (2011), o relator chama-se João Alves Pinto, identificando-se como funcionário reformado da Caixa Geral de Depósitos (CGD) no Luxemburgo. Segundo Pinto estabelece na introdução ao livro (datada de 25 de março de 2010, mas que não se encontra dirigida a qualquer público específico), ele chegou a conhecer o adido cultural português chamado Acácio Serrão no âmbito das suas incumbências desde o ano de 2001, (sendo Serrão demitido em janeiro de 2006; cf. Gaivão 2011: 7, 62), e passa a seguir a contar episódios ocorridos durante a atividade dele como adido cultural no Luxemburgo.

⁹³Com efeito, o raciocínio do filho do autor não fica muito claro. Por um lado, insiste (em Queirós 1926: VIII) que a obra terá sido concluída em junho de 1879. Por outro lado, junta uma reprodução fac-símile de uma carta do pai ao livreiro Ernesto Chardron para comprovar a afirmação. Esta carta, com efeito, apresenta a data «23 Jun. 78» (Queirós 1926: IX), pelo que ficamos sem saber que data realmente deverá ser considerada...

⁹⁴ Existe evidentemente uma grande diferença entre os relatores: onde João Alves Pinto não está minimamente conotado com qualquer característica negativa, Queirós (1926: XI) constata sobre o relator na sua obra: «O Zagallo, secretario, é taõ tólo como o Ministro [...]».

À EX.^{MA} SR.^A CONDESSA D'ABRANHOS

Minha Senhora:

Tive, durante quinze annos, a honra tão invejada de ser o secretario particular de seu Ex.^{mo} Marido, Alipio Severo Abranhos, Conde d'Abranhos, e consumo-me, desde o dia da sua morte, no desejo de glorificar a memoria d'este varão eminente, Orador, Publicista, Estadista, Legislador e Philosopho.

[...]

Eu fui a testemunha da sua vida. Outros o viram em S. Bento, nas Secretarias, no Paço, no Gremio, – mas só eu o vi, perdoe-me V. Ex.^a, Snr.^a Condessa, a familiar expressão – em chinelos e de robe-de-chambre (Queirós 1926: XXI-XXIII).

Na obra de Queirós (1926), o relator é uma pessoa que se identifica como Z. Zagalo, sócio honorário do Grémio Recreativo do Rio Grande do Sul. No âmbito de uma carta datada de 1 de janeiro de 1879 e dirigida à Condessa de Abranhos, Zagalo explica que exerceu durante o espaço de quinze anos⁹⁵ o cargo de secretário particular do seu falecido marido, o político Alípio Severo Abranhos (1826-1878), melhor conhecido como Conde de Abranhos.⁹⁶

A construção do relacionamento de intimidade entre os relatores e os seus protagonistas não pode deixar de ser diferente. Se durante o século XIX (ou mesmo ainda na primeira metade do século XX) a contratação de secretários particulares não era nada fora de comum, este tipo de relacionamento hoje costuma ser mais raro, nem que seja por razões financeiras. A escolha no recentíssimo romance de Luís Gaivão é pertinente, pois optou para escolher como pessoa de confiança de Acácio Serrão um funcionário público que estaria condicionado a um grau comparável de secretismo devido ao sigilo bancário...

O uso, ou mesmo o uso abusivo de títulos na sociedade portuguesa leva os dois autores a dar voz a críticas:

E porque estas considerações de tão históricas se enraizaram no nosso imaginário, eis que tropeçamos, a cada dia e instante, a cada esquina, com o Sr. Doutor (por vezes da “Mula Russa”), o Sr. Engenheiro (sabe Deus como lá chegou!), o Senhor Professor Doutor (título muito ambicionado!), o Senhor Arquiteto (termo categorizado!) e outros títulos honoríficos por aí fora, o Senhor Comendador (os Presidentes da República gostam de premiar muitos daqueles portugueses que, pondo-se em bicos dos pés, fazem por isso!), o Senhor Presidente (disto e daquilo e daqueloutro), o Senhor Adjunto Doutor..., o Senhor Assessor Doutor..., os títulos de fidalguia em terra republicana e que persistem e aumentam cada dia mais, num revivalismo snobíssimo, o Senhor Marquês de Venda da Gaita, o Senhor Conde de Lava Rabos, a Senhora Viscondessa da Manta Rota, e podemos acrescentar, os títulos eclesiásticos como Sua Eminência Reverendíssima o Bispo de Madarsuma, o Excelentíssimo e Reverendíssimo Arcebispo Bispo Conde, ou de ordem académica e social, o Magnífico Reitor, o Ilustríssimo, Excelentíssimo e Digníssimo Chefe duma Mui Nobre Ordem Militar, um Grão-Mestre, etc., etc., (Gaivão 2011: 22).

Luís Gaivão apresenta uma listagem certamente não exaustiva de 16 títulos que costumam ser atribuídos pessoas de vária ordem. Para além dos simples títulos académicos que implicam a frequência de um curso e a

⁹⁵Se considerarmos que o Conde de Abranhos no dia 1 de janeiro de 1879 já estaria sepultado, deverá ter falecido ainda em 1878, o que permite o estabelecimento do emprego de Zagalo aproximadamente entre 1863 e 1878.

⁹⁶ Não deixa de ser estranho que Zagalo somente venha a apresentar-se de forma póstuma à condessa de Abranhos, pois seria de esperar que ela o tenha conhecido no decurso dos 15 anos que se encontrava em serviço do marido...

aprovação em provas universitárias, a crítica aplica-se sobretudo aos títulos honoríficos e «[...] os títulos de fidalguia em terra republicana e que persistem e aumentam cada dia mais [...]». Numa sátira evidente aos usos na sociedade atual, Luís Gavião apresenta os títulos supostamente fictícios 'Senhor Marquês de Venda da Gaita', o 'Senhor Conde de Lava Rabos', a 'Senhora Viscondessa da Manta Rota'. Neste trecho, a sátira mordaz já ultrapassa o 'politicamente correto', evidenciando o quão o próprio autor se opõe ao uso abusivo de títulos que, enfim, servem sobretudo para satisfazer vaidades individuais.

A primeira vantagem da Universidade, como instituição social, é a separação que se forma naturalmente entre *estudantes* e *futricas*, entre os que apenas vivem de revolver idéas ou theorias e aqueles que vivem do trabalho. Assim, o estudante fica para sempre penetrado d'esta grande ideia social: que ha duas classes – uma que sabe, outra que produz. A primeira, naturalmente, sendo o cerebro, governa; a segunda, sendo a mão, opera, e veste, calça, nutre e paga a primeira.

Dous mundos – como diz o nosso poeta Gavião – que se não podem confundir e que, vivendo áparte, com fins diferentes, caminham paralelamente na civilização, um com o titulo egregio de Bacharel, outro com o nome emblematico de Futrica. *Bachareis* são os politicos, os oradores, os poetas, e, por adoção tacita, os capitalistas, os banqueiros, os altos negociadores. *Futricas* são os carpinteiros, os trolhas, os cigarreiros, os alfaiates... O *Bacharel*, tendo a consciencia da sua superioridade intelectual, da auctoridade que ella lhe confere, dispõe do mundo; ao *Futrica* resta produzir, pagar para que o Bacharel possa viver, e rezar ao Ser Divino para que proteja o Bacharel.

O Bacharel, sendo o Espirito, deve impedir que o Futrica, que é apenas a Materia, aspire a viver como ele, a pensar como elle, e, sobretudo, a governar como elle. Deve mantel-o portanto no seu trabalho subalterno, que é o seu destino providencial. E isto porque um *sabe* e o outro *ignora* (Queirós 1926: 37-39).

Eça não nos fala sobre o uso de títulos em geral, mas sim sobre o uso dos termos 'estudantes' / 'bachareis' como opostos a 'futricas'. Numa sociedade monárquica em que as distinções conferidas por títulos nobiliárquicos e honoríficos constituíam uma realidade incontornável, Eça satiriza contra o menosprezo na distinção entre as pessoas com estudos universitários e todas aquelas pessoas, na terminologia na gíria coimbrã, que não dispunham de estudos, nem eram intelectuais, mas que se ocupavam com tarefas vistas como menos valiosas.

À medida que a atividade do adido cultural no Luxemburgo continua a ser objeto de descrição, fica cada vez mais difícil encontrar trechos que permitam uma comparação nítida entre as duas obras. O que se verifica, porém, é o cuidado constante de fornecer descrições minuciosas, acompanhadas com o ocasional adjetivo ou adverbio que introduz algum quê da noção satírica do respetivo autor.

Aqui se localizava o ponto fulcral, o cerne dos cernes, a pureza primordial dum procedimento diplomático profissional, que se podia caracterizar pela congregação dos elementos mais preparados do staff da embaixada, em reunião de imprescindível tempestade cerebral e transcendente, por onde se exercitavam os raciocínios mais sibilinos e metafísicos, as vozes tantas e tantas vezes alevantadas, discussões ao rubro, as gravatas desgargaladas, as testas perladas dum suor em esforço de intelecto imparável, os copos de água ingurgitados em sofreguidão apenas para afinação das gargantas já ressequidas pela argumentação, razões para aqui, contrarrazões para ali, considerações de premissas, conclusões hipotéticas, rebates de tese, contranegativas, assertivas de dúvida, enfim,

horas e horas e horas de 'deleitosíssima' ginástica intelectual, com os estômagos já desancando, sonoros alertas, despertadores de cruas realidades, elevada presunção no pensamento, ali não existiam intervalos para compromisso de agendas, nem para evacuações fisiológicas!... (Gaivão 2011: 32)

Desprovido de uma referência bibliográfica, creio que este magnífico trecho poderia igualmente fazer honra a uma obra como o *Conde de Abranhos* do grande Eça. Trata-se, porém, de um trecho da autoria de Luís Gaivão, em que é descrita a atividade do *brain-storming* na embaixada de Portugal no Luxemburgo.

Infallível, também, era o *Doutor*, aquele cavalheiro estimável, mas d'aspecto lugubre, que todos apenas conheciam por este nome: o *Doutor*. Sempre vestido de preto, sempre de luvas, amarelo como uma cidra, persistia na sua mudez taciturna; porém, continuava a escutar com uma atenção intensa, a testa franzida, piscando vivamente os olhos, como n'um profundo trabalho cerebral. Respeitador fervente das instituições, das personalidades oficiais, ninguém sabia ainda onde elle vivia, nem de que vivia: mas precipitava-se com tanta veneração (porque era homem de sociedade) a tomar as chicharas vazias das mãos das senhoras, dizia com tanta convicção, na sua voz cavernosa, 'tem V. Ex^a carradas de razão'; que era geralmente considerado como um excelente moço" (Queirós 1926: 212-213).

Na descrição que Eça faz do 'doutor', igualmente sentimos aquele sorriso sardónico do autor ao apresentar uma das personagens que faz parte do círculo íntimo do Conde de Abranhos.

Não menos genial do que o anterior, o próximo trecho de Luís Gaivão, deve ser uma delícia para todos aqueles que já tiveram o (des)prazer de trabalhar para o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Portuguesa ou serviços dele dependentes. Sem qualquer maldade, mas com o fino traço de um artista que tem a consciência de documentar elementos da sátira real, descreve a elaboração e o envio do telegrama pela cifra da embaixada, de modo que este ato administrativo se veja reduzida à sua essência, ou seja, ao ridículo...

Dois ou três elementos do grupo mais cerebral, em alerta máximo, retocam, então o texto, aqui algum tanto exagerado no advérbio, ali com a inexactidão do conceito, acolá desrespeitando, impudicamente, a linguagem consuetudinária do MNE, e altera-se o adjetivo, corrige-se a semântica, troca-se o lugar das circunstâncias, até que, finalmente, é reconhecido um texto já possuidor da perícia das palavras meticulosas, da exatidão matemática da ideia, da fidelidade e do rigor do cenário.

Inicia-se, então, a conceção do corpo do telegrama, documento a partir de agora, sacralizado em distância e em veneração, envolto em mística penumbra, escondido e dobrado sobre si próprio, e dobrado ainda, no pensamento claro, dando, finalmente, entrada no santo dos santos do posto diplomático, a secreta Cifra, vedada à espionagem de interesseiros e de curiosos, onde apenas a sacerdotisa exercia os ofícios telegráficos divinos, só, esmagadoramente só, em transe absoluto com o mistério único só a ela revelado, dos telegramas (Gaivão 2011: 33)!

Para finalizar, não quero omitir o seguinte trecho que entre o restante conteúdo da obra me parece especialmente notável:

Na generalidade dos casos, os originais enviados para a casa-mãe (madrasta), a sede do Instituto Camões em Lisboa, em oportuno tempo, por lá tinham o costume de se virem a perder, naqueles insondáveis labirintos da

verdadeira explosão de secretárias, gabinetes e responsabilidades, ao mesmo tempo de todos e de nenhuns, apanágio da função pública, quando é desempenhada por pessoas que ali estão por convite ou conhecimento e que, ou pouco percebem da administração do Estado (pobrezinhas!) ou então, que se estavam, igualmente, borrifando na kafkiana mansão do Instituto Camões (imitando o exemplo dos maiores) pelo menos relativamente aos assuntos dos parolos, responsáveis e utentes, da cultura portuguesa no Luxemburgo (Gaivão 2011: 39).

Creio que ninguém que já trabalhou na função pública portuguesa ignore o fenómeno da constante evaporação de importantes documentos originais. É um fenómeno que aparentemente não tem explicação – ou será que até há uma explicação fácil???

5. Conclusões

Para resumir o exposto, coloca-se a questão: o quê, afinal, é que têm em comum *Um adido cultural no Luxemburgo* de Luís Gaivão e *O Conde de Abranhos* de Eça de Queirós? Deixando de lado algum paralelismo na estrutura narrativa, verifica-se que há algumas preocupações que são comuns às duas obras, tais como a atitude irónica perante a classe política e administrativa e certos usos e abusos no funcionamento da sociedade.

Em primeiro lugar, poder-se-ia pensar numa influência direta, de maneira que a obra de Eça teria exercido alguma forma de influência direta sobre Luís Gaivão no âmbito de uma leitura. No meu último encontro com o autor, aproveitei para perguntar-lhe se conhecia as obras mais irreverentes de Eça de Queirós (que, infelizmente, costumam ser contadas entre as *opera minora* do grande escritor oitocentista), o que negou de forma muito convincente. A leitura sistemática d'*Um adido cultural no Luxemburgo*, tendo sempre em mente a leitura anterior d'*O Conde de Abranhos*, permite-me mesmo a confirmação de que esta última obra não terá servido como fonte literária a Luís Gaivão.

Ora, se a obra literária de Eça de Queirós não serviu como base dos aspetos satíricos na obra de Luís Gaivão, talvez seja pertinente pensar naquilo que as duas obras literárias têm em comum, isto é, o seu vínculo à sociedade portuguesa, o que se impõe face às críticas que ambos os autores tecem à política e à administração portuguesas dos respetivos tempos.

Na sua já referida carta ao editor Ernesto Chardron, Eça de Queirós esclarece a intenção que o levou a escrever *O Conde de Abranhos*:

O fim do livro pois è – alem d'uma critica dos nossos costumes politicos – a exposiçaõ de pequenas estupidezes, maroteirinhas, e peguices que se ocultam sob um homem que um paiz inteiro proclama *grande* (Queirós 1926: XI).⁹⁷

Considerando, portanto, que a finalidade principal da obra de Eça era a de servir de crítica política e de identificar, por meio de recurso ao humor, aspetos que eram dignos de crítica na política do seu tempo, parece-me

⁹⁷Este mesmo texto encontra-se reproduzido no artigo «(O) Conde de Abranhos» da autoria de ALFREDO CAMPOS MATOS EM MATOS (1988: 155).

lícito constatar que o mesmo se deve aplicar à obra mais recente de Luís Gaivão da qual destacámos no presente artigos alguns trechos elucidativos, pertencentes à primeira parte.

Se, enfim, se pode observar qualquer coincidência entre as duas obras, esta deve ser encarada como acaso. Estou cada vez mais inclinado a pensar que este 'acaso' se deve ao facto de o comportamento de um número considerável de agentes político-administrativos no país demonstrar que não estão dispostos a aceitar acompanhar todas as alterações que seriam de esperar na evolução e modernização da administração de uma monarquia da segunda metade do século XIX para uma República de Portugal verdadeiramente republicana e democrática em pleno século XXI.

O recurso à ironia e à sátira por parte dos dois autores foi um recurso válido e importante. Não sendo com humor, como, afinal, deveríamos lidar com a constante presença de situações kafkianas na vida portuguesa hoje em dia?

6. Referências bibliográficas

Gaivão, Luís de Mascarenhas (compilador) (1989): *História de Portugal em Disparates*, Mem Martins: Publicações Europa-América.

Gaivão, Luís de Mascarenhas (compilador) (1995): *Nova e Inédita História de Portugal em Disparates*, Mem Martins: Publicações Europa-América.

Gaivão, Luís de Mascarenhas (2006): *Estórias de Angola*, Lisboa: Prefácio.

Gaivão, Luís Mousinho de Magalhães e Meneses de Mascarenhas (2010): «CPLP: A cultura como principal fator de coesão», Dissertação apresentada para obtenção do Grau de Mestre em Espaço Lusófono: Lusofonia e Relações Internacionais, Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

GAIVÃO, LUÍS MASCARENHAS (2008), HISTÓRIA DESATINADA DE PORTUGAL, MEM MARTINS: PUBLICAÇÕES EUROPA-AMÉRICA.

GAIVÃO, LUÍS DE MASCARENHAS (2011): *Um adido cultural no Luxemburgo: episódios de uma diplomacia de prosápia*, Lisboa: Guerra e Paz, editores.

MATOS, A[LFREDO] CAMPOS (ED.) (1988): DICIONÁRIO DE EÇA DE QUEIROZ, LISBOA: EDITORIAL CAMINHO.

PORTELA FILHO, ARTUR (1971): O NOVO CONDE DE ABRANHOS: CARTAS DE Z. ZAGALLO, S.L.: EDIÇÃO DO AUTOR.

PORTELA FILHO, ARTUR (1976): O REGRESSO DO CONDE DE ABRANHOS, LISBOA: EDITORA ARCÁDIA.

QUEIRÓS, [José Maria de] Eça de (1926): *O Conde d'Abranhos: Apontamentos Biographicos e reminiscencias Intimas por Z. Zagallo, seu Secretario Particular e A Catastrophe*, Porto: Livraria Chardron de Lello & Irmão.

23. VILCA MARLENE MERÍZIO, UFSC, BRASIL



VILCA MARLENE MERÍZIO,

[TEMA 3.9. ESCRITORES POR DESCOBRIR - VILCA MARLENE MERÍZIO, UFSC](#)

É tempo de eu escrever a sinopse para a comunicação a ser apresentada no XIX Colóquio de Lusofonia, Maia, São Miguel, Açores, Portugal, e fico entre dois temas que insistentemente me atraem: (3.9.) Literatura (de matriz) açoriana: autores contemporâneos, história recente, perspectivas e projetos (editoriais e outros) e (5) Homenagem a autores açorianos, principalmente aos autores com quem convivi ao longo desses últimos 25 anos, mesmo que de longe.

Decido-me, finalmente, pela história recente de autores contemporâneos, de matriz açoriana, mas que ainda têm guardado em suas gavetas (e nas minhas) a sua produção literária.

Falo dos inéditos de Lourdinhas (prosa) e de um amigo que prefere usar o pseudônimo LAMS (poesia), ambos nascidos nos Açores, a primeira em São Miguel e o segundo na ilha Terceira, e residentes em Ponta Delgada.

Com os dois tive o primeiro contato em 2002, durante o curso de Harmonização Pessoal, que ministrei em Ponta Delgada, a convite do pintor Eng. António Ferreira Pinto, desdobrados em novos cursos e solidificados por numa amizade que até hoje perdura.

O livro de Lourdinhas, intato, está à espera de publicação; o de LAMS, construído de poema a poema, ao longo do decênio, também à espera de publicação, teve, por diversas ocasiões, oportunidade de ser lido e trabalhado pelos alunos do Curso de Letras da Universidade do Sul do Estado (UNISUL, Palhoça, Santa Catarina), por estudantes de Literatura e amantes da poesia, para além de alguns de seus poemas terem sido tema de publicações da minha lavra, inclusive uma peça de teatro, o artigo As Quarenta e Nove Qualidades (Açores... de memória, 2004) e outros textos literários.

E por que essas obras tão significativas ainda não vieram a lume? Que mistério haverá nesse “lado oposto” (Urbano Bettencourt) da escrita? É o que tentarei desvendar.

Em princípios da década e oitenta, quando arrumava as gavetas do quarto de um dos meus filhos – o terceiro, naquela época adolescente – encontrei um caderno escolar com a advertência – em letras fortemente vincadas em azul-escuro e sublinhadas a vermelho – de que era proibida a leitura, principalmente para professoras de português, muito especialmente se fossem mães. Eu era a mãe. E professora de português. Levei um susto, mas respeitei.

Não li o manuscrito e hoje me arrependo de não haver comentado nada a respeito do achado (e da advertência) com o autor. Na época, apenas folheei rapidamente o conteúdo e, num relance, percebi tratar-se de um diário, com longos textos em prosa, intercalados por poemas, alguns curtíssimos, outros de páginas seguidas. Na mesma gaveta, mais dois cadernos, já terminados, faziam parte da coleção. Concluí mais tarde que, ao ignorar a poesia enclausurada naqueles cadernos, perdi a chance de incentivar à criação literária um possível escritor. Hoje, Nilberto, depois de exercer a profissão de fotógrafo jornalístico e de arte, é chefe de cozinha.

O que me salva é a consciência de anos mais tarde, durante o exercício do magistério no ensino médio, universitário e holístico, haver dedicado grande força da minha atenção aos jovens escritores que despontavam, uns, levado a cabo o seu intento, publicando mais tarde as suas obras, outros, e aqui a maioria, abandonado a sua produção, muitas vezes, ambiciosa, original e criativa, por considerarem-na de pouca qualidade literária. E mais, a vergonha de expor sentimentos e opiniões, o medo da crítica e o temor de sofrerem represálias pela verdade do que diziam, abortaram sementes que hoje poderiam ter dado excelentes frutos no âmbito da arte literária.

Para começar, cito os autores catarinenses Geraldo Pereira Lopes, Neide, Cliceu Claibida e André Timóteo, o último com histórico digno de notoriedade quando, aos quinze anos, apaixonado por duas gêmeas idênticas, sem poder distingui-las, pintou os cabelos de amarelo (ele os tinha pretos), numa forma de contestação em época que não se permitia ao jovem tais modernidades hoje consideradas normais. André, quase expulso do colégio, abandonado pelos amigos, sofrendo *bullying* de toda a sorte, passou a escrever sonetos de improviso a partir de palavras aleatórias que lhe eram ditas. Ele era meu aluno do 2º ano colegial e, como coordenadora do ensino médio da escola, pude trabalhar com ele meses a fio, inclusive inserindo-o num recital de piano quando foi aplaudido de pé. Depois daquele ano, não o vi mais até o ano passado, quando me procurou com aquele velho livro de poesia agora editado. Havia seguido a carreira literária. Me emocionei quando li a dedicatória. Lá estava a lembrança daquele (nas palavras dele: "terrível") ano de 1999. Hoje André tem mais livros publicados.

Dos que escreveram peças literárias altamente recomendadas para publicação, cito a obra recente de JL Kohler (**Ofertar-lhe-ei a estrela a manhã**, romance) e o de Paulinha Silva, jovem terceranista que, vítima de doença que a incapacitava de andar, de exercitar-se ao sol e de sair com os amigos, escreveu um romance até agora não publicado. Mário Simas, hoje com 84 anos, a partir de correspondência que mantivemos por cinco anos efetivos, via correio, motivou-se a contar a história de sua cidade natal – Biguaçu - e a colecionar os poemas que escreveu durante os últimos 25 anos, muitos deles publicados em jornais da cidade, outros ainda inéditos.

Outro caso que me chamou a atenção, e que relato com prazer é o de Lourdinhas Soares, nascida e criada nos Açores que, ao frequentar o Curso de Harmonização Pessoal, ministrado por mim em Ponta Delgada em 2002, sem jamais antes haver criado qualquer texto, passou a escrever diariamente mensagens poéticas que podem ser consideradas o prenúncio, no início deste século, da avalanche de textos de abordagem messiânica ou espiritualista que viria saturar as livrarias, principalmente as do meu país. O texto inédito, *Procuro o Caminho de Casa*, revisado por Bruno Barbieri, até este momento se encontra na gaveta, embora a atualidade do seu conteúdo.⁹⁸

Mas o caso que aqui me traz é o do LAMS. Extraordinário. LAMS também frequentou o curso com Lourdinhas em 2002. De repente, num domingo à tarde, no Hotel do Colégio, ele me procurou e pediu que eu lesse o que havia acabado de compor. Li os primeiros versos. A emoção me tomou e tive de pedir-lhe que continuasse a leitura.

No manuscrito, lá estava o longo poema NOSSA HISTÓRIA DE AMOR (O título é meu), que passo a ler:

Se o meu coração
Rejubila
A ti se deve... Amor
Se estou feliz
Se me alegro
Se aceito

⁹⁸ Cito, de Lurdinhas: "No Tempo em que tudo se movia na sintonia dos espaços sem espaço, sem formas formadas, em que o Nada era o Todo e o Todo era Tudo – sem nada ser – numa sintonia em sinfonia desmembrada, quando tudo era ainda sem ser... Eu estava ali. Era o tempo da Vontade: ter sem possuir; mudar sem questionar; alterar sem modificar, sem desejo... só Vontade. E Eu tudo fazia, tudo sabia. Eu era o Todo... Quando o desejo chegou... Eu parti. Agora, procuro o caminho de Casa. Quero voltar". Segundo K. G Dürckhein (1996), o desencontro com Deus enquanto a vida floresce só termina quando o homem se cansa da autogratiificação, da obediência ao impulso constante que o leva a desenvolver a sua personalidade para alcançar a libertação mental, então, cansado, "frustrado", como diz o poeta, ele se preparará para a "volta ao lar".

Se dou
Se compreendo
Se te abraço
Se te beijo
Se te olho ternamente
Se te toco na alma
Se consigo, por momentos, ser tu...
Ao amor se deve: breve, leve... mas infinito
Nada sou, no fundo
Bem gostaria de ser remédio...
Para (te) saciar
Para (te) curar

Mas nada sou no fundo...
Apenas vibração...
Onde possas encontrar
Algo maravilhoso
Único Bom
Sagrado Divino...
Chega-te (cá)
Abracemo-nos
Em silêncio
E feliz, emocionada(o)...
Te abraçarás (a ti).

És tu que te encontras
No amor que me reveste
– Vê claro, por favor (suplico!) –
O caminho que leva ao destino:

Se te deténs, apoderando-te do caminho,
Falhas o destino

No amor que me reveste
Julgas que me encontras?
Ilusão, pura ilusão
O amor que me reveste
apenas te reflete

O que vês
na tela do meu amor
é apenas o teu reflexo

P'ra que resistires?
Solta-te
Desprende-te
Deixa-te ir (sem rumo)

Deslumbrada comigo
É como ficas
Apaixonada,
é que te sentes por mim

Engano, puro engano
Deslumbrada, sim!
Apaixonada, sim!
Mas pelo teu melhor, pelo Divino em ti,
Por todas as tuas qualidades,
Pelo mundo de capacidades
E potencialidades que possuis e
Estão ao teu alcance.
Nesse contexto, nada sou! Não existo!
Sou antes mera ilusão.
Sou realidade virtual!
Quero apenas que te fortaleças, consciente
Da tua imensidão... Mergulhes nela
e a desenvovas sempre mais.

Não te detenhas comigo ou em mim. Pois se o fizeres
Estagnas... E impedes-me igualmente de brilhar.
E perco o brilho quer ceda à tentação ... quer não ceda...
Nesse último caso me entristeço,
Por não ter sido
Capaz de te fazer voar
Por ver a beleza em ti... a divindade...
E não ser hábil como parteiro
O teu nascimento depende da tua libertação
E se ficas presa a mim
É porque falhei na minha missão:
Toquei a música... mas não criei harmonia
Fiz o bolo... que não levedou
Toquei-te... mas não te fiz crescer
Quis amar-te... mas pilhei-te,
Quis libertar-te... mas te cativei e depois te feri.
Mas quando consigo.

Mostrar-te quem tu realmente ÉS
E te espanto com esse fato
E consigo também que 'soltes a minha mão' e
Partas a caminho de ti mesma...
Então, SIM!!!
Fico feliz, cresço, dou um salto no tempo e no espaço
(ascendo à outra dimensão)
Inspirado pela divindade que nasceu (que és tu)
Reverencio-te, amo-te (incondicionalmente)
E realizo-me nesse ato.

E Deus É só!
No silêncio (do Seu amor)
Descortina a natureza das coisas
Por detrás do que elas são.
Maravilha-te com elas
Vê bondade onde há maldade
Vê amor onde existe ódio
Vê simpatia onde há rispidez
Vê a paz onde está a guerra
Vê a vida na morte
Isso é o equilíbrio dos opostos...
E nesse ponto não só consegues ver exatamente o ponto de equilíbrio
Como também o atinges com tua ação.
Porque o amor é assim! Certo! Forte! Corajoso!
Altruísta! Libertador! Divino! Sagrado!

Trago-te a PAZ por que aspiras
Dou-te as coordenadas...
E tu?... Incrédula, recusas a oferta...
Partes noutra direção
Talvez por orgulho
De não lá teres chegado por ti própria
Chegas até a convencer-te que o caminho terá de ser outro. Mais difícil!
E lá vais tu, de espada em punho
À procura do inimigo para o derrotar
E és brava(o) e corajosa(o), forte e implacável
Na guerra errada!!!
Tanto desperdício
Tanto mal espalhado
Tanto ódio multiplicado
A solução não se encontra na GUERRA

Qualquer que seja
Mas sim na compreensão, na paz
No amor, na sinceridade, na ingenuidade
Na libertação, na alegria, no coração aberto
Na vulnerabilidade é que reside a força!!!

Dou o salto no escuro,
No desconhecido
E, confiante,
Consigo cravar!
Apenas guiado por intuição,
Arrisco tudo
E, assim, consigo criar!

Amo-te a ti
Que nem sabes SER quem ÉS...
A todos os que se buscam
Confusos,
Desorientados,
Feridos, magoados,
Mas persistentes,
Confiantes num futuro,
Que apesar de sem-rostos,
Se adivinha
E alimenta a enorme esperança
Ao virar de cada esquina

Persigo-te
Atento, concentrado
Qual caçador solitário
Astuto
Nada escapa, nada pode escapar
Até a cadência do discurso
O ânimo por detrás do verbo
A energia que emana
A (tua) fuga ao que interessa realmente
O labirinto de manobras de dispersão (que constróis)

E lá vou, atento, concentrado
Deixando a presa à vontade

Na verdade, o que faço é só soltar-te

Fazendo criar em ti a sensação, o gosto
E depois o hábito, de te aceites
E de te amares (apresentar-te a ti própria)
(E aqui se encontra a fase mais perigosa do processo...
aquela em que, por vezes, só a arte-no-manejo-dos-opostos
pode garantir o sucesso real.
E... meu Deus, quantas vezes me contrariei –
E, de caminho, via... passei a obstáculo, quiçá intransponível)

E uma vez que acredites
E proves desse néctar
Então já posso ir...
O caçador cumpriu-se
Feriu de morte o que eras
Ou o que quer que tenhas sido antes
Para que pudesses renascer.

Conversei longamente com LAMS que também estava surpreendido com o que havia escrito. E assim, dos nossos férteis encontros (poéticos) mantivemos um diálogo literário que dura onze anos. No Brasil, trabalhei com seus poemas e com os excertos de suas reflexões que chegavam até mim via-email, com meus alunos do terceiro ano do Curso de Letras da UNISUL (2003-4) que, a partir do que liam, criavam os seus próprios poemas numa manifestação de sincronia vivencial. Eu mesma escrevi, motivada pelo despertar de novas emoções, o conto *Lembranças de amor*, as *Quarenta e Nove Qualidades – exercício de perdão* (*Açores ... de Memória*, 2004), duas peças de teatro e os poemas. *Deixa-me dizer-te que te amo, quem me traz alecrim?* *Divina Roda Cósmica*, *Sou Chuva que passa, nada mais há eu fazer* (in *Janelas da Alma, livro de afetos e desejos*, 2011). Em minhas atividades docentes, ainda hoje cito LAMS que sempre me apresenta uma faceta nova. Causou-me surpresa, num evento internacional de mulheres ocorrido em Curitiba, no ano passado, um excerto de um dos poemas de LAMS foi citado como ilustração de uma palestra. Portanto, LAMS, autor açoriano já é conhecido (e amado) no Brasil, embora não tenha tido a oportunidade de editar oficialmente a sua vasta produção literária.

Claro que LAMS tem um nome de batismo, mas sempre foi sua vontade a de que eu não revelasse a sua identidade. Respeitei a exigência, sem, contudo, até agora concordar com (valendo-me de uma de vossas expressões coloquiais) tamanho disparate. LAMS deveria ser conhecido para ser reconhecido como autor que engrandece a literatura açoriana. Mas, lembrando a história da Literatura Portuguesa, consola-me o fato de grandes poetas portugueses haverem optado pelo anonimato, sob a forma de pseudônimos, heterônimos, abreviatura nominal, etc. Logo, LAMS não está sozinho na galeria monumental dos grandes nomes da poesia universal.

O que importa é a luz que se espalha de seus versos, a verdade das suas emoções, a poetização do cotidiano de um ilhéu que, com sua linguagem plasmadora (na expressão de Joahnes Pfeiffer (1954: 96), toca o coração dos leitores ao serem motivados também para a escrita, não no sentido de escritivência (literatura utilitária), como diria David Mourão-Ferreira, mas envolvidos misticamente pelos “mistérios da poesia” (e aqui cito João Gaspar Simões, 1931) que se expandem ilimitadamente e retornam num círculo criativo de imagens e emoções. E essa forma

significativa de incontida emoção compartilhada alimenta o eu lírico de LAMS na medida que vê saciada sua verdade lírica ao receber de volta respostas que satisfazem seu anseio de motivar as pessoas para a descoberta do seu potencial interno ancorado no BEM.

LAMS se vale de muitas reticências. Leio nesses espaços o silêncio de que falam os grandes escritores. M. Torga, por exemplo, afirma que “nada tem a esconder do leitor”, porém, “há recantos do ser e da vida que precisam de silêncios” (*Diário III*, p. 173 apud REIS, 1987: 100). Já o poeta Joaquim Pessoa (200: 54), diz que o escritor é uma pessoa de dicções e de contra-dicções, e escritas e de contra-escritas, aquele que diz e contra-diz, que escreve contra si a seu favor. [...] uma espécie de silêncio cheio de gritos, mas também uma espécie de grito almofadado com silêncios.”

E é o silêncio em LAMS que me intriga. Gostaria eu de ser capaz de captar todos os seus gritos inauditos. Poderia assim conhecer a outra margem da escrita, aquela que Urbano Bettencourt (1987) aponta como “o lado oposto do silêncio”, o que guarda todos os mistérios da poesia. Aí, sim, poderia estimular professores de português e mães a acreditarem mais nas paixões veladas pelos silêncios e, por vezes, revelada pela escrita do que no anseio da correção linguística. Possamos nós, ainda, poetas e mestres do ensino da Língua Portuguesa fazer dela não só o instrumento de comunicação, mas o meio e o fim do desnudamento/ deslumbramento das almas.

REFERÊNCIAS

- Bettencourt, U. (1987). Para uma arte de balear (comunitária, econômica, europeia). Ponta Delgada: Jornal Signo apud e-mail emitido por drchryschrystello em 27/01/2013.
- Dürkeiheim, K. G. (1996). *O culto japonês da tranquilidade*, São Paulo, Cultrix.
- Lams. (2002) Poemas inéditos. Ponta Delgada, Manuscrito do Autor.
- Moisés, M. (1984). *Dicionário e Termos literários*. São Paulo: Cultrix.
- PESSOA, J. (2002). *Vou embora de mim*. Lisboa/Porto: Litexa Editora.
- PFEIFFER, J. (1954). *La Poesia*, 1954. In Moisés, M. (1984). *Dicionário de Termos Literários*. São Paulo: Cultrix.
- Reis, C; Lopes, A.C.M. (1987). *Dicionário de Narratologia*. Coimbra: Almedina.
- TORGA, M. (1995). *Diário I-VIII*. Coimbra: Ed. do Autor.

24. XIMENES BELO, DOM CARLOS FILIPE, BISPO RESIGNATÁRIO DE DILI, TIMOR, PRÊMIO NOBEL DA PAZ 1966



DOM CARLOS FILIPE XIMENES BELO (Uailacama, Baucau, Timor-Leste, 3 de fevereiro de 1948) é um bispo católico timorense que, em conjunto com José Ramos-Horta, foi agraciado com o Nobel da Paz de 1996, pelo seu trabalho "em prol de uma solução justa e pacífica para o conflito em Timor-Leste".

Quinto filho de Domingos Vaz Filipe e de Ermelinda Baptista Filipe, Carlos Filipe Ximenes Belo nasceu na aldeia de Uailacama, concelho (hoje distrito) de Baucau, na costa norte do então Timor Português.

O seu pai, professor primário, faleceu quando o jovem Carlos Filipe tinha apenas dois anos de idade.

Os anos de infância foram passados nas escolas católicas de Baucau e Ossú, antes de ingressar no seminário de Dare, nos arredores de Díli, formando-se em 1968.



Bragança 2005

4º colóquio

Excetuando um pequeno período entre 1974 e 1976 -- quando esteve em Timor e em Macau --, entre 1969 e 1981, Ximenes Belo repartiu o seu tempo entre Portugal e Roma, onde se tornou membro da congregação dos Salesianos e estudou filosofia e teologia antes de ser ordenado padre em 1980.

De regresso a Timor-Leste em julho de 1981, Ximenes Belo esteve ligado ao Colégio Salesiano de Fatumaca, onde foi professor e diretor.

Quando em 1983 se reformou Martinho da Costa Lopes, Carlos Filipe Ximenes Belo foi nomeado administrador apostólico da diocese de Díli, tornando-se chefe da igreja em Timor-Leste, respondendo exclusivamente perante o papa.

Em 1988, em LORIUM, Itália, foi consagrado como bispo.

A nomeação de Ximenes Belo foi do agrado do núncio apostólico em Jacarta e dos próprios líderes indonésios pela sua aparente submissão.

No entanto, cinco meses bastaram para que, num sermão na sé catedral, Ximenes Belo tecesse veementes protestos contra as brutalidades do massacre de Craras em 1983, perpetrado pela Indonésia.

Nos dias de ocupação, a igreja era a única instituição capaz de comunicar com o mundo exterior, o que levou Ximenes Belo a enviar sucessivas cartas a personalidades em todo o mundo, tentando vencer o isolamento imposto pelos indonésios e o desinteresse de grande parte da comunidade internacional.

A sua primeira entrevista sob a ocupação indonésia foi dada a Chrys Chrystello

Em fevereiro de 1989 Ximenes Belo escreveu ao presidente de Portugal, Mário Soares, ao papa João Paulo II e ao secretário-geral das Nações Unidas, Javier Pérez de Cuellar, reclamando por um referendo sob os auspícios da ONU sobre o futuro de Timor-Leste e pela ajuda internacional ao povo timorense que estava "a morrer como povo e como nação".

No entanto, quando a carta dirigida à ONU se tornou pública em abril, Ximenes Belo tornou-se uma figura pouco querida pelas autoridades indonésias. Esta situação veio a piorar ainda mais quando o bispo deu abrigo na sua própria casa a jovens que tinham escapado ao massacre de Santa Cruz (1991) e denunciou os números das vítimas mortais.

A sua obra corajosa em prol dos timorenses e em busca da paz e da reconciliação foi internacionalmente reconhecida quando, em conjunto com José Ramos-Horta, lhe foi entregue o Nobel da Paz em dezembro de 1996. (in *Wikipédia*)



(fotos do 4º colóquio da lusofonia - Braga 2005)

TEMA 3.8 - BISPOS AÇORIANOS EM MACAU E MISSIONÁRIOS AÇORIANOS EM TIMOR. DOM CARLOS FILIPE XIMENES BELO

Este pequeno trabalho consta de dois capítulos: o primeiro dedicado aos bispos de Macau; e o segundo fala do primeiro Bispo de Díli e de sacerdotes que trabalharam em Timor no século XX.

1º CAPÍTULO: BISPOS E PADRE DOS AÇORES EM MACAU

1º - **Dom Manuel Bernardo de Sousa Enes** (1873-1883). Natural da vila de Topo, ilha de São Jorge. Chegou a Macau em 2 de janeiro de 1977. Estabeleceu oficialmente as Filhas da Caridade (Canossianas); mandou para Timor, o superior e vigário geral das missões, o padre António Joaquim de Medeiros.

2º - **Dom João Paulino de Azevedo Castro** (1902-1918). Fundou o Boletim do Governo Eclesiástico de Macau. No seu tempo entraram em Macau as Franciscanas de Maria que tomaram conta do colégio de Santa Rosa de Lima; os salesianos que fundaram o Orfanato da Imaculada Conceição (1906). Fundou o Boletim Eclesiástico do Governo de Macau (1903).

3º - **Dom José da Costa Nunes** (1918-1940). Fundou a Escola de preparação de professores catequistas em Macau; desenvolveu as missões católicas de Timor, escola de artes e ofícios, escola de professores e catequistas, e aprovação para a fundação do seminário menor.

4º - **Dom Paulo Tavares** (1961-1973). Remodelou as paróquias da cidade de Macau, dando-lhe uma nova divisão territorial, Realizou muitas obras no campo da educação e da juventude e assistência.

5º - **Dom Arquimínio da Costa** (1976-1988). Natural de São Mateus, Pico.

2º CAPÍTULO - BISPO DOM JAIME GARCIA GOULART

Dom Jaime Garcia Goulart, natural de Candelária, concelho de Madalena, ilha do Pico. Foi primeiro bispo de Díli, Timor, (1945-1967). Mas em 1941, havia sido nomeado administrador apostólico da nova diocese de Díli ereta a 4 de setembro de 1940. Fundou missões, o seminário menor, reabriu a escola de professores-catequistas e muitas escolas primárias e colégios.

3. BISPOS AÇORIANOS EM MACAU

Saudações e agradecimentos aos organizadores.

O tema que me foi proposto foi de falar dos Bispos açorianos em Macau e a sua influência no desenvolvimento da língua portuguesa naquele território. Este assunto teria maior qualidade se fosse tratado por alguém que conhecesse e convivesse com os bispos e açorianos em Macau. Na limitação dos meus conhecimentos vou apresentar brevemente a ação desses bispos. Dos sacerdotes açorianos em Macau, não conheço nenhum deles. Aproveito para incluir o nome do Bispo de Díli (Timor-Leste) e de alguns sacerdotes açorianos que foram missionários naquele território.

3.1. - O BISPO DOM MANUEL BERNARDO DE SOUSA ENES (1873 – 1883).

Pela Bula “*Universis Orbis Ecclesiis*” de 15 de junho de 1874, o Papa desligava as Missões de Timor da jurisdição da Arquidiocese de Goa, e agregava de modo provisório “a parte da ilha chamada Timor que se acha compreendida sob o domínio do Rei de Portugal” à Diocese de Macau. Pela mesma bula, foi nomeado Bispo de Macau Dom Manuel Bernardo de Sousa Enes.

O Bispo Dom Manuel Bernardo de Sousa Enes nasceu na vila de Topo, na Ilha de São Jorge, Açores, a 5 de novembro de 1814. Aos dezassete anos, ingressou no convento franciscano de S. Diogo na vila de Topo, onde professou. Extintas as Ordens Religiosas em 1834, frei Manuel Enes regressou à casa paterna. Em 1840 foi para o Brasil, onde se ordenou de presbítero na cidade da Baía. Em meados de 1849, resolveu seguir os estudos superiores, indo para Coimbra, e ali matriculou-se na Faculdade de Teologia. Formou-se em 1854. Em 1871 foi lente substituto, doutorando em 30 de agosto de 1872. Foi catedrático da Universidade de Coimbra, lecionando ao mesmo tempo Ciências Eclesiásticas no Seminário da Cidade.

Em 25 de junho de 1873 foi eleito Bispo de Macau e confirmado em 15 de junho de 1874, recebendo a sagração episcopal na igreja de Santa Madalena, em Lisboa, a 27 de dezembro de 1874. Só chegou a Macau em 2 de janeiro de 1877.⁹⁹

Por Provisão de 10 de maio de 1875. o Bispo Dom Manuel Enes nomeava Governador do Bispado de Macau o Deão Manuel Lourenço de Gouveia.¹⁰⁰

Por provisão de 10 de julho do mesmo ano nomeava o Padre António Joaquim de Medeiros, Reitor do Seminário de São José de Macau.

No dia 1 de março de 1877 nomeou o padre António Joaquim de Medeiros superior e vigário geral de Timor. Em 1877, estabeleceu oficialmente em Macau as Filha da Caridade canossianas, que ali tinham ido em 1873 ou 1874.

⁹⁹ cfr. TEIXEIRA, Manuel, ob. cit., vol. II, 480-470; vol. XII, pp. 77-78.

¹⁰⁰ Padre Manuel Lourenço nasceu na Freguesia de Queimada, Diocese de Lamego e foi para Macau em 1849. A 20 de dezembro de 1856, foi nomeado Reitor do Seminário de Macau. A 10 de maio de 1875, foi nomeado Governador do Bispado. Faleceu no dia 10 de agosto de 1885.

Em 9 de agosto de 1883, o Bispo Enes foi transferido para a Diocese de Bragança, e em 1885, para a de Portalegre, onde faleceu a 7 de setembro de 1887.

3.2. DOM JOÃO PAULINO DE AZEVEDO E CASTRO, BISPO DE MACAU E TIMOR (1902-1918)

Biografia do Bispo Dom João Paulino¹⁰¹ :

Em substituição do Bispo Dom José Manuel de Carvalho, a Santa Sé nomeou para Bispo de Macau, a 9 de junho de 1902, o Padre João Paulino de Azevedo e Castro, então Vice-Reitor do Seminário de Angra (Açores).

Dom João Paulino nasceu na vila de Lages, Ilha do Pico, Açores, no dia 4 de fevereiro de 1852. Era filho de Amaro Adriano de Azevedo e Castro, que ao tempo era administrador do Concelho e abastado proprietário e da senhora dona Maria Albina de Azevedo e Castro e Francisco Xavier.

O jovem João Paulino cursou a instrução primária na vila natal, depois frequentou o Liceu da Horta (Faial). Tinha então 17 anos. Terminados aqui os estudos matriculou-se na faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra, doutorando-se em Teologia, em julho de 1879.

Foi ordenado presbítero em Angra, no dia 31 de agosto de 1879 pelo Bispo de Angra do heroísmo, Dom João do Amaral... Em 1888, foi nomeado Reitor do Seminário, a que ele deu grande desenvolvimento material e moral, elevando o número de alunos para 150.

Com a transferência do Bispo Dom José Manuel de Carvalho para a diocese de Angra, ficou vaga a sede episcopal de Macau. Para aquela diocese o rei de Portugal, Dom Carlos I, propôs à Santa Sé o nome do Reitor do seminário de Angra.

Sua Santidade o Papa Leão XIII, a 9 de junho de 1902, pelas Bulas, confirmou Dom João Paulino como novo Bispo de Macau.

Em 1904, vai a Singapura e lança a primeira pedra da Igreja de São José da Missão Portuguesa. Em 1905 Dom João Paulino visitava à longínqua possessão de Timor. Naquele território entabulou negociações com o governador da colónia para a criação de uma escola agrícola que seria entregue à direção dos salesianos, mas a implantação da república veio transtorna os planos.

Dom João Paulino de Azevedo e Castro governou a Diocese de Macau durante 18 anos, desde 19 de fevereiro de 1903 até 17 de fevereiro de 1918.

Obra:

A 17 de julho de 1903, fundou o “Boletim do Governo Eclesiástico da Diocese de Macau. Em 1903, recebeu em Macau as Franciscanas missionaria de Maria, a quem confiou o Colégio de S. Rosa de Lima, que era dirigido pelas Canossianas desde 1880. Benzeu a primeira pedra da igreja de São José, em Singapura. A 13 de fevereiro de 1906, recebeu os salesianos, a quem confiou o orfanato

Deixou, além dos vários documentos e a obra “*Os Bens das Missões Portuguezas na China*”.

3.3. DOM JOSÉ DA COSTA NUNES (1918-1940)

Em fevereiro de 1918 falecia em Macau o Bispo Dom João Paulino de Azevedo e Castro. Em 22 do mesmo mês, o Cabido da Sé nomeou Vigário Capitular o Padre José da Costa Nunes, o qual em 1920 foi nomeado Bispo de Macau e de Timor.

¹⁰¹ cfr. TEIXEIRA, Manuel, ob. cit., p. 520-529.

Dom José da Costa Nunes era filho de José da Costa Nunes e de dona Francisca Felizarda de Castro e nasceu a 15 de março de 1880 na Candelária, Ilha do Pico, Açores. Em Macau, feitos os exames, recebeu das mãos de Dom João Paulino, na Capela do Paço Episcopal, o subdiaconado no dia 19 de julho de 1903; no dia 25, recebeu o diaconado, na igreja de Santo Agostinho; recebeu a ordenação de presbítero no dia 26 de julho de 1903. Celebrou a sua Missa Nova, na Igreja de Santo Agostinho, no dia 31 de julho. Por Portaria régia n.º 160 foi nomeado missionário do Padroado português do Oriente e missionário em Macau. Em 1906, com apenas 26 anos de idade, ficou Vigário Geral da Diocese de Macau, em substituição do Cónego Gonçalves. Em 3 de abril de 1907, foi eleito Governador do Bispado, na ausência de Dom João Paulino. Em 6 de maio de 1915 foi nomeado vice-reitor do Seminário de Macau. Em 22 de fevereiro de 1918 ficou Vigário Capitular sede vacante. Em 23 de novembro de 1920, o Governador de Macau comunica-lhe que, por decreto de 20 do mesmo mês, fora nomeado Bispo de Macau sendo confirmado no Consistório de 16 de dezembro de 1920. Em 20 de novembro de 1921, é-lhe conferida a sagração episcopal na Matriz da Horta (Faial). Foi Bispo sagrante Dom Manuel Damasceno, Bispo de Angra. Em 21 de março de 1924 parte para Hong Kong, e dali para Timor, em visita pastoral. Visitou algumas Missões do interior. Antes de voltar para Macau, decidiu reunificar os dois Vicariatos num só e nomeou um novo Vigário geral. Deixou instruções para a fundação da Escola de professores-catequistas, do Colégio de Santo António de Dare, da Escola de Artes e Ofícios. Dom José da Costa Nunes realizou a segunda visita pastoral em 1926. Uma das medidas que tomou foi a de entregar a escola de Artes e ofícios de Díli aos salesianos. Em 1933, realizou a terceira visita pastoral a Timor. Em junho de 1937 realiza a quarta e última visita às Missões de Timor. Contava o Bispo de Macau 60 anos e 9 meses quando em 11 de dezembro de 1940, Pio XII o transferiu de Macau para a Índia Portuguesa como Arcebispo metropolitano e Patriarca das Índias orientais.

Obra: em 1929, recebeu em Macau as Irmãs de Nossa Senhora dos Anjos e em 1941, as Carmelitas. Restaurou o Colégio de Santa Rosa de Lima, confiando em 1932 a sua direção às Franciscanas missionárias de Maria. Em 1930 confiou o Seminário de São José aos jesuítas que haviam sido expulsos em 1910. Em 1938, inaugurou a catedral de Macau por ele restaurada. Quanto a Timor reduziu a um só vicariato os dois vicariatos geras de Timor. Criou em Lahane a escola de professores e catequistas, que foram os melhores auxiliares dos missionários. Em Díli, instituiu dois colégios internatos, um para meninos e, outro para meninas e uma escola de artes e ofícios, abriu mais dois para meninas, um em Manatuto e outro em Soibada. Inaugurou as igrejas de Laleia, Baucau, Oé-cusse, Ermera e Ainaro, e a Igreja matriz de Díli (1937), mais tarde destruída pelos japoneses em 1943. Finalmente conseguiu que a Santa sé erigisse a Diocese de Díli em setembro de 1940.

Levantou em Singapura a Escola de Santo António e as St. Anthony's Boys and Girls School; em Malaca uma Escola.

3.4. -. DOM PAULO TAVARES (1961-1973)

Filho de José Evaristo Tavares e de Maria Luísa Amaral Tavares nasceu, a 23 de janeiro de 1920, na paróquia do Senhor Bom Jesus, lugar do Rabo-de-Peixe, São Miguel. Frequentou o Seminário episcopal de Angra (1931-1941). De 1947 a 1961, trabalhou na Secretaria de Estado. Recebeu a ordenação sacerdotal em Roma em 1943. Foi nomeado bispo pelo Papa João XXIII, em 24 de agosto de 1961. Chegou a Macau no dia 27 de novembro do mesmo ano. Faleceu em Lisboa em 1973. Obra: remodelou as paróquias da cidade de Macau, dando-lhe, de acordo com o Governo de Macau, uma nova divisão territorial; criou o conselho das escolas católicas. Realizou muitas obras no campo da educação da juventude e da assistência.

3.5. DOM ARQUIMÍNIO RODRIGUES DA COSTA

Foi o último bispo do Padroado do Oriente e o último bispo português de Macau. Nasceu a 8 de julho de 1924, na freguesia de São Mateus, concelho de Madalena, Pico, sendo filho de António Rodrigues da Costa e de Silenciana de Matos. Fez os estudos e teológicos no seminário de São José, em Macau. Recebeu a ordenação sacerdotal a 6 de outubro de 1949. Foi prefeito de disciplina no Seminário desde 1949 a 1953. De fevereiro de 1955 a maio de 1956 foi reitor interino do seminário. De 1957 a 1960 frequentou a universidade gregoriana, licenciando-se em Direito. De 30 de novembro de 1961 a 22 de agosto de 1966 foi reitor do seminário de Macau. Foi por vezes governador do Bispado, durante a ausência do bispo em Roma. Pela morte do bispo Dom Paulo foi nomeado vigário capitular. Em março de 1976 era nomeado bispo de Macau. Renunciou a 6 de outubro de 1988.

3.6. ALGUNS SACERDOTES.

1.- Padre João Machado de Lima (1924)

Nasceu na freguesia de Nossa Senhora do Pilar, Ilha Terceira, Açores. Estudou no Seminário de Macau, onde foi ordenado de sacerdote aos 25 de julho de 1911. Em 1922, foi nomeado reitor do Seminário. Partiu para Timor em 1924, acompanhando o Prelado, como secretário particular, durante a primeira visita pastoral que Dom José da Costa Nunes fazia ao Distrito de Timor. Depois da unificação dos dois vicariatos e a consequente exoneração dos Padre José das Neves e João Lopes, foi Padre João Machado de Lima, nomeado o único Vigário geral e Superior das Missões de Timor... O seu nome ficou ligado à fundação do Colégio de santo António de Dare e à Escola de Preparação de Professores-Catequistas, pois foi ele quem escreveu a carta circular anunciando a abertura dois centros de educação.¹⁰²

4 – BISPO AÇORIANO EM TIMOR-LESTE

4.1. DOM JAIME GARCIA GOULART – 1º BISPO DE DÍLI (TIMOR PORTUGUÊS)

Filho do Sr. João Garcia Goulart e da Sra. Dona Maria Felizarda Goulart, o senhor Dom Jaime Garcia Goulart nasceu na freguesia da Candelária, na ilha do Pico, em 10 de janeiro de 1908. Aos 13 anos de idade, em 22 de julho de 1921, deixava a sua terra natal, rumo ao Oriente, frequentando o Seminário de Macau, onde ingressou a 21 de setembro; recebeu o Presbiterado, foi-lhe conferido em 10 de maio de 1931, pelo Sr. Dom José da Costa Nunes, na Candelária do Pico, celebrando a sua missa nova na mesma freguesia, no dia 14 do mesmo mês. A 13 de janeiro de 1932, era nomeado missionário do Padroado Português do oriente. Foi então colocado na Missão de Soibada como professor da Escola de Preparação para Professores-Catequistas. Em outubro de 1935, é nomeado Superior da Missão e diretor do Colégio Nun'Álvares Pereira. Foi em Soibada, que, o Padre Jaime Garcia Goulart, com a anuência do Bispo de Macau, fundou o pré-Seminário de Nossa Senhora de Fátima, a 13 de outubro de 1936.

Consultando os mesmos manuscritos sobre Timor, via a assinatura de Dom Jaime, feita em 1940, no livro de consultas da Secretaria da Biblioteca.

¹⁰² Ibidem, pp. 436-437.

De regresso ao Oriente, foi transferido para Timor, como novo Superior e Vigário Geral das Missões de Timor, e com a nomeação de 22 de janeiro de 1940. Passado um ano, precisamente, a 18 de janeiro de 1941, foi nomeado pelo Santo Padre, Pio XII, Administrador Apostólico da nova Diocese de Díli, com faculdade de bispo residencial e com o título de monsenhor “ex officio”. Em 1941, ao ser criada a Diocese, havia em Timor 21 missionários, 20 religiosas canossianas, um auxiliar leigo, 42 catequistas. Havia 9 missões centrais, 7 igrejas, 18 capelas de alvenaria e mais 17 cobertas de capim, 3 colégios de meninas e um de rapazes, um pré-seminário, uma escola de Catequistas e 25 escolas de ensino rudimentar (para indígenas). Os cristãos (católicos) eram 29.899. Apresentava-se diante do novo Administrador Apostólico um campo imenso de expansão missionária. Mas o governo pastoral do Mons. Jaime, não ia ser risonho, pois, no fim desse ano, 1941, Timor ia enfrentar uma grande calamidade: a invasão e ocupação do território pelas forças estrangeiras.

Em maio de 1942, os australianos começaram a bombardear a praça de Díli. Por verem que as torres da Igreja Matriz podiam servir de guia para os aviões australianos, os japoneses apressaram-se a demolir aquela que seria, mais tarde, Catedral da nova Diocese.

No dia 2 de outubro de 1942, dois missionários da Missão de Ainaro foram barbaramente assassinados pelas colunas negras. Foi preciso intervir um oficial japonês que deixou em liberdade o Administrador Apostólico. Vendo que os missionários corriam perigo de vida, o Administrador Apostólico tomou a difícil decisão de mandar evacuar sacerdotes e religiosas para Austrália. No dia 15 de dezembro de 1942, dez sacerdotes e doze irmãs canossianas embarcaram para Darwin. Ficaram em terra cinco padres: três entregaram-se aos japoneses (Padre Alberto da Ressurreição Gonçalves, Manuel Serra e Carlos da Rocha Pereira, este era açoriano) e foram metidos em campo de concentração em Liquiçá. Outros dois embrenharam-se na floresta e ali perderam a vida. O padre Francisco Madeira morreu de doença e de fome, e o padre timorense Abílio Caldas foi assassinado por timorenses em Lacluta. Na Austrália, o Administrador Apostólico e os sacerdotes foram enviados para Armidale. Nessa localidade passou Mons Jaime três anos de “cativo”, 1943, 1944 e 1945. Em 12 de outubro de 1945, a Santa Sé nomeou Mons. Jaime Garcia Goulart, bispo da Diocese de Díli. Foi ordenado Bispo (28.X.45) pelo Delegado Apostólico na Austrália, Mons. Giovanni Panico, na Capela do Seminário Maior, em Manly, nos subúrbios de Sydney. Foram Bispos consagrantes o Arcebispo de Sydney, Mons. Gilroy, e o Bispo de Armidale, Mons. John Coleman. Tomou como lema episcopal a frase de São Paulo, na carta aos Romanos: “vince in bono malum”.

No dia 15 de agosto de 1945, os refugiados recebem a notícia do fim da guerra. E a 5 de setembro é declarado o armistício, com a derrota do Exército nipónico. Em finais de novembro os missionários e as irmãs canossianas regressam, por via marítima a Timor. A comitiva chega a Díli, no dia 8 de dezembro de 1945, festa da Imaculada Conceição, Padroeira da Diocese de Díli. O desembarque foi desolador e muito triste, visto os “retornados” encontrarem a cidade de Díli em ruínas... E as Missões? A Igreja de Timor tinha perdido 74 edifícios, entre Igrejas, capelas, residências missionárias e escolas, (a mais vistosa foi a da Igreja Matriz, inaugurada em 1937). Dos quase 30 mil católicos, antes da guerra japonesa, só ficaram 26 mil, isto é, pereceram durante o conflito, 4 mil católicos. A nova diocese perdeu 4 missionários e muitos catequistas. É nesta situação desoladora, que o novo Bispo de Díli vai trabalhar com cerca de 12 missionários.

A nível eclesial, Dom Jaime põe em prática o seu lema episcopal: “Não te deixes vencer pelo mal, mas vence o mal com o bem – *vince in bono malum*, “(Rm 12, 21). Pondo a sua esperança na graça do Senhor, o novo Bispo lança-se na ingente tarefa da reconstrução material e espiritual da Diocese. Pede aos missionários regressados da Austrália e do campo de concentração de Liquiçá, retomem os seus lugares nas antigas Missões. São reabertas as Missões de Díli, Ossú, Baucau, Manatuto, Soibada, Ainaro, Oé-cusse, Ainaro A 9 de dezembro de 1945, as Irmãs

canossianas voltam a Soibada. No novo de 1946, estavam abertas são as escolas. Em março, Dom Jaime institui o Colégio dos Consultores. Em setembro, chegam a Dili, seis salesianos, três sacerdotes e três irmãos coadjutores, que assumem a direção da escola elementar de Lahane, na sede da Antiga Missão. Em 1947, a Diocese vê o número de clero aumentado, com a chegada de oito sacerdotes de Goa (Índia Portuguesa). Em 1948, realizam-se em Dili, as ordenações sacerdotais de 2 diáconos timorenses: Martinho da Costa Lopes e Jacob Dias Ximenes. Em Soibada, são reabertos o Seminário Menor, a escola de Professores-catequisitas, sob a direção do açoriano, padre Januário da Silva Coelho Nesse ano, Dom Jaime, acompanhado de um grupo de timorenses, desloca-se a Roma para assistir às cerimónias da canonização de S. João de Brito. Em 1949, com a sua anuência, o padre Ezequiel Pascoal Enes (açoriano) funda o “Boletim eclesiástico da Diocese de Díli”, mais conhecido com o nome de SEARA. A nível das Missões, são abertas, as Missões de Bobonaro, Cova Lima, Fuiloro e Fehu-Rin.

A igreja e educação da juventude timorense: Dom Jaime Garcia Goulart, deu uma grande importância ao ensino e educação da juventude. Em 1953, a Diocese de Dili mantém estes estabelecimentos de ensino: Seminário Menor, em Dare, 1. Escola de Professores-Catequistas, 4 Colégios Masculinos: Soibada, Ossu, Maliana, Fuiloro, 30 escolas masculinas, com 3.770 alunos matriculados. Colégios femininos, a cargo dos Canossianas e Dominicanas: Colégio de Soibada, com 188 alunas; Colégio Imaculado Coração de Maria (Ermera), com 165 alunas; Colégio “Óscar Ruas”, Ossu (165 alunas), Escola Castro Lahane (Dili), 241 alunas), e 3 escolas femininas de Manatuto, Laleia e Baucau.

NB: Escolas Masculinas e escolas femininas (divisão de sexos). Os alunos eram sempre mais do que as meninas; Razão, eram poucas as religiosas e as monitoras escolares.

A década de 1950 a 1960, foi de grande desenvolvimento em números de obras e presenças, e ordenações sacerdotais de timorenses e chegadas de mais missionários (de Portugal continental e dos Açores). Nesta década, apontam-se três factos importantes: 1. a ereção canónica do Seminário de Nossa Senhora de Fátima (13 de outubro de 1954); O envio de Seminaristas Maiores para o seminário de S. José de Macau; e a entrega do Seminário à direção da Companhia de Jesus (1958).

Entre os anos de 1960 e 1967, ano da resignação de Dom Jaime, registaram-se alguns factos importantes na história religiosa de Timor Português:

Em 1962, Dom Jaime convida os Salesianos a Missão de Lahane e mudarem-se para a zona Leste, assumindo a cura pastoral da grande missão de Baucau, então até a cargo dos padres seculares. Em 1962, de Dom Jaime toma parte na 1ª e 2ª Sessão do Concílio Ecuménico no Vaticano;

Em 1965, atendendo ao pedido de Dom Jaime, o Santo Padre Paulo VI, nomeia Bispo Coadjutor de Dili, o então Bispo Auxiliar de Évora, o senhor D. José Joaquim Ribeiro; a 18 de janeiro de 1966, a Igreja timorense celebra as bodas de Prata da nomeação de Dom Jaime Garcia Goulart como primeiro Administrador Apostólico (18 de janeiro de 1941).

Finalmente, no ano de 1967: católicos: 152. 131.

	Em 1941	Em 1967
·		
Católicos	29 899	152 151
Sacerdotes	21	52
Irmãos religiosos	-	8
Irmãs Religiosas	20	41

Professores Catequistas	-	58
Monitores Catequistas	-	54
Catequistas	42	56
Paróquias	1	3
Missões	9	12
Internatos masculinos	1	4
Internatos femininos	3	4
Externatos masculinos	-	30
Externatos femininos	-	14
Periódicos diocesanos	-	2
.	.	.

Fundou o Seminário Menor Nossa senhora de Fátima em 1936. Reabriu a escola de Professores e catequistas. Fundou a Seara, a Imprensa da Diocese, a fábrica de tijolos, a Granja de Dare e Maloa. Foram fundadas dezenas de escolas primárias nas Missões e estações missionárias.

No seu entraram os salesianos em 1946, e as Irmãs dominicanas do Santíssimo Rosário, em 1953. Em 1958, convidou os Jesuítas para tomarem conta do Seminário. Apoio a ação das irmãs canossianas.

“Há mais de 33 anos que, pela primeira vez, pisei terras de Timor e tomei contacto com a sua gente. Desde então para cá se têm vindo, dia a dia, apertando os laços de espiritual afeto, que me ligam a este bom Povo Timorense, laços que ainda mais fortemente me vinculou a cruz do episcopado. Não se perde, assim, de ânimo impassível, um convívio tão profundo nem a comunhão em dores e alegrias de tantos anos. Para ainda mais agravar a mágoa desta despedida, levo comigo o desgosto de não ter podido ou fazer pelo Povo de Timor tanto quanto deseja e ele merecia.

Por isso, certamente me não levareis a mal que, na angústia deste momento, eu me ampare a alguns pensamentos de conforto e esperança. De todos o maior é o de ter podido dotar a Diocese de um Seminário e de ter visto já os seus primeiros e benéficos frutos. O Reino de Deus em Timor não se dilatará nem consolidará sem numerosos e santos Sacerdotes Timorenses.

Outro motivo de satisfação: o consolador e sempre crescente aumento da Comunidade Cristã. Recebi a Diocese com 30.000 Católicos. Entrego-as com mais de 150.000.

Ainda e só mais uma reconfortante verificação: durante o meu episcopado, vi subir o número de alunos nas Escolas Missionárias de 1 500 para 8 000.

Trabalho e mérito meus? Não! Deus me livre da tentação de só o de pensar. Tudo isso e algo mais foi possível, com a Divina Graça, pelo zelo e incansável labor de prestimosos Missionários, Religiosos, Professores e Catequistas; pela generosidade magnânima do Governo da Província e cooperação devotada de Autoridades locais.

É com prazer e inteira justiça que a todos tributo, ao retirar-me, o preito da minha profunda, indelével gratidão”.

Depois de deixar Timor, Dom Jaime Garcia Goulart, veio fixar a residência nos Açores. Mesmo longe de Timor e dos Timorenses, continuou a contribuir espiritualmente para a dilatação do Reino de Deus em Timor-Leste. Nas suas palavras proferidas em 31 de janeiro de 1967, tinha dito que tinha trabalhado na vinha do Senhor em Timor, durante 33 anos. Pois, depois de o apostolado direto nas terras de Missão, passou outros 30 anos, no Açores, em contínua oração e comunhão com a Igreja de Timor, de 1967 a 1997. Dom Jaime Garcia Goulart foi um Bispo missionário ativo e contemplativo, ao longo da sua longa vida. Com poucas palavras, ousou definir o retrato espiritual do nosso primeiro Bispo. “Ele foi homem de ação e de contemplação”! Termina esta longa palestra com as palavras que o saudoso Padre Ezequiel Enes, proferiu, no longínquo ano de 1956, quando Dom Jaime celebrava as Bodas as bodas de Prata sacerdotais, nos dias 10 e 14 de maio de em Díli, Timor Português.

“Há homens cuja biografia se pode resumir nestas poucas palavras: cumpriram com bondade o seu dever, dentro de modestas possibilidades, sem ostentação nem aparato. (...) São homens que vivem, na humildade, uma vida alta, em permanente ascensão espiritual que mais se adivinha do que se vê. (...) O segredo da sua força reside na harmonia plena do seu espírito unido a Deus e em permanente equilíbrio, apesar das flutuações do mundo em que vivem e dos acontecimentos, favoráveis ou adversas, que se desenrolam à sua volta. Amam a ordem, amam o arrumo, as suas atitudes são claras. O seu desassombro não é agressivo. A sua prudência não é estudada. A sua lealdade não é rude. Vencem sem humilhar. Conquistam sem magoar” (In Manuel Teixeira, *Macau e sua Diocese*, vol. X, Missões de Timor, Macau, 1974, p. 461-4629).

4.2. – PADRES AÇORIANOS EM TIMOR

4.2.1- Padre Ezequiel Enes Pascoal

Filhos de pais açorianos, nasceu no Brasil. Ainda adolescente partiu para Macau onde entrou no Seminário de São José;

4.2.2- Padre Norberto Amaral, natural da Terceira;

4.2.3- Padre Januário Coelho da Silva. Natural de Cinco Ribeiras, Terceira;

4.2.4 – Padre Manuel Silveira Luís,

natural da freguesia de Pedro Miguel, Iha de Faial. Fez o curso de filosofia e teologia em Macau. Depois da ordenação partiu para Timor, onde foi encarregado da escola de artes e ofícios. Depois de partiu para Soibada, onde durante cinco anos foi professor no seminário menor e na escola de professores catequistas. Depois da ocupação japonesa, foi colocado em Ossú. Ali fundou duas escolas. Um para os rapazes (Colégio do Menino de Santa Teresinha de Jesus) e outro para meninas (Colégio Óscar Ruas). Em 1956 foi transferido para Maliana, exercendo o cargo de superior da missão e diretor do colégio infante agreste de Maliana;

4.2.5. Padre Carlos da Rocha Pereira

Natural de freguesia de Santa Bárbara, Nove Ribeiras, Angra do Heroísmo, Terceira. Não foi um sacerdote de muitos predicados e de letras, mas um verdadeiro sacerdote e missionário. O Padre Carlos (em Timor era tratado por “padre Carlinhos” ou “amo lulik, abó Carlos), nasceu nos Açores, no dia 16 de março de 1910. Recebeu a ordenação sacerdotal no dia 31 de maio de 1937. Nomeado missionário em Timor, chegou a Díli em 8 de agosto do mesmo ano. Até à invasão das tropas japonesas o padre Carlos esteve na Missão de Hatolia. Em 1943, teve de seguir para Austrália juntamente com outros missionários.

Durante a ocupação do território pelos japoneses, o padre Carlos esteve no campo de concentração em Liquiçá. Mesmo assim, visitava os doentes, tanto em Liquiçá como em Maubara. Depois do armistício, o padre Carlos recebeu do governo da Colónia o louvor pelo seu serviço às populações.

Em 1949 era nomeado superior da missão da Fronteira, com sede em Fohorem. A missão conhecida também com o nome de Covalima abrangia os postos administrativos de Fohorem, Fatumean, Fatululic, Suai e Mape. As estações missionárias tinham todas como titular Nossa Senhora de Fátima. O padre Carlos da Rocha Pereira o território da sua jurisdição fazendo as viagens a pé ou de cavalo. Quando ia visitar um centro missionário, comunicava ao chefe do posto, e o liurai tinha de mandar um morador e um cavalo para buscar o padre. Chegado à povoação, ia cumprimentar as autoridades e, depois dirigia à capela, todas elas de palapa ou de capim para atender as confissões, administrar os sacramentos e celebrar a missa. Entretanto foi transferido para Dili.

Em janeiro de 1954 foi de novo nomeado superior da Missão de Covalima. Tempo depois era nomeado vigário cooperador nas missões de Oé-cusse e maliana. Em 1959 assumiu o cargo de Superior da Missão de Soibada e de Direto do Colégio Nun'Álvares Pereira. A 10 de fevereiro de 1961 era transferido para a Missão de Manatuto. Em 1963 era nomeado superior da missão de Suai. E a 24 de agosto de 1964 é transferido para a Paróquia de Balide. Tempo depois é nomeado capelão do Hospital Dr. Carvalho.

4.2.6. Leoneto Vieira do Rego,

Governador do Bispado, (1971). Filho de António Vieira do Rego e da senhora Mariana Ferreira Diniz, o padre Leoneto nasceu na Freguesia de Fenais da Luz, Concelho de Ponta Delgada, Ilha de São Miguel, a 8 de outubro de 1915. Fez os estudos da instrução primária na sua terra. Em outubro de 1927, entrou no Seminário Diocesano de Angra de Heroísmo (ilha Terceira). Recebeu a ordenação sacerdotal no dia 29 de junho de 1938. Trabalhou no Curato de Covoada até 1949., em que foi transferido para a Ilha do Corvo. Foi transferido para a Diocese de Díli (Timor) por Provisão eclesiástica de 23 de julho de 1955. Chegou a Timor em 1956. Foi colocado no Seminário de Nossa senhora de Fátima, em Dare como professor. Pelo Despacho nº 64, do mesmo ano foi nomeado, Diretor e Editor da revista "SEARA". Em 1960 era nomeado membro do Conselho Administrativo da Diocese. Em 1964, foi nomeado professor do Colégio Bispo Medeiros. Pelo Despacho nº 18 de setembro de 1968, foi nomeado Superior da Missão de Soibada e Diretor do Colégio "Nuno Álvares". Durante a ausência do Bispo, Dom José Joaquim Ribeiro, pelo Despacho nº 23/1971, de 12 de abril, foi nomeado Governador do Bispado de Díli, cargo que exerceu com competência.¹⁰³

4.2.7. - Padre José Pereira da Silva Brum

Freguesia de santa Bárbara, ilha do Pico. Professor no seminário menor, Dare, professor no colégio Infante Sagres, Maliana, até 1975;

4.2.8 - Padre Isidoro da Silva Alves (Freguesia) de São Roque, Pico;

4.2.9 - Padre José Carlos Vieira Simplício Silveira,

São Bartolomeu, Pico. Secretário particular de Dom Jaime. Chefe da Redação do jornal SEARA; professor no Liceu de Díli;

4.2.10 - Padre Reinaldo Cardoso

¹⁰³ TEIXEIRA, Manuel, ob. cit., vol. X, pp. 467-468.

da Freguesia da Faial da Terra, São Miguel. Professor no Colégio São Francisco Xavier, Dare; missionário em Suai; 3.11 - Padre João Brito; Freguesia de Raminho. Terceira. Pároco de Motael, Díli; 3.12 - Padre Ivo Rocha; Feteira, Angra do Heroísmo, Terceira. Professor em Díli

4.2.11- Padre Manuel Vítor (Monsenhor)

Arrifes, São Miguel. Missionário em Oé-cusse. Saiu em 1975 de Timor.

4.2.12 - IRMÃO JESUÍTA DANIEL ORNELAS

Faleceu no dia 3 de setembro, na cidade do Porto, este Irmão Jesuíta que trabalhou em Timor-Leste, durante 47 anos, servindo a Igreja local e o Povo Timorense, especialmente em Dare, Laulara, Balibar, Talitu, Bessilau, Fatissi, Aileu e Remexio.

O Senhor Daniel Ornelas nasceu em Raminho, Ilha Terceira, Açores em 1926. Entrou para a Companhia de Jesus em 1949, tendo trabalhado nas Casas Jesuítas do Porto (um ano), de Lisboa (3 anos) e em Roma (seis anos). Tinha 82 anos de idade e 60 de vida religiosa.

Durante o tempo da ocupação indonésia, ficou sempre em Dare, servindo as populações das aldeias circunvizinhas como enfermeiro diligente: visitava as famílias, fazia curativos, distribuía medicamentos e consolava os tristes e os aflitos. Não fazia política; a política do Irmão Ornelas era servir as populações mais carenciadas. Nos dias do Natal e da Páscoa ia a Lecidere (Paço Episcopal), cumprimentar o Prelado, pondo-o ao corrente das atividades que desenvolvia.

Porto, 6 de março de 2013.

Dom Carlos Filipe Ximenes Belo

ISBN: 978-989-8607-01-0

XIX COLÓQUIO DA LUSOFONIA AICL MAIA, São Miguel, Açores, 14-17 março 2013



ISBN: 978-989-8607-01-0

20º COLÓQUIO DA LUSOFONIA
SEIA, Portugal 15-18 outubro 2013

ISBN: 978-989-8607-02-7

ÍNDICE XX COLÓQUIO DA LUSOFONIA SEIA outubro 2013

1) Afonso Teixeira Filho	Universidade S. Paulo, Brasil	Os Lusíadas Em Mirandês	1.11
2) Álamo Oliveira	Escritor Convidado, Terceira, Açores	Madalena Férin	2.2
3) Alexandre Luís	Univ Beira Interior	O Reforço Da Imagem Da Portugalidade Pelo Estado Novo: A Cartada Lusotropicalista	1.11
4) Carla Luís	Univ Beira Interior	O Reforço Da Imagem Da Portugalidade Pelo Estado Novo: A Cartada Lusotropicalista	
5) Anabela Sardo	Instituto Politécnico Da Guarda	<i>Escritores Da Madeira E Dos Açores No Projeto "Horizontes Insulares": Por Isso Voltarei De Carlos Alberto Machado E Os Monstros De Ana Teresa Pereira</i>	1.3
6) Anabela Sardo	Instituto Politécnico Da Guarda	<i>Cinco Dias, Cinco Noites (Manuel Tiago / Álvaro Cunhal): A Literatura "Comprometida" Como Forma Superior De Ser E Entender O Mundo</i>	1.3
7) Chrys Chrystello	AICL	Literatura E Açorianidade, Álamo Oliveira	2.1
8) Concha Rousia	AGLP Academia Galega Da L P	(Painel Das Academias)	1.10
9) Elisa Branquinho	Instituto Politécnico Da Guarda E Es Seia	<i>Cinco Dias, Cinco Noites (Manuel Tiago / Álvaro Cunhal): A Literatura "Comprometida" Como Forma Superior De Ser E Entender O Mundo</i>	
10) Evanildo Bechara	SESSÃO DAS ACADEMIAS	ABL/ RJ, BRASIL	3.1
11) Isa Severino	Instituto Politécnico Da Guarda	Florbela Da Confissão Do Diário À Reinvenção De Si	1.3
12) João Malaca Casteleiro	Academia Das Ciências De Lisboa	(Painel Das Academias) Da Minha Língua Vê-Se O Mar – Vergílio Ferreira	1.10
13) José Lopes Moreira Filho	Universidade São Paulo, Brasil	Extração De Palavras-Chave Em Textos De Língua Portuguesa Para Criação Automática De Atividades De Leitura	1.9
Judite Jorge - ausente	Escritora, Pico, Açores	Prémio Açorianidade	
14) Luciano Pereira	Instituto Politécnico De Setúbal	Contributos Mitríacos No Culto Do Divino Espírito Santo E Algumas Das Suas Expressões Na Literatura Tradicional	1.3
15) Luís Mascarenhas Gaivão	Universidade De Coimbra	Língua Portuguesa: De Colonial, Global E Transcultural A Localizada, Do Sul E Com Crescente Valor Económico	1.1
16) Luísa Ribeiro	Escritora, Terceira, Açores	Caderno De Caligraphia E Outros Poemas A Marga	2.1
17) M^a Helena Ançã Com Tatiana Guzeva	Universidade De Aveiro	Língua Portuguesa E Lusofonia: Na Voz De Universitários Portugueses E Brasileiros	1.6
18) M^a Zélia Borges	Universidade Mackenzie	Cada Terra Com Seu Uso, Cada Roca Com Seu Fuso	1.8
19) Mário Meleiro	Instituto Polit ^o . Da Guarda	Antedatações Ao Dicionário Houaiss Da Língua Portuguesa	1.1

20) Neide Ferreira Gaspar	Universidade De São Paulo, Brasil	Reflexões Sobre Termos Culturalmente Marcados Em Duas Traduções Para O Francês De <i>Gabriela, Cravo E Canela</i>	3
21) Norberto Ávila	Escritor, Terceira, Açores	Dois Irmãos Gémeos De Santa Comba E Outras Histórias	2.1
22) Perpétua Santos Silva	CIES-IUL	Língua Portuguesa No Espaço Jurídico De Macau	1.8
23) Raul Gaião	Colaborador Do Dicionário Academia Ciências E Houaiss Língua Portuguesa	D. JOSÉ, DA COSTA NUNES: O MISSIONÁRIO DO ORIENTE - Evangelização E Aprendizagem De Línguas	2.3
Raul Gaião	Idem	Cozinhaçam Di Macau E Língua Maquista	1.8
24) Rolf Kemmler	UTAD (Univ De Trás-os-Montes E Alto Douro)	Notas Sobre A Perceção Dos Açores No Mundo Anglófono Novecentista Iii: Edward Boid E <i>A Description Of The Island Of St. Michael (1835)</i>	2.4
25) Simona Vermeire	Universidade Do Minho	Devir Genético E Desvio Geográfico Da Jangada Ibérica	1.1
26) Tatiana Guzeva E Helena Ançã	Universidade De Aveiro	Língua Portuguesa No Ciberespaço: Difusão, Crescimento E Valores	1.9
27) Zaida Ferreira	Instituto Politécnico Da Guarda	<i>Cinco Dias, Cinco Noites (Manuel Tiago / Álvaro Cunhal): A Literatura "Comprometida" Como Forma Superior De Ser E Entender O Mundo</i>	
28) Zilda Zapparoli	Universidade De São Paulo, Brasil	Unidade Na Diversidade: A Língua Oral Do Português Variante Brasileira	1.4

Trabalhos apresentados 20º colóquio Seia 2013 ISBN: 978-989-8607-02-7

5. AFONSO TEIXEIRA FILHO, KATHOLIEKE UNIVERSITEIT, LEUVEN, BÉLGICA, BRASIL



AFONSO TEIXEIRA FILHO,

TEMA 1.11 Os LUSÍADAS EM MIRANDÊS, AFONSO TEIXEIRA FILHO, KATHOLIEKE UNIVERSITEIT, LEUVEN, BÉLGICA, BRASIL

Neste ensaio, trataremos da tradução para o mirandês do épico de Luís de Camões. O tradutor Francisco Niebro procurou preservar as características próprias da língua, sua oralidade, sem arriscar-se a produzir novos vocábulos, a introduzir na língua mirandesa palavras estranhas a ela, a incorporar-lhe neologismos. O cuidado

tomado por ele corresponde a uma visão purista da língua. Se por um lado essa visão pretende proteger a língua de influências estranhas a ela, sobretudo em se tratando de uma língua que tantas interferências recebeu do português e do castelhano, por outro lado enfraquece-a, pois é o contato entre as línguas que permite a elas a expansão de seu léxico e a aquisição de novas ideias, sem o que elas se perdem no tempo e desaparecem.

1. Introdução

O teórico da tradução Antoine Berman (1942-1991), em um ensaio intitulado “*Chateaubriand, traducteur de Milton*”¹⁰⁴, menciona que a penetração das literaturas de língua inglesa e alemã na França, durante o romantismo, fez com que os tradutores rompessem com a tradição tradutória francesa das *belles infidèles*, traduções que buscavam produzir um texto em francês como se nessa língua fora escrito. O resultado era um texto bem escrito, mas pouco fiel ao original.

O interesse dos românticos pelas literaturas de outros países exigia traduções mais fiéis, mais próximas ao original. Isso demandou uma mudança nas técnicas de tradução e, também, afetou a língua para a qual os textos eram traduzidos. Nesse caso, o francês.

A tradução que o romancista francês François-René de Chateaubriand fez do *Paradise Lost* de Milton é uma tradução que, para reter as ideias do original, sacrifica a estrutura da língua francesa. Adota estrangeirismos, não apenas para traduzir o inglês de Milton, mas para traduzir também os estrangeirismos do próprio Milton, o qual adotara latinismos, italianismos e hebraísmos em seu próprio poema.

O que Chateaubriand fez não foi novidade. A Bíblia de Lutero serviu-lhe de exemplo. Mas foi graças à tradução de Lutero que o alemão se tornou uma língua literária, incorporando elementos e vocábulos de outras línguas (hebraico, grego e latim).

O contato entre as línguas é o que permite a expansão cultural e o vigor delas. Sem esse contato, a língua morre.

2. Os estudos da tradução

A tradução é uma atividade humana muito antiga e antiga é também a teorização dessa atividade. Autores como Cícero e São Jerônimo já escreviam sobre o assunto. Mas essa teorização só começou a se transformar em ciência de umas décadas para cá. No entanto, desde sempre, o ponto mais importante da teoria da tradução foi este: a tradução deve aproximar o texto original da língua e da cultura para as quais ele é traduzido ou, pelo contrário, deve aproximar essa língua e essa cultura da língua e da cultura do texto original. Em outras palavras, o texto traduzido deve parecer um texto traduzido ou um texto original?

Definitivamente, não há resposta para essa questão. Ou melhor, há muitas respostas, mas todas elas lançam mais dúvidas sobre ela do que a solucionam. Muitos tradutores, por exemplo, pensam que o texto traduzido deva parecer uma produção original. Outros pensam ao contrário. E há também os que pensam que o texto traduzido seja uma coprodução entre autor e tradutor.

¹⁰⁴ Berman (1999).

O importante a saber é que toda teoria da tradução desliza de um lado para outro entre uma concepção e outra. E toda tradução também o faz.

O ensaio de Berman sobre a tradução francesa do *Paradise Lost* faz corpo com outros dois ensaios em que o autor comenta a tradução da *Antígona* de Sófocles feita pelo poeta alemão Hölderlin e sobre a tradução da *Eneida* de Virgílio pelo poeta francês Pierre Klossowski.

Todas essas traduções são consideradas traduções que subverteram a língua para a qual foram traduzidas por incorporarem elementos semânticos, prosódicos e morfológicos das línguas originais. Segundo o autor dos ensaios, são essas as grandes traduções, aquelas que subvertem a língua na qual são feitas. Elas promovem um verdadeiro diálogo entre as culturas e são um fator de enriquecimento tanto para a língua, quanto para o pensamento do povo que recebe esse tipo de tradução.

Berman chama essas traduções de traduções feitas à letra. A literalidade é o objetivo das melhores traduções.

3. Os Lusíadas em mirandês

Parece-nos que o labor de fazer da língua de Miranda do Douro uma língua culta, traduzindo-se para ela os clássicos da literatura mundial e portuguesa, é obra de uma única pessoa: Francisco Niebro.

Francisco Niebro é um dos pseudônimos de Amadeu Ferreira, nascido em Sendim, no Concelho de Miranda do Douro, em 1950. Com esse pseudônimo, publicou diversos livros de poesia em mirandês ou em edições bilíngues, além de traduções de poetas portugueses (*Mensaige*, de Fernando Pessoa), espanhóis, franceses, alemães e de língua inglesa. Traduziu, também uma edição em quadrinhos (banda desenhada) de *Os Lusíadas*.

Com o pseudônimo de Marcus Miranda, publicou *Poetas Lhatinos*, traduções de Horácio e Catulo.

É de sua autoria a conhecida tradução dos quatro Evangelhos, *Os Quatro Eibangeilhos*, que fez com o nome de Amadeu Ferreira, e dos dois volumes das histórias de Astérix existentes em mirandês.

A tradução integral de *Os Lusíadas*, de Camões, para o mirandês, feita por Niebro, demandou oito anos de trabalho e foi publicada em setembro de 2010.

É uma tradução que surpreende não apenas pelo trabalho árduo que consiste na transposição dos 8816 versos do poema, mas também pela magnífica qualidade da tradução. Ela é tão bem feita que se poderia crer que o poema fora escrito originalmente em mirandês. Apesar da proximidade que há entre o português, língua do original, e o mirandês, língua da tradução, uma tradução entre as duas línguas não é tarefa fácil, sobretudo quando se trata de uma tradução em versos e com rimas.

Ainda que pareça simples verterem-se estes versos,
Que da Ocidental praia lusitana,
Por mares nunca dantes navegados,

para estes,

*Que, d'Ocidental praia Lusitana,
Por mares datrás nunca nabegados,*

não será tarefa fácil traduzirem-se estes outros:

*E entre gente remota edificaram
Novo reino que tanto sublimaram.*

O tradutor procurou sinônimos para os termos “remota”, “edificaram” e “sublimaram”, por entendê-los demasiado eruditos, e optou por sinônimos de uso mais popular, como “construíram”, “longe” e “engrandeceram”, os quais seriam mais adequados a uma língua que vinha, até então, sendo formada por aldeães e camponeses isolados em um mundo rural. Francisco Niebro resolveu essas dificuldades com a seguinte versão:

*I antre giente de loinge custruírun
Nuobo reino, que tanto angrandecírun;*

Outras dificuldades, de difícil contorno, devem ter atrapalhado o serviço do tradutor. Por exemplo, como tratar os termos náuticos que se encontram por toda parte em *Os Lusíadas*, uma vez que grande parte deles deve ser desconhecida a um povo que vive dos frutos da terra e não dos frutos do mar? E quanto ao vernáculo?

Não há bons dicionários de mirandês. Parece que o mais completo deles seja o *Pequeno vocabulário mirandês-português*, de Moisés Pires, que abrange pouco mais de 12 mil palavras. Como, então, lidar com a riqueza vocabular do poema de Camões?

Quase todas as palavras que se encontram na tradução de Niebro, como em todo texto literário escrito atualmente em mirandês, são termos próprios comuns na língua de Miranda do Douro. Alguns, no entanto, provêm do português, como o nome de deuses pagãos, de instrumentos de navegação, topônimos, etc. Nesses textos, evitam-se palavras de origem duvidosa, palavras que nenhum mirandês teria dito. Mas é certo que muitos vocábulos novos poderiam ser introduzidos nessa língua por meio das traduções sem, contudo, afetar-lhe a prosódia.

Palavras poderiam ser forjadas em mirandês aplicando-se determinadas regras, como, por exemplo, substituindo-se o prefixo des- pelo ç-: “çtruir” (destruir), “çpuntar” (despontar), etc.; ou substituindo-se o prefixo em- por am-: “ampalhar” (empalhar), etc. Há ainda muitas outras formas, como a palatalização da L inicial latina, “llobo” (lobo), e manutenção da N intervocálica latina, “lluna” (lua; latim *luna*).

A utilização dessas regras permite o uso de termos que talvez nunca tenham existido na língua mirandesa. No entanto, essa língua sempre foi uma língua de camponeses e sua cultura expressou-se sempre em linguagem oral. Com o início dos estudos da língua, surgiu também uma literatura escrita, ainda que recente, de pouco mais de cem anos. Essa literatura retirou a língua de sua pré-história e ela começou a engrandecer-se com a produção de textos e, sobretudo, com a tradução das grandes obras da literatura.

A tradução é um processo radical, que altera sensivelmente o patrimônio primitivo de uma língua. A língua se transforma e é apenas essa transformação que lhe permite continuar a existir. Todas as línguas vivas passaram por essa transformação. Aquelas que, em determinado momento, deixaram de transformar-se, extinguíram-se.

O filólogo português, José Leite de Vasconcellos, foi um dos pioneiros do estudo da língua mirandesa. Em 1882, publicou a obra *O dialeto mirandês*. Quatro anos depois, viajou para Miranda do Douro para estudar a língua localmente. Em 1901, surgiu uma obra mais completa intitulada *Estudos de filologia mirandesa*. Ela contém uma pequena Antologia de literatura mirandesa, inclusive algumas traduções que o próprio Leite de Vasconcellos fez de Camões. Há, ali, algumas estâncias de *Os Lusíadas*.

A tradução de Leite de Vasconcellos evita, como a de Niebro, uma terminologia erudita. A primeira estrofe do poema ficou desta forma:

*Las armas e les omes afamados
Que furũ de la tierra Lusitana,
Por mares d'atrás nunca nabegados,
Inda pr' alhá de l' ilha Taprobana,
Á peligros i guerras biẽ sforçados,
Más de l que prometie la força oumana,
O antre gente de lõge stabeleciũ
Nobo reino que tanto angradeciũ.*

Se compararmos essa tradução com a de Niebro,

*Aqueilhas armas i homes afamados
Que, d'Ocidental praia Lusitana,
Por mares datrás nunca nabegados,
Passórun par'alhá la Taprobana,
An peligros i guerras mui sforçados
Mais do que permetie la fuorça houmana,
I antre giente de loinge custruírun
Nuobo Reino, que tanto angradécírun,*

percebemos, em primeiro lugar, uma mudança ortográfica, a qual evidencia, não uma influência portuguesa mas, apenas, que a língua busca uma normatização e que vem, portanto, sendo tratada como uma língua culta.

Mas, no que diz respeito à tradução, percebe-se que os dois tradutores evitaram os seguintes termos: “barões” ou “varões”; “assinalados”; “remota”; “edificaram”; e “sublimaram”. Esses termos não se encontram nos glossários e dicionários mirandeses. Por que não?

São palavras que se encontram em diversas línguas românicas e têm origem no latim. Em castelhano, temos *varón*; em italiano *rimota*; em francês *signaler*; etc. O fato de não os encontrarmos em línguas minoritárias como o mirandês, o leonês, o aragonês, o romanche, etc., é um indício de que essas línguas não se encontram em um estágio de evolução. Termos eruditos são, geralmente, incorporados à língua tardiamente, quando ela já se encontra formada. Tomemos um exemplo. A palavra “mancha”, em português, deriva do latim *macula, ae*, o qual originou em

português também as palavras “malha” e “mágoa”. Tardamente, contudo, eruditos incorporaram ao glossário português o termo “mácula”. Esse processo de formação de vocábulos resulta, amiúde, em termos esdrúxulos.

Quando Leite de Vasconcellos procurou traduzir algumas estâncias de *Os Lusíadas*, não lhe era possível criar ou incorporar vocábulos, uma vez que o trabalho dele foi pioneiro e tinha como propósito tirar o mirandês de seu estágio pré-histórico. Francisco Niebro rejeitou também a incorporação de vocábulos, embora ela lhe tivesse sido bastante útil.

4. Formação de palavras

Há vários processos de formação de palavras no português, mas ressaltaremos os dois mais comuns (a ela e às línguas latinas em geral): derivação e composição. Derivação consiste, basicamente, no acréscimo de morfemas a uma determinada palavra (afixos); composição, na união de duas ou mais palavras ou radicais para formar um novo termo. Por meio desses dois processos, formam-se novos vocábulos em todas as línguas românicas, ainda que esses processos não lhe sejam exclusivos. Eles se repetem nas línguas germânicas, eslavas, etc. Mas, para aquilo de que tratamos aqui, temos que esses dois processos, por serem encontrados em todas as línguas românicas, encontram-se também no mirandês. Funcionam, na maioria das vezes, de forma natural e acompanham a evolução da língua oralmente. É o falante da língua quem os cria. Mas esses processos também definem a formação de neologismos, sejam eles naturais ou literários.

Analisemos algumas palavras formadas por prefixação, que é uma das modalidades da derivação.

O prefixo des-, que exprime negação, oposição ou carência, é, certamente, de origem latina. Encontramo-lo em vocábulos como destapar, desprezar, despontar, destruir, etc. Ainda que nas línguas românicas não haja um prefixo único para indicar essas formas¹⁰⁵, o prefixo des- (ou de-) é, nelas, bastante prolífico, como podemos ver nestes exemplos: *despuntar*, *despreciar* (castelhano), *débander*, *détruire* (francês), *distuggere*, *disprezzare* (italiano), *a distruge*, *a dispretui* (romeno). Em aragonês, por exemplo, há diversas palavras iniciadas pelo prefixo des-. Em leonês, no entanto, esse prefixo é es- (*estruyire*, “destruir”; *espreciare*, “desprezar”). Em mirandês, devido ao parentesco dessa língua com o grupo arturo-leonês, o prefixo des- é também representado por uma fricativa sibilante, mas sem a vogal: ç-. Dessa forma, temos os vocábulos *çtapar*, *çtruir*, *çpreziar*, etc.

Há, porém, diversos prefixos de origem latina ou grega que se acomodam perfeitamente em mirandês e que são os mesmos em português: ab-, ad-, pré-, re-, etc. Mas, devido à evolução própria da língua, alguns prefixos mirandeses diferem de seus equivalentes portugueses, como por- (em vez de pro-) e ç- (em vez de des).

O prefixo inter-, por sua vez, torna-se anter- no mirandês¹⁰⁶, mas é comum nessa língua que se iniciem em an- aquelas palavras que, em português, iniciam em in- (ou en-): *anteirado*, *anteiriço*, *anterditar*, *anterferir*, *anterrar*, etc.

¹⁰⁵ Por exemplo, “desprezar”, em francês é *mépriser*; “despontar”, em italiano, é *spuntare*.

¹⁰⁶ *Anterbenir*, *anterceder*, *anterditar*, *antermear*, *anterpretacion*, etc.

Uma outra característica evolutiva do mirandês é a aceitação natural de metaplasmos: *arrecelar*, *arrecular*, *arrefundar*, *arrenegar*, etc.

Conhecendo-se esses mecanismos, podem-se criar palavras em mirandês sem corromper a estrutura da língua. E, se o tradutor que trabalha com um texto de erudição tiver dúvidas acerca da existência desse termo e de sua adequação à língua, pode sempre ocorrer ao leonês ou asturiano.

5. Evolução da língua mirandesa

O mirandês é uma língua românica, cuja gênese ainda não está totalmente esclarecida. José Leite de Vasconcelos afirmou, em seus *Estudos de filologia mirandesa*, que essa língua derivava diretamente do latim. Ramón Menéndez Pidal, por sua vez, afirmou ser o mirandês derivado do leonês. Seja como for, o que parece certo é que o mirandês cedo se estabeleceu e se isolou no lado português do Douro e que, a partir daí, passou a receber mais influência do português que do leonês ou do castelhano.

Apesar de a região de Miranda do Douro estar mais próxima da Espanha do que do restante de Portugal, o acesso a ela desde a Espanha sempre foi difícil. Se os leoneses lá chegaram centenas de anos atrás, lá ficaram isolados, e seu povo, a partir de então, passou a ter mais contato com os portugueses do que com os espanhóis. É por isso que encontramos no mirandês radicais leoneses e um vocabulário e uma articulação vocálica bem próximas ao português.

Assim como no leonês, o mirandês palatalizou a L inicial latina. Palavras como *luna* e *lupus* evoluíram para *lluna* (lua) e *llobo* (lobo). Palatalizaram-se também os grupos pl-, cl- e fl-: *pluvia*, *clave* e *flamma* deram *chuvia* (com o ch forte como no castelhano: tch), *chabe* (chave) e *chama*. As vogais O breve e E breve, do latim, ditongaram-se, como no castelhano: *puôrta*, *tiempu*. A inicial F, que no castelhano se transformou em H, foi mantida no mirandês (como em português): *facer*, *forno*, *fondo*.¹⁰⁷ A consoante N, em posição intervocálica, manteve-se em mirandês como no português: *rana* (rã) e *lluna*.

O mirandês tem outras características evolutivas, como a palatização das consoantes duplas (*castielho*, *anho* e *danho*) e a ditongação da breve tônica (*ferrum* > *fiêrro*).

Esse quadro resumido mostra-nos que a língua mirandesa se comporta, evolutivamente, ora como o português, ora como o castelhano e ora como o leonês, não se podendo, portanto, atribuir ela uma origem única.

Os eruditos que estudaram a língua mirandesa -- e os tradutores que para ela verteram textos importantes de outras literaturas com o propósito de enriquecê-la -- certamente conheciam bem o comportamento evolutivo da língua e sabiam em que ela se diferenciava das línguas mais próximas a ela. Os tradutores, contudo, não se atreveram a criar palavras e a emprestar ao mirandês termos de outras línguas, procedimentos que poderiam enriquecê-la. Temiam agredir a língua, contaminá-la com neologismos e elementos estranhos a ela.

¹⁰⁷ Em castelhano, *hacer*, *horno* e *hondo*, respetivamente.

As línguas rejeitam os neologismos quando eles são desnecessários ou malformados. Quanto aos estrangeirismos, o processo de aceitação ou rejeição é um pouco distinto. Em um primeiro momento, a língua, sempre se abre a novos vocábulos, aceitando-os. Com o tempo, eles são esquecidos ou assimilados foneticamente; razão pela qual se mantiveram, em português, termos como “futebol” e se rejeitaram outros como “goalkeeper” (ou quíper) ou “Guarda-metas”.

Todavia, uma língua impermeável a novos termos é uma língua em extinção. É como um ser vivo que, se não se nutre, morre. A língua se nutre de palavras, e as palavras refletem os pensamentos e as ideias do falante da língua. Se não há termos novos, não há ideias novas. A paralisia do pensamento é a morte do ser pensante.

Os tradutores que se atreveram a verter *Os Lusíadas* para o mirandês esbarraram em um problema seminal para a língua: ou mantinham intactas as características dela ou a subvertiam com elementos estrangeiros. No primeiro caso, arriscavam-se a deixá-la estanque; no segundo, a descaracterizá-la. A decisão era difícil. Por que não deixar, então, que o próprio autor, e não o tradutor, decidisse qual o melhor caminho a ser seguido?

Uma das características de *Os Lusíadas* é a erudição de seu autor. A riqueza vocabular que o poema apresenta demonstra que se trata de obra de erudição e não de um poema popular, ou de uma obra do folclore. Por que, então, traduzi-lo para uma forma popular?

Por causa disso, a tradução de *Os Lusíadas* para o mirandês feita por Francisco Niebro, parece mais uma paráfrase do que uma tradução propriamente dita. Uma análise dos termos substituídos por ele, comprovam essa hipótese.

Se tomarmos as 20 primeiras estrofes do poema, encontramos nelas, aproximadamente, 25 termos de reduzida ocorrência em obras literárias e de reduzidíssima ocorrência na linguagem falada. Relacionamos esses termos, abaixo, mostrando como Niebro os verteu para o mirandês.

Canto Primeiro

1

As armas e os <u>barões assinalados</u> ,	Homes afamados
E entre gente remota <u>edificaram</u>	Custruírun
Novo Reino, que tanto <u>sublimaram</u> ;	Angrandecírun

2

Daqueles Reis, que foram <u>dilatando</u>	Oumentando
A Fé, o Império, e as terras <u>viciosas</u>	Perdidosas
De África e de Ásia andaram <u>devastando</u> ;	Arrasando
E aqueles, que por obras <u>valerosas</u>	Balerosas

4

Um estilo <u>grandiloquo</u> e corrente,	Grandioso
--	-----------

5

Dai-me uma fúria grande e <u>sonorosa</u> ,	Alblidosa
---	-----------

E não de agreste <u>avena</u> ou fruta ruda, Mas de tuba <u>canora</u> e <u>belicosa</u> ,	Pastoril Guerreira e afruntosa
6 Vós, ó novo temor da <u>Maura</u> lança,	Moura
7 <u>Cesárea</u> ou <u>Cristianíssima</u> chamada;	Cezária ou Crestianíssema
8 E quando desce o deixa <u>derradeiro</u> ; Vós, que esperamos jugo e <u>vitupério</u>	Redadeiro Mal
9 Os olhos da real <u>benignidade</u>	Bundade
10 Por um <u>pregão</u> do ninho meu paterno. Daqueles de quem sois senhor <u>superno</u> ,	Pregon Supremo
12 Por estes vos darei um Nuno <u>fero</u> ,	Fiero
13 Outro Joane, <u>invicto</u> cavaleiro,	Baliente
14 Um Pacheco <u>fortíssimo</u> , e os temidos	Fortíssemo
16 Em quem vê seu <u>exício afigurado</u> ; Mostra o pescoço ao <u>jugo</u> já inclinado; Tethys todo o <u>cerúleo</u> senhorio	Findar repersentado Jugo -
18 E vereis ir cortando o <u>salso argento</u>	Mar
19 Os ventos <u>brandamente</u> respiravam, Das naus as velas <u>côncavas</u> inchando;	Criançosos Côncabas

Pisando o cristalino Céu formoso,
Convocados da parte do Tonante,

Fremoso
Tonante

6. Comentários:

Estrofe 1

O termo mirandês *barão* refere-se não a homens nem a nobres, mas ao aumentativo de “vara”.

Niebro, assim como Leite de Vasconcellos, evitou a palavra “assinalados” por entender que em mirandês não teria o sentido de “determinados”, “famosos”.

A explicação por terem os dois tradutores evitado o termo “sublimaram” é o desejo de evitar o duplo sentido que ele tem no original. Camões não se refere apenas ao engrandecimento do reino de Portugal, quando escreve “sublimaram”, mas também ao engrandecimento do reino de Cristo, o qual é sublime.

Estrofe 2

Embora os glossários existentes não registrem o termo *dilatar*, ele aparece em asturiano e castelhano. A opção por *oumentar*, com o mesmo número de sílabas, deve-se, acreditamos nós, à decisão do autor de simplificar o vocabulário do texto.

O termo “viciosas”, no entanto, está registrado em diversos glossários do mirandês como “biciosas”. Traduzi-lo por *perdidosas*, ao invés de diminuir-lhe o campo semântico, amplia-o.

Quanto a “devastando”, os glossários não registram a forma *debastando*, ainda que seja plausível sua existência.

O termo “valeroso”, em português, é a forma arcaica de “valoroso”. O mirandês conserva essa forma arcaica. O tradutor escolheu-a por ser a forma corriqueira da língua.

Estrofe 5

Alblidosa (habilidosa). O tradutor preferiu um sinônimo iniciado por vogal, pois usara *anspiraçon* para verter “fúria”. Alongando o número de sílabas dessa palavra, teve de fazer uma elisão entre a penúltima e a última palavra do verso.

“Avena”. Ao usar *pastoril*, o tradutor substituiu um termo específico por um genérico, empobrecendo o texto.

Estrofe 6

Outra característica de *Os Lusíadas* é a diversidade de termos usada para se referir aos muçulmanos e a Maomé: Mauros, mouros, Mafoma, Maoma, etc. O adjetivo “mauro” está, por exemplo, no topônimo “Mauritânia”. Percebe-se, por esse e por outros exemplos, como a simplificação vocabular restringe o sentido dos termos e empobrece o texto.

Estrofe 8

O termo *redadeiro* é comum em mirandês. “Vitupério”, no entanto, não consta dos glossários. Mas o termo caberia bem no mirandês, visto que é bem aceito por outras línguas românicas: *vituperio* (castelhano), *vitupero* (italiano), *vitupère* (francês), etc.

Estrofe 13

A palavra latina *invictus* é composta do particípio passado do verbo *vinco, is, ere* (vencer), acrescido do prefixo *in-* (não). *Invicto* era aquele que não podia ser vencido. Sua incorporação ao português é tardia e tomada por via erudita. É perfeitamente adequada ao mirandês. O tradutor não arriscou-se a escrever algo como *inbicta*, porque, nesse caso, usaria uma palavra sem registro em sua língua ou corromperia a grafia latina dessa palavra.

Estrofe 14

Grande parte dos termos esdrúxulos existentes no português foram forjados por via erudita. O superlativo sintético quase não é usado na língua falada e ocorre pouco em textos literários anteriores ao século XVIII. Era mais comum, entretanto, no italiano. Quanto ao mirandês, não temos como sabê-lo, devido à falta de literatura escrita nessa língua antes do final do século XIX. Mas, com a normatização da língua e elaboração de uma gramática, o mirandês reconhece essa forma do superlativo.

Estrofe 16

O registro mais antigo do termo “exício” está em *Os Lusíadas*. Não parece, porém, que tenha sido um termo cunhado por Camões. Se foi, é bem possível que por empréstimo do italiano *esizio*. Palavras próximas a essa ocorrem em abundância nas línguas românicas: êxito em português e seus equivalentes em outras línguas; *exit* (inglês); etc. Todas elas derivam do latim *exitus* (ação de sair). O termo não deve existir em mirandês, e sua prosódia dificulta-lhe a introdução nessa língua.

Em relação ao termo *jugo*, é necessário discorrer um pouco sobre o uso dele no contexto. Camões diz que o bárbaro gentil inclina o pescoço à simples visão do rei de Portugal. O bárbaro tem, diante dessa visão, “o pescoço ao jugo já inclinado”. Camões trabalha aqui com diversos sentidos. A palavra “jugo” tem, no verso, sentido metafórico: peso, submissão. Mas tem, também, um sentido mais concreto, o do próprio jugo que se coloca na cerviz do boi, do animal de carga, do animal submisso. É a luta da civilização cristã contra a civilização do bárbaro. Não vem ao caso o fato de esse bárbaro, o mouro, ser, à época de Camões, mais civilizado do que o cristão.

Niebro utilizará *cachaço*, que é a forma mais comum de se dizer “pescoço” em mirandês. Mas é também a forma mais comum de se referir ao pescoço dos animais.

Estrofe 18

O “salso argênteo” do poema transformou-se em seu sentido: “mar”. A metáfora da folha de prata e de sal desapareceu na tradução. É esse um procedimento de paráfrase.

Estrofe 19

A palavra “brando” existe em mirandês e é homógrafa do português. A escolha do tradutor embeleza o texto, embora lhe modifique um pouco o sentido.

Estrofe 20

O adjetivo “formoso”, em português, tem muitas formas: formoso, fermoso, fromoso, fremoso, sendo, essas duas últimas de cunho popular. Em castelhano, o termo correspondente é *hermoso*. Transpondo-o para o leonês,

teríamos *fermoso*, como no mirandês. Entretanto, o registro dessa forma no interior do Brasil (fenômeno conhecido como insulamento), indica que ela era usada no português antigo.

As escolhas feitas por Niebro revelam que, em geral, ele se absteve de enfrentar o problema da tradução de termos eruditos ou de baixa ocorrência, preferindo, sempre, sinônimos mais corriqueiros. Com isso, como já dissemos, ele evitou incorrer em estrangeirismos ou grafar termos inexistentes em mirandês. Mas o seu texto, embora seja uma tradução interlinear do texto de Camões e busque corresponder a ele verso por verso, destoa do texto do poeta português pela falta de erudição vocabular ou, se quisermos, pela simplicidade das palavras utilizadas.

7. Conclusão

Fracisco Niebro realizou uma belíssima tradução de *Os Lusíadas* para o português. Malgrado as escolhas que fez, simplificando o vocabulário do original e não se arriscando a usar neologismos e estrangeirismos, acabou por realizar um belo trabalho. Essa tradução é um texto musical, agradável de se ler, declamar e ouvir. É poesia. Mas poesia de cunho popular. O resultado dessa tradução foi transformar uma obra de literatura erudita num poema popular. Mas isso aproxima-o de Homero.

A literatura épica antiga era feita para ser cantada, memorizada. Não era trabalho escrito. O poema de Camões, por sua vez, é obra de uma sociedade moderna, comercial, que prezava o valor da escrita. O problema com a tradução de Niebro é que um poema moderno foi transformado em literatura oral, quando a intensão de traduzi-lo foi justamente outra: a de preservar, por meio da escrita, uma língua que se aproxima do exílio.

8. Bibliografia

Almeida, Napoleão Mendes (1986). Gramática metódica da língua portuguesa, São Paulo: Editora Saraiva.

Berman, Antoine (1999). La traduction et la lettre ou l'auberge du lointain. Paris: Éditions du Seuil.

Camões, Luís Vaz de (2010). *Os Lusíadas*, tradução para mirandês de Fracisco Niebro, Lisboa: Editora Âncora.

Herculano de Carvalho, J. G. Por que se fala dialecto leonês em terra de Miranda? in "Estudos Linguísticos" I, B. N.: L. 34618-19 V.

Pires, Moisés (2004). Pequeno vocabulário mirandês-português, Miranda do Douro: Câmara Municipal de Miranda do Douro.

____ (2009). *Elementos de Gramática Mirandesa*. Miranda do Douro: Câmara Municipal de Miranda do Douro.

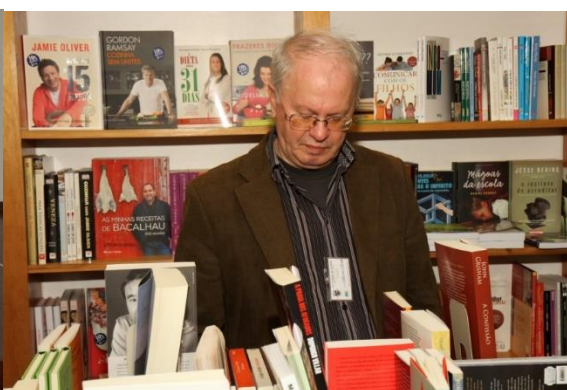
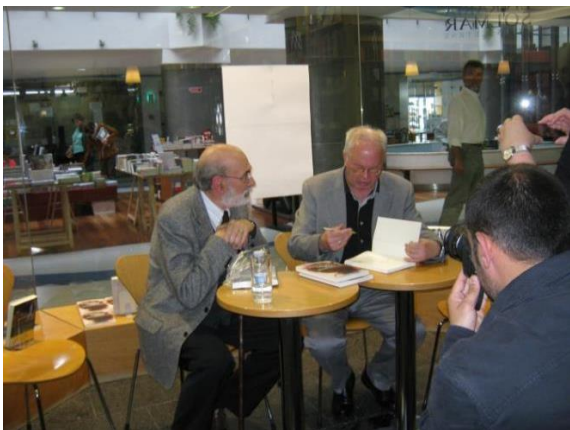
Rodríguez, Eugênio Miguélez (2000). *El dialecto leonés y el nombre de las cosas*. León: **Ediciones leonesas**.

Vasconcellos, José Leite de (1901). Estudos de Philologia mirandesa, Lisboa: Imprensa Nacional.

6. ÁLAMO OLIVEIRA, ESCRITOR CONVIDADO 2013, TERCEIRA, AÇORES



ÁLAMO OLIVEIRA



TEMA 2.2. APRESENTA TEMA PEDIDO DE LEITURA: A POESIA DE MADALENA FÉRIN, ÁLAMO OLIVEIRA, ESCRITOR AÇORIANO

Ninguém pode calcular o peso do silêncio sobre o tempo. Até o olhar desfoca perdendo as linhas principais do corpo. Depressa se perdem os que pareciam ser sinais imortais e inesquecíveis. Morre-se há cinquenta anos, há duas semanas, há doze horas e a capacidade de vestir quem morre com o nevoeiro do silêncio é a mesma de sempre.

Madalena Férin morreu há três anos. Apenas. O peso do silêncio que cai sobre ela é simplesmente escandaloso. Mas é assim que se cumpre o destino de tantos outros, até daqueles que, aparentemente, deixaram maior visibilidade literária.

Madalena Férin pertence a uma família que marcou os Açores e Portugal em quase todo o século XX: Fernando Monteiro (engenheiro), Armando Monteiro (filósofo e poeta), Jacinto Monteiro (sacerdote e historiador), Madalena Férin (licenciada em Filosofia e técnica superior do Instituto de Meteorologia e Geofísica em Lisboa), José Nuno da Câmara Pereira (artista plástico de projeção internacional).

Nascidos na ilha de S, Miguel, foram viver, ainda crianças, para Santa Maria – ilha onde o pai exerceu, simbolicamente, as funções de animador e de adido cultural.

A formação cultural de Armando Monteiro da Câmara Pereira permitiu-lhe pertencer a um grupo de personalidades singulares, com quem partilhou ideias e saberes e que marcaram as opções culturais dos filhos. Criar um «*pensamento açoriano*» era, então, uma das preocupações desse grupo, no qual pontificava outro Armando – o Côrtes-Rodrigues.

Madalena Férin cresceu neste ambiente de saudável aprendizado cultural – ambiente dito saudável porque lá não se fizeram sentir as ideologias fascistas adaptadas a Portugal através de Salazar. Depois de adulta e já residente em Lisboa, ela teve a coragem de pugnar a favor dos princípios e valores democráticos. A sua ficção narrativa reflete, de forma clara, as suas preocupações na defesa da Liberdade.

Aos vinte e oito anos, Madalena Férin publicou uma coletânea a que chamou de *Poemas*. Vinte e sete anos depois, saiu *Meia-Noite no mar*. É um salto grande em termos de calendário, mas é-o maior em termos de maturação literária.

Seguiu-se um período com alguma regularidade editorial. Em 1987, através da então Direção Regional dos Assuntos Culturais, publicou *A Cidade Vegetal e outros poemas*.

Três anos depois, ganhou o prémio «Antero de Quental – poesia – com *O Anjo Fálco*. Este livro foi publicado pela mesma Direção Regional, na qualidade de promotora do referido concurso literário.

O Número dos Vivos foi o seu primeiro romance. Saiu sob a chancela editorial do Instituto Açoriano de Cultura e deste livro disse, por ocasião da sua apresentação em Angra: «*Sendo este o seu primeiro romance, Madalena Férin consegue ultrapassar as dificuldades de uma escrita que, temperamentalmente, lhe estaria bloqueada. A fragmentarização aparente de O Número dos Vivos é uma opção intencional e assumida como estrutura, também ela constituindo uma permanente motivação de leitura, A caracterização dúbia das personagens e dos factos destrói as certezas e as verdades. Há apenas probabilidades, ficando suspenso no momento exato em que a chave parece poder abrir a porta. É na euforia da solução pressentida que o leitor adquire a certeza de que, afinal, a chave é meramente hipotética.*

Com a criação da Coleção «Garajau», as Edições Salamandra publicaram três livros de poesia de Madalena Férin (*Bem-vindos ao Caos*, 1996; *Dormir com um Fauno*, 1998; *Prelúdio para o Dia Perfeito*, 1999).

Através da mesma editora, fez publicar o segundo romance *África Annes: o nome em vão* (2001). Sobre este livro, Maria Estela Guedes escreveu: «*Este romance é uma das obras mais açorianas que conheço e só ele mereceria a homenagem da gente dos Açores a Madalena Férin.*»

Escreveu também: «*Não se trata então de um romance histórico, nem de reconstituição verosímil do passado, antes de uma aventura poética pelo que na História, se não é ficção, com ela rivaliza – o maravilhoso popular que povoa os relatos dos cronistas.*» (...) «*o livro é um documento poético do drama insular, em dois campos diversos: o da antropologia do imaginário e o da instabilidade geológica dessas ilhas açorianas, nascidas no que ao tempo de África Annes se chamava o Mar Ocidental.*»

Nesta espécie de arrolamento bibliográfico, importa relevar que, apesar das incursões pela área da ficção narrativa, Madalena Férin é bem mais poeta. Dito assim, até parece que é possível pesar a criação literária através da predominância dos seus géneros. Mas Madalena Férin foi/é sobretudo poeta, com uma genialidade muito singular no que respeita à forma como se serve da poesia, tornando-a voz de uma alma telúrica, fêmea firme sem atavios nem disfarces.

Toda a poesia de Madalena Férin tem a ilha como tema, descrevendo-a sem recorrer a cenários paisagísticos, preferindo o lado tumultuoso e recôndito, apesar do que a sua poesia transporta de lírico, até pousar na ilha como porto da utopia. Aliás, Armando Côrtes-Rodrigues, numa carta-prefácio para um livro de Madalena Férin, escreveu: «*Andam também em todos os teus poemas este sabor de retumbância oceânica, que é sina dos que abriram os olhos à vida na vastidão do Atlântico que nos cerca.*»

Nesta «retumbância oceânica» Madalena Férin entra no mundo apocalítico da palavra, onde deuses e demónios se digladiam por conta da apreensão de sentimentos, não evitando naufragar na fantasia que há de permitir cantar o amor. E mesmo quando os sonhos se desfazem, algo se aprende, molda, amadurece. Estamos perante uma poesia que está repleta da teluricidade lávica das ilhas. Isso não a apouca emocional, literária e geograficamente. Pelo contrário: universaliza-a – até pela autenticidade com que declarou:

*«Do oceano trouxe o mito e as tempestades/
Marés e vento ondinas e sereias/
Do oceano trouxe a intensa escuridão/
Da Atlântida diluída em minhas veias.»*

Só quis lembrar, entre tantos outros nossos poetas esquecidos, Madalena Férin.

Raminho, 10 de setembro de 2013 - Álamo Oliveira

7. **ALEXANDRE LUÍS E**
8. **CARLA LUÍS, UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR**



Luís

Alexandre António da Costa Luís

Carla Sofia Gomes Xavier



TEMA 1.11 O REFORÇO DA IMAGEM DA PORTUGALIDADE PELO ESTADO NOVO: A CARTADA LUSOTROPICALISTA, ALEXANDRE ANTÓNIO DA COSTA LUÍS, UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR E CENTRO DE HISTÓRIA DA SOCIEDADE E DA CULTURA DA UNIV. DE COIMBRA (ALUIS@UBI.PT), CARLA SOFIA GOMES XAVIER LUÍS, UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR E CENTRO DE ESTUDOS EM LETRAS DA UTAD, (CXAVIER@UBI.PT)

Palavras-chave: Estado Novo; Gilberto Freyre; Império Português; Lusotropicalismo; Oliveira Salazar.

Resumo:

Para o Estado Novo, o Ultramar constituía, sem dúvida, um dos principais pilares do nacionalismo português, uma vez que era encarado, pelo mencionado regime, como a máxima exemplificação do engenho e da criatividade lusitanas, isto é, como a mais acabada ilustração da vocação missionária, civilizadora e espiritual do País.

Opinava-se, inclusivamente, que este último não podia conceber-se sem as Colónias, ardilosamente metamorfoseadas em Províncias Ultramarinas, as quais permitiam alimentar a ideia de um Portugal dotado de avultada dimensão territorial. Caso fosse esvaziado dos seus espaços da Ásia e da África, muitos acreditavam que

Portugal ficaria irremediavelmente condenado a formar uma pequena nação da Europa, um simples país periférico sem influência lá fora e com risco de perder a própria independência.

Pois bem, o presente estudo destina-se, em especial, à exposição de algumas reflexões acerca do reforço da imagem da portugalidade deliberadamente promovido pelo Salazarismo depois do fim da Segunda Guerra Mundial, em resposta aos ventos da descolonização que sopravam com crescente intensidade na cena internacional.

A fim de travar a ameaça que era atribuída a este fenómeno geopolítico, o Estado Novo, que também estava preocupado com a sua própria sobrevivência, procedeu, a par das reformas incrementadas por via jurídica, à instrumentalização de determinados aspetos do lusotropicalismo, o qual, fruto da sua paternidade estrangeira (brasileira) e, portanto, da circunstância de constituir uma sedutora tese oriunda do exterior do regime, se prestava excelentemente a ser manuseado pelo regime salazarista como ferramenta e peça nuclear de uma espécie de “operação de cosmética” direcionada para a promoção de uma dada ideia/imagem positiva de Portugal. Num quadro em que as autoridades expunham um País liberto (“nominalmente”) da condição de Império e como feitor de uma colonização benigna, o hino à portugalidade passava, por exemplo, pela nossa afirmação como entidade pluricontinental una, fraterna e indivisível, pela exaltação da especificidade da presença lusíada nos Trópicos, pela orientação cristã, pela ausência de preconceitos rácicos, pela igualdade perante a lei e pela partilha da língua.

Toda e qualquer abordagem histórica suficientemente rigorosa demonstra que seria um erro grosseiro desvalorizar o peso peculiar que a saga colonial exerceu nos altos e baixos das dinastias reinantes e dos sucessivos regimes políticos instaurados em Portugal (desde a Monarquia de Avis até ao aparecimento da III República). A título de exemplo, retenha-se que o tempo do Estado Novo atesta na perfeição esta última consideração, particularmente quando pensamos no período ulterior ao fim da Segunda Guerra Mundial, durante o qual o fenómeno geopolítico da descolonização entrou, em termos planetários, na sua etapa decisiva, uma vez que os valores da autodeterminação e dos direitos humanos, pela ação de distintos fatores, viram o seu nível de universalidade crescer substancialmente. Como tal, assistiu-se ao triunfo incontornável de novos paradigmas internacionais.

Na realidade, convém perceber que as enormes dificuldades sentidas por muitos dos Estados colonialistas europeus aquando da luta contra as potências do Eixo enfraqueceram, significativamente, não só a sua imagem no exterior, como também a sua administração e capacidade de controlo sobre os territórios coloniais dos continentes asiático e africano. Ademais, as elites autóctones, por hábito educadas na Europa, conheciam as ideologias metropolitanas, tais como a democracia e o nacionalismo, cobiçando, sem surpresa, a aquisição da independência. Por seu turno, os dois principais vencedores da guerra total de 1939-1945, a União Soviética e os Estados Unidos da América, ansiavam pela autonomia dos povos. No caso dos americanos, tratava-se, de certa forma, de dar continuidade a uma tradição que lhes era muito cara desde a guerra da independência (1776-1783); no que diz respeito aos soviéticos, entendiam o cenário da descolonização da Ásia e da África como a oportunidade de reunir novos aliados para o combate ao capitalismo e em favor da propagação mundial do comunismo, bem como uma questão sensível que causaria danos assinaláveis no relacionamento entre a Europa Ocidental e os Estados Unidos. Em boa verdade, é fácil de compreender que o posicionamento das duas superpotências, direcionado para o desaparecimento dos impérios coloniais, derivava consideravelmente do nascente contexto de Guerra Fria, levando-as a sustentar um forte interesse em ampliar, pelos vários continentes e mares, as suas esferas de influência, como é óbvio à custa das agora debilitadas potências europeias, procurando, ao mesmo tempo, conquistar a simpatia do Terceiro Mundo. Por

sua vez, sobretudo à medida que a dinâmica de sucessivas independências se ia produzindo, sob o impulso de acontecimentos como a Conferência de Bandung, datada de 1955, contribuindo para o engrossamento do bloco reivindicativo afro-asiático, a «ONU [criada em 1945] tornou-se [...] a “tribuna do anticolonialismo militante, o júri de arbitragem”, na qual as potências coloniais tomaram muitas vezes o lugar de réus» (Martins, 1996: 702). Isto é, a mencionada organização operou como a montra mundial, por excelência, das transformações ideológicas em curso, contrárias ao incremento de experiências de mística imperial e favoráveis ao direito dos povos a disporem de si mesmos, o que não deixaria de criar uma onda de apreensão junto dos dirigentes do Estado Novo, de modo algum imunes ao que sucedia na cena internacional. Na prática, a contestação à soberania lusa no além-mar iniciar-se-ia logo em 1946, quando Jawaharlal Nehru, então vice-presidente do Governo provisório da Índia, proclamara «*que a Índia portuguesa não podia manter-se na situação em que se encontrava*» (Léonard, 2000: 33).

Com efeito, a política externa estado-novista registará, após 1945, «*um afastamento em relação aos princípios aceites pelo sistema internacional e pela Europa Ocidental, acompanhado pela adoção de uma política defensiva, que visa atrasar o inevitável*» (Telo, 1996: 776). Especificando um pouco melhor, desde meados do século XX, a projeção ultramarina portuguesa confrontava-se, no domínio político, com uma ameaça que enegrecia bastante o seu futuro: o crescente sentido pejorativo atribuído à categoria «império», ou seja, a «crise de legitimidade» que atingia em força o edifício e a solidez dos «sistemas coloniais», resultante tanto do elevado crescimento dos princípios da autodeterminação dos povos e da condenação do racismo, que, neste último caso, o conhecimento dos hediondos crimes cometidos pelo regime nazi ajudou inevitavelmente a firmar, como da «*descrença na superioridade da civilização ocidental e na missão tutelar das nações europeias sobre as raças até aí geralmente tomadas como “atrasadas” ou “inferiores”*» (Alexandre, 2005: 82; *idem*, 2000: 540).

Ora, para o Salazarismo, o Ultramar constituía um dos grandes pilares do nacionalismo português, na medida em que singrava como a máxima exemplificação do engenho e da criatividade lusitanas, isto é, como a mais acabada ilustração da vocação missionária, civilizadora e espiritual do País. Opinava-se inclusivamente que este último não podia conceber-se sem os espaços ultramarinos, os quais permitiam concretizar a noção de um Portugal composto de extensa dimensão geográfica, amplidão deliberadamente propagandeada por via do manejo do material cartográfico. Esvaziado destes territórios, o País ficaria circunscrito a uma pequena nação do Continente europeu, um país periférico, sem influência na cena internacional, correndo o risco de perder a própria independência. Daí, em parte, a política rígida de Salazar e, mais tarde, do seu sucessor, Marcelo Caetano, devotamente orientada para a montagem de uma obstinada resistência à maré descolonizadora e que denuncia, na perfeição, o imobilismo do regime, isto é, a sua gritante incapacidade em dialogar com os movimentos de libertação e, logicamente, em perceber as forças imparáveis da História, declinando, uma vez mergulhado na Guerra Colonial, qualquer solução política para a mesma.

Nos anos que se seguiram ao fim da Segunda Guerra Mundial, perante as críticas que tendiam a emergir, e adivinhando-se, sem dúvida, um agravamento das circunstâncias tanto na Ásia quanto no Continente africano, Portugal intentou, por um lado, evitar a ameaça de isolamento internacional, trabalhando no sentido da sua inclusão nos novos fóruns e instâncias internacionais, a começar pelas Nações Unidas, organização à qual se candidata em 1946¹⁰⁸, na adesão, em 1948, à OECE, ou figurando como Membro fundador da NATO em 1949 (neste domínio,

¹⁰⁸ Portugal foi admitido na ONU em 1955.

graças sobretudo ao valor estratégico da Base das Lajes) e, mais tarde, em 1960, da EFTA, bem como, por outro, encontrar uma resposta ao processo de fundação da CEE, do qual não fazia parte, mediante um projeto de formação de um mercado livre entre o Continente e o Ultramar, e ainda retirar a marca imperialista à dominação exercida sobre as paragens tropicais.

Neste particular, no ano de 1951, através de uma estratégica revisão constitucional, as *Colónias* eram engenhosamente metamorfoseadas em *Províncias Ultramarinas*, compondo com a Metrópole uma Nação una e indivisível. Por outras palavras, ao mesmo tempo que o Governo de Lisboa afixava que a descontinuidade geográfica entre as províncias metropolitanas e as províncias do além-mar constituía um dado irrelevante, ou seja, insuficiente para reconhecer a existência de Colónias, o Salazarismo extinguiu, formalmente, o Império Português e procurava destacar, de uma forma bem mais saliente, que os territórios do Ultramar faziam parte de um todo nacional solidário e inalienável, espalhado por vários continentes. Procurava-se, como é perceptível, contrariar os argumentos daqueles que sustentavam que Portugal possuía territórios não autónomos. Ou, conforme explica António Silva, a referida revisão constitucional e «a revogação do Ato Colonial corresponderam ao triunfo do modelo integracionista – também chamado de “assimilação uniformizadora” ou “unitarismo assimilador” – e da conceção de um Estado português pluricontinental, do Minho a Timor, qualificado pela doutrina oficial como “uma unidade política indivisível, unitária e permanente”» (Silva, 1996: 22).

Na sequência da mencionada alteração de natureza jurídico-institucional, era, no ano de 1953, promulgada a Lei Orgânica do Ultramar Português, que, diga-se em abono da verdade, pouco inovava no âmbito da administração ultramarina. No ano subsequente, viria a ser promulgado um novo Estatuto dos Indígenas das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique, com o desígnio de propiciar, por fases, a assimilação integral e a conquista da cidadania lusa.

Correndo a década de 50, o regime decidiu dotar-se de uma outra importante arma de defesa do “sistema colonial”, potenciadora, interna e externamente, de um discurso de afirmação do triunfo de um clima harmónico entre Portugal e os espaços ultramarinos, alimentado, por exemplo, pela alegada ausência de racismo dos Portugueses e sua vocação específica para se cruzarem com os outros núcleos humanos. Estamos, em bom rigor, a fazer referência à orientação do regime centrada nos atos de aceitar, aclamar e instrumentalizar o lusotropicalismo, tese resultante das reflexões de um insigne intelectual estrangeiro sobre a capacidade e peculiaridade da colonização lusitana do Brasil. Podemos, pelo menos, considerar que o «lusotropicalismo aparecia para o Estado Novo na melhor altura possível, porque lhe permitia defender-se melhor face aos ataques externos» (Sousa, 2008: 44). O poder socorria-se, por conseguinte, da teoria formulada já nos anos 30 pelo sociólogo brasileiro Gilberto Freyre (os seus alicerces são lançados na obra *Casa-Grande & Senzala*, datada de 1933¹⁰⁹) e que, no entendimento nacionalista das autoridades portuguesas, individualizava o caso ultramarino lusitano, ao negar-lhe o carácter opressivo e racista, e justificava, quer em termos ideológicos quer culturais e científicos, a política asiática e africana exercida pelo Estado Novo. O seu conteúdo proclamava, basicamente, que as relações firmadas pelos Portugueses com os povos das zonas tropicais observavam um padrão singular, radicado, no essencial, na contemporização, na compreensão e na adesão aos seus valores, numa atmosfera sociologicamente cristocêntrica, permitindo, desta forma, o florescimento, por

¹⁰⁹ Gilberto Freyre [1957], *Casa-Grande & Senzala. Formação da Família Brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal*, Lisboa: Edição Livros do Brasil. Consultar, necessariamente, os capítulos I (Características gerais da colonização portuguesa do Brasil: formação de uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida): 15-93) e III («O colonizador português: antecedentes e predisposições»: 189-256).

interpenetração cultural e também biológica, de um todo integrado, ou seja, de uma «civilização lusotropical» (cf. Alexandre, 1996: 756). Como sintetiza Valentim Alexandre, na ótica de Gilberto Freyre,

«as relações estabelecidas pelos Portugueses com os povos do Ultramar seguiriam um modelo específico, diferente do que é próprio dos povos do norte da Europa. Nomeadamente, o Português teria uma capacidade especial para se “unir aos trópicos” por uma união de amor e não de interesse, baseada na compreensão e na adesão aos valores culturais das populações que aí foi encontrar. Esta “natureza tropicalista” explicar-se-ia quer por um provável fundo africano da população indígena peninsular (pré-romana) quer sobretudo pelo longo contacto dos Portugueses com Árabes e Berberes, que lhes teriam ensinado a conhecer e adotar noções e atitudes ignoradas pelos outros europeus» (Alexandre, 1999: 392).

O facto de ser um intelectual brasileiro, dotado de prestígio e de credibilidade internacionais, a reconhecer e a tecer considerações avultadamente positivas acerca da brandura, tolerância e fraternidade do movimento colonizador português constituía, sem dúvida, um dado novo. Nesse sentido, a par das reformas desenvolvidas através da via jurídica, sem que, todavia, se registassem alterações de enorme vulto no sistema político colonial, o lusotropicalismo, até por constituir uma sedutora tese oriunda do exterior do regime, prestava-se excelentemente a ser manuseado pelo Salazarismo como cartada e peça nuclear de uma espécie de “operação de cosmética” vocacionada para a exaltação e divulgação de uma dada ideia/retrato de Portugal, liberta do estigma do Império ou, se quisermos, do pejorativo rótulo de país detentor de Colónias.

Ouçamos algumas palavras produzidas por Jorge Seabra:

«Contudo, estas mudanças jurídicas e ideológicas que nortearam o Estado Novo desde 1951 não seriam baseadas em efetivas transformações ao nível do pensamento que orientava as lideranças, mas fundamentalmente na necessidade de apresentar externamente uma imagem diferente da conceção imperial anterior» (2011: 45).

Não é demais sublinhar que, no que concerne à diplomacia, a imagem nacional de um qualquer Estado exerce, por norma, um impacto qualitativo de relevo sobre as relações ditas interestatais. Quer isto dizer que a continuidade das relações diplomáticas encontra-se fortemente marcada por aquilo que é a representação do país projetada no exterior pelas entidades competentes. Deste modo, na época em análise, perante o leque e a complexidade dos desafios que evoluíam, tornava-se imperioso, para o Estado Novo, promover e difundir uma imagem nacional de natureza positiva que elevasse e identificasse o valor do País por via de uma série de referências históricas, culturais, mitológicas, entre outras. Ora a recuperação do lusotropicalismo pelo Salazarismo funcionava, precisamente, como uma ardilosa retórica de propaganda da portugalidade¹¹⁰, procurando firmar/fortalecer o retrato vinculador do casamento exemplar e sentimental entre a Metrópole e as Províncias Ultramarinas, de explicitação da unidade e integridade da Nação pluricontinental portuguesa e de estímulo à diretriz de instalação da população natural do Continente no além-mar, tudo isto com o fito de diluir as críticas estrangeiras e a eternizar a nossa presença na Ásia e em África. A realidade, porém, estava longe de poder confirmar tamanho desiderato, isto é, o desaparecimento das estruturas que encarnavam a existência de um Império Colonial Português.

¹¹⁰ Na ótica de Cruz Malpique, a portugalidade identifica-se com «uma atitude humana que nos valorize, dentro e fora de Portugal», caracterizada por «um conjunto de qualidades positivas», tais como a «vontade firme» e a «imaginação construtiva» (1972: 5-6).

É inquestionável que o Ultramar ou Províncias Ultramarinas emergiam como a peça angular e preponderante no que diz respeito à perspetiva geopolítica abraçada por Oliveira Salazar, para quem apenas por via das terras lusíadas de além-mar Portugal poderia continuar a pretender desempenhar um papel de assinalável relevo no contexto internacional e, desta forma, não resvalar, em termos da sua conservação, para o perigoso patamar de país de segunda ou terceira categoria (*cf., por exemplo, Menezes, 2010: 477-478*). Em tempos caracterizados pela ascensão hegemónica dos Estados Unidos e da União Soviética, o mesmo juízo pode ser, de certo modo, alargado à Europa, uma vez que o Presidente do Conselho pensava que a garantia para uma recuperação efetiva do lugar privilegiado do Continente europeu no Mundo estava dependente da manutenção dos espaços ultramarinos. É igualmente legítimo afirmar que o Governo de Lisboa sustentava que, devido a uma deficitária e quiçá mesmo distorcida informação dos outros governos, ou pelo facto destes últimos insistirem em soluções políticas que, por cá, se consideravam manifestamente erradas, as instâncias internacionais não apreciavam com a devida clarividência o singular e meritório processo histórico da colonização portuguesa, que fazia parte integrante da vida e missão evangelizadora e civilizadora da Nação Lusíada, onde a mestiçagem biológica e de culturas brotava como fonte de progresso e de desenvolvimento, isto num quadro em que o poder estado-novista afiançava que as províncias ultramarinas não eram exploradas económica e financeiramente em prol das metropolitanas.

Devido ao destaque que a preservação do além-mar ostentava no seio do nacionalismo salazarista, até por ser encarada como uma matéria essencial à sobrevivência do próprio regime, tornou-se, assim, urgente achar uma receita que contribuísse para impedir qualquer cedência parcial que causasse um imparável efeito de dominó sobre o resto do Império Português e, por conseguinte, que ajudasse a travar a ameaça oriunda das pressões externas favoráveis à autodeterminação das Colónias, ao fenómeno da descolonização. Ora, a terapia adotada, como já foi anteriormente frisado, revestiu-se de duas formas complementares: a via jurídica, que passava em larga medida pela revisão da constituição, sobretudo pela mudança de terminologia, precisamente no sentido de consagrar o postulado da unidade nacional, ou seja, o conceito de um Portugal como Nação pluricontinental, reunindo províncias europeias e ultramarinas, logo (“nominalmente”) sem Colónias; e a via ideológica, de apropriação e instrumentalização de parte das teses do lusotropicalismo, provenientes das reflexões do cientista social brasileiro Gilberto Freyre. Explícite-se que toda esta temática tem merecido a atenção especial de diversos estudiosos, tais como Yves Léonard, autor do artigo «*Salazarisme et Lusotropicalisme, Histoire d'une Appropriation*»¹¹¹ inserido na Revista francesa *Lusotopie*, concretamente no volume intitulado *Lusotropicalisme. Idéologies Coloniales et Identités Nationales dans les Mondes Lusophones*, e Cláudia Castelo, que redigiu «*O Modo Português de Estar no Mundo*». *O Lusotropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961)*, trabalho publicado pelas Edições Afrontamento.

Convém referir que a apropriação político-ideológica por parte do Salazarismo de parcelas do labor de Freyre, tendo por base o propósito de servir eminentemente de argumento cultural e científico à nossa permanência na Ásia e sobretudo em África, tardou algum tempo a iniciar-se. Com efeito, se é verdade que as posições de Gilberto Freyre tinham, já na década de 30, gerado certo interesse em círculos universitários e na própria imprensa, não é menos evidente que o regime salazarista só cederia à sua sedução a partir do começo dos anos 50. De facto, iniciada pouco depois da revisão constitucional, que, no fundo, prepara o enamoramento entre o regime e a perspetiva gilbertiana, a viagem oficial que Freyre empreende entre agosto de 1951 e fevereiro de 1952 pelas províncias lusas, por convite de Sarmento Rodrigues, então ministro do Ultramar, habilita-se a ser encarada como o ato que simboliza o ponto de

¹¹¹ Note-se que este estudo foi reproduzido na *História da Expansão Portuguesa*, dirigida por Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri.

partida para a apropriação das teses do investigador brasileiro pelo regime de Salazar, até porque foi durante este longo périplo que o sociólogo fez uso, pela primeira vez, da expressão «lusotropicalismo», que já germinava nos seus estudos precedentes, lembra Yves Léonard (2000: 39).

Sem surpresa, Sarmiento Rodrigues, respeitando diretrizes provenientes do Presidente do Conselho, não deixará de se intrometer no desenho do programa da visita (cf. Castelo, 1999: 89). Importa também mencionar que a referida viagem constitui «*um dos momentos em que mais claramente se revela a (quase) convergência nacional em torno da defesa da soberania portuguesa sobre os territórios ultramarinos*» (Castelo, 1999: 95-96).

Por detrás quer da atitude de ignorância quer da de rejeição das teorias de Freyre, cultivadas pelo Estado Novo nos anos 30 e 40, estava, por certo, a noção de que a defesa da miscigenação feita por este estudioso colidia com a visão imperial fomentada por Armindo Monteiro, banhada de darwinismo social e de uma conceção hierárquica entre as raças. Realmente, no seio do regime, prosperavam vozes que criticavam vivamente a mistura racial, alegando que causava efeitos nocivos, desde logo degenerescência do carácter. De igual modo, na mesma altura, o facto das ideias do investigador brasileiro usufruírem da atenção de opositores ao regime, só podia dificultar a anuência estado-novista. De resto, medravam certas desconfianças em torno dos desígnios de Freyre, estimuladas pela sua adesão, em 1945, «*à Sociedade dos Amigos da Democracia Portuguesa, que do Brasil, onde acabava de ser criada, dava o seu apoio, em Portugal, ao Movimento de Unidade Democrática*», conforme recorda Yves Léonard (2000: 38).

A recuperação e a instrumentalização de certos postulados lusotropicalistas pelo campo do poder dar-se-ão, como já foi descrito, a partir dos anos 50, quando o nacionalismo salazarista, mormente por uma questão de calculismo político, bem visível aquando da confrontação da cronologia do surgimento da tese gilbertiana com a da perfilhagem pelo regime, intenta travar as crescentes pressões anticolonialistas geradas pela comunidade internacional, procurando uma fundamentação ideológica e uma consagração supostamente científica para a sua posição, no mínimo obstinada, em matéria de salvaguarda da unidade do espaço português, logo de frontal oposição ao processo descolonizador. Deste modo, em nome da preservação da nossa soberania no além-mar, assistíamos a uma apropriação parcial e instrumental da doutrina de Freyre, fechando-se, portanto, os olhos a hipóteses potenciais que a teoria não inviabilizava, tais como a da existência de mais de dois Estados no quadro da civilização dita lusotropical. Em rigor, o Salazarismo empreende uma leitura nacionalista, aligeirada e tendenciosa do trabalho elaborado por Freyre, politizando-o especialmente em favor de interesses relacionados com a política externa portuguesa, de projeção internacional do carácter não colonial da nossa presença fora da Europa. Esta situação era, até certo ponto, facilitada pela circunstância do cientista social brasileiro identificar os alicerces do lusotropicalismo (miscigenação, fusão cultural, ausência de preconceito racista) com o papel histórico de Portugal, exposto como «*missão evangelizadora*», de proteção da «*alma ou o sentido cristão de vida*» (Léonard, 2000: 42) que, note-se, Salazar intentava, a todo o custo, preservar. Daqui se infere um elã integrador que estruturava uma Nação multirracial cimentada pela fé cristã.

Não é despiciendo realçar as seguintes palavras de Cristiana Bastos:

«*Aqueles que entre nós conviveram com a iconografia das escolas primárias de Salazar dificilmente deixam de reconhecer estes argumentos e imagens tão familiares: os soldados de Albuquerque casando com indianas em quadrinhos românticos hollywoodescos, os mapas assinalando o espalhamento e integração do*

império português, nativos sortidos de mãos dadas e sorrisos nos lábios, antecipando o multiculturalismo Benetton, o mito do não racismo e do grande humanismo dos Portugueses» (1998: 431).

Do ponto de vista interno, conforme anota Cláudia Castelo, torna-se indiscutível que «*uma versão simplificada do lusotropicalismo foi entrando no imaginário nacional contribuindo para a consolidação da autoimagem em que os portugueses melhor se reveem: a de um povo tolerante, fraterno, plástico e de vocação ecuménica*» (2011: 273).

Em abono da verdade, não é excessivo reiterar, como perspicazmente observam Nuno Monteiro e António Costa Pinto, que o lusotropicalismo assumiu uma dimensão de tal ordem que acabou, inevitavelmente, por extravasar «*o Estado Novo, permeando com alguma durabilidade a cultura política portuguesa até à atualidade*» (Monteiro e Pinto, 2005: 62).

No entanto, há que apontar o labor efetuado por uma série de estudiosos que contrariam alguns dos tópicos reportados por Gilberto Freyre na constituição da sua teoria. Neste particular, o nosso enfoque vai necessariamente para o aclamado historiador inglês Charles Boxer, cujo percurso está ligado à mais importante cátedra de Estudos Portugueses no Reino Unido. Ao estudar, em variadas épocas e espaços geográficos,

«o ordenamento social reproduzido pela colonização, [...] criticou o entendimento habitual da falta de discriminação racial no império português, destacando a importância fundamental da situação social na estruturação assimétrica da sociedade colonial: o acesso às principais instituições (Câmaras e Misericórdias) era limitado aos setores de origem portuguesa; apesar de “nativos” poderem aceder ao sacerdócio nunca conseguiram posições significativas na hierarquia da Igreja; muitos hospitais e obras de caridade não assistiam sequer as populações “indígenas” e os escravos» (Sousa, 2000: 75).

Como se sabe, nos finais dos anos 50 e inícios de 60, perante o agravamento das questões ultramarinas, fruto das continuadas críticas oriundas da ONU e de outros meios, incluindo da imprensa estrangeira¹¹², reforçadas pela aceleração do processo de descolonização no Continente africano, com destaque para a independência do Congo Belga, em junho de 1960, território contíguo a Angola, e ainda com o intuito de minorar o impacto nos fóruns internacionais da eclosão da Guerra Colonial em terras angolanas, a joia da coroa, corria o ano de 1961¹¹³, e da invasão e ocupação pela União Indiana de Goa, Damão e Diu, o regime salazarista intensifica a propaganda lusotropicalista, sempre no sentido da afirmação no exterior da ideia da originalidade da colonização portuguesa, da unidade pluricontinental e plurirracial da Nação lusa. A título exemplificativo, retenha-se a presença, no ido ano de 1958, do País na Exposição Universal e Internacional de Bruxelas. Precisamente, como destaca Cláudia Castelo, «na obra publicada por iniciativa do Comissariado Português da Exposição, sugestivamente intitulada *Portugal. Oito séculos de história ao serviço da valorização do homem e da aproximação dos povos*, encontramos com facilidade referências à doutrina lusotropical» (1999: 97). Por outro lado, no começo de 1959, o ensaio de Freyre *Integração Portuguesa nos Trópicos*, publicado na Coleção CEPS do Ministério do Ultramar, beneficiaria de uma expressiva divulgação junto das embaixadas, consulados e representações diplomáticas lusas no estrangeiro. Não muito tempo

¹¹² A título de exemplo, no ano de 1961, o jornal *Resistenza*, de Turim, destinava o número especial de 11 de novembro à temática do colonialismo luso. Como adverte Vera de Matos, «os títulos evidenciam o teor das críticas». Eis alguns exemplos: «Portugal adormecido de Salazar é uma ameaça para a Europa, a África e a democracia»; «o que é o Estado Novo: miséria, ignorância, exploração» (cf. Matos, 2010: 130).

¹¹³ O início do conflito em Angola pôs em risco a própria manutenção de Oliveira Salazar no poder, isto em abril de 1961, aquando da tentativa frustrada de golpe de estado liderada pelo ministro da Defesa Júlio Botelho Moniz (cf. Menezes, 2010: 499 e ss.).

depois, concretamente em 1962, o novo título de Gilberto *O Luso e o Trópico*, estrategicamente traduzido em língua francesa e em língua inglesa, teria também uma ampla difusão junto das embaixadas, quer estrangeiras quer portuguesas (Castelo, 1999: 99-100 e Léonard, 2000: 45-46). Deste modo, somos levados a acreditar que se verificava «um esforço sistemático por parte do MNE de doutrinação dos diplomatas portugueses no lusotropicalismo» (Castelo, 1999: 100).

No âmbito da aposta promovida pelo Estado Novo em torno da credibilidade do lusotropicalismo, designadamente no que diz respeito à eliminação das formas mais arcaicas de exploração e de discriminação, destaca-se, obrigatoriamente, a intervenção legislativa incrementada pelo ministro Adriano Moreira, onde figuram, por exemplo, o Código do Trabalho Rural e a extinção do Estatuto dos Indígenas Portugueses nas províncias onde vigorava. Procurava-se, basicamente, fundamentar que o Estado luso não só era multirracial nas províncias que o compunham, como não evoluía nele qualquer problema de preconceito racial. Adite-se ainda que com o fim do indigenato parecia que chegara a hora da universalização da cidadania portuguesa por todos os habitantes dos territórios do além-mar. Não obstante, o protagonismo de Moreira na nevrálgica pasta do Ultramar viria a ser de curta duração. Efetivamente, adepto de uma política de autonomia progressiva para as Colónias, entraria, no ocaso do ano de 1962, em colisão com António de Oliveira Salazar, tendo mais tarde abandonado as funções no Governo no dealbar de 1963.

Claro está que, no tocante ao combate às críticas provenientes do exterior, Salazar assumirá um papel preponderante. Retenha-se, em particular, o início da década de 60, altura em que, mais do que nunca, se terá sentido pressionado a reforçar pessoalmente a capacidade de resposta do regime. Com efeito, Salazar passará a multiplicar os seus discursos e entrevistas revestidos de pendor lusotropicalista, constituindo estas intervenções peças preciosas da instrumentalização da teoria com finalidades políticas. Entre os seus destinatários encontraremos, naturalmente, vários meios de comunicação estrangeiros.

Paulatinamente familiarizado com o trabalho produzido por Gilberto Freyre, em 30 de novembro de 1960, discursando na «Assembleia Nacional» sobre o tema «Portugal e a Campanha Anticolonialista», Oliveira Salazar partilha, com algum pormenor, a sua interpretação da tese lusotropicalista, como muito bem adianta Piteira Santos, sustentando, por via desta, a presença lusa ultramarina, que considera avultadamente benigna e fator de progressão.

Vale a pena ouvi-lo:

«Quando a Nação portuguesa se foi estruturando e estendendo pelos outros continentes, em geral por espaços livres ou desaproveitados, levou consigo e pretendeu imprimir aos povos com quem entrara em contacto conceitos muito diversos dos que mais tarde caracterizaram outras formas de colonização. As populações que não tinham alcançado a noção de pátria, ofereceu-lhes uma; aos que se dispersavam e desentendiam em seus dialetos, punha-lhes ao alcance uma forma superior de expressão – a língua; aos que se digladiavam em mortíferas lutas, assegurava a paz; os estádios inferiores da pobreza iriam sendo progressivamente vencidos pela própria ordem e pela organização da economia, sem desarticular a sua forma peculiar de vida. A ideia de superioridade racial não é nossa; a da fraternidade humana, sim, bem como a da igualdade perante a lei, partindo da igualdade de méritos, como é próprio de sociedades progressivas» (Portugal e a Campanha Anticolonialista. Discurso pronunciado por sua Excelência o Presidente do Conselho, Professor Doutor Oliveira Salazar, na Sessão da Assembleia Nacional de 30 de novembro de 1960, 1960: 11. cf., igualmente, Santos, 1985 (imp.): 265).

E, continuando neste registo afastado da verdadeira realidade, Salazar acrescenta:

«Em todos esses territórios a mistura das populações auxiliaria o processo de formação de uma sociedade plurirracial; mas o mais importante, o verdadeiramente essencial estava no espírito de convivência familiar com os elementos locais; nas possibilidades reconhecidas de acesso à vida económica e social; nos princípios de uma cultura mais avançada e de uma moral superior que, mesmo quando violada, era a regra do comportamento público e privado. Se através destes meios, de ação forçosamente lenta, conseguia formar-se uma comunidade com certo grau de coesão, pode dizer-se que a tarefa estava vingada: a independência e a igualdade dos povos integrados com seus territórios numa unidade nacional» (Portugal e a Campanha Anticolonialista. Discurso pronunciado por sua Excelência o Presidente do Conselho, Professor Doutor Oliveira Salazar, na Sessão da Assembleia Nacional de 30 de novembro de 1960, 1960: 11. Cf., também, Santos, 1985 (imp.): 265).

A perspetiva oficial, em que, como se percebeu anteriormente, a via jurídica e a ideológica caminhavam a par, subsidiando-se, era portadora de uma mensagem propagandística focalizada na imagem da unidade da Nação no contexto da pluralidade e complexidade dos seus territórios, maquilhando-se ou vendendo-se Portugal como uma Nação fraternalmente euro-asiática e euro-africana. No dia 12 de agosto de 1963, com a Guerra Colonial a decorrer há já algum tempo, Salazar atrevia-se a empolgar, num discurso transmitido quer pela rádio quer pela televisão, o contributo lusíada para o multirracismo, que surgia como uma invenção nacional.

E declarava ele:

«O multirracismo, que hoje começa a ser citado e admitido pelos que praticamente o não aceitaram nunca, pode dizer-se uma criação portuguesa. Ele deriva, por um lado, do nosso caráter e, por outro, dos princípios morais de que éramos portadores. Se não fora a clamorosa exemplificação que dessas sociedades mistas – lusotropicalis – pode hoje ser apresentada, talvez mesmo nos negassem que para a sua existência histórica tivéssemos concorrido» (Salazar, 1967: 295).

De certo modo, veiculava-se um nacionalismo português aberto ao Outro, despido de preconceitos rácicos, posto que era permeável à miscigenação, e, portanto, isento de tentações etnocêntricas e xenóforas.

Retenha-se que qualquer análise minimamente objetiva conclui que o pensamento de Oliveira Salazar não revela apenas uma atitude reacionária perante as pressões conjunturais, caracteriza-se igualmente pela sua roupagem irrealista, isto é, por promover um discurso ficcional e certos artifícios verbais em torno da alimentação daquilo que podemos designar por “mito da África portuguesa”. Afinal, aos que exigiam com afincos a independência de Angola, Salazar fazia questão de responder:

«Ouve-se falar, reclama-se lá fora em altos gritos a independência de Angola: mas Angola é uma criação portuguesa e não existe sem Portugal. A única consciência nacional vincada na província não é angolana, é portuguesa; como não há angolanos, mas portugueses de Angola» (Salazar, 1967, discurso de 12 de agosto de 1963: 290).

Viviam-se tempos conturbados, pelo que se teimava em publicitar a imagem de uma Nação uma repartida por vários continentes; reproduzia-se, quase até à exaustão, a ideia de uma identidade lusitana espalhada por distintos pontos do Orbe e com futuro.

Acrescente-se que facilmente se percebe que a cultura, a língua e a história eram manuseadas em favor da eficácia propagandística almejada pelo regime autoritário e conservador, com vista a favorecer as causas que sustentava, participando assim da estratégia de visibilidade e valorização política do País no exterior. A criação de leitorados de língua e cultura portuguesas nas universidades estrangeiras e a consumação de eventos comemorativos atestam perfeitamente este facto. Veja-se então, para redobrada satisfação do Salazarismo, as *Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique*, sucedidas em 1960. A sua organização, em termos políticos, ideológicos e simbólicos, não deixa de estar ao serviço da legitimação na cena internacional da manutenção portuguesa no mundo ultramarino, diferenciando esta presença, pelo menos no que concerne ao seu retrato, dos imperialismos sem «virtualidades» (Garcia, 1992: 413) e distribuindo ainda uma mensagem de otimismo em relação ao futuro do País. Por essa altura, ficava claro que, na opinião de Freyre, o iniciador do lusotropicalismo, no fundo, da aludida dinâmica «de integração de povos autóctones e de culturas diferentes da europeia num Complexo Novo de Civilização desenvolvido pelos Portugueses», não podia ser outro senão o celebrizado *Navegador*, o infante D. Henrique, na medida em que

«concorreu decisivamente para dar às relações de europeus com não-europeus, de brancos com povos de cor, um rumo peculiarmente lusocristão. A esse rumo não falta atualidade: a política portuguesa de contacto de europeus com não-europeus é evidentemente a que hoje mais se impõe à simpatia dos que acreditam ser possível, necessário e essencial ao mundo que se reorganize o encontro, sob a forma de um encontro entre iguais do Ocidente com o Oriente. Encontro só realizável, ao que parece, através da miscigenação e da interpenetração de culturas» (Freyre, 1961: 3-4).

Escusado será dizer que o *V Centenário* teve elevada projeção lá fora, como por exemplo na Itália (cf. Matos, 2010: 145), e serviu de episódio privilegiado de exaltação patriótica de D. Henrique, que «encarnava o momento mais alto do cumprimento da missão providencial que unificava o sentido da nossa história» (Catroga, 1996: 608). Tratava-se, efetivamente, de uma figura então exposta como homem providencial, por ter estabelecido o rumo universalista ou vocação ecuménica/evangelizadora da Nação e impulsionado a construção de um mundo novo. Além disso, segundo a mitologia do regime estado-novista, no infante D. Henrique encontrávamos uma personagem e uma obra que tinham, no século XX, declarada continuidade e atualidade no vulto e na política de António de Oliveira Salazar.

Em síntese, pela mesma época em que a URSS parecia ganhar a corrida espacial aos Estados Unidos da América e os ventos da descolonização sopravam com maior fulgor, insistia-se amiudadamente em divulgar uma imagem de Portugal como promotor da civilização e baluarte da ordem cristã, conforme é possível reiterar a partir, por exemplo, da exposição apresentada por Caeiro da Mata, Presidente da comissão executiva das Comemorações henriquinas. O País surgia como obreiro de uma civilização moderna, a lusotropical, de uma sociedade plurirracial, e ainda como fonte da fraternidade humana e da igualdade perante a lei (cf. Léonard, 2000: 42). Somos mesmo levados a concluir que se procurava espalhar uma mensagem através da qual se enfatizava que o rumo original delineado, seguido e defendido por Portugal ao longo de séculos, e ao qual o Salazarismo, por alegado desígnio patriótico e civilizacional, se mantinha fiel, não constituía um padrão ultrapassado, mas antes uma mais-valia para a vida da humanidade. De facto, o regime projetava-o como uma fórmula de sucesso confirmada pela experiência e, conseqüentemente, como o trajeto ideal para entabular laços de saudável convívio.

Porém, é inegável que, na década de 60, a realidade se mostrou bastante violenta, visto que, ante a resistência operada pelos movimentos de libertação nas diferentes frentes, a política colonial estado-novista revestiu o formato de Guerra Colonial ou, melhor, de Guerras Coloniais de acentuada duração. Com argúcia, Salazar enquadrava-as no âmbito da Guerra Fria que marcava a atmosfera internacional, opinando que naquelas paragens sujeitas às investidas de grupos guerrilheiros autonomistas se intentava proteger o Mundo Ocidental da expansão de Moscovo, uma vez que os citados movimentos alinhavam maioritariamente pelo marxismo e os seus líderes usufruíam de treino e auxílio da União Soviética.

Com efeito, neste cenário de guerra no além-mar, com a principal exceção do ano de 1961, em que a administração democrata de John F. Kennedy, recém-eleito Presidente dos Estados Unidos, votou, na ONU, contra a política ultramarina do Salazarismo (cf. Pinto, 2000: 52 e ss.; Menezes, 2010: 512-521, Afonso e Gomes, 2010: 58-59; Rodrigues, 2002), Portugal, apesar de constituir um regime colonial e ditatorial, pôde, digamos assim, beneficiar de uma «neutralidade colaborante» oriunda dos seus «principais aliados [...], parceiros centrais da Aliança Atlântica» (Pinto, 2000: 52).

Todavia, se o regime ia resistindo com aceitável êxito à oposição internacional, no quadro doméstico é possível radiografar o forte e decisivo crescimento dos ventos da contestação da década de 70, com vários setores da sociedade a manifestarem, evidentemente, o seu cansaço em relação às Guerras Coloniais, desembocando num ambiente consideravelmente erosivo e de abertura de fissuras institucionais que redundará no movimento militar de 25 de abril de 1974 e na subsequente e célere descolonização.

Referências Bibliográficas:

- Afonso, Aniceto e Gomes, Carlos de Matos (2010), *Os Anos da Guerra Colonial (1961-1975)*, Matosinhos e Lisboa: QuidNovi.
- Alexandre, Valentim (2005), «O Império Colonial», in António Costa Pinto (coord.), *Portugal Contemporâneo*, Lisboa: Publicações Dom Quixote, 67-86.
- Alexandre, Valentim (1999), «Lusotropicalismo», in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. VIII, Porto: Livraria Figueirinhas, 391-394.
- Alexandre, Valentim (1996), «Política Colonial», in Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. II, Lisboa: Círculo de Leitores, 754-757.
- Alexandre, Valentim (2000), «Ultramar», in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. IX, Porto: Livraria Figueirinhas, 540-543.
- Bastos, Cristiana (1998), «Tristes Trópicos e Alegres Lusotropicalismos: das notas de viagem em Lévi-Strauss e Gilberto Freyre», in *Análise Social*, vol. XXXIII, 415-432.
- Castelo, Cláudia (2011), «Uma Incurião no Lusotropicalismo de Gilberto Freyre», in Instituto de Investigação Científica Tropical, *Blogue de História Lusófona*, Ano VI, setembro, 261-280, Página consultada a 15 de outubro de 2012 <http://www2.iict.pt/archive/doc/bHL_Ano_VI_16_Claudia_Castelo_Uma_incuriao_no_lusotropicalismo.pdf>.
- Castelo, Cláudia (1999), «O Modo Português de Estar no Mundo». *O Lusotropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961)*, Porto: Edições Afrontamento.
- Catroga, Fernando (1996), «Ritualizações da História», in Luís Reis Torgal, José Amado Mendes e Fernando Catroga, *História da História em Portugal (sécs. XIX-XX)*, Lisboa: Círculo de Leitores, 547-671.
- Freyre, Gilberto [1957], *Casa-Grande & Senzala. Formação da Família Brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal*, Lisboa: Edição Livros do Brasil.
- Freyre, Gilberto, (1961) *O Luso e o Trópico. Sugestões em Torno dos Métodos Portugueses de Integração de Povos Autóctones e de Culturas Diferentes da Europeia num Complexo Novo de Civilização: o Lusotropical*, Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique.
- Freyre, Gilberto (d.l. 1957), *O Mundo que o Português Criou*, 2.^a ed., Lisboa: Livros do Brasil.
- Garcia, José Luís Lima (1992), «A Ideia de Império na Propaganda do Estado Novo», in *Revista de História das Ideias*, vol. XIV, 411-424.
- Henriques, Isabel Castro (2004), *Os Pilares da Diferença. Relações Portugal-África (Séculos XV-XX)*, Casal de Cambra: Caleidoscópio e Centro de História da Universidade de Lisboa.

Léonard, Yves (1997), «Salazarismo et Lusotropicalismo, Histoire d'une Appropriation», in *Lusotopie. Lusotropicalismo. Idéologies Coloniales et Identités Nationales dans les Mondes Lusophones*, Paris : Éditions Karthala, 211-226.

Léonard, Yves (2000), «O Ultramar Português», in Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (dir.), *História da Expansão Portuguesa*, vol. V, *Último Império e Recentramento (1930-1998)*, Lisboa: Temas e Debates, 31- 49.

Malpique, Cruz (1972), *Para um Conceito Construtivo de Portugalidade*, Guimarães (sep. de Revista "Gil Vicente", n.º 9-10).

Martins, Fernando (1996), «Organização das Nações Unidas (ONU)», in Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. II, Lisboa: Círculo de Leitores, 701-703.

Matos, Vera de (2010), *Portugal e Itália. Relações Diplomáticas (1943-1974)*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Menezes, Filipe Ribeiro de (2010), *Salazar. Uma Biografia Política*, Alfragide: D. Quixote.

Monteiro, Nuno G. e Pinto, António Costa (2005), «A Identidade Nacional Portuguesa», in António Costa Pinto (coord.), *Portugal Contemporâneo*, Lisboa: Publicações Dom Quixote, 51-65.

Pinto, António Costa (2000), «Portugal e a Resistência à Descolonização», in Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (dir.), *História da Expansão Portuguesa*, vol. V, *Último Império e Recentramento (1930-1998)*, Lisboa: Temas e Debates, 51-64.

Portugal e a Campanha Anticolonialista. Discurso pronunciado por sua Excelência o Presidente do Conselho, Professor Doutor Oliveira Salazar, na Sessão da Assembleia Nacional de 30 de novembro de 1960 (1960), Lisboa: Secretariado Nacional da Informação, Série *O Pensamento de Salazar*.

Rodrigues, L. N. (2002), *Salazar-Kennedy: a crise de uma aliança*, Lisboa: Editorial Notícias.

Salazar, Oliveira (1967), *Discursos e Notas Políticas*, vol. VI (1959-1966), Coimbra: Coimbra Editora.

Santos, Fernando Piteira (1985, imp.), «Império/Colonialismo/Descolonização», *Seminário 25 de abril. 10 Anos Depois*, Associação 25 de Abril (org.), Fundação Calouste Gulbenkian, 2 a 4 de maio de 1984, Lisboa, 259-267.

Seabra, Jorge (2011), *África Nossa. O Império Colonial na Ficção Cinematográfica Portuguesa (1945-1974)*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Silva, António Duarte (1996), «Ato Colonial», in Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, Lisboa: Círculo de Leitores, 20-22.

Sousa, Ivo Carneiro de (2000), «O Lusotropicalismo e a Historiografia Portuguesa: itinerários críticos e temas de debate», in Adriano Moreira e José Carlos Venâncio (org.), *Lusotropicalismo: uma teoria social em questão*, Lisboa: Vega, 66-81.

Sousa, Pedro Miguel (2008), *O Colonialismo de Salazar*, s.l.: Occidentalis.

Telo, António José (1996), «Política Externa», in Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. II, Lisboa: Círculo de Leitores, 769-776.

9. ANABELA NAIÁ SARDO, IPG, GUARDA PORTUGAL



APRESENTA A SOLO

TEMA 1.3 ESCRITORES DA MADEIRA E DOS AÇORES NO PROJETO "HORIZONTES INSULARES": POR ISSO VOLTAREI DE CARLOS ALBERTO MACHADO E OS MONSTROS DE ANA TERESA PEREIRA

APRESENTARÁ EM PARCERIA COM ELISA BRANQUINHO E ZAIDA FERREIRA PINTO

TEMA 1.3. CINCO DIAS, CINCO NOITES DE MANUEL TIAGO/ÁLVARO CUNHAL: A LITERATURA "COMPROMETIDA COMO FORMA SUPERIOR DE SER E ENTENDER O MUNDO

TEMA 1.3. ESCRITORES DA MADEIRA E DOS AÇORES NO PROJETO "HORIZONTES INSULARES": POR ISSO VOLTAREI DE CARLOS ALBERTO MACHADO E OS MONSTROS DE ANA TERESA PEREIRA, ANABELA

“As ilhas comunicam-se de forma subterrânea” (Derek Walcott & Malcolm de Chazal, 2010), convertendo-se num imenso “mega-arquipélago”.



ANABELA OLIVEIRA DA NAIA SARDO

1. HORIZONTES INSULARES: PROJETO CULTURAL, ARTÍSTICO E LITERÁRIO

Derek Walcott e Malcolm de Chazal, citados por Nilo Panenzuela no prefácio da coletânea de livros *Horizontes Insulares* (2010: 6), afirmam que as “ilhas [se] comunicam de forma subterrânea”, convertendo-se num imenso mega-arquipélago, dialogando com as mesmas, de acordo com Panenzuela, “com raízes poéticas e míticas uma vez que partem de uma mesma unidade” (2010: 6). Contudo, também afirma que existem, similarmente,

pontos de encontro complexos, de raiz histórica, que mostram discursos diferentes nos espaços conquistados pela expansão ocidental. As criações artísticas e literárias apresentam-se, portanto, num território babélico e plural. Nele, as ilhas ignoram-se entre elas, apesar das suas muitas coincidências. (2010: 6)

Este artigo pretende explicitar o âmbito e os objetivos do projeto de literatura e arte contemporâneas *Horizontes Insulares* e analisar, especificamente, os autores e textos escolhidos para representarem, no mesmo, os arquipélagos portugueses dos Açores e da Madeira. Foram, selecionados, para fazer parte da coletânea literária, respetivamente, a poesia de Carlos Alberto Machado, no livro *Por isso Voltarei*, e contos de Ana Teresa Pereira, em *Os Monstros*.

Horizonte Insulares foi um projeto, lançado em 2010, apoiado pelo Governo das Canárias (através do seu programa cultural SEPTENIO) e com a cooperação da Sociedade Estatal para a Ação Cultural Exterior (SEACEX) do Ministério dos Assuntos Exteriores e do Ministério da Cultura do Governo de Espanha. O intuito crucial era a divulgação de trinta e seis autores de onze territórios insulares. Este propósito cultural, artístico e literário reuniu, pela primeira vez, e pôs em contacto um conjunto de criadores contemporâneos oriundos de múltiplas e diversas geografias insulares. Estava em causa “estabelecer ‘vasos comunicantes’, nos domínios poético e histórico, de uma sensibilidade contemporânea insular” (Palenzuela, 2010: 6).

A iniciativa procurava promover o diálogo entre a Arte e a Literatura de “lugares estreitamente vinculados por razões políticas, geográficas e históricas” (Palenzuela, 2010: 6), mas, igualmente, pelos motivos poéticos e “subterrâneos” a que se referiam Derek Walcott e Malcolm de Chazal.

Foram escolhidos escritores e artistas das chamadas regiões ultraperiféricas europeias, bem como de ilhas americanas que têm afinidades com a Europa, numa tentativa de fazer aproximar espaços culturais que, por vezes, se desconhecem. Deste modo, Açores, Canárias, Madeira, Cabo Verde, Porto Rico, República Dominicana, Cuba, Ilha da Reunião, Guadalupe, Martinica e a Guiana Francesa foram selecionados “sob o signo da unidade poética e da diversidade expressiva numa época complexa, contraditória e em permanente mutação” (Palenzuela, 2010: 6). Consequentemente, as línguas destas ilhas, ou seja, o português, o espanhol e o francês, são as línguas deste projeto.

Horizontes Insulares era composto por duas vertentes, como já foi referido: uma exclusivamente artística e outra artístico-literária. Em ambas, os artistas e escritores revelaram que é possível compreender a unidade na diferença e que o diálogo criador pode brotar sob a égide da condição insular. Orlando Britto e Nilo Palenzuela escolheram e visitaram os territórios insulares a considerar, bem como os respetivos mapas culturais, de forma a conhecerem e selecionarem os possíveis criadores artísticos e literários que pudessem fazer parte do projeto.

A primeira Exposição foi inaugurada, em maio de 2010, teve lugar no Centro de Arte La Regenta, em Las Palmas, Gran Canaria, foi comissariada por Orlando Britto Jinorio e esteve patente com trabalhos de doze artistas plásticos, a saber, Teresa Arozena, Ricardo Barbeito, Maria José Cavaco, Joëlle Ferly, Tchalê Figueira, Gregório González, Thierry Hoarau, Belkis Ramírez, Sandra Ramos, Roseman Robinot, Shirley Rufin e Júlio Suárez, provenientes das ilhas e arquipélagos mencionados. Foram apresentadas obras produzidas em diversas áreas, como o desenho, a pintura, a fotografia, o vídeo, a animação, entre outras. Maria José Cavaco foi a artista convidada para representar os Açores e Ricardo Barbeito para representar a Madeira. Depois, a Exposição fez um percurso itinerante em Cuba, República Dominicana, Madeira e Martinica. Na Ilha da Madeira, decorreu, de 28 de janeiro a 12 de março de 2011, no Museu de Arte Contemporânea do Funchal. Esta mostra teve, como suporte informativo, a edição de um belíssimo catálogo – um livro com cerca de trezentas e sessenta e seis páginas, totalmente produzido pelo Governo de Canárias, contendo textos de vários especialistas.

No que diz respeito aos representantes dos arquipélagos portugueses Ricardo Barbeito e Maria José Fonseca, referiremos, apenas, algumas informações breves sobre os mesmos e a obra. Ricardo Barbeito nasceu no Funchal em 1979. No âmbito do seu Mestrado em Arte e Património, apresentou o projeto de arte pública efémera “A Bilhardice: projeto de intervenção estético-artística para a cidade do Funchal” (2008). Em 2012, integrou o Red Bull House of Art Lisboa, com o projeto “de PELE & URSO”, uma residência artística, comissariado por Alexandre Melo.¹¹⁴

¹¹⁴ Desde 2003, Ricardo Barbeito desenvolve o seu trabalho entre o desenho e a instalação, com participações em inúmeras atividades, desde a produção de eventos a intervenções no espaço público. Apresenta o seu trabalho artístico, regularmente, tanto coletivamente como a título individual. Refiram-se algumas exposições individuais: “Do Ovo ao Voo” (2009), no Museu de Arte Contemporânea do Funchal; “A Bilhardice” (2008), Avenida Arriaga e Salão Nobre do Teatro Municipal Baltazar Dias, no Funchal; “Candy Shop: Novas Instalações” (2007), sala de exposições da Reitoria da Universidade da Madeira, Pátio dos Estudantes; “Candy Shop” (2007), Salão Nobre do Teatro Municipal Baltazar Dias, no Funchal.

Apresenta-se, também, uma seleção de projetos e exposições coletivas: em 2011, *16ª Bienal de Cerveira*, Vila Nova de Cerveira; em 2010/2011, *Horizontes Insulares*, curadoria de Orlando Britto Jinório, Centro de Arte La Regenta, Gran Canaria/ Museu de Arte Contemporânea do Funchal, Fortaleza de São Tiago; em 2009, “A Cultura do Poder ou o Poder da Cultura”, *XV Bienal de Cerveira*, Vila Nova de Cerveira e “Linha de Partida, Prémio Henrique e Franco 1999-2009”, curadoria de Alexandre Melo, Centro das Artes Casa das Mudanças; em 2008, “Horizonte Móvel, Uma

Maria José Cavaco é natural de Ponta Delgada, onde nasceu em 1967. É licenciada em Artes Plásticas/Pintura, pela Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa. Participa em exposições coletivas desde 1988 e fez a sua primeira Exposição individual em 1999. Há já mais de duas décadas que as obras desta artista plástica fazem parte do roteiro cultural açoriano. Tem tido um percurso regular e estável ao nível da produção de trabalho e da realização de exposições, sem hiatos significativos, compondo um caminho sereno tradutor do seu crescimento pessoal.¹¹⁵

O projeto *Horizontes Insulares* englobava, também, como já referimos, a Literatura, sob a responsabilidade do escritor e catedrático de Literatura da Universidade de La Laguna, Doutor Nilo Palenzuela,

A Antologia, trilingue, é composta por doze obras, representando a proveniência de cada autor. Os escritores selecionados foram Carlos Alberto Machado, Ana Teresa Pereira, Jean François Samlong, Verónica Garcia, Anelio Rodriguez Conception, Vera Duarte, Lyne Marie Stanley, Nicole Cage Florentiny, Ernest Pepin, Maira Santos Febres, Alexis Gomez Rosa e Reina Maria Rodriguez. A tradução dos textos redigidos em português foi, para espanhol, de Ricardo Pérez Piñero e, para francês, de Nicole Siganos.

2. OS ESCRITORES ANA TERESA PEREIRA E CARLOS ALBERTO MACHADO NA ANTOLOGIA TRILINGUE DE LITERATURA CONTEMPORÂNEA INSULAR HORIZONTES PENINSULARES

Como acabámos de referir, os escritores selecionados para a Antologia de literatura contemporânea insular foram Carlos Alberto Machado, em representação do arquipélago dos Açores, e Ana Teresa Pereira, do arquipélago da Madeira.

Os livros, que compõem coletânea, têm, para além dos textos (prosa e poesia), belíssimas ilustrações criadas por artistas oriundos, igualmente, das ilhas selecionadas. No caso do livro *Os Monstros (Los Monstruos, Les Monstres)*, de Ana Teresa Pereira, os desenhos são do artista plástico Eduardo Freitas (n. 1955)¹¹⁶. No livro de Carlos Alberto Machado, os desenhos são de Márcio Matos, natural do Pico.

Ana Teresa Pereira nasceu, na Ilha da Madeira, em 1959 e tem publicada uma extensa obra, desde 1989 (referenciada em anexo – ANEXO I), à qual já foram conferidos diversos Prémios dos quais destacamos o último recebido, em 2012, o Grande Prémio de Romance e Novela da Associação Portuguesa de Escritores (A.P.E.), atribuído ao livro *O Lago*, publicado nos finais de 2011.

perspectiva das Artes Plásticas da Madeira 1960-2008”, curadoria de Isabel Santa Clara, Museu de Arte Contemporânea do Funchal, Fortaleza de São Tiago. (Informação disponível em <http://a2vproject.com/exposicao/ricardobarbeito/>; consulta a 1/09/2013)

¹¹⁵ Algumas exposições individuais: em 2011, *Dear Painter*, Fonseca Macedo – Arte Contemporânea, P. Delgada; em 2003, Ordem dos Arquitetos, Lisboa; 2002, Galeria Fonseca Macedo, Ponta Delgada e outras: 1991, 1992 e 1999, Academia das Artes, Ponta Delgada. Algumas exposições coletivas: em 2012, *Desde o finito*, Fundação Carmona e Costa, Lisboa; em 2011, Horizontes Insulares, Museu de Arte Contemporânea do Funchal, Madeira; em 2010, Colectiva 2010, Galeria Fonseca Macedo, Ponta Delgada; Horizontes Insulares, Centro de Arte La Regenta, Las Palmas de Gran Canaria, Espanha; ARCO 2010, Madrid, Espanha; em 2009, Centro de Arte de São João da Madeira, Arte Lisboa, Lisboa, ARCO 09, Madrid, Espanha; em 2008 | Arte Lisboa, Lisboa; em 2007, Arte Lisboa, Lisboa (Project Room); em 2006, Arte Lisboa, Lisboa, ARCO 06, Madrid, Espanha, Museu Carlos Machado, Ponta Delgada; em 2004, Forosur, Cáceres, Espanha; em 2003, Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada; em 2002, Arte Lisboa, Lisboa; em 2000, Fundação da Juventude, Porto, Marca Madeira, Funchal, Escola Secundária Passos Manuel, Lisboa, New Bedford Whaling Museum, New Bedford, USA; em 1999, Marca Madeira, Funchal, Bermuda National Gallery, Hamilton, Bermuda e outras. (informação disponível em <http://www.fonsecamacedo.com/biografia.php?ling=pt&artista=13>, consulta a 31/08/2013)

¹¹⁶ Algumas exposições: *O lugar da ilha* (1999); *Loop* (2004); *ZOOMING, Incursão em Território Minado* (2007).

A atribuição dos galardões reforça o que já temos escrito sobre Ana Teresa Pereira, entendimento reforçado pela apreciação de vários críticos, quando afirmamos que esta escritora é um caso particular no quadro atual da ficção narrativa portuguesa. Usamos as palavras de António Guerreiro, que enumera diversos atributos e particularidades da escritora, para reforçar a nossa opinião em relação à escritora:

(...) prolixa - trinta livros desde 1989, eclética — cultiva uma pluralidade de géneros, obsessiva - nas referências, nos cenários e nas personagens que transitam, com o mesmo nome, de livro para livro. (...) a escritora parece mover-se no mundo da ficção como se ele fosse a sua realidade, até ao ponto em que deixa de haver um interior e um exterior da literatura. (...) As narrativas desta escritora situam-se noutra lado: do lado de um mundo interior obsessivo, inquietante, (...) parece movida por uma hipermemória literária - ou melhor, por um imaginário fornecido pela literatura e pelo cinema (...). (Guerreiro, 2012: s. p.)

Podemos afirmar que a apreciação da qualidade e singularidade desta escritora se faz tendo em conta cada um dos seus livros, mas, sobretudo, o conjunto de toda a obra publicada. Rosélia Fonseca atesta a nossa opinião, que segue a de Rui Magalhães e de outros críticos literários, quando afirma que “a leitura dos livros de Ana Teresa Pereira permite a descoberta de um universo literário que se afasta dos cânones tradicionais e, dentro da moderna literatura, envereda por um mundo interior, onde a diegese é menos importante do que a personagem, onde o ser reclama um mundo, o lado de dentro. (Fonseca, 2003: 7)

Duarte Pinheiro reconhece que entrar no universo labiríntico de Ana Teresa Pereira

é entrar na casa dos espelhos. Tudo o que o constitui chega até nós, leitores, refletido. (...). As histórias sucedem-se indistintas, como se fossem todas versões de uma só, numa perspetiva autobiográfica, podíamos dizer que são monólogos provenientes do interior da autora para o interior da mesma, num egocentrismo aberto e, ao mesmo tempo, antagonicamente fechado. (Pinheiro, 2010: 2)

Patrícia Freitas reforça, ainda, uma das características que consideramos basilares na construção literária de Ana Teresa Pereira e às quais nos havíamos já referido na nossa dissertação de Mestrado, em 2001:

Se a obra pereiriana começa por ancorar a história num enquadramento ainda (tenuemente) realista (...), vai-se progressivamente desligando e libertando do real (ou de efeitos de real), problematizando os tradicionais mecanismos de representação do mundo, e do próprio mundo, enquanto realidade única, empírica e material. (Freitas, 2011: 68)

Podemos afirmar que a obra pereiriana encerra uma marcante complexidade interpretativa, configurando-se num dos territórios mais fascinantes e, simultaneamente, mais inacessíveis da escrita ficcional contemporânea, por diversos aspetos dos quais destacamos, entre outros, a sua escrita obsessiva, a circularidade referencial, a obsidente reinvenção de personagens e espaços.

No que diz respeito ao espaço, os contos escolhidos deixam transparecer, ainda que sub-repticiamente, aquele que é o espaço fundamental na obra pereiriana, a Ilha, que facilmente identificamos com a própria Ilha da Madeira, mas também as ilhas da Grã-Bretanha, que povoam o imaginário da autora.

Ana Teresa Pereira selecionou, para a obra *Os Monstros*, publicada na coletânea *Horizontes Insulares*, três contos: “O prisioneiro”, “As estátuas” e o conto homónimo “Os monstros”, textos anteriormente publicados em três livros da escritora. O texto “O prisioneiro” tinha sido publicado no livro *Contos de Ana Teresa Pereira* (34 - 40), em *A coisa que Eu Sou* (131 – 138) e em *Fairy Tales* (25 - 31); “As estátuas” tinha sido, igualmente, patenteado em *Contos*

de Ana Teresa Pereira (27 - 33), em *A coisa que Eu Sou* (123 – 129) e em *Fairy Tales* (19 - 24); o conto “Os Monstros” tinha saído já em *Contos de Ana Teresa Pereira* (41 – 45) e em *A Última História* (61 – 65).

Os contos escolhidos ilustram algumas das características essenciais de Ana Teresa Pereira que aborda sempre os mesmos temas numa constância de sonho (e/ou pesadelo?) que provoca, a quem tenta ordenar esse mundo, a entrada num labirinto de significações perturbado pela presença constante da noite e da água (do nevoeiro que tudo envolve, da chuva que não para de cair e da proximidade do mar); perfumado pelo cheiro obsidiante das flores, sempre presentes; pela adjacência dos animais, penetrando o território dos humanos; e pela visão ambivalente de anjos e demónios. Nesse mundo fantástico e solitário, simultaneamente belo e diabólico, longe e, ao mesmo tempo, tão perto do vulgar mundo quotidiano, personagens especiais, sempre as mesmas, movem-se com estranha leveza.

Solidão e identidade são tópicos recorrentes na obra pereiriana, numa dependência que se verifica entre o espaço e o narrador, e se reiteram nestes três contos.

Carlos Alberto Machado nasceu em Lisboa, em 1954, é escritor, ator e produtor. Tem-se dedicado, desde 1969, à atividade teatral e à conceção e gestão de eventos culturais. Cooperou com o ACARTE da Fundação Gulbenkian; Centro Georges Pompidou, em Paris; Ministério da Cultura, no qual foi assessor; e Expo 98, Exposição em que foi programador de espetáculos. Foi professor da Escola Superior de Teatro e Cinema do Instituto Politécnico de Lisboa, de 1999 a 2000, e da Universidade de Évora de 2001 a 2008. Dirigiu laboratórios de escrita para teatro com o CITAC, Quarta Parede, CEPiA e Teatro de Giz. Colaborou/colabora nas revistas *Sete Palcos*, *Adágio*, *Belém*, *Periférica*, *Boca-de-incêndio* e *Telhados de Vidro*. Também escreveu/escreve para os jornais *O Diário*, *Semanário*, *Ilha Maior*, *Jornal do Pico* e *Expresso das Nove*. Coordenou edições municipais do Concelho das Lajes do Pico, designadamente como codiretor da Revista *Magma*, juntamente com Sara Santos; *Cadernos SIBIL*, com José Augusto Soares; e, com Urbano Bettencourt, a *Biblioteca Açoriana*.

De acordo com a entrevista dada a António Rodrigues, vive atualmente nas Lajes do Pico “(...) para onde uma conferência sobre o amor o levou e a paixão (...) o fez ficar e casar” (Rodrigues, 2013: 18). Em 2011, fundou Companhia das Ilhas de que é Diretor de Arte e Comunicação. Desde o final do século XX, tem vindo a publicar inúmeros livros (referenciados em anexo – ANEXO II), sobretudo de poesia e teatro.

Registo Civil. Poesia Reunida, publicação de 2011, agrupa a obra poética de Carlos Alberto Machado que se revelou como um inovador e surpreendente poeta português no início do século XXI. Esta publicação é o sexto livro de poesia do autor e reúne a obra anteriormente publicada em *Mundo de Aventuras* (2000), *Ventilador* (2000), *Mito* e *Palavras Gravadas na Calçada* (2001), *A Realidade Inclinada* (2003) e *Talismã* (2004). Aí se encontram também textos inéditos ou publicados em revistas ou coletâneas, como, por exemplo, *Na Casa de Passar as Tardes*, *Uma Pedra sobre o Assunto*, *O Amor. Estudos para uma Queda* e *Por isso Voltarei*. Em 2013, escreveu e editou o romance *Os Hipopótamos em Delagoa Bay*. Carlos Alberto Machado é, igualmente, autor de textos dramáticos, de ensaios, contributos diversos para a história do Teatro em Portugal.

Nascido em Portugal Continental, Carlos Alberto Machado optou por viver nos Açores e a sua obra, na qual reiteradamente emergem os temas da escrita, dos corpos e da finitude, revela também a ambiência insular como atestam os poemas de *Por Isso Voltarei*.

Neste conjunto de textos desnuda-se o íntimo do sujeito poético na sua decisão de ir viver para a ilha: “Gosto do seu olhar a indagar quem é este de fora / apostado em namorar uma menina da minha terra? (...) “o segredo que quero desvendar não é o da sua aguardente / por isso prometo que hei de voltar / senhor manuel alves” (Machado: 2010: 34); “Voltei senhor manuel alves voltei / e o senhor deu-me a honra / de dizer sim ao meu atrevimento (...); “por isso voltarei sempre senhor / manuel alves (...)” (Machado: 2010: 43).

Pejados de sentimentos e emoções, estes são poemas que libertam a cor e o cheiro do oceano, o sabor dos produtos da ilha, a lembrança das suas tradições: “Ando pela Ilha a falar de amor eu que nada sei de amor (...) ” (Machado: 2010: 29); “na ponta de são joão a olhar o cinzento do oceano (...) ” (Machado: 2010: 30); “ (...) faz hoje um ano que trouxeste / queijos do pico e garrafas de lagido (...) ” (Machado: 2010: 31); “Em dia de espírito santo de segunda-feira” (Machado: 2010: 42).

Revela-se claramente que o poeta quis voltar à ilha, porque nela habita o ser amado: “de facto o que me apetece é voltar a ser ilha junto de ti (...)”(Machado: 2010: 29). Porque o poeta não é ilhéu nem o mar o torna como tal, como nos confessa na estrofe que a seguir citamos a encerrar esta brevíssima alusão a *Por Isso Voltarei* de Carlos Alberto Machado:

***Não sou ilhéu desta ilha segunda
nem tempestade aqui me reteve
não é o mar que me torna ilhéu
nem mesmo sei se essa natureza é
ou será alguma vez minha segunda pele
talvez fosse preciso rasgar a carne
(aqui ou em qualquer outra parte)
descer mais fundo sem rumo
ser ou não daqui não é destino
somos todos apátridas se um corpo
não se une ao nosso e funda um lugar
o meu sortilégio é apenas este
ser corpo noutra corpo aqui
eu ser ilha nele e ele em mim. (Machado: 2010: 31)***

Contudo, podemos considerar Carlos Alberto Machado como um escritor “insularizado” ou “ilhanizado”, utilizando a designação feliz de Álamo Oliveira, a propósito de todos os que consideram as ilhas como “suas” de um ponto de vista de matriz existencial. Revela, pois, nos seus textos, vivências e mundividências de Açorianidade.

Ana Teresa Pereira acrescenta o facto de ter nascido também numa ilha, a Ilha da Madeira, nela viver até ao momento, revelando-se a “ilha”, nas suas narrativas, como o espaço fundamental das mesmas, marcando a mundividência das personagens das suas histórias.

BIBLIOGRAFIA

CLARA, Isabel Santa (2010), "Caminhos da contemporaneidade artística na Madeira", in JINORIO; Orlando Britto *et al* (2010), *Horizontes Insulares*, Gobierno de Canarias/SEACEX, pp. 181-199.

FONSECA, Rosélia Maria Ornelas Quintal (2003), *A personagem Tom. Unidade e pluralidade em Ana Teresa Pereira*. Dissertação de Mestrado, Funchal: Extensão da Universidade Católica Portuguesa.

FREITAS, Patrícia Ferreira Mota (2011), *Do Escritor como predador: Mistério e (Re)visões na obra de Ana Teresa Pereira*. Dissertação de Mestrado, Porto: Universidade do Porto.

GUERREIRO António (2012), "A escritora que na semana a passada viu o seu último livro premiado pela A.P.E. não é facilmente classificável." *Atual* n.º 2088, 3 de novembro.

MACHADO, Carlos Alberto (2010), *Por Isso voltarei*. Vol. 7, Canárias, ISBN: 978-84-7947-559-8 (ISBN obra completa: 978-84-7947-552-9).

MAGALHÃES, Rui (1999b), *O Labirinto do Medo: Ana Teresa Pereira*. Braga: Ed. Angelus Novus.

PEREIRA, Ana Teresa

(1996b), *Fairy Tales*. Black Son Editores, (53 pp.). Depósito Legal n.º 104 149/96.

(1997b), *A Coisa Que Eu Sou*. Lisboa: Relógio d' Água Editores, (162 pp.). Depósito Legal n.º 118377/97.

(2003), *Contos de Ana Teresa Pereira*. Lisboa: Relógio d' Água Editores, (370 pp.). Depósito Legal n.º 202326/2003.

(2010), *Os Monstros*. In *Horizontes Insulares*, vol. 9, Canárias, ISBN: 978-84-7947-561-1 (ISBN obra completa: 978-84-7947-552-9).

PINHEIRO, Duarte

(2009), "O fantástico em Ana Teresa Pereira". *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Fernando Pessoa*, n.º 6, pp. 10 – 16. ISSN 1646-0502.6.

(2010) *Além-Sombras: Ana Teresa Pereira*. Tese de Doutoramento, Porto: Universidade Fernando Pessoa.

(2011) *Além-Sombras: Ana Teresa Pereira*. Fonte da Palavra. ISBN: 9789896670849.

ROCHA, Luís (2011), "Horizontes Insulares no MAC-Funchal". *Diário de Notícias*, 23 de janeiro, p. 25

"Horizontes Insulares no Forte de São Tiago". *Diário de Notícias*, 29 de janeiro, p. 32.

RODRIGUES, António (2013), "Tratado sobre a cobardia sem mestre". *Ipsilon*, 16 de agosto, p. 18.

S.a. (2006), "A arte é uma forma de felicidade".

(<http://www.azoresglobal.com/canais/noticias/noticia.php?id=11998> , consulta a 31/08/2013).

SARDO, Anabela,

(2001a) *A temática do amor na obra de Ana Teresa Pereira*. Dissertação de Mestrado, Aveiro: Universidade de Aveiro.

(2001b), "Ana Teresa Pereira: histórias de amor e solidão". Artigo acerca do livro de Ana Teresa Pereira *Até que a Morte nos Separe*, Lisboa, Relógio d'Água Editores, 2000, publicado na Revista *CIBERKIOSK*, Livros, Artes, Espetáculos, Sociedade, junho (Disponível em <http://www.ciberkiosk.pt/livros/index.html> e em <http://anateresapereira.no.sapo.pt/historiasdesolidao.html>).

(2001c), "A Sedução do diabólico". Artigo acerca do livro de Ana Teresa Pereira *Se Eu Morrer Antes de Acordar*, Lisboa, Relógio d'Água Editores, 2000, publicado na Revista *CIBERKIOSK*, Livros, Artes, Espetáculos, Sociedade, 3 de agosto (Disponível em <http://www.uc.pt/ciberkiosk/livros/atp.html> e em <http://anateresapereira.no.sapo.pt/seducao.html>).

(2001d), "O Rosto de Ana Teresa Pereira". In *Revista da Universidade de Aveiro – Letras*, n.º 18: 29 - 54.

(2005), "Ana Teresa Pereira: uma 'geografia interior' de sombras e cores". Românica, Revista de Literatura, Cores, n.º 14, Departamento de Literaturas Românicas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa: Edições Colibri: 89 - 105.

(2011), "A ilha, 'território privilegiado onde as leis são abolidas, onde o tempo se detém', em *Matar a Imagem de Ana Teresa Pereira*". Atas finais, Edição ASSOCIAÇÃO DOS COLÓQUIOS DA LUSOFONIA, outubro 2011, 16º COLÓQUIO DA LUSOFONIA - 7º ENCONTRO AÇORIANO DA LUSOFONIA, Santa Maria, AÇORES. ISBN: 978-989-95891-8-6.

SIMÕES, Maria João (2007), "Fantástico como categoria estética: diferenças entre os monstros de Ana Teresa Pereira e Lídia Jorge". In *O Fantástico*, Coimbra: Edições do Centro de Literatura Portuguesa da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pp. 65 - 81.

XAVIER, Leonor, "Histórias submersas". *Máxima*, Ano 20, N.º 232, Jan.º 2008, pp. 28-30.

SÍTIOS E DOCUMENTOS WEB CONSULTADOS

<http://www.dnoticias.pt/actualidade/5-sentidos/247146-horizontes-insulares-no-museu-de-arte-contemporanea> ; consulta a 16 de julho de 2013.

<http://www.jornaldepoesia.jor.br/camachado.html> ; consulta a 29 de agosto de 2013.

<http://macgaleria.blogspot.com/2011/02/exposicao-colectiva-horizontes.html> , consulta a 8 dezembro de 2011.

ANEXO I

BIBLIOGRAFIA DE ANA TERESA PEREIRA LIVROS PARA ADULTOS

- (1989) *Matar a Imagem*. Lisboa: Editorial Caminho, SA, Coleção Caminho Policial, (170 pp.). ISBN 972-21-0432-2.
- (1990) *As Personagens*. Lisboa: Editorial Caminho, SA, Coleção O Campo da Palavra, (174 pp.). ISBN: 972-21-0469-1.
- (1991) *A Última História*. Lisboa: Editorial Caminho, SA, Coleção Caminho Policial, (188 pp.). ISBN: 972-21-0578-7.
- (1993) *A Cidade Fantasma*. Lisboa: Editorial Caminho, SA Coleção Caminho Policial, (172 pp.). ISBN: 972-21-0813-1.
- (1996a) *Num Lugar Solitário*. Lisboa: Editorial Caminho, SA, Coleção Caminho Policial, (177 pp.). ISBN: 972-21-1061-6.
- (1996b) *Fairy Tales*. Black Son Editores, (53 pp.). Depósito Legal n.º 104 149/96.
- (1997a) *A Noite Mais Escura da Alma*. Lisboa: Editorial Caminho, SA, Coleção O Campo da Palavra, (152 pp.). ISBN: 972-21-1135-3.
- (1997b) *A Coisa Que Eu Sou*. Lisboa: Relógio d'Água Editores, (162 pp.). Depósito Legal n.º: 118377/97.
- (1998a) *As Rosas Mortas*. Lisboa: Relógio d'Água Editores, (221 pp.). Depósito Legal n.º: 125326/98.
- (1998b) *A Noite Mais Escura da Alma*. Lisboa: Círculo de Leitores, (147 pp.).
- (1999) *O Rosto de Deus*. Lisboa: Relógio d'Água Editores, (178 pp.). Depósito Legal n.º: 139050/99.
- (2000a) *Se Eu Morrer Antes de Acordar*. Lisboa: Relógio d'Água Editores, (184 pp.). Depósito Legal n.º: 152716/00.
- (2000) *Até que a morte nos separe*. (Inédito).
- (2000b) *Até Que a Morte Nos Separe*. Lisboa: Relógio d'Água Editores, (100 pp.). Depósito Legal n.º: 158759/00.
- (2000c) *O Vale dos Malditos*. Black Son Editores, (75 pp.).
- (2001a) *A Dança dos Fantasmas*. Lisboa: Relógio d'Água Editores, (168 pp.). Depósito Legal n.º: 172270/01.
- (2001b) *A Linguagem dos Pássaros*. Lisboa: Relógio d'Água Editores, (104 pp.). Depósito Legal n.º: 171517/01.
- (2002a) *O Ponto de Vista dos Demónios*. Lisboa: Relógio d'Água Editores, (101 pp.). Depósito Legal n.º: 187546/02.
- (2002b) *Intimações de Morte*. Lisboa: Relógio d'Água Editores, (184 pp.). Depósito Legal n.º: 188335/02.
- (2003) *Contos de Ana Teresa Pereira*. Lisboa: Relógio d'Água Editores, (370 pp.). Depósito Legal n.º: 202326/2003.
- (2004) *Se Nos Encontrarmos de Novo*. Lisboa: Relógio d'Água Editores, (154 pp.) Depósito Legal n.º: 219139/04.
- (2005a) *O Mar de Gelo*. Lisboa: Relógio d'Água Editores, (127 pp.). Depósito Legal n.º: 234666/05.
- (2005b) *O Sentido da Neve*. Lisboa: Relógio d'Água Editores, (85 pp.). Depósito Legal n.º: 227445/05.
- (2006a) *Histórias Policiais*. Lisboa: Relógio d'Água Editores, (250 pp.). Depósito Legal n.º: 243253/06.
- (2006b) *A Neve*. Lisboa: Relógio d'Água Editores, (108 pp.). Depósito Legal n.º: 249475/06.
- (2007) *Quando Atravessares o Rio*. Lisboa: Relógio d'Água Editores, (109 pp.). Depósito Legal n.º: 258573/07.
- (2008a) *O Fim de Lizzie*. Lisboa: Biblioteca Editores Independentes, Lisboa: Relógio d'Água Editores, (137 pp.). ISBN: 978-989-641-024-7.
- (2008b) *O Verão Selvagem dos Teus Olhos*. Lisboa: Relógio d'Água Editores, (129 pp.). Depósito Legal n.º: 23871/08.
- (2009a) *As Duas Casas*. Lisboa: Relógio d'Água Editores, (145 pp.). Depósito Legal n.º: 293111/09.
- (2009b) *O Fim de Lizzie e Outras Histórias*. Lisboa: Relógio d'Água Editores, (210 pp.). Depósito Legal n.º: 320441/09.
- (2010a) *Inverness*. Lisboa: Relógio d'Água Editores, (131 pp.). Depósito Legal n.º: 310/205/10.
- (2010b) *A Outra*. Lisboa: Relógio d'Água Editores, (68 pp.). Depósito Legal n.º: 316181/10.
- (2010c) *Los Monstruos; Os Monstros; Les Monstres*. Edição trilingue, Canárias: Horizontes Insulares, (61 pp.). ISBN: 978-84-7947-552-9 (obra completa). ISBN: 978-7947-561-1 (Vol. 9); Depósito Legal: TF 995-2010 (vol. 9).
- (2011a) *A Pantera*. Lisboa: Relógio d'Água Editores (115 pp.) Depósito Legal n.º: 327271/11.
- (2011b) *O Lago*. Lisboa: Relógio d'Água Editores (144 pp.) ISBN: 978-989-641-266-1.
- (2012) *Si nos encontramos de nuevo*. Tradução de Sílvia Capón Sánchez, Espanha: Baile del Sol; ISBN: 978-84-15019-85-5.

LITERATURA JUVENIL

- (1991a) *A Casa dos Pássaros*. (78 p.).
- (1991b) *A Casa dos Penhascos*. (85 p.).
- (1991c) *A Casa das Sombras*. (75 p.).
- (1991d) *A Casa da Areia*. (83 p.).
- (1992e) *A Casa do Nevoeiro*. (85 p.).

Lisboa: Editorial Caminho, Coleção Labirinto.

ANEXO II

PRINCIPAIS OBRAS DE CARLOS ALBERTO MACHADO

- (1999), *Teatro da Cornucópia. As Regras do Jogo*. Frenesi. (ensaio)
(2000), *Transportes & Mudanças. Três Peças em um Ato*. Frenesi. (ensaio)
(2001), *Mito, seguido de Palavras Gravadas na Calçada. & etc.* (poesia)
Os Nomes que Faltam. Teatro Nacional S. João/Cotovia. (teatro)
(2002), *Restos. Interiores*. Ed. de autor.
(2003), *Aquitanta. Ed. de autor*. (teatro)
A Realidade Inclinada. Averno. (poesia)
(2004), *Talismã*. Assírio & Alvim. (poesia)
(2008), *Hamlet & Ofélia*, Escola Portuguesa de Moçambique. (teatro)
(2009), *5 Cervejas para o Virgílio. & etc.* (teatro)
(2010), *Hoje Não Há Música*. Escola Portuguesa de Moçambique. (teatro)
Registo Civil. Assírio & Alvim. (poesia reunida)
Por eso volveré / Por isso voltarei / C'est pourquoi je reviendrais. Horizontes Insulares, Gobierno de Canarias (poesia)
(2011), *Corpos*. Azulcobalto - Milideias (poesia)
(2013), *Hipopótamos em Delagoa Bay*. Abysmo (romance)

10. ANABELA NAIJA SARDO, IPG, GUARDA PORTUGAL



APRESENTA EM PARCERIA COM ELISA BRANQUINHO E ZAIDA FERREIRA PINTO

TEMA 1.3. CINCO DIAS, CINCO NOITES (MANUEL TIAGO / ÁLVARO CUNHAL): A LITERATURA "COMPROMETIDA" COMO FORMA SUPERIOR DE SER E ENTENDER O MUNDO. ANABELA SARDO, ELISA BRANQUINHO & ZAIDA FERREIRA - INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA – UNIDADE DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO INTERIOR. ESCOLA SECUNDÁRIA DE SEIA

PALAVRAS-CHAVE: Manuel Tiago / Álvaro Cunhal; político, escritor e artista; neorrealismo português; *Cinco Dias, Cinco Noites* (1975); literatura comprometida.

"A alegria de viver e lutar vem-nos da profunda convicção de que é justa, empolgante e invencível a causa por que lutamos"

Álvaro Cunhal, "O Partido com Paredes de Vidro", 1985

Álvaro Cunhal foi uma das personalidades marcantes do século XX português e europeu. Para além de político combativo, e extremamente lúcido, e de incansável resistente antifascista, foi uma figura de estatura excepcional no domínio da literatura e das artes plásticas. Contudo, só em 1994 essa sua faceta, até então velada, é trazida a público aquando da publicação da obra *A Estrela de Seis Pontas*, a qual completa a trilogia iniciada com o romance *Até Amanhã Camaradas* (1974) e *Cinco Dias, Cinco Noites* (1975).

O artigo pretende mostrar como a obra ficcional de Manuel Tiago / Álvaro Cunhal pode ser considerada um marco do neorealismo português. *Cinco Dias, Cinco Noites*, uma das suas obras principais, procura expressar a verdade sobre uma época sombria e tenebrosa da História de Portugal, desenhando e exaltando, nas personagens da novela, a luta corajosa de um povo forte e audacioso que, apesar dos medos e das angústias, havia de recuperar a voz, a cidadania e os direitos cívicos e sociais que meio século de ditadura sonegou.

O nosso texto é, também, uma homenagem a esta incontornável figura que marcou o século XX, em Portugal, cujo Centenário do nascimento se comemora em 2013 e que passou a infância em Seia, de onde era natural seu pai, Avelino Henriques da Costa Cunhal, advogado de profissão, republicano e liberal.



Fonte: <http://www.avante.pt/pt/2044/emfoco/123572/>

Álvaro Cunhal nasceu em Coimbra, a 10 de novembro de 1913, e morreu a 13 de junho de 2005. Ainda estudante, na Faculdade de Direito de Lisboa, encetou a atividade revolucionária, fez parte do movimento associativo estudantil e foi eleito, em 1934, representante dos estudantes no Senado Universitário. Militou na Federação das Juventudes Comunistas Portuguesas (FJCP), tendo sido eleito, em 1935, Secretário-geral dessa associação. Desde 1931, era Membro do Partido Comunista Português e, a partir de 1935, integrou o quadro de militantes clandestinos. Durante este tempo, foi preso duas vezes (em 1937 e em 1940). Na década de cinquenta, foi levado a julgamento e, tendo sido condenado, esteve onze anos seguidos encarcerado, dos quais cerca de oito em completo isolamento. A 3 de janeiro de 1960, evadiu-se, da prisão-fortaleza de Peniche, com um grupo de outros eminentes militantes comunistas. Desde o início dos anos sessenta até à Revolução de abril de 1974, desenvolveu uma atividade política intensa, participou de novo no Secretariado do Comité Central e foi eleito Secretário-Geral do partido em março de 1961.

Após o 25 de abril de 1974, pôde, finalmente, desenvolver a ação política em liberdade. Foi ministro sem pasta nos primeiros quatro Governos Provisórios e foi eleito deputado à Assembleia Constituinte, em 1975, e à Assembleia da República nas eleições realizadas entre 1975 e 1987. Foi Membro do Conselho de Estado de 1982 a 1992. Neste ano, no XIV Congresso do Partido Comunista Português, deixou de ser Secretário-Geral e foi eleito Presidente do Conselho Nacional.

Até ao fim da sua vida, prosseguiu uma intervenção ativa na ação política, na atividade cultural e artística e na declaração confiante do projeto comunista.

Em suma, como vulto político, Álvaro Cunhal pode ser considerado, em Portugal, no século XX e na passagem para o século XXI, uma das individualidades que mais se distinguiu na luta pelos valores da libertação

social e humana, tendo tido, igualmente, uma grande projeção a nível mundial, nomeadamente como um dos mais conhecidos e notáveis dirigentes internacionais. Viveu plenamente devotado à luta pela liberdade, pela democracia e pelo socialismo. Desde muito cedo, revelou ser tenaz, abnegado e possuir uma coragem invulgar, dedicando a existência aos interesses dos explorados e oprimidos, rejeitando benefícios ou privilégios pessoais que as suas origens familiares lhe poderiam ter proporcionado.

Inseparável da sua intervenção política direta na direção, organização e atividade do Partido Comunista Português, é proeminente o contributo, que transmitiu ao nível teórico, expresso em incontáveis intervenções políticas e discursos, bem como em obras de profundo valor e significado, que tiveram e continuam a ter um enorme impacto político e ideológico.

Para além da importância da sua atividade política a nível nacional, é também de realçar o seu grande contributo para a consolidação do movimento comunista internacional; o combate ao imperialismo; o incentivo ao processo de emancipação dos trabalhadores e dos povos; o apoio ao movimento de libertação nacional, particularmente no que diz respeito às ex-colónias portuguesas, assim como ao desenvolvimento da luta pela Paz.

Nunca nada nem ninguém o fez desistir dos seus ideais políticos e sociais, como comprova a história da sua vida que visceralmente se confunde com a História de Portugal do século XX. Durante décadas, suportou provas terríveis, viveu a clandestinidade, passou longos anos na prisão, sofreu torturas e foi remetido ao isolamento.

Falar desta individualidade ímpar é, sintetizando o que refere o texto da Resolução do Comité Central do Partido Comunista Português para as Comemorações do Centenário do nascimento de Álvaro Cunhal, “(...) *salientar o seu exemplo inserido na ação coletiva em que se integrou e na causa à qual dedicou toda a sua vida, (...) é promover a valorização de um legado constituído por um pensamento, acervo de análises e ação que expressam um conteúdo a que a vida deu e dá razão e que tem uma crescente projeção na atualidade e no futuro (...), é evidenciar o significado do seu percurso de homem e revolucionário (...)*” (RCCPCP, 2012: s.p).

Para além da intervenção no plano político, Álvaro Cunhal viveu intensamente outras áreas da vida, designadamente a criação artística que se expressou na produção de obras literárias e nas artes plásticas. Produziu, ainda, reflexões teóricas sobre a estética e a criação cultural, abrangendo a sociedade, a arte e o artista.

As facetas do homem - comunista, intelectual e artista - são indissociáveis, como comprovam as obras literárias e artísticas. Na ficção, deixou obra notável (romances, contos e novelas, listados na bibliografia final). Nas artes plásticas, ficaram trabalhos que patenteiam, identicamente, a dimensão cultural e cívica do homem político fiel à arte. O ensaio *A Arte, o Artista e a Sociedade*, texto incontornável de assertividade e sentidos críticos sobre estética, apresenta reflexões acompanhadas por reproduções de obras de arte (pintura, escultura, arquitetura, literatura e música) as quais comenta, analisa e usa como argumentos de justificação das teses que apresenta. A ideia fundamental, presente no texto, é a de que deve ser dada liberdade absoluta à arte e à criatividade artística, o que o leva inclusive a criticar as políticas culturais dos países comunistas, quando estas restringiam essa liberdade: “*Arte é liberdade. É imaginação, é fantasia, é descoberta e é sonho. É criação e recriação da beleza pelo ser humano e não apenas imitação da beleza que o ser humano considera descobrir na realidade que o cerca.*” (Cunhal, 1996: 201).

Para além de outros importantes conceitos centrais (o conceito de belo, como fundamento de toda a arte; reflexões sobre conteúdo e forma, por exemplo), neste ensaio ressalta a ideia de que o artista não pode fugir à influência da sociedade, salientando que a interferência e os reflexos da vida social, na criação artística, podem ou não depender da vontade do artista, sendo em qualquer caso uma realidade objetiva. O ensaio finaliza com uma invocação, um apelo à arte que intervenha na vida social, uma interpelação à liberdade, à imaginação, à fantasia, à descoberta e ao sonho.

Passando à prática os conceitos artísticos que defende, Álvaro Cunhal expressa no desenho e na pintura, com sensibilidade, rigor, imaginação e subtilidade, em pessoal e fulgente traço, o seu enorme amor ao Povo, ao Trabalho e à Dignidade da condição humana.

Sintetizando, e como afirma Domingos Lobo, «Álvaro Cunhal foi, mesmo nas duras circunstâncias do exílio, paralelamente, um homem atento às coisas da Cultura, um autor maior do nosso neorrealismo, tanto no campo ficcional como na abordagem teórica, tarefa que exerceu com aguda inteligência e denodo intelectual nos jornais *Sol* e *O Diabo* (...) e nesse livro incontornável de assertividade e sentidos crítico, estético e programático que é «*A Arte, o Artista e a Sociedade*» (Lobo, 2013: s.p.)

A obra ficcional de Álvaro Cunhal, publicada sob o pseudónimo de Manuel Tiago, é apreciada pela crítica como um dos marcos do neorrealismo português¹¹⁷ e do realismo social, em geral. Trata-se de literatura alicerçada na vontade de contar as prostrações de um tempo de injustiças sociais e humanas e expressar a História de um povo forte e resolutivo. Os textos de Manuel Tiago/Álvaro Cunhal emergem da memória de uma vida excepcional, relatando os temores, as angústias, os sacrifícios e as opressões bem como a luta destemida de homens e mulheres que ousaram enfrentar e resistir, nas duras circunstâncias da opressão, da luta clandestina e da clausura, a um sistema político opressivo no desejo de dar voz à liberdade popular e aos direitos cívicos e sociais que cinquenta anos de ditadura roubaram.

Involgar no panorama literário português dos anos setenta, a obra de Manuel Tiago surgiu a par de algumas das vozes principais de uma terceira geração neorrealista que as lutas académicas dos anos sessenta e a vivência crítica da guerra colonial tinham desvendado em autores como Fernando Assis Pacheco, José Martins Garcia, José Manuel Mendes, João de Melo, entre outros; mas, analogamente, próxima de outras vozes da prosa e da poesia, oriundas da resistência: Soeiro Pereira Gomes, Alves Redol, José Gomes Ferreira, Manuel da Fonseca,

¹¹⁷ Como é do conhecimento geral, o neorrealismo como movimento literário manifestou-se entre meados dos anos trinta e finais da década de cinquenta do século XX, num período que engloba a crise económica iniciada em 1929, o triunfo do nazismo e do fascismo na Europa e o deflagrar da 2ª Guerra Mundial. Tinha um carácter ideológico marcadamente de esquerda e teve ramificações em várias formas de arte, como a literatura, a pintura e a música. Atingiu o seu expoente máximo no cinema neorrealista, sobretudo no realismo poético francês e no neorrealismo italiano que adotaram a mesma matriz inspiradora da literatura na forma de apresentação da realidade social. O neorrealismo consolida-se num contexto assinalado e condicionado por profundas tensões ideológicas, políticas, económicas, sociais e literárias que conduziram os escritores e os artistas a uma tomada de consciência diferente daquilo que era a realidade portuguesa. Deste modo, protagonizam um confronto intelectual e doutrinário com os presencistas, pertencentes à geração literária anterior, o qual irá emergir nas páginas de publicações como o jornal *O Diabo*, as revistas *Seara Nova*, *Sol Nascente* e *Vértice*. Em causa estava uma interpretação diversa da função social do escritor e da própria literatura. Os neorrealistas acusavam a literatura presencista de ser individualista, psicologista e desinteressada do homem concreto e social; defendiam a prevalência do conteúdo em relação à forma, visando uma maior consciencialização política e social dos leitores, de modo a que esta pudesse conduzir a uma transformação política do país. Veja-se, a este propósito, o livro de Álvaro Cunhal *A Arte, o Artista e a Sociedade*, já referenciado neste artigo.

Carlos de Oliveira, Luís Veiga Leitão e outros. Ao discurso destes autores podemos acrescentar, embora tenham seguido caminhos estéticos distintos, mas cuja obra é, também, socialmente empenhada, Urbano Tavares Rodrigues e José Saramago.

A voz de Manuel Tiago assoma, no contexto da década de setenta, como uma escrita translúcida e despojada, revelando características nitidamente antiburguesas. Política e partidariamente comprometida, a obra patenteia-se no destemor da luta social, liberta, com a Revolução do 25 de abril, do espartilhamento da censura e da permanente vigilância da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), que estrangulava a voz dos neorrealistas das décadas de quarenta e cinquenta. Todavia, em *Cinco Dias, Cinco Noites*, ainda está latente um código de referências que invocava a convivência do leitor, o qual tinha de estar munido de conhecimentos que possibilitassem interpretar códigos de alusões, daquilo a que se tem chamado o “não dito”, referências inseridas em subtexto, técnica usada, na época, também no jornalismo e em alguns textos do teatro de Revista.

A escrita de Álvaro Cunhal/Manuel Tiago foi determinada por uma construção literária que sobrevalorizava a estreita ligação entre o autor e os seus leitores, que o escritor sabia bem estarem próximos da sua ideologia. Contudo, mais do que apelar apenas a uma convivência acomodada, os textos do escritor incitam à intervenção e à consciência de uma realidade que jamais se deveria repetir. Tecendo-se com os fios criadores da memória, da vivência e da luta, a obra é testemunho de um tempo histórico preciso, fazendo sobressair o conceito fundamental de que as questões da dignidade, da política e da justiça são, acima de tudo, temas culturais e também literários, de acordo com o pensamento barthesiano de que num romance tudo cabe.



Profundamente distanciado de uma estética literária ancorada em cenários estilizados, o neorrealismo dos anos trinta e quarenta do século XX inspira-se nos ideais socialistas / marxistas, designadamente na luta de classes e igualdade social, na obra de Freud e na literatura revolucionária então em voga. Assume-se como uma arte de intervenção social e política, trazendo o povo para o palco da literatura e adotando a matriz inspiradora da apresentação da realidade social, não como uma representação falseada do real, mas próxima da verdade, enquanto moldura “filosófica” daquilo que é verdadeiro.

Nessa época, configurou-se um cenário enquadrador asfixiante que despoletou uma atitude revolucionária e de denúncia em face da crise económica iniciada em 1929, do nazismo, das ditaduras na Europa e da 2ª Guerra Mundial.

Este quadro veio alterar a própria conceção e função da literatura, desenhando-se como um instrumento de intervenção social, afastando-se das preocupações associadas a uma liturgia da estética literária, surgindo depurada da festa das palavras, num despojamento antiburguês, sóbrio e limpo na sua semântica.

Não sendo, de forma alguma, uma literatura panfletária é, no entanto, uma literatura “*engagée*”, comprometida com os ideais de transformação social e de solidariedade, marcadamente antifascista, denunciando, muitas vezes em subtexto, por detrás de uma narrativa simples e linear, o sofrimento do povo, iluminando a miséria social da classe dos desfavorecidos, assombrados pela fome, pela injustiça, pelo medo, pelo olhar persecutório dos

guardiões da ditadura (os guardas, a polícia política / a PIDE), mas, ao mesmo tempo, superando essa inscrição ideológica, sulcando uma esteira para os ideais de libertação, de democratização e de consciencialização, constituindo-se como “semente” das canções de intervenção dos anos sessenta e setenta do século passado.

Invocando os pressupostos atrás enunciados, a novela *Cinco Dias Cinco Noites* de Manuel Tiago inscreve-se no padrão da literatura neorrealista e impõe-se como uma narrativa de linguagem simples, de enredo linear, com um fundo embrionário na tradição popular do contador de histórias, deixando um rasto de moralidade apenas sugerida e nunca explícita e um lastro de várias interrogações e leituras também incutidas pelas “alusões implícitas”, mas de vaga e extremamente difícil sustentação textual, pois, como muito bem questiona Gusmão, no prefácio da obra em análise, a propósito da elipse que percorre todo o texto da novela de Manuel Tiago: “*A que se deve ou que efeitos de sentido provoca este caráter elíptico deste texto narrativo que desde o princípio até ao último capítulo é marcado por esse procedimento retórico?*” (2011: 7)

Concordando inteiramente com Gusmão, sublinhamos que a elipse cursa toda a narrativa *Cinco Dias Cinco Noites* e insinua o cenário político da ditadura em Portugal, embora o enfoque da ação incida sobre o “confronto” entre as duas personagens centrais: “*Desde o 1º capítulo, esse confronto ocupa a boca da cena ou assume-se como o primeiro campo narrativo...*” (Gusmão, 2011: 7) ou ainda, segundo o mesmo autor: “*A elipse marca claramente as operações narrativas. (...) é uma posição “fria” da enunciação narrativa que se adequa de alguma forma ao que tem para contar*” (2011: 6).

Também, como claramente se afirma no prefácio: “*Fruto da elipse, o que vem tornar-se o tema central é o confronto entre duas personagens marcadamente diferentes e que a certa altura das suas vidas, de que pouco ou nada nos será dito, se encontram estreitamente ligadas por um contrato não escrito e em vigor num período de perigo*” (2011: 7) – no período da Ditadura de Salazar –, acrescentamos nós:

Um, Lambaça, é um homem já maduro, com uma experiência de vida certamente mais vasta e diversa, seguro das suas decisões e vigiando atentamente as reações e atitudes do outro. Esse outro, André, é um jovem, compreensivelmente ansioso, que desconfia do seu companheiro, procurando interpretar não só os seus gestos, atitudes e decisões, mas também os seus silêncios. (Gusmão, 2011: 10)

Deste modo, a novela *Cinco Dias Cinco Noites* relata a saga de um jovem na sua fuga clandestina e ilegal para Espanha, pela mão de um indivíduo cadastrado, de aspeto sombrio, com “*qualquer coisa de arrogante, ousado e impertinente*” (Tiago, 2011: 18), não oferecendo qualquer confiança ao fugitivo, numa época em que a passagem “a salto”, como errância em busca da liberdade, era a única saída aceitável para André, um jovem revolucionário, perseguido pela polícia. Note-se que estas personagens, desde o início, “desagradaram nitidamente” uma à outra (*ib. ibidem*).

A natureza da linguagem é marcadamente cinematográfica¹¹⁸, conferindo visualismo e simplicidade à ação. Pontilhados por breves alusões à cor local, os recortes narrativos com que o narrador nos presenteia são plenos de realismo, configurando um ambiente campesino:

¹¹⁸ Note-se que a obra *Cinco Dias Cinco Noites* de Manuel Tiago foi adaptada ao cinema com título homónimo, pelo realizador português José Fonseca e Costa, em 1996, com Vítor Norte no papel de Lambaça e Paulo Pires no papel de André.

Ali tomaram a camioneta, e esta seguiu, ronceira e aos solavancos, por uma estrada poeirenta e esburacada, parando aqui e acolá em aldeias pacatas e tristonhas, onde subiam e desciam camponeses de poucas falas. André, que nascera e sempre vivera em Lisboa, olhava curioso a paisagem e a gente, apreciava as moças, ajudava a baixar as cestas, e, ao fitar um e outro, lia-se-lhe nos olhos honestos a vontade mal refreada de falar e de conviver. A seu lado, direito e rígido, o Lambaça fumava cigarro atrás de cigarro, sem nada dizer.” (Tiago, 2011: 21)

Deste modo, a análise textual transporta-nos para a narrativa social alojada no cenário da ditadura salazarista em Portugal, tempo de miséria, de opressão e de medo, tempo de silêncio e de mordança como o silêncio que atravessa toda a narrativa e que escorre pelas serras hostis e penedias ameaçadoras calcorreadas pelos dois protagonistas.

A relação entre as duas personagens é parca de diálogo e abastada de silêncios que potenciam o equívoco e abrem espaços para perguntas sem resposta, arrastando para a narrativa esse fadário do silêncio português, de que fala João de Melo, orquestrado e revelado na tristeza da atitude do povo luso, combinado de resignação e de revolta sofrida, alimentado nas magras esperanças de um futuro diferente (Melo, 2006).

Assim, os silêncios misteriosos, porventura cautelosos, de Lambaça aguçam a curiosidade inquieta e desconfiada do jovem André.

Desta forma, também a narrativa sugere a grande e esmagada “paciência” portuguesa, acorrentada ao silêncio, visível no tempo de espera de André, pontuada por perguntas não respondidas, num clima de “não ditos” enigmático e arrogante.

Na longa caminhada clandestina, o passador e o fugitivo refugiam-se em duas casas distintas, perdidas nos montes, cuja função, como menciona Gusmão, convocando o pensamento de Roland Barthes, é “*a de produzir, na sua autonomia funcional, um efeito de real (...). Sem grande ou complicada estruturação interna, o texto do episódio introduz na narrativa um efeito de real que autentica este fragmento do mundo camponês, assim como convalida, indiretamente pelo menos, a narrativa da passagem da fronteira*” (2011: 9).

No entanto, convém evocar a pequena sequência narrativa do segundo casebre em que o narrador nos conta o episódio da bela mulher com uma criança ao colo e cujo rosto e gesto tanto impressionam André. O referido episódio permite atestar as diferenças de atitude dos dois homens perante o mesmo estímulo sexual. Deste modo, subscrevemos inteiramente a leitura de Gusmão quando escreve: “*O episódio consiste na criação de um ambiente de sedução que joga com a perturbação erótica de André contra a prepotência arrogante e imediatamente sexualizada do macho Lambaça*” (2011: 11). O episódio desvela-nos a “indignação e a tristeza” que sufocavam o jovem perante a inesperada revelação da malfadada sorte da suave camponesa prostituída: “*O caso é que se sentia tão desgostoso e desesperado como se lhe tivessem roubado e enxovalhado uma pessoa querida*” (Tiago, 2011: 56). A este propósito, poderemos questionar: não será Lambaça uma espécie de espelho baço da mentalidade machista, aproveitador da subalternidade da condição feminina no tempo da ditadura? Não será mais um traço a acrescentar ao seu perfil de contrabandista e cadastrado?

Esta novela desvenda claramente um mundo em que as mulheres, que deviam ter nascido para serem amadas, se vendem, como se lê na página 56: “*Que tragédia se ocultava naquela casita de camponeses, a cem metros de um povoado perdido nas serranias? Como era possível aquilo ali? Uma camponesa, tão nova tão bela, nascida não para vender amor, mas ser amada?*” (Tiago, 2011).

Manuel Tiago consegue, ainda, de forma excepcional, penetrar no mundo desses marginais e pequenos crápulas, personificados na personagem Lambaça, que ao mesmo tempo são capazes de gestos generosos, guiados por um peculiar código de honra, como se verifica no final da novela, quando o contrabandista e passador recusa, já na fronteira, cobrar de André, o jovem revolucionário, o pagamento pelos serviços prestados.

A narrativa está pontilhada de referências à noite, à escuridão, às horas mortas, aos sítios desérticos e sombrios, ao frio, à fome, às serranias ermas e penedias abruptas, aldeias desoladas, ao silêncio, e / ou ao apelo ao silêncio: “*É tolo ou quê? Fale baixo.*” (Tiago, 2011: 43), ingredientes que espalham na diegese uma nota vaga de mistério e de medo.

Conseguirão passar a fronteira estes dois andarilhos clandestinos, subindo e descendo, cosidos no silêncio profundo das serranias sem fim?

Do lado de cá da fronteira, linha invisível de separação entre países, ardem o medo da perseguição política, a dureza da miséria e o desejo de fuga para um espaço que simboliza alguma libertação e que traz a esperança da oportunidade de uma vida melhor. É, no entanto, uma linha “quase tangível” no sentido em que, depois de ultrapassada, alivia a tensão do fugitivo que vê no exílio uma réstia de esperança.

A alusão à efetiva passagem para território espanhol parece revelar a convicção de que a fronteira, ainda que nas serranias perdidas na ruralidade transmontana, deveria materializar-se num marco, em algo visível, na medida em que o imaginário popular, por desconhecimento óbvio resultante da prisão ao espaço pátrio, assim o configura. A reação de André e o sequente comentário de Lambaça assim o ilustram:

- *Não se inquiete, amigo. Já passámos.*

- *Já passámos o quê? – perguntou André furioso com a mofa do outro.*

(...)

- *Isto não são coisas com que se brinque! – disse André.*

- *Acredite ou não acredite, tanto se me faz...*

André ficou na dúvida. A ser verdade o que dizia Lambaça, teria sido naquela manhã, depois de saírem da casa da rapariga. Mas quando? Procurou recordar-se da caminhada, em busca de um pormenor da paisagem ou de um gesto ou expressão do companheiro que acusassem a saída de Portugal e a entrada em Espanha.

- *Não dei por nada – disse em voz baixa, falando para si.*

(...)

- *O amigo que esperava? Que houvesse um muro na fronteira, não? Ou talvez uma tabuleta? (Tiago, 2011: 60)*

Que ideia fantasiosa de fronteira, nascida de tudo e de nada como os mitos, alimentava André? Afinal, que linha desenha o limite de Portugal se a mesma paisagem se perde nas lonjuras? “*Abandonado o vale, nada se*

modificara na paisagem. A mesma solidão, as mesmas penedias arredondadas e tristes, até, à distância, a mesma montanha, silenciosa e impertinente, espreitando e observando de longe” (Tiago: 2011: 62).

Aparentemente, o narrador revela-se neutro e objetivo (na globalidade da narrativa), como sustenta Gusmão (2011), assegurando uma das garantias que atestam a “verdade” da narração como apresentação do real social. Todavia, como refere o mesmo autor, esse distanciamento aparente esbate-se no final da obra, desvelando um narrador que conhece muito mais das personagens do que aquilo que mostra, e que, como vimos, é fiel à economia das palavras e à estratégia da elipse como forma de silêncio e de apagamento do explícito.

Deste modo, no final da obra, aparece uma outra / nova (?) face de Lambaça, talvez influenciado na surpreendente coragem do inexperiente, sensível e honesto André. Não chegaremos a sabê-lo com segurança. Contudo, também não é esse o objetivo desta obra cuja arquitetura alicerçada nos pilares do “não dito” e da elipse, como já referimos, projeta alguma luz e sombras, estas últimas pintadas como auxiliar da fuga, não só do exílio ilegal do foragido, mas como esconderijo de mensagens ocultas que refletem a época sombria da ditadura salazarista em Portugal.

Sintetizando, a novela *Cinco Dias Cinco Noites* expressa de forma exímia os códigos que levam à expressão das dúvidas contemporâneas e a profundas interrogações sobre a realidade. Esta narrativa mostra mais do que aquilo que sonega ou metamorfoseia. Revela o mundo obsoleto da ruralidade portuguesa, duma rusticidade que o regime de então mitificou. Faz ouvir o silêncio atormentado de um povo cerceado pelo temor e pela ignorância, vivendo no limiar da sobrevivência. Pinta um mundo sombrio e violento, metaforizado na natureza de uma serra hostil, fria e desumana: “(...) e o ar começou a pesar de humidade e frio, então, sobranceira, a serra ganhou subitamente nova grandeza, como que olhando os intrusos com hostilidade” (Tiago, 2011: 37).

A encerrar este breve e despretensioso apontamento sobre a novela em análise, resta concluir que a narrativa deixa transparecer uma mensagem de solidariedade e de dignidade humana, sugerida pela atitude de Lambaça e que deixa André encerrado na perplexidade decorrente do gesto do contrabandista e, mais uma vez, suspenso do “não dito”, como resposta à sua pergunta final, nessa epifania do silêncio que ressoa em toda a narrativa e que abre e sugere espaço para outras leituras que sulcam levemente, num rasto eivado de mistério, o universo ficcional desta obra do neorealismo português.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

-
- CUNHAL, Álvaro (1985), *O partido com paredes de vidro*. Lisboa. Avante.
(1996), *A arte, o artista e a sociedade*. Lisboa: Caminho.
LOBO, Domingos (1964), *Desconstrutor de neblinas: textos de leitura crítica*. Lisboa: Edições Cosmos, ISBN 972-8471-87-4.
(2013), “Manuel Tiago/Álvaro Cunhal, A escrita como uma peculiar e interventiva ‘experiência do humano’”. *Avante*, N.º 2044, 31 de janeiro, Intervenção feita no Fórum Cultural José Manuel Figueiredo no âmbito das Comemorações do Centenário de Álvaro Cunhal, promovidas pela Câmara Municipal da Moita (<http://www.avante.pt/pt/2044/emfoco/123572/> , consulta a 20/08/2013).
MELO, João de (2006), *O Mar de Madrid*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
Partido Comunista Português (2012), “Comemorações do Centenário de Álvaro Cunhal - Vida, pensamento e luta: exemplo que se projeta na atualidade e no futuro”. *Resolução do Comité Central do PCP*, Lisboa, 1 de julho de 2012 (<http://alvarocunhal.pcp.pt/comemorações-do-centenário-de-álvaro-cunhal-vida-pensamento-e-luta-exemplo-que-se-projecta-na-atual> , consulta a 22/08/2013).

RODRIGUES, Urbano Tavares (2005), *Obra Literária de Manuel Tiago/Álvaro Cunhal*. Editorial Caminho.
SILVA, Maria Augusta, “Álvaro Cunhal, Obra literária e pictórica”. *Diário de Notícias*.
(<http://www.casaldasletras.com/Textos/ALVARO%20CUNHAL%20-%20Obra%20literaria%20e%20pictorica.pdf>),
consulta a 30/08/2013).

TIAGO, Manuel (2011), *Cinco Dias Cinco Noites*. Porto: Modo de Ler – Editores e Livresiros, Lda.

OUTROS SÍTIOS WEB CONSULTADOS

<http://www.avante.pt/pt/2044/emfoco/123572/>, consulta a 20/08/2013.
<http://alvarocunhal.pcp.pt/comemorações-do-centenário-de-álvaro-cunhal-vida-pensamento-e-luta-exemplo-que-se-projecta-na-actual>, consulta a 22/08/2013.
<http://alvarocunhal.pcp.pt/elementos-biogr%C3%A1ficos-de%C3%A1lvaro-cunhal>, consulta a 23/08/2013.
<http://alvarocunhalbiografia.blogspot.pt/>, consulta a 26/08/2013.
http://www.citi.pt/cultura/artes_plasticas/desenho/alvaro_cunhal/arte_artista.html
consulta a 26/08/2013.
<http://www.casaldasletras.com/Textos/ALVARO%20CUNHAL%20-%20Obra%20literaria%20e%20pictorica.pdf>,
consulta a 30/08/2013.
<http://alvarocunhal.pcp.pt/col%C3%B3quio-%C2%ABa-arte-o-artista-e-sociedade%C2%BB>, consulta a
30/08/2013.
<http://www.searanova.publ.pt/pt/1723/nacional/419/>, consulta a 2/09/2013.
<http://www.lisboapatrimoniocultural.pt/noticias/Documents/BrochuraAlvaroCunhal.pdf>, consulta a 2/09/2013.
[http://www.infopedia.pt/\\$alvaro-cunhal;jsessionid=BjIXGwbplD3Z-c+c8fuYKg](http://www.infopedia.pt/$alvaro-cunhal;jsessionid=BjIXGwbplD3Z-c+c8fuYKg), consulta a 2/09/2013.
<http://www.cies.iscte.pt/destaques/documents/CIES-WP91Martinho.pdf>, consulta a 3/09/2013.

ANEXO I – OBRAS DE ÁLVARO CUNHAL

(1965) *A luta popular de massas, motor da revolução*. Lisboa. Avante.
(1968), *A Questão Agrária em Portugal*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
(1970), *O radicalismo pequeno burguês de fachada socialista*. Lisboa. Avante.
(1972), “Encontro da Rádio Portugal Livre com Álvaro Cunhal.” (s. l.): Edições Avante.
(1974), *Discursos políticos*. Lisboa. Avante.
(1974), *A superioridade moral dos comunistas*. Lisboa. Avante.
(1974), *A situação política e as tarefas do Partido no momento actual*. Lisboa. Avante.
(1975), *A força invencível do movimento comunista*. Lisboa. Avante.
(1975), *Algumas experiências de 50 anos de luta do Partido Comunista Português*. Lisboa. Avante.
(1975), *As lutas de classes em Portugal nos fins da Idade Média*. Lisboa: Estampa.
(1975), “Declaração do PCP sobre a crise política actual.” Lisboa: PCP.
(1975), “Discurso no comício do PCP em Torres Novas, 19.10.75.” Venda Nova: (s.n.).
(1975), “Discurso no 1º Encontro Nacional da União da Juventude Comunista em 9 de março de 1975.” Lisboa:
[s.n.].
(1975), “Discurso no comício do PCP em Montemor-o-Novo, em 8 de junho de 1975.” Lisboa: (s.n.).
(1975), *Discursos no comício realizado em Vila Franca de Xira em 18 de maio*. Lisboa: Partido Comunista
Português.
(1975), “Discurso no comício do PCP, realizado a 2 de agosto de 1975, em Évora.” Lisboa: PCP.
(1975), “Intervenção na reunião plenária do Comité Central realizada em 10 de agosto de 1975.” Lisboa: PCP.
(1975), *Pela ordem democrática, pela disciplina revolucionária*. Venda Nova: (s.n.).
(1975), *O internacionalismo proletário*. Lisboa. Avante.
(1976), “Discurso: comício, 7-12-75.” Lisboa: SIP do PCP.
(1976), *Do 25 de novembro às eleições para a Assembleia da República*. Lisboa. Avante.
(1976), *A crise político-militar: discursos políticos*. Lisboa. Avante.
(1976), *A revolução portuguesa: o passado e o futuro*. Lisboa. Avante.
(1976), “As tarefas do PCP para a construção da democracia rumo ao socialismo: intervenção no VIII
Congresso do PCP” Lisboa: SIP do PCP.
(1976), *Balanço da campanha eleitoral: discursos*. Lisboa: PCP.
(1976), *Contribuição para o estudo da questão agrária*. Lisboa. Avante.
(1977), “Conferência de imprensa em Roma: 11-2-77.” Lisboa: Secção de Informação e Propaganda do PCP.
(1977), *A questão do Estado, questão central de cada revolução*. Lisboa. Avante.
(1977), *As eleições para a Assembleia da República*. Lisboa. Avante.
(1978), *Em defesa das conquistas da revolução*. Lisboa. Avante.
(1978), *Entre duas eleições*. Lisboa. Avante.
(1979), “Avante com abril: relatório da atividade do Comité Central ao IX Congresso do P. C. P., Barreiro, 31
de maio de 1979.” Lisboa: Avante.
(1980), *As lutas de classes em Portugal nos fins da Idade Média*. Lisboa: Estampa.

- (1980), *Crises e queda dos governos PS*. Lisboa. Avante.
(1980), *Os chamados governos de iniciativa presidencial*. Lisboa. Avante.
(1981), *Avanço e derrota do plano subversivo "AD" 1980*. Lisboa. Avante.
(1985), *A luta popular e a derrota da "AD", 1981*. Lisboa. Avante.
(1985), *O PCP e o VII congresso da internacional comunista*. Lisboa. Avante.
(1985), *O partido com paredes de vidro*. Lisboa. Avante.
(1987), *Desenvolver Portugal: ano 2000*. Lisboa: Juventude Comunista Portuguesa.
(1988), *Falência da política de direita do PS (1983-1985)*. Lisboa. Avante.
(1989), *O 1º Governo PSD e a resistência democrática*. Lisboa. Avante. ISBN 972-550-205-1.
(1994), *Ação revolucionária, capitulação e aventura*. Lisboa. Avante.
(1996), *A arte, o artista e a sociedade / Álvaro Cunhal*. Lisboa: Caminho.
(1996), *As vertentes fundamentais da democracia*. Matosinhos: Contemporânea, ISBN 972-8305-34-6.
(1996), *Duas intervenções numa reunião de quadros*. Lisboa: Avante, ISBN 972-550-224-8.
(1997), *O aborto: causas e soluções*. Porto: Campo das Letras, ISBN 972-610-015-1.
(1997), *O caminho para o derrubamento do fascismo / IV Congresso do Partido Comunista Português*. intro. Álvaro Cunhal. Lisboa: Avante, ISBN 972-550-278-7. ISBN 972-550-262-0.
(1999), *A verdade e a mentira na revolução de abril: a contrarrevolução confessa-se*. Lisboa: Avante, ISBN 972-550-272-8.
(2012), *O radicalismo pequeno-burguês de fachada socialista*. Lisboa. Avante.

OBRAS DE MANUEL TIAGO

- Literatura

- (1974), *Até Amanhã, Camaradas*. Lisboa: Edições Avante.
(1975), *Cinco Dias, Cinco Noites*. Lisboa: Edições Avante.
(1994), *A Estrela de Seis Pontas*. Lisboa: Edições Avante.
(1997), *A Casa de Eulália*. Lisboa: Edições Avante.
(1998), *Fronteiras*. Lisboa: Edições Avante.
(2000), *Um Risco na Areia*. Lisboa: Edições Avante.
(2001), *Sala 3 e Outros Contos*. Lisboa: Edições Avante.
(2002), *Os Corrécios e Outros Contos*. Lisboa: Ed. Avante, ISBN 972-550-290-6.
(2003), *Lutas e vidas: Um Conto*. Lisboa: Edições Avante

Artes Plásticas

- (1941), Capa da 1.ª edição de *Esteiros* de Soeiro Pereira Gomes. Lisboa: Sírius.
(1989), *Desenhos da Prisão - I e II*. Lisboa: Edições Avante.

Traduções

- (2002), *Shakespeare, William. O Rei Lear*. Lisboa: Ed. Caminho, ISBN 972-21-1485-9.



11. CHRYS CHRYSTELLO, AICL – AÇORES - AUSTRÁLIA



Chrys CHRYSTELLO



ENTRA VÍDEO <https://www.dropbox.com/s/i9zqrnvh96v0mch/Alamo%20Oliveira.wmv>

TEMA 2.1 LITERATURA E AÇORIANIDADE (HOMENAGEM CONTRA O ESQUECIMENTO, ÁLAMO OLIVEIRA), CHRYS CHRYSTELLO, AICL

Pretende-se com esta comunicação prestar uma nota explicativa sobre a Açorianidade como uma das bandeiras dos Colóquios da Lusofonia.

Neste painel da Homenagem contra o Esquecimento E AÇORIANIDADES visamos disseminar e resgatar autores contemporâneos que merecem ser lidos, estudados e traduzidos para que se libertem das leis do esquecimento.

Deixem-me dar-vos a conhecer primeiro um pouco do arquipélago tal como o descrevi no livro segundo de *Crónica Açores: uma Circum-navegação*.

Para Natália Correia a ilha é Mãe-Ilha, para Cristóvão de Aguiar Marilha, para Daniel de Sá, Ilha-Mãe, para Vasco Pereira da Costa Ilha Menina, mas para mim nem mãe, nem madrastra, nem Marília nem Menina, mas antes uma Ilha-Filha, que nunca enteada. Para amar e ver engrandecer nas dores da eterna adolescência que são sempre partos difíceis. Sempre fui ilhéu, perdi o sotaque sem malbaratar as Ilhas-Filhas que trago a reboque, corrente multifacetada de vivências, mundos e culturas distantes que constituem já a essência do meu ser.

Ao longo destes nove anos falei e escutei a maior parte dos autores (e, desses, entretanto, três já nos deixaram **Fernando Aires, Daniel de Sá, José Dias de Melo**). Com eles aprendi e compreendi a canga que os cachaços

insulares carrearam, muitas vezes, sem o saberem. O dilema da pequenez das ilhas para um autor se afirmar sem ser reconhecido fora delas, a atração pelo mercado continental mais vasto como forma de afirmação e alforria literária criando um misto de desligamento e aportuguesamento dos autores que se mudaram de armas e bagagens para fora das ilhas, a inveja e ciúme dos que não conseguiram atingir esse patamar de reconhecimento continental, a emancipação de outros que venceram nos EUA e Canadá e a tarefa ingente dos que permanecendo conseguiram alcançá-lo a um reconhecimento externo.

O que muitos deles não acreditavam era que por serem autores açorianos podiam aspirar a serem universais e não apenas insulares, e não apenas portugueses, se entrassem em mercados mais vastos da Europa e do mundo. Esses escritores poderiam chegar bem mais longe e libertar-se da prisão invisível que é a pequenez das 9 ilhas do arquipélago.

Para isso, teríamos de mandar mercados novos e virgens, como a selva amazônica antes dos novos bandeirantes. Se não chegassem às novas gerações açorianas, poderiam alcançar descendentes, e expatriados que aprendem hoje o orgulho da nação açoriana, na cultura, tradição e outros valores primordiais que tão arredados das escolas andam hoje. Mas os Colóquios queriam levá-los a mercados e leitores insuspeitos incluindo a antiga Cortina de Ferro onde há enorme gosto e apetência por escritores lusófonos. Para isso, idealizamos a atual série de Antologias, uma bilingue para captação do mercado norte-americano e canadiano, outra maior em dois volumes com uma seleção dos mais consagrados e uma próxima Antologia no feminino dado que as autoras são sistematicamente esquecidas numa comunidade conservadora e machista como ainda é a sociedade açoriana. Todas estas obras são didáticas para poderem ser estudadas nas escolas e assim se conseguir propagar este vírus altamente contagioso da escrita açoriana para leitores neófitos.

Depois, deparámos com um fenómeno típico das sociedades insulares e bairristas, a existência de “capelinhas”, cliques e claques, em torno das quais gravitavam alguns autores. Nem todos de qualidade despicienda, mas dependendo dessas cliques para serem objeto de artigos de jornal ou de visibilidade através da recensão crítica.

Na década de 1990, lentamente, os escritores açorianos foram encontrando o seu espaço, não havendo mingua de quantidade. Na maioria, sem projeção para além destas ilhas, com exceções contemporâneas. Falta ainda destrinçar entre as centenas de autores aqueles que realmente merecem ser incluídos em coletâneas e os outros que se serviram do rótulo da açorianidade para terem alguma visibilidade que, de outro modo, não teriam.

A solução que adotámos foi a de ignorar quem era quem, e sermos nós e os autores dos nossos projetos, a avaliar a qualidade de tais autores, com a ajuda dos autores que já conhecíamos e em quem já confiávamos. Daí as escolhas primeiras das antologias que posteriormente serão alargadas a mais autores e autoras à medida que os fomos descobrindo sob o enorme Guarda-chuva da Açorianidade que a todos alberga. Nem sempre é fácil, pois ao lado de autores como Fernando Aires, Cristóvão de Aguiar, Eduíno de Jesus surgem autores que podemos designar como a Maria da Capela, o António da Lomba e o José de Rabo de Peixe. Importantes até poderão ser de um ponto de vista de cultura popular, regional, local, mas não deveriam nunca estar sob um rótulo de literatura.

Onésimo de Almeida escreveu e coordenou os livros *A “Questão da Literatura Açoriana”* (1983), *“Da Literatura Açoriana – Subsídios para Um Balanço”* (1986) e *“Açores, Açorianos, Açorianidade”* (1989). Antes dele,

Eduíno Borges Garcia escrevera artigos sobre literatura açoriana no semanário “*A Ilha*” e reunidos em opúsculo, mas ao contrário de outros teóricos, não utilizava a expressão separada do contexto nacional. Aconselhava os escritores açorianos a incluírem nos seus escritos a vida concreta do povo, pretendendo uma literatura açoriana virada para o neorealismo, como reflexo da sociedade real.

O polémico debate académico em torno da expressão «*literatura açoriana*» criou entre os autores que se reuniam nos anos 80, amizades, inimizades, afinidades intelectuais e intertextualidades. Em “Constantes da insularidade numa definição de literatura açoriana”, **J. Almeida Pavão**¹¹⁹ (1988) afirmava

“...sobre a existência de uma Literatura Açoriana...assume-se tal Literatura com o estatuto de uma autonomia, consentânea com uma essencialidade que a diferencia da Literatura Portuguesa Continental. No polo positivo de um extremo, enquadrar-se-ia a posição de Borges Garcia e no outro extremo situar-se-ia o polo, naturalmente contestatário, formado por Gaspar Simões e Cristóvão Aguiar. Isto, sem falarmos de outros tantos depoimentos, tais sejam os de Pedro da Silveira, Ruy Galvão de Carvalho, Eduíno de Jesus, Carlos Faria, Ruy Guilherme de Moraes, João de Melo e outros mais, quase todos estes compendiados e mais ou menos discutidos na obra A Questão da Literatura Açoriana, de Onésimo Teotónio de Almeida, que passou a tornar-se órgão indispensável de consulta para quem de novo se proponha abordar o problema. Literatura Açoriana sê-lo-ia, na sua vertente política, sem qualquer contradita, se porventura os Açores se tornassem num território ou numa nação independente. E, aí, haveria que inscrevê-la dentro de novas premissas.”

Pedro da Silveira¹²⁰ (1922-2003) foi perentório:

«Já deixei notado que o separatismo não produziu nenhuma doutrina normativa da literatura, isto é, sobre o que deveria ser a literatura açoriana.» (Silveira, 1977: 11). O que custava era aceitar que os escritores açorianos estivessem a desenvolver uma escrita que se diferenciava da de outros autores de Língua portuguesa. É que, nessa escrita, eram visíveis as especificidades que identificavam o açoriano como ser moldado por elementos atmosféricos e sociológicos diferentes, adaptado a vivências e comportamentos que, ao longo dos séculos, foi assimilando, pois, viver numa ilha implica(va) uma outra noção de mundividência. A literatura açoriana não precisa de que se aduzam argumentos a favor da sua existência. Precisa de sair do gueto que lhe tem sido a sina¹²¹.

Falava-se em artesanato, folclore e cultura açoriana, mas nada era mais embaraçoso do que falar em literatura açoriana. O problema tinha contornos políticos pois em 1975, Vitorino Nemésio deixara-se utilizar pela Frente de Libertação dos Açores (FLA), movimento independentista, como candidato a Presidente da futura República. Contra a vontade da maioria, os separatistas insistiam em usar a literatura como sinal de identidade nacional.

Machado Pires diz haver “*Autores açorianos que estando fora dos Açores, deles se ocupam sistematicamente de modo direto e indireto*” (p. 57) e sugeria “*literatura de significação açoriana*” para acentuar a existência de uma literatura ligada à peculiaridade açoriana.¹²²”

¹¹⁹ http://lusofonia.com.sapo.pt/acoress/acorianidade_pavao_1988.htm#ftn11#ftn11

¹⁹ Autor de “A Ilha e o Mundo” (1953)

¹²¹ (“Açores”, Grande Dicionário de Literatura Portuguesa e Teoria Literária, coordenado por João José Cochofel Iniciativas Editoriais 1977)».

¹²² p. 59 – “Para um conceito de literatura açoriana” in Raul Brandão e Vitorino Nemésio. Ensaios. Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, col. “Temas Portugueses”, 1987).

No 11º colóquio da lusofonia ou 4º Encontro Açoriano (na Lagoa abril 2009), **Cristóvão de Aguiar** rejeitou o rótulo de literatura açoriana, por considerar que ela faz parte da produção literária lusófona. «O título (literatura açoriana) é equívoco, porque pode parecer que é [uma literatura] separada da literatura portuguesa», afirmou à agência Lusa o escritor.

«É, pelo menos, um ramo único no contexto da literatura portuguesa» contrapõe **Eduardo Bettencourt Pinto**, angolano, «escritor açoriano» por escolha própria.

Há vários autores, os residentes no arquipélago, os emigrados, os descendentes, e os estrangeiros que escrevem sobre os Açores. Falta destringir quais incluir na designação açórica. A açorianidade literária (termo cunhado por Vitorino Nemésio, na Revista Insula, em 1932) não está exclusivamente relacionada com peculiaridades regionais, nem com temas comumente abordados como a solidão, o mar, a emigração.

Com respeito a esta definição de Açorianidade que tivemos de reformular aquando da criação este ano no âmbito do Prémio Literário AICL Açorianidade dedicado a Judite Jorge e ao Conto/Narrativa, acolhemos como uma das premissas o conceito de **Martins Garcia** que, admite uma literatura açoriana «*enquanto superestrutura emanada de um habitat, de uma vivência e de uma mundividência*».

Como diz **J. Almeida Pavão** (1988) ...” assume-se tal Literatura com o estatuto de uma autonomia, consentânea com uma essencialidade que a diferencia da Literatura Continental¹²³”.

Assim, para nós, é Literatura de significação açoriana, a escrita que se diferencia da de outros autores de Língua portuguesa com especificidades que identificam o autor talhado por elementos atmosféricos e sociológicos descoincidentes, justaposto a vivências e comportamentos seculares sendo necessário apreender a noção das suas Mundividências e Mundivivências, e as infrangíveis relações umbilicais que as caracterizam face aos antepassados, às ilhas e locais de origem.

[\(entra vídeo POWER OF MOTHER NATURE...sem som\)](#)

A AICL entende que o rótulo comum de **açorianidade** abarca extratos diversos de idiossincrasias:

— *Um de formação endógena, constituído pelos que nasceram e viveram nas Ilhas, independentemente do facto de se terem ou não terem ausentado;*

¹²³ Citando J. Almeida Pavão (1988)

“...de **Onésimo de Almeida**, diríamos que o seu critério, assente na idiossincrasia do homem das Ilhas, nelas nado e criado, nos levanta uma dificuldade: a de englobarmos no mesmo conteúdo da Literatura Açoriana os autores estranhos que porventura as habitaram, já na idade adulta, como o **Almeida Firmino de Narcose** ou as visitaram, descortinando as suas peculiaridades pelo impacto de estruturas temperamentais forjadas em ambientes diversos, como é o já citado caso de Raul Brandão de “As Ilhas Desconhecidas”. Entendemos, pois, que deverão ser abrangidos num rótulo comum de insularidade e açorianidade três extratos diversos de idiossincrasias:

— *Um de formação endógena, constituído pelos que nasceram e viveram nas Ilhas, independentemente do facto de se terem ou não terem ausentado;*

— *O dos insularizados ou «ilhanizados», adotando a designação feliz utilizada por Álamo Oliveira, a propósito do já referido poeta Almeida Firmino;*

— *E ainda o dos estranhos, como o também já mencionado Raul Brandão.”*

— O dos insularizados ou «ilhanizados» (adotando a designação feliz utilizada por Álamo Oliveira, a propósito do poeta Almeida Firmino) e de todos aqueles (que não sendo açorianos por nascença ou hereditariedade) consideram as ilhas como “suas” de um ponto de vista de matriz existencial;

- Um de formação exógena, no qual se incluem todos os que não nascendo nas ilhas a elas estão ligados por matrizes geracionais até à sexta geração

Quando tive o privilégio de traduzir vários autores açorianos acabei por aprender idiosincrasias insulares. Deparei com noções etimologicamente ancestrais contrastando com o uso que se lhes apõe hodiernamente. No Dicionário Morais vêm quase todos os termos “chamados” açorianos. A língua recuada até às origens e adulterada pelo emigrês que trouxe corruptelas apertuguesadas e anglicismos. Tratei de desvendar o arquipélago como alegoria recuando à infância dos autores, sem perder de vista que as ilhas reais já se desfraldaram ao enguiço do presente e não podem ser só perpetuadas nas suas memórias. Nesta geografia idílica não busquei a essência do ser açoriano. Existirá, decerto, em miríade de variações, cada uma vincadamente segregada da outra. Também não cuidei de saber se o homem se adaptou às ilhas ou se estas condicionam a presença humana, para assim evidenciar a sua especificidade ou açorianidade. Antes quis apreender as suas Mundividências e as infrangíveis relações umbilicais que as caracterizavam face aos antepassados e locais de origem. Deduzi características relevantes para a açorianidade:

1. O geomorfismo¹²⁴ e o clima inculcam um caráter de letargo e de detença;
2. O desconhecimento generalizado dos Açores e de Portugal é mútuo e quase igual ao de há muitos séculos;
3. O meio social reflete uma estratificação por classes, ainda vincadamente feudal apesar do humanismo que a revolução de 1974 alegadamente introduziu nas relações sociais e familiares;
4. Fora das pequenas metrópoles que comandam a vida em cada ilha, num centralismo autofágico e macrocéfalo, persiste uma arreigada adjacência das gentes à terra e ao mar, perpetuada em crenças e medos ancestrais exorcizados por celebrações mistas de religiosidade e paganismo;
5. Permanecem ainda quase como tabus problemas endémicos como a pedofilia, violência doméstica, machismo, entre outros.

Nestes Colóquios já homenageamos entre outros escritores açorianos FERNANDO AIRES, EMANUEL FÉLIX, EDUÍNO DE JESUS, ONÉSIMO ALMEIDA, DIAS DE MELO, CRISTÓVÃO DE AGUIAR, DANIEL DE SÁ, VASCO PEREIRA DA COSTA, EDUARDO BETTENCOURT PINTO, VALADÃO SERPA, URBANO BETTENCOURT.

¹²⁴ **Geomorfologia** é um ramo da Geografia que estuda as formas da superfície terrestre. Para isso, tende a identificar, descrever e analisar tais formas, entendidas aqui como relevos, assim como todos seus aspetos genéticos, cronológicos, morfológicos, morfométricos e dinâmicos, tanto pretéritos como atuais e naturais ou antropogénico. O termo vem do grego: Γηος, geos (Terra), μορφή, morfé (forma) e λόγος, logos (estudo, conhecimento).

A geomorfologia centra-se no estudo das formas da paisagem, mas porque estes são o resultado da dinâmica da litosfera como um todo, integra o conhecimento, em primeiro lugar de outros ramos da geografia como a Climatologia, Hidrografia, Pedologia, Glaciologia, Paleogeografia e, do outro lado, também integra contributos de outras ciências, para incluir o impacto dos fenómenos biológicos, geológicos e antrópicos no relevo. Este ramo da ciência integra-se tanto na geografia física, como na geografia humana, devido aos desastres naturais e às relações homem-ambiente, e também na geografia matemática, no que diz respeito à topografia). A geomorfologia toma forma no final do século XIX pelas mãos de William Morris Davis, que também é considerado o pai da geografia americana. Nesse tempo, a ideia prevalecente sobre a criação do relevo era do catastrofismo como causa principal. Davis e outros geógrafos começaram a demonstrar que outras causas foram responsáveis pela modelagem da superfície da Terra. Davis desenvolveu uma teoria da criação e destruição da paisagem, a que ele chamou de "ciclo geográfico". Obras como "The Rivers and Valleys of Pennsylvania", "The Geographical Cycle" e "Elementary Physical Geography", deram um forte impulso inicial, seguido por outros estudiosos, como Mark Jefferson, Isaiah Bowman, Curtis Marbut, que foram consolidando a disciplina.

Hoje vamos falar de ÁLAMO OLIVEIRA, um artesão de palavras, poeta telúrico, eclética voz que se ergue do Raminho na Ilha Terceira gritando a sua idiossincrasia açoriana, como narrador das suas andanças por terras da Europa, Brasil e da América do Norte.

Victor Rui Dorés, escreveu que *“Álamo faz das suas itinerâncias e peregrinações uma geografia afetiva de lugares, memórias e coisas, atravessadas por olhares, impressões, alusões, afetos e imagens, procurando na viagem não o destino, mas a sua própria natureza”*.

Álamo é um autor prolífico que merece ser homenageado, lido, estudado e divulgado por esse mundo fora, não pode ficar contido na pequenez das nove ilhas e do jardim à beira-mar plantado. Tem de ser rojado a esses mares alterosos nas caravelas da sua escrita de velas enfunadas pela poesia, teatro, contos e romance.

Há que salientar a sua incursão purgatória na guerra colonial no livro *“Até hoje (memórias de cão)”*, uma constante alternância entre a dura realidade da guerra em 1967 e a saudade da ilha de origem do personagem João. Nessa visão, a ilha assume contornos de paraíso perdido como um utópico lugar de referência. Ali, a memória serve como válvula de escape ou mecanismo de defesa contra a traumática selvajaria da guerra que nunca mais surgia, num suspense que se alarga a seis capítulos que percorrem o concubinato entre a Igreja e o Estado Novo onde, citamos, *“o silêncio é a força da virtude e a ignorância o progresso dos povos”*.

O autor considera este livro como catarse sobre a guerra colonial, embora se sinta imensamente orgulhoso do livro *“Já não gosto de chocolates,”* um dos seus títulos de maior apreço por parte dos leitores.

Álamo escreve desde tenra idade, tendo sido publicado aos 14 ou 15 anos. Foi marcado pelos livros de contos infantis que a avó tinha, e influenciado bem cedo por obras clássicas como as Pupilas do Senhor Reitor e a Cidade e as Serras.

Embora prefira a ficção, o teatro serve para se divertir e a poesia representa uma espécie de libertação pessoal, a acreditar nas entrevistas que deu. Alguns dos seus livros foram já traduzidos para inglês, francês, italiano, espanhol, croata, esloveno e japonês. No 19º colóquio na Maia em março 2013, dois poemas seus foram traduzidos para nove línguas, *“Lua de Ganga”* e *“Eu fui ao Pico e piquei-me”*.

Vamberto Freitas explica assim o autor:

“Se a Natureza é uma realidade inescapável para a maioria dos escritores açorianos, dada a sua instabilidade e constantes manifestações de certos humores e cor, dada a nossa obsessão com o cerco do mar e as suas antigas ameaças de nos fechar do mundo, a poesia de Álamo Oliveira nunca acontece sem a presença do elemento humano centrado viva mas solitariamente, ou em estado apático e incerto no seu olhar fixado no longe e no inefável para além da junção do céu e mar, tentando adivinhar o que poderia ter sido um outro destino. Quase toda a poesia açoriana parece um choro sem lágrimas, nunca acusatório, das saudades do futuro que nunca chega, as saudades das terras distantes para as quais inventamos as nossas próprias fantasias, e de onde depois lamentamos até à morte a nossa partida do torrão natal. É o perpétuo ciclo existencial, a condenação dos naufragos e a libertação dos ilhéus navegantes.” fim de citação

Para falar de Álamo, escritor que tardiamente conheci pessoalmente deparou-se-me um problema. Para escrever sobre outros autores fui conhecer e visitar as suas ilhas, não só as autênticas, mas as imaginadas que acartam ao pescoço como colar de negro basalto, lava encordoadada há muito solidificada. Como ainda não conheço

a ilha Terceira nem o Raminho não posso psicanalisar os locais que lhe são queridos onde foi buscar o magma vivo da musa inspiradora para os seus inúmeros livros e peças teatrais.

Quando escrevo sobre os autores açorianos gosto de conhecer os caminhos trilhados, ver as casas que formaram a sua história de vida infantojuvenil e as suas ruínas, olhar nos olhos os seus habitantes, fotografar as cores e memorizar os cheiros, para depois poder dissecar as palavras que os descrevem. Não tendo isso, a mera leitura dos seus escritos indica-me que não o conheço como queria para dele falar numa sessão onde o queremos homenagear.

Sendo um escritor prolífico e um autor eclético que se espalha por Teatro, Romance, Conto, Poesia, Álamo não se confina aos estreitos limites de cada género antes dando razão aos apoiantes da teoria Gestalt ou psicologia da forma, que propugna que “*não se pode ter conhecimento do todo por meio das suas partes, pois o todo é maior que a soma das suas partes*”.

Segundo o critério da transponibilidade, independentemente dos elementos que compõem determinado objeto, a forma é que sobressai: as letras *r, o, s, a* não constituem apenas uma palavra em nossas mentes: “(...) *evocam a imagem da flor, seu cheiro e simbolismo - propriedades não exatamente relacionadas às letras*.”

Em “Já não gosto de chocolates,” Álamo fala da forma como os descendentes de açorianos, que bem conhece dado ter familiares emigrados na América do Norte e lá ter lecionado, são atraídos pelos festivais religiosos, passando horas nos seus carros (alegóricos ou não) com a mesma intensidade de sacrifício com que fariam uma procissão a pé, de forma a exaurir a “saudade”. Esse sentido de pertença das comunidades da diáspora perpetua-se em vídeos partilhados por familiares e amigos separados pela geografia. Por outro lado, as comunidades envolvem as crianças e os jovens, desde tenra idade, para não perderem o seu sentido identitário apesar de integrados nos locais onde vivem.

A assustadora incerteza da vida nas ilhas sempre sob esconsas ameaças indefinidas não se deixa subverter pelos valores históricos, culturais e ideológicos da ilha onde Álamo nasceu, mas simultaneamente transmite uma universalidade que em muito transcende estas narrativas da diáspora californiana. A sua diegese intimista desce ao complexo mundo dos personagens, que, como escreveu Assis Brasil “*deixam de ser emigrantes para se converterem em seres humanos*.”¹²⁵

Como Vamberto Freitas diz¹²⁶ “*os Açores não são um espaço cultural anacrónico nem Álamo Oliveira é um elitista cultural fechado numa torre de marfim, muito menos um masoquista que trabalhe para castigo próprio ou por contemplação narcisista. Acontece que ele, e todos nós com ele no arquipélago, estamos perfeitamente conscientes do que nos leva a fazer suplementos culturais: a força da tradição literária açoriana.*” **Fim de citação**

A nostalgia do ser ilhéu atinge na sua lírica uma força centrípeta capaz de ultrapassar os espasmos telúricos que perpassam pela sua vasta obra, pejada de títulos curiosos como podem ler na autobiografia¹²⁷ que selecionamos e publicamos na ata deste colóquio.

¹²⁵ http://www.fflch.usp.br/dlcv/posgraduacao/ecl/pdf/via03/via03_16.pdf

¹²⁶ http://lusofonia.com.sapo.pt/acoress/acorianidade_freitas_1998b.htm

¹²⁷ **POESIA**

A Minha Mão Aberta (opúsculo), 1968

Pão Verde, 1971 (esgotado)

Poemas de(s)Amor, 1973 (esgotado)

Fábulas, 1974 (esgotado)

Os Quinze Misteriosos Mistérios, 1976 (esgotado)

Cantar o Corpo, 1979 (esgotado)

Eu Fui ao Pico Piquei-me, 1980 (esgotado)

Itinerário das Gaivotas, 1982 – ed. DRAC (esgotado)

Nem Mais Amor que Fogo (em parceria com Emanuel Jorge Botelho), 1983

Vamberto considera o seu mais recente livro “Murmúrios com vinho de missa” como “o romance do ano, pela sua beleza formal, pela audácia da sua temática, o sexo como moeda de troca na sociedade dos nossos tempos. Antes do sucesso deste seu outro romance, era já reconhecido no arquipélago como uma das mais vivas e criativas vozes da literatura açoriana, sobretudo na sua poesia e teatro. Desde sempre hiper-consciente da sua realidade de homem ilhéu, a sua temática centra-se na procura do amor e entendimento num mundo já sem fronteiras e em constante turbulência e transformação.”

António de Assis Brasil escreve na contracapa: “Tenho para mim que este livro é a suma de todas as preocupações de Álvaro Oliveira, e, sua obra-prima, sem desmerecer sua obra anterior, reconhecida como das mais importantes da língua comum a toda lusitanidade. Uma história comovente de desejo e irrealização, que nos agarra por sua densidade humana. Ao mesmo tempo, “Murmúrios com vinho de missa” mostra-nos o infeliz poder da repressão moral, ainda em nossa sociedade contemporânea. Uma leitura inesquecível”

Antes de terminar a abordagem à obra deste vate terceirense, cito-o, de novo em *lua de ganga*

*quando te via
na ganga azul do teu fato
embandeirava-me de ternura*

Triste Vida Leva a Garça (antologia 1967/81), 1984 – ed. Ulmeiro
Textos Inocentes, 1986 (esgotado)
Erva-Azeda, 1987 (esgotado)
Impressões de Boca, 1992 – ed. DRAC (esgotado)
António, Porta-te como uma Flor, 1998 – ed. Salamandra
Memórias de Ilha em Sonhos de História (poemas sobre aguarelas de Álvaro Mendes), 2000
Cantigas do Fogo e da Água (quadras sobre aguarelas de Álvaro Mendes), 2001
Andanças de Pedra e Cal 2010

TEATRO

Um Quixote – 2ª edição, 1974 (esgotado)
Morte ou Vida do Poeta, 1974 (esgotado)
Manuel, Seis Vezes Pensei em Ti, 2ª edição, 1994 – ed. Jornal de Cultura (esgotado)
Uma Hortênsia para Brianda, 1981 – sep. Revista «Atlântida» (esgotado)
Sabeis quem É este João? 1984 – sep. Revista «Atlântida» (esgotado)
Missa Terra Lavrada, 1984 – ed. DRAC (esgotado)
Os Sonhos do Infante, 2ª edição, 1995 – ed. Jornal de Cultura (esgotado)
Morte que Mataste Lira (musical com Carlos Alberto Moniz) – ed. CD, 1999
A Solidão da Casa do Regalo e Almeida Garrett - Ninguém, 2000 – ed. Salamandra
Quatro Prisões Debaixo de Armas e o Quadrado, 2012. Ed. Autor.

ROMANCE

Burra Preta com uma Lágrima – 2ª edição, 1995 – ed. Salamandra
Até Hoje Memórias de Cão, 1986 – ed. Ulmeiro; 1988 – ed. Signo; 2003 – ed. Salamandra
Pátio d’Alfândega Meia-Noite, 1992 – ed. Vega
Já não Gosto de Chocolates, 1999 – ed. Salamandra;
versão inglesa, 2006 – ed. Portuguese Heritage Publications of California, Inc.;
versão japonesa, 2008 – ed. Random House Kodansha

CONTO

Contos com Desconto, 1991 – ed. Instituto Açoriano de Cultura (esgotado)
Com Perfume e com Veneno, 1997 – ed. Salamandra
Caneta de Tinta Permanente na Poesia Popular" 2012, homenagem ao cantador popular terceirense Manuel Caetano Dias, mais conhecido por "caneta".

ENSAIO

Almeida Firmino / Poeta dos Açores, 1978 – ed. DRAC (esgotado)
Olá, Pobreza! 1996 – ed. Jornal de Cultura (esgotado)

Antologias (mais recentes)

In Antologia (Bilingue) Autores Açorianos Contemporâneos, ed. Calendário de Letras/AICL, VN de Gaia, 2011
In Antologia (Monolingue) Autores Açorianos Contemporâneos, ed. Calendário de Letras/AICL, VN de Gaia, 2012.

Vídeos do autor

<http://www.veingle.com/s/%C3%81lamo%20Oliveira.html>

<http://www.youtube.com/watch?v=yg5KN9d0IX4>

<http://www.youtube.com/watch?v=ZUTHTrkxOlg>

*e propunha despir-te como
se lua fosses ou nada*

*tocava
com a ponta dos dedos
o poema do teu corpo*

era azul mas eu morria de medo

Como saborear o perfume da sua poesia e o sabor dos seus chocolates? Quando fiz o 5º Caderno de Estudos Açorianos que a ele era dedicado e quando traduzi excertos de algumas das suas obras algo ficou gravado para sempre na retina como a imagem mental que dele guardo. Trata-se da sua interpretação soberba, diria magistral, de a *Treceira de Jasus* gravada sobre as ruínas do terrível terramoto que destruiu grande parte da cidade património da humanidade Angra do Heroísmo.

Pela musicalidade da peça que se entranha no ouvido e rapidamente nos damos conta de a cantarolar mesmo em sonhos, pela acerada crítica que as suas palavras encerram, e por entender que todas a deveriam ouvir e ver para dessa forma melhor interpretarem o autor aqui vos deixo essa sua representação. Creio que assim teremos escolhido uma das melhores formas de o homenagearmos.

[\(entra vídeo ÁLAMO A TRECEIRA DE JASUS com som\)](#)

12. CONCHA ROUSIA, AGLP, GALIZA



CONCHA Rodríguez PÉREZ,



13. ELISA BRANQUINHO, E.S. SEIA, PORTUGAL



ELISA BRANQUINHO [APRESENTA TRABALHO COM ANABELA SARDO E ZAIDA PINTO](#)

TEMA 1.3. CINCO DIAS, CINCO NOITES DE MANUEL TIAGO/ÁLVARO CUNHAL: A LITERATURA "COMPROMETIDA COMO FORMA SUPERIOR DE SER E ENTENDER O MUNDO. ELISA BRANQUINHO, E. S. DE SEIA

TOMOU PARTE PELA PRIMEIRA VEZ NO 13º COLÓQUIO NO BRASIL, SEGUINDO-SE O 16º EM VILA DO PORTO EM 2011 E O 18º NA GALIZA 2012

14. EVANILDO CAVALCANTE BECHARA, ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, AICL, PATRONO DOS COLÓQUIOS DESDE 2007 - ausente por doença



EVANILDO CAVALCANTE BECHARA nasceu no Recife, a 26 de fevereiro de 1928. Quinto ocupante a Cadeira nº 33, eleito em 11 de dezembro de 2000, na sucessão de Afrânio Coutinho e recebido em 25 de maio de 2001 pelo Acadêmico Sérgio Corrêa da Costa. Evanildo Cavalcante Bechara nasceu no Recife (PE), em 26 de fevereiro de 1928.

Aos onze para doze anos, órfão de pai, transferiu-se para o Rio de Janeiro, a fim de completar sua educação em casa de um tio-avô.

Desde cedo mostrou vocação para o magistério, vocação que o levou a fazer o curso de Letras, modalidade Neolatinas, na Faculdade do Instituto La-Fayette, hoje UERJ, Bacharel em 1948 e Licenciado em 1949.

Aos quinze anos conheceu o Prof. Manuel Said Ali, um dos mais fecundos estudiosos da língua portuguesa, que na época contava entre 81 e 82 anos. Essa experiência permitiu a Evanildo Bechara trilhar caminhos no campo dos estudos linguísticos.

Aos dezassete, escreve seu primeiro ensaio, intitulado Fenômenos de Intonação, publicado em 1948, com prefácio do filólogo Lindolfo Gomes.

Em 1954, é aprovado em concurso público para a cátedra de Língua Portuguesa do Colégio Pedro II e reúne no livro Primeiros Ensaio de Língua Portuguesa artigos escritos entre os dezoito e vinte e cinco anos, saídos em jornais e revistas especializadas. Concluído o curso universitário, vieram-lhe as oportunidades de concursos públicos, que fez com brilho, num total de onze inscritos e dez realizados. Aperfeiçoou-se em Filologia Românica em Madri, com Dámaso Alonso, nos anos de 1961 e 1962, com bolsa oferecida pelo Governo espanhol.



Doutor em Letras pela UEG (atual UERJ), em 1964. Convidado pelo Prof. Antenor Nascentes para seu assistente, chega à cátedra de Filologia Românica da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UEG (atual UERJ) em 1964.

Professor de Filologia Românica do Instituto de Letras da UERJ, de 1962 a 1992.

Professor de Língua Portuguesa do Instituto de Letras da UFF, de 1976 a 1994.

Professor titular de Língua Portuguesa, Linguística e Filologia Românica da Fundação Técnico-Educacional Souza Marques, de 1968 a 1988.

Professor de Língua Portuguesa e Filologia Românica em IES nacionais (citem-se: PUC-RJ, UFSE, UFPB, UFAL, UFRN, UFAC) e estrangeiras (Alemanha, Holanda e Portugal).

Em 1971-72 exerceu o cargo de Professor Titular Visitante da Universidade de Colônia (Alemanha) e de 1987 a 1989 igual cargo na Universidade de Coimbra (Portugal).

Professor Emérito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1994) e da Universidade Federal Fluminense (1998).

Doutor Honoris Causa da Universidade de Coimbra (2000).

Distinguido com as medalhas José de Anchieta e de Honra ao Mérito Educacional (da Secretaria de Educação e Cultura do Rio de Janeiro), e medalha Oskar Nobiling (da Sociedade Brasileira de Língua e Literatura).

Foi convidado por acadêmicos amigos para candidatar-se à Academia Brasileira de Letras, na vaga do grande Mestre Afrânio Coutinho, na alegação de que a instituição precisava de um filólogo para prosseguir seus deveres estatutários no âmbito da língua portuguesa.

É o quinto ocupante da Cadeira nº 33 da Academia Brasileira de Letras, eleito em 11 de dezembro de 2000, na sucessão de Afrânio Coutinho e recebido em 25 de maio de 2001 pelo Acadêmico Sérgio Corrêa da Costa.

Foi Diretor Tesoureiro da Instituição (2002-2003) e Secretário-Geral (2004-2005).

Criou a Coleção Antônio de Moraes Silva, para publicação de estudos de língua portuguesa, e é Membro da Comissão de Lexicologia e Lexicografia e da Comissão de Seleção da Biblioteca Rodolfo Garcia.

Entre centenas de artigos, comunicações a congressos nacionais e internacionais, escreveu livros que já se tornaram clássicos, pelas suas sucessivas edições.

Diretor da Revista Littera (1971-1976) – 16 volumes publicados; da Revista Confluência (1990-2005) – até agora com 30 volumes publicados.

Orientador de dissertações de Mestrado e de teses de Doutorado no Departamento de Letras da PUC-RJ, no Instituto de Letras da UFF e no Instituto de Letras da UERJ, desde 1973.

Membro de bancas examinadoras de dissertações de Mestrado, de teses de Doutorado e de Livre-Docência na Faculdade de Letras da UFRJ, no Instituto de Letras da UERJ e em outras IES do país, desde 1973.

Membro de bancas examinadoras de concursos públicos para o magistério superior no Instituto de Letras da UFF, no Instituto de Letras da UERJ e no Departamento de Letras da USP, desde 1978.

Foi Diretor do Instituto de Filosofia e Letras da UERJ, de 1974 a 1980 e de 1984 a 1988;

Secretário-Geral do Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro, de 1965 a 1975;

Diretor do Instituto de Educação do Rio de Janeiro, de 1976 a 1977;

Membro do Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro, de 1978 a 1984;

Chefe do Departamento de Filologia e Linguística do Instituto de Filosofia e Letras da UERJ, de 1981 a 1984;



Chefe do Departamento de Letras da Fundação Técnico-Educacional Souza Marques, de 1968 a 1988.

Membro titular da Academia Brasileira de Filologia, da Sociedade Brasileira de Romanistas, do Círculo Linguístico do Rio de Janeiro. Membro da Société de Linguistique Romane (de que foi Membro do Comité Scientifique, para o quadriênio 1996-1999) e do PEN Clube do Brasil.

Sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa e da Academia Internacional da Cultura Portuguesa.

Foi eleito por um colegiado de educadores do Rio de Janeiro, uma das dez personalidades educacionais de 2004 e 2005.

A convite da Nova Fronteira integra o Conselho Editorial dos diversos volumes do Dicionário Caldas Aulete.

Em 2005 foi nomeado Membro do Conselho Estadual de Leitura do Rio de Janeiro e da Comissão para a Definição da Política de Ensino, Aprendizagem, Pesquisa e Promoção da Língua Portuguesa, iniciativa do Ministério da Educação.

Dentre suas teses universitárias contam-se os seguintes títulos:

- A Evolução do Pensamento Concessivo no Português (1954),
- O Futuro em Românico (1962),
- A Sintaxe Nominal na Peregrinatio Aetheriae ad Loca Sancta (1964),
- A Contribuição de M. Said Ali para a Filologia Portuguesa (1964),
- Os Estudos sobre Os Lusíadas de José Maria Rodrigues (1980),
- As Fases Históricas da Língua Portuguesa: Tentativa de Proposta de Nova Periodização (1985).

Autor de duas dezenas de livros, entre os quais a Moderna Gramática Portuguesa, amplamente utilizada em escolas e meios acadêmicos, e Diretor da equipe de estudantes de Letras da PUC-RJ que, em 1972, levantou o corpus lexical do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, sob a direção geral de Antônio Houaiss.

É professor da UERJ e da UFF, Membro da ABL e patrono dos Colóquios da Lusofonia desde 2007.

Foi nomeado ACADÉMICO CORRESPONDENTE DA ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA em outubro 2012.

Poliglota na sua própria língua, Evanildo Bechara,

Por **Clara Becker** - [Fonte: www.revistapiaui.estadao.com.br]



Evanildo Bechara defende que o aluno deva ser poliglota em sua própria língua. “Ninguém vai à praia de fraque ou de chinelo ao Municipal”, diz.

Há coisas nas quais é difícil ser original: a primeira palavra que Evanildo Bechara falou foi *mãe*. “O registro mais antigo do vocábulo está no indo-europeu, antes disso não temos conhecimento”, ele explicou, durante um almoço na Academia Brasileira de Letras. “A palavra veio do latim *matrem*. No francês temos *mère*; *mother*, no inglês; *mutter*, no alemão. Em quase todas as línguas, a palavra começa com a bilabial *m*, que nos obriga a juntar e abrir os lábios para pronunciá-la. Quando os bebês falam *mamãe*, talvez o que queiram mesmo é *mamar*.”

Quando fala sobre a vírgula facultativa – aquela que não é exigida pela gramática, obedecendo apenas à entoação da frase –, faz um parêntese para citar um estudo de estilística mostrando que autores míopes pontuam mais. “*Isto ocorre porque eles leem mais pausadamente*”, explicou. “*Nosso Machado e nosso Rui Barbosa eram míopes que pontuavam muito.*”

Com 65 anos de magistério, o professor Evanildo Bechara ainda dá aulas, de análise sintática, na especialização em língua portuguesa do Liceu Literário Português, no Rio. Seu curso, carro-chefe da casa, é disputadíssimo por pós-graduandos no vernáculo – querem estar perto daquele que é tido pelos pares como um dos grandes filólogos, linguistas e gramáticos do idioma em que Camões chorou no exílio amargo.

“*Chegou a costureira, pegou do pano, pegou da agulha, pegou da linha, enfiou a linha na agulha, e entrou a coser*”, declamou Bechara de cor, numa aula recente. A frase, tirada do conto “Um apólogo (A agulha e a linha)”, de Machado de Assis, servia para ilustrar o posvérbio – a preposição que, posposta a um verbo, altera o seu sentido. A função não é sintática, mas semântica. Pegar uma linha indicaria nada mais do que segurá-la. Mas pegar da linha implica que ela será utilizada. “*É impressionante como os bons autores aproveitam todas as faculdades da língua*”, comentou.

No inglês, o fenômeno, conhecido como *two-word verbs*, é largamente utilizado. *Look* é “olhar”. Acrescido da preposição *for*, quer dizer “procurar”, *look for*. Bechara explicou então que “cumprir o dever” é diferente de “cumprir com o dever”, que exige sacrifício.

Todos os anos, ele recebe dezenas de convites para ser paraninfo Brasil afora e periferia adentro. Para surpresa de quem o convida, espanto dos colegas e às vezes contragosto da família, ele costuma aceitá-los. Já foi ao Acre e a São Gonçalo, Mato Grosso e Nova Iguaçu, cumprir com o dever de prestigiar os jovens que militarão no magistério da última flor do Lácio. Constantemente, começa os discursos com a frase: “*Bem-vindos à nau dos insensatos: só louco para ser professor de português no Brasil hoje.*”

Evanildo Cavalcante Bechara nasceu no Recife, a 26 de fevereiro de 1928. Filho primogênito do comerciante libanês João Bechara e da dona de casa maranhense Maria Izabel Cavalcante, foi criado para seguir a profissão do pai. Os estudos não eram valorizados em casa: a nota que desse para passar de ano bastava. Pequeno, acompanhava o pai em viagens para comprar tecidos, roupas femininas, brinquedos e outras mercadorias. Nessas expedições, usavam uma língua própria: “bom”, “barato”, “caro” e “não presta” eram falados em árabe para não ofender os interlocutores.

Evanildo tinha 11 anos, andava de bicicleta com seu irmão Everaldo, quando Tatá, a empregada da casa, os chamou e avisou que o pai deles havia falecido. Maria Izabel, viúva aos 25 anos, não teve condições de ficar com todos os cinco filhos, e distribuiu os dois mais velhos. Numa manhã de abril de 1940, Bechara subiu a bordo do Itaité, rumo ao Rio. Seguiu para a casa do tio-avô, Benedito Cavalcante, um capitão do Exército.

O capitão Benedito recebera um telegrama de Maria Izabel pedindo que tutelasse o menino até completar os estudos. O tio-avô, que havia perdido o filho para a febre espanhola, atendeu ao pedido. Sua casa ficava no Méier, na Zona Norte. Poucas horas depois de ter desembarcado e pousado a matalotagem, a campainha tocou. O menino atendeu à porta e quem tocava lhe disse que era o tintureiro. Bechara avisou ao tio: “*É o homem do carro de presos.*”

No Recife, *tintureiro* queria dizer isso mesmo: carro que conduz presos. Era a segunda variação regional que aprendia em menos de uma semana. Na escala em Salvador, Bechara optara por um vatapá “bem quentinho”, achando que o garçom se referia à temperatura do quitute. Aprendeu, no paladar, que *quente* era sinônimo de apimentado na Bahia.

Nos anos que se seguiram, o menino passou por outras tantas desavenças lexicais. Na escola, seu sotaque nordestino era motivo de chacota. “*No Rio, o chiamento da pronúncia vem da influência dos portugueses quando a cidade era capital*”, disse. “*Como em Pernambuco nós não chamamos, eu era o diferente da turma.*”

Bechara não disse, contudo, que sofreu *bullying*. Por quê? Para o lexicógrafo, à diferença de “mangar”, “caçoar”, “zoar” e “bulir”, o traço distintivo de *bullying* – nuance que não permite que uma palavra seja sinônimo de outras do mesmo campo semântico – está no teor mais agressivo que o termo em inglês implica. “*A palavra entrou na moda porque é nova, a sociedade é novidadeira, e a novidade faz parecer que o sentido da palavra é mais forte, fica mais apelativa*”, explicou o gramático entre uma garfada e outra de picadinho com ovo e farofa, no restaurante da Academia Brasileira de Letras. Pediu feijão, mas não havia.

Aos 83 anos, Bechara tem excelentes apetite e memória. Decora até os nomes dos filhos das garçonetes dos restaurantes dos quais é freguês, e é sempre recebido com beijinhos e abraços. Não vi ninguém que o cumprimentasse sem lhe tocar o ombro ou passar as mãos em volta da cintura. Bechara mantém os ombros largos e o peito aberto da sua infância de nadador, quando foi campeão de natação pelo Náutico, no Recife. A idade e a vaidade só se notam nos ralos cabelos que lhe restam, devidamente tingidos. Sua fala eloquente, sempre acompanhada de gestos com as mãos, ainda Guarda um sotaque quase imperceptível, desbastado da exuberância regional.

Ele integra a Comissão de Lexicologia e Lexicografia da ABL, que, entre outras missões, faz um dicionário ortoépico. Bechara explicou: “*A ortoépia ensina a articular bem os fonemas – se se fala obéso ou obêso. Toda língua tem variações, em primeiro lugar no tempo e depois diferenças regionais, sociais e de estilo, conforme o uso mais ou menos culto. Quando fazemos um trabalho normativo desse tipo, levantamos os fatos da língua exemplar. Não é correção.*”

Bechara senta-se na sala da Comissão com outros seis lexicógrafos sem nenhuma distinção hierárquica. Sua mesa só se destaca por ser a única em que não há um computador. Seus trabalhos são todos manuscritos, e posteriormente digitados. A sala é decorada com fotos de Aurélio Buarque de Holanda, Antônio Houaiss e Afrânio Coutinho, as estantes são abarrotadas de dicionários e enciclopédias em diversas línguas. Naquela tarde, estavam todos aliviados: finalmente poderiam dicionarizar a palavra “azul-barateia”, tom de cor usado nos uniformes da Aeronáutica.

Para descobrir qual matiz de azul traduziria o termo “barateia”, tiveram que pesquisar junto a oficiais da Aeronáutica. Foi difícil encontrar alguém na FAB que soubesse explicar a origem do termo – a maioria adiantava apenas que era a mesma nuance do “azul-marinho”. Mas um oficial aviador formado em letras explicou que o termo “marinho” alude ao mar, e, portanto, sugeriria o azul da farda usada pela Força Naval. A Força Aérea precisava de nome à altura de seus pundonores e melindres.

Depois de semanas às voltas com o vocábulo, Débora Garcia Restom, uma das lexicógrafas, encontrou a palavra *barathea* em um dicionário de inglês. O primeiro registro que se tem da palavra é de 1812, indicando um tecido. A origem é desconhecida, mas é provável que venha do sânscrito, pois a Inglaterra importava tecidos da Índia. “*O léxico é a janela da língua que se abre para o mundo*”, disse-me Bechara. “*Enquanto a gramática é você consigo, o vocábulo é você com o externo.*”

Lexicógrafos são capazes de passar um dia inteiro discutindo as acepções da palavra “charada”, que pode significar tanto a motivação quanto a solução. Ou se a palavra panturrilha, que vem do espanhol *pantorrilla*, não deveria também ser escrita com o, pois a fonética e a etimologia são os dois critérios utilizados na ortografia.

“*Antigamente, colocavam-se vários dicionários na mesa e as pessoas copiavam como se lhes conviesse, mas hoje fazemos um levantamento de milhões de ocorrências e vemos as variações semânticas dentro do contexto de*

uso”, explicou. “No Brasil, ainda engatinhamos na lexicografia. O dicionário Houaiss conta com 250 mil vocábulos. Já o Oxford, com 600 mil palavras, é excelente: só para a letra chá um volume inteiro. A letra c, na maioria das línguas, é a que tem o maior número de palavras.”

Bechara ficou felicíssimo com a recente conclusão do levantamento do léxico de Machado de Assis. “Os *Lusíadas* foram escritos com 5 mil palavras, a Bíblia com 7 mil”, disse. “Nós imaginávamos que iríamos encontrar não mais de 4 mil palavras nas obras completas de Machado. Quando você o lê, dificilmente tem que abrir o dicionário, ele usa um vocabulário comum. É diferente de um Euclides da Cunha, um Coelho Neto ou de um Rui Barbosa, que escreveram em um momento da estilística nacional em que se expressar bem era usar palavras difíceis”, contou. O resultado do levantamento mostrou, no entanto, que Machado utilizou 16 mil palavras diferentes. “Que surpresa boa, menina”, disse, orgulhoso da riqueza do seu escritor dileto.

Bechara aprendeu português no Colégio Leverger, instituto educacional modesto no Méier, cujo dono era um coronel amigo do tio-avô capitão. Teve como ferramenta de aprendizado a gramática de Eduardo Carlos Pereira, que, vinte anos mais tarde, seria convidado a atualizar. “Trabalhávamos a gramática de Pereira de cabo a rabo, sabíamos passagens de cabeça”, contou. Mas a disciplina que mais gostava era a matemática, pois queria seguir carreira militar como engenheiro aeronáutico. Um de seus programas prediletos era visitar o aeroclube do Campo dos Afonsos. Não foram penas perdidas. “Estudando matemática disciplinei meu pensamento”, avaliou.

Como precisava mandar dinheiro para a mãe e os irmãos que ficaram no Recife, passou a dar aulas particulares. Oferecia lições de matemática, mas só lhe apareciam alunos de português e latim, as disciplinas que mais reprovavam. Não podia se dar ao luxo de recusá-los, e então se dedicou aos estudos daquela que é esplendor e sepultura.

Certo dia, ao ajudar o tio-avô na faxina da garagem topou com *Lexicologia do Português Histórico*, de Manuel Said Ali, um dos maiores sintaxistas da língua portuguesa. Terminada a limpeza, o menino correu para o quarto e começou a leitura. “Quando li a primeira frase do prefácio, soube que, como dizia Dante, Said seria *Il mio autore*”, contou Bechara. O prefácio começava com: “Não estudo a língua separada do homem que a fala.”

Bechara recita o adágio com o arrebatamento de um adolescente a quem um mundo rútilo se descortina. O novel erudito já pressentia que não se devia decompor a língua como um legista faz com um cadáver. Mas era essa a atitude dominante. “A língua era estudada como produto natural”, lembrou. “Nascia, crescia e vivia independentemente do social. Se você plantar semente de laranja, nascerá uma laranjeira. Acontece que a língua depende do uso, e é perfeitamente possível plantar uma laranjeira e nascer uma macieira. Essa era a novidade de Said Ali.”

Como decorrência da afirmação de Said Ali, Bechara tem um axioma que sempre repete: a língua é produto de tradições, e não da lógica. “Se a língua fosse lógica, não poderíamos dizer ‘mais de um saiu’, teríamos que dizer ‘mais de um saíram’, porque mais de um tem de ser no mínimo dois; e dois leva o verbo ao plural”, explicou. “Os gramáticos não procuram a lógica da língua, apenas sistematizam os fatos produzidos pelos usuários. Quem quiser mostrar como a língua deve ser usada tem de conhecê-la, ler tudo o que cair debaixo dos olhos, do século XVI aos nossos dias.”

Bechara mantém sempre o mesmo padrão uniforme elocucional, não há flutuação tonal em sua voz. Seus amigos nunca o viram perder a paciência, nem mesmo quando teria razões para tanto. Em 1999, quando o deputado federal Aldo Rebelo quis restringir os estrangeirismos, para proteger a língua portuguesa, Bechara julgou o projeto absurdo.

“Essa ideia só pode ter vindo de alguém que não sabe o que é e como funciona uma língua”, constatou. “Por exemplo, os romanos eram muito pobres em cores. Posteriormente, os franceses e ingleses desenvolveram mais

nomes para designá-las em decorrência da expansão do comércio e do aprimoramento da manufatura. Hoje, as palavras mais ligadas à tecnologia vêm do inglês, língua do país que a divulga. Os estrangeirismos são registros linguísticos do contato entre povos. Era o que Said Ali dizia no início do século passado: a língua é um produto social.”

No dia seguinte à leitura do *Lexicologia do Português Histórico*, Bechara foi à Livraria Central e comprou outras obras do autor: *Dificuldades da Língua Portuguesa*, *Meios de Expressão e Alterações Semânticas* e a *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*.

Leu-as todas. Mas “*um belo dia eu tive dificuldade no entendimento de um texto e precisei falar com o autor*”. No viço da mocidade, e cheio de iniciativa, procurou Said Ali no catálogo de telefones. Ligou, apresentou-se como admirador de seus livros e pediu um encontro para sanar dúvidas.

No dia combinado, pôs a melhor farda colegial, pegou um trem do Méier até a Central do Brasil e de lá seguiu a pé até a rua da Glória. “*Apareceu um homem que parecia um sultão com barbas longas, tendo ao lado uma cachorrinha preta com quem só falava em alemão*”, lembrou-se. Bechara e Said Ali conversaram longamente, tarde adentro. O menino contou que desejava ser professor de português. O mestre lhe indagou se tinha alguma coisa escrita. Bechara contou que escrevia um trabalhinho, em rascunho, inspirado na leitura do próprio Said Ali.

O trabalho era sobre entonação, sobre significados na língua que são expressos por meio da modulação do falante. Fazia um levantamento do fenômeno em várias línguas. Em árabe, disse, *xabat* quer dizer bater, mas se pronunciado *xaaaabat*, com gradação intensiva, significa bater fortemente.

A musa que cativou o jovem e continua a enfeitiçar Bechara é a sintaxe. “*Você não fala com palavras isoladas ou com fonemas*”, defendeu. “*Você fala com a frase. O estudo da frase é a sintaxe. Sintaxe quer dizer ‘combinação’.* Os gregos foram buscar a palavra na nomenclatura militar: sintaxe era a arrumação dos soldados na tropa, e a reunião da tropa no exército. Na língua, o processo é o mesmo: a análise sintática mostra as relações de dependência e independência que as palavras, expressões e orações mantêm entre si.”

Passado algum tempo, numa sexta-feira, dia de encerrar a casa, Bechara estava com a enceradeira para lá e para cá, quando o telefone tocou. Era da casa de Said Ali, pedindo que ele fosse lá, no dia seguinte. No sábado, o pupilo recebeu um elogio austero: “*Para sua idade, achei bom o trabalho que o senhor fez.*” Veio então o presente: “*Está vendo aquela pilha de livros ali? São seus. À medida que o senhor for lendo, vá levando-os.*” A pilha media mais de 1 metro e incluía Diogo do Couto, João de Barros, Fernão Lopes de Castanheda e outros de jaez excelso. Eça e Machado eram o que a torre tinha de mais recente.

Durante doze anos, até a morte de Said Ali, aos 91, Bechara frequentou a casa do professor. Trabalhavam em traduções do alemão, ou estudavam os antigos. Said Ali lia em voz alta, e frequentemente se interrompia para fazer comentários filológicos do texto, elucidando a história de palavras. Foi apenas depois de dar uma sólida base literária ao aprendiz que Said Ali o apresentou aos textos teóricos. O primeiro deles, escolhido a dedo, foi o *Cours de Linguistique Générale*, de Ferdinand de Saussure. Ao lembrar-se de sua formação, em homenagem ao grande mestre, Bechara pediu de sobremesa uma torta alemã.

Concluído o ginásio, começou o curso clássico no Instituto La-Fayette, hoje Universidade do Estado do Rio de Janeiro. “*Fiquei sabendo através de um amigo que eu poderia apresentar um trabalho em vez de cursar os dois anos de clássico que faltavam*”, contou. “*Se o trabalho fosse julgado de valor, notório saber, não precisaria concluir o curso para me candidatar ao vestibular. Eu tinha o trabalho dos fenômenos de entonação, elogiado por Said Ali. Apresentei e passei.*” Entrou para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Instituto La-Fayette. No curso de neolatinas, o colega de turma mais novo depois de Bechara tinha 28 anos, dez a mais que ele.

Horácio Rolim de Freitas é um filólogo de 79 anos, amigo de Bechara há cinquenta. Apesar de mais jovem, não se vexa em dizer que inveja a memória do amigo: “*É de admirar! Bechara sabe o aniversário de todos os filólogos de cor, lembra-se de livros que leu há cinquenta anos.*”

Perguntado sobre quantas línguas fala, Bechara respondeu: “*Só português, mal e parcamente.*” Modéstia à parte, disse que para uso pessoal tem o português, o inglês, o francês e o alemão. Consegue ler em todas as línguas românicas, que são dez. “*Do ocidente para o oriente, excluindo os dialetos, temos o português, o galego, o espanhol, o catalão, o francês, o provençal, o italiano, o dalmático, o reto-românico e o romeno*”, explicou, apontando no ar, como se estivesse mostrando as regiões em um mapa. O bom conhecimento de grego e latim, disse, facilitou o aprendizado. “*Em árabe, não leio, mas sei xingar muito porque era o que as avós mais faziam*”, brincou.

Em 1946, quando começou a dar aulas, não havia concurso público para escolas, os cargos eram todos preenchidos por indicação. “*Como não tinha ninguém que me indicasse, sabia que teria de estudar o dobro*”, contou. Chegou a dar treze aulas por dia, quatro de manhã, quatro à tarde e cinco à noite. Chegava em casa, jantava, tomava banho e estudava até as três da madrugada: “*O professor nada mais é do que um estudante mais velho*”, disse o gramático, que ainda hoje não dorme antes da uma da manhã. “*A consciência permanente da responsabilidade que colegas competentes e alunos me atribuem não me deixa parar de estudar.*”

Quando vieram os concursos públicos, entrou de cabeça: participou de dez deles. Aproveitava posições, cátedras e titularidades que se lhe iam apresentando. A carreira poderia ter sido catapultada se tivesse aceitado o convite, recebido ainda no 3º ano de Faculdade, para tornar-se catedrático de latim. “*Eu declinei o convite em homenagem ao professor Said Ali*”, contou. “*Aos meus 16 anos ele se debruçara sobre mim, e me orientara para ser professor de língua portuguesa.*”

Para o primeiro concurso que prestou – para a cátedra de língua portuguesa no Colégio Pedro II, em 1954 –, escreveu a tese “*Evolução do pensamento concessivo no português*”. Boatos se espalharam que Bechara teria plagiado um trabalho de Said Ali. Os vinte e poucos anos do rapaz não condiziam com a bibliografia fora de órbita que apresentara. Quando veio o exame escrito, tirou dez com todos os arguidores. O boato então mudou: o espírito de Said Ali havia feito a prova.

A única preocupação de Bechara foi com a palavra *boato*. O termo, indicando notícia que anda publicamente, sem procedência, não é herança romana. Ao contrário, seu aparecimento é recente no português. Não encontrou a palavra em Barros, Couto e Camões. Nos *Sermões* de Vieira colheu um exemplo em que significava som forte. “*Os escritores do passado recorriam às palavras fama ou rumor quando pretendiam expressar o boato de nossos dias*”, esclareceu.

Na defesa da tese de livre-docência, “*O futuro românico: considerações em torno de sua origem*”, Bechara emocionou-se com o comentário da banca: “*Não podemos dar menos de dez em títulos para o autor da Moderna Gramática Portuguesa.*” A gramática de Bechara é seu principal motivo de notoriedade. Além de ser usada em escolas, universidades, e bibliografia obrigatória em concursos públicos, é uma das obras mais citadas em teses e dissertações sobre língua portuguesa.

Em 1961, a Companhia Editora Nacional propôs a Bechara que escrevesse um capítulo para atualizar a *Gramática Expositiva* de Eduardo Carlos Pereira, publicada em 1910. As ideias estruturalistas chegavam ao Brasil, abalando a linguística, e era necessário ajustar o texto de Pereira. “*Quando eu apresentei o capítulo, que também incluía os estudos americanos adiantados sobre fonêmica e fonologia, viram que eu tinha feito um novo livro, já não era mais o Pereira*”, contou. “*Pediram então que eu escrevesse a minha própria gramática.*”

Para escrevê-la, releu todos os grandes autores e começou a anotar os fatos da língua. Na bibliografia, mais de 150 obras são citadas. Bechara também faz frases para a esposa, Marlit, três filhos, sete netos, dois bisnetos,

colegas e o barbeiro. A frase “Eu dancei com Marlit” serve para exemplificar o sentido de companhia da preposição “com”.

A *Moderna Gramática*, dedicada a Said Ali, está na 37ª edição. Só a edição de 1999 teve mais de vinte reimpressões. Na década de 80, o editor da Nacional disse a Bechara que a gramática já havia vendido mais de 2 milhões de exemplares. “*Só sei que eu não fiquei rico*”, brincou o autor.

Evanildo Bechara relutou em se candidatar a uma vaga de imortal. “*A Academia sempre foi madrasta dos filólogos*”, justificou. “*Como todos os fundadores eram literatos, direta ou indiretamente, o amor à língua era cultivado, mas não o estudo dela. Basta dizer que Antônio de Moraes Silva, autor do primeiro dicionário monolíngue em língua portuguesa – até então todos os dicionários eram de português-latim –, não foi escolhido como um dos patronos. A Academia também foi muito injusta com o velho Antenor Nascentes, que lhe escreveu um dicionário em quatro volumes e foi rejeitado.*”

Amigos, contudo, o persuadiram a se candidatar. Mas alertou que concorreria uma única vez. Em 2000, foi eleito para a cadeira 33. Brincou: “*Virei imortal, mas não imorrível.*”

Bechara lembrou-se então da polêmica levantada quando o ex-ministro Antônio Rogério Magri, do Governo de Fernando Collor, declarou que era “imexível” no cargo. “*Fizeram o maior alarde porque não encontraram a palavra no dicionário*”, recordou. “Esqueceram a potencialidade da língua, que nada mais é do que um reflexo sociocultural das comunidades. Se pegarmos a morfologia de *impagável*, *imutável*, o ‘imexível’ do Magri foi e sempre será perfeitamente possível.” E citou a definição de Fernão de Oliveira, que em 1536 escreveu a primeira gramática de português: “*A língua é o que os falantes fazem dela.*”

A única competência legal da Academia Brasileira de Letras é publicar o *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, que os imortais chamam de Volp. Em 2008, a quarta edição do *Vocabulário* estava esgotada e acadêmicos trabalhavam na quinta edição, quando foram surpreendidos pelo novo acordo ortográfico, que desde 1990 estava no limbo. Esqueceram-se do projeto desde o falecimento de Antônio Houaiss, o mentor da reforma que unificaria a ortografia dos oito países de língua portuguesa. Em setembro de 2008, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou o Decreto, fazendo valer as novas regras de escrita, que entrariam em vigor a partir de janeiro de 2009.

Os seis lexicógrafos que integram a comissão do *Vocabulário* resolveram aplicar as novas regras nas 350 mil palavras do vocabulário da nova edição. Naquele ano, ninguém tirou férias. “*Mergulhamos no texto do acordo e muitas vezes demos com a cabeça na pedra*”, contou Bechara. “*O texto é muito lacunoso e, o que não sabemos, interpretamos, imbuídos do espírito do acordo.*” Ele estava preparado para a catadupa de críticas que viriam. “*Primeiro as palmas, depois as palmadas*”, brincou. O acordo desagradou boa parte dos linguistas, abrindo uma série de discussões na imprensa. Houve desde manifestações românticas, do tipo “*o voo da gaivota perdeu a poesia sem o circunflexo*”, até a lástima narcísica dos que sabiam explicar a diferença entre *à-toa* e *à toa*. Agora, ambos não têm hífen.

Mário Perini, linguista da Universidade Federal de Minas Gerais, é um forte opositor do novo acordo ortográfico. Segundo ele, o cunho da reforma é político e comercial. Acredita que a Guiné-Bissau deve ter necessidades maiores do que destinar seus poucos recursos a reimprimir livros escolares para remover tremas e acentos. E acrescenta que se fosse para de fato simplificar a língua, a reforma teria de ter maior alcance, permitindo que se escreva “xuva”, “jente”, “sidade” e “caza”. Perini não vê nada de simples em escrever “ideia” igual a “feia”, quando a pronúncia é diferente. Disse ainda que a reforma só contribui para o complexo de inferioridade do brasileiro, que acha que não sabe a própria língua.

“*Se essa parede não tem infiltração, por que vou quebrá-la?*”, perguntou Cláudio Cezar Henriques, professor de língua portuguesa da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, apontando para a parede da sala de seu

apartamento na Tijuca. O professor explicou que não existe ortografia ideal simplesmente porque ela nunca poderá ser um espelho da fonética. É por isso que certas partes do acordo são incoerentes. O único acento diferencial mantido foi em “pôr”, explicou, para diferenciar o verbo da preposição *por*. Entretanto, o acento de “pára”, que também tem preposição e verbo homônimos, caiu. “*Os jornais nunca mais poderão dar a manchete ‘Justiça para o Brasil’, pois a frase fica ambígua*”, constatou.

Segundo o acordo, o prefixo “co” diante de uma palavra iniciada com *h* tem hífen. Acontece que o Volp grafou “coerdeiro” sem hífen e sem *h*. Isto porque há outra regra que diz: “O *h* inicial suprime-se quando, ‘por via de composição, passa a interior e o elemento em que figura se aglutina ao precedente’, como em desarmonia, biebdomadário e lobisomem.”

A lista de incoerências encontradas por Henriques é longa: *água-de-colônia* tem hífen, mas *água de cheiro* não. O acordo diz que algumas palavras, consagradas pela tradição, mantêm o hífen. “*Mas eles não estão justamente mudando a tradição? E quem decide quais usos são consagrados e quais não são?*”, indagou o professor. Ele mesmo respondeu: “*Seguimos o que está no Vocabulário Ortográfico, ele tem força de lei. Pela legislação é lá que se encontra a ortografia correta.*”

Quer tirar um professor de português do sério? Peça que lhe explique o uso do hífen. Bechara reconhece que o hífen ainda está “capenga”. Explicou a origem da confusão. Antigamente, quase não havia hifens, mas no século XIX a nomenclatura técnica criou muitos compostos na física, na química, na botânica, na economia e na filosofia. Esses compostos começaram a atrair o hífen. Os espanhóis adotaram uma solução mais econômica para o seu emprego, e os aboliram em grande parte. Já os franceses, que exerciam uma influência na Europa, se excederam no acento. Portugal, em vez de adotar o sistema espanhol, seguiu as pegadas da França.

Cada notação ortográfica só tem uma função: o acento agudo mostra uma vogal aberta; o circunflexo, uma vogal fechada em sílaba tônica. Já o hífen tem cinco funções: fonética, morfológica, sintática, semântica e estilística. Daí a dificuldade em estabelecer regras que atendam e harmonizem todos os critérios. *dia a dia*, quando significava cotidiano, era uma locução substantiva, então se usava hífen, como na frase: “O meu dia a dia é muito agradável.” Mas *dia a dia* também pode ser uma locução adverbial. Não havia hífen em “A criança cresce dia a dia”.

Até o século XIX, as gramáticas eram mais normativas do que descritivas. No século seguinte, com Ferdinand de Saussure, a linguística adquiriu proeminência, e a ênfase foi para o estudo interno e a descrição das línguas, feitas com base na oposição de diferenças e semelhanças, de sintagmas e paradigmas, de significados e significantes – foi o primado do método estrutural.

A língua falada, supostamente espontânea e livre, passou cada vez mais a ser objeto de estudo científico, enquanto a gramática era tida como dogmática e conservadora. Baseada num *corpus* literário de escolha subjetiva – o cânone dos grandes autores, sem fundamento científico –, dizia-se que a gramática impunha uma língua artificial e elitista, fora do uso comum.

Consolidaram-se, assim, estereótipos. Enquanto o linguista era vinculado à ideia de liberdade, o gramático simbolizava a opressão. Todo o falar seria legítimo, não existiria certo ou errado, desde que o falante se faça entender. A correção seria uma violência a jeitos diferentes de falar do aluno.

Esses estereótipos voltaram à tona no mês passado, numa polêmica em que o Governo federal foi acusado pelas classes conservadoras de querer abolir a norma culta. O pretexto foi um livro recomendado pelo Ministério da Educação que, justamente, discutia os estereótipos. A posição de Bechara é a de que os grandes escritores depuram e aperfeiçoam a língua, não aceitam qualquer influência popular ou aderem a modas. Eles desbastam os excessos e os caprichos, e é neles que se encontra o “deve ser” da língua.

Ele defende que o aluno deva ser poliglota em sua própria língua. “Ninguém vai à praia de fraque ou de chinelo ao Municipal”, disse. “As pessoas têm de saber adequar o registro linguístico à situação, de modo que aprender a norma culta seria somar e não substituir uma variedade da língua.” Para não haver confusão, no entanto, acha que nas escolas se deva ensinar tão somente a norma culta, sem relativismos que venham a deixar crianças e adolescentes em dúvida.

Numa tarde quente, em seu apartamento no Flamengo, o professor Ricardo Cavaliere disse ser um discípulo de Bechara. Os dois se conheceram na Universidade Federal Fluminense, em 1992, onde dividiam a sala 452. Cavaliere organizou *Entrelaço entre Textos: Miscelânea em Homenagem a Evanildo Bechara*, publicado em deferência aos 80 anos do professor.

Ao fazer o levantamento bibliográfico dos mais de 25 livros, 26 capítulos de livros, cinco teses, centenas de artigos, resenhas e prefácios, introduções e apresentações, além de verbetes e traduções, Cavaliere se perguntou: tendo lido tanto, como Bechara teve tempo para escrever? E tendo escrito tanto, como teve tempo para ler?

“A biblioteca do Bechara é de causar inveja”, disse Cavaliere. “Ele deveria publicar um guia internacional de sebos. Conhece todas as livrarias e sebos da Rússia a Portugal. Tem um faro invejável para encontrar livros raros.”

Dona Marlit, casada com Bechara há trinta anos, contou que a busca de livros é uma obsessão do marido. “Uma vez, estávamos em Copenhague e o livreiro o levou para um porão onde havia obras raras”, contou. “Passou mais de uma hora e ele não voltava. Fiquei preocupada. Quando desci ao porão, lá estava ele muito interessado na leitura, sentado num banquinho com livros a sua volta.”

O gramático lembrou quando foi trancado numa livraria, em Estocolmo. Ele lia quietinho em um canto e fecharam a loja com ele dentro. “A sorte foi que consegui abrir uma janela e pedir ajuda a uma senhora que passava”, disse. A sua biblioteca tem mais de 35 mil volumes. Está espalhada por uma casa, no Méier, e dois apartamentos, em Botafogo, onde mora num terceiro.

Evanildo Chauvet Bechara, o seu filho mais velho, foi um dos idealizadores da coletânea organizada por Cavaliere. Mas não chegou a ver sua ideia concretizada: morreu de infarto fulminante, em 2007, num quarto de um hotel em Manaus. “No dia seguinte ao velório, o professor Bechara tinha uma viagem marcada para representar a Academia em Brasília”, contou o professor Domício Proença Filho, também acadêmico. “E me prontifiquei a substituí-lo, mas ele foi mesmo assim. Me comoveu a sua aceitação dos desígnios divinos.”

O latinista Rosalvo do Valle, de 84 anos, conhece Bechara há 65. Ele me contou que um neto de Bechara, um menino de 12 anos, teve um acidente de skate e morreu alguns meses depois que o gramático perdera o filho. “Pensei: agora o Bechara desmonta”, disse Do Valle. “Fui à missa de sétimo dia, encontrei-o caído, mas seguro. Na semana seguinte, já tinha voltado a dar aulas.”

Como conseguiu lidar com perdas difíceis? Bechara respondeu: “É como acontece na gramática, um verbo que só pedía objeto direto agora pede objeto indireto. Era transitivo, passou a intransitivo. É você saber receber a vida como ela é e não arquitetar uma vida diferente da realidade. Isso sim causa sofrimento. A morte é uma coisa natural na vida.”

Ele aproveitou e disse que não está errada a expressão “correr risco de vida”, como se acredita hoje, argumentando-se que o perigo que se corre é de morte. A expressão tem respaldo na tradição, explicou. O próprio Machado escreveu, em *Quincas Borba*: “Salvar uma criança com o risco da própria vida.”

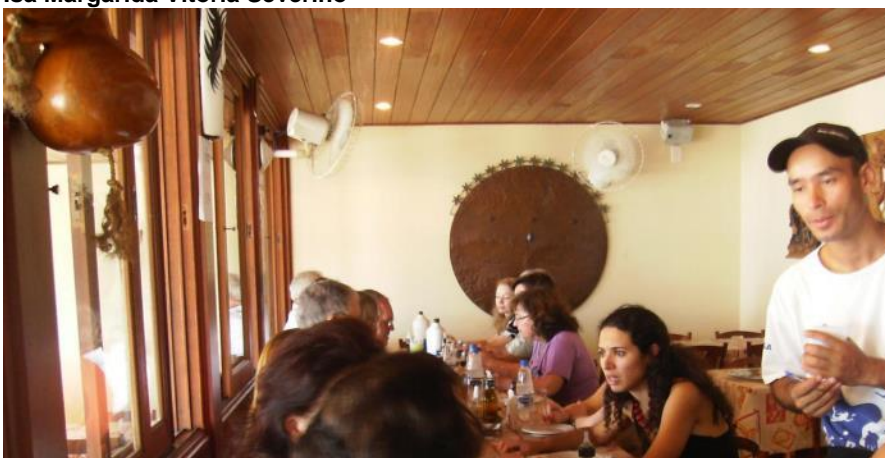
[Fonte: www.revistapiaui.estadao.com.br]



15. ISA SEVERINO, ESTH, IPG, UDI, UNIDADE DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO INTERIOR - isaseverino@jpg.pt



Isa Margarida Vitória Severino



TEMA 1.3 FLORBELA – DA CONFISSÃO DO DIÁRIO À REINVENÇÃO DE SI, ISA SEVERINO, ESTH, IP GUARDA

Resumo

A escrita diarística assume um papel primordial e inclusive incontornável para o entendimento de Florbela. Apesar da sua curta dimensão, constituído apenas por trinta e dois fragmentos, é possível analisar um *eu* polidrico, em busca de si e concomitantemente em constante efabulação.

Neste sentido, no âmbito da presente comunicação, pretendemos analisar o discurso deste *eu*, que oscila entre polos extremos, de modo a captarmos as diversas imagens que faculta.

1.

Os diferentes registos de Florbela Espanca quer em verso quer em prosa revelam, de modo mais ou menos explícito, o retrato de um *eu* que se espraia no corpo textual. Com efeito, é difícil ficar imune aos retratos que os textos nos facultam deste *eu*. Retratos, por vezes, contraditórios, multifacetados, que se desdobram em novas máscaras, ocultando o rosto que lhes subjaz.

Neste sentido, e fazendo jus ao título da comunicação, propomos uma (re)leitura do *Diário* de Florbela Espanca, de modo a perscrutarmos o retrato que este *eu* esculpe nos seus registos diarísticos.

Apesar da sua curta dimensão, o *Diário* da poeta portuguesa não deixa de ter expressividade, permitindo-nos perceber a interligação que se estabelece entre o seu diário e os seus versos, já que nos dois registos é perceptível a imagem de um *eu* que deambula entre a procura de si, o narcisismo que o domina e, não raras vezes, entre uma nostalgia que o assola.

2.

No âmbito desta reflexão, evocamos o primeiro fragmento do seu curto diário, datado de onze de janeiro de 1930, o qual inicia com uma sequência de perguntas retóricas, revelando um *eu* que procura através do *outro* – um passível leitor – descortinar os traços do *eu* que escreve e viabilize um maior autoconhecimento:

Para mim? Para tí? Para ninguém? Quero atirar para aqui, negligentemente, sem pretensões de estilo, sem análises filosóficas, o que os ouvidos dos outros não recolhem: reflexões impressões ideias, maneiras de ver, de sentir – todo o meu espírito paradoxal, talvez frívolo, talvez profundo.

Foram-se, há muito, os vinte anos, a época das análises, das complicadas dissecações interiores. Compreendi por fim que nada compreendi, que mesmo nada poderia ter compreendido de mim. Restam-me os outros... talvez por possa chegar às infinitas possibilidades do meu ser misterioso, intangível, secreto (Espanca, 2002: 256).

Como explica Paula Morão, Florbela dirige-se “para esse vago, talvez ansiado interlocutor que logo parece ser negado por ninguém”, (...) “respeitando o protocolo geral da diarística” (Morão, 1997:110). O pronome indefinido “ninguém” parece justificar a aparente despreocupação e inclusive um descomprometimento face ao registo escrito, visto que se trata de uma escrita íntima do foro pessoal, não almejando *a priori* qualquer destinatário a não ser o próprio autor, sujeito e simultaneamente objeto do texto. Tal facto é reiterado pela repetição da preposição sem – “sem pretensões de estilo, sem análises filosóficas”.

O *eu* diarístico obedece, por um lado, ao impulso de registar, de modo espontâneo e inclusive negligente, as impressões diárias assinaladas sem quaisquer preocupações de estilo e sem análises filosóficas. Por outro lado, evidencia o raciocínio que subjaz à vivências dos dias e lhe permite recolher a panóplia “de reflexões impressões ideias, maneiras de ver, de sentir”, através dos quais se distingue dos demais.

Não obstante da curta extensão, este fragmento, aliás como todo o diário, merece uma particular atenção, pois estabelece uma linha condutora com a obra poética de Florbela, evidenciando os mesmos temas e a mesma indefinibilidade inerente à representação do *eu*. Nele é possível perceber a presença de um *eu* em confronto consigo mesmo, procurando redefinir fronteiras e limites que se afiguram impossíveis, como expressa o oxímoro a que recorre para se descrever – “todo o meu espírito paradoxal, talvez frívolo, talvez profundo”. Ela utiliza termos cujas cargas

semânticas são antagônicas: “frívolo” remete para leviandade, futilidade, volubilidade e inconstância; enquanto “profundo” está associado a complexidade, perspicácia e abrangência. A dupla utilização do advérbio “talvez” introduz a dúvida de um sujeito que define o seu espírito, utilizando definições que não podem coexistir.

Assim, a autora parece denunciar resignação e inclusive um certo cansaço/esgotamento inerente a quem passou muito tempo com análises minuciosas, “dissecações interiores”, numa tentativa de se compreender. Tal entendimento, porém, afigura-se-lhe impossível – “Compreendi por fim que nada compreendi, que mesmo nada poderia ter compreendido de mim.” Deste modo, confessa – “Restam-me os outros”. E se dúvidas houvesse sobre a verdadeira intenção da autora ao escrever o diário, se este se dirigia ao *eu* que escreve a um *tu*, *ou* até mesmo a “ninguém”, *agora* parece tornar-se mais claro que a autora escreve este texto para se dirigir a um leitor, expressando o desejo que este o leia, como explica Paula Morão:

(...) o fragmento fecha-se sobre uma espécie de remissão para um leitor futuro, afinal dando corpo e sentido ao genérico e aparentemente negativo “ninguém” da abertura: não se fala mais de “ninguém” mas do seu par positivo, um “alguém” que “leia” e “realize” o que “eu não pude”. (Morão, 1997:110)

Na verdade, o *outro* assume um papel incontornável quer no diário quer na poesia de Florbela Espanca. O *outro* parece assumir o papel primordial no conhecimento deste *eu* que irrompe derrotado por anos de cansaço, minado por “dissecadas” e infecundas autoanálises. É através do *outro* que Florbela procura alcançar um conhecimento de si. É no *outro* que a autora deposita a difícil tarefa de interpretação para o seu ser – “misterioso, intangível, secreto”.

No entender de Paula Morão esta passagem é reveladora de:

uma falência do próprio eu, das suas capacidades analíticas e autorregeneradoras, que são uma razão mais a remeter a solução desta derrota reconhecida para os “outros”, intermediários e espelhos possíveis para um eu em dificuldades para se bastar e se suportar a si mesmo (Morão, 1997:111).

Efetivamente, o *eu* diarístico revela uma (aparente) incapacidade para se analisar e inclusive para se revivificar, numa tentativa de procurar soluções eficazes para esta procura. Desta forma, os *outros* funcionam como mediadores, a escapatória possível para a busca ontológica deste *eu*. Florbela situa-se, assim, entre os antípodas. O recurso ao paradoxo bem como a construções antitéticas acentua o dilema deste *eu* em busca de si; um dilema sentido, é certo, mas também encenado, como assinala Natália Correia:

Esse pechisbeque fulgente do cognato frívolo da sua personalidade sequiosa de infinito – requisito bicéfalo da vigência mítica de que Florbela é sujeito dramático – chispa nas fulgurantes banalidades dos seus versos. Uma poesia maquilhada com langores de estrela de cinema mudo. Carregada de pó de arroz. Mas quem espalha essa poalha perfumada é a mão da virgem que nela se envolve para velar a sua intangibilidade. (Espanca, 1982: 10)

Numa linguagem metaforizada, Natália Correia, no seu prefácio ao *Diário* de Florbela Espanca, procura desmistificar os artifícios utilizados pela autora, estabelecendo algumas relações com a obra poética. Neste sentido, refere-se a Florbela, dizendo que “A frívola dissipa-se na inconstância da sua insaciabilidade...”

(Espanca, 1982:10) Desta forma, parece evidenciar o caráter aparentemente supérfluo do *eu* diarístico, reforçando traços que lhe são indissociáveis – a volubilidade e a avidez.

Com efeito, este prólogo veio dar um importante contributo à desmistificação da imagem projetada por Espanca no seu *Diário*. Como sugere Natália Correia, Florbela era uma personagem sedenta de infinito, pois para ela não havia limites. Limites para amar, numa ânsia de desenfreada, de se entender e ser entendida pelos outros, de ser amada e idolatrada. Aliás, existe em Florbela o desejo de projeção através do outro, o desejo de fusão no outro, desde que este reflita uma imagem especular do *eu*, como é visível nos seus sonetos. Este aspeto teve concretização na própria vida de Florbela, tendo desembocado em três casamentos. Experiências que iniciaram com fulgor, mas cujo desenlace coincide com o desencanto deste *eu*.

Assim, e retomado as palavras de Natália Correia, a autora detém um “requisito bicéfalo da vigência mítica de que Florbela é sujeito dramático”, no sentido em que a poeta assume uma feição intermitente, oscilando entre polos extremos e inclusive paradoxais, revelando, não raras vezes, um ser em drama.

3.

No *Diário*, Florbela desdobra-se na segunda pessoa, isto é num *tu* que se invetiva de “Bela” e esgrime as suas virtualidades, intitulando-se “corajosa, sincera” (Espanca, 2002: 256), “honestas sem preconceitos, amorosa sem luxúria (...) “viva exaltadamente viva” (Espanca, 2002: 257); “ Endiabrada Bela! Estranha abelha dos mais doces cálices” (Espanca, 2002: 259); “Princesinha exilada” (Espanca, 2002: 260), entre outros exemplos. É de salientar o tom exaltatório com que se autodenomina, o qual é reforçado pela repetição da preposição “sem”, que salienta pureza e nobreza de caráter, isentando-a de atributos pejorativos – “sem preconceitos, amorosa, sem luxúria”. Também a analogia que estabelece com a abelha vem reforçar os seus dotes, já que a simbologia deste inseto surge associada ao labor, à organização, disciplina e infatigabilidade. Dado o entorno em que se move, o meio campestre, e a sua aproximação às flores, a abelha é conotada com a feminilidade. Estes atributos vêm reforçar as particularidades de Florbela, pois também ela é enigmática e singular e, talvez por isso, “estranha”.

O *eu* diarístico parece enfatizar, deste modo, a sua excecionalidade, pois tal como a abelha, que é uma laboriosa produtora de mel, também Flor labora os seus versos. Parece-nos, contudo, que esta analogia vem reforçar o dramatismo deste *eu*, uma vez que a abelha, com o seu ferrão, pode assumir uma feição demolidora, dado que utiliza o seu ferrão como arma de arremesso em prol da sua autodefesa, levando-a a comprometer a sua vida; Florbela também é detentora de alguns recursos (ferrões) através dos quais se escuda. Contudo, estes ferrões constituem símbolos de defesa, mas também de morte.

A construção metafórica é ainda intensificada pelo emprego do adjetivo no grau superlativo relativo de superioridade, uma vez que se trata de uma abelha “dos mais doces cálices”. Assiste-se aqui a uma seleção criteriosa dos lexemas. Repare-se que o termo doce é bastante polissémico, remetendo para uma diversidade de sentidos que confluem para reiterar a ternura e afetuosidade inerente a este *eu*.

No decorrer das escassas páginas que enformam o *Diário*, a autora revela um agudizado sentimento narcísico, reiterado pelo seu desmedido orgulho: “tenho orgulho, um incomensurável orgulho em mim” (Espanca, 2002: 286). Florbela faculta um retrato megalómano onde este *eu* heroicizado, se exulta, como se pode observar pelo deíctico “*eu*”

grafado em caracteres maiúsculos, demarcando na escrita e na linguagem a sua individualidade – “*Eu sou Eu*” (Espanca, 2002: 261) – e o estatuto de “eterna isolada” (Espanca, 2002: 274):

Florbela é um caso muito próprio de solidão «carceral». Em várias notas do diário ela fala de si mesma como duma princesa encantada à espera do «Príncipe Charmant». É prisioneira, porque está presa num encanto, à espera que alguém ou algo a desperte ou liberte (Rocha, 1992:79).

4.

O *eu* diarístico faculta-nos um retrato poliédrico. Revela-se, por um lado, poderoso, magnânimo, ciente das suas potencialidades, um *eu* herói, uma vez que, tal como o protagonista de uma narrativa ou drama, também Florbela surge envolta em ambiguidade, dado que possui características humanas – densidade psicológica, social e importantes valores. Por outro lado, situa-se, como pudemos verificar, em polos opostos entre o “frívolo” e o “profundo”, deixando uma imagem fragmentada impossível de apreender, mas passível de ir sendo apreendida.

6. Bibliografia

Espanca, Florbela (2002). *Afinado desconcerto, contos, cartas, diário*, estudo introdutório, Maria Dal Farra (org.), São Paulo: Iluminuras.

Espanca, Florbela (1982) *Diário do último ano* (prefácio de Natália Correia), Lisboa: Bertrand.

Espanca, Florbela (2009) *Poesia Completa*, Lisboa: Bertrand.

G. Gusdorf, (1975) “De l’autobiographie initiatique au genre littéraire” in *Revue d’Histoire Littéraire de la France*, nº 6, nov-dez, pp. 957-994.

Morão, Paula (1997) “Florbela: o diário de 1930”. In *A Planície e o abismo*, Universidade de Évora: Vega, pp. 109-115.

Pereira, José Carlos Seabra (1985-86) “A águia e o milhafre”. In *Florbela Espanca, Obras completas* ed. Por Rui Guedes, Lisboa: Dom Quixote, vol 3, pp. 3-35.

Rocha, Clara (1992) *Máscaras de narciso, estudos sobre a literatura autobiográfica em Portugal*, Coimbra: Almedina.

16. JOÃO MALACA CASTELEIRO, ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA. PATRONO DOS COLÓQUIOS DESDE 2007



JOÃO MALACA CASTELEIRO

licenciou-se em Filologia Românica em 1961, e doutorou-se em 1979, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, com uma dissertação em Sintaxe da Língua Portuguesa.

É, desde 1981, professor catedrático na mesma Faculdade. Tem lecionado e coordenado a cadeira de Sintaxe e Semântica do Português, no âmbito da Licenciatura, e vários seminários nas áreas da Sintaxe, Léxico e Didática, no âmbito do Mestrado.

Foi Diretor de investigação do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, conselheiro científico do Instituto Nacional de Investigação Científica e presidiu ao Conselho Científico da Faculdade entre 1984 e 1987.

Tem coordenado e colaborado em diversos projetos de investigação e de edição, em Portugal e no estrangeiro, em articulação com organismos como o Conselho da Europa, os Serviços de Educação do Governo de Macau e o Ministério da Educação, entre outros.

É Professor Convidado na Universidade da Beira Interior, no Departamento de Artes e Letras.

É Membro da Academia das Ciências de Lisboa, desde 1979, e foi até 2009 Presidente do seu Instituto de Lexicologia e Lexicografia.

Ao longo da sua carreira de professor orientou já mais de meia centena de teses de Doutoramento e de Mestrado.



Ganhou o Grande Prémio Internacional de Linguística Lindley Cintra, da Sociedade de Língua Portuguesa, em 1981, agraciado pelo Governo Francês com o grau de Cavaleiro das Palmas Académicas, em 1986.

A sua bibliografia, iniciada com a tese de Licenciatura em 1961, é constituída por muitas dezenas de estudos dedicados à linguística e à lexicologia. Editou obras como *A Língua e a Sua Estrutura*, *A Língua Portuguesa e a Expansão do Saber*, *Nouvelles perspectives pour l'enseignement du portugais en tant que langue étrangère*, *A Língua Portuguesa em África* e *A Língua Portuguesa no Oriente: do séc. XVI à Atualidade*.

Foi o coordenador do *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* e o responsável pela versão portuguesa do *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Tem participado em congressos e conferências, dentro e fora do país, apresentando e publicando textos científicos.



Assumi funções institucionais:

Conselheiro Científico do Instituto Nacional de Investigação Científica, ao longo de 20 anos, Presidente do Conselho Científico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa ou Presidente da Academia das Ciências de Lisboa desde 1991.

Para além da sua intensa e produtiva atividade docente, tem dedicado a sua carreira ao estudo da sua língua, e a sua extensa obra de investigação inclui inúmeros livros e artigos científicos.

Assumi também a responsabilidade por Projetos de Investigação de grande importância, como Português Fundamental, Estruturas Lexo-Gramaticais do Português Contemporâneo, o Dicionário eletrónico do Português Contemporâneo ou o Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea.

Tem colaborado na qualidade de Professor Visitante ou de professor convidado com diversas instituições, nomeadamente a Universidade de Macau, e dirigido várias Teses de Mestrado e Doutoramento.

O reconhecimento dos seus méritos e do seu trabalho traduz-se em especial no respeito que académicos de todo o mundo têm demonstrado pela sua obra, pelos inúmeros convites para que participe em Conferências e Seminários Internacionais, recebeu do Governo Francês o Grau de Cavaleiro da Ordem das Palmas Académicas, julho de 1998.

A 26 de abril de 2001 foi agraciado pelo Senhor Presidente da República Portuguesa com o Grau de Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique.

É patrono dos Colóquios da Lusofonia desde 2007 e um convicto defensor da adoção do Acordo Ortográfico de 1990 em cuja conceção participou.



Foi nomeado ACADÉMICO CORRESPONDENTE DA ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA em outubro 2012.

É SÓCIO FUNDADOR DA AICL. E PRESIDE À ASSEMBLEIA-GERAL

TOMOU PARTE EM TODOS OS COLÓQUIOS DESDE 2007 EM BRAGANÇA



TEMA 4.2. “DA MINHA LÍNGUA VÊ-SE O MAR”: EVOCAÇÃO DE VERGÍLIO FERREIRA , JOÃO MALACA CASTELEIRO, ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

Esta minha intervenção, no XX Colóquio da Lusofonia, que realizamos aqui em Seia, constitui uma modesta homenagem a Vergílio Ferreira, um dos grandes escritores portugueses do século XX e um dos maiores de sempre. Vergílio Ferreira foi um grande cultor da língua portuguesa, com criatividade e inovação. Nasceu aqui perto, na aldeia de Melo e aí está sepultado. Celebrou como nenhum outro a beleza destas serras, que aqui nos abrigam. Promoveu como ninguém a hospitalidade destas gentes, que agora nos acolhem.

Tal como a Guarda, cidade serrana, que costuma ser caracterizada por cinco “efes” (*fria, farta, fiel, franca, formosa*), também Vergílio Ferreira, na minha perspetiva, poderia ser adjetivado por cinco “efes”: *frio*, no temperamento; *fino*, no trato; *forte*, no caráter; *frontal*, na opinião; *fascinante*, no pensamento. Tive o prazer de com ele me encontrar em alguns eventos nacionais e internacionais e, nos seus últimos anos de vida, na Academia das Ciências de Lisboa, para a qual só foi eleito em 1992, quatro anos antes da sua morte, aos oitenta anos de idade. A minha intervenção tem como título uma frase icónica de Vergílio Ferreira, que já passou à posteridade – “Da minha língua vê-se o mar” – e não é mais do que uma breve e sucinta evocação do grande escritor que ele foi.

A frase “Da minha língua vê-se o mar” está inserida no discurso intitulado “A Voz do Mar”, que Vergílio Ferreira proferiu na cerimónia realizada em Bruxelas, em 1991, na qual lhe foi outorgado o Prémio Europália pelo conjunto da sua obra. Trata-se de um discurso afirmativo da língua portuguesa e da identidade de Portugal como nação indissolivelmente ligada ao mar ao longo da sua História. Utilizando uma palavra que ultimamente tem estado em voga, poderíamos dizer que aquele discurso constituiu uma grande afirmação de “portugalidade”. Este discurso está inserido no 5º volume (pp. 83-84) de *Espaço do Invisível* do Autor, publicado, já postumamente, em 1999 (Lisboa, Livraria Bertrand). Vejamos o excerto do texto em que esta frase emblemática se insere:

“O orgulho não é um exclusivo dos grandes países, porque ele não tem que ver com a extensão de um território, mas com a extensão da alma que o preencheu. A alma do meu país teve o tamanho do mundo. Estamos celebrando a gesta dos portugueses nos seus descobrimentos. Será decerto a altura de a Europa celebrar também o que deles projetou na extraordinária revolução da sua cultura. Uma língua é o lugar donde se vê o mundo e de ser nela pensamento e sensibilidade. Da minha língua vê-se o mar. Na minha língua ouve-se o seu rumor como na de outros se ouvirá o da floresta ou o silêncio do deserto. Por isso a voz do mar foi em nós a da nossa inquietação. Assim o apelo que vinha dele foi o apelo que ia de nós. E foi nessa consubstanciação que um novo espírito se formou, como foi outro o espírito da Europa inteira na reconversão total das suas evidências.”

Seria interessante notar que este discurso, incluindo a frase destacada, é proferido em representação de um povo e não em nome da sua obra. De facto, não creio que fosse adequado dizer-se que da língua de Vergílio Ferreira se vê o mar. O mar não constitui tema da sua obra, antes vemos nela sempre presentes as montanhas que formam a Serra da Estrela, em cujo sopé nos acolhemos neste colóquio. Vergílio Ferreira é sobretudo um escritor serrano que, inebriado por estas serras, cogita e discorre sobre as vicissitudes existenciais do ser humano. Poderia, pois, dizer-se com propriedade, a propósito da obra de Vergílio Ferreira, que da sua língua veem-se as montanhas, sente-se a finitude do ser humano. A este propósito seria interessante lembrar o magnífico texto com o título “Do máximo

ao mínimo”, também inserido no volume atrás mencionado (p. 280), que ele leu em Gouveia, um mês antes de morrer, quando ali lhe foi prestada homenagem no dia em que perfazia 80 anos:

“À escala do cosmos, a espécie humana, surgida por um acaso infinitesimal, durará um breve momento. E dentro dele, cada um de nós não chega quase a existir. E no entanto, é por esse instante de impensável brevidade de duração, que é nosso dever mobilizar todo o esforço de uma intensa atenção para que o melhor do universo se não destrua. Porque nesse mínimo está o máximo concebível da grandeza e do milagre. A vida. Tão pouco e tão tanto. Que importância, em face disso, tem o minimal acidente de se terem, como eu, oitenta anos?”

Vergílio Ferreira nasceu em 28 de janeiro de 1916, na aldeia de Melo, pertencente ao concelho de Gouveia. Foi nesta aldeia, fundada em 1204 e com um passado brilhante, que o futuro escritor passou os primeiros anos da sua infância, fez a escola primária e aonde vinha regularmente, durante as férias escolares, matar saudades. Dotado de uma grande inteligência e de uma rara sensibilidade, aos três anos de idade foi deixado ao cuidado das tias e avó maternas, quando os seus pais emigraram para os Estados Unidos da América em busca de trabalho. Esta precoce orfandade afetiva deixa marcas profundas na formação da sua personalidade e deixará vestígios indeléveis ao longo da sua obra de escritor, como se pode ver nomeadamente no romance *Nítido nulo*, publicado em 1971.

As recordações de infância na aldeia e da serra que a respalda, assim como a esmerada educação religiosa, proporcionada pelas tias e pelo tio-avô padre, estarão sempre presentes em vários passos dos seus escritos biográficos, dos seus contos ou romances, como ficou bem expresso em carta de 19 de abril de 1986, dirigida ao Presidente da Câmara Municipal de Gouveia:

“Eu tenho pela minha aldeia uma afeição que é mais do que isso, porque é essa forma profunda com que se moldou a minha sensibilidade. Na pessoa que sou, o ambiente em que me criei deixou uma marca que com essa pessoa se confunde. Não sei, pois, como ser possível separá-las. Nada, pois, mais encantador do que expressar a ligação do meu destino à aldeia em que nasci e me criei.” (Citação colhida no livro intitulado *Vergílio Ferreira. De Melo a cidadão do mundo*, da autoria de Alípio de Melo e editado pela Câmara Municipal de Gouveia, em 2003).

Concluída a instrução primária, Vergílio Ferreira foi, a contragosto, encaminhado para o Seminário do Fundão, em 1926, onde estudará durante cinco anos, passando depois para o Seminário da Guarda, no qual ficará mais um ano e estudará filosofia, disciplina em que se revelará um aluno brilhantíssimo.

Da passagem tão marcante pelo Seminário do Fundão resultará um dos principais romances de Vergílio Ferreira, intitulado *Manhã submersa*.

Por falta de vocação para o sacerdócio, abandona o Seminário e conclui, em 1935, os estudos secundários no Liceu da Guarda, findos os quais se matricula na Universidade de Coimbra, no curso de Licenciatura em filologia clássica, que conclui em 1940 com altíssima classificação. Convidado para assistente na Universidade, declina o convite e prefere encetar a carreira de professor liceal de português e latim, mester que exercerá ao longo da sua vida até à aposentação em 1981.

Após efetuar também em Coimbra, no Liceu D. João III, o Estágio Pedagógico, é colocado em Faro, depois em Bragança e, a partir de 1945, no Liceu de Évora, onde permanecerá durante quinze anos até que, em 1959, ingressa no Liceu Camões, em Lisboa, do qual só sairá com a passagem à reforma, em 1981.

Vergílio Ferreira conciliou sempre a sua intensa atividade de escritor com as suas funções de professor liceal, às quais se dedicava com afeto e exigência. Como escritor, ele foi sem sombra de dúvida não só um dos maiores do século XX, mas também um dos grandes de toda a literatura portuguesa. Recebeu pela sua atividade literária inúmeros Prêmios nacionais. Assim foi galardoado em 1960 com o prémio Camilo Castelo Branco, atribuído pela Sociedade Portuguesa de Escritores ao romance *Aparição*, publicado no ano anterior. Em 1965, com a publicação do romance *Alegria breve* e a coletânea de ensaios *Espaço do invisível I*, recebeu o Prémio da Casa da Imprensa. Em 1983, depois de publicar o romance *Para Sempre* e mais o volume do diário *Conta-Corrente II*, foram-lhe atribuídos os Prêmios do PEN Club, da Associação Internacional de Críticos Literários, da Câmara Municipal de Lisboa e ainda o Prémio D. Dinis da Casa de Mateus. Em 1988 recebeu o Grande Prémio de Romance e Novela da Associação Portuguesa de Escritores pelo romance *Até ao fim*. Em 1992 recebeu o importante e prestigiado Prémio Camões, atribuído pela relevância e qualidade da sua obra literária. Como galardões internacionais, recebeu em 1990, em Paris, o Prémio Femina pelo romance *Matin Perdu*, tradução francesa de *Manhã submersa*. E em 1991, como já se disse acima, foi agraciado em Bruxelas com o Prémio Europália, também pelo conjunto da sua obra.

O seu reconhecimento internacional traduziu-se em inúmeros convites para proferir conferências em vários países, como Espanha, França, Alemanha, Dinamarca, Canadá e Estados Unidos da América, ou então para participar em seminários de homenagem ou Colóquios literários, como sucedeu em Santa Bárbara, na Califórnia, em Alma Ata, na União Soviética, em Paris ou em Bordéus. O reconhecimento internacional adveio ainda das muitas traduções de obras suas para outras línguas, como o francês, já referido, o espanhol, o polaco, o grego, etc.

Em 1984 foi eleito como sócio correspondente pela prestigiada Academia Brasileira de Letras e só em 1992, também na mesma qualidade, pela Academia das Ciências de Lisboa, justamente no ano em que recebeu o Prémio Camões. A sua Universidade de Coimbra, que não conseguiu tê-lo como professor, atribuiu-lhe em 1993 o bem merecido Doutoramento *Honoris Causa*.

De entre os Colóquios de homenagem que lhe foram consagrados em Portugal, merece especial destaque o “Colóquio Interdisciplinar Organizado pela Faculdade de Letras do Porto”, que teve lugar na Fundação Eng. António de Almeida, em 28, 29 e 30 de janeiro de 1993 e que foi comemorativo dos cinquenta anos de vida literária de Vergílio Ferreira. Com a presença e intervenção do escritor e animado por uma grande estudiosa do romancista, Fernanda Irene Fonseca, autora de uma importante coletânea de estudos, intitulada *Vergílio Ferreira: A celebração da palavra* (Almedina, Coimbra, 1992), nele participaram figuras de relevo, nacionais e estrangeiras, dos domínios da linguística, da literatura, da filosofia e do cinema. As respetivas Atas, com o título principal *Vergílio Ferreira. Cinquenta anos de vida literária* foram publicadas pela mesma Fundação, em 1995, igualmente sob a coordenação de Fernanda Irene Fonseca.

Convém ter presente que o cinema também se interessou por Vergílio Ferreira. Assim, em 1974, Manuel Guimarães realizou um filme sobre o romance *Cântico final*, que tinha sido publicado em 1956. Em 1978, António Macedo efetuou um filme baseado no conto *Encontro*. Em 1979, Lauro António realizou uma curta-metragem

intitulada *Vergílio Ferreira numa “Manhã submersa”* e uma longa-metragem *“Manhã submersa”*, na qual o próprio escritor representa o papel de reitor do Seminário.

A Câmara Municipal de Gouveia, concelho da sua aldeia natal, prestou-lhe homenagem em 1986, dando o seu nome à Biblioteca Municipal. O escritor retribuiu quando, em 1995, foram inauguradas as novas instalações da Biblioteca Municipal Vergílio Ferreira, com a presença do Presidente da República Mário Soares, de quem era amigo, doando-lhe a sua biblioteca, com exceção do designado “Espólio”, constituído por manuscritos, dactiloscritos, textos inéditos, obras anotadas e outros espécimes, que foi entregue à Biblioteca Nacional de Portugal e tem estado sob a responsabilidade de Hélder Godinho, professor universitário e um dos mais notáveis especialistas do escritor beirão.

Vergílio Ferreira faleceu em Lisboa, em 1 de março de 1996, com oitenta anos de idade, mas foi sepultado em Melo, na sua querida aldeia natal, da qual nunca se dissociou, como afirmava em 1977 em *Autobiografia*: “quando for para Lisboa, levo a província comigo e instalo-me nela. E assim se fez. Os livros que, escrevi são afinal da província donde sou.” Em *Conta-Corrente - Nova Série II*, publicada em 1993, já ele escrevia: “Quero ir para Melo em cadáver inteiro. E consumir-me lá a ouvir o vento de inverno. Paz ao morto presente. Paz ao meu morto futuro. Ámen.”

A obra de Vergílio Ferreira é vastíssima. Abrange, como já dissemos, o romance, o conto, o ensaio, o diário, a autobiografia, a tradução e até a poesia, embora ele só tenha querido publicar alguns versos em *Conta-Corrente*. Não caberia aqui, tendo em conta o limite temporal de uma comunicação, fazer sequer uma resenha analítica, por mais breve que fosse, da obra literária e ensaística de Vergílio Ferreira. Nem era esse o meu propósito, ao apresentar esta breve evocação do escritor. Apenas queria assinalar que Vergílio Ferreira, nas primeiras obras de ficção que publicou, como *O caminho fica longe*, *Onde tudo foi morrendo* ou *Vagão J*, revelava-se sobretudo como um escritor neorrealista. Com o romance *Mudança* adere, porém, ao existencialismo, um existencialismo humanista, que o acompanhará ao longo da sua mais vasta produção ficcionada, em que se destaca *Manhã submersa*, reveladora, como já foi dito, da sua passagem pelo Seminário, *Aparição*, onde está presente a sua estada em Évora e no Alentejo, e várias outras obras como *Alegria breve*, *Para sempre*, *Até ao fim*, *Na tua face* e muitíssimas outras.

17. JOSÉ LOPES MOREIRA FILHO, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, BRASIL



José Lopes Moreira Filho

TEMA 1.9 EXTRAÇÃO DE PALAVRAS-CHAVE EM TEXTOS DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA CRIAÇÃO AUTOMÁTICA DE ATIVIDADES DE LEITURA, JOSÉ LOPES MOREIRA FILHO/UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, BRASIL

Resumo

Ver a Língua Portuguesa no computador tem-se tornado uma realidade. Existem muitas ferramentas e recursos computacionais, além de pessoas dedicadas à pesquisa do português em diferentes lugares do mundo e, enfaticamente, no Brasil e Portugal. Contudo, há muito trabalho a se fazer, visto que línguas como o inglês possuem uma vasta gama de recursos em termos de pesquisa informatizada. Na área do ensino de línguas, em especial de língua portuguesa, o uso de ferramentas computacionais e *corpora* podem auxiliar no processo de elaboração de materiais didáticos que privilegiem a língua em uso.

Dado que toda essa instrumentação ainda parece estar restrita ao meio acadêmico, o presente trabalho descreve um breve estudo sobre o uso de métodos de comparação estatística de frequência de listas de palavras por meio de *corpus* de referência e métodos de estatística paramétrica na extração de palavras-chave em textos de Língua Portuguesa, aplicados à criação automática de um tipo de atividade de leitura.

A análise automática de um texto por meio de fórmulas estatísticas pode auxiliar na descoberta de categorias gramaticais e palavras de conteúdo consideradas chave de um texto a fim de servirem como fonte para criação de exercícios de predição no ensino de estratégias de leitura em textos de língua portuguesa. Para tanto, utiliza-se um *corpus* de língua geral do português brasileiro como *corpus* de referência, um conjunto de textos de divulgação científica como *corpus* de estudo, uma implementação da fórmula *log-likelihood* em *scripts* em *Python*, e o programa *Stablex*, de autoria de André Camlong e Thierry Beltran. A ideia é disponibilizar uma ferramenta *online* que auxilie na criação de exercícios com palavras-chave a partir de um texto. Desse modo, o estudo visa a contribuir para o cenário apresentado, a partir de uma amostra de um estudo informatizado em textos de língua portuguesa.

1. Introdução

A disponibilidade de programas de análise de texto, principalmente na área de Linguística de Corpus (Berber Sardinha, 2004), impulsionada pelo desenvolvimento e evolução do computador, tem influenciado o modo como estudamos a linguagem. Ferramentas computacionais como os concordanciadores, programas que contam as frequências das palavras e exibem o seu contexto em todas as suas ocorrências, servem como um microscópio para o pesquisador na análise de textos. Um exemplo de concordanciador é o *WordSmith Tools* (<<http://www.lexically.net/wordsmith/>>). O programa é publicado pela Oxford University Press, cujas versões recentes estão à venda via *World Wide Web*. Outros programas gratuitos executam funcionalidades semelhantes, como o concordanciador *AntConc* (<http://www.antlab.sci.waseda.ac.jp/software.html>), para vários sistemas operacionais, e o concordanciador *Kitconc* (<<http://www.fflch.usp.br/dl/li/x/?p=435>>), com interface simples e em língua portuguesa, para o sistema operacional *Windows*.

Toda essa instrumentação poderia ser aproveitada por professores na área de ensino de língua portuguesa. Há uma série de *corpora* e ferramentas computacionais em desenvolvimento, mas muitos dos recursos estão restritos à língua inglesa. Pesquisas em anotação de textos, disponibilidade de *corpora*, criação de bancos de dados lexicais, entre outros recursos em língua portuguesa, parecem estar em estágio inicial em relação a outras línguas.

Nesse sentido, ainda fora do contexto acadêmico, tais ferramentas e recursos não são conhecidos ou utilizados por professores. Um dos motivos pode estar relacionado à sua complexidade. É preciso avaliar se os recursos disponíveis para pesquisadores são acessíveis e adequados para profissionais em diferentes contextos, refletindo sobre a viabilidade de sua introdução. A disponibilidade de toda a instrumentação é desejada, o que pode levar a questões de adaptação e criação de soluções de fácil uso, como a proposta de Moreira Filho (2007) em

relação ao aproveitamento de instrumentos da Linguística de Corpus na criação de atividades semiautomáticas em língua inglesa.

Assim, este estudo descreve um movimento de emprego e adaptação de determinadas funcionalidades existentes em programas de análise de *corpus*, como os concordanciadores, por meio da análise de determinados métodos de extração de palavras-chave utilizados por tais programas. O trabalho mostra o potencial da instrumentação de análise para a criação de ferramentas funcionais acessíveis com o uso dos resultados como fonte para criação de atividades didáticas para o ensino de estratégias de leitura.

2. Ferramentas e suas funcionalidades para o estudo

Em contexto de *design* de curso, conforme Flowerdew (1993:231), as ferramentas de análise de *corpus* como os concordanciadores, na listagem das frequências das palavras nos textos e a disponibilidade de seus contextos, podem fornecer dados para: a) seleção de itens lexicais; b) fornecimento de contexto para os itens lexicais selecionados.

A seleção de itens lexicais para ensino pode ser feita por meio de ferramentas que listam as frequências e fazem a comparação com algum tipo de modelo de referência, a partir de critérios paramétricos, ou listas de itens a excluir. O fornecimento do contexto para os itens lexicais está relacionado à localização de cada item e seus contextos em uma janela fixa de palavras ou caracteres, tanto da esquerda como da direita. Processamentos adicionais podem calcular o grau de associação entre os itens lexicais e determinar os padrões mais típicos para determinado item lexical.

O estudo proposto, tendo em vista seus objetivos, mantém o foco de discussão apenas na seleção de itens lexicais. As ferramentas básicas para tanto, encontradas em concordanciadores, são: a lista de frequência das palavras e a lista de palavras-chave. A funcionalidade de tais ferramentas é recriada em linguagem de programação *Python* para adaptações.

Com o objetivo de fornecer exemplos ilustrativos do potencial de análise e utilidade das ferramentas para o contexto de análise de texto para seleção de itens lexicais para o ensino e criação de material didático, na perspectiva de utilidade para professores de línguas, apresentamos, nas seções a seguir, trechos de análises de textos em língua portuguesa, nos gêneros bula de remédio e horóscopo.

2.1. Lista de palavras

A lista de palavras é uma listagem ordenada por frequência de todas as formas que ocorrem em um texto ou conjunto de textos, *corpus*. A partir da lista de frequência, podemos definir quais são as palavras mais importantes ou representativas de uma determinada seleção.

No contexto de ensino e preparação de materiais didáticos baseados em *corpus*, a ideia é a de que palavras que possuem uma ocorrência maior são mais importantes, visto que há uma probabilidade maior de serem encontradas em diferentes contextos ou situações, assim, úteis para o aprendiz. Por exemplo, para um aprendiz inicial de língua estrangeira, aprender palavras mais frequentes é extremamente importante.

A análise de frequência das palavras pode fornecer uma ideia geral do que existe em um *corpus* ou texto, possibilitando uma filtragem das formas que merecem maior atenção. Dependendo do objetivo de análise (estudo do *corpus*, registro, gênero ou texto), o foco pode estar voltado para as palavras de conteúdo (substantivos, adjetivos,

advérbios e verbos), visto que as palavras gramaticais (artigos, preposições, conjunções) podem figurar em muitos outros textos.

Como exemplo, em parte de uma lista de frequência de um gênero específico para ilustrar uma possível análise, recortaram-se as 25 primeiras palavras da lista de frequência de um *corpus* formado por bulas de remédio.

N	Palavra	Frequência	%
1	DE	7844	5,55
2	A	4725	3,35
3	E	3983	2,82
4	O	2426	1,72
5	COM	2409	1,71
6	EM	2217	1,57
7	DA	1780	1,26
8	DO	1638	1,16
9	SER	1602	1,13
10	NAO	1543	1,09
11	OU	1367	0,97
12	MG	1271	0,9
13	E	1225	0,87
14	PARA	1141	0,81
15	QUE	1118	0,79
16	SE	1025	0,73
17	PACIENTES	976	0,69
18	DEVE	945	0,67
19	AO	852	0,6
20	TRATAMENTO	849	0,6
21	NO	812	0,57
22	OS	793	0,56
23	POR	764	0,54
24	DOSE	682	0,48
25	UMA	675	0,48

Tabela 01 – Palavras mais frequentes de um *corpus* de bulas de remédio

No recorte feito, fica visível a predominância de palavras gramaticais, embora algumas palavras de conteúdo importantes também se destaquem ('MG', 'PACIENTES', 'DEVE', 'TRATAMENTO' e 'DOSE'). Tais palavras podem ser consideradas representativas do gênero bula de remédio no *corpus* estudado, levando em consideração os dados de frequência.

Ao analisar a ocorrência das palavras gramaticais, podemos tentar identificar quais palavras se destacam em relação ao tipo de *corpus*, texto, gênero ou registro a que pertencem. Geralmente, a palavra mais frequente (número um da lista) em textos de língua portuguesa é a preposição 'DE'. Se alguma outra palavra gramatical ocupar essa posição, será uma ocorrência marcada e merecedora de verificação.

Assim, podemos verificar, na lista, ocorrências que são típicas e não típicas, não só em relação ao registro ou gênero, mas também em relação ao que geralmente ocorre ou é esperado ocorrer. Por exemplo, em um *corpus* de horóscopo, a palavra 'VOCÊ' ocorre logo entre as primeiras da lista, na sexta posição, o que não é típico na maioria das vezes em listas de *corpora* em língua portuguesa.

Vejamos a lista:

N	Palavra	Frequência	%
1	DE	710	4,28
2	E	700	4,22
3	A	521	3,14
4	QUE	453	2,73
5	O	368	2,22
6	VOCE	293	1,77
7	EM	279	1,68
8	PARA	271	1,63
9	COM	258	1,56
10	SE	249	1,5

Tabela 02 – Palavras mais frequentes de um *corpus* de horóscopo

Como podemos ver, as listas de frequência fornecem dados úteis para a seleção e descoberta de possíveis palavras-chave, tanto em relação a palavras de conteúdo como palavras gramaticais. Porém, há a necessidade de filtrar os dados de frequência por meio de análise.

2.2. Palavras-chave

Outra maneira de fazer um recorte em relação às palavras que devem ser analisadas é a extração de palavras-chave. Muitas vezes, a lista de palavras-chave fornece uma filtragem mais apurada das palavras que se destacam em *corpus* ou texto. As palavras-chave podem revelar uma série de informações importantes sobre o texto ou conjunto de textos em análise. É possível observar e identificar, dependendo do objetivo de seleção, palavras que resumem os temas e ideias principais de um texto, termos técnicos de determinada área, entre outras possibilidades, como na tabela a seguir:

N	Palavra	Frequência	%	Chavicidade
1	VOCE	293	1,77	1499,69
2	LUA	56	0,34	427,43
3	ARIES	29	0,17	424,4
4	SIGNO	36	0,22	362,54
5	SAGITARIO	25	0,15	360,68
6	ESCORPIAO	29	0,17	350,42
7	CAPRICORNIO	25	0,15	340,1
8	RELACIONAMENTOS	32	0,19	330,31
9	VIDA	101	0,61	318,74
10	PROCURE	37	0,22	318,1
11	SUA	175	1,06	297,81
12	SEU	166	1	295,73
13	AQUARIO	28	0,17	283,18
14	SENTIMENTOS	34	0,21	267,84
15	GEMEOS	27	0,16	251,09
16	VIRGEM	30	0,18	250,35
17	E	700	4,22	240,9
18	EMOCIONAL	31	0,19	234,32
19	TOURO	25	0,15	230,96
20	LIBRA	25	0,15	222,15

Tabela 03 – Palavras-chave de um *corpus* de horóscopo

A palavra que possui o valor de chavicidade mais alto é 'VOCE', uma palavra considerada gramatical. O comum é que palavras lexicais (de conteúdo) estejam no topo da lista de palavras-chave. Uma possível explicação sobre a quebra de tal expectativa e o grande uso desse pronome seria a necessidade de identificar e estabelecer uma relação mais próxima com o leitor nos textos de horóscopo.

Ainda em relação à lista de palavras-chave, podemos observar a ocorrência das palavras que identificam os signos no horóscopo ('ÁRIES', 'TOURO', 'CAPRICÓRNIO...'), elementos da Astrologia ('LUA', 'LUNAR', 'ECLIPSE', 'VÊNUS', 'SATURNO'), pistas sobre a temática ('RELACIONAMENTOS', 'EMOCIONAL', 'VIDA', 'SENTIMENTOS', 'CORAÇÃO', 'AMOR', 'TRABALHO'), pistas sobre a estrutura interna dos textos em relação à característica de conselho e prescrição ('PROCURE', 'CUIDE', 'APROVEITE').

Basicamente, as observações realizadas estão simplesmente baseadas na identificação de padrões, agrupamento dos padrões em categorias/funções e levantamento de hipóteses para confirmação em análises mais detalhadas. Mais uma vez, a questão da padronização parece essencial na análise de dados de *corpus*.

De certa forma, essa análise pouco aprofundada dos dados já traz uma série de possibilidades de uso prático. Por exemplo, para o ensino do gênero, temos informações importantes para selecionar o que ensinar em relação à temática e à estrutura do texto. Para escrever um horóscopo, a temática predominante parece ser a vida amorosa, relacionamentos e um pouco sobre a vida profissional, trabalho. Sabemos também que fatos da Astrologia são citados ('A lua em marte...'), fonte base das informações que determinam a personalidade e as relações dos signos. Outra informação a ser incluída na produção seria o caráter de prescrição/conselho ('você deve aproveitar esta fase...').

Todas essas informações de análise podem ser aproveitadas por professores na criação de atividades que privilegiem a língua em uso, um aspecto relevante dos benefícios de utilização de *corpus* para o ensino. Especificamente, tais informações podem ser extraídas por programas com interface mais amigável, que escondam grande parte da complexidade de análise de frequência e estatística, trazendo apenas os dados prontos para o uso.

3. Procedimentos do estudo

Para realizar este estudo, os seguintes passos foram realizados:

1. Organização, coleta e criação de *corpora* para confecção de listas de referência e textos de estudo;
2. Extração de palavras-chave de um texto de estudo por meio das análises: a) análise manual de professores; b) análise automática com *corpus* de referência por meio da *fórmula log-likelihood*; c) análise automática pelo programa *Stablex*;
3. Comparação dos resultados das três análises feitas em relação a itens coincidentes;
4. Tabulação de todos os dados em planilha do *Excel* para análise, por meio de recursos como classificação e filtro;
5. Levantamento e confirmação de hipóteses para o desenho da adaptação em um sistema próprio;
6. Desenho, codificação e implementação de uma primeira versão da adaptação em um sistema *online*.

Nas seções a seguir, são apresentados os recursos utilizados e algumas considerações em relação aos procedimentos já mencionados.

3.1. Corpora utilizados

Para o estudo, foram utilizados os seguintes *corpora*:

Corpus	Tipo	Itens	Formas	Razão forma/item
Corpus de língua geral	Referência	68.185.635	537.222	0,78%
Textos do registro acadêmico	Subcorpus/Referência	16.963.352	267.092	1,57%
Textos do registro jornalístico	Subcorpus/Referência	49.370.928	366.887	0,74%
Textos do registro literário	Subcorpus/Referência	1.851.355	85.708	4,62%
32 artigos da Revista eletrônica <i>Scientific American Brasil</i>	Referência	11.481	5.865	51,08%
1 texto da Revista eletrônica <i>Scientific American Brasil</i>	Texto foco de estudo	1.054	458	43,45%

Tabela 04 – Corpora utilizados no estudo

Para formar o *corpus* de língua geral, utilizamos textos de registro acadêmico, jornalístico e literário, os subcorpora como mostra a tabela. Na composição de *corpus* de língua geral, Berber Sardinha (2005) aponta a necessidade e a dificuldade de um banco de dados com textos variados para utilização como *corpus* de referência na extração de léxico-chave. O *corpus* de referência utilizado pode não ser o ideal em relação à variedade de gêneros; porém, espera-se que seu o tamanho compense tal limitação, uma vez que pode abarcar textos com diversas temáticas e assuntos.

3.2. Análise manual de professores

Para ter uma ideia do processo de identificação de palavras-chave de um texto feita por professores e obter dados para contrastar os resultados com os de identificação automática, um artigo da Revista eletrônica *Scientific American Brasil* do sítio <<http://www2.uol.com.br/sciam/>> foi selecionado e disponibilizado para cinco professores de língua portuguesa, do contexto da rede pública estadual de São Paulo, com duas comandas: 1. Sublinhe as palavras-chave do texto; 2. Qual parágrafo possui as ideias principais do texto? Parágrafo número ().

Diferentes abordagens de identificação foram verificadas. Um professor sublinhou palavras isoladas. Outro professor sublinhou termos formados por sintagmas. E outro professor sublinhou pedaços nos parágrafos para formar uma combinação de sentido. O volume de palavras sublinhadas também variou. O resultado geral da identificação pode ser visualizado no ¹²⁸Gráfico de nuvem a seguir:

¹²⁸ Os gráficos de nuvem foram produzidos com a ferramenta **Wordle**, disponível no sítio www.wordle.net.



Figura 01 – Gráfico de nuvem das palavras-chave identificadas manualmente

No Gráfico, as palavras com maior tamanho são aquelas que possuem a maior frequência na identificação manual dos professores, ou seja, as palavras que foram sublinhadas com maior frequência.

3.3. Análise automática com corpus de referência por meio da fórmula log-likelihood

A análise utilizada na criação de uma ferramenta *online* está relacionada basicamente à contagem das frequências das palavras e à comparação de listas de frequências dos *corpora* de estudo a um *corpus* de referência. A fórmula estatística para comparação das listas de frequência é a *log-likelihood*, descrita no sítio <http://ucrel.lancs.ac.uk/llwizard.html>.

As variáveis para o cálculo são:

1. a = frequência da palavra no *corpus* de estudo;
2. b = frequência da palavra no *corpus* de referência;
3. c = número total de itens no *corpus* de estudo;
4. d = número total de itens no *corpus* de referência.

Para exemplificar o uso da fórmula, selecionamos uma das palavras de um *corpus* de bula de remédios, *corpus* de estudo, a palavra 'PACIENTES', a ser comparada com um *corpus* de referência.

	Corpus de estudo	Corpus de referência
Frequência da palavra	a = 976	b = 13.441
Número total de itens	c = 141.227	d = 314.533.492

Tabela 05 – Valores das variáveis para o cálculo da fórmula log-likelihood

As variáveis 'a' e 'b' armazenam os valores 'O' observados. Além desses valores, é preciso calcular os valores esperados 'E'. A fórmula é:

$$E_i = \frac{N_i \sum_j O_j}{\sum_j N_j}$$

Figura 02 – Fórmula para calcular os valores esperados

Na fórmula, os valores N são: N1 = c e N2 = d. Aplicando a fórmula aos valores do exemplo na tabela, temos:

$$\begin{aligned}
 & E1 \quad c * (a+b) / \quad 114.227 * (976+13.441) / (141.227+314.533.492) \\
 = & \quad (c+d) \\
 & E2 \quad d * (a+b) / \quad 314.533.492 * (976+13.441) / (141.227+314.533.492) \\
 = & \quad (c+d)
 \end{aligned}$$

Assim, o valor calculado para E1 é 5,23 e para E2 é 14410,52. Após calcular os valores esperados, calculamos o valor de *log-likelihood* de acordo com a seguinte fórmula:

$$-2\ln\lambda = 2 \sum_i O_i \ln \left(\frac{O_i}{E_i} \right)$$

Figura 03 – Fórmula para calcular o valor de *log-likelihood*

$$\begin{aligned}
 LL &= 2 * ((a * \log(a/E1)) + (b * \log(b/E2))) \\
 LL &= 2 * ((976 * \log(976/5,23)) + (13.441 * \log(13.441/14410,52)))
 \end{aligned}$$

No exemplo, o valor de *log-likelihood* é de 3.619,76. A fórmula transportada para uma função em linguagem de programação em *Python* é:

```

def log_likelihood(self, a, b, c, d):
    O = float(a+b)
    N1 = float(c)
    N2 = float(d)
    E1 = N1*O/(N1+N2)
    E2 = N2*O/(N1+N2)
    LL = 2 * ( a*math.log(a/E1) + b*math.log(b/E2) )
    return LL

```

Figura 04 – Função *log-likelihood* em *Python*

O uso da fórmula descrita na comparação de uma lista de frequência de um texto, *corpus* de estudo, com uma lista de frequência de um *corpus* de referência traz como resultado o léxico específico do texto em análise. É a partir dessa funcionalidade que se baseia a adaptação para a extração de palavras-chave no estudo proposto.

4. Análise automática pelo programa *Stablex*

O programa *Stablex* disponibiliza recursos para geração de léxicos, indexação, extração de sequências e concordâncias, lematização e tratamento estatístico, desenvolvidos em função de um modelo de análise lexical, textual e discursiva – método matemático-estatístico-computacional de análise de textos de André Camlong. Trata-se, por conseguinte, da aplicação de um programa que serve de ferramenta para um método de análise de textos.

O método é fundado na matemática e na estatística paramétrica (estatística descritiva); possibilita o estudo descritivo, objetivo e indutivo do texto; permite a análise quantiquantitativa do léxico, que indica apontamentos para a análise textual e discursiva. Nele, o texto é o ponto de referência: as operações estatísticas partem do texto e, por sua vez, refletem o texto.

O programa foi utilizado na análise do texto de estudo, juntamente com outros dois textos do mesmo gênero. Especificamente, os dados do recurso de geração de tabelas de valores lexicais, em que as palavras estão organizadas em ordem decrescente de preferência de emprego no texto, ideal para as lematizações temáticas, foram

aproveitados como fonte de possíveis candidatos a palavras-chave na comparação com outras análises. Contudo, para este trabalho, não houve um aprofundamento da natureza de tais dados, tendo em vista que serve apenas como fonte de referência.

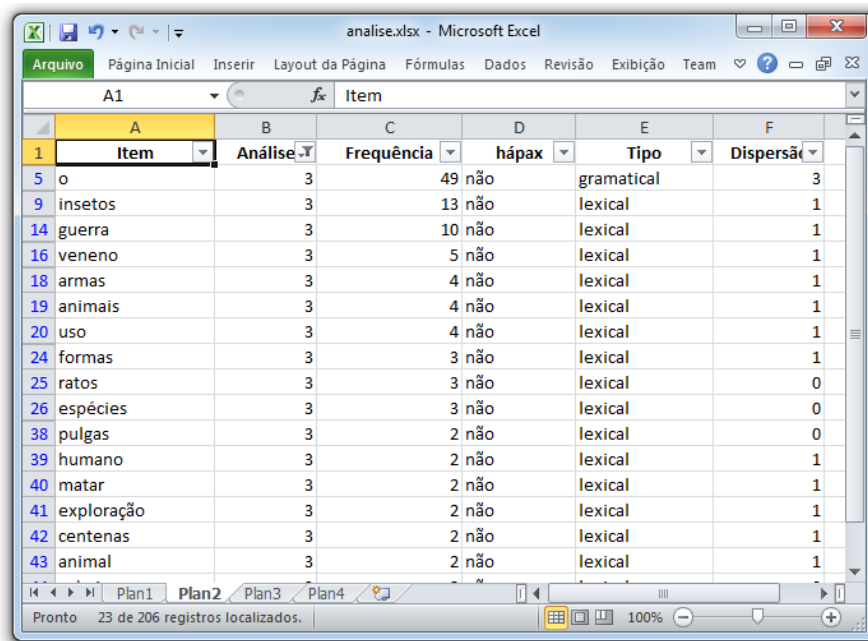
4.1. Comparação dos resultados das três análises

O foco de análise em relação ao texto de estudo foi seu conteúdo, especificamente, o levantamento de pistas para a pergunta primária em relação a qualquer texto: O texto é sobre o que? Entende-se que, no nível explícito, o assunto de um texto é indicado pela presença de palavras-chave, frases ou seções (Scott, 1998). A partir da extração automática das palavras-chave, tenta-se reunir um número conciso de palavras que sejam importantes para o entendimento do texto e que estejam fortemente relacionadas a seu assunto.

O total de formas das três listas de análise (análise manual de professores, análise por meio de *corpus* de referência com a fórmula *log-likelihood* e resultados do programa *Stablex*) foi de 210 formas. Desse número, 23 formas ocorreram nas três análises, 50 formas ocorreram em duas das três análises e 137 formas ocorreram apenas em uma das três análises. Em todas as análises, ainda ocorreram palavras gramaticais, o que leva à necessidade de um filtro, já que o objetivo é o conteúdo lexical.

4.2. Tabulação dos dados em planilha do Excel

Dado o tamanho do léxico-chave retornado pelas análises do texto, foi preciso especificar uma quantidade razoável para análise em detalhe. Tendo como base o número de formas identificadas na análise dos professores (106 formas), definimos inicialmente uma janela de 100 formas em ordem decrescente de chaticidade ou frequência, em uma planilha do Excel, como mostra a figura:



	A	B	C	D	E	F
	Item	Análise	Frequência	hápax	Tipo	Dispersão
5	o	3	49	não	gramatical	3
9	insetos	3	13	não	lexical	1
14	guerra	3	10	não	lexical	1
16	veneno	3	5	não	lexical	1
18	armas	3	4	não	lexical	1
19	animais	3	4	não	lexical	1
20	uso	3	4	não	lexical	1
24	formas	3	3	não	lexical	1
25	ratos	3	3	não	lexical	0
26	espécies	3	3	não	lexical	0
38	pulgas	3	2	não	lexical	0
39	humano	3	2	não	lexical	1
40	matar	3	2	não	lexical	1
41	exploração	3	2	não	lexical	1
42	centenas	3	2	não	lexical	1
43	animal	3	2	não	lexical	1

Figura 05 – Planilha para tabulação dos resultados das análises

Ao final, esse número foi reduzido a quase um quarto ($\frac{1}{4}$) das palavras, por meio de aplicação de filtros com critérios específicos, o que seria um número razoável para servir como fonte para a criação de exercícios de predição e, para a ferramenta a ser construída, um ponto de corte.

Os critérios de filtragem foram:

- as formas são ordenadas em ordem de frequência/chavicidade;
- as formas ocorrem nas três análises;
- as formas com frequência 1 são descartadas;
- as formas devem ser do tipo lexical (palavras de conteúdo);
- as formas devem ocorrer em mais de uma ¹²⁹seção do texto (uma divisão em 10 seções).

Após a filtragem, o seguinte resultado pode ser visualizado na figura em forma de Gráfico de nuvem:



Figura 06 – Palavras-chave após filtragem

O resultado é satisfatório ao objetivo de utilizar os itens lexicais juntamente com seu peso de chavicidade, ilustrado pelo tamanho das palavras no Gráfico, em um exercício de predição, antes do contato direto com o texto, para que os alunos possam tentar descobrir o possível assunto do texto.

4.3. Levantamento de hipóteses

Durante as análises, algumas hipóteses foram levantadas, embora o escopo da pesquisa não permita uma confirmação de muitas delas. Por exemplo, percebeu-se que não há distinção entre palavras-chave específicas da estrutura interna do gênero do texto e palavras relacionadas à sua temática. É possível que uma comparação entre o texto e um *corpus* de referência do mesmo gênero do texto possa excluir as palavras que são típicas do gênero. Outra hipótese é a de que a dispersão das palavras-chave e as palavras encontradas no título podem ser variáveis interessantes a serem utilizadas no refinamento. Palavras que cobrem o texto todo podem estar relacionadas diretamente ao assunto do texto como um todo, como mostram os gráficos de dispersão:

¹²⁹ A definição de seções foi feita com base em observação de gráficos de dispersão de palavras. A divisão em dez seções é estabelecida pelo próprio pesquisador, dado que uma divisão simples em três seções (início, meio e fim do texto) poderia descartar consideravelmente as formas lexicais.

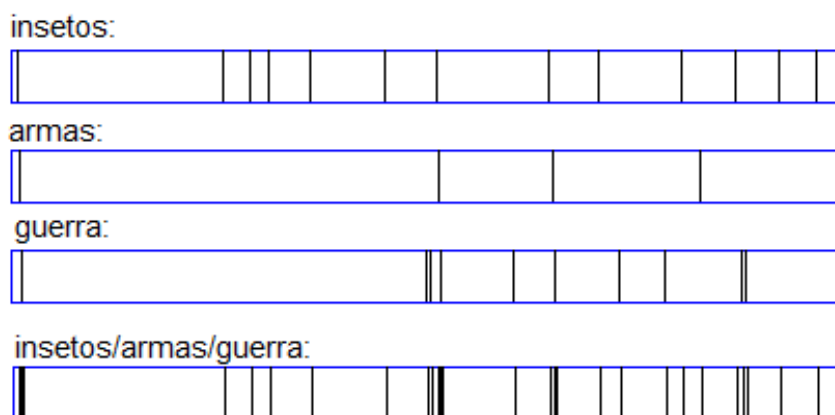


Figura 07 – Dispersão das palavras de conteúdo do título do texto

No Gráfico, o retângulo representa o texto em uma dimensão horizontal. As linhas verticais representam cada ocorrência da palavra em questão, em uma posição do texto. As palavras-chave 'insetos', 'armas', 'guerra' são palavras que ocorrem no título e no texto e têm uma relação forte com sua temática. O fato de suas ocorrências estarem distribuídas ao longo do texto, em diferentes seções, pode indicar que tais palavras formam uma temática recorrente.

A partir das análises, um conjunto de critérios foi considerado para a adaptação dos resultados da comparação de um texto de estudo a um *corpus* de referência por meio da fórmula *log-likelihood*.

4.4. Implementação online para extração automática de palavras-chave

Para a criação de uma ferramenta *online* de extração de palavras-chave, os seguintes critérios de filtragem para seleção de palavras-chave foram considerados:

- a) possuir valor alto de chavidade;
- b) ser uma palavra de conteúdo;
- c) não estar na lista de palavras específicas do gênero;
- d) ter dispersão em mais de uma seção do texto;
- e) possuir frequência maior que 1;
- f) constar no título do texto.

Assim, o algoritmo é basicamente: gerar a lista de frequência do texto de estudo, comparar com uma lista de referência (*corpus* geral) e aplicar os filtros. Ao final, os resultados são impressos na tela. A interface implementada libera a calibragem de alguns dos critérios especificados, como podemos ver a seguir:

Extrair palavras-chave do texto

Título:

*Texto:

Não incluir as seguintes palavras como chave (use espaço como delimitador):

Incluir palavras que ocorrem apenas 1 vez?

As palavras devem ocorrer em diferentes seções do texto?

No mínimo, devem ocorrer em:

Figura 08 – Interface do programa para extração de palavras-chave

Por enquanto, a implementação é apenas uma primeira versão e ainda mostra dados de frequência, o que serve para a avaliação dos resultados ainda em pesquisa.

São necessários testes para melhor adequar os resultados e usabilidade da ferramenta, que está disponível no sítio: <http://www.fflch.usp.br/dl/li/x/?p=737>. A proposta é que o produto final retorne apenas as palavras-chave, sem a complexidade dos dados de frequência, com a possibilidade de transformá-las em um Gráfico de nuvem.

5. Considerações finais

Este trabalho buscou trazer uma contribuição em relação à extração automática de palavras-chave em textos de língua portuguesa, com o objetivo de uso dos itens lexicais identificados em atividades de ensino, em contexto de professores de língua portuguesa em nível não acadêmico.

Embora haja programas disponíveis para a tarefa, há a problemática de que tais ferramentas ainda são restritas ao meio acadêmico, requerendo conhecimentos específicos e muitas vezes na área de matemática (estatística), e de que a coleta de *corpora* de referência para serem utilizados como base de comparação em tais ferramentas exige grande esforço e tempo. Tais aspectos inviabilizam o aproveitamento da instrumentação de análise *corpora* apresentada neste estudo a professores de língua portuguesa em geral.

Como alternativa, o estudo propôs a adaptação de determinadas funcionalidades existentes em programas de análise de texto e *corpora* para a criação de uma ferramenta *online* funcional e acessível a um público maior. Nele, foram levantados critérios para a filtragem dos resultados obtidos por meio da fórmula *log-likelihood*, os quais são possíveis de serem implementados para um melhor desempenho da ferramenta a ser disponibilizada.

Espera-se que o produto final proposto pelo presente trabalho contribua de modo prático, tornando-se útil para professores de língua portuguesa no processo de elaboração de materiais didáticos que privilegiem a língua em uso.

6. Referências bibliográficas

- Berber Sardinha, Tony. (2004) *Linguística de Corpus*. São Paulo: Manole
- Berber Sardinha, Tony. (2005) 'Como encontrar as palavras-chave mais importantes de um corpus com WordSmith tools' in DELTA Vol.21, nº. 2, 237-250.
- Flowerdew, John. (1993) 'Concordancing as a tool in course design' in System Vol. 21(2), 231-244.
- Grupo Interdisciplinar de Pesquisas em Linguística Informática (2013), "Kitconc" Página consultada em 10 de setembro de 2013
<<http://www.fflch.usp.br/dl/li/x/?p=435>>
- Mike Scott's Web (2013), "Wordsmith tools". Página consultada em 10 de setembro de 2013,<<http://www.lexically.net/wordsmith>>
- Moreira Filho, José Lopes. (2007) "Desenvolvimento de um software para preparação semiautomática de atividades de leitura em inglês". Dissertação de Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica.
- Scientific American Brasil (2013), "Minúsculos e Poderosos", Página consultada em 3 de setembro de 2013, <http://www2.uol.com.br/sciam/artigos/minusculos_e_poderosos.html>
- Scott, Mike. (1998). 'Focusing on the Text and Its Key Words' in TALC 98 Proceedings, ed. C. Stephens, Oxford: Humanities Computing Unit, Oxford University,152-164.
- UCREL Home Page "Log-likelihood calculator", Página consultada em 10 de setembro de 2013, <<http://ucrel.lancs.ac.uk/lwizard.html>>

JUDITE JORGE, ESCRITORA AÇORIANA, HOMENAGEADA NO 1º PRÉMIO LITERÁRIO AICL AÇORIANIDADE - ausente por motivo de saúde



JUDITE MARIA JORGE DA SILVA, nasceu em 1965 em Pontas Negras, Pico.

Aos 17 anos publicou em PDL a coletânea de poesia "Ainda não o silêncio". Em 1986 publicou a coletânea "setembro e outras estações". Em 1987 recebeu o Prémio Revelação de Ficção da A.P.E. (As. Port de Escritores) pela obra em prosa "Notas para um discurso de amor". Em 1992 ganhou o Prémio Nunes da Rosa com a obra "Permanências". Em 2001 publicou o seu primeiro romance "Afetos de Alma" (Publicações Dom Quixote)

Foi deputada (PSD) entre 2002 e 2009.

Condecorações e Louvores

- Prémio Revelação da Associação Portuguesa de Escritores - 1987
- Prémio Açores Rádio - 1991
- Prémio Açores Novela - 1991
- Bolsa de Criação Literária IPLB, 1999

Obras Publicadas

- "ainda não o silêncio", (poesia)

- "setembro e outras estações", (poesia)
- "permanências", (novela)
- "notas para um discurso de amor", (novela)
- "afetos de alma", (romance)
- "fadas", (poesia) - e-book

PARTICIPAVA PELA PRIMEIRA VEZ PARA A ENTREGA DO 1º PRÉMIO LITERÁRIO AICL AÇORIANIDADE QUE ESTE ANO OSTENTA O SEU NOME

18. LUCIANO PEREIRA, PROFESSOR COORDENADOR, ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO, INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL, PORTUGAL



LUCIANO JOSÉ DOS SANTOS BAPTISTA

PEREIRA, luciano.pereira@ese.ips.pt,



TEMA 1.3. CONTRIBUTOS MITRÍACOS NO CULTO DO DIVINO ESPÍRITO SANTO E ALGUMAS DAS SUAS EXPRESSÕES NA LITERATURA TRADICIONAL, LUCIANO PEREIRA, PROFESSOR COORDENADOR, ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO, INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL

0. Sinopse

Foi no século terceiro que o Império romano viveu o maior confronto da sua história religiosa. Por um lado, um cristianismo em formação, caracterizando-se por um conjunto de correntes oriundas dos pensamentos mais espirituais e místicos de sincretismos religiosos, orientais, helénicos, e judaicos mas impiedosamente perseguido por excluir a

doutrina religiosa imperial; e por outro um mitraísmo, oriundo das mais antigas crenças da humanidade, formadas nos grandes deltas da Mesopotâmia, disseminado de oriente para ocidente, do Mediterrâneo até ao Norte do Atlântico, celebrando a alegria de viver, da fertilidade e da fecundidade, promessa de fartura eterna, disciplinadamente organizado, quase à imagem da estrutura militar romana, fortemente hierarquizado, solidário, repleto de secretismos e gozando de uma especial simpatia imperial. Abundantes são os seus vestígios em Itália, Roménia, na Gália, na Península Ibérica, ...

António Maria Romeiro Carvalho, em 2009, evoca uma versão da Bicha das sete cabeças e outra de Pedro e Pedrito para evocar a força mágica e divina da aspersão sanguínea e vivificante do deus vivo, especialmente na sua forma taurina: “*As fadas disseram a Pedro que só com o sangue dele derramado sobre o Pedrito o podia tornar em homem (...)*” (Coelho, 1995, 232). Pessoalmente, não posso deixar de evocar o inequívoco Mithraeum, achado junto de um templo protocristão, na península de Troia e precisamente datado do século terceiro depois de Cristo, com abundantes vestígios de sincretismo religioso (Jalhay, 1948).

A maior parte dos movimentos milenaristas recuperam antigos pensamentos sincréticos orientais e ocidentais, aspirando a uma religião cósmica, de despojamento e de amor, de vida comunitária e asceta, de solidariedade e de comunhão.

Neles se inscreve a devoção ao Espírito Santo, que se afirmou em Portugal pela vontade da Rainha Santa Isabel, sobrinha-neta de Isabel de Hungria ou da Turíngia, a quem se atribui o mesmo milagre das rosas operado pela Rainha Santa, devoção ainda hoje tão viva nas ilhas açorianas e, em particular, na ilha Terceira. Neles, tomou forma o pensamento de São Francisco que doou a sua vida pela vida do próprio Divino, fundando assim a Ordem Terceira franciscana.

1. Introdução

Os primeiros testemunhos das celebrações religiosas do Divino Espírito Santo remontam ao século XIV. Terão sido exclusivamente realizadas em Portugal, e inseriam-se num conjunto de ritos alimentares que eram apanágio de algumas confrarias medievais. As celebrações ao Divino estruturavam-se em torno de banquetes coletivos apelidados de “bodo aos pobres”, para além da comida proporcionavam outros tipos de esmola, nomeadamente financeira.

Assunto muito acarinhado pelo professor Agostinho da Silva por se inscrever numa linha de pensamento filosófico e místico, que concebia a História de Portugal como a História de um Quinto Império, utopia de um espaço intercontinental, de uma sociedade multiétnica, onde reinariam a solidariedade, os poderes dos mais fracos, dos mais pobres, dos mais simples, dos doentes e das crianças. Existem referências históricas que indicam que tais celebrações terão sido instituídas, em 1321, pelo convento franciscano de Alenquer sob o impulso e proteção da Rainha Santa Isabel de Portugal e Aragão, sobrinha-neta de Isabel de Hungria a quem atribuem características religiosas e humanas muito semelhantes, relatando que teriam operado o mesmo milagre das rosas.

A Rainha teria prometido honrar e divulgar o culto ao Divino Espírito Santo, todo ao longo da sua vida, o que representaria um verdadeiro voto de pobreza, uma peregrinação constante, enquanto leiga mendicante, em favor da população pobre. Era a singela promessa de uma mãe e de uma esposa desesperada, em troca da paz entre o seu marido e o seu filho legítimo, D. Afonso, herdeiro legítimo do trono. D. Isabel não se conformava com o confronto entre pai e filho uma vez que era desejo do Rei que, após sua morte, a coroa passasse para seu filho bastardo, Afonso

Sanches. A Rainha ter-se-á deslocado até ao campo de batalha para interceder junto do marido e do filho, evitando assim um conflito armado que antecipava um fim trágico e doloroso para ela e para a nação.

As celebrações tinham lugar cinquenta dias após a Páscoa, comemorando-se, assim, de forma enfática, o dia de Pentecostes, dia em que o Espírito Santo desceu do céu sobre os apóstolos, em forma de línguas de fogo, segundo rezam os Evangelhos. Deste modo, os festejos do Divino coincidem com a época das primeiras colheitas e ficam associados a uma promessa de prosperidade e abundância para todos. Nesta esperança de um mundo novo não podemos deixar de ouvir os ecos dos sonhos igualitários propagados pelos joaquimistas e mais tarde por Francisco, que chega a chamar irmãos ao sol e à lua e às mais ínfimas criaturas da natureza. É, todavia, de salientar que São Francisco nunca proibiu o consumo da carne e tinha pelas refeições, em comum, uma estima muito profunda, como se da última ceia, se tratasse. A devoção ao Paracleto não incendiou apenas as almas ávidas de alimento e conforto, encontrou um conjunto de almas desejosas de conquistar um espaço eterno junto de Deus pela obra e graça do Divino Espírito Santo. Em Portugal, o culto do Divino encontrou o espaço adequado para ser levado pelos mares, para ilhas e continentes, fazendo do arquipélago dos Açores a capital do seu Império.

2. O Culto do Espírito Santo nos Açores

O Culto do Espírito Santo, nos Açores, oferece ao homem comum a oportunidade de conquistar a sua salvação pelo respeito aos seus três valores fundamentais: a “Fraternidade”, a “Igualdade” e a “Caridade”. Inspirado no ideal franciscano e nos pensamentos do século XII, atribuídos a Joaquim de Fiore, aprofundou a dimensão social e ritual que a Rainha Santa Isabel lhe sonhou no Continente.

A sua consolidação, graças ao seu contexto socioeconómico, às adversidades da natureza, e às extremas dificuldades que apresentam quaisquer movimentos de povoação e de colonização, permitiu a recuperação de rituais que já se realizavam há mais de três ou quatro mil anos, dirigindo-se a Espíritos da natureza, procedendo à sacralização de uma lexicologia de âmbito alimentar, comum a múltiplas culturas Europeias. Mitos e símbolos, estruturam-se em torno da partilha e da ingestão ritualizada de determinados alimentos: cereais, vinho e carne, representando, cada um deles, um conjunto de características dos espíritos ou do Espírito invocado: Deméter, Diana e Dionísio, os três deuses clássicos ligados à natureza, e em particular à vegetação (Dionísio, cujo símbolo principal é o vinho, por vezes, também surge representado pelo touro, animal sagrado em várias culturas e tempos) Lembremo-nos apenas de Ísis, Osíris e Astarte. A oferta simbólica das primeiras colheitas, dos primeiros frutos e dos primeiros animais, aos deuses da natureza, é sintomática no modelo Açoriano. Constituem a parte mais antiga dos rituais e tomam verdadeiras proporções colossais em refeições cerimoniais que congregam mais de um milhar de pessoas. No centro do cerimonial reside a festa, o bodo é a sua concretização e as crenças relacionadas com o Bezerro do Espírito Santo, o seu coração mais íntimo e secreto.

O Culto açoriano que se prolonga durante sete dias foca-se sobre dois momentos de grande intensidade: o bodo e a “Coroação”. A Refeição Cerimonial terá por origem, quer a tradição das festas agrárias Europeias, já referidas, quer as ideias de igualdade de Fiore ou, mais precisamente, esses dois modelos, que mais não são outra coisa do que duas fases do desenvolvimento do mesmo arquétipo de comunhão social e cósmica. A Coroação perpetua o magnânimo gesto dos reis de Portugal, Isabel e Diniz (século XIII), ao descobrirem-se a cabeça e

coroarem um pobre, no misticismo da Igreja de Alenquer. Terá sido assim instituído o modelo do Culto “Imperial”, considerado como a origem do Culto Açoriano.

3. O touro, o mitraísmo e o Cristianismo

A referência literária mais antiga que associa o touro a um culto divino (culto solar) aparece na Epopeia de Gilgamesh. A deusa Ishtar, para vingar-se do herói, invoca ao deus-touro que, por sua vez, ordena ao touro celeste que invista contra aos homens de Gilgamesh. O touro celestial mata centenas dos seus homens. Enkidu tenta neutralizar o monstro numa pega falhada. Enkidu pega-lhe então pelo rabo e Gilgamesh pelos cornos, aplicando-lhe uma estacada junto da nuca. Após o sacrifício do touro, arrancaram-lhe o coração e ofereceram-no ao deus-sol para acalmar a sua cósmica ira. Desde então, Sol e touro não deixam de se confundir, ganhando cada vez maior importância, à medida que os cultos solares apontam para a sua supremacia divina, raiando traços monoteístas, como o será o caso no Egito. O touro tornou-se assim o animal sacrificial por excelência. Na Coroação do rei Salomão foram imolados 1000 touros. Na consagração do templo de Jerusalém foram imolados cerca de 22000. Imagine-se o sangue a escorrer pelas ruas, o cheiro da carniça, a festança da comida.

A primeira referência escrita ao culto mitríaco é de Plutarco e data do século I a.C. Afirma que os piratas cilícios cultuaram Mitra pelo menos até 67 a.C. O culto rapidamente se teria difundido até aos países do Danúbio e até à própria Itália. Os mais importantes adeptos do culto eram soldados, embora a eles aderissem, com alguma facilidade, funcionários administrativos e comerciantes. Os fundamentos da religião mitríaca correspondiam aos da sociedade romana (disciplina, respeito pela hierarquia, valorização da promoção individual).

No culto de Mitra, uma das práticas iniciáticas mais importante consistia numa espécie de banho de sangue que, na maior parte das vezes, teria lugar no taurobólio. O sangue da vítima terá sempre desempenhado uma especial importância, sendo cuidadosamente recolhido para fazer parte de um posterior ato de comunhão. Tal sacrifício ficou registado em alguns frescos e pinturas. Parte do sangue também seria derramada nos campos com o intuito de os fecundar, induzindo todas as forças da Mãe Natureza. Nas representações referidas, também aparecem cães e serpentes, corvos e escorpiões. Às vezes, aparecem também leões e taças. Pensa-se que representariam, eventualmente, constelações: Cão, Hidra, Corvo, Escorpião, Leão, Cratera e Touro. As cenas poderiam representar diferentes ciclos astrológicos: o fim da Era do Touro marca o equinócio da primavera. Sacrificando o Touro, Mitra transforma o Universo inteiro, ato divino por excelência. Segundo CARVALHO (2009), o sacrifício do touro representa o fim da era do Touro e o início da era do Carneiro. Os mitreios (grutas ou simples edifícios) seriam assim, simbolicamente, espaços celestiais onde se celebra o fim da era do Touro e o início da era do Carneiro. Estas grutas ou mitreios têm como modelo uma câmara retangular, com 25 m. x 10 m., com um teto arqueado. Um corredor divide-a ao meio, com bancos de pedra nos dois lados. Caberiam lá umas 20/30 pessoas. O mitreio dividia-se em três partes: a antecâmara, a sala referida, principal, chamada *spelaeum* ou *spelunc*, que por evolução semântica e conotação cristã, deu espelunca, casa porca e desarrumada; e o santuário, onde estavam as imagens e o altar. Os praticantes do culto partilhavam o pão, o vinho e a água; comia-se a carne do touro. O banquete seria o rito principal. O dia 25 de dezembro, seria um dos dias mais festivos, uma vez que, tal como acontece com outras divindades orientais, marcaria o nascimento da divindade. O domingo também seria o dia do Senhor.

A vivência religiosa seria encarada como uma «ascensão» composta de sete degraus: Corax (corvo - Mercúrio), o Membro encarregar-se-ia das tarefas mais básicas; Nymphus (esposo - Vénus), o Membro era esposa do deus; Miles (soldado), tais candidatos seriam irremediavelmente marcados a ferro quente; Leo (leão - Júpiter), os adeptos receberiam o batismo; Perses (persa - Lua); Heliodromus (mensageiro do sol), e Pater, chefe da comunidade, sob a proteção de Saturno. Tudo indica que não existiria uma carreira sacerdotal exclusiva.

O nascimento de Mitra é representado numa gruta, nu, com o barrete frígio. Nas pinturas e baixo relevos, o iniciador é sempre representado com o barrete frígio, posteriormente, também chamado barrete da liberdade. Era, primitivamente, utilizado pelos habitantes da Frigia (atual Turquia). Foram os sincretistas romanos que passaram a representar Mitra com o barrete frígio. Depois do nascimento, Mitra será visitado e adorado por pastores. O mitraísmo conquistou Roma, até ao ponto de alguns dos seus imperadores se terem tornado seus devotos. No século III, gozava de uma ampla simpatia, por parte dos setores militares e imperiais, tornando-se, na prática, a sua religião oficial. Atingirá o seu auge com o Imperador Cómodo que se havia iniciado aos seus mistérios ainda que como simples patrício e não como Imperador. Diocleciano, Licínio e Galério, no ano 307, declararam Mitra como o protetor do poder imperial. Resistirá, pelo menos até ao século IV d.C., tendo, posterior e rapidamente, ter declinado em favor do Cristianismo. Constantino, no início do século IV, dará liberdade de culto aos cristãos e Teodósio, em 413, proclamará o Cristianismo a religião oficial do Império Romano, proibindo a religião mitríaca, transformando, deste modo, perseguidos em perseguidores, condenando, deste modo, expressamente à morte todos os fiéis de Mitra.

A religião mitríaca fora acolhida, pela população de Roma, com especial entusiasmo. Foram localizados mais de 40 mitreios em Roma, calculando-se que fossem mais de 100. Em Ostia, haveria mais de 16. Tudo parece indicar que a grande difusão de mitreios se deu na segunda metade do século II. Tenha-se em conta que o mitreio de Mérida terá sido fundado em 155 d.C. O de Troia datará do século III. No mesmo local terá sido erguido um templo protocristão, datado do século terceiro ou inícios do século IV.

Os taurobólios espalharam-se e difundiram-se especialmente entre os anos 198 e 209, tendo-se interrompido por volta de 249. O culto mitríaco manteve-se em Roma até ao ano de 394, ainda que, desde 391, como foi dito, seja proibida qualquer religião que não o Cristianismo. Com o fim dos taurobólios públicos, expandiram-se os taurobólios privados, sobretudo no reinado de Juliano (361-363). O mitraísmo torna-se uma religião de mártires, de povos resistentes ao Império e ao poder imperial, uma religião secreta e perseguida. Os seus textos escritos começam a rarear, mas a sua doutrina recupera a sua essência mais profunda, fundindo-se com outras formas de pensamentos, oriundas das mesmas raízes indo-europeias, constituindo gnoses, esoterismos e dissensões no próprio cristianismo.

4. *A vaca e o touro no imaginário e lendas tradicionais*

Ao longo da história, o cavalo e o boi (touro) representaram um original antagonismo entre dois tipos de sociedade, uma sedentária e pacífica e a outra, nómada e guerreira. São precisamente essas conotações que estão presentes em algumas das suas primeiras referências escritas, na Babilónia.

Os provérbios, os contos e as lendas tradicionais prolongaram as conotações do fabulário, o boi mostra-se, sobretudo, pacato e reservado, animal de criação, de estimação e de imolação; é um dos animais que evoca as transmigrações e as metamorfoses iniciáticas:

Fez um esforço. Embora ardesse numa chama de fúria, tentou refrear os nervos e medir com a calma possível a situação.

Estava, pois, encurralado, impedido de dar um passo, à espera de que lhe chegasse a vez! Um ser livre e natural, um toiro nado e criado na lezíria ribatejana, de gaiola como um passarinho, condenado a divertir a multidão! (Torga, 1990, 109)

Santo Isidoro (1983), na sequência de uma indisfarçável misoginia do pensamento cristão, refere criaturas híbridas, tais como as sereias, comparando-as com as Górgonas, meretrizes que petrificam apenas com o seu olhar e arrastam para o naufrágio os incautos mareantes. O Fisiólogo arménio refere a sua constituição híbrida: mulher até aos seios, pássaro, burro ou touro dos seios para baixo. A associação entre a mulher e a vaca fora uma constante nas sociedades clássicas e em particular na egípcia. Sakhmet é apenas um dos aspetos da tríade constituída por Hathor, a vaca celeste e Bastet, a gata. A estranha tríade chegara a ser confundida com Ísis, deusa dos mil nomes (Lurker, 1994, p. 124-125). Enquanto vaca cósmica é a própria mãe do sol, na sua forma de gata, torna-se alegre e meiga, deusa do amor. Tal complexidade revelou-se uma perfeita metáfora da duplicidade da natureza erótica, criadora e destrutiva. Foi tal o seu sucesso que os gregos lhe chamaram Afrodite, a deusa da alegria, do prazer, do gozo e claro está: do amor.

Os bestiários medievais não se afastaram substancialmente do Fisiólogo, muito provavelmente concebido na Alexandria do século terceiro. Vive-se então o maior confronto da história religiosa do Império romano. Por um lado, um conjunto de correntes cristãs, oriundas dos pensamentos mais espirituais e místicos de sincretismos religiosos, orientais, helénicos, e judaicos, impiedosamente perseguido por excluir qualquer outra doutrina religiosa e, em particular a imperial; e por outro um mitraísmo, oriundo das mais antigas crenças da humanidade, formadas nos grandes deltas da Mesopotâmia e, talvez, até da Índia, disseminado de oriente para ocidente, do Mediterrâneo até ao norte do Atlântico, celebrando a alegria de viver, da fertilidade e da fecundidade, promessa de fartura eterna, disciplinadamente organizado, quase à imagem da estrutura militar romana, fortemente hierarquizado, solidário, repleta de secretismos e gozando de uma especial simpatia imperial. Abundantes são os seus vestígios em Itália (Roma), na Gália (Bordéus) na península (Mérida).

António Maria Romeiro Carvalho publicou, em 2009, um artigo em que identifica algumas das sepulturas escavadas nas rochas como elementos essenciais da religião mitríaca, espaços onde os fiéis seriam aspergidos pelo sangue purificador do touro sacrificado, imagem da incomensurável generosidade do próprio deus.

Carvalho evoca uma versão da Bicha das sete cabeças e outra de Pedro e Pedrito (Coelho, 1995) para evocar a força mágica e divina da aspersão sanguínea e vivificante: “*As fadas disseram a Pedro que só com o sangue dele derramado sobre o Pedrito o podia tornar em homem (...)*” (Coelho, 1995, 232). Pessoalmente basta-me referir o inequívoco Mithraeum, achado junto de um templo protocristão, na península de Troia e precisamente datado do século terceiro depois de Cristo, com abundantes vestígios de sincretismo religioso (Jalhay, 1948).

A maior parte dos movimentos milenaristas recuperam alguns dos pensamentos cristãos mais primitivos, evidenciando antigos sincretismos orientais e ocidentais, mitríacos e platónicos, aspirando a uma religião cósmica, de verdade e de amor, de despojamento, de pobreza material, de vida comunitária e asceta, de solidariedade e de

comunhão em Cristo e com Cristo. Neles se inscrevem a devoção ao Espírito Santo, ainda hoje tão viva nas ilhas açorianas e, em particular, na ilha Terceira. Neles tomou forma o pensamento de São Francisco que doou a sua vida pela vida do próprio Espírito Santo, Imperador do Sagrado Império, da igualdade universal, simbolizado pela tábua redonda, pela cavalaria celestial, onde todos são iguais, no amor e na pobreza, até o mais estranho dos forasteiros:

“No seu amor da criação de Deus, Francisco encontrava a Natureza como sendo um todo unificado. Já perto da morte, quando compôs o «Cântico do Irmão Sol», referiu-se aos corpos celestiais e aos quatro elementos clássicos (terra, ar, fogo e água); não mencionou quaisquer criaturas vivas, mas de certeza que as via como parte do todo da Criação. Nos seus outros escritos, Francisco só raramente mencionou a Criação e os animais. Apenas por duas vezes estabeleceu regras quanto ao uso de animais pelos seus seguidores: não deveriam montar cavalos e não deveriam ter animais de estimação. Estas regras só tinham a ver parcialmente com a pobreza; serviam, acima de tudo, para encorajar os frades a não tratar os animais como objetos, como posses. Além disso, no caso dos cavalos, a regra de não os montar afastava os frades do mundo orgulhoso da cavalaria. Mesmo quando a doença o obrigava a montar, Francisco preferia sempre um burro.”

(THOMPSON, 2012, 106-107)

O boi surge no nosso imaginário popular associado à vida, à água e a fecundidade. Vários são os contos que o apresentam com uma sede insaciável: (“A formiga e a neve”, “A romãzeira do macaco”, “O galo e o pinto”). A sua dimensão sacrificial e de animal de estimação estão sublinhadas em “O rabil” e “O conto do Fuso”. “O coelhinho branco” revela a sua faceta medrosa.

Com a ajuda sobrenatural das fadas, no conto «A Enjeitada», os chifres das vacas servem para dobrar as meadas associando-as assim aos mistérios lunares e obviamente femininos que superintendem os fenómenos da vida e da morte.

“Pegar os touros pelos cornos” (5267) representa um ato de virilidade, de bravura, de coragem, de determinação, qualidades atribuídas ao touro e a quem o enfrenta.

As lendas açorianas encenam magnificamente a função do boi no contexto do culto do Divino, enquanto celebração dos mistérios da natureza e animal sacrificial que acalma a fome e reforça a coesão social. Evoquemos apenas algumas passagens das mais eloquentes¹³⁰:

5. A Pele do Boi do Divino Espírito Santo

(...)

Durante muitos anos, o mordomo guardou a pele do boi, mas nunca apareceu ninguém a reclamar o animal. Para a história ficou apenas a ideia de uma bela festa dedicada ao Espírito Santo onde houve abundância de pão e vinho e sobretudo de carne.

pág. 273-274.

¹³⁰ Todas as lendas referidas foram extraídas da obra de SANTOS, Avelino; SANTOS, Lúcia (2011)

6. *As Vacas do Divino Espírito Santo*

Os habitantes da ilha Graciosa, à semelhança dos restantes açorianos, são muito devotos do Senhor Espírito Santo. Há muitos anos, era hábito os moradores da Praia engordarem o gado destinado à festa do Divino Espírito Santo no ilhéu. Os animais eram transportados a nado.

Certa vez, por altura das festas do Espírito Santo, quando o mordomo se preparava para ir ao ilhéu recolher o gado para a festa, o tempo alterou-se e levantou-se uma enorme ventania, com ondas muito altas. O mordomo, muito preocupado, olhava para o mar à procura de uma aberta que lhe possibilitasse ir buscar o gado para a matança. No entanto, as nuvens e o vento pareciam cada vez mais carregados e fortes.

Chegado ao dia da matança do gado, o mordomo não teve outro remédio senão comprar outros animais para poder honrar a sua promessa.

No sábado em que os animais deveriam ser mortos, e quando os homens se preparavam para matar o gado comprado na véspera, viram aparecer os animais que estavam no ilhéu. Chegada à hora do embarque, quando os animais se aperceberam que os homens não os iriam buscar, atiraram-se ao mar e, sozinhos, atravessaram o espaço que separa o ilhéu da ilha e vieram entregar-se para o fim a que tinham sido destinados.

(...) pág. 306-307.

7. *As Varas do Espírito Santo*

(...)

Nas freguesias, muitas pessoas choravam e rezavam, impotentes, perante a violência da natureza. Outras desorientadas, corriam de um lado para o outro, numa tentativa vã de encontrarem abrigo. Foi então que um padre franciscano teve a ideia de fazer uma procissão para pedir a Deus que parasse a erupção. Na procissão transportaram uma coroa do Espírito Santo pertencente a um dos Impérios da Vila das Velas. A coroa ia dentro de um quadro, formado por varas do Espírito Santo.

Seguiram pelas ruas da localidade de Santo António, cujas casas se encontravam no caminho do rio de lava. Aproximaram-se o mais possível da lava e, nesse local, atiraram as varas do Espírito Santo para o chão, para que formassem um traçado, e abrissem um caminho para o mar.

Fizeram-no com tanta fé que, pouco depois, o rio de lava começou a mudar a sua trajetória, encaminhando-se para o mar, seguindo assim o caminho traçado pelas varas do Espírito Santo.

pág. 312-313.

8. *O Trigo Para o Espírito Santo*

No princípio do século XX, foi escolhido para mordomo das festas do Espírito Santo na Vila das Velas, ilha de S. Jorge, um homem muito crente nos poderes do Espírito Santo. Assim, quando a coroa e o estandarte chegaram à sua casa, guardou-os com muito respeito e cuidado, fechando-os à chave numa arca. O homem guardou, igualmente, na arca uma saca com o trigo que seria utilizado para cozer o pão da festa.

O tempo foi passando e, em setembro, inexplicavelmente, a sua casa começou a arder. Rapidamente soou o alarme e todos os vizinhos se juntaram para ajudar a combater o fogo. No entanto, e apesar dos esforços, as labaredas iam subindo e consumindo toda a casa e o seu recheio.

O homem lamentava a sua pouca sorte e chorava sobretudo a perda da arca com a coroa, o estandarte e o trigo do Espírito Santo. Depois de o fogo estar apagado começaram a procurar nos escombros alguma coisa que pudessem aproveitar. Com grande espanto de todos, encontraram a arca intacta e sem nenhum sinal do fogo que tinha destruído a casa.

(...)

pág. 313-314.

9. Bibliografia

- A. Barucq, A. Caquot, J. M. Durand, A. Lemaire, E. Masson SANTOS, J. Auneau (1992) – Escritos do Oriente Antigo e Fontes Bíblicas. São Paulo: Edições Paulinas.
- ARAÚJO, António de Sousa; CARDOSO, José (1993) Histórias das Guerras da Ibéria de Apiano. Braga.
- BAZÁN, Pedro (2000) – Argantonio Rey de Tartessos. Fundación El Monte.
- BRAGA, Martinho de (1997) – Instrução Pastoral sobre Superstições Populares. Lisboa: Cosmos.
- BRUNET, Raymond (2003) – O Vinho e as Religiões. Lisboa: Hugin Editores.
- DUGOS, Carlos; SILVA, Carlos Sebastião e; ALMEIDA, José de (2012) – Rainha Santa, V Império e Espírito Santo. Apeiron.
- CAMPOS, Viriato – Sobre o descobrimento e povoamento dos Açores. Europress.
- CARVALHO, António Maria Romeiro (2009) – O Culto de Mitra e as Sepulturas escavadas na rocha. Açafa online n.º 2: WWW.altotejo.org
- CÍCERO, Marco Túlio (2004) – Da Natureza dos Deuses. Lisboa: Veja.
- COSTA, Antonieta (2010) – Açores. Festividades Populares e Mitos Arcaicos na nova Geografia Atlântica. Açores: Direção Regional da Cultura.
- FREITAS, Ana Maria (2003) – B. I. da Pomba. Lisboa: Apenas Livros.
- GUERRA, Amílcar (1995) Plínio-O-Velho e a Lusitânia. Arqueologia e História Antiga. Lisboa: Edições Colibri.
- GRANDA, Manuel J. (2000) – O Império do Espírito Santo. Na região de Tomar e dos Templários. Lisboa: Estar.
- MONTHERLANT, Henry de (1954) – Les bestiaires. France: Gallimard.
- MORAIS, Gabriela (2002) – O Santuário Alentejano de São Miguel da Mota. (Vestígios de Um Culto à Grande Deusa. Lisboa: Apenas Livros.
- PRIEUR, Jean (1988) – Les animaux sacrés dans l'antiquité. France: Quest Université.
- SAUNDERS, Nicholas J. (1995) – Les Animaux Et Le Sacré. Paris: Albin Michel.
- SANTOS, Avelino; SANTOS, Lúcia (2011) – As Lendas no Imaginário Açoriano. Açores: Edições BLU.
- PEREIRA, Luciano (1991) – Os Bestiários Franceses do século XII. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade de Lisboa.
- PEREIRA, Luciano (2007) – A Fábula em Portugal. Contributos para a história e caracterização da fábula literária. Lisboa: Profedições.

19. LUÍS MASCARENHAS GAIVÃO, LISBOA, PORTUGAL



LUÍS MASCARENHAS GAIVÃO

1. Introdução

A Língua Portuguesa espalhou-se pelo mundo, desde o século XV. O tempo passou e desse alastramento global que atingiu todos os pontos cardeais e colaterais do planeta, ela desempenhou por esses mundos diversas funções, como diversas foram as específicas situações enfrentadas a que a sua inquestionável mobilidade se foi adaptando. Algumas das mais importantes funções que ao caso interessam foram a de língua franca, e língua imperial/colonial.

Relativamente ao português como língua franca, a noção transporta consigo a ideia de língua de contacto ou de relação entre grupos ou membros de grupos linguisticamente distintos, para a efetivação das relações comerciais e outros relacionamentos sócio-político-culturais. A Língua Portuguesa foi língua franca na África e Ásia nos séculos XV e XVI, até que essa função passou para outras línguas, nomeadamente o inglês.

Como língua imperial registou serem assim apelidadas as línguas dos povos que as transportaram e expandiram por grandes espaços, fruto dos eventos históricos e/ou socioeconómicos. Coincide, geralmente, com as línguas coloniais. O inglês é, hoje, língua franca, tendo sido imperial quando a Inglaterra iniciou e consolidou o império, sendo utilizada agora com conotações mais económicas e científicas.

A característica de língua colonial pode ser observada por diversos prismas. Tomo por charneira do colonialismo moderno as decisões imperialistas decorrentes da partilha de África na Conferência de Berlim (1884/5), sob a égide das grandes potências coloniais da época: Inglaterra e França.

Portugal, pequena potência colonial semiperiférica na Europa, não obstante ser a iniciadora da globalização, fora ultrapassado, há muito, no efetivo domínio colonial, pela Inglaterra, França, Países Baixos, bem como por outros países e o seu “colonialismo semiperiférico”, a quem alguns atribuem características de “colonialismo subalterno” (Santos, 2001: 24) teve de sofrer uma alteração metodológica radical, iniciando-se, a partir de então, a colonização efetiva das Colónias com a respetiva ocupação territorial, até ali praticamente ausente, que acarretava toda a implementação duma administração civil, militar e religiosa que, essa sim, reservou à Língua Portuguesa o primordial papel de ser o único suporte linguístico legalmente válido, com a exclusão de todas as múltiplas línguas locais, em todas as Colónias.

Tal facto, de ostensiva agressão colonial, tinha por detrás a ideologia imperialista que atravessou da Monarquia para a 1ª República e se reforçou, num fechamento cultural ainda e muito mais opressivo, durante o Estado Novo (1933-1974). A Língua Portuguesa era, agora, um dos mais importantes instrumentos ideológicos de dominação de toda a administração colonial. Os povos e as múltiplas etnias de todas as Colónias eram impedidos de falar e de se escolarizar nas suas línguas, facto que muito contribuiu para o apagamento de múltiplas expressões culturais, religiosas, económicas, ecológicas de indubitável diferença enriquecedora.

Outras muitas dificuldades foram criadas aos naturais das Colónias, como o acesso ao estatuto de assimilado e à cidadania, quase impossíveis no disposto nos célebres estatutos do indigenato de 1926, 1930 – “Ato Colonial”, – 1933 e 1954.

A obtenção “menos dificultosa” da nacionalidade portuguesa somente foi alcançada a partir da abolição desse estatuto do indigenato, em 1961, enquanto o sistema de ensino (em português) apenas chegava, por imperativos político-sociais, a uma pequena minoria.

De qualquer modo, dadas as proibições aludidas, foi, mesmo assim, através da Língua Portuguesa que se iniciaram os primeiros movimentos culturais, intelectuais e emancipatórios que vieram a dar origem aos verdadeiros movimentos de autodeterminação e à proposta das independências.

Santos (2010:211-255) refere que o tipo de colonialismo português gerou um “sistema intermédio de identidades” que tornou diferente este colonialismo em relação aos outros. Não é difícil observar que os condicionalismos diferentes se seguem soluções diferentes.

Ora, todos os movimentos de libertação, no momento em que iniciaram as respetivas guerras de libertação (Angola – 1961, Guiné – 1963 e Moçambique – 1963), concluíram pela utilização da Língua Portuguesa como fator de unificação da luta armada e de união dos povos coloniais.

A descolonização, embora tardia das Colónias portuguesas (1975-76) relativamente às outras potências coloniais promoveu a Língua Portuguesa ao estatuto de língua de identidade nacional e os novos Estados lusófonos decidiram, todos eles, assumi-la como língua nacional, tão bem como assumiram as suas fronteiras artificiais e consequentes mosaicos étnico-linguísticos herdados da Conferência de Berlim.

Veremos, de seguida, algumas das atitudes de políticos e intelectuais destes novos países que corroboraram a importância do papel da Língua Portuguesa na construção duma unidade nacional, agora já aberta, igualmente, à utilização e recuperação das outras línguas nacionais e/ou regionais.

2. A Língua Portuguesa anticolonial, nas lutas pela independência.

Talvez tenha sido Amílcar Cabral o mais importante defensor, dentre os chefes dos movimentos de libertação das Colónias portuguesas, desta visão da Língua Portuguesa como fator de unidade nacional e cultural, aqui no caso da Guiné-Bissau e de Cabo Verde. As suas palavras esclarecem (1976: 60-61):

Temos que ter um sentido real da nossa cultura. O português (língua) é uma das melhores coisas que os tucas nos deixaram, porque a língua não é prova de nada mais, senão um instrumento para os homens se relacionarem uns com os outros, é um instrumento, um meio para falar, para exprimir as realidades da vida e do mundo (...) se queremos levar para a frente nosso povo, para escrevermos, para avançarmos na ciência, a nossa língua tem que ser a portuguesa. É a única coisa que podemos agradecer ao tuga, ao fato de ele nos ter deixado a sua língua depois de ter roubado tanto da nossa terra.

Em Angola, segundo Agualusa, o Presidente Agostinho Neto, no ato da tomada de posse como Presidente da Assembleia-Geral da União dos Escritores Angolanos, em 24 de novembro de 1975, reconhecendo o uso exclusivista da Língua Portuguesa e o apagamento das outras línguas nacionais, afirmava¹³¹:

O uso exclusivo da língua portuguesa, como língua oficial, veicular e utilizável atualmente na nossa literatura, não resolve os nossos problemas. E tanto no ensino primário, como provavelmente no médio, será preciso utilizar as nossas línguas.

Igualmente o Presidente José Eduardo dos Santos se referiu ao estatuto e importância da Língua Portuguesa a dia 11 de setembro de 2006, em Luanda, na abertura do 3º Simpósio sobre Cultura Nacional.¹³²

Devemos ter a coragem de assumir que a Língua Portuguesa, adotada desde a nossa Independência como língua oficial do país e que já é hoje a língua materna de mais de um terço dos cidadãos angolanos, se afirma tendencialmente como uma língua de dimensão nacional em Angola. Isso não significa de maneira nenhuma, bem pelo contrário, que nos devemos alhear da preservação e constante valorização das diferentes Línguas Africanas de Angola, até aqui designadas de “línguas nacionais”, talvez indevidamente, pois quase nunca ultrapassam o âmbito regional e muitas vezes se estendem para além das nossas fronteiras.

Agualusa neste texto refere, ainda, que todos aqueles que, mais conservadores, criticam esta posição de predominância da Língua Portuguesa em Angola, o fazem nessa mesma língua e que cada vez é maior no País a exigência e o rigor na utilização do português como instrumento de ascensão social, cultural e política.

O Presidente de Moçambique Samora Machel, quando, em 1974, um ano antes da independência, foi abordado por um dirigente da Frelimo que lhe sugeriu adotar o suaíli como língua oficial de Moçambique, respondeu convicto: *Não. O português é a nossa língua oficial.* Já mais tarde, em 1983, pouco antes da visita a Portugal, disse a um jornalista português “*Camões não é só vosso; Camões também é nosso*”, numa alusão à Língua Portuguesa através daquele que foi o seu maior poeta.

Xanana Gusmão, ex-Presidente e atual Primeiro-ministro de Timor-Leste por diversas ocasiões se referiu à Língua Portuguesa como “*parte fundamental da identidade timorense*”, embora reconheça as enormes dificuldades do seu resgate pelos 24 anos da sua proibição e perseguição durante a dominação indonésia e perante a forte influência global do inglês e do bahasa indonésio, línguas circundantes ao território, e igualmente pela língua nacional e materna tétum, falada por grande parte dos naturais que ignoram ou já não se lembram do português. Digamos que é um caso de grande afetividade, para além da identidade.

Em São Tomé e Príncipe a Língua Portuguesa foi assumida como língua nacional com naturalidade e como fator de unidade nacional perante os três crioulos localizados e com expressão apenas local, não nacional, e em Cabo Verde, tal como na Guiné-Bissau, apesar da evidência do crioulo como língua materna, a Língua Portuguesa tem igualmente o estatuto de língua nacional.

¹³¹ Agualusa (2002), “Agostinho Neto nunca quis banir a língua portuguesa”, in *a página da educação*, nº 113, Ano 11, junho 2002. www.apagina.pt/aba=7&cat=113&doc=89108. Consulta em 18.07.2013.

¹³² Agualusa, José Eduardo (2006), “Língua e poder; Fronteiras perdidas”, in *Público*, 24.09.2006. Citado de: <http://blog.lusofonias.net/?p=4763>. Consulta em 17.07.2013.

Se recuarmos a 1822, o Brasil tornou-se independente (sem ter havido descolonização) pela mão dos portugueses aí colonos, revoltados com a inviabilidade dum Governo imperial, situado, geograficamente, a milhares de milhas de Oceano Atlântico e politicamente divorciado por outros milhares de milhas de visão obscurantista das realidades já então fervilhantes do Atlântico Sul. Mas, obviamente, a Língua Portuguesa garantia o milagre da unidade nacional dum colosso brasileiro, composto por um puzzle interminável de línguas e tribos locais, presença massiva de negros escravos e oriundos de vários pontos de África e já por inúmeros outros colonos de diferentes origens e línguas não só europeias, mas igualmente, árabes e orientais.

Seria esta característica constante, a da incapacidade de ver o “outro”, a “diferença”, de o reconhecer, nos seus remotos locais, como “igual”, o grande pecado do colonialismo, nas diversas fases históricas que o acompanharam. O complexo da “superioridade” cultural, religiosa, militar, rática que provocou outros complexos negativos só poderia desembocar na rejeição de se ser colonizado e na solução independentista.

Mas a Língua Portuguesa que foi instrumento de colonização, nunca deixou de ser assumida, também, como língua de relação e de exprimir vidas e locais, por muitos dos próprios naturais que, nos quatro cantos do mundo dela se apropriaram e a fizeram transformar, agora, em língua anticolonial e, uma vez passadas as maiores turbulências políticas da descolonização, em língua pós-colonial, que é base de uma organização dos países que a têm como oficial, a CPLP. Ou seja a língua portuguesa adquiriu novas e ricas expressões africanas, brasileiras, orientais.

Na realidade, encontramos-nos perante o dilema de Quijano (2009: 112):

Em todas as sociedades onde a colonização implicou a destruição da estrutura societal, a população colonizada foi despojada dos seus saberes intelectuais e dos seus meios de expressão exteriorizantes ou objetivantes. Foram reduzidas à condição de indivíduos rurais e iletrados. Nas sociedades onde a colonização não conseguiu a total destruição societal, as heranças intelectual e estética visual não puderam ser destruídas. Mas foi imposta a hegemonia da perspectiva eurocêntrica nas relações intersubjetivas com os dominados.

3. Língua global, localizada no Sul e com potencial económico

Reto (2012: 58) aponta hoje para 250 milhões de falantes.

Com exceção dos falantes de Portugal, de Cabo Verde e de Macau, cujos territórios se localizam no chamado hemisfério norte, todos os restantes se encontram localizados no hemisfério sul geográfico. Mas podemos considerar que mesmo no caso dos três territórios indicados em primeiro lugar, eles não deixarão de se integrar num ‘sul metafórico’ que o imperialismo e o colonialismo conotaram e conotam com todos os que, nas diversas periferias, não seguem à letra, por impossibilidades e constrangimentos diversos de desenvolvimento histórico, cultural e político-económico, a cartilha “eurocêntrica”, do capitalismo e do ultraliberalismo contemporâneo, antes dele são cobaias e/ou vítimas, na tentativa da globalização financeira dos padrões exclusivamente materiais de concentração de riqueza=poder.

Por muitas dessas razões e ainda mais algumas, certos ideólogos e pensadores referem que o colonialismo português se baseava num “império imaginado”.

É a consideração de que o “império português” era mais imaginado que real (Pessoa - Álvaro de Campos) e que partira duma inicial (Ribeiro, 2004) “terra de fronteira”, ou, como Camões (1992: III: 20:64) escrevia, “*onde a terra se acaba e o mar começa*”.

Ribeiro (2004:115) trata do assunto e refere quanto ao centro do império:

O centro deste império [imaginário português] não seria já um centro territorializado, político e económico, à maneira das grandes metrópoles europeias, mas desterritorializado – “partes sem todo” – representado metaforicamente na nação portuguesa derramada no “mar sem fim” e encarnada pelo cosmopolitismo cultural do povo que “sabia estar num Sagres qualquer”.

E podemos retirar de Gaivão (2012: 176):

A construção dum império levou, juntamente com os acessórios náuticos, comerciais e militares as pás e picaretas da língua portuguesa com que se poderiam cumprir os objetivos primordiais: espalhar a fé (lei de Deus) e a posse da terra (lei jurídica), e fomentar os contactos comerciais (lei económica). Não era possível fazê-lo sem a cobertura cultural que acompanha a língua, estabelecida neste caso como poderosa e colonial, apetrechada com falas e com escrita, a língua portuguesa, em confronto com várias línguas, então apenas de oratura, dos povos de etnias variáveis nos territórios africanos (...)

Resultou, portanto, toda uma colonização cultural imposta, e algumas vezes mais ou menos tolerada, pelo menos por minorias urbanas miscigenadas ou cooptadas, ao longo dos tempos e reforçada após a (...) Conferência de Berlim, durante o século XX.

Embora após a descolonização Portugal tenha reforçado, ainda mais, a incerteza do olhar sobre si mesmo, factos semelhantes já se haviam colocado quer aquando da perda da independência (1580) após a derrota de Alcácer Quibir, quer no momento da perda do Brasil pela independência desta colónia (1822), quer ainda, após o Ultimato inglês impedindo o sonho do mapa cor-de-rosa (1890) e, finalmente, com a (...) descolonização das suas Colónias, após 1974.

O certo é que Portugal regressou no século XX ao mesmo local donde partira, no século XV. O “império imaginário” permaneceu, contudo, latente na idiosincrasia nacional, mesmo em elementos importantes das classes intelectuais.

Alguns destes intelectuais assumem o que Cahen (2010: 10) classifica como uma “*visão puramente linguística da questão que leva a definir uma comunidade em função de uma única marca identitária, ainda que existam muitas outras, e além disso sem se preocupar com estatutos sociais da língua*”. Deste modo, para Cahen (2010: 10), a lusofonia será “*a continuação de um imaginário imperial, certamente sem o colonialismo como política, mas com a colonização como fenómeno sociocultural de aculturação*.”

Mas o caminho real da história não vai por aí, e se Cahen (2010: 12) reconhece que, o mundo da lusofonia “*tem muitas línguas em português*”, a tal pretensa “colonização” deixou de fazer sentido e parece ser uma contradição. E ele compara diversas “comunidades” linguísticas, indo ao encontro da especificidade da CPLP (Cahen, 2012: 12):

Tudo o que acabou de ser dito [respeitante à lusofonia de que é bastante crítico] pode ser aplicado também à hispanofonia, francofonia e anglofonia. Contudo, no caso português, o imaginário foi aguçado pelo sentimento de fraqueza da antiga Metrópole. Este é incapaz de se constituir uma “pré-base” neocolonial do tipo francês (não há LusÁfrica como há FrançÁfrica). Angola e Moçambique não sentem Portugal como uma Metrópole.

Esta inexistência de pré-base neocolonial é, no entanto, afortunada e poderá fundar um novo tipo de relação Norte-Sul..., mas no momento alimenta inquietações governamentais portuguesas, em face da intromissão na África nossa de outras potências mais ricas...No entanto, paradoxalmente a ausência dessa “LusÁfrica” permite afirmar que a língua portuguesa foi descolonizada: há muitas línguas em português, utilizadas de Timor ao Brasil, passando por Maputo e o Minho, mas não há uma pátria linguística comum fora dos menores meios sociais globais “afro-luso-brasileiros”.

Estudos recentes e percursos históricos cada vez se afastam mais da tal colonização cultural, à medida que os ecos da descolonização política se distanciam nos tempos e nos espaços.

Tendo caracterizado um pouco mais proximamente o colonialismo português, regressemos à referida globalização hegemónica e eurocêntrica e ao facto de que ela se tem revelado de fraca aceitação pelas populações, sobretudo, porque é incapaz de responder às questões contemporâneas de justiça, igualdade, bem-estar social e económico, respeito pela diversidade cultural e pelos direitos humanos e da natureza.

O neoliberalismo apenas concentra globalmente os meios financeiros em cada vez menor número de excessivamente ricos, atirando pela margem fora todos os que não permaneçam na sua esfera de interesses, que são a maioria dos indivíduos.

Os países da Língua Portuguesa encontram-se na maioria no Sul, como foi mencionado, e os falantes dão a essa língua a característica de ser a mais falada nesse hemisfério e, ainda acrescentam a particularidade de registarem um crescendo demográfico maior que o dos falantes de outras línguas de expansão mundial. Tem esse facto relação com o estatuto de países emergentes que podemos atribuir a muitos deles, Brasil, Angola, Moçambique, Timor-Leste, por exemplo, cujas economias em crescimento e dimensão territorial permitem e promovem o aumento populacional.

Prevê-se, mesmo, que em 2050 se atinja um número de mais de 300 milhões de falantes, facto que poderia fazer a Língua Portuguesa ultrapassar, em número de falantes, o espanhol (329 milhões) e o inglês (328 milhões), conforme a evolução do crescimento de falantes se venha a registar.

Uma outra característica da Língua Portuguesa é ter-se espalhado e ser falada no mundo todo, e, sendo por esse facto, cada vez mais global, se torna, igualmente, cada vez mais localizada, pois os países que a adotam e as múltiplas culturas por ela expressas se encontram na América, África, Europa, Ásia e Oceânia e, podemos acrescentar, todos eles serem países com grandes diásporas no mundo inteiro o que potencia uma ainda maior globalização localizada da Língua Portuguesa.

Assim, esta Língua Portuguesa leva e traz pelas comunidades do mundo global, toda uma imensa panóplia de culturas variadas que se interinfluenciam e transculturam a todo o momento, passando não apenas as fronteiras dos Estados, mas, sobretudo, as fronteiras culturais dos povos que a utilizam, promovendo sucessivas hibridações. Isto nem sempre é tido em linha de conta e isto é lusofonia.

A este propósito das traduções culturais, poderemos regressar aos conceitos de Boaventura de Sousa Santos (2004: 247), quando distingue cinco modos de produção da “não-existência” pelo colonialismo e entre eles, o primeiro é o da “*monocultura do saber e do rigor do saber*”, o qual “*consiste na transformação da ciência moderna e da alta cultura em critérios únicos de verdade e de qualidade estética, respetivamente*”.

Podemos observar que na expansão portuguesa - e da Língua Portuguesa transportada por ela - tão alargada nos espaços geográficos e nos tempos contemporâneos à época, quando esses tempos foram simultâneos, por vezes, possibilitou a legitimação de outras culturas e saberes, como o facto de as viagens terem transplantado conhecimentos científicos diversos, nas áreas das tecnologias, das ciências, da medicina, da zoologia, da botânica, da agricultura, e das culturas, religiões e línguas que foram sendo traduzidas, sincretizadas, na conceção da época, e até se terem trocado concepções estéticas diversas, sem uma exclusivista monocultura paradigmática.

Em suma à “monocultura do saber” responde-se com a (Santos, 2002) “*sociologia das ausências*”.

Ribeiro (2005: 81) reflete sobre fronteiras e traduções culturais, que é do que aqui tratamos. E considera que, quando as culturas são consideradas como blocos monolíticos, numa lógica de “mútua exclusão e na definição da fronteira como linha divisória e não como espaço de encontro e de articulação” estaremos talvez a aproximarmo-nos do que uma extrema-direita verá com agrado. E o mesmo Ribeiro (2005: 80) toma para exemplo Bakhtine e escreve:

...como lembra Bakhtine:

“...No domínio da cultura, não existe um território interior: ele situa-se inteiramente nas fronteiras, por toda a parte, por cada um dos seus elementos, há fronteiras a passar [...]. Todo o ato cultural vive, no essencial, nas fronteiras. (Bakhtine, 1979)”¹³³.

Há cultura onde há interação e relacionamento com o diferente, nos termos do que Bakhtine designa como “a autonomia participativa” de todo o facto cultural (Ibid.: 111), isto é, os conceitos de cultura e de fronteira requerem-se mutuamente, mas de uma forma que é dinâmica e não estática, que é heterogénea e não homogénea.

Concluamos, então, pela constatação da riqueza não apenas cultural, moral, estética, literária, afetiva, mas igualmente económica da Língua Portuguesa, depois de ter sido esquecida pelos seus próprios utilizadores, situados nas periferias do eurocentrismo e nos territórios que foram coloniais, mas agora muito mais atentos a esta questão.

Reto (2012: 60) esclarece:

¹³³ Bakhtine, M. M. (1979), “Das Problem von Inhalt, Material und Form im Wortkunsstschaffen”, in Bakhtine, M. M., *Die Asthetk des Wortes* (org Rainer Grübel). Frankfurt am Main: Suhrkamp. 95-153.

Os 250 milhões de falantes do português representam cerca de 3,7% da população mundial e detêm aproximadamente 4% da riqueza total. Os oito países de língua oficial portuguesa ocupam uma superfície de cerca de 10,8 milhões de quilómetros quadrados, representando 7,25% da superfície continental da Terra.

A língua portuguesa afirma-se principalmente pelo número de falantes de língua materna, pelo número de países de língua oficial portuguesa, pela presença e crescimento na internet e na Wikipédia, pela cultura, sobretudo ao nível da tradução de originais produzidos noutros idiomas e, mais recentemente, na ciência, com um forte crescimento da produção de artigos e revistas científicas.

E esclarece igualmente (Reto, 2012: 67) que “o valor económico da língua resulta sobretudo das economias de rede que lhe estão associadas. Como está bem patente nas redes sociais, as mais volumosas tendem a consolidar o seu predomínio.” Por fim (Reto, 2012: 79) escreve que “a aplicação da metodologia desenvolvida por Martin Munício (2003) a Portugal permitiu obter um valor de 17% para o «valor económico da língua».

A dinâmica de crescimento e o sentido de praticabilidade da Língua Portuguesa, num mundo onde os países emergentes serão geoestrategicamente os substitutos das velhas potências coloniais, traz uma dimensão tão relevante que aquela nação apontada como a próxima grande potência, a China, tem já, neste momento, dezenas de universidades em que o português é ensinado, tendo em vista as relações económicas com outro BRIC, o Brasil e a América Latina, a África, com Angola e Moçambique como interesses primordiais, a Europa com Portugal, e as outras regiões estratégicas como Timor-Leste, Guiné-Bissau e Cabo Verde.

4. Língua das diversidades

Há uma característica da Língua Portuguesa que importa ressaltar: ser o veículo das diversidades culturais que a atravessam e de se estender pelo mundo, de lés a lés.

As literaturas de Língua Portuguesa nas diversas nacionalidades e geografias em que é praticada, apresentam, além do mais, uma vitalidade muito grande.

Se a mais antiga de todas, a literatura portuguesa, há muito que alcançou um carácter universal, com grandes escritores e poetas a pontuarem esse percurso, sempre soube renovar-se e atualizar-se, até ao culminante prémio Nobel a José Saramago.

A segunda mais antiga, que é a literatura brasileira, não necessita de adjetivos que engrandecam as peculiares características de luminosidade, graça, e dimensão social de tantos e tantos poetas e escritores que, aliás, serviram e continuam a servir de exemplo para muitos outros lusófonos, de como a literatura deve veicular as características das diversas culturas do País e preservar a sua unidade nacional.

As literaturas angolana, cabo-verdiana, moçambicana são exemplares da reconversão da Língua Portuguesa em instrumento das realidades novas político-sociais e culturais dos respetivos países. São riquíssimas, diversas, humoradas, e trazem ao conhecimento do mundo global as realidades localizadas e universalizadas, cheias das surpresas de sociedades muito diversas que souberam dar a volta à língua colonial e a souberam adaptar como língua anticolonial, pós-colonial, nacional e transcultural. E com ela, ajudam a reemergir as outras línguas nacionais ou locais, apagadas quando o colonialismo se apropriou de modo abusivo da política da língua.

As literaturas de São Tomé e Príncipe, de Timor-Leste, da Guiné-Bissau e aquela que se pratica em Macau em Língua Portuguesa refletem a persistência da vontade de permanecer em ligação comunicante com o restante mundo da Língua Portuguesa. Terão, por diversos motivos que aqui não vem ao caso apontar, uma dimensão mais reduzida, mas nem por isso deixam de ser importantes e de manter a criatividade, comum a todas elas.

Localizadas, são essas literaturas postas globalmente em comunicação, recriando e enriquecendo as variantes da Língua Portuguesa e funcionando como vasos comunicantes entre si.

Cito Ançã (1999: 14)

Tendo a Língua Portuguesa convivido com as outras línguas africanas durante cinco séculos, ela foi adquirindo um estatuto de língua do território, a par das línguas nacionais. A Língua Portuguesa apropriada por aqueles que a foram falando, ao longo de séculos, foi-se moldando aos espaços e aos sujeitos. Não é já propriedade de ninguém, mas de todos os que a usam.

Será necessário dar a todas essas literaturas uma maior expressão. Para isso a CPLP, os governos nacionais, os fora político-culturais e económicos deveriam, sem complexos de grandeza ou pequenez, sem nenhum complexo de propriedade da Língua, exercer uma política de desenvolvimento linguístico-cultural com a Língua Portuguesa que fosse a locomotiva para o reforço político, cultural e económico de todos os países de Língua Oficial Portuguesa.

E creio podermos dar a razão, com algum sentido de humor que já vem do século XVII, às especificidades da Língua Portuguesa e das literaturas que a utilizam, caracterizando-a com a adjetivação que, no século XVII Rodrigues Lobo (1890: 20) lhe dava e que continua hoje em dia a estar subjacente em todas as latitudes e longitudes onde a Língua Portuguesa se pratica, pois ela

é branda para deleitar, grave para engrandecer, eficaz para mover, doce para pronunciar, breve para resolver, acomodada às matérias mais importantes da prática e escritura. Para falar é engraçada, com um modo senhoril; para cantar é suave, com um certo sentimento que favorece a música; para pregar é substancial, com uma gravidade que autoriza as razões e as sentenças; para escrever cartas nem tem infinita cópia que dane, nem brevidade estéril que a limite; para histórias nem é tão florida que se derrame, nem tão seca que busque o favor das alheias. A pronúncia não obriga a ferir o céu da boca com aspereza, nem arrancar as palavras com veemência do gargalo.

Escreve-se da maneira que se lê, e assim se fala. Tem de todas as línguas o melhor: a pronúncia da latina, a origem da grega, a familiaridade da castelhana, a brandura da francesa e a elegância da italiana. Tem mais adágios e sentenças que todas as vulgares, em fé da sua antiguidade. E, se à língua hebraica pela honestidade das palavras chamaram santa, certo que não sei eu outra que tanto fuja de palavras claras em matéria descomposta quanto a nossa. E para que diga tudo, só um mal tem, e é que, pelo pouco que lhe querem seus naturais, a trazem mais remendada que capa de pedinte.

Os seus diferentes utilizadores têm, agora, a palavra e os atos, enquanto se registam todos os contributos, globais e localizados, rumo ao futuro da Língua Portuguesa.

5. Referências bibliográficas e de internet

- * Ançã, Maria Helena (1999), *Ensinar Português – entre Mares e Continentes*. Aveiro: Universidade de Aveiro. Formação de Professores. Cadernos Didáticos. Série Línguas, nº 2.
- * Cabral, Amílcar (1976), “Resistência Cultural”, *Revista Pápio*. Transcrito de *Nô Pintcha*, de 21, 24 e 26 fev. 1976. <http://abecs.net/ojs/index.php/papia/article/view/>.
- * Cahen, Michel (2010), “Lusitanidade e lusofonia: considerações conceituais sobre realidades sociais e políticas”, *Plural Pluriel – revue des cultures de langue portugaise*, nº7, automne-hiver, [en ligne] URL: www.pluralpluriel.org. ISSN: 1760-5504.
- * Enciclopédia das Línguas no Brasil, “Política de Língua”. <http://www.labeurb.unicamp.br/elb/portugues>. Consulta em 24.07.2013.
- * Gaivão, Luís Mascarenhas (2012), “O Discurso Reinventado: A Viagem Das Palavras Pelos Mares Sem Lados. Do romance “Travessia por Imagem”, de Manuel Rui”, in *Cabo dos Trabalhos*, 8. 172-193.
- * Lobo, Francisco Rodrigues (1890), *Corte na Aldeia*. Lisboa: Companhia Nacional Editora. Vol.I. Biblioteca Universal Antiga e Moderna. 16ª série. Nº 62. <http://purl.pt/228/2/l-56430-6/item2/l>.
- * Quijano, Anibal (2009), “Colonialidade3 do poder e classificação social”, in Santos, Boaventura de Sousa e Meneses, Maria Paula (orgs), *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina/CES. 73-117.
- * Reto, Luis (2012) (coord), *Potencial Económico da Língua Portuguesa*. Lisboa: Texto Editores.
- * Ribeiro, António Sousa (2005), “A tradução como metáfora da contemporaneidade. Pós-colonialismo, fronteiras e identidades”, in Macedo, Ana Gabriela e Keeting, Maria Eduarda (orgs), *Colóquio de outono, Estudos de Tradução – estudos pós-coloniais*. Braga: Universidade do Minho.
- * Ribeiro, Margarida Calafate (2004), *Uma História de Regressos: Império, Guerra Colonial e Pós-colonialismo*. Porto: Edições Afrontamento.
- * Santos, Boaventura de Sousa (2001), “Os Processos da Globalização”, Santos, Boaventura de Sousa (org), *Globalização: Fatalidade ou Utopia?* Porto: Edições Afrontamento.
- * Santos, Boaventura de Sousa (2002), “Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63. 237-280.
- * Santos, Boaventura de Sousa (2010), *A gramática do tempo: Para uma nova cultura política*. Porto: Edições Afrontamento. 2ª ed.

20. LUÍSA RIBEIRO, ESCRITORA AÇORIANA, CONVIDADA LUÍSA RIBEIRO, ESCRITORA AÇORIANA, CONVIDADA



Maria Luísa da Cunha Ribeiro

TEMA 2.1. CADERNO DE CALIGRAPHIA E OUTROS POEMAS A MARGA, LUÍSA RIBEIRO, ESCRITORA AÇORIANA

Motivos não me faltam para apanhar o navio de Nemésio, mas consciente da ousadia que é fazê-lo no estado de mera leitora, e perante quem o estudou e o conhece melhor do que eu, abstenho-me aqui de navegar pela rota livre que trouxe este escritor ao mundo.

É também com o pensamento nos Colóquios de Lusofonia que saco este livro à pequena biblioteca da minha vida, para o trazer a público, pois num único volume temos dois grandes nomes Portugueses e felizmente Açorianos: escritor – Vitorino Nemésio e filólogo – Luiz Fagundes Duarte, que na sua mão de mestre nos oferece um majestoso

prólogo, confessando as suas tentações filológicas e levando-nos à “organização do livro” e a “algumas questões técnicas”.

Um dos raios luminosos mais dominantes neste livro de poemas é o amor exaltante que Vitorino sente por Marga, no momento em que o poeta consome os últimos anos da sua existência.

É que enquanto aos setenta anos o ser humano normal fala na morte, Vitorino Nemésio escreve os poemas mais eróticos que dele conhecemos. E Vitorino Nemésio tem razão, porque o lugar onde mais se morre e se renasce é exatamente no caos, entre dois corpos que se elevam em absoluta doação: extensão de nós à raiz primitiva.

E quando Nemésio escreve à sua amada “Tímido te espero/ na casa erma de ti”; e “Até no carro te canto” ou ainda “O poema em que te busco é a minha rede”; quando Nemésio abre o coração à beira do abismo, ressuscitando o princípio da vida, eu sinto que tudo faz sentido.

Neste Caderno de Caligraphia e outros poemas a Marga, Vitorino Nemésio leva o poema na língua, atirando-o ao palato e obedecendo à esfera lírica do homem que vai pelos seus pés e acumula décadas de furor, espasmo e intensa paixão erótica. E diz tudo com a ênfase perfeita de quem domina, até à morte, os sabores que todo o ser humano deveria possuir para existir em pleno. E morrer, no auge.

Aqui vem a navalha sábia de Luiz Fagundes Duarte, que dá os cortes certos àquilo que une o poeta ao homem. Isto é: o filólogo escolhe, raspa, adivinha e retira o supérfluo, recriando a cadência do livro.

Por isso neste livro autor e editor reúnem-se numa combinação perfeita lembrando-nos o prazer que nos faz da lava mais escaldante do mundo.

TRABALHO FINAL NÃO RECEBIDO DENTRO DOS PRAZOS

21. MARIA HELENA ANÇÃ E TATIANA GUZEVA, UNIVERSIDADE DE AVEIRO



Maria Helena Ançã



TEMA 1.6. LÍNGUA PORTUGUESA E LUSOFONIA: NA VOZ DE UNIVERSITÁRIOS PORTUGUESES E BRASILEIROS, MARIA HELENA ANÇÃ, TATIANA GUZEVA, BELINDA GOMES, MARIA JOÃO MACÁRIO, CENTRO DE INVESTIGAÇÃO DIDÁTICA E TECNOLOGIA NA FORMAÇÃO DE FORMADORES, UNIVERSIDADE DE AVEIRO (PORTUGAL). ZILDA PAIVA, MÁRCIA OHUSCHI - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – CASTANHAL (BRASIL).

Resumo

Num mundo globalizado, a difusão e a Internacionalização da língua portuguesa (LP) surgem como objetivos prioritários, quer para as sociedades/países que a falam, – e aqui se inserem as políticas da língua –, quer em termos mais individuais/corporativos, na convicção de que a atitude (positiva) dos falantes para com a língua pode ser um

contributo determinante. No caso dos (futuros) professores de Português é fundamental conhecer o seu posicionamento face à LP e as dimensões a ela atribuídas.

Com a finalidade de identificar a perceção de dois grupos de estudantes universitários, finalistas, e futuros professores de Português, sobre a LP (conhecimentos e atitudes), foi disponibilizado um inquérito por questionário, em Portugal e no Brasil.

Os resultados obtidos apontam: i) em ambos os grupos, um certo desconhecimento sobre o mundo lusófono em geral; ii) no grupo brasileiro, alguns indícios de uma certa ‘descrença’ na LP, enquanto língua de comunicação internacional.

Estes resultados levam-nos a questionar o ensino da língua, tal como ele se apresenta: muito centrado localmente, sem considerar outros espaços geoculturais onde a LP também é falada, vivida e aprendida, sendo necessário ainda fomentar e valorizar esta língua e reconhecer as suas potencialidades.

1. Contextualização

Num mundo tendencialmente globalizado e competitivo, as línguas apresentam-se como produtos a avaliar, não sendo, contudo, os seus valores constantes, mas variando em função de determinações económicas e políticas e não tanto em função das suas dimensões sociais e culturais. Nas instituições de ensino genericamente são focalizadas estas últimas dimensões, em detrimento de uma visão mais abrangente. A Universidade desempenha, então, um papel decisivo, no contexto da mudança e da inovação, devendo a formação de professores de Português considerar estas questões em prol da difusão e da Internacionalização da LP (Ançã et al., no prelo).

A LP é atualmente falada por 250 milhões de pessoas, como LM e L2, ocupando 10,8 milhões de quilómetros quadrados da superfície da Terra, o que representa 3,7 % da população mundial e 4% da riqueza total (Reto et al., 2012).

Neste cenário, a LP tem um potencial considerável, beneficiando “de três grandes fontes de influência de que muito poucas línguas dispõem” (Reto et al., 2012: 25): i) países que a falam e o poder económico associado, como é o caso atualmente do Brasil, de Angola, e ainda de Moçambique, com dimensões populacionais assinaláveis e com uma tendência acentuada para o seu crescimento; ii) o facto de a LP estar presente em todos os continentes, em particular em África; iii) baixa entropia¹³⁴, o que vai facilitar a manutenção da sua identidade e unidade, por ser falada por um pequeno conjunto de países.

A situação da LP apresenta, por conseguinte, um potencial inigualável, relativamente a outros idiomas. Por este facto, todas as suas potencialidades deveriam ser rentabilizadas, quer pelas sociedades/países que a falam, – instituições, entidades, pessoas coletivas –, quer em termos mais individuais/corporativos, na convicção de que a atitude (positiva) dos falantes para com a língua pode ser um contributo determinante para a sua difusão e internacionalização.

¹³⁴ Para Calvet e Calvet (2012), *entropia* designa o modo como os falantes de uma língua se encontram repartidos pelas regiões que a falam.

O desconhecimento, o desinteresse e o ceticismo dos locutores, face à LP, podem constituir obstáculos a esses desígnios. Como nos questiona Galito (2006: 99): “[...] Resta saber se os seus falantes já tomaram consciência do impacto económico que esse instrumento [LP], tão à sua disposição, lhes pode oferecer”. Ainda aspetos como a falta de “autoestima crónica” são levantados por Castilho (2013), a propósito da internacionalização da LP e, no caso específico, do papel das Universidades (brasileiras) e do conhecimento sólido sobre a língua a difundir.

A atitude dos falantes para com a língua é, sem dúvida, um fator determinante, nomeadamente quando se trata de (futuros) professores de Português.

Como têm demonstrado vários autores, no âmbito da Didática das Línguas, as conceções, imagens, atitudes¹³⁵ que o sujeito tem sobre a(s) língua(s) influenciam os processos de aprendizagem, o seu uso e as suas práticas de ensino (Castellotti e Moore, 2002; Dabène, 1997; Lasagabaster, 2006; Moore, 2001).

Revisitando, em particular, Dabène (1997), as imagens sobre as línguas podem ser influenciadas por diversos fatores, identificando a autora o fator económico (“le critère économique”, 1997: 21), como sendo um dos principais responsáveis pela valorização da língua, especificamente pelo acesso que proporciona ao mercado de trabalho. A difusão da língua está, pois, estreitamente ligada ao poder económico que esta confere aos seus falantes. De algum modo cruzado com este fator, encontra-se o fator epistémico: a língua é um objeto de saber, cujo domínio comporta um determinado valor educativo, avaliado em função das exigências cognitivas da sua aprendizagem. No nosso ponto de vista, línguas mais “poderosas” (o Chinês, o Russo...) ‘exigirão’ maior esforço de aprendizagem, não tanto por questões linguísticas, mas pelo poder conferido pelas economias dos países onde essas línguas são faladas. Outras dimensões se juntam: social, cultural e afetiva, apresentando, em suma, as imagens e atitudes origens bastante diversas e constituindo um campo algo complexo.

2. O estudo piloto

O estudo que se apresenta integra-se num projeto a decorrer no Laboratório de Investigação em Educação em Português/LEIP, do Centro de Investigação em Didática e Tecnologia na Formação de Formadores, da Universidade de Aveiro. Este estudo piloto elegeu como participantes dois grupos de estudantes, finalistas e futuros professores de língua portuguesa (LP) em duas Universidades, uma portuguesa, localizada no centro-norte de Portugal, e outra brasileira, localizada no interior do Brasil, na região norte. Foi utilizado um inquérito por questionário que foi aplicado em cada um dos países pelas docentes dos respetivos grupos. Neste texto são apenas analisados alguns itens do questionário¹³⁶.

Caraterizando os participantes: o grupo em Portugal é composto por 14 alunas/finalistas de um Mestrado profissionalizante, 13 de naturalidade portuguesa e uma natural da Venezuelana, esta última com o Castelhana como LM. A maioria (71,4%) insere-se na faixa etária dos 20-25 anos, havendo, ainda, a considerar a faixa dos 30 (21,4%). No grupo brasileiro, participaram 12 estudantes em final da Licenciatura, e com habilitação própria para o ensino da LP, logo após a conclusão do curso (11 do género feminino, um do género masculino). Todos consideram a LP como

¹³⁵ “Disposition à répondre de manière favorable ou défavorable au regard d'un objet, d'une personne, d'une institution, d'un événement”(in Lasagabaster, 2006:393).

¹³⁶ No texto de Guzeva et al., a este mesmo Colóquio, são analisadas outras questões do mesmo estudo.

LM, havendo, no entanto, uma aluna que, para além da LP, considera também o Espanhol sua LM. A idade deste grupo varia dos 20 aos 35 anos, concentrando-se a maioria (58,3%) na faixa dos 20-25 anos. Por conseguinte, ambos os grupos apresentam traços muito semelhantes quer etários, quer no que diz respeito às línguas.

Passemos, então, às questões em foco: no que respeita à tipologia de perguntas, e referindo-nos às selecionadas para este estudo, as perguntas são sobretudo de tipo aberto, sendo unicamente a primeira (ver Tabela 1) uma pergunta de escolha múltipla, de leque aberto (na aceção de Pardal e Lopes, 2011¹³⁷)¹³⁸.

	Questões
1	Número aproximado de falantes de PLM ¹³⁹
2	Países de língua oficial portuguesa
3	Lusofonia
4	CPLP
5	Personalidades do espaço lusófono
6	Para mim a LP é...

Tabela 1- Questões analisadas

Analisando agora as respostas às questões solicitadas, e tendo em conta a primeira questão (“Número aproximado de falantes de PLM”), o panorama apresenta-se um tanto dúbio, dado representar algumas hesitações e escassos conhecimentos: no grupo português, 50% das alunas escolheu a hipótese mais aproximada, ou seja, 230 milhões, imediatamente seguida de 1 bilião (28,6%), de 140 milhões (14,3 %) e, por fim, 10 milhões, com uma única resposta (7,1%). O grupo brasileiro incide nos 140 milhões e 230 milhões, com uma percentagem de 33,3 cada, e ainda, 1 bilião (16,7%), havendo uma não resposta e outra resposta selecionando 10 milhões. De facto, lemos estes resultados com uma certa estranheza, visto tratar-se de futuros professores ou professoras estagiárias (caso do grupo português). Tanto no grupo de Portugal como no do Brasil, – embora neste país seja um pouco mais notório –, as respostas tendem a centrar-se na dimensão demográfica e nacional de cada um dos países, esquecendo os restantes países/locais onde a LP possa ser LM.

A segunda questão diz respeito à identificação dos países que têm a LP como língua oficial (Gráfico 1).

Assim, Brasil e Portugal são identificados por ambos os grupos, seguindo-se Angola, com percentagens importantes (78,5 para as estudantes portuguesas e 66,7 para os brasileiros). Moçambique e Cabo Verde são ainda assinalados por ambos os grupos, mas com um desnível de percentagens, apresentando as estudantes portuguesas melhores resultados do que os brasileiros.

Os restantes países (Guiné-Bissau/GB, São Tomé e Príncipe/STP e Timor-Leste/TL) são apenas referidos pelo grupo de Portugal.

Talvez a situação geográfica de Portugal, entre a América e África, tenha sido propícia à curiosidade e a algum conhecimento sobre estes países. Igualmente é de ter em conta as viagens, o turismo e a emigração portuguesa, que intensificam os contactos entre estes países.

¹³⁷ Para estes autores, as perguntas de escolha múltipla podem apresentar duas modalidades: perguntas em leque fechado (escolha de uma ou mais respostas, com eventual recurso à sua ordenação) e perguntas em leque aberto (escolha de uma resposta ou possibilidade de acrescentar uma outra).

¹³⁸ O tratamento dos dados foi feito com recurso ao programa Nvivo, versão 10.

¹³⁹ Português Língua Materna.

Mais recentemente, é de salientar o fator imigração, sendo as comunidades estrangeiras mais representativa na sociedade portuguesa as provenientes dos países lusófonos (SEF, 2013).

Da parte dos universitários brasileiros, cuja cidade se localiza no interior norte do Brasil, como já referido, nota-se uma reduzida informação sobre os países de língua oficial portuguesa.

No entanto, é de considerar a existência de uma cooperação forte entre o Brasil e vários destes países, nomeadamente a nível da Educação e da Cultura (com Cabo Verde, Angola, Moçambique, Timor-Leste) e também a nível económico (com os PALOP¹⁴⁰ em geral), entre outros aspetos, mas, porventura não tão presente na região de origem destes estudantes.

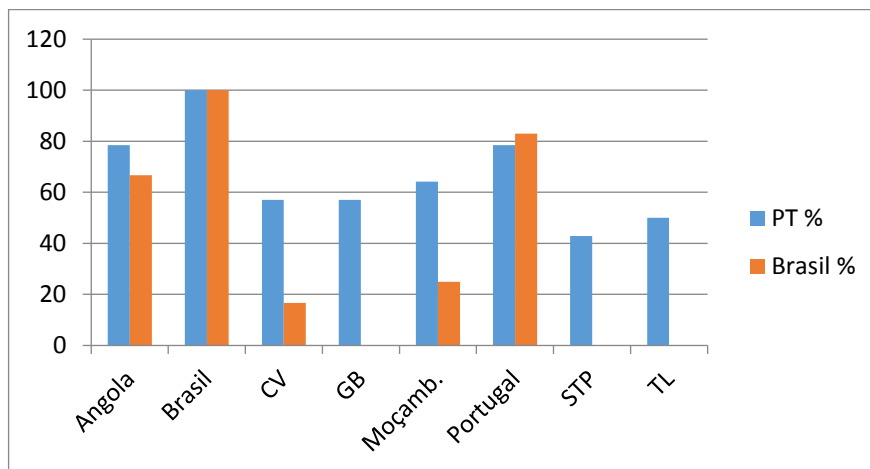


Gráfico 1- Países de língua oficial portuguesa

Para a definição do conceito 'Lusofonia', questão 3, são consideradas corretas as respostas que recorrem a dois semas: '*espaço geográfico da LP*' (exemplo retirado do grupo português: "espaço onde se fala a LP", 42,9%); '*falantes*' (exemplo de outra mestrandia portuguesa: "A lusofonia relacionada com o conjunto de pessoas (no mundo) que falam o português", 28,8%); e concluindo as respostas do grupo em Portugal, 28,8% de respostas inválidas. De uma forma geral, trata-se de definições parcelares, mas privilegiando dois aspetos importantes que concorrem para uma definição mais precisa de Lusofonia: os falantes culturalmente diversos e o espaço geolinguístico da LP. Quanto ao grupo brasileiro, só um estudante (8,1%) apresenta uma resposta aceitável: "Lusofonia é um termo utilizado para referir a falantes portugueses, mas pode ser estendido a todos os falantes de LP", resposta, aliás, muito objetiva, se tivermos em conta a formação da palavra (*lus* + *fon*)¹⁴¹.

Sobre a CPLP, as estudantes portuguesas apresentam 64,3% de respostas corretas, contudo, ter-se-ia esperado um valor mais elevado, visto estas estudantes se encontrarem no 5º ano da Universidade ¹⁴² e em conclusão do Estágio Pedagógico em LP. Para além disso, têm decorrido na referida Universidade, inúmeras atividades culturais dinamizadas por colegas da CPLP, amplamente divulgadas. No público brasileiro, encontramos um desconhecimento absoluto sobre a sigla: 83,3% de não respostas e o restante com respostas não válidas. Talvez

¹⁴⁰ Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

¹⁴¹ E, por esta razão, tende a não ser uma expressão muito apreciada pelos africanos em particular.

¹⁴² Três anos de Licenciatura e mais dois anos de Mestrado.

se explique por não ter sido um tema de grande discussão na formação inicial destes sujeitos, não constando da 'grade curricular' a realidade da LP fora do Brasil.

A questão seguinte diz respeito à identificação de personalidades do espaço lusófono nas seguintes áreas: Política, Literatura, Música e Desporto, e nos países à escolha de cada estudante. Tanto no grupo português como no brasileiro, apenas as personalidades do próprio país adquirem uma dimensão considerável, sendo esquecidas ou confundidas outras, sobretudo nos restantes países.

O **grupo de Portugal** identifica as seguintes personalidades nos campos pedidos:

- personalidades portuguesas: Política – Durão Barroso (51,1%); Literatura – Saramago (50%); Música – Mariza (35,7%) e Amália (28,6%); Desporto – Rosa Mota (42,8%). Com efeito, estas individualidades têm em comum o facto de terem tido, em momentos diferentes, protagonismo a nível mundial.

- personalidade brasileiras: Política – Lula da Silva (35,7%), na Literatura – Paulo Coelho (que aparece também como escritor português), Jorge Amado, Paulo Freire (14,3% cada); na Música – Caetano Veloso e Carmen Miranda (14,3%) e no Desporto – Pelé (28,6%). As respostas são poucas e imprecisas, como constatamos.

Quando entramos nos restantes países, o cenário é bastante mais inquietante.

Para Cabo Verde, as participantes portuguesas identificam apenas duas personalidades na área da música: Cesária Évora (14,3%) e Sara Tavares (7,1%).

Em Moçambique, na Literatura, é mencionado Mia Couto (28,6%) e na política, Nelson Mandela, – confusão geográfica? –.

Para Angola, só são apresentadas duas respostas, na área da política: Jonas Savimbi e Xanana Gusmão (?).

Para as personalidades de Timor-Leste, há uma referência a Xanana Gusmão.

São deixados ainda dois nomes de escritores 'perdidos', sem identificação de país: Pepetela e Agualusa. Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe foram completamente esquecidos.

O grupo do **Brasil** investiu também, como já frisado, nas personalidades do seu país:

- personalidades brasileiras: Política – Lula da Silva (25%) e Getúlio Vargas (16,7%); Literatura – Machado de Assis (16,7%); Música – Carmen Miranda, Caetano Veloso, Chico Buarque, Roberto, Tom Jobim (8,3%); Desporto: Pelé, Daiane dos Santos e Ronaldinho, apenas com um registo cada (8,3%).

- personalidades portuguesas: Política – Prado (?), com 1 registo (8,3%); na Literatura – Camões (25%) e Saramago (8,3%); na Música – Ricardo Azevedo (8,3 %); Desporto – Cristiano Ronaldo (8,3 %).

Quanto aos restantes países, não houve qualquer referência, o que vai ao encontro do desconhecimento manifestado aquando da questão sobre os países de língua oficial portuguesa.

Comparando os resultados do estudo de Reto et al. (2012), das "Referências a personalidades de língua portuguesa (inquiridos de países não-lusófonos) ", com os nossos resultados, verifica-se que as primeiras 10 personalidades são coincidentes com as que os sujeitos do nosso estudo convocam: Lula da Silva, Ronaldinho, Cristiano Ronaldo, Figo¹⁴³, Fernando Pessoa, José Saramago, Paulo Coelho, Amália Rodrigues e Luís de Camões.

Curiosamente, comparando ainda com as personalidades de LP referidas no estudo de Reto et al. (2012), pelos inquiridos dos países lusófonos, não se encontram tantas semelhanças, surgindo ainda outros nomes: Lurdes Matola, Malangatana, Bonga, Roberto Carlos...

¹⁴³ Figo aparece no nosso **corpus** mas não como primeira opção. Para a nossa análise, só contabilizámos as primeiras escolhas.

Quanto à última questão (“Para mim a LP é...”), obtivemos os resultados visualizados no Gráfico 2, tendo por temas estruturadores os seguintes: identidade (Ident.), peso histórico e cultural (H-Cultural), aprendizagem (Aprend.), características estéticas e linguísticas (Caract.), comunicação (Comun.) e relevância (Relevân.).

No caso português, metade das estudantes destaca, em primeiro plano: os valores identitários, – com recurso sistemático aos possessivos ‘meu’ e ‘minha’, e de comunicação, referindo respetivamente que se trata da LM da grande maioria e da língua de trabalho de todas.

Num segundo plano, referem os valores de caráter profissional (42,8%), ou seja, a língua como objeto didático, o peso histórico e cultural da LP, assim como as características da língua (aspetos estéticos e linguísticos: romântica, doce, bonita; “rica aos níveis semântico, lexical, morfológico”); por último, com 14,3%, a aprendizagem (“difícil de aprender”, “gostava de a conhecer melhor”) (Ançã et al.,2013, no prelo).

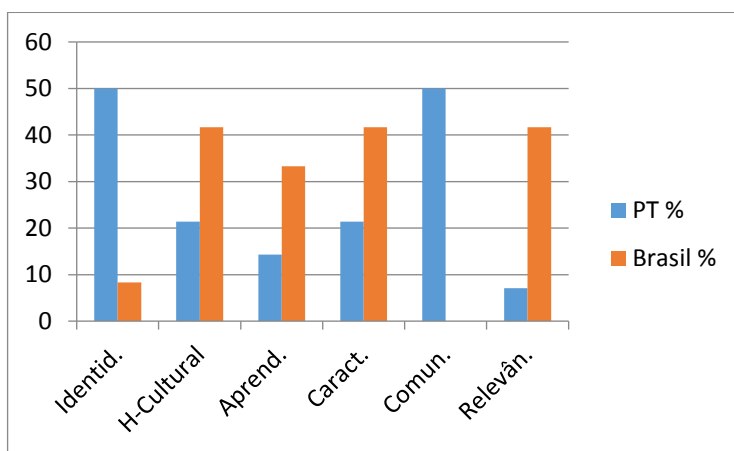


Gráfico 2 - Valores pessoais atribuídos à LP

Contrariamente, o grupo brasileiro destaca os seguintes valores, com 41,7%: i) relevância (“Enfim, uma língua de futuro” ou “uma língua em ascensão económica e social”); ii) peso histórico e cultural (“por meio dela consigo expressar a cultura do **meu** país” ou “o caminho [...] para o conhecimento a respeito da cultura e muito mais do **meu**¹⁴⁴ país”); iii) características da língua, bastante subjetivas (“uma das línguas admiráveis do mundo. Ao passo que é complexa, estimula o interesse pelo aprofundamento dos seus aspetos”, “rica”, “uma língua que apresenta diversidade linguística”).

O destaque dado ao reconhecimento social e económico, e, por estas vias, o cultural, reflete o atual momento social e económico do Brasil, com uma valorização deste país, a nível mundial, com fronteiras que se abrem através desta ascensão. A importância da aprendizagem surge com uma percentagem superior à do grupo precedente, com 33,3 (ex: “tão importante e deve ser aprendida e difundida como qualquer outra língua”) e, por fim a identidade, com 8,3% (“é uma estrutura de desenvolvimento que faz parte da **minha** vida desde que nasci”). Embora a identidade aparentemente surja com o valor menos presente, ele deve ser lido também noutros registos, sobretudo quando há recurso ao possessivo (‘meu’, ‘minha’). É curiosa a omissão do valor comunicativo da língua, não assinalado por estes sujeitos, tendo sido para o grupo de Portugal, como vimos, o mais destacado, a par do identitário. Provavelmente os estudantes brasileiros, usando no quotidiano uma variedade de LP, de algum modo afastada da

¹⁴⁴ Destacado nosso.

variedade considerada padrão, não sentirão tão fortemente a LP como língua de comunicação internacional, ou a sua “função de passaporte”¹⁴⁵ (termo emprestado a Laborinho, 2010).

3. Concluindo

Nas sociedades atuais, globais e competitivas, a difusão e a internacionalização das línguas são objetivos prioritários, aplicando-se o mesmo objetivo à LP e aos países que a falam.

Neste texto pretendemos identificar o posicionamento de universitários portugueses e brasileiros / (futuros) professores de Português, nomeadamente no que toca aos conhecimentos sobre o mundo lusófono (países, personalidades...) e atitudes face à LP, como sejam, por um lado, a convicção do poder da LP, por outro, as dimensões a ela atribuídas, i.e., enquanto língua de comunicação internacional, ou somente nas suas dimensões ‘clássicas’, afetivo-identitária e cultural.

Os resultados obtidos apontam, em ambos os grupos, para um certo desconhecimento sobre o mundo lusófono em geral (o conceito de Lusofonia e a sigla CPLP são praticamente desconhecidos para o grupo brasileiro e o grupo de Portugal não apresenta muita informação sobre estas questões). São privilegiados os conhecimentos relativos aos países de origem, notando-se, contudo, entre Portugal e Brasil e vice-versa, algumas ‘pontes’, sobretudo a nível cultural (na literatura e na música). No entanto, as lacunas dizendo respeito à geografia e demografia da LP são inquietantes no público em questão¹⁴⁶.

Ambos os grupos fazem sobressair sobretudo as dimensões ‘clássicas’ da língua, havendo, por parte do grupo português alguma sensibilidade para uma abordagem mais abrangente, com a inclusão da dimensão de comunicação internacional. No grupo brasileiro parece existir alguma ‘descrença’ no valor de comunicação internacional, embora os estudantes demonstrem confiança no país, enquanto potência forte em termos económicos. No entanto, não têm consciência de que o domínio económico vai beneficiar a procura do ensino da língua, a sua difusão e internacionalização, tanto a nível de negócios e comércio, como ainda vai dar visibilidade à cultura e às indústrias da língua em geral.¹⁴⁷ Com eleito, estes jovens, falantes nativos de Português, não estão suficientemente sensibilizados para o poder da LP e do seu crescimento nestes últimos anos.

Resultados deste teor levam-nos a questionar o ensino da língua, tal como ele se apresenta: muito centrado localmente, sem considerar outros espaços geoculturais onde a LP também é falada, vivida e aprendida. Existe, por conseguinte, uma necessidade premente de consciencializar estes futuros profissionais de Educação para esta dimensão importantíssima da LP, que é o seu poder no mundo, nos mais diversos contextos.

Referências Bibliográficas

Ançã, Maria Helena *et al.*, (no prelo). “O papel da Educação em Português na promoção e difusão da língua – um estudo com um grupo de estagiárias” in Revista Lusófona de Educação.

Calvet, Alain e Calvet, Louis-Jean (2012). Baromètre Calvet des langues du monde. Consultado em 03 de dezembro de 2012, <http://wikilf.culture.fr/barometre2012/>

Castellotti, Véronique e Moore, Danièle (2002). Représentations sociales des langues et enseignements. Guide pour l’élaboration des politiques linguistiques éducatives en Europe – De la diversité linguistique à l’éducation plurilingue. Strasbourg: Conseil de l’Europe.

¹⁴⁵ “Num mundo globalizado, as línguas adquirem função de passaporte que permite viajar entre mundos”, Laborinho, (2010:54).

¹⁴⁶ A mesma constatação é assinalada no estudo de Reto et al. (2012), embora não conheçamos o perfil profissional dos seus inquiridos: apenas que são estudantes universitários e aprendentes de Português, tendo somente 58% esta língua como obrigatória no curso.

¹⁴⁷ Atividades nas quais a língua é um elemento-chave. Estão incluídas nestas ‘indústrias’: a literatura, o cinema, a imprensa, a educação, a investigação... (Reto et al., 2012).

Castilho, Ataliba de (2013). "Desafios para a promoção e a internacionalização da língua portuguesa" in ANPOLL/ILLP (Ed.), Colóquio sobre A internacionalização da língua portuguesa, Santa Catarina: UFSC, 6-8 de março, pp. 1-17.

Dabène, Louise (1997). "L'image des langues et de leur apprentissage" in Mariette Matthey (Org.), Les langues et leurs images. Neuchâtel: IRDP, 19-23.

Galito, Maria S. (2006). "Impacto Económico da Língua Portuguesa Enquanto Língua de Trabalho" in CI-CPRI, AGL 1, 1–97.

Laborinho, Ana Paula (2010). "Para uma política de internacionalização da língua" in União Latina (Org.), Actas do Encontro Internacional Língua Portuguesa e Culturas Lusófonas num Universo Globalizado. Lisboa: União Latina/Fundação Calouste Gulbenkian, 53-62.

Lasagabaster, David (2006). "Les attitudes linguistiques: un débat des lieux" in Etudes de Linguistique Appliquée, 144, 393-406.

Moore, Danièle (Coord.) (2001). Les représentations des langues et de leur apprentissage. Paris: Didier.

Reto, Luís *et al.* (2012). Potencial económico da língua portuguesa. Alfragide: Texto Editores.

RIFA (2013). Relatório de Imigração Fronteiras e Asilo. Serviço de Estrangeiros e Fronteiras/SEF, consultado em 28 de junho 2013, www.sefsat.pt/Docs/Rifa_2012.pdf.

Publicado em CD-ROM (2013) ISBN 978 989 8607 027

22. MARIA HELENA ANÇÃ E TATIANA GUZEVA, UNIVERSIDADE DE AVEIRO



Maria Helena Ançã



TEMA 1.6 LÍNGUA PORTUGUESA NO CIBERESPAÇO: DIFUSÃO, CRESCIMENTO E VALORES

TATIANA GUZEVA, BELINDA GOMES, MARIA JOÃO MACÁRIO, MARIA HELENA ANÇÃ, CENTRO DE INVESTIGAÇÃO DIDÁTICA E TECNOLOGIA NA FORMAÇÃO DE FORMADORES, UNIVERSIDADE DE AVEIRO (PORTUGAL). ZILDA PAIVA, MÁRCIA OHUSCHI - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – CASTANHAL (BRASIL).

Resumo

A necessidade de promover a consciencialização da importância da língua portuguesa no mundo está na ordem do dia, contrariando a globalização e unificação de culturas, ultimamente potencializadas pelo rápido desenvolvimento das TIC, cada vez mais presentes e influentes em todas as áreas da nossa vida. Além disso, considerada estatisticamente a quinta língua mais utilizada no Ciberespaço, a língua portuguesa difunde-se virtualmente muito para além do mundo exclusivamente lusófono.

Neste sentido, torna-se necessário traçar o perfil da língua portuguesa, através da perspectiva de futuros profissionais da Educação, de Portugal e do Brasil, sobre o lugar da língua portuguesa no mundo.

Deste modo, disponibilizou-se um inquérito por questionário a estudantes de uma universidade portuguesa e de uma universidade brasileira, nos respetivos países, com o objetivo de identificar as suas representações, destacando a difusão da língua portuguesa no mundo, o seu crescimento e os seus valores, em particular na sua dimensão ciberespacial.

Na análise dos resultados, foi possível verificar que, nas três perspetivas abordadas, o Ciberespaço e os Média, redes sociais e eventos foram sempre mencionados pelos inquiridos, ainda que com pouca expressividade. Por esse motivo, tratando-se a língua portuguesa de uma das línguas mais faladas no Ciberespaço e de esta realidade estar pouco refletida no discurso dos inquiridos, os resultados obtidos apontam para a necessidade de promover a consciencialização da importância e do lugar da língua portuguesa nesses espaços e, genericamente, no mundo.

1. O lugar da língua portuguesa no mundo

O estatuto internacional conferido à língua portuguesa parece estar na ordem do dia. Que valor lhe é atribuído? Em que áreas se destaca? Por que motivo é importante aprendê-la?

A língua portuguesa encontra-se na sexta posição das línguas mais faladas no mundo, com 202 milhões de falantes distribuídos por 11 países, entre os de língua oficial portuguesa e os de emigração (Lewis, Gary, & Fenning, 2013). É, ainda, a segunda língua românica no mundo e a terceira europeia mais falada (Aguilar, 2004), tendo vindo a conhecer um crescimento nos últimos anos (INE, 2013).

Além disso, é língua materna na totalidade da população portuguesa e brasileira. Nos restantes países lusófonos além de língua materna coexiste com variadíssimos crioulos de base lexical portuguesa (Aguilar, 2004), como é o caso de Cabo Verde (Ançã & Amaral, 2007). Esta realidade permite a comunicação entre falantes de língua portuguesa espalhados pelos cinco continentes, aproximando-os. Porém, o estatuto internacional de relevo que lhe é atribuído e o crescente interesse na sua aprendizagem por falantes de outras línguas não se justifica, apenas, nesta realidade.

Historicamente, com a expansão marítima portuguesa e a edificação do Império ultramarino, a língua portuguesa afirmou-se na costa africana e no Brasil, mas também noutras partes do mundo, como a Ásia. Foi considerada língua franca (Aguilar, 2004), nomeadamente para transações comerciais. Nessa medida, deixou marcas da sua presença no mundo (Lopes, 2003), veiculando também uma história, uma cultura.

Ao valor internacional, que resulta da presença incontestável de falantes de português distribuídos por várias partes do mundo, e do seu valor histórico e cultural, soma-se um valor económico em ascensão (Reto, 2012). Países com poder económico, como o Brasil, que faz parte das 20 maiores economias do mundo, ou economicamente emergentes, como Angola, têm contribuído para valorizar a língua portuguesa no mundo dos negócios. Nessa medida, os utilizadores da língua portuguesa atribuem-lhe, naturalmente, um papel relevante: “Quanto maior o número e riqueza dos utilizadores de um idioma, maior o seu valor para o utilizador” (Reto, 2012: 67).

Além disso, a língua portuguesa é língua oficial em várias organizações internacionais, o que resulta do seu valor político e económico no contexto mundial. Algumas dessas organizações são a União Europeia, o Mercosul, a Unidade Africana e a União Latina.

A proximidade linguística entre falantes do português tem repercussões nos fluxos migratórios, no turismo, nos negócios. De facto, existe um movimento migratório de destaque dentro do espaço lusófono, que se traduz no fluxo de pessoas entre países de língua oficial portuguesa com maior poder económico, como é o caso do Brasil e de Portugal, pela proximidade linguística e enquanto plataforma de transição para outros países europeus (Reto, 2012). Para além de país de acolhimento (Ançã, 2003), a posição de Portugal na Europa tem sido vista como uma porta de entrada para o espaço europeu por países da Europa de Leste e Ásia Central (Arroteia, 2007; Pena Pires, 2002). Outros países de língua oficial portuguesa com potencial económico têm sido igualmente procurados por estes novos falantes da língua portuguesa (Ançã, 2008). Portanto, a procura é impulsionada não só pelo crescente valor económico da língua, mas também pelo aumento das ofertas no mercado de trabalho, que confere à língua portuguesa um novo potencial.

Ainda, entre os países lusófonos, as transações comerciais são de grande fluxo ao nível económico, mas o movimento é mais moderado ao nível do turismo (Reto, 2012). Além disso, a capacidade de intercompreensão entre falantes de línguas latinas aproxima o português de outras línguas e culturas românicas, especialmente do espanhol, favorecendo a aproximação entre eles (Laborinho, 2012; Reto, 2012).

No caso do Ciberespaço tem uma presença incontestável. Este conceito foi criado por Gibson em 1984 na sua obra *Neuromancer*, para se referir a um espaço virtual, que ligava em rede utilizadores, que precisavam de ter, apenas, um computador para comunicar (Wikipédia, 2013). Tendo em conta esta realidade, no Ciberespaço, a língua portuguesa posiciona-se no quinto lugar em número de utilizadores (Observatório da Língua Portuguesa, 2013), sendo que os utilizadores do Brasil ocupam a quinta posição nesse espaço. Particularmente no Facebook, o português conheceu um crescimento considerável em número de falantes entre 2010 e 2012 e ocupa atualmente o terceiro lugar quanto à listagem das línguas mais faladas nessa rede social (Socialbakers, 2012).

A presença da língua portuguesa no Ciberespaço ocupa, então, um lugar cimeiro e essa realidade tem, naturalmente, um impacto no valor que lhe é atribuído. De facto, o Ciberespaço faz parte da vida de milhões de utilizadores por todo o mundo e em constante crescimento, ligando-os em rede e permitindo-lhes comunicar, colaborar, partilhar, construir conhecimento e desenvolver competências.

A aproximação entre pessoas e lugares, a possibilidade de ligação em rede de forma fácil, rápida e gratuita, entre pessoas geograficamente distantes, possibilitou, também, uma aposta crescente em línguas alternativas ao inglês. Cada vez mais o Ciberespaço aproxima falantes que partilham outras línguas que não o inglês, comunicam entre si e procuram cada vez mais beneficiar deste espaço, criando e procurando páginas e conteúdos na sua língua materna. A língua portuguesa é disso exemplo e vista como fonte de informação e instrumento de construção de conhecimento no Ciberespaço (Galito, 2006).

Ora, o estatuto atribuído ao português no panorama internacional e, virtualmente, no Ciberespaço, faz dela uma língua de interesse para falantes de língua materna e outros que veem nela diferentes potencialidades:

Pode ser língua oficial e/ou de trabalho nas organizações internacionais. Para além de ser um idioma empregue em transações comerciais ordinárias, em reuniões internacionais bilaterais, nos acordos de investimento direto estrangeiro; no âmbito do turismo, do intercâmbio científico-tecnológico e nas relações interpessoais quotidianas, por talvez ser uma língua aberta à mudança, à diversidade e à simbiose com outras culturas, além de apta a exprimir novos pareceres e conceitos – inclusive os que resultam dos progressos científico-tecnológicos. Razões que, a refletirem a realidade, substanciam a utilidade de uma língua porventura rica em potencialidades, presentes e futuras. (Galito, 2006: 33).

Apesar destas constatações, a língua portuguesa aparece muitas vezes em segundo plano em empresas e congressos internacionais que acontecem no espaço lusófono (Galito, 2006) e é vista como um fenómeno surpreendente para os alunos, quando informados dos dados estatísticos associados à sua utilização (Aguilar, 2004). Portanto, embora a sua relevância e o crescente interesse manifestado na sua aprendizagem sejam visíveis, ainda não foi objeto de reflexão por muitos dos seus utilizadores e ainda não se impôs com destaque no panorama mundial: “... ainda que seja uma língua com trunfos geopolíticos, económicos e culturais relevantes, não atingiu até agora o lugar de prestígio que lhe competiria...” (Laborinho, 2012: 17). Nessa medida, a sua promoção e difusão são essenciais.

Esta preocupação foi tida em linha de conta desde a criação da CPLP, que tendo unido países lusófonos que partilhavam afinidades socioculturais (Faulstich, 2000), entre outros aspetos, tem nos seus objetivos a promoção e a difusão da língua portuguesa (CPLP, 2013). Aliás, essa necessidade foi, precisamente, reforçada no Plano de Ação de Brasília, em que se reconhecem os desafios da língua portuguesa e se propõem eixos de atuação para a promover (CPLP, 2010). Também o Instituto Camões assumiu essa missão, quer ao nível do ensino da língua, quer ao nível da sua difusão, através da criação de uma rede de centros de língua portuguesa e centros culturais, presentes em vários países (Instituto Camões, 2013).

Vivemos na era da informação e do conhecimento, a sociedade funciona em rede (Cardoso, 2006; Castells, 2004, 2010) e, nessa medida, a influência da língua portuguesa pode estender-se ao Ciberespaço. Esta rede virtual pode ser vantajosa para a promoção da língua portuguesa, por favorecer a comunicação e a aproximação entre pessoas, organizações, empresas, troca de ideias, de conteúdos. Dessa forma, a aposta no Ciberespaço não se resume ao número de utilizadores, mas passa também pela disponibilização de conteúdos em português, bem como de ferramentas de acesso livre em língua portuguesa, como dicionários, enciclopédias, tradutores (Galito, 2006).

Portanto, trata-se de reconhecer os valores da língua portuguesa e promovê-la de modo que ocupe efetivamente um lugar de destaque no mundo, a fim de os seus falantes a utilizarem para seu benefício, recorrendo a ela, para concretizar objetivos diversificados. Notamos uma crescente procura por parte de estrangeiros com interesse em aprender a língua portuguesa e a Educação em Português não pode ficar indiferente a esta realidade, devendo adaptar-se a ela a fim de lhe dar resposta adequada. Além disso, é importante também reunir esforços para captar mais interessados em aprender a língua portuguesa. Neste contexto, torna-se imperioso traçar o perfil de quem a procura, mas também dos futuros profissionais de Educação em Português.

Consequentemente, a Educação em Português tem um papel fundamental, no desenvolvimento de competências para um pleno domínio da língua portuguesa e na sensibilização para a relevância do português no mundo.

Tratando-se os professores de atores com elevada importância na educação dos alunos, é essencial prepará-los para esta realidade. Como pode, então, a formação inicial de professores favorecer a promoção e difusão da língua portuguesa? Em que medida o Ciberespaço poderá contribuir para essa estratégia? O que pensam os futuros professores sobre este assunto? O estudo que a seguir se apresenta incidiu, genericamente, sobre estas preocupações.

2. Metodologia e resultados

2.1. O estudo

Foi elaborado um inquérito com o propósito de realizar um estudo piloto, desenvolvido por investigadores da Universidade de Aveiro, na área da Educação em Português, a fim de traçar o perfil da língua portuguesa, através da perspetiva de futuros profissionais de Educação, de Portugal e do Brasil, sobre o lugar da língua portuguesa no mundo.

O inquérito por questionário, com questões fechadas e abertas, foi aplicado junto de estudantes, no âmbito de uma unidade curricular, integrada num plano de formação inicial para futuros professores de Português, em duas universidades dos respetivos países. Em Portugal o questionário foi aplicado junto de catorze participantes e no Brasil o questionário foi aplicado junto de doze participantes, perfazendo um total de vinte e seis.

O inquérito pretende uma abordagem global ao tema da língua portuguesa no mundo, sendo que se subdivide pelos seguintes tópicos: a identificação dos participantes, *Línguas e língua portuguesa*, *Internacionalização da língua portuguesa* e *Valores da língua portuguesa*.

O principal objetivo do inquérito é o de identificar as conceções que futuros profissionais de Educação possuem sobre a língua portuguesa e o mundo lusófono. Neste artigo, serão apresentadas as suas representações sobre o lugar da língua portuguesa no mundo, destacando a sua difusão, o seu crescimento e os seus valores, em particular na sua dimensão ciberespacial.

Todos os dados recolhidos foram reunidos e organizados, revistos e codificados por quatro investigadores (um investigador sénior, coordenador do projeto, e três investigadores juniores) e posteriormente tratados num programa de análise de dados (NVivo 10), qualitativa ou mista, tendo-se procedido a uma análise de conteúdo (Bardin, 2009). A análise e a apresentação irão centrar-se em questões relativas à difusão, ao crescimento e aos valores da língua portuguesa.

2.2. A difusão da língua portuguesa

Através de uma pergunta fechada, os participantes foram questionados *relativamente à difusão da língua portuguesa no mundo* a fim de manifestar se a consideram importante ou não e porquê. No caso, de a terem

considerado importante, tendo então assinalado a resposta *sim*, pediu-se em seguida para explicar *como poderá ser feita essa difusão*, através de uma pergunta aberta.

Todos os participantes, quer os portugueses quer os brasileiros, responderam afirmativamente, ao assinalar *sim*, pelo que consideraram importante a difusão da língua portuguesa no mundo. Apenas, um participante, do Brasil, não apresentou qualquer resposta.

À pergunta *Porquê?* colocada com o objetivo de justificar a importância dada à difusão da língua portuguesa, os participantes portugueses referiram os seguintes aspetos: Valor económico e cultural (“Por questões culturais, económicas...” (A4)); Aprendizagem (“... para impulsionar o interesse à aprendizagem da LP.” (A1)); Espaço geográfico (“Porque é uma língua falada em diferentes países do mundo.” (A3)); Expansão (“Porque é uma forma de divulgar a nossa língua no Mundo.” (A8)); Mercado de trabalho (“Para abrir portas aos falantes da LP no mercado de trabalho.” (A1)); Internacionalização (“Porque ajuda a valorizá-la internacionalmente.” (A12)); e Integração (... a difusão da Língua portuguesa torna-se essencial para uma maior integração dos portugueses pelo mundo.” (A2)). Nas respostas, prevalece o aspeto Valor económico e cultural (6 ocorrências), seguido da Aprendizagem (4 ocorrências) e Espaço geográfico (2 ocorrências) e Expansão (2 ocorrências). Uma minoria referiu o Mercado de trabalho (1 ocorrência), a Internacionalização (1 ocorrência) e a Integração (1 ocorrência).

Os participantes brasileiros referiram os seguintes aspetos: Aprendizagem e conhecimento (“Porque o português é uma língua muito rica, e é importante que os países e o mundo comecem a conhecer mais profundamente esta riqueza.” (B11)); Expansão (“O Brasil é um país em desenvolvimento, e para que continue assim, a Língua Portuguesa deve ser mais conhecida.” (B06)); Diversidade (“A Língua Portuguesa tem sua história de expansão, e assim como é importante que se aprenda outras línguas como Inglês, é importante que outros aprendam o português.” (B10)); Importância mundial (“Deve ser considerado importante assim como as outras (inglês, espanhol). Além de ser a língua de grandes autores (Camões, etc.) ” (B04)); Comunicação (“Porque facilitará a comunicação entre os demais países em variados setores como cultura, relações comerciais, ensino, entre outros.” (B09)); Espaço geográfico, Falantes e Relações económicas (“Porque isso aumenta o número de falantes e abrange outros território, auxiliando assim, nas relações económicas e comerciais de um país com outro.” (B02)). Nas respostas, prevalecem os argumentos da Aprendizagem e conhecimento e da Expansão (4 ocorrências cada), seguido da Diversidade e Importância mundial (2 ocorrências cada) e por fim Comunicação (1 ocorrência), Espaço geográfico, Falantes e Relações económicas (1 ocorrência).

Em seguida, ao pedir para explicar *como poderá ser feita essa difusão*, através de uma pergunta aberta, os participantes portugueses mencionaram as seguintes formas de difusão: Educação (“Com a inclusão do ensino da língua portuguesa nos sistemas educacionais de todas ou grande parte dos países...” (A11)); Média, redes sociais e eventos (“... através das redes sociais, que a Língua Portuguesa tem sido procurada por pessoas q ã falam portug. [sic] e que pretendem visitar o país dos Jogos Olímpicos – Brasil.

Nesse sentido, os grandes eventos desportivos também são um contributo para a difusão.” (A4)); Movimentos migratórios (“Através dos movimentos migratórios, sobretudo a emigração.” (A14)); Mercado económico (“... com trocas comerciais, onde a língua acaba por ter uma vertente, mas relações comerciais.” (A5)); Divulgação de conhecimento (“A Cultura, as Artes são bons meios para difundir o conhecimento. Nos últimos tempos, a Investigação Científica em Portugal tem-se notabilizado lá fora.” (A4)); Políticas de língua (“Através do estabelecimento dessa

difusão como uma prioridade pelas entidades governamentais da CPLP.” (A3)); e Sensibilização à diversidade linguística (“Atravéz [sic] da sensibilização para a diversidade de línguas, que podem existir num mesmo meio.” (A12)).

Assim, a maioria indicou que a difusão poderia ser feita através da Educação (7 ocorrências), seguindo-se os Média, redes sociais e eventos (4 ocorrências), depois o Mercado económico (3 ocorrências) e Divulgação de conhecimento (3 ocorrências). Registámos apenas 1 ocorrência indicando as Políticas de língua e a Sensibilização à diversidade linguística.

Quanto aos participantes brasileiros, estes mencionaram as seguintes formas de difusão: Educação (“Essa difusão pode ser feita por meio de cursos online, ou por meio da divulgação da língua na própria mídia internacional.” (B06); “Essa difusão poderá ser feita através da própria comunidade falante e ser repassada por professores de LP, mídia, Internet, entre outras.” (B07)); Intercâmbio (“Essa difusão pode ser feita através de intercâmbio.” (B03)); Políticas de línguas (“Primeiramente incentivando os países que falam Português a valorizar sua língua e expandí-la [sic] de forma cultural e não imposta às pessoas que não falam português.” (B10)); Média, redes sociais e eventos e Falantes (“Essa difusão pode ser feita por meio de cursos online, ou por meio da divulgação da língua na própria mídia internacional.” (B06)); e Mercado económico (“Através de turismo, programas de intercâmbio, acordos financeiros, etc.” (B12)).

Por conseguinte, a maioria indicou que a difusão poderia ser feita através da Educação (7 ocorrências), seguindo-se o Intercâmbio e as Políticas de línguas (3 ocorrências cada), os Média, redes sociais e eventos (2 ocorrências) e, por fim, os Falantes e o Mercado económico (1 ocorrência cada).

Em síntese, ambos os grupos inquiridos afirmam ser importante difundir a língua portuguesa pelo mundo. Apontam como justificação o valor económico e cultural da língua, no caso dos inquiridos portugueses, e a relevância da sua aprendizagem, no caso dos brasileiros, em primeiro lugar, e dos portugueses, em segundo lugar. Quanto às possíveis formas de a difundir, ambos mencionam a Educação, mas também os Média, redes sociais e eventos, no caso dos portugueses, e o Intercâmbio, no dos brasileiros.

2.3. O crescimento da língua portuguesa

Através de uma pergunta aberta, questionou-se os participantes quanto ao facto de considerarem o português como sendo ou não uma língua em crescimento, tendo que justificar a sua resposta.

No caso dos participantes portugueses, registaram-se 11 ocorrências com a resposta *sim*, 2 ocorrências com a resposta *não* e 1 ocorrência com a resposta *talvez*, embora esta não constasse do inquérito.

Assim, a fim de justificar as ocorrências com a resposta *sim*, os participantes referiram os seguintes aspetos: Movimentos migratórios (5 ocorrências) (“Penso afirmativamente, pois devido ao aumento da emigração, é natural que a sua difusão pelo mundo aumente. Devido à crise, as pessoas têm tendência para emigrar.” (A6)); Crescimento económico (3 ocorrências) (“... pela crescente importância atribuída ao Brasil, enquanto país com um grande crescimento económico...” (A3)); Divulgação de conhecimento (3 ocorrências) (“A Cultura, as Artes são bons meios para difundir o conhecimento. Nos últimos tempos, a Investigação Científica em Portugal tem-se notabilizado lá fora.”

(A4)); Abertura à diversidade (1 ocorrência) (“Esses países têm-se mostrado recetivos a outros povos.” (A1)); Número de falantes (1 ocorrência) (“... neste momento é considerada uma das línguas mais faladas no mundo e, eventualmente, no futuro poderá ser a mais falada.” (A13)); Média, redes sociais e eventos (1 ocorrência) (“Também reparo, através das redes sociais, que a Língua Portuguesa tem sido procurada por pessoas q ã falam portug. [sic] e que pretendem visitar o país dos Jogos Olímpicos – Brasil. Nesse sentido, os grandes eventos desportivos também são um contributo para a difusão.” (A4)); e Educação (1 ocorrência) (“Através da educação, por exemplo, com o programa Erasmus...” (A5)).

As ocorrências registadas com a resposta *não* foram justificadas com os seguintes aspetos: Valor económico (1 ocorrência) (“Apesar de existirem muitos falantes de língua Portuguesa no Brasil e outros países, considero que esta língua não tem capacidade de crescer, uma vez que as línguas das grandes potências mundiais têm vantagem sobre esta.” (A10)); e Relevância (1 ocorrência) (“... porque cada vez tem menos expansão nos outros países.” (A12)); por fim, o Crescimento económico foi referido para justificar a ocorrência registada com a resposta *talvez* (“... já que países como Angola ou Brasil estão em crescimento estando-se a mostrar ao Mundo.” (A11)).

No caso dos participantes brasileiros, registaram-se 8 ocorrências com a resposta *sim*, 2 ocorrências com a resposta *não* e 2 ocorrências *sem resposta* atribuída.

Para justificar as ocorrências com a resposta *sim*, os participantes referiram os seguintes aspetos: Crescimento económico (3 ocorrências) (“Sim. Devido a economia crescente, há a necessidade de expandir o idioma em outros países.” (B09)); Motivação (2 ocorrências) (“Sim. Porque falantes de outras línguas estão se interessando em conhecer a LP. Principalmente agora que o Brasil está como foco da copa.” (B07)); Educação (1 ocorrência) (“Sim, pois está havendo uma atenção mais cuidadosa em promover o interesse pelo estudo de L.P.” (B05)); Espaço geográfico (1 ocorrência) (“Com certeza, pela variedade linguística e pelo fato de vários países falarem a Língua Portuguesa, como, por exemplo, cabo verde e dentre outros.” (B08)); Média, redes sociais e eventos (1 ocorrência) (“Sim. Porque falantes de outras línguas estão se interessando em conhecer a LP. Principalmente agora que o Brasil está como foco da copa.” (B07)); Movimentos migratórios (1 ocorrência) (“Sim. Ao passo em que a população cresce, o país se desenvolve e automaticamente o fluxo de brasileiros em outros países propaga a LM.” (B06)); Política (1 ocorrência) (“Sim. Devido a economia crescente, há a necessidade de expandir o idioma em outros países. Isso ainda “gatinha”, mas com as relações e tratados feitos no mercosul, já é um grande passo para impulsionar essa expansão.” (B09)). As ocorrências registadas com resposta *não* foram justificadas com os seguintes aspetos: Educação (1 ocorrência) (“Não. O português só é ensinado, aprendido e falado quando há pessoas que falam o português, diferente do inglês e espanhol que fazem parte da grade curricular de escolas de ensino básico.” (B10)); Relevância (1 ocorrência) (“Em meu vê [sic], não! Pois na maioria das vezes, considerando a atualidade, as línguas que mais se sobressaem são o inglês e o Espanhol.” (B11)).

Sintetizando, quer o grupo português quer o brasileiro consideraram maioritariamente a língua portuguesa como sendo uma língua em crescimento. Ao justificar as suas respostas, os participantes portugueses destacaram os Movimentos migratórios, seguindo-se o Crescimento económico, que no caso dos brasileiros foi mencionado em primeiro lugar.

2.4. Os valores da língua portuguesa

Para abordar o tema dos valores da língua portuguesa, questionou-se os participantes através de uma pergunta fechada, de escolha múltipla, que lhes permitisse escolher as opções que considerassem mais relevantes a fim de definir qual o valor da língua portuguesa. Para o efeito, mencionaram-se os seguintes tópicos com diferentes valores: Língua de ciência, Língua de valor sociocultural e intelectual, Língua do Ciberespaço, Língua de comunicação internacional, Língua de relações comerciais, Língua de relações internacionais, Língua com peso político e Língua de poder económico.

Quanto aos participantes portugueses, a maioria assinalou o tópico Língua de valor sociocultural e intelectual (13 ocorrências), a seguir Língua de comunicação internacional (7 ocorrências), Língua de relações comerciais e Língua de relações internacionais (6 ocorrências cada), depois Língua com peso político (4 ocorrências) e Língua do Ciberespaço (3 ocorrências). Uma minoria referiu a Língua de ciência e Língua de poder económico (2 ocorrências cada).

Quanto aos participantes brasileiros, a maioria assinalou o tópico Língua de valor sociocultural e intelectual (10 ocorrências), a seguir Língua de relações comerciais (7 ocorrências), Língua de ciência e Língua de relações internacionais (5 ocorrências cada), Língua de poder económico (4 ocorrências), e por fim, Língua com peso político, Língua do Ciberespaço e Língua de comunicação internacional (3 ocorrências cada).

Em ambos os casos, o tópico referente ao valor sociocultural e intelectual foi registado com mais ocorrências, seguindo-se o valor Língua de comunicação internacional, no caso português, e o valor Língua de relações comerciais, no caso brasileiro.

Em síntese, ao cruzar os resultados da análise dos dados recolhidos entre os dois países, verifica-se que as respostas se assemelham, embora a sua ordem, definida por número de ocorrências, possa não ter correspondência. Isto revela que, apesar de se situarem em espaços geográficos diferentes, unidos pela língua portuguesa, as realidades deste público encontram-se em simbiose na sua perceção da língua e o seu lugar no mundo.

Também se verificou que relativamente à difusão da língua portuguesa, ao seu crescimento e aos seus valores, emergiu do discurso dos participantes a referência ao Ciberespaço, através dos Média, redes sociais e eventos, como ferramenta de promoção da língua portuguesa, ainda que com pouca expressividade. Foi dado destaque ao mercado económico e ao mercado de trabalho. Esta tendência poderá justifica-se pelo facto de os participantes serem influenciados pelas suas vivências, mas também por se encontrarem numa fase determinante do seu percurso académico e consequentemente profissional, levando-os a refletir sobre diferentes contextos socioeconómicos.

3. Discussão dos resultados dos dados recolhidos

As estatísticas apontam a língua portuguesa como sendo a sexta língua mais falada no mundo (Lewis et al., 2013), tendo vindo a conhecer um crescimento nos últimos anos (INE, 2013), e estando posicionada no quinto lugar em número de utilizadores no Ciberespaço (Observatório da Língua Portuguesa, 2013). De facto, o português conheceu um crescimento considerável em número de falantes entre 2010 e 2012, no Ciberespaço, e ocupa atualmente o terceiro lugar quanto à listagem das línguas mais faladas nas redes sociais (Socialbakers, 2012).

No entanto, e no caso específico da realidade ciberespacial, constatou-se que as respostas dos participantes do estudo não a refletem. As respostas dadas pelos participantes apontam de facto o Ciberespaço, como forma de divulgação, crescimento e valor da língua portuguesa, através dos Média, redes sociais e eventos, mas atribuem-lhe

menos peso em relação a aspetos económicos e relacionados com o mercado de trabalho. Esta tendência explicar-se-á pela presença incontestável de falantes de português distribuídos por várias partes do mundo e do seu valor económico em ascensão. O crescimento económico de alguns países lusófonos tem vindo a contribuir para a valorização da língua por parte dos seus falantes: quanto mais valor económico tiver uma língua, mais poder e valor lhe é atribuído (Reto, 2012).

Uma vez mais e a fim de justificar este facto, será oportuno referir que os participantes inquiridos são um público jovem, em fase final de formação académica e profissional, cujos principais interesses estarão orientados para um futuro desempenho profissional, tendo em vista o mercado económico e de trabalho. Poder-se-á também considerar que se trata de um público muito familiarizado com as ferramentas ciberespaciais, em particular em português, graças ao acesso fácil e gratuito que estas têm vindo a conhecer nos últimos anos, e por isso, ter-se-á banalizado o seu uso. O posicionamento destes futuros profissionais de Educação em Português pode apontar para a necessidade de promover a consciencialização da importância e do lugar da língua portuguesa no Ciberespaço e, genericamente a sua divulgação no mundo.

Tendo em consideração esta perspetiva, poder-se-á questionar: o uso do Ciberespaço em português estará a ser rentabilizado por formar a explorar ao máximo as suas potencialidades? Estará a ser utilizado para comunicar, colaborar, partilhar, construir conhecimento, fazendo da língua portuguesa uma fonte de informação, de desenvolvimento de competências, e instrumento de construção de conhecimento no Ciberespaço (Galito, 2006)? Em que medida a utilização eficaz deste potencial poderá contribuir para a formação destes futuros profissionais e também ir ao encontro das suas expectativas quanto ao seu futuro profissional?

4. Reflexão final

No panorama de um mundo globalizado, alimentado pelo batimento ciberespacial, os participantes deixaram vislumbrar uma abertura a outras perspetivas do ensino do português, viradas para uma sociedade moderna e atual, sendo que as suas respostas atribuíram sempre importância à aprendizagem e ao ensino da língua portuguesa, para a sua difusão, o seu crescimento e atribuição de maior valor. Por outro lado, não deixaram de refletir sobre a importância do Ciberespaço, mas não lhe conferiram um papel relevante para abrir portas no mundo real e virtual, ajudando a concretizar os seus anseios profissionais.

Assim, a formação de professores poderá vir a ter um posicionamento fulcral para a consciencialização e dinamização desta perspetiva, com o objetivo de abrir ainda mais os seus horizontes, consolidar e recolocar o português, como língua internacional, que abre portas, usando todos os meios disponíveis e procurando alargar a utilização do Ciberespaço para este efeito.

Referências bibliográficas

- Aguilar, L. (2004). A Língua Portuguesa na Galáxia das Línguas do Mundo e no Ciberespaço. *Teia da Língua Portuguesa*. Consultado em 24 de junho de 2013, <http://www.teiaporuguesa.com/webquestslinguaporuguesa/nasgalaxiasdaslinguasdomundo.htm>
- Ançã, Maria H. (2003). "Português-língua de acolhimento: entre contornos e aproximações", *Comunicação apresentada no Congresso Internacional sobre História e Situação da Educação em África e Timor*: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa.

- Ançã, Maria H. (2008). "Língua portuguesa em novos públicos" in Saber (e) Educar 13, 71–87.
- Ançã, Maria H., e Amaral, Ana L. (2007). "Representações metalinguísticas de universitários cabo-verdianos em Aveiro" in Maria Helena Ançã (Org.), *Aproximações à Língua Portuguesa*. Aveiro: Universidade de Aveiro. Centro de Investigação Didática e Tecnologia na Formação de Formadores, 11–21.
- Arroteia, Jorge C. (2007). "Migrações Portuguesas: da expressão de mão de obra, às questões de cidadania europeia", *Atas do Congresso Educação e Democracia – Representações sociais, práticas educativas e cidadania*. Universidade de Aveiro.
- Bardin, Laurence (2009). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Cardoso, Gustavo (2006). *Os media na sociedade em rede*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Conselho Nacional de Educação.
- Castells, Manuel (2004). *A galáxia internet. Reflexões sobre internet, negócios e sociedade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castells, Manuel (2010). *The rise of network society*. Malden (MA): Blackwell Publishing Ltd.
- CPLP. (2010). *Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa*. Luanda: CPLP.
- CPLP. (2013). *Objetivos*. CPLP. Consultado em 25 de junho de 2013, <http://www.cplp.org/id-46.aspx>
- Faulstich, Enilde (2000). "Desafios para uma Política do Idioma", *III Congresso Internacional da SIPLE*. Brasília.
- Galito, Maria S. (2006). "Impacto Económico da Língua Portuguesa Enquanto Língua de Trabalho" in CI-CPRI, AGL 1, 1–97.
- INE. (2013). *Comunidade de Países de Língua Portuguesa: breve retrato estatístico*. Portugal: Instituto Nacional de Estatística.
- Instituto Camões. (2013). *Missão do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua. IC. Instituto da cooperação e da língua*. Consultado em 25 de junho de 2013, <http://www.instituto-camoes.pt/informacao-institucional/missao-do-camoes>
- Laborinho, Ana P. (2012). *Prefácio. A língua na rota da economia in* Luís Reto (Org.), *O potencial económico da língua portuguesa*. Alfragide: Texto, 17–20.
- Lewis, M. P., Gary, F. S., & Fenning, C. D. (2013). *Ethnologue: Languages of the World, Seventeenth edition*. Dallas, Texas: SIL International. Consultado em 24 de junho de 2013, <http://www.ethnologue.com/statistics/size>
- Lopes, Carlos (2003). "Poeiras no caminho. Portugal e o espaço lusófono" in *Revista Crítica de Ciências Sociais* 66, 165–172.
- Observatório da Língua Portuguesa. (2013). *Línguas mais utilizadas na internet. Observatório da língua portuguesa*. Consultado em 26 de junho de 2013, <http://observatorio-lp.sapo.pt/pt/dados-estatisticos/as-linguas-na-internet/linguas-mais-utilizadas-na-internet>
- Pena Pires, Rui (2002). "Mudanças na imigração: uma análise das estatísticas sobre a população estrangeira em Portugal, 1998-2001" in *Sociologia – Problemas e Práticas* 39, 151–166.
- Reto, Luís *et al.* (2012). *Potencial económico da língua portuguesa*. Alfragide: Texto.
- Socialbakers. (2012). *Top 10 Fastest Growing Facebook Languages*. Socialbakers. Consultado em 24 de junho de 2013, <http://www.socialbakers.com/blog/1064-top10-fastest-growing-facebook-languages>
- Wikipédia. (2013). *Ciberespaço*. Wikipédia. Consultado em 25 de junho de 2013, <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ciberespaço>

23. MARIA ZÉLIA BORGES, UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE (JUBILADA)





MARIA ZÉLIA BORGES

TEMA 1.8 CADA TERRA COM SEU USO, CADA ROCA COM SEU FUSO, MARIA ZÉLIA BORGES (UPM)

Nos países lusófonos a língua (a roca) é uma só, mas a fala (o fuso) contém tantas variantes que devemos (os falantes) ser “políglotas dentro da própria língua”, como pretendeu Bechara (1986).

Cuidarei, nesta oportunidade, de fruir diferenças nas variantes diatópicas diversas do português. Cada variante segue seu curso, flui e reflui, incluindo, excluindo e retomando formas advindas de outras línguas, em consequência de migrações e de novos contatos culturais, comerciais e tecnológicos entre povos. O Brasil, por exemplo, é um cadinho de povos e de línguas, onde todas são bem-vindas e se misturam sem pejo.

Assim, farei confrontos entre o português continental, o açoriano, o brasileiro, e o cabo-verdiano¹⁴⁸, a partir de obras de Vitorino Nemésio e Cristóvão de Aguiar; João Ubaldo Ribeiro e João Guimarães Rosa; bem como de obra de Manuel Lopes. Em Nemésio e Aguiar encontram-se muitas palavras do inglês; em Ubaldo e Rosas, muitos africanismos e tupinismos. Lopes apresenta palavras cuja explicação só recentemente se tornou plausível, com mais segurança, após a publicação de *Grande Dicionário – Língua Portuguesa*, da Porto Editora (2010). E isto apesar de o livro conter um glossário próprio.

Analisarei, inicialmente, um caso de fluxo e refluxo de palavra, ou seja, adoção de um vocábulo – *cumquibus*; seu curso numa primeira fase, no Brasil; posteriormente, limitação de uso até a palavra não ser mais encontrada nos dicionários aqui usados. A palavra voltou ao uso diário, neste início de século.

A palavra não consta do Grande Dicionário nem do dicionário eletrônico da Porto Editora¹⁴⁹ – Português, tampouco em obras açorianas consultadas. A Infopédia, Enciclopédia da Porto Editora, remete para o verbete “conquibos”, do Dicionário Italiano – Português.

¹⁴⁸. Chama-se cabo-verdiano “uma língua crioula de base portuguesa falada em Cabo Verde e regiões costeiras africanas próximas, de ocupação ou influência portuguesa” (DH).

¹⁴⁹. Nomes de dicionários e vocabulários aparecerão abreviados: DH, para o dicionário Houaiss; AE-XXI, para o dicionário Aurélio, por exemplo. Haverá lista de abreviaturas e siglas, ao fim do texto.

3. IDICIONÁRIO: está correta a grafia da palavra. É assim que se encontra o nome da obra.

Entre dicionários brasileiros, não vem registrado nos dicionários de uso mais frequente, Aurélio e Houaiss, em nossos dias. Encontra-se, porém, assim inscrito, no dicionário³ Caldas Aulete, eletrônico:

Na ordem alfabética o verbete mais próximo do pesquisado é: **Cum-quibus**. s. m. pl. (fam.) dinheiro, pecúnia, cobres:” Sim... não apostava... Por falta de *cum-quibus!* – reforçou mais explícita”. (Aquilino Ribeiro, Mônica, c. 3, p. 82, 3ª ed.) [Também se aportuguesa em *com-quibus*.] Forma palavras latinas que significam *com que*.

O DH registra o verbete *conques* como regionalismo de Trás-os-Montes, significando também **dinheiro**. Afirma ter ela etimologia obscura; contudo; parece-nos simplesmente *com o quê*, tradução da expressão latina estudada no *qui, quæ, quod*, em nossa juventude.

Conforme relato e confirmação de pesquisa realizada recentemente por Teixeira (1913: 68), a palavra foi introduzida no sul de Minas, no denominado Sertão da Pedra Branca, no final do século XVIII. Aparece citada entre os nomes de vinte e duas sesmarias, a dos *Comquíbios*, que “*seria uma variação formal de Cumquibus, denominação original do arraial, com o significado de riqueza*”. Reza a tradição que um dos párocos de sua capela, José Dutra da Luz, originário da ilha açoriana do Pico, atribuiu-lhe o nome Espírito Santo dos Cumquibus. Em 1741, o curato transformou-se em paróquia ou freguesia, passando a Vila.

Mudou-se o nome para Vila Cristina, em 1841, durante visita da Princesa Isabel, com intuito de homenagear a Imperatriz Teresa Cristina. Tal nome teria sido proposto pelo Presidente da Câmara, Joaquim Delfino, pertencente à família do Padre Dutra da Luz. Adotado novo nome, reduziu-se o emprego do anterior, limitado então a variante diafásica, apenas no estudo de história da cidade, matéria do segundo ano do curso fundamental, a partir de 1910, com a criação do primeiro grupo escolar na já cidade Cristina.

Fui leitora voraz durante infância, juventude e vida adulta, mas entre autores portugueses, açorianos e brasileiros li a palavra apenas em Cristóvão de Aguiar (1994: 77), “ [...] *sofria de curteza de vista. Coitado do Felisberto! Mas não usava óculos por não ter conquibus*”. Anotei, contudo, que a palavra aparece repetidas vezes neste autor.

Somente no século XXI, Cumquibus refluí, em estratégia de marketing, como nome de um loteamento para condomínio, com a construção de numerosas casas. Hoje a palavra está de novo na boca do povo e tive até vontade de comprar uma casa, pela simpatia do nome.

Volto, agora, atenção para uma palavra de entrada recente no português do Brasil: apagão, cuja data de chegada ao Brasil, segundo o DH, é 1988. O dicionário assim a apresenta: “Regionalismo; Brasil. m. q. blecaute (interrupção de fornecimento de eletricidade)”. Lembro-me de quando a ouvi pela primeira vez. Estava justamente num trânsito caótico motivado por falta de energia elétrica, pensando na palavra nova, achando que adviria do gosto brasileiro pelo aumentativo, como acontecia em Mineirão (Estádio de futebol em Belo Horizonte); Canecão (casa de espetáculos no Rio de Janeiro); Porcão (restaurantes pelo país todo, já com filiais no exterior). Mas sabendo que com étimos de nada valem chutes, fui procurar-lhe a origem em meu vademécum, o DH. E nele encontrei a informação de se tratava do “plat. apagón, deriv. de apagar”. Realmente a palavra começou a ser usada entre nós a partir da Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu, construída entre 1975 e 1982, sobre a qual Wikipédia diz: “A Usina de Itaipu faz parte da lista das Sete maravilhas do Mundo Moderno, elaborada em 1995 pela Revista Popular Mechanics, dos Estados Unidos”. O Brasil trouxe a palavra

platina da região fronteira entre Brasil e Paraguai e, para explicar seu significado, prefiro o esclarecimento de Sampaio (1987: 256): ita-ypú, a fonte *das pedras – o manancial saído da pedra ou do rochedo.*

Em Portugal e mais ainda nos Açores, aparecem frequentes anglicismos. Encontram-se à larga em Nemésio e Aguiar, açorianos e professores de Coimbra, dos quais destaquei inúmeras palavras. Volto a Aguiar (1994: 125), *Passageiro em trânsito*, de onde retiro *biinha*. Nesta passagem o autor tem o cuidado de grifar o estrangeirismo: “Esse (o Sr. Reigó), *então, resumiu todo o seu universo linguístico, e também o que lhe inunda certos baixios da vida, praticamente numa só palavra – biinha. Cerveja, cervejinha. Do inglês beer. Transmitiu-a ao neto mal o pequeno havia iniciado os primeiros tropeções de pernas e de língua*”.

Na mesma obra, mais à frente (p. 163), não resisto ao desejo de fruir de um trecho maior alusivo a uma mosca varejeira, esborrachada, presa em uma gema de ovo e à fala luso-americana de um ilhéu:

[...] Já não consegue levantar voo. O trem de aterragem ficou grudado. Espenuja-se (sic) ela então num derradeiro esforço diptérico. Procura a todo custo de lá sair. Queda-se por fim quieta, asas molhadas e meio desabadas numa murchidão de passamento próximo. Nesse dramático entretanto, chama o senhor Afrânio o criado mais à mão e dispara-lhe a pistola de luso-americano em férias na Ilha.

– By gosh, sanabagana!

Ordena-lhe ainda que vá chamar quanto ante o maneiija do hotel. Do hotel ou raio que vinha a ser aquilo, com moscas atrevidas passeando-se nas gemas de ovos estrelados. Era a Ilha, que havia de fazer? A Ilha, a bosta e as moscas. O mistério da santíssima trindade islenha. O maneiija, muito bensinado, a cara da cor das paredes da sala do aeroporto, brancas como panos a quorar ao Sol, mostrou-se muito sorry. E o senhor Afrânio já cordato, disse: – Let it go desta vez. Mas pensou que do papel luso-americano não se livrava ele. E toda a Ilha em geral. Quando regressasse à América, havia de publicar um artigo de fundo. Poria a ambos no fundo. O hotel e a Ilha. Nisto de moscas o senhor Afrânio era muito tafe mesmo. Continua neste momento recostado no meiple da sala de espera do aeroporto. Pratica para o cacho de pessoas com muito respeito e aceso espanto.

É pitoresca a miscelânea de ilhéu feita em português continental e suas variantes, com anglicismos e galicismos.

Vejamos algumas palavras:

Trem da aterragem - assim ouvimos normalmente em Portugal; no Brasil, ouvimos *trem de pouso*. Aliás, no DH, o verbete ¹*aterrar* aparece como sinônimo de *aterrorizar*, com datação do séc. XIII e com a seguinte etimologia:

Orig. contrv. segundo Nascentes, pref. *a-* e lat. *terrére* ('aterrar, atemorizar, horrorizar'), com mudança de conjugação, hipótese mais plausível, uma vez que o v. lat. *terrére* vincula-se ao lat. *terror, óris*; segundo DA e JM, der. de *terra*, com a significação primitiva de 'derrubar', depois, 'meter medo, assustar', por infl. semântica de *terror*; JM deriva tb. de *terra*, e comenta 'propriamente, atirar por terra, derrubar'; AGC vincula diretamente ao rad. de *terror*; ver *terror-*

Já o verbete ²aterrar apresenta diversos significados concernentes “a cobrir de terra; cair por terra; esconder-se debaixo da terra; derrubar; aterrissar aeronave (Aeronáutica); ligar um circuito ou um dispositivo qualquer a terra (Eletricidade); rumar o navio para terra”. Na etimologia remete para aterrar¹, o que nada melhora para nós. Preferimos, portanto, no Brasil, permanecer ficar com aterrissagem, que não nos causa estranheza.

Embora o DH afirme ser a forma um galicismo para os puristas, em sua etimologia afirma, citando que ela se superpõe à outra (citando Antenor Nascentes).

Vem a seguir um sintagma cristalizado – *By gosh, sanabagana!* Encontro explicação para o significado da última palavra em Barcelos (2008: 501): “o m. q. *sanababicha*, talvez um pouco mais moderado”. *Sanababicha*, por sua vez, remete ao verbete usado para xingar a mãe, com a seguinte observação: “*mas desprovido de seu conteúdo ético; talvez mais ‘filho da mãe’*”. Apraz-me acrescentar que, no Brasil, a palavra de xingamento, pelo menos em Minas Gerais, em Cristina, na linguagem coloquial, entre amigos, serve também como elogio.

Já *by gosh* não se encontra em nenhuma obra a meu dispor, mas pode-se, muito facilmente, atinar com a interjeição “por Deus!”

Novamente em Barcelos (p. 346), encontramos a definição para *manêija*: “*capataz; chefe (do am. Manager). Também muito usado na Madeira*”. Trata-se, aqui, de um *calafonismo*, também definido no DFA: “*aportuguesamento (estropiado) de vocábulo americano pelos emigrantes açorianos, não usado na linguagem corrente do povo açoriano*” (sic). Outros americanismos da fala de açorianos aparecem logo a seguir: *sorry* se traduz por “pesaroso”; *let it ago*, por “deixa estar, deixa pra lá”; *papel*, por “jeito, jeito; aparência”; *tafe*, por “entendido, perito”.

Um vocábulo em português, “quarar”, pode requerer algum comentário. Esta forma aparece no DH, como “Regionalismo: Brasil. m.q. *corar* (‘clarear roupa ao sol’)”. Explica-se sua origem como “alt. de *corar*; segundo AGC, por ultracorreção; ver *color-*”, datando-a, segundo este mesmo autor, no século XX. A forma é recente mesmo. Lembro-me de sempre tê-la visto corrigida para “corar”. A Infopédia apresenta a conjugação completa de tal verbo e apõe, no fim, o seguinte comentário: “Nenhum resultado encontrado para *quarar*”. E aconselha que se verifique se a forma está ortograficamente correta ou que se procure algum filtro para nova procura.

Aguiar, em suas obras cuida sempre de grifar os estrangeirismos. Mas a palavra “meiple”, que parece repetidas vezes na obra em pauta é transcrita sem nenhum grifo, o que acontece com palavras usadas nos Açores pelos migrantes que vão e vêm, e, por tabela, com seus conviventes. A palavra nomeia “*uma poltrona baixa, inteiramente de couro de um assento de sala de espera*” (Infopédia online). “*Continua neste momento recostado no meiple da sala de espera do aeroporto.*” (Aguiar 1991: 161).

Da variedade de nomes em português, Aguiar dá amostra em *Relação de bordo II* (2000: 34): “*Ao alpardusco da tardinha, pelas Trindades, regressava à freguesia com a sensação de que vivera aquele dia em outro mundo.*” À procura do verbete “alpardusco”, tanto a Infopédia online quanto o Grande Dicionário registram apenas “pardusco”, adjetivo, e nos remetem a “pardacento”. Não registram substantivo. Para “crepúsculo”, que também nomeia o mesmo fenômeno, ficarei com as definições do DH, pois este procura explicar sua causa:

1. *Clareza no céu entre a noite e o nascer do Sol ou entre seu ocaso e a noite, devido à dispersão da luz solar na atmosfera e em suas impurezas.* 2. *Derivação: por metonímia. O tempo de duração dessa clareza, antes de se firmar o dia ou a noite* 3. *Derivação: sentido figurado. Período que antecede o fim de algo, momento em que se percebe este fim; declínio, decadência.*

Deixo de fora uma quarta definição, no campo da Estatística, cujo uso o dicionário afirma ser pouco frequente. Para sinônimos o DH remete a “alba, albor, alva, alvor, alvorecer, alvor, amanhecer, anteauroa, antemã, ar-de-dia, arriada, arrebol, aurora, barras, crepúsculo, dilúculo, madrugada, manhã, ruiva, sol-das-almas, sol-fora, titônia; ver tb. antonímia de *desenlace*”. Estamos cientes de que o dicionário considera, por exemplo, “ruiva” como regionalismo no Brasil (SP) e dialetismo¹⁵⁰ em Portugal. Houaiss registra ainda “lusco-fusco” como sinônimo de “ocaso” e “aurora”, e registra também “poente” e “por do Sol” para o crepúsculo do anoitecer. Não registra “nascer do sol” em entrada especial, mas usa a expressão em definições e exemplos. O mesmo dicionário aponta também a palavra “dealbar”, na função de substantivo, apresentando-a como derivação por analogia, em sinonímia para romper do dia; a aurora.

Volto-me agora para Vitorino Nemésio, também escritor açoriano, que viveu como professor em Coimbra, com frequentes incursões por outras paragens. Escolhi o título *Mau tempo no Canal* (1986), onde se detecta nitidamente a influência da ficção inglesa, segundo resumo biobibliográfico apenso ao e-book da obra, para nele colher os casos a serem aqui analisados. Tal análise daria um trabalho de fôlego, impróprio para os limites de extensão e tempo deste momento. Limitar-me-ei, portanto, aqui, a uma rápida amostragem, como, aliás, sou forçada a fazer também com os demais autores.

Nemésio registra estrangeirismos ora com grifos, ora sem eles. Procurarei reunir fatos semelhantes. Assim temos estrangeirismos grifados em três momentos numa mesma página. É o caso da p. 165, onde aparecem João da Cezilha, um baleeiro do pico; Roberto Clark, tio da protagonista, filho do avô materno de Margarida, a protagonista.

Iniciarei por expressões grifadas:

Mas o Sr. Roberto velho, *british subject*, sem alterar o castiço da arquitetura picarota, acumulara por trás e aos lados da adega os quartos e esconsos exigidos pelo crescimento da família e pelo seu amor ao conforto. (.)

Parecia alguém que descia a escada do pátio para o terraço. E na janela das torrinhas... mais forte; não vê? A apagar-se e a acender-se? Deve ser do quarto da ama. A outra luz era mais amarelada. Era a lanterna.

- *So very... That's strange!* - exclamou Roberto, como que falando para si.” (p. 165)

No trecho aparecem tanto expressões inglesas quanto palavra típica dos açores e palavra de entrada bastante antiga na língua portuguesa:

British subject – cidadão britânico;

¹⁵⁰ Diferença entre dialetismo e regionalismo no DH: 1. Regionalismo: Rubrica: linguística. 1. elemento ou traço linguístico (fonético, morfológico, vocabular, sintático ou semântico) de origem popular, restrito a uma região de um país (dialetismo regional) ou a uma classe ou grupo social (dialetismo social). O exemplo do dicionário bastante adequado para citação aqui: ‘o escritor regionalista costuma empregar dialetismos nas suas obras’. 2. empréstimo de palavra ou traço linguístico dialetal na língua padrão.

Esconso – compartimento situado debaixo de um lanço de escadas ou do teto (Infopédia). A isto chamávamos “cafua”, no Br. MG; isto é, um compartimento com as características acima, onde se guardavam materiais de limpeza. O DH data a palavra em português: c1560.

Picarota – feminino de picaroto; natural da Ilha do Pico; também picarato e picoense (DFA). O DH data a palavra no português apenas em seu primeiro sentido (o ponto mais alto de um monte, de uma montanha; cimo, cume, pico) em 1606.

So very... That's strange – De fato... Isto é estranho!

O texto contém inúmeras palavras e expressões inglesas que são traduzidas em nota de rodapé: *Arltk Ocean*, Oceano Glacial Ártico; *Western Ground*, Mar das Antilhas; *Japanese*, Japoneses (Mares do Japão).

Inclui Americanismos criados à moda dos Açores: é o caso de “calafona”:

1. Califórnia, na estropiação dos migrantes de antigamente. 2. *N.m. deprec.* O m.q. *amaricano*, ou seja, o emigrante dos EUA em geral, que antigamente vinha por aí abaixo, endinheirado mas pouco polido, a falar a língua *amaricana* aprendida de ouvido e palreada com toda a estropiação possível. É, contudo, a imagem duma geração que vai passando. (DFA)

Há um momento no texto em que uma personagem faz verdadeiro exercício de tradução do latim:

[...] aclarou a garganta, trauteou em falsete:

- Omnes!om-nes!amici mei... Om-nes amici mei... de-meeliique-runt... de-rre-liin-quee...runt me!

- Que bonito! Que simples!

Mateus Dulmo forneceu a tradução:

- "*Todos os meus amigos me abandonaram.*" Isto significa a grande desolação do Senhor e a força da obediência que o levava a consumir o sacrifício da Redenção. Mas *derrelinquerunt* é mais que *abandonaram*: talvez desprezaram. Não, não! desprezo é outra coisa... "me esqueceram," "me deitaram para um canto", como uma coisa inútil. *Derelinquere*: "deitar para o canto, abandonar totalmente".

A palavra *voltaire* (assento com encosto e braços para uma pessoa, segundo o PR Petit Robert), galicismo, aparece várias vezes, em estranhas combinações: logo seguida de *Times* (com destaque Gráfico também), mas secundada por “abat-jour”, sem destaque:

O velho Clark estava quase deitado na sua voltaire de juta, com uma mesinha de jogo ao alcance da mão, de lado, coberta de remédios, de caixas de charutos, a garrafa do uísque para ter a ilusão do beberico, uma pilha de Times intacta. Mal se lhe viam as feições comidas pela barba em leque, branca de neve, sobre que dava em cheio a luz do candeeiro de petróleo velada de abat-jour verde.

Voltaire aparece mais vezes: *voltaire* do pai (aparece duas vezes); “*deu a volta à voltaire, abriu o cachiné, de testa erguida*”: seguida de outro francesismo, *cachiné* (de *cache-nez* – cachecol), sem destaque Gráfico; *voltaire* à janela.

Não posso furtar-me à fala pitoresca de Manuel Bana, criado da família de Margarida, em conversa com ela e seu tio Roberto:

Manuel Bana; inquieto e a arder em febre, gemia. Queixou-se da cabeça e das "cruzes"; queria andar. E, descendo o braço ao longo da pilha de cobertores, parou a mão a medo:

- O pior é o matulo... - E, para Roberto, em voz baixa, aproveitando o movimento de distração voluntária que Margarida fizera em direção ao avarandado interior que dava do quarto sobre a adega: - Aqui, meu amo; caise im riba das partes... [...]

- Im o senhor dôtôr chigando, a menina ajunte a sua roipinha e vaia e mais ele. Mandaro recado a minha irmã pró Capelo, como ê disse? Ela é que tem obrigação de ficar aqui a pé de mim. São doenças mum ruins...

- Qual!- disse Roberto. - Apanhaste um resfriamento, é o que foi... Uma madrugada daquelas, na subida do Pico... Não era de esperar outra coisa. Se não fosse o senhor Diogo teimar para teres a vaca descansada e mugi-la ao romper do Sol, nada disto acontecia...

- Tou co a peste, meu amo!...

- Peste?!, o quê!...

- Ê sei... Ê morro...

Cruzes – nome plural. Região lombar, que tanto atormenta os mais idosos, segundo explicação do DFA;

Matulo – tumefação; tumor; o m.q. *mamulo* (do ár. *Maftula*), idem; – caise im riba – quase em cima;

Ê – eu;

Mum ruins – muito ruins;

Passando, depois, pela literatura do Cabo Verde, li Manuel Lopes (1979) – *Os Flagelados do Vento Leste*, em busca de palavras características de lá e destaquei:

Codê – o caçula: era tarefa dos meninos espantar os corvos Becente e Becenta. Estes “[...] *grasnavam, mofando enquanto não o (o menino) vissem abaixar-se e pegar numa pedra; então afastavam-se prudentemente, sem pressa, confiados no poder das suas asas e na imperícia do codê da casa.*” (p. 48) O GD explica: “Cabo Verde. De cadete? Ou do mandinga *korádén*, criança às costas”.

Desamparinho – crepúsculo tanto do entardecer quanto amanhecer, na explicação do glossário da própria obra e no GD, que acrescenta sua origem: “do crioulo cabo-verdiano *desamparim*”. “À hora do desamparinho o mar mudava de cor, a pouco e pouco, até escurecer de todo” (p 60/61). Também Aguiar (2004:205) emprega esta palavra: “*Arrependeu-se o tempo de continuar primavera, chuvejou perto do desamparinho do dia e durante a noite caiu bem caída*”.

Guisa – “*cerimônia evocativa de um falecimento com uma refeição, canto e choro, ao fim de um mês ou de um ano. Do crioulo cabo-verdiano giza, prento, choro*” (GD). NO texto de Lopes: “*Com as férias grandes ausentou-se para a Ilha. Todo mundo foi despedir-se dela. Houve guisa, como se fosse para nunca mais, como se tivesse morrido.*” (p. 57)

Sabe – “que sabe bem; gostoso; bom. Do crioulo *sabi*, ‘idem’, a partir de *saber*. Tem uma forma superlativa interessante: *sabe de mundo*, quer dizer excelente” (GD). “*Depois fui pró terreiro, e sentei-me ao sol mastigando devagarinho o doce, porque era um doce muito sabe [...]*” (p. 193).

Capstan – “Ando cheia de remorsos e tudo isso por causa de uma simples latinha de *capstan*” (p. 153). A palavra devidamente grifada, porque também no Cabo Verde se falam anglicismos. E o glossário do próprio livro explica: “antiga embalagem de cigarro inglês”.

É chegada a hora de referir-me à frequência de tupinismos e africanismos no português do Brasil. Para tanto busco elementos em João Ubaldo, na obra *Viva o povo brasileiro* e em Guimarães Rosa, no conto “Meu tio o laguretê”, incluído em *Estas estórias*. Para isto destacamos das duas frases “Da pinima eu comia só o coração delas, mixiri, comi sapecado, moqueado, de todo o jeito” (Rosa 1985: 166). “Onça não tocaia de riba de árvore não” (Rosa 1995: 171):

Pinima – [Do tupi *pi'nima* 'malhado, manchado, listrado, rajado'; cp. *pinimba* 'birra'; ver *pinima*; f. hist. 1752 *penyma*, 1833 *pinímas*] (DH). S. f. Rosa usa o vocábulo, como f. red. de jaguarapinima, para designar uma variedade de onça, descrita por Santos: carnívoro fissípede, da família dos felídeos (*Panthera [Jaguarius] onça*), de coloração amarelo-avermelhada, com manchas pretas arredondadas ou irregulares, porém simétricas, em todo o corpo, encontrado (salvo no Chile e nos Andes) em toda a América, desde o SE dos EUA Tem cerca de 1,50 m de comprimento, afora a cauda, que tem 60 cm, e 80 cm de altura. É considerada a fera mais terrível da América, e alimenta-se da caça e da pesca de animais, preferindo grandes peças. [Sin.: *acanguçu*, *canguçu jaguarapinima*, *jaguretê*, *onça*, *onça-pintada*, *pintada*, *tigre*].

Para Santos (1984: 241), “a *onça pintada* está sujeita a certas variações não subespecíficas, mas puramente individuais em que os caçadores, os caboclos, os habitantes do interior do país querem ver uma ou mais variedades”. Apresenta as variedades: *jaguretê pinima* ou *iualetê pinima*, *jaguretê-pixuna* ou *iaualetê-pixuna* ou *onça-preta*, *jaguretê sororoca* ou *iaualetê sororoca*.

Navarro (1998: 112) observa: com a colonização, o cachorro foi trazido para o Brasil, passando a receber o mesmo nome dado à onça, *jaguara* ou *îagûara*¹⁵¹ Para se diferenciar um animal do outro, passou-se a juntar o adjetivo *etê* (verdadeiro, genuíno) com referência à onça (*jaguretê*, a *îagûara* verdadeira), em oposição à simples *îagûara*, que era também o cachorro.

No dic. AE-XXI, aparece como Bras. Gír. 1. Coisa ruim ou fatal; praga. 2. Birra, emburrância, implicância. [Var. *pinimba*.] Neste, a f. *pinima* aparece apenas como elemento de composição, significando ‘pintada’.

Mixiri – [Do tupi *mixira* ou *mixyra*, 'assado'] *Adj.* LB dá o significado de ‘assado’. Já o DH só registra a forma *mixira*, apresentado sua etimologia e definição: tupi *mi'xira* 'conserva preparada com a carne de peixe-boi'; f.hist. 1877 *mixíra*. VStr. a define como fritura de peixe e de carnes muito torrada, conservada em vasilhas na gordura que serviu para prepará-la. Bem preparada se conserva por muito tempo e já foi indústria muito explorada, especialmente no Solimões. A *mixira* mais comum é a de peixe-boi e de tartaruga; mais rara a de tambaqui e outros peixes, assim como de caças. Registra-se tb. *mixire*, ‘fritado’, no mesmo dicionário.

Moqueado – *Adj.* Br. 1. Secado no moquéim para ser conservado. 2. Assado em moquéim. Etimologia: part. de *moquear*. moqué(m) + -ar (com perda da nasalidade); f. hist. 1763 *moqueada*, 1836 *moquear*, 1869

¹⁵¹. JAGUARA [Do tupi-guar. *ya'wara*.] S. m. 1. Bras., PR e RS. Cão ordinário. 2. Bras., PR. Pessoa ordinária, de mau caráter.

muqueavão. A palavra *Moquém*, por sua vez, vem do tupi. Nascentes registra o tupi *mboka'i*, no DHPT encontra-se o tupi *moka'em* ou *moka'e* 'carne preparada segundo técnica indígena primitiva no moquém (grelha de varas us. para secar ou assar ligeiramente a carne)'; f. hist. 1554 *moquen*, 1585 *moque*, 1587 *moquém*, c1698 *mocahem*, c1698 *mocaem*, c1777 *muquém*.] (DH)

Onça – Quanto a esta palavra, apenas à de origem tupi, apresentada no DH:

lat.vulg. **l̥pncea*, do lat.cl. *lynx, cis*, 'id.', este do gr. *lúgks, kós* 'id.'; para AGC e JM, pelo fr. *once* (sXIII), prov. der. por aférese de *lonce* 'lince', este empr. ao it. *lonza* (sXIII) 'pantera', que parece ter sido formado, já no tempo das cruzadas, diretamente do gr. *lúgks, kós* 'id.'; o *-l* inicial teria sido interpretado como artigo, tendo sido, por isso, suprimido; cp. tb. esp. *onza* (1495), de mesma orig. que o port.

Segundo este mesmo dic. nomeia, em se tratando aqui apenas do animal: 1. Rubrica: mastozoologia. O m.q. *leopardo-das-neves* (*Panthera uncia*), um animal asiático. 2. Rubrica: mastozoologia. designação genérica de alguns felídeos brasileiros de grande porte 2.1. Rubrica: mastozoologia. m.q. *onça-pintada* (*Panthera onca*). Há na língua outro vocábulo homônimo, oriundo do lat., que designa uma unidade de medida.

Tocaia – O DH busca o étimo no DHPT [tupi *to'kaya* originalmente, 'pequena casa rústica em que o indígena se recolhia sozinho para aguardar a oportunidade de atacar o inimigo ou matar a caça'; 'esconderijo em que se acolhe o caçador para espreitar a caça'; p. ext. 'ação de espreitar o inimigo, emboscada'; em Nascentes, tupi *to'kai* 'armadilha para caçar'] S. f. 1. Diacr. ant. pequena casa rústica em que o indígena se ocultava para esperar o momento de surpreender o inimigo ou matar a caça 2. Reg. Br. ação de alguém ocultar-se para atacar outrem ou para caçar. 3. Regionalismo: N. do Br. Uso: informal. poleiro de galinhas.

É interessante observar um homógrafo, homófono – *tocaia*, f. de *tocaio* – com étimo do lat. atr. do esp., encontrado no DH [esp. *tocayo* (1739), de orig. duv.; segundo Corominas, prov. relacionada ao ritual do Direito Romano *Ubi tu Cajus, ibi ego Caja* (donde tu sejas chamado Cayo, a mim, chamarão Caya), frase que a esposa dirigia ao noivo; o voc. teria sido usado para cortejar pessoas de mesmo nome, sendo, assim, generalizado; a datação é para o subst.]. A definição é do mesmo dic.: "Adj. e S. m. Reg.: Minho, Trás-os-Montes, Br. que ou aquele que tem nome igual ao de outro; homônimo, xará.

É curioso que o segundo voc. seja conhecido de poucos brasileiros. Só recentemente, numa minissérie da TV Globo, cuja ação se passa no RS, estado limítrofe com país de língua espanhola, a palavra foi usada e, daí, propagou-se em rede nacional. Mas, acabada a novela, a palavra não se tornou de uso corrente no país inteiro.

Palavras de origem africana foram destacadas de Ribeiro (1984: 497).

– *Sim, bebidas de pobre também.*

– *Aluá de abacaxi...*

– *Suco de ananás?*

– *Não, é uma bebida feita pela infusão de cascas de abacaxi em água, muito saborosa.*

Aluá – O DH registra como étimo o quimb. *walu'a* 'id.'; var. ⁵*aruá*; f.hist. 1578 *oalo*. FAB vê a palavra como originada do quimb. e quicg. Além da def. do texto acima, vejamos a possibilidade da mesma bebida feita com outras frutas, apontadas no DH: S. m. Rubr.: cul. Reg.: Br. bebida refrigerante feita de farinha de arroz (ou de milho) ou de cascas de frutas (esp. abacaxi, raiz de gengibre esmagada ou ralada), açúcar ou

caldo de cana e sumo de limão; aruá. FAB aponta ainda a var. ualuá. O DH define: S. m. Rubrica cul. Reg.: Br. bebida refrigerante feita de farinha de arroz (ou de milho) ou de cascas de frutas (esp. abacaxi, raiz de gengibre esmagada ou ralada), açúcar ou caldo de cana e sumo de limão; aruá.

Ananás – Lê-se no DH que o voc. advém de alt. do tupi *naná* 'fruto do ananaseiro'; até o sXIX só se documenta em port. *ananás*, nunca *abacaxi*; f.hist. 1557 *ananes*, 1563 *anãnas*, a1576 *ananás*, c1584 *naná*, 1587 *ananás*, c1607 *nanás*. S. m. Rubrica ang. 1. design. comum às plantas do gên. *Ananas*, da fam. das bromeliáceas, com oito spp., nativas da América tropical, de folhas dispostas em roseta, ger. com espinhos, que fornecem fibra sedosa, e fruto múltiplo, sincárpico, composto de até 200 bagas carnosas ao redor de uma haste e coroado por uma roseta de folhas; possui propriedades medicinais digestivas, supurativas e é us. no tratamento de afecções pulmonares. 1.1 Reg: Portugal. m. q. *abacaxi* (*Ananas comosus*, 'infrutescência').

Abacaxi – Segundo o DH, advém do tupi **iwaka'ti < i'wa* 'fruta' + *ka'ti* 'que recende'. S. m. Reg: Br. 1. Rubrica Ang. Planta terrestre (*Ananás comosus*) da fam. das bromeliáceas, nativa do Brasil, de folhas lineares com bordos espinhosos, idênticas às da coroa que encima o fruto, escapo robusto e curto e inflorescência com muitas flores, fruto medindo cerca de 15 cm; abacaxi-branco, abacaxizeiro, abacas, ananá, ananás, ananás-de-caraguatá, ananás-do-mato, ananaseiro, ananás-selvagem, ananás-silvestre, nanaseiro, naná, nanás, pita 1.1 Rub.: ang. infrutescência carnosa e comestível dessa planta; abacaxi-branco, abacas, ananá, ananás, ananás-de-caraguatá, ananás-do-mato, ananás-selvagem, ananás-silvestre, naná, nanás, pita 2. Deriv.: por ext. de sentido. Rubrica ang. design. comum às plantas de diversas fam. que se assemelham ao abacaxi, seja pelo aspecto da planta ou da infrutescência 3. (sXX) Deriv.: sent. fig. Uso informal. trabalho complicado, difícil de ser feito; coisa intrincada; problema 4. Deriv.: por ext. de sent., sent. Fig. coisa ou pessoa maçante, desagradável 5. Der.: sent. fig. Uso: pejorativo. m.q. *galego* ('português') 6. (1913) Deriv.: sent. fig. Reg.: PE, AL. pessoa que dança mal, de maneira desajeitada e pesada.

BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, Cristóvão (1994). *Passageiro em trânsito: novela em espiral ou o romance de um ponto a que se vai acrescentando sempre mais um conto*. Lisboa: Salamandra.
- BARCELOS, J. M. Soares de (2008). *Dicionário de falares dos Açores: Vocabulário regional de todas as ilhas*. Coimbra: Almedina.
- CASTRO, Y. P. (2001). *Falares africanos da Bahia: um vocabulário afro-brasileiro*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras/ Topbooks.
- CUNHA, A. G. (1978 e 1999). *Dicionário Histórico das palavras portuguesas de origem tupi*. São Paulo: Melhoramentos.
- Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2010, [consultado em 2013-04-09].
- Ferreira, A. B. H. (1999). *Dicionário Aurélio Eletrônico - Século XXI*. Versão 3.0. Coord. e ed. de Marina Bird Ferreira e Margarida dos Anjos. CD produzido e distribuído por Lexikon Informática, sendo versão integral do Novo Dicionário Aurélio! Século XX, Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- HOUAISS, A. (2001). *Dicionário eletrônico Houaiss de língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Icaldas Aulete* (2008). Dicionário da Lexikon Editora Digital. [em linha] Consulta em 18/01/13.
- INFOPÉDIA – Enciclopédia e Dicionário da Porto Editora. Italiano - Português. [em linha] Consultado em agosto e setembro de 2013.
- INFOPÉDIA – Enciclopédia e Dicionário da Porto Editora. Português. [em linha] Consultado em agosto e setembro de 2013.
- LEMONS BARBOSA, A. (1956). *Curso de tupi antigo*. Rio de Janeiro: Livraria S. José.
- (1955). *Pequeno vocabulário tupi-português*. Rio de Janeiro, Livraria São José.
- LOPES, Manuel (1979). *Os flagelados do Vento Leste*. São Paulo: Ática.

NAVARRO, E. A. (1998). *Método moderno de tupi antigo: a língua do Brasil dos primeiros séculos*. Petrópolis: Vozes.

NEMÉSIO, Vitorino (1986). *Mau tempo no Canal*. Lisboa: Círculo de Leitores.

RIBEIRO, J. U. (1984). *Viva o povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

ROSA, João Guimarães (1985). "Meu tio o lauretê". In *Estas estórias*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

SAMPAIO, Theodoro (1987). *O Tupi na Geografia Nacional*. São Paulo: Nacional; Brasília: Instituto Nacional do Livro.

Stradelli, E. (s/d) – "Vocabulários da língua geral português-nheêngatu e nheêngatu-português, precedidos de um Esboço de Grammatica nheênga-umbuê-sáua mirí e seguidos de contos em língua geral nheêngatu porandua". *Revista do Instituto Histórico*. (adquirida em sebo, numa encadernação que não preservou os dados bibliográficos).

TEIXEIRA, Luiz Gonzaga (2013). *CRISTINA: História*. Belo Horizonte: Ed Autor.

ABREVIATURAS

a	antes de (antes de data)	f.	forma; feminino(a)	plat.	platino
adj.	adjetivo	fam.	família(r)	port.	português
alt.	alteração	fig.	figura, figurado	pref.	prefixo
am.	americano	fr.	francês	prov.	provavelmente
ang.	angiospermas	gên.	gênero	quimb.	quimbundo
ant.	antigo	ger.	geralmente	quicg.	quicongo
atr.	através	gír.	gíria	rad.	radical
c	cerca de (antes de data)	gr.	grego	red.	reduzida
consult.	consultado	hist.	Histórico(a)	reg.	regionalismo
contrv.	controversa	id.	idem	rubr.	rubrica
cp.	compare	infl.	influência	s	(antes de) dat
cul.	culinária	infor.	Informal	s.	substantivo
def.	definição, definido	it.	italiano	sent.	sentido
deprec.	depreciação, depreciativo	lat.	latim	sin.	sinônimo
deriv.	derivado	m.	masculino	spp.	espécies
design.	designação	m. q.	o mesmo que	tb.	também
diacr.	diacronismo	n.	nome, número(s)	us.	usado/a
dic.	dicionário	orig.	origem	v.	verbo
duv.	duvidoso(a)	p.	página	var.	variante
es p.	espanhol	p. ext.	por extensão	voc.	vocábulo
ext.	extensão	part.	particípio	vulg.	vulgar

SIGLAS

AE-XXI	Dicionário Aurélio-Eletrônico	JM	José Pedro Machado
AL	Alagoas	LB	Lemos Barbosa
AGC	Antônio Geraldo da Cunha	N	Norte
DA	Dicionário Aurélio	PE	Pernambuco
DH	Dicionário Houaiss	PR	Paraná
DFA	Dicionário de falares dos Açores	RS	Rio Grande do Sul
DH	Dicionário Houaiss	VStr	Vocabulário Stradelli
GD	Grande Dicionário Língua Portuguesa		

24. MÁRIO MELEIRO, IPG (ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E DESPORTO DO INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA)



MÁRIO JOSÉ SILVA MELEIRO

O interesse pelo estudo do léxico, nomeadamente a sua origem e a sua primeira atestação na língua portuguesa, tem vindo a despertar um interesse crescente. No meio de várias pesquisas, por diversos momentos fiquei na incerteza se determinada palavra, por exemplo um latinismo utilizado por Ricardo Reis, seria, de facto, criação dele ou se, pelo contrário, já teria sido utilizado por outro autor do Renascimento ou mesmo da época que imediatamente o precedeu e preparou, sobretudo pela grande transformação que provocou na história da língua portuguesa.

Até determinada altura, a inexistência de um dicionário que registasse a data da entrada da palavra na língua dificultou o trabalho e obrigou-me a ser cauteloso com algumas afirmações proferidas. Uma consulta a muitos glossários tornou-se uma tarefa hercúlea, em alguns casos mesmo infrutífera.


Se hoje o problema não está totalmente resolvido, está, pelo menos, bastante minimizado com o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, referência base de datação das palavras da língua portuguesa.

Assim, tendo por base o *Dicionário Houaiss*, pretendo apresentar neste artigo algumas antedatações como, por exemplo, *abreviador, alar, folar, missivo, miudeza, odoroso*, entre outras.

1. Introdução

As línguas naturais humanas caracterizam-se pela mudança. Além de fatores estritamente linguísticos, outros, como os históricos, sociais ou políticos, podem condicionar esta mudança, sem esquecer, claro está, que a língua “é um sistema em perpétua adaptação às necessidades expressivas dos seus utentes”, mostrando que “existem fases de permanência que alteram com fases de grande alteração (Cardeira 2005:33 e 65). O século XV, ou melhor, a passagem do português antigo para o português médio, mais precisamente a passagem da dinastia de Borgonha para a de Avis, sobretudo no meio século de reinado de D. João I e D. Duarte (1385-1433 e 1433-1438, respetivamente), parece ser uns desses momentos de alteração, se não o grande momento de alteração de toda a história da língua portuguesa. Estamos, pois, a falar da transição do *ciclo de formação da língua* para o *ciclo da expansão da língua*, nas palavras de Ivo Castro. Esperança Cardeira considera, no entanto, que este marco da batalha de Aljubarrota é tardio, uma vez que “as mudanças inovadoras já ocorriam antes dessa data”¹⁵³ em franjas de separação entre o português antigo e o português médio, onde deve estar incluída a segunda metade do século XIV.

Segundo Robert Verdonk¹⁵⁴, a entrada de palavras novas numa língua pode acontecer a dois níveis, ou seja, a nível formal e a nível semântico, sendo que o primeiro pode ocorrer por dois processos: empréstimos de outras línguas (vivas ou mortas) e formação de novas palavras, por composição ou derivação. Em palavras similares,

¹⁵² Com o apoio de  FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia

¹⁵³ Cardeira (2005:291).

¹⁵⁴ Cf. Rafael Cano (coord.) (2004). *Historia de la Lengua Española*. Madrid: Ariel, p. 895.

Correia (2005:23) refere que para incorporar palavras novas, os léxicos das línguas dispõem basicamente de três mecanismos distintos: a construção de palavras, recorrendo a regras da própria língua; a reutilização de palavras existentes, atribuindo-lhes novos significados e a importação de palavras de outras línguas. Menciona ainda que além destes mecanismos, considerados os mais produtivos, pode ainda considerar-se uma outra forma de criar novas palavras, a chamada *ex nihilo*, sem dúvida o procedimento menos usual em qualquer estágio da língua.

Ora, para o estudo de qualquer língua, numa perspetiva diacrónica, torna-se imprescindível um dicionário que registre a entrada das palavras na língua. O *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* é, sem dúvida, um importantíssimo e inquestionável elemento de trabalho. No entanto, quando reparamos nos instrumentos de que dispõem os linguistas espanhóis é que verificamos, apesar dos enormes progressos dos últimos anos, o caminho que ainda nos falta percorrer. Até há poucos anos, para um estudo linguístico desta natureza, dispunham eles de um dicionário de referência obrigatória: *Corominas*. Porém, graças à Informática, foram criadas grandes bases de dados e uma delas merece destaque: *CORDE*, ou seja, Corpus Diacrónico del Español, criada pela Real Academia Española¹⁵⁵. Robert Verdonk, no capítulo “Cambios en el léxico del español durante la época de los austrias”, inserido na *Historia de la Lengua Española*, coordenada por Rafael Cano¹⁵⁶, a propósito do confronto entre dicionários históricos e esta base de dados refere: “*De esta confrontación resulta que una parte importante de las voces que hasta ahora se vienen considerando préstamos o creaciones de los siglos de Oro, en realidad ya están atestiguadas en el siglo XV o incluso antes*”¹⁵⁷.

Como mero exemplo desta desatualização dos dicionários, nomeadamente de *Corominas*, fui procurar a palavra *cisterna*, que também se encontra atestada na *Crónica de D. Fernando* (11.14)¹⁵⁸. O Dicionário regista o seguinte: “tomado del lat. *cisterna* íd., derivado de *cīsta* ‘cesta’. 1ª doc. cistierna, h. 1350: Poema de Alfonso XI, 1963; cisterna, 1570, C. de las Casas (en Apal. 78d figura solamente como voz latina)”. Ora, o *CORDE* regista três ocorrências anteriores da referida palavra: em 1200 (Almerich, na obra *La fazienda de Ultra Mar*); em 1250 (Anónimo, na obra *Vidal Mayor*) e em 1275 (Alfonso X, na obra *General Estoria. Primera parte*)¹⁵⁹.

Assim, o enriquecimento do léxico, quer através da importação, quer de recursos morfológicos internos, é um processo intemporal na língua. E se não há dúvida que Camões é o grande mentor com a introdução de novas palavras na língua, sobretudo latinismos, também as não há de que antes dele outros contribuíram para o seu engrandecimento. Entre esses humanistas eruditos encontra-se Damião de Góis, Jerónimo Osório, Aquiles Estação, André de Resende e até mesmo Gil Vicente. Mas este não foi só um procedimento do português médio.

Ao longo das épocas, formas eruditas ou semieruditas entram na língua. A prova de que este é um processo intemporal temo-la com vários autores anteriores e posteriores ao Renascimento, como os Neoclássicos Filinto Elísio,

¹⁵⁵ Pode consultar-se esta base de dados em <http://corpus.rae.es/cordenet.html>

¹⁵⁶ Rafael Cano (coord.) (2004). *Historia de la Lengua Española*. Madrid: Ariel. O capítulo referido é o 34, páginas 895-916.

¹⁵⁷ Idem, *Ibidem*, p. 896.

¹⁵⁸ Todas as referências são feitas pela edição crítica de Giuliano Macchi, IN-CM, 2004. Serão sempre feitas pela indicação da página, seguida da linha.

¹⁵⁹ Cf. o texto de Afonso X, *General Estoria. Primera parte*. Publicación de Pedro Sánchez Prieto-Borja, Universidad de Alcalá de Henares (Alcalá de Henares), 2002:

“*E fueron sueltas por ende las ataduras de los sos braços e de las sus manos, una vez quando oyestes quel prisieran sos hermanos yl ataron las manos yl echaron en el pozo seco, a que llama el latín cisterna otra vez de cuandol fizo prender en Egito e echarle en la cárcel aquella doña Zulaima, muger de Futifar su señor, con la quel casó después el rey Faraón su señor, como es ya contado ante d'esto, e libról d'estas prisiones Dios, que siempre fue él poderoso de Jacob su padre de Josep*”.

Correia Garção, Reis Quita, Bocage ou, mais recentemente, Antero de Quental, Eugénio de Castro e Fernando Pessoa. Porém, existe a convicção de que é a partir do século XV que tal processo se começa a evidenciar, para atingir o seu auge no século XVI, consequência natural do Renascimento e da importância que as leituras dos clássicos então alcançaram. No entanto, um século antes, quer a prosa didática, levada a cabo pela produção régia, quer a histórica, pelos cronistas, haviam já aberto o caminho.

É nesta prosa histórica, nomeadamente na *Crónica de D. Fernando*, de Fernão Lopes, (LOPF) que se registam algumas palavras atestadas, ao que pude apurar, pela primeira vez na língua portuguesa, antecipando a data apresentada por Houaiss.

A Crónica de D. Fernando de Fernão Lopes, cuja data de produção não ultrapassará o ano de 1443¹⁶⁰, teve apenas no século XIX a sua primeira edição¹⁶¹. Digo apenas porque se atendermos a que a *Crónica de D. João I* teve a sua também primeira edição dois séculos antes (1644) e a de *Crónica de D. Pedro* foi estampada em 1735, facilmente se percebe que não foi a predileta dos editores.

Para esta pesquisa de datação, foi também utilizado o CD-ROM do *Vocabulário Histórico-Cronológico do Português Medieval* (versão 1.0) lançado em 2007 pela Fundação Casa de Rui Barbosa. Sobre este Vocabulário, seguem-se algumas considerações.

2. O Vocabulário Histórico-Cronológico do Português Medieval (VH-CPM)

O *Vocabulário Histórico-Cronológico do Português Medieval* (VH-CPM), publicado em CD-ROM em abril de 2007, conta já com alguns antecedentes ao longo dos tempos. Podemos encontrar o seu embrião em 13 de agosto de 1977¹⁶², embrião este que sofreu, naturalmente, evoluções, mas também metamorfoses. Do agigantado e minucioso projeto de 1979, com vista a uma grande publicação em papel de um *Vocabulário Histórico-Cronológico do Português Medieval* (VPM), nasceu esta versão informatizada. Pelo meio pudemos assistir à apresentação “de um projeto alternativo, bem menos ambicioso”¹⁶³, do *Índice do Vocabulário do Português Medieval* (IVPM), também em papel, cuja finalização se apontava para 1990, mas que apenas viu publicados três volumes (Letra ‘A’ em 1986, letra ‘B-C’ em 1988 e letra ‘D’ em 1994), e pudemos assistir também à primeira versão em CD-ROM do *Vocabulário do Português Medieval*, em 2002.

No menu *Ajuda* > *Créditos*, localizado na barra de menus, podemos encontrar, precisamente, o percurso deste projeto apresentado em quatro fases (1979-1989, 1999-2000, 2001-2002 e 2003-2006), com a respetiva indicação do coordenador e da restante equipa. Neste mesmo menu podemos ainda encontrar “informações que podem auxiliar tanto na utilização do programa, quanto no esclarecimento do conteúdo do vocabulário”¹⁶⁴.

¹⁶⁰ Segundo Teresa Amado (Tavani 1993: 179, s.v. *Crónica de D. Fernando*).

¹⁶¹ Chronica do Senhor Rei D. Fernando, Nono rei de Portugal, in «Collecção de Livros Ineditos de Historia Portugueza, dos reinados de D. Dinis, D. Afonso IV, D. Pedro I e D. Fernando publicados de ordem da Academia Real da Sciencias de Lisboa pela comissão de Historia da mesma Academia», tomo IV, Lisboa, 1816.

¹⁶² Cf. Cunha (1986), *Índice do Vocabulário Português Medieval*, vol. 1:A, p. IX (“Da razão do título e dos objetivos da publicação”), embora os trabalhos tenham apenas começado em janeiro de 1979, com um pequeno grupo de colaboradores, como se pode ler menu *Ajuda* > *Apresentação*.

¹⁶³ Cf. Idem, *ibidem*, p. IX.

¹⁶⁴ Cf. menu *Ajuda* > Manual do usuário > separador Conteúdo > Menu *Ajuda*.

A vantagem de uma pesquisa eletrónica face à consulta manual em dicionários, glossários e obras afins é inegável. Se por outras razões não fosse, pela rapidez com que se obtém informação, ficava justificada a afirmação anterior. Esse mérito, além de outros, evidentemente, o VH-CPM alcançou.

Das suas principais características, e no campo das qualidades, destaco sobretudo duas, além da possibilidade de comutar o modo da pesquisa entre o 'português atual' e 'português medieval', recurso sempre útil para o confronto entre dois estádios da língua portuguesa.

A primeira diz respeito ao facto de ser possível ir digitando as letras e acompanhar as possibilidades gráficas de vários verbetes na coluna da nominata. Se para o português atual tal situação não é relevante, ela reveste-se de extrema importância nas pesquisas do português medieval, tal é a variedade de formas, por vezes apresentada para cada entrada. Assim, de um recurso atualmente comum para pesquisas em dicionários e *corpora* informatizados, passamos a ter uma enorme ajuda, pois é possível ir vendo os vários resultados, à medida que vamos digitando caracteres, e escolher/encontrar o pretendido.

A segunda, porventura a mais importante, diz respeito à opção *Pesquisas* que se encontra na barra de ferramentas. Ao clicar neste menu abre-se uma nova janela onde temos à disposição três possibilidades. A inicial, pesquisas por *Nominata*, permite fazer pesquisas de palavras *iniciadas e/ou terminadas por* qualquer letra ou letras, com preenchimento dos campos em simultâneo (1ª opção/possibilidade), ou apenas com o preenchimento de um dos campos, desde que sejam introduzidas pelo menos duas letras (2ª e 3ª opções/possibilidades). Esta possibilidade reveste-se de extrema importância para quem pretende fazer pesquisas por radicais ou mesmo por afixos, se bem que não seja possível a pesquisa de radicais internos do tipo *-terr*, em palavras como *aterragem*, *aterrar*, *enterrar* ou *-caval*, em palavras como *encavalgar*, *encavaladura* ou *descavalgar*.

A seguinte, pesquisas por **Classe**, permite fazer uma pesquisas por vocábulo *iniciado por e/ou terminado por*, com a respetiva *classificação gramatical* selecionada. De entre as possibilidades apresentadas para a categoria gramatical, são catorze as selecionáveis: *adjetivo, advérbio, artigo, conjunção, contração, expressão, interjeição, locução, numeral, participio adjetivo, preposição, pronome, substantivo, verbo*.

A terceira e última, pesquisas por **Texto**, permite fazer pesquisas de forma a encontrar a palavra desejada, por exemplo (*cronica, coronica, cronyca*) nas abonações de toda a base de dados do VH-CPM. Este é um recurso de inegável utilidade. Necessita, no entanto, de uma maior focalização por parte do utilizador na pesquisa pretendida, pois permite testar a utilização de uma determinada palavra/grafia em diferentes obras, ou verificar as suas possíveis aceções semânticas. Estes resultados não são, no entanto, diretos, uma vez que só são visíveis numa nova janela e depois de clicar num dos verbetes listados à esquerda. Esta pesquisa implica, nesta situação, clicar em todos os verbetes resultantes da pesquisa.

Tendo em conta a sua denominação - *Vocabulário Histórico-Cronológico do Português Medieval* - e mesmo as palavras da *Apresentação* onde se afirma que "visa contribuir, de maneira efetiva, para o melhor conhecimento da evolução histórica do léxico português, estabelecendo um dos elos – e dos mais importantes – da cadeia evolutiva que, a partir do latim vulgar, chegou até o português de nossos dias", parece haver, no entanto, algumas arestas a

limar. Um dicionário que inclui no título a designação de *Histórico-Cronológico* não pode esquecer tal indicação e listar as ocorrências de uma palavra pesquisada por ordem alfabética. Esta situação seria minimizada se houvesse uma opção que permitisse elencar os termos cronologicamente, ferramenta que me parece possível e de introdução fácil nos tempos atuais. É verdade que o VH-CPM apresenta uma hipótese de pesquisa por datação cronológica. Porém, ela refere-se apenas à primeira datação de cada verbete, não permitindo ordenar os vários registos de datação que dentro dele se encontram.

Por exemplo, ao procurar informações sobre o verbo *adorar*, tendo selecionada a opção *Português Atual*, o que nos é apresentado é uma lista de 42 abonações, com datação alternada entre o XV e o XIV, para chegar à 43ª e 44ª, precisamente penúltima e última, e perceber que, afinal, o verbo *adorar*, também tem registo no século XIII, nas Cantigas de Santa Maria. O modelo seguido no CD-ROM não teve, pois, em conta o esquema a que Cunha tinha dado preferência no IVPM, claramente cronológico e não alfabético, como se pode verificar na informação obtida do mesmo verbo *adorar*, onde apresenta os registos cronologicamente, iniciando, precisamente, pelo século XIII.

Foram mais as opções que divergiram do trabalho de Cunha. Por exemplo, no que diz respeito a informações semânticas de entradas homónimas que constam no IVPM, elas foram simplesmente ignoradas, agrupando agora o VH-CPM tudo na mesma entrada. Repare-se, por exemplo, na informação pertinente que foi eliminada no caso da palavra *ala*, em que no IVPM são apresentadas três entradas, cada uma com um significado diferente ('fila, fileira, lado'; 'asa'; 'lá'), e que o VH-CPM, pura e simplesmente, agrupa e mistura numa só entrada, preferindo uma ordenação alfabética (*ala, alas, alla, allas*), sem qualquer indicação do respetivo significado. Também as aceções de 'venerado' e 'doente, cheio de dores' que constam no IVPM para as entradas separadas de *adorado* não resistiram à evolução tecnológica.

Numa análise mais rigorosa, mas não exaustiva, é ainda possível verificar algumas situações que necessitam de intervenção em futuras versões, agrupadas pelos tópicos que se seguem¹⁶⁵.

2. *Palavras não averbadas*

2.1. *Já com registo no IVPM*

Numa primeira situação, o VH-CPM simplesmente elimina as palavras que provêm ou do *Elucidário* de Viterbo ou do dicionário de *Morais*:

ABADENGO (IVPM, 1311).

ABALROAR (IVPM, sXV).

ABARREGAR: (IVPM, *aberregar* 1345).

O VH-CPM eliminou também as palavras ou abonações que se encontravam atestadas em obras que faziam parte do *corpus* de extração do IVPM. Na análise ao CD-ROM não encontrei qualquer explicação para este facto. Encontram-se entre estas obras o *Libro de Monteria* (MONT), os *Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos...* (MARR), *El Cancionero de Joan airas de Santiago* (CJA), algumas vezes *Descobrimientos Portugueses* (DESC), *Diário da Viagem de Vasco da Gama* (DIAR).

¹⁶⁵ As indicações são feitas tendo por base a pesquisa *Português Atual* uma vez que é sob este lema que são apresentadas todas as formas.

ABATO: (IVPM, sXIII CJA 1508).

ARNESADO: (IVPM, 1439 MARR I.506.28).

ARREMETIDA: (IVPM, sXV MONT 112.20).

ATRELAR: (IVPM, sXV *atrelar* MONT, 48.3; *atraelar* MONT, 81.3; *atreelar* MONT, 101.12).

CARTEAR: (IVPM, c1499 DIÁR 75.13).

CORROBORAÇÃO: (IVPM, 1460 DESC 572.15).

2.2. Com ocorrência em LOPF

PRINCÍPIO

O VH-CPM não regista esta entrada, cuja ocorrência se verifica em LOPF:

*Onde sabe que seu feo nascimento, muito d'avorrecer, ouve **principio** em este modo.* (385.14)

Após consulta em Houaiss, verifica-se que a datação é para o século XIV, cuja proveniência vem, precisamente, do FichIVPM¹⁶⁶.

TERREI

O VH-CPM não regista esta forma verbal do verbo *ter*, mas apresenta a forma *terrey*, registada na *Crónica do Condestabre de Portugal* (COND). Não deixa de ser curioso é que a frase onde ocorrem é claramente uma das marcas do aproveitamento que Lopes fez de COND.

*e quãdo esto for eu **terrey** mayz razõ e aazo de vos fazer mercees...* (COND, 9c32)

*e quando esto for, **terrei** eu mais rrazom e aazo de vos fazer mercees...* (LOPF, 438.47-48)

3. Palavras Averbadas

3.1. Sem abonação de LOPF

LÁSTIMA

Um *Vocabulário Histórico-Cronológico*, não tendo como obrigatoriedade a indicação do registo da palavra em todas as obras, deve, pelo menos, fazendo jus ao nome, procurar indicar as formas históricas, preferencialmente, de forma cronológica. Para esta entrada, o VH-CPM apresenta uma única abonação, com a forma *lastema*, mas não há qualquer referência a LOPF, obra amplamente trabalhada¹⁶⁷. Consultando apenas o VH-CPM, fica-se com a informação de que foi Fr. João Álvares o seu introdutor na língua, quando, na verdade, já Lopes a tinha registado com a variante atual.

*Esta mensagem foi ouvida com grande door e **lastima**,* (LOPF, 438.47-48)

¹⁶⁶ Além deste exemplo podemos ainda encontrar outras palavras que têm ocorrência em LOPF e que não se encontram averbadas no VH-CPM como *frontar* (*frontando* em LOPF), *fulame* (*fullame*), *gaja* (*gajas*), *prior*, *sanhudamente*, *sanhudo* (*sanhudos*), *serventia*, *vereador*, *vestido*, ou *vergonhosa*.

¹⁶⁷ Pus a hipótese de ter sido identificada como forma verbal, mas também na entrada *lastimar* não há qualquer referência.

3.2. Com classificação gramatical errada

FEITICEIRO, Substantivo em vez de adjetivo (séc. XIV, TEST, 222.22)

[...] *catade-me hũa mulher **feiticeira**, que saiba ressucitar homem morto [...].*

ATENDER, Substantivo em vez de verbo (séc. XV, LOPJ, II.18.38)

*E a[a] Porta de Miragaya, homde o estauom **atendemdo** como disemos, sayo el-Rey em terra per huuma larga e espaçossa pramcha [...].*

4. Palavras mal averbadas

4.1. Palavras com grahas por falta de letras ou letras trocadas

TRAZIMENTO, *regimento* em vez de:

*Na criaçom e **ragimento** dos gaados mandava que nêhũu nom trouvesse gaados seus nem alheos [...].* (LOPF, 89.139)

ESPAÇAR, *eapaçar* em vez de *espaçar*:

[...] *estando el rrei dom Fernando em Lixboa, aconteceo de vïir a sua corte [...] dona Lionor Tellez [...] por **eapaçar** algũus dias com dona Maria sua irmãa [...].* (LOPF, 57.41)

4.2. Palavras mal lematizadas

EIBADO

Fazendo uma pesquisa na opção 'Português Medieval', o VH-CPM regista a palavra *eibado* e remete para a palavra atual *elvado*. Pelo que pude observar esta palavra não existe. O termo correto será *eivado*, de *eivar*, com o significado de 'perder o vigor, enfraquecer-se'.

4.3. Obras trocadas

LANÇADOR

Apresenta uma abonação como sendo do prólogo de LOPP, Prólogo 16, mas, na verdade, é do prólogo de LOPF:

*Era cavallgante e torneador, grande justador e **lançador** e tavollado [...].* (3.15-16).

CAMANHO

Apresenta uma abonação como sendo do prólogo de LOPF, II.234.1, mas, na verdade, é de LOPJI²:

[...] *ficou tamto aaquem delle que **camanho** golpe pemsou que lhe daua, tamanho deu comsigo [...].* (cap. CXI).

4.4. Datação errada de obras

No menu *Ajuda > Siglas das obras*, para a sigla LEAL (*Leal Conselheiro*), podemos ler “O texto é parte do códice do século XV da Biblioteca Nacional de Paris”; para a sigla OFIC (*Livro dos Ofícios*), podemos ler “Manuscrito do Códice C/66, do século XV, da Academia Real de História de Madrid”; para a sigla VERT (*O livro das três virtudes*), podemos ler “Manuscrito 11.515 do século XV, da Biblioteca Nacional de Madrid”;

Não é, no entanto, a data apresentada na abonação da palavra *tesourar*, *torrão* e *trigança*:

TESOURAR (séc. XIV, LEAL, 114.25):

*[...] nem desejo de **thesourar** na terra, onde os ladroens o furtam, ratos o comem, ferrugem e traça o gastam [...].*

TORRÃO (séc. XIV, OFIC, 139.34):

*E mais louuo hũs poucos de **terrões** sem temor ca os campos e as herdades de Lidia cheos de medo.*

TRIGANÇA (séc. XIV, VERT, 56.41):

*E esta temperança se demonstra em todos os sentimentos da senhora assi como nos feitos e abitos de fora porque ella dara o olhar tardinheiro e sem **trigança**.*

4.5. Abonações em falta

ACONTIADO

Esta entrada está averbada no IVPM com seis abonações, todas do século XV, uma de REIX, duas de LOPF e três de DESC, obra que se encontra indicada menu *Ajuda > Sigla das obras* do VH-CPM. No entanto, este apenas apresenta três abonações, eliminando todas as de DESC (1405, 1436 e 1460) apresentadas no IVPM. Uma dessas indicações é mesmo a mais antiga, reiterada por Houaiss.

BRACEIRO

Para esta entrada, *Houaiss* indica o século XIII e remete para o IVPM, que apresenta abonações do século XIII, XIV e XV. Porém, no VH-CPM apenas são apresentadas duas abonações do século XV, uma de LOPF e outra de ZURG. Para um dicionário *Histórico-Cronológico*, faltam dois séculos de existência gráfica à palavra *braceiro*.

BISCOITO

Para *biscoito*, *Houaiss* indica o ano de 1317 e remete para o IVPM, que apresenta duas abonações do século XIV e onze do XV. Porém, no VH-CPM apenas são apresentadas cinco abonações, todas do século XV, uma de Lopes e quatro de Zurara.

4.6. Palavras mal datadas

BARROCA

Para a palavra *barroca*, o VH-CPM apresenta quatro abonações, todas do século XV, uma de LOPF. Mas aqui a falha parece não ser só do VH-CPM, pois mesmo não copiando, *ipsis verbis*, o que está no segundo

volume do IVPM (letras B-C, de 1988), acrescenta mais uma abonação de ZURD 259.27, mas retira, erradamente, a de LOPJ¹ I.42.14¹⁶⁸, e corrige, com acerto, a indicação da fonte LOPP 136.52 no IVPM para LOPF136.52). No entanto, o que é de registrar é que tanto o IVPM como VH-CPM apresentam o século XV como datação mais antiga. Ora, na segunda edição do *Dicionário Etimológico* de Cunha, de 1986, mas não no Suplemento, ou seja, já com registo na primeira edição de 1982, na entrada *barro*, está indicada a palavra *barroca*, com o significado de 'monte de barro', com datação de século XIII, século que também Houaiss confirma com indicação de ocorrência em Inq. (*Inquisitiones. In PMH*). O cruzamento de obras do mesmo autor parece, pois, ser deficitário.

Ainda no que concerne a datações, vale a pena observar as divergências entre o VH-CPM e o IVPM, relativamente à primeira atestação, na lista abaixo apresentada:

	<u>VH-CPM</u>	<u>HOUAISS</u>
<i>acalmar</i>, v.	séc. XV	1370 cf. IVPM
<i>adua</i>, s.f.	séc. XV	1375 cf. IVPM
<i>alão</i>, s.m.	séc. XV	1209 cf. JM ³
<i>amarrado</i>,	séc. XV	1344 cf. IVPM
adj.		
<i>arraís</i>, s.m.	séc. XV	1298 cf. IVPM
<i>castão</i>, s.m.	séc. XV	sXIII cf. IVPM
<i>coroar</i>, v.	séc. XIV	sXIII cf. IVPM
<i>debalde</i>, adv.	séc. XV	sXIV cf. IVPM
<i>deixar</i>, v.	séc. XV	1209 cf. JM ³
<i>divisão</i>, s.f.	1272	1270 cf. IVPM
<i>esquipações</i>,	séc. XV	sXIII cf. FichIVPM
s.f.		
<i>fanega</i>, s.f.	séc. XV	sXIV cf. FichIVPM
<i>fateixa</i>, s.f.	séc. XV	sXIV cf. FichIVPM
<i>febre</i>, adj.2g.	<i>febre</i> (3), séc.	²<i>febre</i>,1372 cf.
	XV	Eluc ¹⁶⁹
<i>florim</i>, s.m.	séc. XV	sXIV cf. IVPM
<i>fornecer</i>, v.	séc. XV	sXIV cf. FichIVPM
<i>fretamentos</i>,	séc. XV	sXIV cf. FichIVPM
s.m.		
<i>fuzil</i>, s.m.	séc. XV	sXIV cf. IVPM
<i>gascão</i>, adj.	séc. XV	sXIII cf. FichIVPM
<i>jeitoso</i>, adj.	séc. XV	sXIV cf. FichIVPM
<i>laranjeira</i>, s.f.	séc. XV	1258 cf. JM ³
<i>marear</i>, v.	séc. XV	sXIII cf. FichIVPM

¹⁶⁸ A palavra *barroca* tem 12 ocorrências em LOPJ¹, 7 delas como nome próprio, referindo-se a frei João da Barroca, e as restantes 5 como nome comum.

¹⁶⁹ Os números 3 e 2 que acompanham a palavra *febre* identificam a mesma aceção em dicionários diferentes.

mourisco,	séc. XV	sXIII cf. FichIVPM
adj.		
paul, s.m.	séc. XV	sXIII cf. AGC
porra, s.f.	séc. XV	1209 cf. <i>Leges</i>
princípio,	não regista	sXIV cf. FichIVPM
s.m.		
sacador,	séc. XV	sXIII cf. AGC
adj.s.m.		
sala, s.f.	séc. XV	969 cf. JM ³
solução, s.m.	séc. XV	sXIV cf. AGC
tiro, s.m.	séc. XV	sXIII cf. AGC
trabalhoso,	séc. XV	sXIV cf. AGC
adj.		
trigo, s.m.	séc. XIII	1081 cf. JM ³
trom, s.f.	séc. XIV	sXIII cf. FichIVPM
trombeta, s.f.	séc. XV	sXIV cf. AGC
vestidura, s.f.	séc. XV	sXIII cf. FichIVPM
vintaneiro,	séc. XV	vintaneiro adj. e
s.m.		s.m. 1361 cf. Desc
vozeria, s.f.	séc. XV	1192 cf. JM ³

Para finalizar esta breve análise do VH-CPM, importa referir e destacar a sua utilidade enquanto instrumento de trabalho lexicográfico com a apresentação de um número significativo de verbetes do português medieval. Assim, de forma rápida, é possível navegar por vários séculos e verificar algumas das diferentes grafias de cada palavra, bem como identificar o seu registo em determinadas obras. Fica, no entanto, aquém das expectativas se tivermos em conta a sua finalidade de ser um *Vocabulário Histórico-Cronológico*, pois apresenta informação desatualizada, uma vez que foi publicado depois de obras de referência, como o *Dicionário Houaiss*, os *Dicionário Etimológicos* de José Pedro Machado e António Geraldo da Cunha, onde já consta informação correta e bem mais antiga, em algumas situações, como é o caso, por exemplo, da palavra *sala*, com cinco séculos de diferença.

Em resumo, a ideia que mais prevalece é a de o VH-CPM parecer uma simples digitalização, aqui e ali deficitária, das fichas do vasto acervo de António Geraldo da Cunha, sem qualquer intervenção crítica por parte da equipa que o produziu. A não inclusão de algumas obras no *corpus* de extração, como é o caso da *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses* de Zurara, permite também algumas antedatações, quer ao VH-CPM, porque o IVPM não a utilizou, quer ao próprio *Houaiss* (antedatações a apresentar oportunamente), que seguiu o mesmo princípio.

5. Antedatações ao Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.

Partindo da datação apresentada por *Houaiss*, e tendo apenas como referência a *Crónica de D. Fernando de Fernão Lopes*, apresenta-se a lista de palavras encontradas nesta obra como registo de ocorrência anterior.

BEGUE, s.m. (2¹⁷⁰) ‘título (ou cargo) honorífico correspondente a dom ou senhor’.

*e de França eram hi estes cavalleiros: monssé Beltram de Claquim e o mariscall de França e o **begue** de Vilhenes (21.22).*

*o Conde da Ilha e dom Bernall Conde de Ossona e o bastardo de Bearmem e monssé Berni de Villamur e **el-begue** de Vilhenes; (57.19).*

Houaiss: 1608.

Obs.: Houaiss apresenta diversas grafias desta palavra muito anteriores à data apresentada, embora com grafias diferentes: *cojibequy* (1513), *byqym* (1520), *indobeque* (1552), *cogebequi* (1563), *bec* (1571); há ainda *assadbegue* e *begue* (1608), *beg* (1718), *bei* (1789), *beque* (1884). No entanto, tendo em conta só a grafia *begue*, é possível antedatar a indicação de Houaiss em cerca de um século e meio, na obra de Lopes.

EMPICOTAR-SE, vb. (1) ‘colocar-se no pico’.

*aconteceo hũu dia que o iffante se encontrou com hũu mui grande husso, e juntou-sse tanto a elle pollo ferir amantenente que o husso firmou bem seus pees e levantou os braços por o arrevatar da sella; e o iffante quando esto vio, **empicotou-sse** tanto sobre a sella que foi de todo sobre o arçom deanteiro, (351.14).*

Houaiss: 1899.

Obs.: os substantivos *picota* e *picoto* estão atestados em 1145 e 1107, respetivamente.

ERAMÁ, adv. (1) ‘em má hora’.

*«Bem sabia eu que muito **eramaa** ca vehemos, pero ante lho eu dixeu». (431.60).*

Houaiss: 1505

Obs.: JPM³ e RLor apresentam várias formas que este advérbio assumiu, sobretudo em Gil Vicente. JPM³ apresenta a data mais antiga como 1505, sendo que RLor faz referência ao poeta palaciano Francisco da Sylveira, como primeira atestação. Houaiss, na entrada *eramá*, que data de 1505, com a indicação de primeira ocorrência em Gil Vicente, apresenta ainda as seguintes variações: *aramá* (d1441 cf. FLJoa), *earamá* (a1534), *eremá* (sXVI), *ieramá* (1502-c1536 cf. GVic). De qualquer forma, todas posteriores a LOPF, uma vez que a indicação de ocorrência da forma *aramá* em LOPJI, se tivermos em conta a sua cronologia, é a última a ser escrita pelo cronista. A edição da organizada por Dias Arnaut para a Civilização Editora regista *era maa* e a da Bibliotheca de Classicos Portuguezes, de 1896 (3^o vol), *hora má*.

HENRICADO, adj. (2) ‘relativo a pessoa chamada Henrique’.

*E quando el-rrei dom Fernando chegou a terra antre os seus, disse com geesto ledto contra elles: «Quanto eu **hanrricado** venho!». E esto dezia elle porque a todollos que tiinham com el-rrei dom Henrrique chamavom **hanrricados**; (291.62, 64).*

Obs.: Houaiss regista apenas as variantes *henriquenho* (a1899 cf. CF¹.) e *henriquino* (1899 cf. CF¹).

LASTRAR, vb. (1) ‘espalhar lastro/balastro (cascalho ou saibro que se coloca no leito das estradas)’ ou ‘acrescentar peso a algo, para torná-lo mais firme’.

¹⁷⁰ Número de ocorrências na *Crónica de D. Fernando*.

de guisa que muito aginha foi feita hũa grande e espaçosa ponte, **lastrada** de terra e d'area, tall per que folgadamente podiam hir a través seis homões a cavallo; (115.23).

Houaiss: 1958.

Obs.: Houaiss apresenta duas entradas para *lastrar*. A primeira (d1441), embora mais relacionada com termos náuticos, aceitável neste contexto com a ideia de ‘espalhar lastro, camada na base de algo’. A segunda, datada de apenas 1958 (de *lastro/balastro*, de 1836), com o significado de ‘cascalho ou saibro que se coloca nas estradas’, é talvez até aquele que melhor aqui se verifica.

MACHAFÊMEAS, s.f. (1) ‘dobradiça, charneira, gonzo’¹⁷¹.

ca el-rei mandou tirar d'aquella torre do aver, que estava no castello da cidade, hũa coroa d'ouro feita de **machafemeas**, obrada com pedras de grande vallor e grossos graãos d'aljofar em muitos logares (166.26).

Houaiss: 1452

Obs.: Rlor não corrige JPM. Houaiss regista duas variantes: *macha-fêmea*, sem datação, e *machafêmea* para a qual dá uma data diferente do VH-CPM, de 1452 ZT. Tendo em conta que LOPF é escrito “nos finais da quarta década do século XV ou no início da seguinte, em qualquer caso antes de 1443¹⁷², e que o VH-CPM é a digitalização do FichIVPM, a que Houaiss recorre várias vezes, a data por ele apresentada é tardia. Para Kremer, forma ‘macho-fêmea’, 1544.

O substantivo *macho*¹⁷³ está atestado no século XIII e *fêmea* no XIV.

5. SIGLÁRIO

SIGLA	OBRA
AGC	<i>Dicionário Etimológico do Português Medieval</i> , de
BENF	<i>O Livro da Virtuosa Benfeitoria</i>
CAVA	<i>Livro da Ensinança de Bem Cavalgar toda Sela</i>
CGE	<i>Crónica Geral de Espanha (1344)</i>
COND	<i>Crónica do Condestabre de Portugal</i>
CORDE	<i>Corpus Diacrónico del Español</i>
CSM	<i>Cantigas de Santa Maria</i>
DESC	<i>Descobrimientos Portugueses</i>
IVPM	<i>Índice do Vocabulário do Português Medieval</i> , de
JPM ³	<i>Dicionário Etimológico do Português Medieval</i> , de
LEAL	<i>Leal Conselheiro</i>
LOPF	<i>Crónica de D. Fernando</i>
LOPJI ¹	<i>Crónica de D. João I, 1ª parte</i>
LOPJI ²	<i>Crónica de D. João I, 2ª parte</i>
LOPP	<i>Crónica de D. Pedro</i>
OFIC	<i>Livro dos Ofícios</i>
REIS	<i>Crónicas dos Cinco Primeiros Reis de Portugal</i>
REIX	<i>Crónicas dos Sete Primeiros Reis de Portugal</i>

¹⁷¹ Cf. Morais⁴ s.v. *machafemea*: “Dobradiças, ou visagras de duas peças, n’uma das quaes há um macho, eixo, que se embebe na fêmea, ou cano da outra”.

¹⁷² Cf. T. Amado *in* Tavani, p. 179.

¹⁷³ Para a entrada isolada *macha* ‘peça de dobradiça encaixável na outra, a fêmea’, Houaiss não apresenta datação.

RLor	<i>Sobre Cronologia do Vocabulário Galego-Português,</i>
VERT	<i>O Livro das Tres Vertudes</i>
VH-CPM	<i>Vocabulário Histórico-Cronológico do Português</i>
ZURC	<i>Crónica da Tomada de Ceuta</i>
ZURD	<i>Crónica do Conde D. Duarte de Meneses</i>
ZURG	<i>Crónica dos Feitos da Guiné</i>
ZURP	<i>Crónica do Conde D. Pedro de Meneses</i>

6. BIBLIOGRAFIA - Texto Fonte

- Lopes, Fernão (2004). *Crónica de D. Fernando*. Edição crítica, introdução e índices de Giuliano Macchi. Lisboa: IN-CM.
- Almeida, M. Lopes de e BASTO, A. de Magalhães (s.d.). *Crónica de D. João I de Fernão Lopes*. II volume. Porto: Livraria Civilização - Editora.
- Amado, Teresa (1991). *Bibliografia de Fernão Lopes*. Lisboa: Edições Cosmos.
- Araújo, António Martins de (2001). O vocabulário histórico-cronológico do português medieval. *Revista Portuguesa de Humanidades*, 5.
- Bechara, Evanildo (1991). As fases da língua portuguesa escrita. *Actes du XVIII^e Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes*, Vol. III. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, pp. 68-76.
- Bechara, Evanildo. As palavras também escondem a idade. In: ELIA, Sílvio et al (org.) (1998). *Na ponta da língua 1*. Rio de Janeiro: Liceu Literário Português; Lucerna.
- Bragança, José de (1973). *Crónica de Guiné de Gomes Eanes de Zurara*. Introdução, novas anotações e glossário (com correções à edição de 1937). Porto: Livraria Civilização.
- Brocardo, Maria Teresa (1999). Sobre o português médio. *Estudos de história da língua portuguesa*. Frankfurt, 7, pp. 107-125.
- Calado, Adelino de Almeida (1994). *Livro da Vertuosa Benfeytoria*. Ed. crítica, introdução e notas. Coimbra: Universidade de Coimbra (Ata Universitatis Conimbrigensis).
- Cano, Rafael (coord.) (2004). *Historia de la Lengua Española*. Madrid: Ariel.
- Cardeira, Esperança (2005). *Entre o Português Antigo e o Português Clássico*. Lisboa: IN-CM.
- Castro, Ivo (1991). *Curso de História da Língua Portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Castro, Ivo (1993). Elaboração da língua portuguesa, no tempo do Infante D. Pedro. *Biblos*, LXIX, 97-106.
- Castro, Ivo (2006). *Introdução à História do Português*. Lisboa: Colibri.
- Castro, Maria Helena Lopes de (1998). *Leal Conselheiro*. Edição crítica e anotada. Lisboa: Bertrand.
- Corominas, Joan (1997). *Diccionario Crítico Etimológico Castellano e Hispánico*. Madrid: Editorial Gredos.
- Crispim, Maria de Lurdes (2002). *O Livro das Tres Vertudes – a Insinuação da Damas*, ed. crítica. Lisboa: Caminho.
- Dicionário Eletrónico Houaiss da Língua Portuguesa* (versão 2.0), 2007.
- Dicionário Eletrónico Houaiss da Língua Portuguesa* (versão 3.0), 2009.
- Dinis, António J. Dias (1949). Vida e obras de *Gomes Eanes de Zurara*, Introdução à *Crónica dos Feitos da Guiné*, I. Lisboa: Agência Geral das Colónias.
- Lanciani, Giulia e TAVANI, Giuseppe (org.) (1993). *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Lázaro, António Manuel (1990). *Gomes Eanes de Zurara. Crónica do Conde D. Pedro de Meneses Continuada à Tomada de Ceuta. Edição diplomática e crítica*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (dissertação de Mestrado).
- Macchi, Giuliano, (2007). *Crónica de D. Pedro de Fernão Lopes*. Edição crítica, introdução e índices (com revisão do texto por Teresa Amado). Lisboa: IN-CM.
- Machado, José Pedro (1967). *Origens do Português (Ensaio)*. Lisboa: Sociedade de Língua Portuguesa.
- Maia, Clarinda de Azevedo (1994). O tratado de Tordesilhas: algumas observações sobre o estado da língua portuguesa em finais do século XV. *Biblos*, LXX, 33-91
- Maia, Clarinda de Azevedo (1997). História do galego-português. Estado linguístico da Galiza e do noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI, Lisboa: Gulbenkian.
- Mattos e Silva, Rosa Virgínia (1989). Estruturas Trecentistas. Elementos para uma gramática do Português Arcaico. Lisboa: IN-CM.
- Mattos e Silva, Rosa Virgínia (2008). *O Português Arcaico - Uma Aproximação*. I volume: Léxico e morfologia; II volume: Sintaxe e fonologia. Lisboa: IN-CM.
- Nascimento, Aires do (1993). As livrarias dos príncipes de Avis. *Biblos*, LXIX, pp. 265-287.
- Pereira, Francisco Maria Esteves (1915). *Crónica da Tomada de Ceuta por el Rei D. João I composta por Gomes Eanes de Zurara*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.
- Piel, Joseph-Maria (1989). *Estudos de Linguística Histórica Galego-Portuguesa*. Lisboa: IN-CM.

Piel, Joseph-Maria (1942). *Leal Conselheiro, o qual fez Dom Eduarte Rey de portugal e do algarve e senhor de Cepta*. Edição crítica e anotada. Lisboa: Bertrand.

Piel, Joseph-Maria (1948). *Livro dos Ofícios de Marco Túlio Cícero, o qual tornou em linguagem o Infante D. Pedro, Duque de Coimbra*. Edição crítica, segundo o ms. de Madrid, prefaciada, anotada e acompanhada de glossário. Coimbra: Universidade de Coimbra (Acta Universitatis Conimbrigensis).

Piel, Joseph-Maria (1986). *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar toda Sela, que fez El-rey Dom Eduarte Rey de Portugal e do Algarve e senhor de Ceuta*. Edição crítica, introdução e notas. Lisboa: IN-CM.

Silva, António de Moraes (⁴1831). *Diccionario da Língua Portuguesa Composto pelo Padre D. Rafael Bluteau reformado, e accreccentado por António de Moraes Silva*, Lisboa.

Silva, Carlos Eugénio Corrêa da (1972). *Ensaio sobre os Latinismos nos Lusíadas*. Lisboa: IN-CM.

Vocabulário Histórico-Cronológico do Português Medieval (versão 1.0), (2002). Fundação Casa de Rui Barbosa.

25. NEIDE FERREIRA GASPAR, UNIVERSIDADE SÃO PAULO, BRASIL



NEIDE FERREIRA GASPAR

TEMA 3 REFLEXÕES SOBRE TERMOS CULTURALMENTE MARCADOS EM DUAS TRADUÇÕES PARA O FRANCÊS DE "GABRIELA, CRAVO E CANELA", NEIDE FERREIRA GASPAR, USP, BRASIL

Considerações iniciais

Termos culturalmente marcados são notoriamente difíceis de traduzir. Incluem nomes próprios (de personagens, estabelecimentos e lugares) e nomes comuns (de espécies endêmicas, ingredientes e pratos típicos, por exemplo). Para discutir o tratamento desses termos em uma obra da literatura brasileira traduzida para o francês, é interessante recordar as considerações de Venuti a respeito dos trechos abaixo:

Il latte lunare era molto denso, come una specie dei ricotta.

[Moon milk was very thick, like a kind of cream cheese.]

La ricotta volava

[The cheese flew]

adesso s'erano trovati prigionieri d'una specie di ricotta spugnosa

[now they were imprisoned in a kind of spongy cream]

(Venuti, p. 181)

Venuti seleciona trechos dessa obra, *Cosmicomics*, de Ítalo Calvino, para apontar o que considera escolhas equivocadas do tradutor para lidar com termos culturalmente marcados. Esses termos, neste caso e em muitos outros, estão relacionados à alimentação; o que os torna mais difíceis de traduzir é o fato de diferentes culturas

desenvolverem sua culinária regional e nacional com base em ingredientes e técnicas que não são universais, e cujo uso é condicionado por condições climáticas, econômicas e até religiosas diversas.

Venuti critica a escolha de "cream cheese" ou simplesmente "cheese" para traduzir *ricotta*, já que evocam produtos diferentes. Em suas próprias palavras, "*Weaver suppresses the cultural specificity of 'ricotta' by using words that are more familiar to English-language readers*" (p. 181). As escolhas do tradutor, segundo Venuti. "constitute lexical shifts that assimilate the Italian text to English-language cultural terms, a tendency that recurs in the translation" (id.). Outros exemplos da mesma tradução são "omelet", para traduzir *frittata* e, na linha seguinte, *pesceduovo*, traduzido simplesmente como "egg". Venuti não apresenta objeções a "omelet", mas chama a atenção do leitor para o fato de *pesceduovo*, literalmente, querer dizer *peixe feito de ovo*, ou seja, uma omelete dobrada, que toma a forma de um peixe. Ao usar simplesmente "egg" perde-se o que Venuti define como "its peculiarly Italian significance" (p.182). Venuti também apresenta suas objeções às outras escolhas do tradutor: "noodles" para "tagliatelle" e "packed like sardines", em vez da tradução literal e mais adequada, "pressed like anchovies" para a expressão "pigiatì come acciughe." (id.)

Como no caso de outras traduções para o inglês, Venuti classifica essas escolhas como uma estratégia para tornar os textos mais inteligíveis para os leitores de língua inglesa. Porém, segundo Venuti, essa facilidade na leitura cria uma ilusão de "transparência"; o fato de que se trata de uma tradução é apagado e o leitor se esquece de que está lendo uma tradução: as formas do inglês usado, escolhidas entre as mais comumente usadas, alimentam a ilusão de que o inglês é capaz de expressar perfeitamente a verdade do texto italiano de Calvino. (id.)

Venuti lembra que a tendência de apagar traços estrangeiros é antiga na tradição anglo-americana. Esse apagamento dos traços estrangeiros enfatizaria a capacidade da língua inglesa de transmitir a verdade de qualquer texto estrangeiro. Venuti afirma que palavras como *ricotta* e *tagliatelle*, usadas em sua forma original, lembrariam o leitor de que aquela obra havia sido escrita originalmente em italiano, com um leitor italiano em mente. O próprio tradutor explicou a Venuti que poderia, ocasionalmente, conservar uma palavra em italiano "se não fosse possível traduzi-la", mas entende que "noodles", por exemplo, é perfeitamente aceitável para "tagliatelle": "Well, they *are* noodles" (p.183).

A proposta de Venuti, sugerindo deixar termos culturalmente marcados no original, ecoa as observações de Berman, que propõe, inclusive, que os termos não sejam grafados em itálico (Berman, p. 294). Berman também condena a estratégia de procurar um equivalente vernacular local, ou a estrangeirização através de um terceiro sistema (como, por exemplo, introduzir termos de um dialeto da Normandia para traduzir regionalismos numa tradução francesa) (id.). Como Schleiermacher, Venuti e Berman são adeptos da proposta de levar o leitor até o autor, mesmo que a tradução se torne menos fluida para o leitor. Dessa forma, poderia, inclusive, haver um enriquecimento da língua de chegada. Certamente, se *ricotta* e *tagliatelle* fossem deixados no original, no exemplo de Venuti, e outros tradutores adotassem a mesma estratégia em relação a termos estrangeiros, a língua inglesa seria enriquecida por dois termos mais específicos do que os genéricos "cheese" e "noodles".

Curiosamente, Benjamin, em "A tarefa-renúncia do tradutor", também usa um exemplo que se refere a hábitos alimentares. Ele cita "brot", em alemão, e "pain", em francês, para ilustrar o fato de evocarem alimentos

diferentes, para um alemão e um francês, embora ambos os termos possam ser traduzidos como "pão". (Benjamin, p. 199)

Tymoczko lembra outros aspectos envolvendo traduções de obras de literaturas "periféricas" para a língua de culturas hegemônicas:

Postcolonial translation studies point to a paradigm in which translation does not simply or even primarily take place between two equal cultures as a means of free exchange or transfer of information. Instead, differences in cultural power and prestige manifestly affect every level of choice in translation, from large decisions affecting whole texts and groups of texts (including when to translate and what to translate), to the micro levels of translation (right down to the level of the phoneme in decisions about how to represent names. (Tymoczko, p. 196) (Grifo nosso)

Algumas considerações sobre as traduções para o francês de Gabriela, cravo e canela

Partindo das considerações iniciais, é interessante verificar como são tratados termos culturalmente marcados, em especial aqueles relacionados à culinária, nas traduções para o francês de *Gabriela, cravo e canela*, de Jorge Amado. As duas traduções existentes são *Gabriela, fille du Brésil*, de 1959, e *Gabriela, girofle et canelle*, de 1971.

Evocando especiarias muito comuns na culinária brasileira já a partir do título, o autor conta uma história passada na região cacaueteira da Bahia, para onde Gabriela, a personagem-título, se desloca, fugindo da seca do Sertão. Exímia cozinheira, ela conquista os homens por suas habilidades culinárias e sua beleza, sua cor de canela e seu perfume de cravo. Note-se que na primeira tradução, "cravo" foi entendido como a flor e traduzido como *œillet*, mesmo não sendo essa uma flor normalmente exaltada por seu perfume.

A obra traz muitas referências a lugares da cidade de Ilhéus, do resto da região cacaueteira e do Brasil, cuja tradução vai exigir do tradutor que faça a escolha entre deixá-los no original, ou *domesticá-los*, adaptando-os à cultura de chegada. Outra questão é como tratar os nomes dos personagens e alguns termos bastante específicos da cultura local, como "fazendeiro" (que não é equivalente a "fermier" em francês); há, ainda, muitos adjetivos pátrios, como "sergipano". Em relação à culinária, são mencionados produtos e pratos típicos locais; sendo a Bahia um estado em que a influência dos negros está muito presente, para alguns pratos e ingredientes já há termos incorporados ao francês, por serem comuns também nas antigas colônias francesas no Caribe ou na África, como *couscous*.

Nos quadros abaixo, são mostrados alguns exemplos do tratamento dado, nas duas traduções, a termos culturalmente marcados. Como pode ser verificado, no caso de "Doña", há a tentativa de manter a cor estrangeira; porém, o tradutor opta pelo termo espanhol, em vez de mantê-lo no original. Esse tipo de procedimento pode servir como exemplo da "estrangeirização", ou "exotização", apontada por Berman como uma das tendências deformadoras em tradução. (Berman, p. 294)

Os quadros abaixo ilustram como foram traduzidos alguns desses termos nas duas traduções. Em relação à grafia, pode-se observar que há diferentes tratamentos tipográficos: o termo pode aparecer com a mesma grafia, a mesma acentuação e o mesmo tipo, com a mesma grafia mas tipo diferente (itálico), a mesma grafia, o mesmo tipo, mas acentuação diferente (correspondendo à alteração apontada por Tymozcko, grifada acima), e até mesmo duas grafias diferentes para o mesmo nome. É importante lembrar que Berman defendia a mesma grafia sem itálico, já que os termos não eram marcados por itálico no original. (id.)

Os quadros não são exaustivos. São colocados alguns exemplos de cada caso, em número maior para termos relativos à culinária, tão importante nessa obra.

Quadro 1. Logradouros e outros espaços públicos

Gabriela, cravo e canela	Gabriela, fille du Brésil	Gabriela, girofle et canelle
Ladeira de São Sebastião (p. 52)	rue Saint-Sébastien (p. 30)	coteau de Saint-Sébastien (p.52)
Praça de São Sebastião (p. 28)	place saint Sébastien (p. 15)	place São Sebastião (p. 22)
rua do Unhão, do Sapo, das Flores (p. 54)	rues de l'Unhão, du Sapo et des Flores (p. 55)
rua Coronel Adami (p. 73)	rue du Colonel-Adami (p.42)	rue Colonel-Adami (p. 79)
Praça da Matriz (p. 73)	place de la cathédrale (p. 42)	place de l'église (79)
rua Chile 130	rue du Chili 151

Quadro 2. Estados, cidades e outros locais

Gabriela, cravo e canela	Gabriela, fille du Brésil	Gabriela, girofle et canelle
Ilhéus (p. 17)	Ilhéos (p. 11).	Ilhéus (p. 15)
Água Preta (p.17)	Agua Preta (p. 28).	Agua Preta (p. 9)
morro do Unhão (p. 42)	butte de l'Unhao (p. 24).	le morne d'Unhão (p. 39)
Pernambuco (p.42)	Pernambouc (p.24).	Pernambouc (p.39)
rio Cachoeira (p. 31)	le fleuve (p. 16).	le fleuve Cachoeira (p. 25)
ponte do Rio Cachoeira (p. 54)	le pont de la Cachoeira (p. 31).	pont du rio Cachoeira (p. 54)
Aracaju (p. 50)	Aracaju (p. 49).	Aracaju (p. 29)
Sertão (p.111)	<i>sertan</i> (p. 65).	Sertão (p. 127)
caatinga (p.110)	<i>caatinga</i> (1) (p. 64) Nota de rodapé: " (1) Région desséchée et aride de l'intérieur du Brésil, à la végétation basse et épineuse."	<i>caatinga</i> (p. 125) Glossário: "mot indien qui signifie «forêt blanche». Il sert à designer la végétation clairsemée d'arbustes épineux et de cactée qui recouvre le <i>Sertão</i> "
Maceió (p. 36)	Maceio (p. 20).	Maceió (p. 32)

Quadro 3. Estabelecimentos comerciais diversos e jornal

Gabriela, cravo e canela	Gabriela, fille du Brésil	Gabriela, girofle et canelle
Clube Progresso (p. 28)	Club du Progrès (p. 17)	Club Progrès (p. 10)
Grêmio Rui Barbosa (p. 87)	cercle Rui Barbosa (p. 49)	Cercle Rui Barbosa (p. 96)
banca de peixe (p. 29)	<i>banca de peixe</i> (p. 29)	marché au poisson (p. 23)
bar Vesúvio (p.36)	bar du Vésuve (p. 19)	bar Le Vésuve (p. 31)
Papelaria Modelo (p.75)	Papeterie Modèle (p. 39)	Papeterie Modèle (p. 26)

Cine –Teatro Ilhéus (p. 69)	Ciné-Théâtre Ilhéos (p. 39)	Ciné-Théâtre Ilhéus (p. 74)
Café Ideal (p.69)	Café Idéal (p. 39)	Café Idéal (p. 74)
Bar Chic (p. 69)	Bar Chic (p. 39)	Bar Chic (p. 74)
"Pinga de Ouro" (p. 69)	<< la Goutte d'Or>> (p. 39)	Pinga de Ouro (p. 74)
"Diário de Ilhéus" (p. 250)	<< Journal d'Ilhéos >> (p. 138)	<i>Diario de Ilhéus</i> (p. 304)

Quadro 4. Pratos típicos e ingredientes

Gabriela, cravo e canela	Gabriela, fille du Brésil	Gabriela, girofle et canelle
latas de mingau (p. 30)	boîtes de manioc (p. 15)	boîtes de <i>mingau</i> (p. 23) Glossário: "bouillie de farine de manioc."
mingau e cuscuz, milho cozido e bolos de tapioca (p. 37)	de la farine de manioc et du couscous, du maïs cuit et des gâteaux de tapioca (p. 20)	du <i>mingau</i> , du couscous, du maïs cuit et des gâteaux de tapioca (p. 33)
moqueca de siris (p. 55)	ragout de <i>siris</i> (1) (p. 31) Nota de rodapé: " (1) Sorte de crabe."	crabes au court-bouillon (p. 55)
cuscuz de milho, batata-doce, banana-da-terra frita, beijus (p. 55)	couscous de maïs, les patates douces, les bananes frites (p. 31)	couscous de maïs, avec patates douces, bananes frites et boulettes de manioc (p. 56)
(De) jenipapo (p. 74)	<i>Genipapo</i> (p. 42)	(Au) génipa (p. 80)
abacaxi (p.74)	ananas (p.42)	ananas (p. 80)
maracujá (p. 74)	<i>maracujá</i> (p.80) Glossário: "fruit de la <i>Passiflora quadrangularis</i> dont les jus très apprécié sert aussi à faire une liqueur. "
bolinhos de mandioca e de puba (p. 70)	petits gâteaux de manioc et de <i>puba</i> (p. 39)	petits gâteaux de manioc et de <i>puba</i> (p. 74)
frigideira de camarão (p. 81)	beignets aux crevettes (p. 89)
cravo (p.189)	œillet (p. 109)	girofle (p. 200)
acarajé (p. 70)	<i>acarajés</i> (1) (p. 39) Nota de rodapé: " (1) Acarajé: croquettes de haricots blancs mélangés avec des oignons et des crevettes râpées et frites dans l'huile de dendê."	<i>acarajé</i> (p. 74) Glossário: (com grafia <i>acarajás</i>), "beignets du même genre que les <i>abarás</i> ."
abará (p. 70)	<i>abarás</i> (2) (p.39) Nota de rodapé: " (2) Abara: croquettes de haricots blancs, faites avec la même pâte que l'acarajé mais que l'on fait cuire au bain-marie après les avoir enroulées dans les feuilles de bananiers. "	<i>abará</i> (p. 74) Glossário: "beignets faits de paté de haricot additionnée de piment et frites dans l'huile de <i>dendê</i> . On les sert forme de boulettes enveloppées dans les feuilles de bananier."
frigideiras de siri mole, de camarão e bacalhau (p. 70)	beignets de <i>siris</i> , de crevettes et de morue (p. 39)	beignets au crabe tendre, à la crevette ou à la morue (p. 75)
doces de aipim, de milho (p. 70)	crèmes de manioc et de maïs (p.39)	friandises au manioc doux ou au maïs (p. 75)
moqueca (p.81)	<i>moqueca</i> (p. 89) Glossário: "poisson ou fruits de mer cuits dans un court-bouillon dont les principaux ingrédients sont l'huile de <i>dendê</i> et le piment."
pacas e cotias (p. 83)	des <i>pacas</i> (1) et des <i>cotias</i> (p. 47)	des <i>pacas</i> , des agoutis (p. 91)

	Nota de rodapé: " (1 et 2) Mammifères rongeurs."	Glossário: "rongeur de pelage brun avec des taches claires dont la chair est très estimée (<i>Cuniculus paca</i>)"
canela (p. 193)	cannelle (109)	cannelle (p. 231)
jilós (p.83)	<i>jilos</i> (p. 47)	<i>jilós</i> (p.91) Glossário: "fruit du <i>jiloeiro</i> , plante cultivée de la famille des solanacées (<i>solanum gilo</i>)."
quiabos	<i>quiabos</i> (p. 47)	<i>gombos</i> (p. 91)
abóboras amarelas (p.83)	courges jaunes (p.47)	citrouilles jaunes (p. 91)
sarapatel (p. 83)	<i>sarapatel</i> (3) (p. 47) Nota de rodapé: " (3) Salmis de tripes, de foie et de rognons de porc frits dans le sang de l'animal."	<i>sarapatel</i> (p. 91) Glossário: "sorte de fricassé faite avec du sang et des abats de porc ou de mouton."
feijoada (p. 83)	plats de haricots (p.47)	<i>feijoada</i> (p. 91) Glossário: "mets à base de haricots (<i>feijao</i>), accompagnés de divers légumes cuits avec de la viande séchée et fumée."
moqueca de peixe (p.83)	daube de poisson (p.47)	<i>moqueca</i> (p. 91) Glossário: "poisson ou fruits de mer cuits dans un court-bouillon dont les principaux ingrédients sont l'huile de <i>dendê</i> et le piment."
cachaça (p. 83)	<i>cachaça</i> (p.47)	tafia (p. 91)
jacas (p.83)	jacas (p. 47)	jaques (p.91)

Quadro 5. Outros termos culturalmente marcados

Gabriela, cravo e canela	Gabriela, fille du Brésil	Gabriela, girofle et canelle
ilheense dos velhos tempos (p. 37)	Ilhéen de la vieille époque (p. 20)	appartenait à l'Ilhéus du temps jadis (p. 32)
reisados (p. 75)	danses des Rois (p. 81)
ternos de pastorinha (p.75)	choeurs de Pastourelles (p.81)
bumba-meu-boi (p. 75)	<i>Bumba-meu-boi</i> (p. 81) Glossário: "groupe de personnages plus ou moins grimés, et dont le nombre ainsi que les caractérisations sont variables, qui, à l'occasion de certaines fêtes, chante, danse, ou jouede petites scènes dans les rues."
caapora (p. 75)	croque-mitaine (p.81)
terreiro de santo (p. 433)	<i>terreiro</i> de saint (p. 236)	<i>terreiro</i> de saint (p. 542) Glossário: "lieu où l'on célèbre le culte du candomblé."
filhas de santo, iaôs de lansã (p. 433)	filles-de-saints; <i>iaôs</i> de lansan (2) (p. 235) Nota de rodapé: "(2) <i>iaôs</i> : fille-de-saint (prêtresses) récemment initiées. <i>lansan</i> : divinité des vents et de la tempête.	filles de saint, <i>iaôs de lansan</i> (p. 541) Glossário: " <i>laô</i> , «épouse des dieux» dans la religion du <i>candomblé</i> . <i>lansan</i> , divinité féminine, épouse de <i>Xangô</i> , qui préside aux vents et aux tempêtes."
fazenda (p.34)	fazenda (1) Nota de rodapé: "grande propriété rurale (ici grandes plantations)."	fazenda (p. 29) Glossário: "grand domain agricole"

Quadro 6. Nomes próprios (personagens) e amigos do autor (dedicatória)

Gabriela, cravo e canela	Gabriela, fille du Brésil	Gabriela, girofle et canelle
dona Arminda (p. 51)	dona Arminda (p. 28)	doña Arminda (p. 50)

Maria de São Jorge (p. 38) seu Nilo (p. 432)	Maria de Saint-Georges (p.20-21) Nilo (p. 235) Seu Nilo (p. 236)	Maria de São Jorge (p. 34) Nilo (p. 541)
João Fulgêncio (p. 36)	Joan Fulgencio (p. 19) Joao Fulgencio (p.20)	João Fulgêncio (p. 32)
Mundinho Falcão (p. 30)	Mundinho Falcan (p. 16)	Mundinho Falcão (p. 23)
Pelópidas de Assunção d'Ávila (p. 37)	Pelopidas de Assunção d'Avila (p. 37)	Pelópidas de Assunção d'Avila (p. 32)
Manuel das Onças (p. 34)	Manuel des Onces (p. 18)	Manuel das Onças (p. 34)
Ofenisia (p. 23)	Ofenisia (p. 11)	Ofenisia (p. 15)
Chico Moleza (p. 51)	Chico Moleza (p. 29)	Chico Moleza (p. 53)
Glória (p. 117)	Gloria (p. 69)	Gloria (p. 135) Glória (p. 137)
Altino Brandão (p. 220)	Altino Brandan (p. 125)	Altino Brandão (p. 265)
Alberto Cavalcânti (p. 13)	Alberto Cavalcani (p.7)
Moacir Werneck de Castro (p. 13)	Mourir Werneck de Castro (p.7)

Quadro 7. Adjetivos pátrios e outros termos que caracterizam personagens

Gabriela, cravo e canela	Gabriela, fille du Brésil	Gabriela, girofle et canelle
"baianas" (p. 30)	bahianaises (p. 15)	Bahianaises (p. 23)
ilheense dos velhos tempos (p. 37)	Ilhéen de la vielle époque (p. 20)	appartenait à l'Ilhéus du temps jadis (p. 32)
(Tudo que é) retirante (p.110)	Les réfugiés (p.64)	(Tous les) <i>retirantes</i> (p.126) Glossário: " <i>sertanejos</i> qui, fuyant la famine consécutive à la sécheresse, s'en vont vers le littoral ou en direction du sud em quête de nourriture et de travail."
jagunços (p.33)	<i>jagunços</i> (1) (p. 17) Nota de rodapé: "(1) Bandits, hors-la-loi, tueurs."	<i>jagunços</i> (p. 27) Glossário: "hommes de main au service des «colonels»."
sertanejo (p.11)	<i>sertanejo</i> (p. 65)	<i>sertanejo</i> (p. 126) Glossário: "habitant du <i>sertão</i> ."
grapiúnas (p.37)	<<grapiúnas>> (1) (p. 20) Nota de rodapé: " (1) Habitant de la région d'Ilhéos."	enfants de la ville (p. 33)
pernambucanos importantes (p. 110)	des gens très importants (p. 64)	des notables du Pernambouc (p. 125)
coisas de cangaço (p. 113)	souvenirs de <i>cangaceiro</i> (p. 66)	des histoires de hors-la-loi (p. 129)
Itabunenses (p. 183)	Itabuniens (p. 103)	gens d'Itabuna (p.219)
fazendeiros (p. 25)	planteurs (p. 13)	<i>fazendeiros</i> (p.17) Glossário: "propriétaire foncier possédant une ou plusieurs <i>fazendas</i> . Les grands <i>fazendeiros</i> sont souvent désignés du nom de «colonels» selon une tradition remontant à l'époque de l'Empire. Le gouvernement avait alors institué des milices commandées par lês notables avec grade de colonels." "

Linhas pontilhadas nos quadros indicam que os termos foram omitidos na tradução. No caso de *Gabriela, fille du Brésil*, páginas inteiras deixaram de ser traduzidas ou foram resumidas, tornando muito difícil o cotejamento. Subtítulos inteiros desaparecem, mesclando duas seções de capítulos: o subtítulo "Do dono da terra se esquentando sol" (p. 87 – possivelmente um erro de impressão omitiu a combinação "ao") desaparece e o conteúdo é incorporado

à seção "Da desesperada busca" (p. 80). A edição brasileira usada (28ª. ed.) está sem data, e não há indicação de que a obra tenha sido reescrita, com acréscimos, portanto pode-se imaginar que as omissões tenham sido deliberadas. Também há trechos em que os diálogos mais longos são apresentados como se fossem falas em uma peça de teatro, com o nome dos interlocutores aparecendo em itálico no início da linha, e a atitude de cada um ao falar indicada entre parênteses. Um exemplo disso é o diálogo entre vários personagens a respeito do assassinato de Dona Sinhazinha e seu amante (p. 77-79) Sem acesso ao projeto dos tradutores, que provavelmente levaram em conta decisões editoriais, não se deve criticar a tradução como inadequada. É possível que o próprio autor tenha permitido todas as alterações, dependendo do contrato assinado.

No caso de *Gabriela, girofle et canelle*, não há notas de rodapé, mas os termos que aparecem em itálico são explicados em um glossário no fim do livro. Todas as partes do original são traduzidas, inclusive dedicatórias, versos da introdução e resumo inicial. Os subtítulos são traduzidos e apresentados na ordem original. Surpreendentemente, ambas as traduções mencionam a língua do original como "brésilien", e não "portugais".

Em resumo, como pode ser verificado nesta breve análise, as estratégias dos tradutores para termos culturalmente marcados variam muito. Pode haver uma busca por termos equivalentes, como no caso de "cangaceiro" em *Gabriela, girofle et canelle*, que é traduzido como "hors-la-loi", mas com glossário explicativo: "*Cangaço*, mot employé dans le Nord-Est du Brésil pour designer le banditisme, la vie des hors-la-loi (Cangaceiros)". (p. 570) Pode haver omissão, simplesmente, como para as festas populares "reisados", "ternos de pastorinha" e "bumba-meu-boi" (p. 75), em *Gabriela, fille du Brésil*. Em nomes próprios, a alteração mais comum é a ausência do acento, como em "Ofenisia". No caso de Alberto Cavalcânti (p. 13) e Moacir Werneck de Castro (id.) em *Gabriela, girofle et canelle*, que são citados na dedicatória em versos "Do Testamento de Gabriela", cujos nomes aparecem como Alberto Cavalcanti (p.7) e Mourir Werneck de Castro (id.) na tradução, pode ter havido, simplesmente, um erro de digitação. Nomes de Estados e cidades são mantidos, de forma geral, como em português; curiosamente, "Pernambuco" recebe uma forma afrancesada ("Pernambouc"). Em *Gabriela, fille du Brésil* há uma tendência a transformar os finais em -ão em -an, como em "sertan", "Brandan" e "Falcan", talvez buscando uma sonoridade mais próxima do francês. Na mesma tradução, "João" aparece como "João" e como "Joan". Em *Gabriela, girofle et canelle* é irritante ver o tratamento "dona" aparecer como "doña"; no masculino, "seu" é traduzido como "m'sieu" (p. 50) ou, simplesmente "M." (p.80). Em *Gabriela, fille du Brésil* são mantidas as formas "dona" e "*seu*" ("dona" com grafia normal e "seu" em itálico). A expressão "auto-de-fé", que aparece no subtítulo de um capítulo ("De conversas e acontecimentos com auto-de-fé", p.217), é traduzida como autodafé - forma em que está dicionarizada em francês - nas duas traduções.

Considerações finais

As listas apresentadas, como dito, obviamente não são exaustivas. Espera-se que possam ilustrar, a partir de alguns exemplos, algumas das estratégias de tradutores ao lidar com termos culturalmente marcados. Propositadamente, considerando-se as reflexões de Venuti sobre a tradução dos termos relativos à culinária citados no início, a lista de pratos típicos e ingredientes é a mais longa, mas também não é exaustiva.

Quanto ao resultado final das duas traduções, os leitores de língua francesa têm uma visão abrangente do universo da zona cacauera, conforme apresentado por Jorge Amado nessa obra. Em nenhum momento o leitor vai

se esquecer de que está lendo uma tradução. Embora *Gabriela, fille du Brésil* tenha condensado a obra original, suprimindo alguns trechos ao longo da obra, essa perda não seria notada pelos leitores. No entanto, com a tradução de "cravo" por "œillet", fica afetada uma importante rede subjacente de significados. Em relação a *Gabriela, girofle et cannelle*, em que a tradução não omite qualquer ponto do original, fica a ressalva quanto ao uso de "doña", que remete à língua espanhola e pode reforçar a ideia errônea, mas ainda prevalente, de que o Brasil pertence à comunidade hispano-americana. E qualquer brasileiro, quando indagado a respeito, vai afirmar que a língua que fala é o Português – e não o "Brasileiro", portanto soa estranho que as duas traduções indiquem "brésilien", e não "portugais", como a língua original.

REFERÊNCIAS

- AMADO, J.. *Gabriela, cravo e canela*. São Paulo: Livraria Martins Editora, Col. Obras de Jorge Amado. v. XIV. 28 ed. 1965.
- _____. *Gabriela, fille du Brésil* - Trad. Violante do Canto e Maurice Roche. Paris: Seghers, 1959.
- _____. *Gabriela, girofle et cannelle: chronique d'une ville de l'État de Bahia* - Trad. Georges Boivert. Paris: Stock, Coll. Nouveau Cabinet Cosmopolite, 1971/1983.
- BERMAN, A.. Translation and the trials of the foreign. In: VENUTI, L. (ed) *The Translation Studies Reader*. Londres & Nova York: Routledge, 2002. pp. 284-297.
- SCHLEIERMACHER, F. *Des différentes méthodes du traduire*. Trad. Antoine Berman. Mauvezin: TER, 1985.
- BENJAMIN, W.. A tarefa - renúncia do tradutor. In: HEIDERMANN, Werner (Org.). *Clássicos da teoria da tradução* (Antologia bilingüe, alemão – português); v.1. Florianópolis: UFSC, Núcleo de Tradução, 2001. p. 188-215.
- TYMOCZKO, M.. Activism, political agency, and the empowerment of translators. In: *Enlarging translation, empowering translators*. Manchester & Nova Iorque: St. Jerome Publishing, 2000. p. 189-220.
- VENUTI, L. Local contingencies: translation and national identities. In: *Nation, language and the ethics of translation*. Princeton: Princeton University, 2005. p. 177-201

26. NORBERTO ÁVILA, DRAMATURGO AÇORIANO



NORBERTO ÁVILA

TEMA 2.1. O CONTO OS DOIS IRMÃOS GÊMEOS DE SANTA COMBA DÃO E OUTRAS HISTÓRIAS, NORBERTO ÁVILA, DRAMATURGO AÇORIANO

Algo de comum existe no conto *Os Dois Irmãos Gêmeos de Santa Comba Dão* (de 2013) e o romance inédito *Frente à Cortina de Enganos* (2003 e 2004). Em ambas as obras se trata de um súbito regresso do protagonista à sua terra de origem, embora por motivos e em circunstâncias bem diversas. E, por coincidência, a terra de onde se regressa é Lisboa, sendo o destino a Beira Alta. Quando, aí pelos anos de 2003 e 2004, Fortunato

Galisteu, "supermercadista" (se assim me posso exprimir), vigorosa e exuberante figura da minha comédia **Fortunato e TV Glória**, começou a fazer-se ao piso querendo ser personagem de romance, aceitei acompanhá-lo numas tantas deambulações pela Beira Alta, principalmente numas terras ásperas que só Deus sabe, nos cocurutos da Serra da Estrela. E aconteceu chegarmos (na minha imaginação, claro está) a uma aldeia remota a que chamei Valdevide. Pois aí terá nascido – nasceu mesmo! – esse que, com alguma ajudinha providencial mas muito mais espertinheza própria, viria a tornar-se rei da cadeia de supermercados Fortunato, por toda a vasta região lisboeta.

Transferira-se ainda menino de 11 anos para a capital, para trabalhar na mercearia de um conterrâneo, estabelecimento que depois de tornou armazém de secos e molhados. Vindo a casar com Laura, filha única do dito conterrâneo, herdou-lhe o progressivo negócio. Com o casal vivem dois filhos vintaneiros (Marco e Sandra), ainda estudantes; além de Glória (mãe de Fortunato), a criada Clara, a cozinheira Belmira e o motorista Dionísio.

O empresário, não sendo a princípio particularmente afeto a programas de televisão, deixa-se contagiar pelo entusiasmo de alguns familiares nesse domínio (com alarmante destaque para a mulher e a mãe, inveteradas consumidoras de telenovelas, concursos, reality shows). E tendo também em conta o extraordinário poder publicitário daquele meio de comunicação, ambiciona já a criação da sua própria estação de TV. (Nome previsto: TV Glória, em homenagem à mãe.) De modo que se torna um hábito, para Fortunato, seus parentes e amigos, entreterem-se improvisando "programas" a exemplo dos mais populares, em que atuam com grande à-vontade. Até que a ficção e a realidade se confrontam.

Porém o romance, embora mantendo as linhas gerais da comédia, alarga-se consideravelmente em número de personagens e locais de ação, tendo agora por título: **Frente à Cortina de Enganos**. E tenho pena de que os meus leitores o não possam ainda apreciar. (É que sinto grande desconforto na procura de editores. Prefiro que sejam eles a procurar-me, o que por vezes acontece.) De qualquer modo, sempre o eventual leitor poderá fazer uma ideia da trama desta minha romanesca narrativa com a visita ao meu *site* de escritor, onde encontrará, além duma muito desenvolvida sinopse desta obra, a transcrição integral do 2º capítulo, que constitui, por assim dizer, um verdadeiro retrato de corpo inteiro do protagonista. Trata-se aí da encomenda que fez Fortunato a um encadernador do Bairro Alto: uns requintados alinhamentos de lombadas de falsíssimos livros, com dourados títulos, suscetíveis de abranger uma extensão de uns 20 metros de prateleiras... Mas interessar-vos-á preferencialmente, suponho, algo que mais tenha a ver com a Beira Alta.

Acontece que só no capítulo 12, na sequência dum sonho premonitório, a velha Glória motiva Fortunato a uma viagem à Serra da Estrela, para que a restante família conheça, finalmente, o local das suas origens. E em Valdevide são festivamente recebidos. No terreiro da Sociedade Recreativa, o magnate reapaixona--se por um granítico penedo em que ele, em criança, costumava alcandorar-se, e trata logo de o adquirir, prometendo, em contrapartida, patrocínios de vária ordem.

Entretanto, de cumplicidade com Sandra, sua neta, Glória procede a investigações à pessoa de um tal Gabriel, embarcação noutros tempos e agora queijeiro de profissão. Nele reconhece o seu juvenil desencaminhador, pai de Fortunato. Mas, passados tantos anos, de certo modo tornada senhora lisboeta, resiste à tentação de declinar a sua própria identidade.

Assim, em três longos capítulos, pelo menos, vai dando o autor notícia de como Fortunato se recompõe da ausência de trinta e tal anos da sua província natal. Porém o seu viver está estabelecido em Lisboa. E de que maneira! Resta-lhe uma consolação: graças a dispendiosos meios técnicos, o pedregulho descomunal que lhe lembra a infância modestíssima é motivo de assombro aos olhos dos visitantes, reerguido no seu jardim privado, no Alto de Santo Amaro, à beira Tejo.

* * *

Uma década passada sobre a elaboração do romance ***Frente à Cortina de Enganos***, proporciona-se ao autor, neste ano de 2013, uma nova estadia na sua muito estimada província da Beira Alta. Numa pequena cidade que lhe era ainda desconhecida: Santa Comba Dão, e no âmbito dum *I Festival das Artes*.

E, por uma associação de ideias, recordei o caso de um rapaz de origem galega, meu colega de estudos em Paris. Sentia-se ele um tanto embaraçado ao referir a sua naturalidade: Ferrol del Caudillo. Isto, por ser a terra em que nascera o Generalíssimo Franco. Assim, iria eu encontrar em Santa Comba Dão qualquer habitante fatigado de ouvir mencionar a local naturalidade de algum político de alto coturno? (Refiro-me, naturalmente a Oliveira Salazar.) E logo a trama de um conto se me foi desenvolvendo na imaginação.

Por coincidência (ou não?) também uma história dum regresso às origens, sendo, no entanto, bastante mais curto o tempo de ausência; bem diferentes as circunstâncias motivantes.

Na semana anterior, Durval Salvaterra recebera a notícia de chofre: o Banco Pecuário Português, decidira encerrar umas tantas dependências em todo o País, inclusive aquela de que ele era funcionário há cerca de 20 anos. Ora, sendo ele natural de Santa Comba Dão, manifesta-se-lhe a solidariedade dos parentes mais próximos: Duarte, seu irmão gémeo, Liliana, sua sobrinha, que é arquiteta. E, não sentindo propriamente em risco a subsistência (que sempre tem as suas economias e espera a legítima indemnização de despedimento), decide-se a passar algum tempo no seio familiar. E, sozinho, de automóvel, mete-se à estrada.

O deslizar da paisagem é propício às recordações e a um avaliar da situação. De modo nenhum se sentia incompatibilizado com os parentes. Quando muito havia um injustificado, incompreensível distanciamento. Ele e Duarte (o irmão gémeo) telefonavam-se no 1º de maio (felicitando-se mutuamente pelo aniversário comum); também pelo Natal, pois com certeza. E pouco mais. O pai, Hermínio de seu nome, que fundara uma "Agência de Viagens Salvaterra", passara-a ao nome dos filhos gémeos. E Durval, por sua vez, anos mais tarde, desejoso de outro tipo de vivências, cederá a sua quota-parte a Duarte, ao aceitar a bancária profissão.

Quanto às relações com Liliana, sempre haviam sido suficientemente amistosas. E, ao tempo em que ela cursava a sua arquitetura, muitas vezes se encontravam para alguma refeição num restaurante, algum Concerto ou espetáculo, algum passeio. E Durval recordava-se muito bem daquela vez em que a desafiou a uma digressão para as bandas de Peniche, para lhe dar a conhecer a Ex-Prisão Política em que o avô Hermínio, na sua juventude estivera preso, por motivos políticos. E assim, se Durval saía ao pai, Duarte aproximava-se um pouquinho mais da sensibilidade materna. Aldora, na verdade, muito secretamente, havia sido, no tempo das guerras do Ultramar,

madrinha de guerra; pertencera até ao Movimento Nacional Feminino). Mas isso em nada prejudicaria o bom entendimento e a desejada união familiar.

E termino com uma citação da própria narrativa: "Sentaram-se então na sala de estar, para um momento de confraternização, à volta duma bebida. E Durval aproveitou o ensejo de apreciar algumas fotos de família. Uma delas, histórica, que sempre fazia as delícias dos visitantes: a dos irmãos gémeos Duarte e Durval, acabadinhos mesmo de nascer, com bem poucos minutos de diferença. Isto num precioso instantâneo de Hermínio Salvaterra, 'pai babado' (como sói dizer-se). E para que melhor se apercebam os meus leitores do encanto revelado nos primeiros ápices desta dupla, desdobrada existência, farei notar que os bebés repousam de costas, lado a lado, na brancura do leito, enfaixados de pálido azul. É certo que as cabeças, a bem poucos centímetros de distância, estão voltadas em direções opostas; porém não é menos verdade que a mãozita direita de Duarte segura firmemente a mãozita esquerda de Durval." (...) E diz Hermínio Salvaterra: "A mim sempre me maravilhou que as duas mãozitas se entrelacem pelos dedos, se agarrem com a possível tenacidade, como se quisessem, antes de mais, garantir um apoio mútuo."

27. PERPÉTUA DOS SANTOS SILVA, CIES/ISCTE-IUL, PORTUGAL



PERPÉTUA SANTOS SILVA

[TEMA 1.8 LÍNGUA PORTUGUESA NO ESPAÇO JURÍDICO DE MACAU, PERPÉTUA SANTOS SILVA](#)
[CIES/ISCTE-IUL CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E ESTUDOS EM SOCIOLOGIA](#) ¹⁷⁴

Resumo:

Uma das questões essenciais do Processo de Transição de Macau de Portugal para a República Popular da China, se não mesmo a mais significativa, o domínio do Direito, ou melhor dizendo dos sistemas jurídico e judiciário, ainda hoje não é pacífica em Macau e talvez seja, mesmo, o campo onde o uso da língua portuguesa sendo uma necessidade se constitui igualmente como ponto sensível e instrumento de conflito.

À data das negociações para a transferência do exercício de soberania, a organização judiciária em Macau era uma extensão do sistema existente em Portugal, sendo os órgãos judiciais locais sua parte integrante, e correspondendo as normas jurídicas então vigentes a legislação local emanada pela Assembleia Legislativa e pelo Governador e a legislação produzida nos órgãos de soberania de Portugal e mandada aplicar a Macau – redigidas

¹⁷⁴ Este artigo foi adaptado a partir da dissertação de doutoramento da autora e a informação nele contida resulta de pesquisa de terreno que decorreu em Macau, entre 2005 e 2010. Foi seguida uma estratégia metodológica que combinou análises do tipo quantitativo e qualitativo, embora a informação aqui usada resulte, essencialmente, de análise documental, observação direta e análise de conteúdo de entrevistas realizadas a informantes privilegiados no domínio da aplicação do Direito (juizes, advogados, juristas e técnicos de apoio administrativo).

em língua portuguesa. Havia, portanto, que delimitar o universo normativo que viria a vigorar em Macau e garantir a sua autonomia e capacidade de continuidade após 1999, acrescentando à gigantesca tarefa de *localizar* a produção legislativa, o facto de que todo o ordenamento jurídico teria de ter expressão em ambas as línguas oficiais. Donde releva a imperiosa necessidade de desenvolver formação de pessoal bilingue neste domínio específico e decorre, igualmente, que apesar do declínio da influência do português no domínio da administração do Direito, esta língua ainda mantenha uma presença determinante – não só enquanto língua materna dos profissionais portugueses que continuam a desenvolver a sua ação em Macau, nomeadamente, juizes, advogados e juristas, mas também como língua de trabalho e sobretudo de referência para aqueles que sendo de língua materna chinesa desenvolvem igualmente atividade nesta área.

Procuraremos mostrar, ainda que de forma necessariamente breve, como a presença do português no espaço jurídico de Macau remete para um conjunto de dimensões socioculturais que ultrapassam, claramente, a questão da língua em que decorrem os atos e se redigem as sentenças.

1. Contexto de partida: desadequado à nova realidade

A Transferência da Administração de Macau de Portugal para a República Popular da China (RPC), foi negociada e preparada ao longo de cerca de uma década, entre a assinatura da Declaração Conjunta Luso-Chinesa, em 1987, e a Cerimónia de Transferência de Poderes, em 1999. Ao longo deste *Período de Transição* foram muitas as questões que se colocaram, tendo em vista a concretização do princípio “*Um País, Dois Sistemas*”, o que pressupunha que os destinos da futura Região Administrativa Especial de Macau fossem conduzidos pelos seus residentes e com elevado grau de autonomia.

Para a prossecução destes objetivos maiores, associavam-se três vetores essenciais: o da preparação de quadros, residentes locais para assumirem a condução dos destinos da Região após 1999, garantindo uma transferência suave e a sustentação da futura Administração; o do alargamento do uso da língua chinesa nos vários domínios da administração pública e da justiça; e o da adaptação de todo o acervo legislativo que continuaria a vigorar após 1999.

À data das negociações para a transferência do exercício de soberania, a organização judiciária em Macau correspondia a uma extensão do sistema existente em Portugal sendo os órgãos judiciais locais sua parte integrante e correspondendo as normas jurídicas então vigentes a legislação local emanada pela Assembleia Legislativa e pelo Governador e legislação produzida nos órgãos de soberania de Portugal e mandada aplicar a Macau – redigidas em língua portuguesa, de que faziam parte os chamados grandes códigos, alguns dos quais encontrando-se desatualizados, com alterações feitas em Portugal e que não foram estendidas a Macau e, em certas matérias, desenquadrados da realidade local (Santos e Gomes, 1998:75-76; Ganhão, 2004: 1-8).

Havia, portanto, que delimitar o universo normativo que viria a vigorar em Macau e garantir a sua autonomia e capacidade de continuidade após 1999, acrescentando à gigantesca tarefa de *localizar* a produção legislativa, o facto de que todo o ordenamento jurídico teria de ter expressão em ambas as línguas oficiais. Consagrando a Lei Básica que as leis previamente vigentes em Macau iriam continuar a vigorar após o estabelecimento da RAEM (Art.º 8º), parecia clara a vontade de dar continuidade a um sistema jurídico de matriz portuguesa, pese embora o facto de

terem existido diferentes entendimentos quanto ao significado de “leis previamente vigentes em Macau” uma vez que, pela parte chinesa surgia um entendimento mais restritivo segundo o qual a expressão apenas se referia aos diplomas provindos de órgãos de Governo próprio do território de Macau, enquanto para a parte portuguesa tal significava a manutenção em vigor e de forma automática dos atos normativos previamente existentes – independentemente de terem sido dimanados dos órgãos de Governo locais ou dos órgãos de soberania de Portugal e mandados aplicar a Macau (Oliveira, 1993).

Todos os atos administrativos produzidos apenas em língua portuguesa, a não-existência de juristas bilingues, a impossibilidade de usar a língua chinesa nos tribunais, assim como a falta de tradutores, de um modo geral e, ainda mais, especializados em questões jurídicas, eram os contornos de uma realidade que, aquando do início do processo, faziam temer pelo sucesso de uma tarefa de tão grande envergadura, quer pela sua complexidade e especificidade quer pelas dificuldades que a sua concretização apresentava.

A este propósito, Eduardo Cabrita, então Coordenador do Gabinete de Tradução Jurídica, afirmava que *[p]ara quem procedesse à análise da situação jurídica de Macau em 1988, primeiro ano de vigência da Declaração Conjunta, era fácil concluir que a relevância conferida no Tratado à questão da autonomia legislativa e judiciária do Território, correspondia uma situação em que a imensidão do caminho a percorrer para a criação de um sistema jurídico bilingue parecia fazer de tal objectivo a missão impossível do processo de transição* (Cabrita, 1994).

Em 1988 foi criado o Gabinete de Tradução Jurídica e foram desenvolvidas diligências no sentido de aumentar o número de alunos em áreas como a da Tradução e a do Direito; no ano seguinte foram estabelecidos acordos com a RPC que possibilitaram a contratação de técnicos chineses com qualificações em matérias jurídica e linguística e lançou-se o curso superior de tradução na Universidade de Macau. Também em 1989, foi criado o Gabinete para a Modernização Legislativa, cujo objetivo principal era o de efetuar um levantamento da legislação em vigor em Macau para que, a partir daí, fosse definida a legislação a continuar após 1999 e identificadas as necessidades de atualização e adaptação à nova realidade local posteriormente à transferência; foi também oficialmente assumida a necessidade de publicar em línguas chinesa e portuguesa todos os diplomas produzidos em Macau (Decreto-Lei n.º11/89/M) e, em 1991, atribuído estatuto de língua oficial à língua chinesa. Em 1993 na Universidade de Macau formavam-se os primeiros licenciados em Direito e, no ano seguinte, era iniciada a prática da tradução simultânea nos tribunais (Cabrita, 1994: 667-669).

O processo de produção de leis bilingues não significava, apenas, a passagem à língua chinesa do acervo jurídico produzido e em produção em língua portuguesa, havia, igualmente, que desenvolver uma linguagem técnica em Chinês no domínio do direito, inscrita na matriz portuguesa.

Tendo sido criado um sistema jurídico apto a operar em ambas as línguas oficiais, tendo ambas as versões valor jurídico autónomo, é, evidentemente, a versão chinesa que tem vindo a ganhar relevância – para além dos responsáveis máximos da Administração serem atualmente chineses, é a que tem um maior impacto social dado a esmagadora maioria da população ser chinesa; à medida que os operadores judiciais de língua chinesa vão entrando no sistema será previsivelmente mais alargada a administração do direito em língua chinesa e a progressiva diminuição da sua execução em português.

2. Panorama recente: argumentos linguísticos, patriotismo, conflito étnico e campos profissionais

Apesar do declínio da influência do português no domínio da administração do Direito, esta língua ainda mantém e continuará a manter uma presença determinante, não só enquanto língua materna dos profissionais portugueses que continuam a desenvolver a sua ação em Macau, nomeadamente, juizes, advogados e juristas, mas também como língua de trabalho e sobretudo de referência para aqueles que sendo de língua materna chinesa desenvolvem igualmente atividade nesta área.

No que especialmente respeita ao exercício de advocacia, de acordo com informação da Associação dos Advogados de Macau (que funciona como Ordem), a 31 de dezembro de 1999 encontravam-se inscritos 87 advogados, dos quais apenas 6 eram de língua materna chinesa; em finais de 2012, estes números evoluíram para um total de 249 inscritos sendo 70 os falantes maternos de Chinês. Na perspetiva do Presidente desta Associação, esta evolução corresponde a um percurso que se foi *fazendo naturalmente, sem termos de esconjurar a língua portuguesa, que deve ser orgulho do nosso sistema e da nossa identidade* (Valente, 2012).

Em jeito de balanço da primeira década da RAEM, o Presidente do Tribunal de Última Instância referia na abertura do ano judiciário 2009/2010, precisamente a propósito das línguas, que de uma situação em que a utilização da língua chinesa era praticamente omissa nos órgãos judiciais se passou a uma outra em que, nos tribunais das três instâncias, mais de 70% das sentenças são elaboradas em Chinês ou em simultâneo em ambas as línguas, acrescentando que *partindo da estaca zero, num curto período de dez anos e com condições limitadas, não foi fácil conseguirmos transformar a língua chinesa numa língua funcional principal nos órgãos judiciais* (Sam Ho Fai, 2009:7-8). As cerimónias de abertura do ano judicial, ano após ano, constituem-se como os momentos em que os responsáveis máximos do campo jurídico publicamente enfatizam a questão do uso da língua chinesa neste domínio, sendo sempre altura propícia para dirimir argumentos. Por um lado, temos as declarações do Presidente do Tribunal de Última Instância, do Procurador da RAEM e do Chefe do Executivo a enaltecer os avanços feitos nesta matéria e a apelar a uma aplicação cada vez mais generalizada do Chinês na administração do Direito, por outro, o Presidente da Associação dos Advogados de Macau enquanto representante desta instituição e dando voz à argumentação dos profissionais desta área de atividade, nomeadamente os advogados, muitos dos quais de língua materna portuguesa e sem domínio da língua chinesa, que diariamente se confrontam com a aplicação do direito e com os problemas colocados pela questão linguística.

Nas palavras de um reconhecido e experiente advogado local de língua portuguesa,

Nos tribunais tem sido progressiva e gradual uma utilização mais acentuada da língua chinesa em relação à língua portuguesa. A magistratura do Ministério Público, e estou, portanto, a falar para já na área do Direito Criminal, procurou impor aqui desde muito cedo a preponderância da língua, violentando o princípio da equiparação das línguas que tem base legal em Macau para todo o período da transição que vai até 2049, embora eu compreenda que haja justificações para que se pretenda impor crescentemente a língua chinesa (Mateus; advogado; português língua materna; Entrevista nº 39).

Procurámos perceber que razões estariam subjacentes a essa imposição, tendo o nosso informador explicado que de acordo com o seu conhecimento da realidade local

Macau é um território Chinês, a esmagadora maioria da população é chinesa, fala e escreve Chinês, os serviços, nomeadamente os tribunais, dirigem-se grandemente aos chineses, existem questões de orgulho da magistratura do Ministério Público e razões de patriotismo. (...). Porque é o Ministério Público que dirige os inquéritos e sempre revelou essa ideia patriótica e esse orgulho da supremacia e superioridade da língua, como uma expressão de uma ideia de superioridade civilizacional da China em relação à antiga potência colonizadora (Mateus; advogado; português língua materna; Entrevista nº 39).

Esta ideia que relaciona o incentivo ao uso da língua chinesa a razões de patriotismo é transversal na grande maioria dos discursos dos que, sendo de língua materna portuguesa, praticam a atividade jurídica.

É mais por uma questão de patriotismo, os chineses são muito patriotas e o uso da língua chinesa seria também uma manifestação do efetivo exercício da soberania. Eu penso que é mais por isso (Jorge; advogado; português língua materna; Entrevista nº 24).

De acordo com informação que foi sendo recolhida no terreno junto dos nossos informadores privilegiados, surge a convicção generalizada entre os que se encontram a laborar neste domínio que o recurso à língua portuguesa na interpretação de leis assim como a referência à doutrina ou jurisprudência elaboradas em português constituem-se, e irão continuar a constituir-se, como alicerces fundamentais da prática jurídica.

Aparentemente esta questão da aplicação das línguas encontra-se em estádios diferentes conforme o domínio específico de aplicação do direito. Se é consensual a generalização do uso da língua chinesa na área criminal, que é a área mais significativa sendo cerca de 80% dos processos a correr nos tribunais de Macau de natureza criminal, e também na jurisdição administrativa e laboral, o mesmo não se passa na jurisdição cível. Nos domínios administrativo e laboral, os nossos interlocutores consideram que já não se trata de uma questão de orgulho linguístico e manifestação de patriotismo, mas que corresponde, antes, a um processo natural que parte de estruturas que funcionam em língua chinesa e, muito naturalmente, com o decorrer do tempo foi existindo um desenvolvimento da administração do direito em Chinês nestas áreas. É em matéria civil que a proteção da língua portuguesa é maior e, também aqui, os nossos interlocutores são unânimes ao afirmar que assim é porque tudo se processa de forma diferente.

A nível do Direito Penal praticamente é tudo em Chinês, mas... bateu? Não bateu? Deu a chapada assim ou assado? Tirou a carteira, não tirou a carteira? Empurrou, não empurrou? Fez, não fez...? Não é? Quer dizer, estamos perante matéria muito factual. O tipo de discussão da causa não é... não tem a tecnicidade que poderá ter uma parte depois da qualificação, depois de apurar os factos. Se for em matéria civil já não é nada assim (Clara; advogada; português língua materna; Entrevista nº 80).

Diferentemente do processo-crime, que começa com uma denúncia, com uma participação, partem da língua chinesa, os processos cíveis começam com uma petição inicial elaborada num escritório de advogados. E os principais escritórios de advogados em Macau têm como advogados principais advogados portugueses, que usam a língua portuguesa. Então ainda há uma preponderância da língua portuguesa nos processos de natureza civil, porque depois é outro advogado que apresenta a contestação, é outro advogado que apresenta a réplica; o Meritíssimo Juiz tem tudo na língua de Camões e elabora o questionário, a especificação, o despacho saneador na língua portuguesa também e tudo vai caminhando na língua

portuguesa. Já não tanto por altura da sentença, porque os juízes já começaram hoje a dar sentenças na língua de Sun Yat Sen, o que naturalmente cria dificuldades aos advogados que não dominam a língua chinesa e que são obrigados a ter equipas de tradução (Mateus; advogado; português língua materna; Entrevista nº39).

Para além da questão da tradução, que é tida em consideração por todos aqueles junto dos quais tivemos a possibilidade de discutir a questão do bilinguismo jurídico, dois outros aspetos, diretamente relacionado com o uso das línguas e com a tradução no Direito, são apontados pelos nossos interlocutores: a necessidade de encontrar conceitos jurídicos equivalentes, com a mesma força legal e capacidade interpretativa em ambas as línguas, o que nem sempre se revela um assunto de fácil resolução; e, realidade recente mas, aparentemente, de uso crescente na prática jurídica local – a introdução da língua inglesa:

Hoje as grandes coisas internacionais são feitas em inglês. É tudo em inglês. Porque mete bancos de vários sítios do mundo e tudo isso funciona em inglês. Isso é outro fenómeno que neste momento está a acontecer na advocacia, que é a advocacia a esse nível ter de alinhar pelos padrões internacionais e, portanto, o inglês será a língua dominante ao nível dos contratos. Mas depois, mesmo nesses contratos internacionais, quando se trata de garantias, garantias para serem registadas em Macau e eventualmente sujeitas à lei de Macau e sujeitas ao Tribunal de Macau se houver um problema qualquer, essas coisas já são feitas em português. Nós nunca metemos uma ação, obviamente nunca meteremos porque não falamos chinês, não é, metemos em português, mas por exemplo temos colegas que falam chinês que se a ação é complicada preferem... metem em português também. E metem-na em português porque se eles dominam o português para terem maior garantia da... do... do rigor, da exatidão do que é que estão a dizer (Clara; advogada; língua materna portuguesa; Entrevista nº 80).

É uma evidência que o papel dos tradutores é fundamental na execução do Direito, tanto mais quanto ainda hoje é elevado o número de operadores de língua materna portuguesa, não obstante se assistir a uma mudança na composição étnica dos que exercem a sua atividade neste domínio. Contudo, pudemos constatar que excetuando alguns casos pontuais não é usual encontrar a figura de Tradutor-Intérprete entre os recursos humanos da maioria dos escritórios de advogados.

Na prática diária dos escritórios a forma mais comum é o recurso à colaboração dos advogados estagiários de língua materna chinesa que, muitas vezes, acumulam com a sua situação de estágio a tarefa de assegurar a comunicação com clientes e, trabalhando em conjunto com os advogados portugueses, procedem à passagem para língua portuguesa de peças e despachos proferidos em Chinês; regularmente, estes escritórios, contam entre o pessoal ao serviço com funcionários bilingues, normalmente administrativos, que desenvolvem tarefas de tradução. Outra forma de suprir as necessidades de tradução é através do recurso a serviços externos, normalmente empresas de tradução ou tradutores qualificados que fazem prestação de serviços nesta área.

Em sede de julgamento a questão não se coloca, pois, a tradução-interpretação é assegurada pelos serviços dos tribunais e, desde que uma das partes não domine a língua chinesa, é feita tradução simultânea em todos os julgamentos.

Sendo esta uma matéria delicada pela natureza dos processos e também amplamente referida, nomeadamente pelos advogados portugueses, como um dos maiores problemas com que os mesmos se deparam na sua prática profissional diária, sendo a questão da generalização do uso da língua chinesa na administração do direito apontada como a razão que levará à impossibilidade do exercício da atividade a curto prazo, tentámos perceber porque razão não existe a figura de Tradutor-Intérprete nos serviços privados do direito (os escritórios de advogados). As razões apontadas pelos nossos interlocutores são basicamente a carência de profissionais especializados neste domínio e, entre os poucos existentes, a migração da atividade de tradutor para as da advocacia e magistratura. Desde logo alguns dos atuais juizes em Macau obtiveram em primeiro lugar formação em tradução e só depois em direito; alguns advogados que tivemos a oportunidade de conhecer também migraram, igualmente, da profissão de Tradutor-Intérprete para a de Advogado. Mais recentemente verifica-se que alguns licenciados em direito procuram formação complementar em tradução, não porque pretendam desenvolver uma atividade profissional neste campo do saber, mas porque sentem a necessidade de aprofundar os seus conhecimentos linguísticos para o exercício de uma atividade no campo do direito.

Donde se depreende que a língua portuguesa continua a ser central no espaço jurídico de Macau e que a sua presença neste campo está para além da língua em que decorrem os atos e se redigem as sentenças.

De facto, as leis em Macau e os grandes códigos encontram-se traduzidos para língua chinesa, mas como nos referiu *Mateus* não há códigos comentados e anotados em Chinês e sendo o Direito de Macau um Direito de matriz portuguesa, portanto de matriz continental europeia, toda a doutrina e jurisprudência em todas as áreas do Direito implica que quem queira estudar a fundo o Direito de Macau e profissionalizar-se na sua aplicação terá de o fazer em língua portuguesa, porque o que releva do Direito não é a mera prescrição da norma mas sim tudo o que está por trás da norma e a sua interpretação, o que implica o conhecimento da língua portuguesa e demonstra a existência de algum artificialismo na sobrevalorização da língua chinesa.

Outro aspeto enfatizado é o da formação, ou o da sua ausência até muito tarde, com consequências no domínio jurídico – como, de resto, noutros domínios, estando as questões linguísticas fortemente associadas ao desenvolvimento da educação formal.

Com o aproximar da transferência do exercício da soberania e já após a assinatura da Declaração Conjunta, impunha-se a necessidade de desenvolver a formação dos operadores judiciais. Já se referiu a abertura do Curso de Direito, cujo objetivo era o de formar juristas bilingues e que fez sair em 1993 o primeiro grupo de licenciados em Direito, intensificaram-se as ações de formação para funcionários de justiça e criou-se o Centro de Formação de Magistrados, cujo início de funcionamento se deu em 1995 tendo em 1997 surgido os primeiros formados, portanto apenas a cerca de dois anos da mudança de administração.

Não se nega o esforço desenvolvido em matéria de formação, como de resto em todos os outros aspetos da *localização* do sistema, contudo o facto de só ter sido desenvolvida numa fase tardia do processo de transição acaba por introduzir no sistema profissionais que, não obstante as suas qualificações académicas, carecem da prática que só se adquire na experiência do dia a dia. A falta de experiência e de conhecimentos na mesma cimentados, tem sido duramente criticada quer no que respeita aos que exercem magistratura quer relativamente aos quadros dirigentes de um modo geral.

De alguma forma relacionado com a ausência de profissionais locais aptos a desenvolverem uma atividade neste domínio encontra-se também o facto de o sistema judiciário ter permanecido até muito tarde dependente de Portugal. A partir do ano de 1993 foram efetuadas alterações profundas no sistema judiciário, com a aprovação da Lei de Bases da Organização Judiciária de Macau, passando Macau a dispor *pela primeira vez na sua história, de uma organização judiciária própria dotada de autonomia e adaptada à realidade local* (Decreto-Lei nº 17/92/M, de 2 de Março), tendo sido criado o Tribunal Superior de Justiça que funcionaria como um Tribunal de última instância, embora permanecendo, no entanto, a possibilidade de recorrer para os tribunais de última instância em Portugal. Na verdade, o atual TUI só é posto em funcionamento já pela RAEM.

Assim, a tardia autonomização em relação a Portugal, a ausência de formação de profissionais no domínio do Direito até data muito próxima da Transferência e a conseqüente demora na localização dos funcionários da justiça do mais alto ao mais baixo nível são aspetos que, aliados à deficiente implementação do bilinguismo, concorrem para a atual situação do sistema em Macau e servem nuns casos para lançar críticas ao seu funcionamento, noutros para justificar situações menos conseguidas como os atrasos que se têm vindo a verificar na aplicação da justiça.

Aparentemente, uma das principais razões apontadas para os atrasos dos tribunais é precisamente a questão da(s) língua(s). Facto que tem levado o Presidente da Associação dos Advogados de Macau a manifestar-se variadíssimas vezes publicamente sobre o assunto. O seu discurso por ocasião da Sessão Solene de Abertura do Ano Judiciário 2009/2010 foi particularmente ácido quanto a esta matéria, mas reflete as opiniões recolhidas localmente sobre o assunto.

Com espírito de tolerância, temos ouvido, ao longo dos anos, atribuir todas as deficiências de sistema – e não só na área da justiça – ao bilinguismo, à insuficiência de meios, à falta de legislação adequada e à inexperiência dos agentes. Ao fim de 10 anos de RAEM e mais de 16 da promulgação da Lei Básica, ainda há quem não tenha compreendido que o bilinguismo faz parte da identidade da Região. Atribuir malefícios ao bilinguismo é desviar as atenções para os aspetos secundários das questões. Há bilinguismo no Canadá, na Bélgica e, bem mais perto de nós, em Hong Kong. E em muitos outros lugares. Não me consta que sejam países ou regiões atrasadas nem que se proponham tomar medidas para acabar com o bilinguismo. (...) Não resisto a constatar que, apesar da cada vez maior utilização da língua chinesa em todos os setores e em todos os níveis da Administração Pública e da Justiça, não conheço nenhum órgão ou instituição em Macau cuja eficiência e produtividade tenham melhorado por causa da língua. Mas conheço alguns em que a produtividade e a eficiência pioraram. (...) A esmagadora maioria dos processos de incidência criminal é processada pelas autoridades policiais, desde o início, em língua chinesa, prosseguindo a sua tramitação também em Chinês quando são entregues ao MP. É uma evidência que o MP não dispõe de magistrados em número suficiente para lidar com um volume tão grande de processos (em qualquer língua) (Valente, 2009:6-7).

A relação que é estabelecida entre a deficiente capacidade de execução do Direito e a necessidade de usar ou recorrer à língua portuguesa é amplamente contestada por grande parte daqueles que se encontram diretamente envolvidos no sistema – e não nos referimos apenas aos falantes maternos do português. Vejamos algumas passagens das nossas conversas com advogados chineses:

Recentemente tem aparecido muitos chineses a fazer a vida na advocacia, a entrar na nossa classe. Mas eu acho que para ser um bom advogado em Macau é impossível não saber português, eu sempre aconselho as pessoas para estudarem, porque isso faz muita falta. Quem sabe português tem muitas mais facilidades e tem muitas mais vantagens. (...) Muitas vezes temos que consultar livros portugueses, o nosso Direito é de matriz portuguesa, não é? E isso faz muita falta e depois também, por exemplo, há muita jurisprudência em Portugal que nós também podemos consultar aqui facilmente na net, e que também faz muita falta. Por isso quem não sabe português talvez possa ser advogado, mas nunca poderá ser um bom advogado. (Tam; advogada; língua materna chinesa; Entrevista nº 79).

Tenho de estudar os livros portugueses e na minha aprendizagem eu descobri que a tradução não é tão perfeita, por causa dos tradutores, alguns tradutores traduziram muito bem, alguns não. Alguns tradutores que não é da área jurídica, portanto não percebeu a ideia das palavras jurídicas, traduziam diretamente as palavras. Eu tenho sorte, porque eu percebo ambas as línguas, portanto eu percebo a diferença entre a tradução e o original (Wong; advogado; língua materna chinesa; Entrevista nº 25).

Depois da transferência houve alguma pressão para a utilização e prevalência da língua chinesa sobre a portuguesa. Esta tentativa foi-se alastrando e demorou algum tempo, até que o Governo Central Chinês afirmou que pretende que Macau seja... tenha um estatuto de plataforma de intermédio da China e das comunidades lusófonas e o português em vez de ser cada vez mais menosprezado pela comunidade chinesa ganhou algum peso. (...) Na área do Direito ainda há um bom futuro [para a língua portuguesa] pelo menos dentro de duas, três décadas. Quando a doutrina conseguir formar-se em Chinês, então nesse momento o português vai ser menos utilizado, o que do que vejo só daqui a 20 ou 30 anos. (...) [nessa altura] recorrer à fonte é para resolução de um caso concreto, mas nos casos do dia a dia já não é preciso ir à fonte, já tem a doutrina formada, já tem peritos para a aplicação da lei (Meng; advogado; língua materna chinesa; Entrevista nº 30).

Perante estas afirmações, poderá o Direito local desenvolver-se sem recurso à língua portuguesa, bastando aos seus operadores o domínio do Chinês? Estamos em crer que não. Ou pelo menos não a curto prazo. Não obstante a defesa do incremento da aplicação da língua chinesa na prática jurídica quotidiana, têm continuado a ser contratados juristas e magistrados em Portugal sem domínio da língua chinesa, possibilidade que a Lei Básica estipula, e continuam, igualmente, a ser desenvolvidos esforços de formação, não só localmente, como em Portugal. Mas esta questão não é pacífica. E parece ser por altura da abertura do Ano Judiciário que a colocação pública do problema é feita de forma mais direta e vincada, alimentando, durante dias, discussões sobre o assunto com os vários lados a afirmarem as suas posições – para uns não passa de uma telenovela que se repete anualmente, para outros corresponde a uma antevisão do que a curto prazo será a vida profissional dos falantes maternos da língua portuguesa que, face às circunstâncias, terão poucas possibilidades de manutenção em Macau, para outros, ainda, é a expectativa de mais possibilidades de entrada no mercado de trabalho para os locais.

Curiosamente, entre os advogados de língua materna portuguesa, não só, como já se referiu, o recurso à contratação de tradutores-intérpretes para os seus escritórios parece não se encontrar entre as suas estratégias de sobrevivência num mercado de trabalho em que a língua chinesa será cada vez mais uma realidade como, menos

ainda, equacionam a possibilidade de aprenderem esta língua. No primeiro caso as explicações dadas coincidem com o que se verificou no terreno, não é fácil encontrar tradutores pois estes são ainda insuficientes para suprir as necessidades da Administração e não haverá recursos humanos qualificados disponíveis para entrarem no segmento privado do mercado; no segundo caso, e não obstante muitos destes advogados se encontrarem instalados em Macau há longos anos, a justificação é habitualmente a mesma: aprender uma língua como a chinesa não é compatível com permanências de curta duração, um dia regressarão a Portugal, procurarão outras paragens para continuar as suas vidas ou tentarão outras atividades profissionais, até porque a língua chinesa é de muito difícil e demorada aprendizagem.

Este é um aspeto que os seus pares de língua materna chinesa por várias vezes criticam afirmando que não conseguem perceber por que razão os portugueses não manifestam vontade em estudar a língua local. As críticas, por vezes veementes, que se colocam aos portugueses e que muitas vezes são colocadas de uma perspetiva linguística, na realidade são a face menos oculta de outro tipo de questões e estas são particularmente visíveis no campo do Direito.

Em setembro de 2009, o Deputado à Assembleia Legislativa Lee Chong Cheng¹⁷⁵ escrevia num artigo de opinião no Jornal de língua chinesa *Ou Mun*, posteriormente dado a conhecer pelo jornal português *Hoje Macau*, que

O domínio da língua portuguesa no setor jurídico está a obstruir as reformas nos sistemas judicial e legal. A presença da língua de Camões nas leis só serve para enganar a população e proteger os interesses de uma comunidade. Todas as legislações da RAEM devem ser traduzidas para chinês e o monopólio luso ao nível profissional deve ser derrubado, para dar espaço aos residentes locais no sistema judicial. (...) O deputado sublinha que o atual sistema legal de Macau é o resultado de uma negociação política entre os interesses de dois países – Portugal aparentemente ganhou a segurança de preservar os interesses dos seus profissionais da área e a China quis assegurar que Macau voltaria a estar sob a sua soberania. (...). Para quem defende a singularidade das leis locais em comparação com outros sistemas legais continentais, Lee Chong Cheng também tem uma palavra a dizer. “Ou as pessoas ignoram as leis continentais ou exageram acerca do elemento da diferença para proteger os interesses dos profissionais do setor legal com uma educação portuguesa. Alguns desses profissionais têm influência na definição institucional dos sistemas legais do território e deliberadamente controlam a entrada de novos quadros que resultam na carência de recursos humanos no setor local. É esta a questão chave para os numerosos problemas do nosso sistema legal”. (Hoje Macau, 04/09/2009).

Na realidade o artigo referido antecedeu uma Interpeação Escrita à Assembleia Legislativa¹⁷⁶ em que o Deputado, embora de forma mais suavizada mas com o mesmo sentido, questionava a Administração quanto ao domínio da língua portuguesa na área do Direito e a preponderância e permanência dos profissionais de língua materna portuguesa no exercício das atividades ligadas a este domínio – juristas e advogados – considerando existir discriminação na classe, favorável aos profissionais de língua portuguesa e impeditiva no acesso aos locais.

¹⁷⁵ Lee Chong Cheng é dirigente da AGOM – Associação Geral dos Operários de Macau.

¹⁷⁶ Interpeação nº785, de 18/09/2009, disponível em <http://www.al.gov.mo/interpelacao/2009/list2009.htm>.

Quer o artigo de opinião quer a Interpelação do deputado causaram uma enorme indignação entre os profissionais da área e entre o segmento populacional lusófono residente em Macau. Na resposta governamental, dada pelo Diretor dos Serviços de Assuntos de Justiça, Cheong Wen Chong, é refutada qualquer prática discriminatória e é recordado que:

a Lei Básica da RAEM assegura que os residentes de Macau gozam do direito de igualdade e de liberdade na escolha da profissão e que o Governo de Macau adotou, desde sempre, o método da imparcialidade no âmbito do ingresso na profissão jurídica quanto ao pessoal jurídico graduado tanto em Macau como no exterior. Atendendo a que os alunos não graduados em Macau podem não ter conhecimentos profundos sobre o sistema jurídico de Macau, e para que estes não encontrem impedimentos no desenvolvimento dos seus conhecimentos jurídicos, o Governo da RAEM criou condições no sentido de os apoiar a exercer, com sucesso, a sua carreira jurídica (...) assegurando-lhes a possibilidade de gozar de oportunidades iguais às dos graduados em Macau (...). Presentemente, uma parte do pessoal que desempenha funções jurídicas nos serviços da Administração Pública é graduada em Macau e outra no Interior da China, Taiwan e Portugal (...) desde que preencham os requisitos gerais para o desempenho de funções públicas e tenham concluído o curso complementar sobre o Direito de Macau, já têm a oportunidade de entrar nos serviços públicos para exercer funções na área jurídica (Resposta da DSAJ, à IE nº 785, de 18 de setembro de 2009)¹⁷⁷.

Esta Direção de Serviços informa ainda que no que respeita à produção jurídica é de sua competência emitir pareceres e proceder à verificação das versões chinesa e portuguesa, sendo que, atualmente e contrariamente ao que acontecia antes da transferência do exercício da soberania, a maior parte do pessoal jurídico a desempenhar as suas funções nos diversos serviços são bilingues qualificados de língua materna chinesa pelo que uma grande parte dos projetos de diplomas jurídicos são redigidos em língua chinesa ou simultaneamente em ambas as línguas tendo a DSAJ a responsabilidade de proceder à sua apreciação e verificação no que respeita aos níveis jurídico e de tradução dos termos para as duas línguas oficiais. Relativamente à tarefa de uniformização terminológica, afirma-se que nas situações em que

é, efetivamente, difícil uniformizar uma determinada forma de expressão nestas duas línguas, opta-se pela alteração da redação portuguesa, como pressuposto da garantia da não alteração da intenção legislativa do diploma, a fim de adequar a redação portuguesa à forma de expressão habitualmente utilizada em língua chinesa (idem).

Não nos podemos esquecer que as declarações e a Interpelação de Lee Chong Cheng coincidiram com a aproximação de um período de campanha eleitoral e que, neste contexto, nomeadamente a informação veiculada através de um jornal de ampla tiragem como é o Ou Mun atingiria um vasto público ao qual, indiscutivelmente, este tipo de posição agradaria uma vez que é inegável a existência de setores locais que defendem, ora de forma mais afirmativa ora de forma mais velada, a saída permanente dos *colonizadores* ou daqueles que simbolicamente os representam.

¹⁷⁷ Disponível em <http://www.al.gov.mo/interpelacao/2009/list2009.htm>.

Por outro lado, numa perspectiva mais pragmática, assiste-se a uma luta de posicionamentos dentro da classe profissional em que cada uma das partes se empenha na defesa do seu campo de possibilidades.

Já em 2007, numa das nossas missões a Macau, tivemos a possibilidade de assistir no terreno a outro confronto idêntico. Também usando da figura Interpelação Escrita¹⁷⁸ ao Governo através da Assembleia Legislativa, dois deputados levantavam igualmente a questão linguística como impedimento no acesso à profissão de advogado. Alegando que se aquando do *retorno de Macau à Pátria*, expressão comumente usada para referência à transferência de administração, havia escassez de pessoal com formação em Direito, dado que durante muito tempo não existiu em Macau qualquer curso superior nesta área, os advogados em exercício eram maioritariamente portugueses, não se compreende que, à data, decorridos cerca de sete anos da transição formal, tal se continuasse a verificar.

Dos cerca de 140 advogados atualmente existentes em Macau, apenas 20 conseguem ler e escrever fluentemente chinês. De acordo com os dados publicados no website da Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça, exercem em simultâneo, as profissões de advogado e notário 47 pessoas, das quais apenas uma meia dúzia consegue ler e escrever fluentemente chinês. A língua chinesa é a língua materna da maioria dos residentes de Macau, mas os advogados que a dominam representam apenas 15%, por isso, sempre que os residentes contratam advogados como seus mandatários judiciais dão início a uma “conversa entre galinhas e patos” (Interpelação nº 376, de 18/07/2007).

Chan Meng Kam e Ung Choi Kun¹⁷⁹, os autores da Interpelação, levantam igualmente o problema dos advogados estagiários e a demora no acesso à inscrição como advogado, dando a entender que como o exercício da profissão depende da Associação de Advogados de Macau e da frequência e aproveitamento num curso específico organizado por esta instituição para o efeito, são colocados entraves e arrastados indefinidamente os processos de estágio dos candidatos a advogado chineses, contrariamente ao que acontece com os advogados provenientes de Portugal, situação que, afirmam, afeta gravemente as oportunidades dos quadros jurídicos de Macau e questionam:

Antes da Transferência de Poderes vigorava em Macau o sistema jurídico de Portugal, sendo então compreensível, ao longo de muito tempo, a singularidade dos advogados de Portugal e doutros países de língua portuguesa. Razões históricas. Mas após a Transferência, porque é que o tratamento não é igual para todos? Quando é que se acaba com esse benefício dado aos advogados de Portugal e de outros países de língua portuguesa? Eles são mais do que os outros? Quando é que se pode estabelecer um exame periódico, justo, imparcial e transparente para avaliar a qualificação para o exercício da profissão de advogado? Como se pode consubstanciar, de forma concreta, o espírito da localização das leis e dos juristas? Como é que o Governo vai aumentar a proporção dos advogados de língua materna chinesa em Macau? (idem).

¹⁷⁸ Interpelação nº 376, de 18/07/2007, disponível em <http://www.al.gov.mo/interpelacao/2007/list2007.htm>.

¹⁷⁹ Chan Meng Kam e Ung Choi Kun são deputados eleitos pela via direta, ligados ao sector fujianense. Chan Meng Kam é membro do Conselho Executivo.

De acordo com a resposta dada pela Secretária para a Administração e Justiça¹⁸⁰, o facto de os advogados portugueses e de outros países lusófonos poderem requerer a inscrição como advogados para o exercício da profissão assenta no princípio da reciprocidade, nos termos dos protocolos assinados com entidades congéneres, podendo os advogados locais igualmente exercer advocacia naqueles países, facto que está estabelecido no Regulamento do Acesso à Advocacia¹⁸¹. Sendo o exercício do Direito uma atividade que, ao contrário de outras áreas de conhecimento, não possui uma linguagem comum mas que varia de acordo com os sistemas jurídicos vigentes em cada país ou território, o exercício de uma profissão neste domínio encontra-se limitada ao profundo conhecimento do ordenamento jurídico de cada local, não constituindo Macau, nesta matéria, uma exceção, pelo que existem formas complementares de formação, como o Curso de Introdução ao Direito, acessível a todos os que tenham obtido formação de acordo com outros sistemas jurídicos e que procurem adquirir e aprofundar os seus conhecimentos sobre o ordenamento de Macau tendo em vista o exercício de funções na Região.

Acresce que à Associação dos Advogados de Macau compete definir os requisitos de admissão para os que pretendam ingressar na advocacia, o que tem sido feito em colaboração com o Governo da RAEM nomeadamente com a disponibilização de cursos complementares em regime especial, no Centro de Formação Jurídica e Judiciária, possibilitando a aquisição dos conhecimentos necessários aos que não detinham os requisitos exigidos pela AAM para habilitação a estágio.

Recentemente, no decurso do primeiro semestre de 2013, foi tornado público que havia sido suspenso o protocolo, existente entre a AAM e a Ordem dos Advogados em Portugal, que possibilitava a reciprocidade no desenvolvimento da profissão entre os dois espaços geográficos, mediante um período de adaptação. De acordo com as declarações do Presidente da Associação, tal deve-se ao facto de, com o agudizar da crise económica e financeira que se vive em Portugal, chegarem a Macau cada vez mais profissionais desta área e cada vez menos qualificados para o exercício da profissão; a suspensão é apresentada como temporária e dependente da aprovação de novas regras de acesso. No final do ano anterior, 2012, mais um deputado Ung Choi Kun, havia chamado a atenção na Assembleia Legislativa para a questão dos advogados portugueses e da situação de desigualdade relativamente aos advogados locais, dando origem a mais uma polémica sobre o assunto amplamente difundida na imprensa local.

O que está em causa, neste tipo de intervenções, não é, claramente, uma questão linguística.

Discutimos o assunto com uma advogada chinesa e as suas observações são bastante elucidativas:

Há pessoas que utilizam a língua como pretexto. E isso significa o quê? A língua é a língua portuguesa que significa os portugueses... há pessoas que acham que a presença dos portugueses é que incomoda e atrasa os processos. Eu acho que é uma mentira. E ainda que fosse um bocado de verdade eu acho que é uma realidade que temos que aceitar porque a língua portuguesa é uma língua oficial e eu acho que isto não só acontece em Macau como em todo o lado. Por exemplo, qualquer dia podemos ter de utilizar o mandarim

¹⁸⁰ Disponível em <http://www.al.gov.mo/interpelacao/2007/list2007.htm>.

¹⁸¹ Regulamento do Acesso à Advocacia, nº1, Artº. 6º.

Disponível em <http://bo.io.gov.mo/bo/ii/99/50/regul01.asp>.

e por causa do uso da língua, do mandarim, nós temos de atrasar um bocado os processos... eu acho que nessa altura talvez todos iriam aceitar... e só por ser português as pessoas não aceitam, não é? (...)

. Mas eu acho que há uma outra realidade..., mas não sei se... talvez eu como chinesa não lhe iria dizer isto..., mas é a minha opinião pessoal... é porque agora ainda há muitos advogados portugueses, por exemplo, eu posso dizer que em termos de comunidade... porque juízes só temos poucos, temos alguns não é... Mas em termos de uma grande comunidade de portugueses agora só podemos encontrar na advocacia. E os advogados chineses com certeza, os chineses, não é, querem substituir essas pessoas, porque nós sabemos que a advocacia é uma vida privada e é uma profissão que... pronto, consegue ganhar... ganhar mais algum dinheiro... e muitas pessoas querem ou pensam, pronto, ah, saindo os portugueses só ficam os chineses, então a concorrência é menor, não é...

E por isso eu acho que há pessoas que pensam desta maneira. Porque eu conheço advogados chineses que chegaram a comentar e dizer: ah, deviam já é proibir a entrada de advogados portugueses porque estão a concorrer connosco (Tam, advogada, língua materna chinesa; Entrevista nº 79).

Para a nossa interlocutora, no entanto, o que impera são as leis do mercado. Sendo o exercício da profissão da esfera do privado é a oferta e a procura que comanda, e na relação entre a oferta e a procura está o fator qualidade. A dado momento da nossa conversa, Tam questionava sobre o facto de um Chinês precisando de advogado, à partida poderia esperar-se que preferisse falar com um advogado Chinês, então porque é que escolhe um português? Devolvemos-lhe a questão ao que ela respondeu:

Porque é que havendo a barreira da língua, as pessoas ainda têm de recorrer a um advogado português? Porquê? Porque têm mais confiança, sabe, não é? É mais competente. E eu acho que isso é verdade. É verdade. E acho que quem tem de pensar e refletir somos nós, chineses. E se qualquer dia nós conseguirmos, se tivermos competência para substituí-los isso iria acontecer de certeza, os chineses iriam ser escolhidos naturalmente pelo mercado. E por isso não é dizer, ah, mandar os portugueses embora e ficamos nós a tomar conta! Na verdade, há pouca gente que possa ter capacidade de assumir tudo isso e ainda hoje... eu acho que ainda mesmo dentro de dez anos isto não vai acontecer. Porque agora há mais advogados chineses, só que são novos, eu também sou nova, não é. Temos ainda a aprender muito mais. Por isso eu acho, isso vai ocorrer naturalmente no tempo... se qualquer dia a pessoa preferir vir ter comigo e não com um português é porque eu sou melhor do que um português e não só por eu ser chinesa (Tam, advogada, língua materna chinesa; Entrevista nº79).

Para a nossa interlocutora a questão não se coloca em termos étnicos, até porque segundo afirmou entre os chineses também há discriminação.

[ainda na Administração portuguesa alguns responsáveis¹⁸²] andava sempre a aconselhar as pessoas para estudarem Direito, enquanto com os chineses eu só oiço dizer, as pessoas depois de se formarem em Direito, ah, é melhor fechar o curso, então nunca mais há pessoas a estudar Direito temos menos concorrência. São pensamentos diferentes... Não havendo o curso de Direito há poucas pessoas formadas

¹⁸² A nossa interlocutora identificou o local a que se referia bem como os nomes dos responsáveis com os quais havia trabalhado; essa informação encontra-se omissa para que não seja possível conhecer a identidade da entrevistada.

em Direito, então eu sou mais qualificado, o meu valor é muito mais... (Tam; advogada; língua materna chinesa; Entrevista nº79).

Se aqui nos encontramos no domínio dos campos profissionais, e acreditamos que este tipo de atitudes não se circunscreva ao campo do Direito, é possível encontrar narrativas distintivas entre chineses reveladoras de situações de preconceito facilmente detetáveis no registo quotidiano.

Por exemplo, o Chinês de Macau às vezes encontram turistas da China... malcriado ou sujo... eles comentam, é... é... vem da China continental, é daqueles que vêm cá com salvo conduto... também há esse tipo de discriminação. Há esse tipo de comentários. E mesmo entre os chineses de Macau, por exemplo, ah! Este é da zona Norte, mora na Areia Preta... porque é tudo chineses que vêm mais recentes, são pessoas mais pobres... com pouca cultura e depois também têm hábitos diferentes. (...). Por isso nós dizemos, Ah, eu nunca iria viver no bairro da Areia Preta. Porque posso ter um vizinho muito sujo e outro vizinho muito barulhento a jogar Mah-jong. São culturas... mesmo entre os chineses há discriminação, por isso eu acho que se houver discriminação dos portugueses também não... os portugueses também não... não têm de ficar... (Tam; advogada; língua materna chinesa; Entrevista nº 79).

As perspetivas e posicionamentos que foram sendo apontados pelos nossos interlocutores remetem para um conjunto de dimensões socioculturais que ultrapassam explicações simplistas centradas no fala-se/não se fala ou usa-se/não se usa o português.

Foi possível identificar manifestações de desvalorização da língua portuguesa e de desagrado quanto à sua (ainda) presença na Região, negando qualquer importância que possa ser atribuída a esta língua e criticando alguma centralidade que assume em determinados setores da sociedade local, conotando-a com os aspetos menos conseguidos no andamento da RAEM, de que é exemplo claro o domínio jurídico, resultando, muitas vezes, em práticas discriminatórias.

Importa salientar que não existe relação entre o não-domínio ou conhecimento da língua portuguesa e as lógicas de afastamento a que nos fomos referindo: os profissionais do direito que mais frequentemente parecem insurgir-se com o que chamam o ainda predomínio do português nesta área, não sendo evidentemente portugueses, dominam a língua portuguesa – seja nos mais elevados cargos do setor, seja no grupo dos ainda estagiários de advocacia.

Se ao mais alto nível é possível detetar aquilo que poderemos designar por ideologia *sinocêntrica*, na base da hierarquia encontramos sinais de disputa pelo mercado de trabalho e, quer ao nível das estruturas intermédias, quer entre pares profissionais é possível detetar efetivas práticas discriminatórias e estas são, muitas vezes, baseadas em argumentos linguísticos.

3. Referências Bibliográficas

Cabrita, Eduardo (1994), "O Bilinguismo Jurídico – Condição e Garantia da Autonomia e Identidade de Macau", in *Administração, Revista da Administração Pública de Macau*, n.º 26, Macau, Serviço de Administração e Função Pública, pp. 667-677.

Ganhão, António (2004), "Portugal e os sistemas jurídico e judiciário de Macau", versão eletrónica, acesso a 20 de setembro de 2013; disponível em: http://www.janusonline.pt/2004/2004_3_1_12.html#dados.

Oliveira, Jorge (1993), "A Continuidade do Ordenamento Jurídico de Macau na Lei Básica da Futura região Administrativa Especial", versão eletrónica, acesso em 15 de setembro de 2013, disponível em: <http://www.library.gov.mo/macreturn/DATA/P140/P140021.HTM>.

Sam Hou Fai (2009), *Discurso do Presidente do Tribunal de Última Instância, na Sessão Solene de Abertura do Ano Judiciário 2009/2010*, Macau, Gabinete do Presidente do Tribunal de Última Instância.

Santos, Boaventura Sousa e Gomes, Conceição (1998), *Macau, o Pequeníssimo Dragão*, Porto. Edições Afrontamento.

Silva, Perpétua Santos (2012), *A Língua e a Cultura Portuguesas a Oriente: análise ao caso de Macau*, Tese de Doutoramento em Sociologia, Departamento de Sociologia, Lisboa, ISCTE-IUL.

Valente, Neto (2013), *Discurso do Presidente da Associação dos Advogados de Macau na Sessão Solene de Abertura do Ano Judiciário*.

Valente, Neto (2009), *Discurso do Presidente da Associação dos Advogados de Macau na Sessão Solene de Abertura do Ano Judiciário*.

28. RAUL LEAL GAIÃO, LISBOA, PORTUGAL



RAUL LEAL GAIÃO, APRESENTA DOIS TEMAS:

TEMA. 2.3. DOM JOSÉ DA COSTA NUNES: O MISSIONÁRIO DO ORIENTE, EVANGELIZAÇÃO E APRENDIZAGEM DE LÍNGUAS- RAUL LEAL GAIÃO, INVESTIGADOR

Sinopse

Tendo nascido na Candelária, ilha do Pico (156/03/1880), o P. José da Costa Nunes exerceu a sua atividade sacerdotal em Macau, foi nomeado bispo de Macau (16/12/1920), Arcebispo Metropolitano de Goa e Damão e Primaz do Oriente e Patriarca das Índias Orientais (11/12/1940) e elevado a Cardeal da Cúria Romana (19/03/1962).

No domínio do seu múnus sacerdotal e episcopal nas diversas missões pertencentes à sua Diocese (num tempo de viagens penosas), efetuou visitas pastorais a Malaca (1911, 1923), Singapura (1923, 1924, 1928, 1933, 1934), Timor (1911, 1922, 1927, 1929, 1932, 1933/34, 1937/38), às Missões da China (1922, 1927, 1928, 1929, 1932, 1935, 1936), para além das visitas como representante da Igreja Católica a Goa (1922, 1927), Cantão (1937), Pequim (1930), Roma (1921, 1930) e Manila (1937).

Esta intensa atividade proporcionou-lhe um profundo conhecimento do Padroado Português do Oriente, permitiu-lhe desenvolver uma ação religiosa, pastoral e social nas diversas missões, traçar as orientações mais adequadas à realidade, com grande conhecimento de causa e de modo a cumprir a sua missão evangelizadora.

1. Introdução - A República e a Igreja

José da Costa Nunes¹⁸³ começou a exercer a sua função religiosa em 1903, em Macau, depois de ser ordenado padre, sendo designado vigário-geral em 1906 e em outras ocasiões e bispo em 1920. O espírito republicano fervilhava no princípio do século XX e a implantação da República em 1910 lançou fortes confrontos à religião e aos agentes seculares e regulares, ao defender a laicização do Estado e da sociedade, decretando a expulsão dos Jesuítas e outras ordens religiosas, determinando o fim do ensino da religião nas escolas, a laicidade do casamento e outros atos que marcavam a independência do Estado em relação à Religião Católica.

Em 1911 a Lei da Separação põe em causa o papel e a autonomia institucional da Igreja Católica, reduzindo o Estado ao mínimo o financiamento do culto, mas continuando a apropriar-se dos direitos sobre o Padroado Português do Oriente, supervisionando a ação missionária e reduzindo os seus agentes a um clero secular formado em instituições públicas. No Oriente, os efeitos da política republicana começaram a sentir-se na Índia, Macau e Timor, espaços onde a educação e a assistência estavam nas mãos da Igreja, por efeito de encerramento dos institutos religiosos que formavam os missionários, com a expulsão dos Jesuítas e outros missionários, paralisando assim a ação da Igreja. Em Timor, ao tempo território integrado na Diocese de Macau, a situação ficou ainda mais fragilizada. Com a implantação da República, e segundo a lei da Separação das Igrejas, de 20 de abril de 1911, a Igreja Católica deixava de ser a religião oficial, perdendo todas as prerrogativas inerentes a essa condição, sendo expulsos os Jesuítas que dirigiam a missão e o colégio de Soibada, e as Irmãs Canossianas que administravam colégios em Soibada, Díli e Manatuto.

Apesar de os missionários conservarem os direitos adquiridos e os lugares em que se encontravam, não cessando as verbas oficiais e os apoios do Governo à atividade missionária e de ensino, uma vez que era difícil encontrar professores que preenchessem as funções dos missionários e com os mesmos custos, era de aproveitar os que não queriam retirar-se de Timor, com a condição de dirigirem o ensino para uma maior orientação profissional. Contudo, grande parte dos 22 padres existentes em 1910 foi saindo (Figueiredo, 2003).

¹⁸³ "Homem de grande simplicidade, boa disposição, comunicativo. Levantava-se cedo para rezar e para estar disponível quando chegasse alguém; dava passeios; inesperadamente por vezes usava traje tradicional. Quando estava em Roma tinha vindas esporádicas. Recebia as pessoas, trabalhadores, falava com eles, punha-se ao nível deles. Pedia--me os fantoches, para, na janela da cozinha se divertir um pouco" (Palavras da Irmã Libéria que com ele conviveu na Casa de S. José, Candelária – Pico)

A Lei da Separação, tornada também extensiva à colônia de Timor, terminava oficialmente toda a interferência do Estado na vida e organização da Igreja Católica, bem como o apoio que esta recebia. Foram criadas as missões laicas para substituírem as católicas, embora não tenham resultado, pois era impossível recuperar as tarefas abandonadas pelos Jesuítas e pelas madres canossianas, para as quais os padres seculares vindos de fora não estavam preparados e era com dificuldade que estes asseguravam o funcionamento de algumas escolas.

Em maio de 1919, como as missões laicas não chegaram a funcionar, o Estado português reconhecia a importância das missões católicas enquanto agentes de civilização e dos interesses nacionais, regulamentando a implementação e funcionamento das designadas “missões civilizadoras”, laicas e religiosas, assumindo o Estado subsidiar estas últimas enquanto “*elementos de ação civilizadora e nacionalizadora*” (Figueiredo, 2003: 561).

2. O Missionário do Oriente – Atividade missionária

A Diocese de Macau, criada em 23 de janeiro de 1575, abrangia a China, o Japão e o Tonquim, com uma população de 500 milhões de pessoas. Sofrendo alguns cortes ou separações, com a criação de novas dioceses ao longo do tempo, em 1903 a Diocese de Macau, apesar de mais reduzida em extensão, abrange ainda “*a Colônia Portuguesa de Macau (com as ilhas da Taipa e Coloane), 13 distritos da província de Kuan-Tung na China, a Colônia Portuguesa de Timor e as paróquias isentas de S. José de Singapura e de S. Pedro de Malaca*” (Cardoso, 1999g: 165).

Com a proclamação da República em 1910, o P. José da Costa Nunes viu-se confrontado com dificuldades e conflitos, devido à ausência de D. João Paulino que se viu obrigado a sair de Macau perante as ameaças e a iminência de perigos previsíveis. Neste sentido, desde muito cedo que o P. José marcou a sua posição relativamente à República, nomeadamente mostrando como a política republicana era prejudicial para Portugal, pois punha em causa o próprio Padroado para o país.

Num artigo de 1915, o P. José da Costa Nunes exprime combativamente a sua opinião: “*A meu ver, a manutenção do Padroado depende da manutenção da Concordata com a Santa Sé, e a Concordata, celebrada no regime de união da Igreja e do Estado, não faz sentido num regime de separação*” (Cardoso, 1999a: 150). Justifica a sua preocupação pela incongruência de Portugal querer manter a soberania sobre o Padroado, deixando de cumprir, pela Lei da Separação, os compromissos acordados com a Santa Sé, podendo esta “*reaver o Padroado e entregá-lo a quem muito bem o quiser*”.

Por todas as paragens da Diocese de Macau e onde exerceu a sua ação missionária, D. José da Costa Nunes como padre, vigário geral e principalmente como bispo marcou um lugar de relevo nas inúmeras e diversificadas atividades que desenvolveu: a criação e gestão das casas de assistência e educação, o engenho de diplomata, a palavra forte e inteligente na cátedra e no púlpito, no jornalismo literário, doutrinal e polémico, a presença enérgica nas tertúlias académicas animadas por grandes figuras, entre as quais Camilo Pessanha, nas salas de conferências, o empenhamento nas suas relações sociais, tornando-se uma figura imprescindível, e entusiasmante, de personalidade forte e cativante. (Bettencourt, 1999e) Como gestor, fez o saneamento das finanças diocesanas, pagando dívidas, angariando novas fontes de receita para o desenvolvimento e ativação de obras escolares e de

assistência, da evangelização, para suportar o necessário aumento do pessoal missionário, não só padres, mas também religiosas e catequistas. Ao mesmo tempo, a eficiência de gestão exigia orçamentos sérios e rigorosos bem como a elaboração de estatísticas cuidadas que com rigor mandou efetuar, não só para conhecimento do que existia, mas para planeamento a conceber.

Como jornalista, colaborou em jornais e revistas. Fundou a Revista *Oriente*, no princípio de 1915, sendo o seu principal colaborador; pela sua forte e empenhada ligação ao jornalismo e à escrita; numa carta a um conterrâneo açoriano, lamenta a sua existência breve, pois apenas teve a duração de um ano:

“[...] tive pena de acabar a Revista. Apesar de ter o tempo já bastante tomado, entretinha-me, contudo, a rabisçar para o Oriente. Ainda pensei em continuar por mais um ano, mas depois desisti à vista da indiferença com que a maior parte dos macaenses residentes fora desta colónia recebia a Revista. Preocupam-se mais com coisas inglesas do que portuguesas. Outros houve, porém, que sentiram a suspensão, sobretudo os portugueses europeus aqui residentes” (Cardoso, vol X, p. 56)

Uma das suas grandes preocupações foi o cuidado com a formação do clero, investindo no Seminário de S. José, com a melhoria do pessoal formativo e docente, com um aumento substancial de seminaristas (muitos deles idos dos Açores), entregando aos Jesuítas a direção espiritual dos seminaristas e a Reitoria do Seminário.

Também a educação e nomeadamente a formação profissional, fez parte dos seus objetivos missionários. Colocou ao cuidado das Franciscanas Missionárias de Maria, expulsas no tempo da República, o Colégio de Santa Rosa de Lima, para raparigas. Fundou em Macau um colégio para rapazes chineses, através do qual introduziu a educação profissionalizante. No mesmo sentido reforçou os Salesianos (levados por D. João Paulino) com novos edifícios e o apetrechamento das suas oficinas para a adequada preparação dos jovens em temos profissionais.

Na China, nas regiões sob sua jurisdição, reavivou as missões católicas ali sedeadas com uma criteriosa organização missionária, aumentando o número de missionários, fez crescer o número de igrejas, residências, escolas e obras de assistência e em que se salientou a ação da Companhia de Jesus. Nos territórios de Singapura e Malaca intensificou a ação pastoral, dotando a igreja local de estruturas escolares próprias.

Timor foi uma das suas grandes preocupações: para melhorar a educação religiosa, fundou uma escola de catequistas que ministrava o ensino equivalente ao 3º ano dos liceus e habilitava os formados a lecionar a instrução primária. Criou também um colégio e uma escola de artes e ofícios. Aumentou o pessoal missionário, eclesiástico, religioso e catequístico, multiplicaram-se os postos das missões, igrejas, capelas, residências, obras escolares e de assistência e no fim do seu mandato como bispo de Macau, as estatísticas evidenciam claramente a sua empenhada ação missionária (Lourenço, 1980: 30):

	1918	1940	Δ Diferença
Igrejas, capelas e oratórios	82	151	69
Missionários	65	88	23
Religiosas	58	133	75

Professores	124	331	207
Catequistas	25	373	348
Escolas e colégios	47	96	49
Casas de beneficência	11	16	5
Batismos	2903	9147	6244
Católicos	29628	50916	21288

3. Evangelização e aprendizagem de línguas

A extensão e a distribuição por vários espaços contribuem para que fossem faladas pelo menos 21 línguas e dialetos na Diocese de Macau (no início do século XX): *Português, Inglês, Punti (cantonense), Hakka e Haklo (dialetos chineses), cristão (dialeto português falado em Singapura e Malaca)* (Cardoso, 1999h: 166) e as 14 línguas ou dialetos falados em Timor¹⁸⁴, pois falam-se várias línguas ou dialetos, *Tetum, Galoli, Idaté Macassai, Huiamá, Dagadá, Midic, Naumác, Nauéte, Bunác, Baiqueno, Mambae, Tucudede, Kémak e Lacalei* (Cardoso, 1999: 166). Era indispensável o conhecimento das línguas nativas para pregar, dar os sacramentos, celebrar os diversos ofícios religiosos, ensinar e mesmo traduzir do latim os fundamentos da religião católica de forma a poderem ser acompanhados e entendidos pela população.

No início da evangelização, no século XVI, a necessidade de aprendizagem das línguas nativas era uma preocupação constante. A primeira tarefa que era incumbida a cada missionário, ao chegar à missão a que se destinava, era dedicar-se ao estudo intensivo da língua local, uma vez que não a conhecia, ficando os missionários frequentemente *“dependentes dos intérpretes para os primeiros contactos com os potenciais convertíveis e para a aprendizagem das línguas orientais.* (Ferro, 1998: 387-388)

No Oriente, o ensino das línguas chinesa e japonesa, no colégio de S. Paulo em Macau, assumiu uma importância fundamental para a formação dos missionários destinados à China e ao Japão. Desenvolveu-se *“o recrutamento do clero nativo, que permitia ensinar a língua aos ocidentais, auxiliá-los na missão, no estudo dos textos religiosos hereges, nas traduções dos textos cristãos e no confronto com os clérigos autóctones”.* (Ferro, 1998: 392)

Para pôr em prática a estratégia da evangelização da China, *“Valignano deu a conhecer os fundamentos da sua abordagem numa diretiva de 1552 que exigia que os missionários se dedicassem assiduamente à aprendizagem do Chinês escrito e falado e ao estudo dos costumes do país e de tudo o mais que fosse necessário ao progresso das missões. Na sua opinião, o domínio da língua e dos costumes era condição sine qua non para a conversão da China”* (Rae, 1994: 122)¹⁸⁵

¹⁸⁴ D. José da Costa Nunes refere que “em Timor falam-se mais de 30 línguas diferentes” (Cardoso, 1999, p. 859)

¹⁸⁵ “Em novembro de 1588, Valignano, para encorajar os missionários da China, alterou a transferência do Japão para a China do Padre Francesco de Petris que era homem de talento, e que já se encontrava em Macau. Começou imediatamente a estudar Chinês e chegou a Zhaoqing em dezembro de 1591, pouco depois da morte de d’Almeida”. (Malatesta, 1994:53)
“Para Valignano, era evidente que a China não podia ser conquistada através da abordagem europeia clássica, pelo que escreveu ao Jesuíta Geral assegurando-lhe que, para ter qualquer possibilidade de sucesso, a abordagem dos missionários teria de ser completamente diferente da adotada em outras missões no Oriente.” (Rae, 1994: 122)

Malatesta refere a importância e a necessidade de aprendizagem da língua chinesa para a conversão da população, pois na China era necessário dominar a língua, falando-se apenas Chinês, pois não era bem visto o uso de uma outra língua, pondo em causa a sua integração na sociedade chinesa: “A 12 de fevereiro de 1582, Valignano acrescentou ao texto original, ao memorial para os Superiores do Japão, a sugestão de que fossem destinados quatro escolásticos, em Macau, para se dedicarem apenas ao estudo da China e da sua literatura, uma vez que sem conhecimento da língua seria impossível tentar com eficácia, converter a China” (Malatesta, 1994: 52)

Também Matteo Ricci partilhava da opinião de Valignano sobre a necessidade e o domínio da cultura chinesa para a ela se adaptar: “o conhecimento da sociedade chinesa, o reconhecimento dos letrados e da filosofia de Confúcio como a classe e a cultura dominantes, a adaptação do vestuário e do comportamento, um domínio dos clássicos que se equiparava ao dos académicos chineses, a adoção de termos chineses para nomear conceitos cristãos e a conciliação das práticas cristãs com os padrões sociais e morais chineses. (Rae, 1994: 122)

Do mesmo modo, S. Francisco Xavier, no Japão, entre 1549 e 1551, para maior eficácia na ação missionária, já apelara aos Jesuítas para aprenderem e dominarem a língua japonesa, pois o sucesso da missão dependia do esforço na aprendizagem da língua.

Também a formação indígena assumiu um papel fundamental e em cada Seminário recolhiam-se crianças provenientes das várias regiões, para aprenderem uma nova língua sem esquecerem a sua natural. Por outro lado, em 1560, o Geral dos Jesuítas aprovou que fossem levados “homens das partes remotas para os doutrinarem, que possam servir para a conversão de suas nações” (Ferro, 1988: 388)

Para suprir o desconhecimento da língua local, nomeadamente da língua chinesa, houve o recurso a intérpretes locais, conhecedores dos rudimentos da oralidade da Língua Portuguesa e que acompanhavam os padres para a penetração na China e no Japão, pois “os intérpretes, depois de convertidos e doutrinados, foram fundamentais na missão no Oriente. Contudo não substituíam o conhecimento que os sacerdotes precisavam de ter das línguas locais, particularmente no Japão e na China, onde, além das respetivas línguas serem mais complexas, havia religiões cultas e fortemente institucionalizadas”. (Ferro, 1998: 390)

D. José da Costa Nunes segue e defende a estratégia do estudo das línguas locais aplicada ao terreno missionário por parte dos Jesuítas a quem reconhecia o grande papel na evangelização, nos séculos passados. Ao longo das inúmeras visitas pastorais efetuadas, percorrendo o extenso e por vezes longínquos territórios da sua Diocese, José da Costa Nunes verificou que os missionários não falavam a língua da região evangelizada, nem manifestavam cuidado e interesse em aprender/estudar as línguas nativas consideradas fundamentais para o exercício do ministério missionário e para uma evangelização eficaz.

Em Timor, por exemplo, em grande parte da ilha o catecismo era ensinado em português a indígenas que não percebiam nada de português e muito menos do latim em que eram rezadas as missas e outros ofícios divinos. As principais tarefas pastorais como a confissão, a pregação e a administração dos sacramentos ou eram feitas em português, o que causava naturais constrangimentos pelo fraco ou quase desconhecimento da língua, ou eram executadas por curas e clérigos locais, recrutados pelos missionários para serem mediadores linguísticos.

No sentido de obviar às dificuldades e de forma a conceder os meios para desempenharem a sua missão, o bispo de Macau, D. José da Costa Nunes ordena que seja feita a aprendizagem pelos missionários da língua nativa falada na região em que efetuassem a evangelização:

“1 – O missionário não indígena, enviado para as missões do interior da China, é obrigado, durante os dois primeiros anos, a fazer exame de Chinês, de 6 em 6 meses.

[...]

3 – Os missionários de Timor devem estar habilitados a ouvir confissões no fim do 1º semestre e a pregar no fim do 2º na língua falada na região que habitarem.

4 – Quando essa língua não for o tétum, os referidos missionários estudá-lo-ão no ano seguinte ao da sua chegada a Timor, observando-se as mesmas disposições do número antecedente.

5 – Aos missionários de Singapura e Malaca aplica-se o disposto no nº 1, com relação à língua inglesa, sendo muito para estimar que se dediquem também ao estudo do malaio.

[...]

7 – Quando o resultado do exame for negativo, conceder-se-ão ao missionário mais 6 meses para se preparar, mas no caso de se verificarem idêntico resultado na segunda prova, o assunto será trazido ao nosso conhecimento, a fim de aplicarmos a penalidade que julgarmos conveniente” (Cardoso, vol IV, pp. 120-121)

No âmbito deste plano de uso das línguas nativas na evangelização, propõe que dois missionários, que conheçam o patoá português de Malaca, sejam colocados para necessidades religiosas da população católica, e que um terceiro se ocupe da cristianização do elemento Chinês,¹⁸⁶ lembrando o facto de, em Singapura e Malaca se falar português e se amar entranhadamente o nosso país, e isso ser devido à ação religiosa e patriótica dos nossos missionários, ilustrando este facto com o trecho de um sermão, pregado no patois de Malaca, na igreja portuguesa de Singapura. (Cardoso, 1999b: 45)

“Empti enim estis pretio magno. – Jesus já comprá com nós, por unga preço bom alto.

Cristãos!

“Unga suór frio. Suór di morte já comecè corrè na corpo di Salvador. Jesus já têm agonia di morte; más um pòco tá bai morrè. Sua còrpo tem bom bom fraco, sua chaga cha tem bom fundo, na terra nunca achá unga nada di judaçaõ, céu já largá cum Ele; este causo tudo esperaça já cabá. Jesus mestêr morrê.”¹⁸⁷

Nas suas viagens por diversas partes da Ásia era com satisfação que ouvia falar português, ou mais propriamente crioulo de base portuguesa, reconhecendo ser fruto da evangelização cristã e lembrando a ação missionária dos portugueses de outros tempos. Ao viajar pelo interior da Malásia, em diversos pontos, constantemente “surgiam grupos de naturais que mandavam estacar o automóvel para verem – diziam – um Bispo português. E todos se mostravam muito satisfeitos por falarem com o bispo de Macau, na língua interessantíssima, de que usam, uma espécie de patois do português, - *papiar cristão*” (Bettencourt, 1999, vol VI, p. 129)

Teve a mesma percepção ao passar pelo Camboja.” *Depois da missa, vi-me rodeado de católicos que eram portugueses, - que oravam e rezavam em papiar cristão.* (Bettencourt, 1999d: 129)

¹⁸⁶ Conviria também muito que um desses missionários soubesse música para formar e dirigir a capela matriz, atualmente desorganizada à falta de diretor” (Cardoso, 1999b: 45)

¹⁸⁷ Por acharmos importante e de valor histórico, em Anexo II apresenta-se o texto completo.

Teve a mesma preocupação com o ensino da Língua Portuguesa, salientando que as missões têm obrigação de ensinar português e história pátria, como diz o artigo 32 do Decreto 6.322 e neste sentido, regozija-se que no Colégio de S José a funcionar no Seminário em Macau, sobretudo nos últimos dois anos tenha aumentado muito a frequência de alunos pensionistas, vindos de Hong Kong e outros pontos vizinhos.

“Se quisermos averiguar as razões determinantes deste facto, havemos talvez de ir descobri-las na corrente que começa agora a acentuar-se em favor da língua portuguesa, devido à propaganda persistente feita nesse sentido. De facto, é consolador notar entre as Colónias macaenses do Extremo Oriente um certo interesse e amor pela língua pátria, dando isto em resultado as famílias macaenses mandarem educar os seus filhos neste Seminário, onde, ao mesmo tempo que estudam o inglês, têm a vantagem de aprender português” (Cardoso, 1999b: 68)

Com o sentido da realidade, acentua que ensinar a ler e escrever uma língua, que não seja a materna, a crianças completamente analfabetas, é antipedagógico, pois as primeiras noções a ministrar a uma criança devem ser na própria língua, pois os sinais gráficos, quando representam nomes conhecidos, trazem logo à mente a imagem do próprio objeto e despertam imediatamente na alma infantil um certo interesse e curiosidade, facilitando ao mesmo tempo a pronúncia correta da palavra. (Cardoso, 1999). Por isso conclui ser necessário começar o ensino escolar pela língua materna e, só depois, de o aluno saber ler nessa língua, passará a estudar a nossa, com vantagem e aproveitamento.

Sobre a situação linguística em Timor (que na sua perspectiva se falavam mais de 30 línguas), observa que não é prático, para tão grande diversidade de línguas ser possível arranjar livros e professores, e neste caso seria o tétum (embora haja duas espécies de tétum, o de Díli e o da Contracosta) a primeira língua a ser ensinada em todas as escolas da Missão, pois pela sua estrutura, é uma língua afim das outras faladas no território, e que a criança timorense em poucos meses, facilmente a consegue falar, não deixando ainda de registar que neste caso o tétum não seria, para uma grande parte da população escolar, a língua materna, subsistindo, portanto, os inconvenientes apontados com relação à primeira aprendizagem escolar em língua portuguesa, (Cardoso, 1999d; 859).

Sobre o problema da instrução em Timor, pensa que se deve focar a ensinar o indígena a falar a nossa língua, a ler e escrever um pouco de português, a fazer as quatro operações e a fornecer-lhe umas noções muito gerais da nossa história, mais para veículo do sentimento pátrio, ao contrário do que preceitua o “*Regulamento para as Escolas de Instrução Primária em Timor*”, no seu artigo 5, numa infinidade de coisas, que fazem parte do programa de ensino adotado nas escolas da Metrópole. Ao mesmo tempo critica os professores que “*passam anos a ensinar aos alunos das últimas classes de instrução primária subtilezas gramaticais, análise e outras coisas várias, gastando tanto tempo precioso, a ensinar a mudança da ativa para a passiva, a distinção entre complemento objetivo e complemento direto e outras coisas similares.*” (Cardoso, 1999). Tendo em conta o meio em que se integram, seria mais proveitoso o ensino profissional, particularmente o ensino agrícola, sob uma forma prática, criando escolas agrícolas e de artes e ofícios.

Como verificamos, a estratégia de evangelização de D. José da Costa Nunes, passou pelo ensino das línguas nativas, da língua portuguesa, da formação escolar e particularmente a formação profissional.

Bibliografia

- Alves, J. M. dos Santos (1998), "Cristianização e Organização Eclesiástica", in A. H. de Oliveira Marques (dir.), *História dos Portugueses no Extremo Oriente, Em Torno de Macau*, 1º vol, tomo 1. Lisboa: Fundação Oriente, 301-347.
- Cardoso, Tomás (org), (1999a), *Textos do Cardeal Costa Nunes*, Vol I. Macau: Fundação Macau.
- Cardoso, Tomás (org), (1999b), *Textos do Cardeal Costa Nunes, Escritos*, Vol II. Macau: Fundação Macau.
- Cardoso, Tomás (org), (1999c), *Textos do Cardeal Costa Nunes, Documentos Oficiais*, Vol IV. Macau: Fundação Macau.
- Cardoso, Tomás (org), (1999d), *Textos do Cardeal Costa Nunes, Pastorais*, Vol V. Macau: Fundação Macau.
- Cardoso, Tomás (org), (1999e), *Textos do Cardeal Costa Nunes, Conferências*, Vol VI. Macau: Fundação Macau.
- Cardoso, Tomás (org), (1999f), *Textos do Cardeal Costa Nunes, Viagens*, Vol VII. Macau: Fundação Macau.
- Cardoso, Tomás (org), (1999g), *Textos do Cardeal Costa Nunes, Cartas aos Católicos de Goa*, Vol XV. Macau: Fundação Macau.
- Cardoso, Tomás (org) (1999h). *Textos de D. Jaime Garcia Goulart*. Fundação Macau, Macau.
- Ferro, J. Pedro (1998), "Os Contactos Linguísticos e a Expansão da Língua Portuguesa", in A. H. de Oliveira Marques (dir.), *História dos Portugueses no Extremo Oriente, Em Torno de Macau*, 1º vol, tomo 1. Lisboa: Fundação Oriente, 351 – 459.
- Figueiredo, Fernando (2003). "Timor (1910-1955)". In A. H. de Oliveira Marques (Dir), *História dos Portugueses no Extremo Oriente, Macau e Timor no período republicano*, 4º vol., pp. 521-282. Fundação Oriente.
- Lourenço, José M. (1980), "Dom José da Costa Nunes", in *Cardeal D. José da Costa Nunes – In Memoriam*. Braga: Editorial A. O.
- Malatesta, Edward (1994), "Alessandro Valignano *Fan Li-An* (1539-1606) estratega da Missão Jesuíta na China". *Revista de Cultura*, nº 21, 51-66.
- Rae, Ian (1994), "A Abordagem "Comunicativa Intercultural" dos Primeiros Missionários Jesuítas na China". *Revista de Cultura*, nº 21, 117-128.

ANEXO I

Dados Biográficos

- 15/03/1880 – Nascimento, Candelária, Pico, Açores.
- 19/03/1880 – Batismo na Candelária.
- 1893 – Ingresso no Seminário Episcopal de Angra.
- 01/06/1901 – Ordens Menores na igreja de S. Francisco, Angra, Açores.
- 23/03/1902 – Ida para Macau, a convite de D. João Paulino, bispo de Macau, como secretário particular.
- 04/06/1902 – Chegada a Macau.
- 25 e 26/07/1903 – Ordenado Diácono e Presbítero.
- 31/07/1903 – Missa Nova em Macau.
- 06/07/1904 – Visita às Missões de Malaca e Singapura.
- 1906 – Vigário Geral.
- 03/04/1907 – Governador do Bispado, durante a ausência do bispo, D. João Paulino.
- 1911 – Viagem e visita a Singapura, Mala e Timor.
- 1915 – Funda a Revista *Oriente*.
- 22/02/1918 – Vigário Capitular.
- 16/12/1920 – Eleito Bispo de Macau (1920-1940)
- 20/12/1921 - Ordenação Episcopal na Igreja Matriz da Horta.
- 04/06/1922 – Entrada solene na Diocese de Macau
- 11/12/1940 – Nomeado Arcebispo de Goa e Damão (1940-1953), Primaz do oriente, Patriarca das Índias Orientais.
- 19/03/1962 – Elevado a Cardeal pelo Papa João XXIII.
- (1962-1965) - Participação no Concílio Vaticano II.
- 1963 – Participação no conclave que elegeu o papa Paulo VI.
- 1964 – Nomeado legado papal para as Comemorações do IV Centenário das Missões da Companhia de Jesus (em Macau) e para o IV Centenário da chegada dos primeiros missionários católicos a Macau.
- 30/08/1967 - Criação do Patronato Infantil da Casa de S. José – Candelária – Pico.
- 29/12/1976 – Morte em Roma.
- 27/06/1997 – Transladação dos restos mortais para a igreja da Candelária.

ANEXO II

"Empti enim estis pretio magno. – Jesus já comprá com nós, por unga preço bom alto.

Cristãos!

“Unga suór frio. Suór di morte já começê corrê na corpo di Salvador. Jesus já têm agonia di morte; más um pòco tá bai morrê. Sua còrpo tem bom bom fraco, sua chaga cha tem bom fundo, naterra nunca achá unga nada di judaçã, cêu já largá cum Ele; este causo tudo esperaça já cabá. Jesus mestêr morrê.

“Qui profêta profêta já falá na causo di Salvador, tudo tá bai ficá completado. Raiva, odio di judeu judeu tá bai ficá satisfêto, mas poder di inferno lôgo ficá fráco, pórtá di cêo logo ficá abérto. Cristãos! Antes di Jesus morrê bai nôs tudo cum nôs sua sentido na calvario, bai náli pagá rês sua ultimo respêto cum nôs sua pai, bai oubi sua ultimo palavra, bai assisti sua morte.

“Cristãos! Na caminho di calvário inda tem quente sangue di Jesus; tudo esse sangue, qui Jesus cum tanto trabalo chumá para nôs sua amor, já discorrê na caminho di calvário; judeu cum tudo atrivido tá pizá tudo esse sangue já qui sai já fazê Jesus còrpo ficá bom bom fraco. Sua trumento trumento quijá sofrê tem assim tamanho, qui si nunca poder di Deus aguentá sua bida, Jesus já mester morrê. Por unga milagre qui Jesus tem bida!”

TEMA.1.8. COZINHAÇAM DI MACAU E LÍNGUA MAQUISTA, RAUL LEAL GAIÃO, INVESTIGADOR

SINOPSE

A gastronomia macaense e o crioulo de Macau são elementos constituintes da identidade macaense que se formaram na horizontalidade histórica e resultantes da comunicação entre portugueses e diversas culturas, a partir do tempo das descobertas. No referente à gastronomia, a cozinha macaense experimenta os ingredientes e apura os múltiplos sabores portugueses, chineses, indianos, malaios, de Ceilão e de Timor e mesmo africanos. O crioulo de Macau, também conhecido por *patuá*, *papiaçã*, *língua maquista*, *papiá cristám di macau*, *lingu nhonha* é também originário dos contactos efetuados pelos portugueses com diversas comunidades e culturas do Oriente, através das trocas linguísticas que se fixaram no patuá, de base portuguesa e integrando influências malaias, indianas, chinesas, japonesas e mesmo filipinas e africanas. A cozinha macaense e o crioulo refletem, particularmente, a evolução da comunidade macaense. Adé, na sua escrita crioula, tanto na prosa como na poesia, desfila as iguarias macaenses pelas reuniões e festas da comunidade (Natal, Carnaval, casamentos, batizados), exaltando os sabores, espelhando o retrato social dos macaenses, marcando a identidade “*Di nósso Macau antigo*” e satirizando aspetos da vida macaense, como o futuro de Macau, representado por uma espécie de “chau-chau”, de sabor duvidoso; José dos Santos Ferreira usa imagens da gastronomia para representar muitos dos traços identitários da comunidade, incluindo a língua crioula:

*“Sucre sã doci, // lête co-mel sã dóci
Dóci sã lingu maquista,
Dóci papiaçã di Macau”.*

1. INTRODUÇÃO – COMUNIDADE/CULTURA MACAENSE

Quando se fala em cultura macaense, designa-se uma cultura híbrida, resultante da confluência da cultura portuguesa com a chinesa, num processo de miscigenação com outras culturas da região, encontrando na comunidade macaense o seu suporte físico mais importante (Venâncio, 2010: 44). Os membros desta comunidade são, na sua qualidade de mestiços, originários de cruzamentos entre portugueses e mulheres da região,

sobressaindo as chinesas, malaias e indianas. Macaense, como é entendido em Macau, indica o natural da terra, mas com ascendência portuguesa e com cruzamentos diversificados: “[...] *as euro-asiáticas teriam sido, em grande maioria, as mães dos macaenses, filhos das primeiras famílias estáveis radicadas em Macau*” (Amaro, 1988: 6); segundo Bento da França, no macaense predominam “[...] *traços gerais mongólicos, mas também participa de feições dos europeus, malaios, canarins [...] e é produto de grande mistura de raças e sub-raças, resultante de repetidos cruzamentos, feitos à mercê do acaso*” (Amaro, 1994: 13).

Sendo raras, nos primeiros tempos, as portuguesas europeias que rumavam ao Oriente, além das chinesas, eram as mulheres de várias etnias que acompanhavam e casavam com os portugueses. “*As fontes históricas apontam para as mulheres malaias e indianas como as primeiras companheiras dos portugueses fundadores de Macau, porém na condição de escravas*” (Amaro, 1988b: 6).

A comunidade macaense consolidou a sua identidade “*não apenas em função de um longo processo de assimilação de uma diversidade de experiências culturais pela afluência ao território de indivíduos oriundos de diversas regiões do continente asiático, mas sobretudo pelas funções de intermediação que veio a exercer em diversos momentos da história das relações entre portugueses e chineses.*” (Madeira, 2011: 628-629)

2. COZINHAÇAM DI MACAU E LÍNGUA MAQUISTA

A identidade macaense, de matriz portuguesa, construída pelo cruzamento de culturas, um *melting pot*, na expressão moderna e antropológica, materializa-se nas diversas formas de manifestação identitária: a língua, a religião, a vida quotidiana, a culinária, as relações sociais, elementos que caracterizam a índole, os sentimentos, a maneira de ser, os costumes desta comunidade, sendo o dialeto macaense e a gastronomia “*marcos indelévels do encontro entre civilizações diferentes*” (Ferreira, 1996a), e que se foram construindo paralelamente.

A mulher teve um papel primordial na formação da variedade lexical (presente no falar macaense) e na criação da cozinha macaense, por múltiplas razões históricas: as ligações dos portugueses às mulheres malaias, indianas, japonesas e chinesas, a presença de elementos lexicais das línguas destas mulheres no crioulo de Macau, a introdução de ingredientes gastronómicos das diferentes culturas, o facto de o crioulo se falar no meio familiar onde se efetuou o apuramento dos sabores e de, no lento processo de descrioulização, o reduto do falar crioulo se ter ido limitando às nhonhas e suas crioulas (Gaião, 2008), de tal modo que no falar macaense o campo semântico dominante são ainda hoje os termos ligados ao espaço doméstico, principalmente à culinária. (Gaião, 1999: 64-65)

Como Cecília Jorge, macaense e profunda conhecedora da cultura macaense, regista, a gastronomia desta comunidade é herança dos vários povos em contacto: “*Macau herdou dos chineses o hábito das gemas ou ovos salgados; os peixes, mariscos e moluscos secos; feijões, leguminosas e hortaliças salgadas, liofilizadas ou avinagradas ou conservadas em óleos, aguardentes e especiarias. De Portugal vieram-nos sobretudo os hábitos dos fumados e da vinha d’alhos. Possivelmente da Malásia e da Índia, da Tailândia e do Ceilão, retivemos os chatini, balichão, ou muitos sambais e missós. Às nossas ligações a Timor fomos buscar o “peixe esmargal” e o limão de Timor*” (Jorge, 1993b: 53-54).

Na fase de desagregação da comunidade macaense, com a diáspora para Hong Kong, Xangai e mais tarde para a América, Canadá, Estados Unidos e Brasil, e ainda para Portugal, com a transferência de Macau, as iguarias são o pretexto e o centro do convívio e de união dos macaenses, continuando a ser uma das vias de aglutinação da comunidade, e afirmando, deste modo, a identidade de uma comunidade dispersa pelo mundo. Algumas destas iguarias marcam simultaneamente a resistência à voragem dos tempos quando muitos elementos identitários vão desaparecendo: o *chá-gordo*, onde se podem apresentar vinte ou trinta especialidades culinárias (doces e salgados), o *balichão tamarindo* (febra de porco, pasta de tamarindo, jagra [açúcar de cana]), *balichão* (conserva feita com camarões pequenos, sal e ingredientes, louro, banha, sal, pimenta e gengibre) (Jorge, 1992b: 80-81), ou ainda o *chau-chau* (refogado à chinesa com mistura de carnes e vegetais variados), o *diabo*, prato forte e farto de panados, fritos, assados e guisados com carnes desossadas com açafraão e outras especiarias e com uma boa dose de chili (malaguetas) (Jorge, 1993a: 59), o *tacho* (chau-chau pele), preparado geralmente no inverno, na época do Ano Novo Chinês, não podendo faltar pele de porco torrada, galinha, inhame, chispe carnes fumadas (chouriço chinês fumado, ganso fumado, toucinho chinês fumado e presunto chinês (presunto de Hunan, tratamento com brandi, açúcar), verduras (verde – ervilhas, espinafres; branca – lombarda branca, nabo) (Jorge, 1992b: 80-81).

Como a cultura em geral, a gastronomia macaense é um encontro de sabores deliciosos entre Ocidente e Oriente, traduzidos genericamente nas expressões *comida de pão* à portuguesa (Ocidente) e *comida de arroz* à chinesa (Oriente).

A grande riqueza da cozinha macaense manifesta-se na diversidade originária dos termos e expressões, de forma crioula, que designam as diversas iguarias macaenses, riqueza derivada das diferentes culturas ou povos que contribuíram para a formação da língua crioula. Assim *dodol* (doce à base de perada, com pinhão, jagra, coco, amêndoa, manteiga, banha e farinha de arroz gomoso), *lacassá* (espécie de aletria), *catupá* (bolo salgado, feito com arroz e porco), *chacha* (sopa com feijão mungo, tapioca, inhame, coco e jagra), *chinha* (recheio de um pastel ou empada), *onde-onde* (bolinho de farinha de arroz recheado de jagra e coco), *saram-surave* (bolo), *bagi* (doce feito com arroz, coco, leite, açúcar), *balichão* (condimento salgado preparado com camarões muito pequenos, secos), *achar* (conserva de vegetais e frutos em vinagre e sal, feito de cebolinha, couve branca, coco, pera), *chilicote* (pastel com recheio de carne picada) têm origem na língua malaia; *hong-tau-chôch* (canja doce, feita com feijão e jagra), *chau-cháu* (mistura de carne e vegetais variados), *minpau* (pão), *tapilou* (comida crua, cozida na mesa numa panela ao lume de um fogão, uma espécie de fondue) são originários da língua chinesa; *apa* (pastelinho cozido a vapor com recheio doce ou salgado), *alua* (doce), *bafassá / bafaçá* (estufado), *bebinca* (espécie de pudim doce ou salgado), *ladú* (doce feito com arroz pulú, jagra, pinhão torrado e coco), *chachini* ou *chatini* (peixe desfiado com leite de coco e chili), *fula* (flor) são de origem concani ou indo-portuguesa; *caqui* (dióspiro), *missó* (pasta de feijão), de origem japonesa; *áde salgado*, *áde cabidela* (guisado com sangue de pato) do português antigo; *bolo minino* (com pinhão, coco e biscoitos), *coscorám / coscorão* (doce com farinha coberta de melaço e ovos, polvilhado com açúcar), *diabo* (preparado com os restos de outros pratos, com condimentos variados), *fárti* (doce com farinha, amêndoa, coco, pinhão e especiarias), *barba* (doce feito com jagra derretida, com aspecto de barba) de origem portuguesa; *mamún* (bolinhos doces feitos com farinha de arroz e ovos batidos) do tagalo; *minchi* (cozinhado de carne picada), de origem inglesa; havendo ainda designações resultantes do cruzamento de línguas, como *missó cristám*, *porco bafassá*, *figo cáqui*. O uso das formas morfológicas crioulas, como a reduplicação para a formação do plural ou para marcar a intensidade, a justaposição dos nomes sem elemento de ligação evidenciam a sua origem crioula e de que são exemplo *bicho-*

bicho (doce feito com farinha e ovos), *onde onde*, *fula-fula* (doce feito com arroz, jagra e amendoim), *arroz grám-grám* (arroz e grão), *sopa lacassá*, *sucrí pedra*, *apa-bico*, *canje fula papaia*.

A expressão crioula da comunidade macaense está presente nas próprias receitas, transmitidas oralmente em crioulo e de que apresentamos um exemplo escrito:

“Peixe esmargal (receita original, na lingú maquista)

9 ½ cate peixe salgado (duro)

60 avos de vinho china (fan-chau) em ½ cate chili vermelho

20 cen chili seco

15 avos de vinagre

10 cen pimenta

10 cen cuentro

10 cen cuminho

10 cen tamarindo

7 alho grande (curtido, da loja de arroz)

Fervê vinagre e deixá ficá frio. Desfazê tamarindo na vinagre.

Misturá pimenta, cuentro, cuminho, alho picá grande-grande, misturá tudo vinho.

Na garrafa mití peixe cortado, vazá tudo tempero. Fichá garrafa bem-fêto com papel vento (sá-chi)”.

(Jorge, 1993b: 56).

3. ADÉ - COZINHAÇAM DI MACAU E LÍNGUA MAQUISTA

Adé, a par de outros intelectuais e escritores macaenses como Luís Gonzaga Gomes, Deolinda da Conceição, Cecília Jorge, Henrique de Senna Fernandes, evidenciou e definiu, mediante o seu pensamento reflexivo, as marcas significativas da identidade macaense (Venâncio, 2010). Nos seus vastos escritos em patuá, em verso ou em prosa, Adé apresenta e traça os elementos identitários da cultura desta comunidade, entre eles a gastronomia, desfilando todas as iguarias, os sabores, notando a sua função social, a marca no convívio e nas ocasiões festivas, utilizando formas para exprimir a sua atitude satírica perante as mudanças e as ameaças à identidade macaense, com recurso às imagens da gastronomia macaense para caraterizar os diversos traços da cultura da comunidade.

3.1. OS SABORES

A gastronomia macaense é marcada pelo apuramento de um conjunto de experiências de carácter sensorial, nomeadamente olfativas e gustativas (Madeira, 2011: 629). Os sabores apetitosos, gostosos, gulosos, deliciosos, picantes, por vezes ácidos, os aromas cheirosos, e a paleta cromática espalhados pela mesa são a “doci lembrança di Macau antigo” que Adé exprime através de imagens sugestivas do sabor inigualável da cozinha macaense: “Comer e lamber os dedos. [...]. É coisa para comer com sofreguidão. [...]. Há para comer até se fartar. [...] São de encher água na boca. [...] São para a gente comer até cansar. [...] Fazem tremer os beijos de desejos” (Ferreira, 1996b: 173).

Nho-nhónha di Macau capaz cuzinhá,/Fazê tanto ancuza bom comê,

Sã pitisquéra pa vós cherá,/Comê, pegá dedo lambê¹⁸⁸.

*Vaca champurá co brêdo,/Lombo co môlho-açafrám,
Co unchinho “mui-choi” azêdo,/Sã pa comê co animaçám¹⁸⁹.*

*Mínchi di vaca co sutáti/Sã comida qui tudo gostá;
Áde, gengive co restráti/Têm pa comê qui ravirá¹⁹⁰.*

*Pêsse-pedra co endro picado,/Pêsse-nairo fêto co nabo,
Co chíli-missó na lado,/Lô fazê gente corê babo¹⁹¹.*

*Chacháu pêla sã pa quim emado/Sabe panhá balichám tocá,
Pastelám co galinha rechiado/Nom-têm gente qui nádi gostá¹⁹².*

*Margôso-lorcha co porco picado,/Caril di quiapo co camarám,
Sã pa rufá qui ficá cansado,/Co arôz na unga pratalhám¹⁹³*

*Têm nho-nhónha capaz fazê/Choriço vinho-di-álio cherôso;
Cavá comê, lingu ficá ardê,/Falá choriço divera sabroso¹⁹⁴.*

*Unga lombo pó-di-bolacho,/Fula-papaia co caranguejo,
Quelora sai di tacho,/Fazê bêço tremê di desejo¹⁹⁵.
(Ferreira, 1996b: 173)*

3.2 CULINÁRIA MACAENSE E FESTIVIDADES

Na identidade macaense espelha-se a memória coletiva que revela a alma, as gentes, a fé cristã das gentes de Macau (*Fé cristã di gente antigo, Macau terá di fé*), consubstanciada nas crenças e rituais de Natal (*Natal sã festa grãndi*) (Ferreira, 1996c: 37-91). A noite de Natal macaense enraíza nos hábitos portugueses: a abstinência da consoada, a missa do galo, a ceia da Consoada (“*sã dia de consoada*”), tudo marcado pela culinária própria da época

¹⁸⁸ As senhoras de Macau, que cozinham bem, // Preparam muitos pratos apetitosos, São iguarias **para a gente cheirar, // Comer e lamber os dedos.**

¹⁸⁹ Vaca guisada com hortaliça, // Costeleta com molho de açafraão
E um pouco de verdura azeda // **É coisa para comer com sofreguidão.**

¹⁹⁰ “Minchi” de vaca com sutate, // Eis um **prato de que todos gostam.**
Pato, gengibre com legume // **Há para comer até se fartar.**

¹⁹¹ Peixe “pedra” com coentro picado, // Peixe nairo feito com nabo
E molho picante acompanhado, // São de encher água na boca.

¹⁹² “chau-chau de pele” é para o guloso // Que o saiba comer com balichão;
Pastelão recheado com galinha, // **Não há quem não saiba apreciar.**

¹⁹³ “Amargoso-lorcha” com porco picado, // Caril de “quiabo” com camarão,
São para a gente comer até se cansar, // Acompanhados de pratalhão de arroz.

¹⁹⁴ Há senhoras que são hábeis a preparar // **Chouriço “vinho-de-alhos” cheiroso,
Que é picante e queima a língua // Mas que ainda se diz delicioso”**

¹⁹⁵ “Um bom lombinho panado, // Ou flor de papaia com caranguejo,
Mal saem da caçarola, // **Fazem tremer os beiços de desejos**”. (Ferreira, 1996b: 177).

natalícia: “*Tudo na casa têm-qui lembrá qui sã dia di jejum, nom pôde comê carne. Unga dia intêro sã ravrâ co sopa di lacassá co camarâm, comê laia-laia verdura cru champurado. Têm batata cozido, cenóra, rabo co cincomáz pa quim querê*”¹⁹⁶. (Ferreira, 1996a: 86). No almoço de Natal, acabada a abstinência, já sem restrições, a fartura enche as mesas:

“*Na almoço di Natal, //Pirú gôrdo di quintal,
Intrá na forno impinado, //Sai, seco, murúm, assado*”.
(Ferreira, 1996c: 90)

Todas as especialidades próprias da quadra de Natal têm que marcar presença, “[...] *nunca podem faltar o aluá (Mascate - doce à base de amêndoas, de origem indiana), coscorões (filhoses fritas em óleo de amendoim) e fartes (bolinhos de farinha, ovos e mel), respetivamente considerados o colchão, a manta e a almofada do Menino Jesus, além da empada de peixe, talvez relacionada com a antiga prática de abstinência.*” (Amaro, 1994: 39)

O Carnaval era barulhentemente festejado em Macau. Um mês antes do Entrudo começava a festa: os mascarados acompanhados da tuna assaltavam as casas dos amigos, levando lauta ceia, cantando e dançando. No Entrudo as tunas desfilavam pelas ruas, com o grupo de bobos atrás (“*sã tuna di musiquêro// Ta passá na travessa// Co cacho di bôbo-bôbo na trás*” (Ferreira, 1996b: 113)), dizendo gracinhas para todos rirem e se divertirem, metendo-se com toda a gente, sem ninguém se preocupar (“*Bôbo desbocado, // Têm ora larga asnéra*” (Ferreira, 1996b: 39)), ouvindo-se música pelas travessas e ruelas, “*talám-talám, catcha-pim, catcha-pum*”, (Ferreira, 1996b: 113), o que provocava grande alvoroço nas casas, “*Títi Bita sai espavorido di cuzinha// Largá galinha vivo na tacho [...] Títi-Chai, justo ta botá mésa, // Di estontiado qui ficá móm-móli, // Dessá quânto prato ...plim-plám// Cai na chám ficá quebrado*” (Ferreira, 1996b: 113); toda a gente se aprontava para se mascarar e ir para a festa. Cantava-se e dançava-se nos bailes do Clube de Macau, Clube dos Sargentos, Grémio Militar, dançando até os pés não aguentarem mais, até ao amanhecer, havendo ainda as representações das comédias em crioulo “*Cavá carnaval, lôgo têm comédia// Na língu di Macau antigo, // Pa gente ri qui istripá*” (Ferreira, 1996b: 115). Também a gastronomia estava associada à folia do Carnaval: “*Carnaval sã tempo di ladú, // Barba, tórcha, bagí, sansorabe; // Tempo di la-ca-sá, lo-pac-co// Qui gente comê qui perdê chave*”¹⁹⁷ (Ferreira, 1996b: 124). “*Chegada a hora, serviam canja de galinha // E uma porção de iguarias, // Que todos comiam até se fartar*” (Ferreira, 1996b: 119) e ainda bebinca de nabos (pudim de rábano cozido e arroz glutinosos, preparado em banho-maria), barba (doce feito com açúcar em ponto, imitando longas barbas brancas) e ladu (do concani, doce feito com farinha de arroz glutinoso, pinhão torrado e moído, coberto de farinha de feijão).

Também o Ano Novo Chinês, embora festa de tradição chinesa, entrou nos festejos da comunidade macaense, com os petardos ou panchões ruidosos até ensurdecer, dia e noite, os lai-sis (envelope vermelho) com ofertas de dinheiro, a dança do leão e o enorme dragão pelas ruas de Macau, a exigência das casas limpas, roupa nova e sapatos novos, a atenção às dívidas que devem ser saldadas para evitar um ano azarento, o resgate de objetos penhorados, as flores, os vasos de tangerineiras ou de pessegueiros, mas a que não podem faltar “*doces de raízes*

¹⁹⁶ “*Todos de casa têm que lembrar que é dia de jejum; ninguém come carne. É passar o dia inteiro com sopa de aletria com camarão e diversas misturas de legumes cozidos e hortaliças cruas. Há rodelas de batatas cozidas, cenoura, nabo com cincomás para quem quiser*” (Ferreira, 1996a: 139)

¹⁹⁷ “*Carnaval era tempo de ladú, // Massa guisada e pudim de nabo,* (Ferreira, 1996: 119)

e sementes de lótus, as frituras doces, pudim de jagra, coquinhos, Hão de estar no meio de pevides” (Ferreira, 1996b: 105)

Nas diversas festas, a variada, saborosa e doce gastronomia macaense está espalhada pelas mesas. Adé, nas descrições das reuniões e festas da comunidade macaense, nos anos de Maria (personagem da *Estória di Maria co Alféris Juám*), por exemplo, desfila as iguarias macaenses: “Mesa na sala-jantá, di pónta-a-pónta sã comezaina, bebinga-nabo, apa-bico, chilicote, coquêra, nata, mamún, soransorábi, bôlo-minino, bôlo mármore, enténa-pôdre, bicho-bicho, bagí, ladú, chau-chau lacassá”¹⁹⁸ (Ferreira, 1996a: 89), ou ainda no seu casamento: “carriça, laia-laia chacháu, chilicote co pá-m-rechiado, pastelám, cabêlo-nóiva, ...” (Ferreira, 1996a: 107), a que se podiam acrescentar muitas outras como chili-missó, missó-cristão, ondi-ondi, mintchi, diabo.

Adé integra a cozinha macaense nos hábitos sociais da “dóci lembrança di tempo antigo” com os vendedores de rua e seus pregões anunciando a comida: os pregões do merendeiro e das aguadeiras, da rapariga vendedora de pratos saborosos e picantes, sin-a-sá-ó-fan, da hortaliça, do vendedor de amendoins torrados, plic-ploc-ham tchoi fa-sam, e de pato, si...ii...áp (Barreira, 1994), “China vendê ancuza gritá um cénto rabusénga, chomá gente vêm comprá”¹⁹⁹ (Ferreira, 1996a: 76). “«Apa-bico quente-quente!» // Merendéro ta gritá// Abri lata chomá gente, // Vêm pruvá su catupá” (Ferreira, 1996b: 35).

Em “Macau di tempo antigo” as condições do espaço doméstico permitiam confeccionar todas as iguarias com pouco dinheiro: casa alugada, lavadeira e aguadeira baratas; havia água no poço para se lavar e no pomar fruta para comer. Com pouco dinheiro ia-se ao mercado e voltava-se com hortaliça, camarão, carne de vaca, pato salgado, porco, costeleta e uma perna de galinha. Em casa criavam-se galinhas com abundância de ovos e confeccionavam-se bolos para vender, costurava-se para fora para compensar as fracas pensões de reforma. Hoje tudo é mais caro: “Pêsse ta preço di ôro, // Capám ... sômente na capoeira. // Áde ta más caro qui cachôro, // Porco co vaca ... di qui manéra”²⁰⁰ (Ferreira, 1996d: 34). As mudanças sociais refletem-se nas alterações da cozinha macaense. O que mudou?

Nos novos tempos a mulher já não é ou não pode ser dona de casa exclusivamente, as criadas bateram asa, as boas cozinheiras, mãos de fada, já não existem e embora haja mais dinheiro, não chega para tudo, e principalmente já não há coisas boas.

*“Há casas e casarões, // Gente hábil, aparelhos modernos,
Mas não há do-dol apetitoso, // Para comermos com biscoito.*

¹⁹⁸ “Sobre a mesa de jantar só se via comezaina de ponta a ponta. Dum lado, era bebinca de nabo, apa-bico, diferentes croquetes e uma porção de pastéis de coco e de nata, mamun e soransorábi. Do outro, via-se um bolo mármore, dois bolos de manteiga e uma quantidade de entenas-podres, bicho-bicho e rebuçados de ovos. Não faltaram também o bagí e o ladú. Guisado de massa de aletria havia numa massa grande”. (Ferreira, 1996a: 143)

¹² “Vendedores chineses, apregoando de diversas maneiras convidavam as pessoas a comprar os seus petiscos” (1996: 128).

¹³ “O peixe está a preço de ouro, // Capão ... só na capoeira. // O pato está mais caro que cão// Carne de porco e vaca, de que manéra”. (Ferreira, 1996d: 40)

(Ferreira, 1996b: 187)

Como nos tempos de hoje já não se confeccionam grande parte das boas iguarias macaenses, com desalento, Adé confessa com uma pitada de ironia:

*“Sã balichám non têm // Chilli-missó non têm,
Pêsse salgado non têm, // Fula-papaia non têm,
Vaca co porco non têm, // Sabóla-mato non têm,
Sômente apetite tudo têm.”*

(Ferreira, 1996d: 213)

Antigamente havia o costume de mandar fazer às boas cozinheiras, especializadas na gastronomia macaense (mãos de fada), os melhores e mais trabalhosos pratos:

*Si querê bom batatada, // Dodol, bagí, pá-m-di-casa,
Têm qui buscá má-m-di fada, // Pa onçôm fazê na casa.*

As mudanças no modo de vida e na gastronomia fazem com que muitas iguarias desapareçam e já não haja quem as faça. É com mágoa que Adé vê sumirem-se tantas coisas boas de Macau antigo, inclusivamente os apetitosos petiscos, feitos em casa e de que hoje só já resta uma lembrança:

*“Olá tanto ancuza assi bom
Di nosso Macau antigo // Unga trás di ôtro, desaparecê.
(Ferreira, 1996b: 181)*

*“Pitisquéra divera sabroso // Qui gente na casa fazê,
Festa-festa qui tem su ciste, // Vida barato, sossegado,
Gente capaz tocá, cantá, // Tudo azinha agué vai,
Já ficá somente na lembrança*

*“Unga póti di bom perada, // Unga pacóti di barba fino,
Únde têm?” Chacha priguntá. //“Cilicário, gelêa, únde têm?
Cabêlo di nóiva, genête, // Pudim di lête, batatada,
Dóci di camalénga, **únde têm?**”*

*“Robuçado di ovo, dóci di chacha, // Enténa-pôdre, obréa, mamún,
Bicho-bicho, múchi-múchi. //Nata, fula-fula, bají.
Coquéra, ladú, saransurábi, // Bôlo-mármre, bôlo minino,
Quim têm pa fazê?”*

***Vai únde achá chilicote,** // Chilicote-fólia, pastelinha,
Pám-rechiado, rolete-mínchi, // Bôlo di camarám, bebinga-nabo,*

*Co um-cento más ancuza, // Tudo assi bom comê,
Fazê nós bóca corê babo?”²⁰¹
(Ferreira, 1996b: 181)*

3.3. Sátira gastronómica ao futuro de Macau

Com as negociações entre Portugal e a China para a definição do futuro estatuto de Macau, foram os macaenses que maior apreensão e angústia sentiram, na incerteza do que lhes iria acontecer, vendo o seu pequeno mundo desmoronar-se. Batalha expressa o sentimento angustiado “que oprime os corações amantes de Macau ao ver Portugal negociar, tão prazenteiramente, a passagem para as mãos da China deste pedacinho de solo, por tantos séculos berço de portugueses, agora sem futuro na sua terra”, (Batalha, 1991: 418), sentimento expresso nos seguintes versos (Batalha, 1991: 418):

*Onde que tu vai, Macau? // Qui de amanhã ocê tê?
Já nã é de Portugau // Nã é de China també...*

*Ou-mun, sim é de China, // Macau foi de português
Mas agora, terá minha, // Onde que vou pôr meus pés?*

*Filho di Macau largado, // Órfão de mãe viva, assim...
Meu povo chora càlado, // Que nã sabe ele-sa fim...*

Filho di Macau largado...// Qui de amanhã para mim?

Com a dor na alma, também Adé sente e exprime em “adios di Macau” a amargura no coração pela separação de Portugal:

‘:

*Macau ta perto falá adios//Pa tudo su filo-filo,
Pa Portugal, //Pa gente qui divera querê pa êle*

*Quim têm êle na coraçám, //Lôgo sentí grândi margura;
Voz lô fica engasgado na gargánta//Na ora di falá adios pa Macau.*

²⁰¹ “Um pote de boa perada, // Um pacotinho de fina barba,
Onde se vêem? Pergunta a avozinha. //“Cilicário, gelei, que é deles?
Cabelo de noiva, genete, // Pudim de leite, batatada,
Doce de abóbora, onde estão?”

“Rebuçado de ovos, calda de chacha, // Entena-podre, obreia, mamoon,
Bicho-bicho, múchi-múchi, // Pastéis de nata, fula-fula, bagí,
Bolo de coco, ladú, saransorável, // Bolo mármore, bolo menino,
Quem há aí que os faça?”
Onde descobrir chilicote, // Massa folhada, pastelinha,
Pão-recheado, croquete, // Pastéis de camarão, pasta de nabo,
E muitas coisas mais, // Todas tão deliciosas,
Que até nos fazem ficar a apetecer?” (Ferreira, 1996a: 185)

*Ah! Divera saíam, nosso Macau!//Qui dôl coraçám olá vós têm-qui vai,
Escapulí di nosso vida, Vivo separado di nosso Portugal.*²⁰²
(Ferreira, 1990: 21)

Adé exprime a sua veia satírica em muitos momentos jocosos da sua prosa (mormente nas representações teatrais) e da sua poesia, sobre as novidades e transformações de Macau, os hábitos dos macaenses com a má-língua frequente entre as senhoras de Macau: “*Má-lingu co-chuchuméca, // Tempo antigo tamêm têm, // Pa quim têm tanto sapeca // Tudo lôgo amen-amen*” (Ferreira, 1996^a: 43). Ironiza a construção do Futuro de Macau, através das imagens da comida macaense criando um prato que as senhoras de Macau estão a aprender a cozinhar, um prato designado chau-chau, que para além de saborosa iguaria, significa o termo, sugestivamente, confusão, desordem, mixórdia, barafunda:

*Nho-nhónha agora ta prendê //Fazê unga laia chacháu
Pa tudo gente vêm comê; //Sã chomá: “Futuro di macau”*²⁰³.
(Ferreira, 1996b: 174)

É a confeção de um petisco novo, desconhecido na cozinha macaense que muitos estão desejosos de provar, mas de sabor ainda desconhecido:

*Sã unga pitisquéra quelê nôvo, //Qui gente antigo nunca si olá.
Nôvo-nôvo, pá m co ôvo, // Tudo mundo querê pruvá*²⁰⁴.
(Ferreira, 1996b: 174)

É um prato criado por muitos cozinheiros, cozinhado num grande e necessário panelão, onde se misturam os mais variados e desapropriados temperos:

*Sã pa cozê n’unga panelám, //Co laia-laia tempêro;
“Futuro” sã unga inovaçám // Di quelê tánto cuzinhéro*²⁰⁵.
(Ferreira, 1996b: 174)

Os temperos são essencialmente portugueses e chineses, largados no panelão sem mão, sem qualquer combinação ou apuramento de sabores: bacalhau com peixe salgado, azeite chinês fervido com azeite de azeitona, azeitonas com balichão, missi lam-si com batatas, cebola, alho, e tomates com rodelas de min-gau, chouriço chinês

²⁰² “Macau está quase a dizer adeus//A todos os seus filhos

A Portugal, //Às pessoas que a amam verdadeiramente.
Aqueles que a guardam no coração// Hão de sofrer grande mágoa;
A voz lhes ficará embargada na garganta//No momento de dizerem adeus a Macau.
Oh! Que grande pena, nossa Macau!//Que sofrimento saber que terá de ir,
Sair da nossa vida//E viver desacompanhada do nosso Portugal. (Ferreira, 1990: 201)

²⁰³ Estão as senhoras agora a aprender // A preparar uma espécie de “chau-chau”,
Para que todos venham comer; // Chama-se “Futuro de Macau”. (Ferreira, 1996b: 178)

²⁰⁴ Trata-se de um cozinhado moderníssimo, // De que os antigos nunca ouviram falar;
Prato novo desperta a curiosidade, // Já todo o mundo o quer provar. (Ferreira, 1996b: 178)

²⁰⁵ É para ser cozido num panelão // Com variadíssimos temperos.
“Futuro” é um invento // De uma quantidade de cozinheiros. (Ferreira, 1996b: 178)

com chouriço de paio. Tudo isto corresponde à ideia de que as negociações têm como centro os interesses da China e de Portugal, esquecendo a comunidade macaense que fez de Macau o lugar de uma cultura única.

*Bacaláu cavá sai cozido // Juntado co pêsse-salgado,
Larga azête-china fervido, // Co azête-olivéra misturado.*

*Tirá azetóna di lata, // Botá di molho na balichám;
Missi “lam-si” co batata, // Largá tudo na panelám.*

*Cortá sabóla, álio, tomate, //Co quánto rodela di “lingau”,
Regá tudo co sutáti, // Botá na riva di bacaláu.*

*Agora sã vez di choriço-china //Co choriço-paio pegá mãm,
Vagar-vagar sai di tirina, // Afundá na acunga panelám²⁰⁶.
(Ferreira, 1996b: 174)*

De toda esta mixórdia, não se sabe o que sairá, por isso aconselha que é melhor não provar, pois podem ter um forte desarranjo intestinal, sendo mais seguro continuar a saborear-se a cozinha macaense “di tempo antigo”:

*Qui sabôr têm estunga chacháu? // Nós agora nom-pôde sabe.
Si nómi sã “Futuro di macau”, // Têm-qui isperá más tempo pa sabe.*

*Si vós susto soltá bariga, // Co estunga laia asnéra,
Nunca-bom vai na cantiga, // Ne-bom pruvá seléa pitisquéra.*

*Más seguro sã nós contentá // Co nôsso mínchi antigonço;
Comê mínchi, nádi infastiá, // Vida nádi assi insonso²⁰⁷.
(Ferreira, 1996b: 174-175)*

3.4 SABOROSOS DOCES DE MACAU, DOCE LÍNGUA DE MACAU

²⁰⁶ *Depois de ter o bacalhau cozidinho, // Juntamente com peixe salgado,
Deita-se nele óleo de amendoim quente, // Misturado com Azeite de Oliveira.
Tiram-se azeitonas de uma lata, // Embebendo-as em balichão;
Amassam-se “lam-si” e batatas, // Largando tudo no caldeirão.
Corta-se cebola, mais alho e tomate, // E algumas rodela de “lingau”
E tudo já regado com sutate, // É largado em cima do bacalhau.
Agora, é a vez do chouriço chinês, // De mãos dadas com o chouriço paio
Deslizar devagarinho da travessa, // Para o fundo do panelão. (Ferreira, 1996b: 178)*

²⁰⁷ *Que sabor terá este “chau-chau”? // Não podemos por enquanto saber.
Mas se o chamam “Futuro de Macau”, // Há que esperar para saber.
Se recearem apanhar diarreia, // Com este disparate gastronómico,
O melhor é não irem na cantiga // De provar semelhante iguaria.
O mais seguro é contentar-nos // Com o nosso “mínchi” tradicional,
Pois o “mínchi” nunca enfastia, // Nem transtorna o paladar da vida. (Ferreira, 1996b: 178-179)*

As características fonéticas da língua crioula (como a leveza da suspensão pela apócope do r final dos verbos), morfológicas (o fenómeno morfológico da reduplicação), as onomatopeias lexicalizadas, todas elas revelam a doçura, a sonoridade e o ritmo que conferem um tom poético à língua crioula; a simplificação de grupos consonantais: fenómenos como a inserção de vogal, tanto no início, no meio e no final das palavras, a queda de consoantes, ou substituições por consoantes mais fracas, consoantes fricativas que mudam para oclusivas, ou consoantes fricativas sonoras que tendem a ensurdecer, o duplo r ou o r inicial tendem a fundir-se num único r (aborrecido/buricado; terra/terá) (Couto, 1996 apud Gaião, 2011: 11), são fenómenos que normalmente suavizam o falar e lhe conferem uma sonoridade própria.

A língua crioula é um falar doce, pois é uma língua geralmente falada, que tem gente que a fala, entoando-a docemente. “Na Macau têm más ancuza dóci: // Têm gente boca dóci, // Capaz papiá fazê vós contente”. (Ferreira, 1990: 27). Língua doce, pois o patuá está no coração dos macaenses: “*Decê, cachipiá na coraçám, Pa gente lê fazê alma dóci. Têm gente co ôlo dóci, // Co riso dóci na Bêço, // Azinha alegrá vosso coraçám*”; revela os afectos e sentimentos dos macaenses, mesmo em relação ao futuro, “*Ah! Divera saíám, nosso Macau! // Qui dói coraçám olá vós têm-qui vai, // Escapulí di nosso vida, [...] Quim têm ele na coraçám, // Logo senti grândi margura;*” (Ferreira, 1990: 27)

As saborosas iguarias e principalmente os tão variados doces de Macau²⁰⁸ que enchem as mesas nas datas festivas são a melhor imagem que Adé encontra para salientar a doçura do patuá:

“Sucre sã dóci, // Lête co-mel sã dóci.

Dóci sã jagra co açuca-pedra, // Sã cana qui nôs cachí;

Dóci sã laia-laia frutázi maduro // Qui nôs panhá comê.

Bebinga-lête sã dóci, // Coquéra, bôlo-nata, ladú, sã dóci;

Dóci sã cabêlo-nóiva co barba, // Tocha co robuçado di ôvo;

Dóci sã múchi-múchi, bicho-bicho, // Bagí, do-dol, goiavada.

Alua, fárti, coscorám, // Cilicário co gelêa sã dóci.

Dóci sã bôlo-minino, // Fula-fula, entêna-pôdre,

Xarópi di figo, gemada // Co dóci di camalênga.

Bôlo-bate-pau sã dóci, // Bôlo-umbigo tamêm sã;

Dóci sã “hang-ian-chá”, // “Houng-tau-chôc”, “chi-ma-u”,

Òndi-òndi, chá-cha, “tau-fufá” // Co “hap-tou-vu”.

(Ferreira, 1996b: 189)

Para Adé, a língua crioula é tão doce como estes doces que adoçam a boca e o coração dos macaenses:

²⁰⁸ “A maioria dos doces era feita com “jagra”, tablete de farinha de arroz impregnado em “melaço” de coco, que substituíam alguns e se juntava noutros ao açúcar (Jorge, 1992a: 20).

*Dóci sã língu maquista,
Língu qui nôs agora choma
Dóci papiaçãm di Macau!*

4. BIBLIOGRAFIA

- Amaro, Ana Maria (1988a). *Jogos, Brinquedos e outras Diversões Populares de Macau*. Macau: Imprensa Nacional.
- Amaro, Ana Maria (1988b). *Filhos da Terra*. Macau: Instituto Cultural de Macau.
- Amaro, Ana Maria (1994). "Filhos da Terra". In *Os Macaenses, Antropologia, História e Cultura, Revista de Cultura*, nº 20, Macau.
- Barreira, Ninélio (1994). *Ou-Mun. Coisas e Tipos de Macau*. Macau: Instituto Cultural de Macau.
- Barreiros, Danilo (1992). "Prefácio". In Graça Pacheco Pereira, *A Cozinha de Macau da Casa do meu Avô*. Macau: Instituto Cultural de Macau.
- Batalha, Graciete (1988). *Glossário do Dialeto Macaense*. Macau: Instituto Cultural de Macau.
- Batalha, Graciete (1991). *Bom Dia Stôra, Diário duma professora em Macau*. Macau: Instituto Cultural de Macau.
- Couto, Hildo Honório do (1996). *Introdução ao Estudo das Línguas Crioulas e Pidgins*. Brasília: Editora UnB.
- Ferreira, José dos Santos (1990). *Dóci Papiaçãm di Macau*. Macau: Instituto Cultural de Macau.
- Ferreira, José dos Santos (1996a). *Papiaçãm di Macau*, vol. II. Macau: Fundação Macau.
- Ferreira, José dos Santos (1996b). *Macau di tempo Antigo*, vol. III. Macau: Fundação Macau.
- Ferreira, José dos Santos (1996c). *Poema di Macau*, Vol IV. Macau: Fundação Macau.
- Ferreira, José dos Santos (1996d). *Macau sã assi*, Vol V. Macau: Fundação Macau.
- Gaião, Raul Leal (1999). *Aspectos Lexicais na Obra de Autores Macaenses*. Coleção de Estudos de Macau. Macau: Universidade de Macau.
- Gaião, Raul Leal (2008). "Asiaticismos no Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa". In *I SIMELP, Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa*, UNICSUL, USP, EU, FFLCH, S. Paulo. ISBN: 978-85-7506-165-7.
- Gaião, Raul Leal (2011). "Adé: Representações de *Dóci Papiaçãm di Macau*". In *Macau: quatro séculos de Lusofonia: Passado, Presente e Futuro*. XV Colóquio da Lusofonia, CDRom. ISBN: 978-989-95891-7-9.
- Jorge, Cecília (1992a). "O Tacho do Diabo". In *Macau*, Jun 92, II Série nº 2, Macau.
- Jorge, Cecília (1992b). "O Tacho do Diabo". In *Macau*, Nov 92, II Série nº 7, Macau.
- Jorge, Cecília (1993a). "O Tacho do Diabo". In *Macau*, Jan 93, II Série nº 9, Macau.
- Jorge, Cecília (1993b). "O Tacho do Diabo". In *Macau*, Mar 93, II Série nº 11, Macau.
- Jorge, Graça Pacheco (1992). *A Cozinha de Macau da Casa do meu Avô*. Macau: Instituto Cultural de Macau.
- Lamas, João António Ferreira (1997). *A Culinária dos Macaenses*. Porto.
- Madeira, José Manuel Rosa (2011). "Gastronomia de Macau". In *DITEMA Dicionário Temático de Macau*, vol II. Macau: Fundação para a Cooperação e Desenvolvimento de Macau e Universidade de Macau, pp. 628-631.
- Senna, Maria Celestina de M. e (1998). *Cozinha de Macau*. Vega.
- Venâncio, José Carlos (2010). "Cultura Macaense". In *DITEMA, Dicionário Temático de Macau*, vol I. Macau: Fundação para a Cooperação e Desenvolvimento de Macau e Universidade de Macau, pp. 443-444.

29. ROLF KEMMLER, UTAD VILA REAL/ALEMANHA



Rolf Kemmler,



1 Introdução

Em continuação dos nossos estudos sobre a visão dos Açores, manifestada pelos viajantes anglófonos do século XIX que passaram pelo arquipélago, pretendemos dedicar-nos ao livro intitulado *A Description of the Azores or Western Islands* (1835). Constituindo a terceira publicação monográfica de um autor anglófono a ser dedicada exclusivamente aos Açores, a obra é atribuída a um antigo oficial da marinha britânica que se identifica como 'Captain Boid'.

Uma vez que o título do livro diz reunir comentários sobre o arquipélago que se devem a observações pessoais do autor (que ali se encontrava durante cerca de quatro meses no âmbito do seu serviço à coroa portuguesa), pretendemos, mais uma vez, apresentar como este retratou as terras e gentes dos Açores, especialmente na Ilha de São Miguel, por ocasião das suas visitas do ano de 1832.

2. O autor e as suas obras

Apesar da autoria semianónima, parece consensual uma identificação do autor que se identifica no rosto da obra como com o oficial naval Edward Boid, secretário do então Vice-Almirante George Rose Sartorius (1790-1885) que foi comandante da esquadra liberal que se constituía no arquipélago dos Açores em serviço de D. Pedro IV em 1832.²⁰⁹ Ao falar sobre um antigo companheiro, o Capitão Peter Mins, o próprio Boid (1834: 347) afirma o seguinte sobre o seu enquadramento nos serviços do Almirante Sartorius:

I had a military appointment as well as himself; and that, independently of being the secretary of the fleet, I was Chef d'Etat Major to the Admiral, who, in the capacity of Vice-Admiral and Major General of the Portuguese Navy, was entitled to four Aides-de-Camp-namely, one Captain, one Commander, and two Lieutenants.

Como eram os representantes ingleses mais importantes em serviço do antigo Imperador brasileiro, a presença tanto do Vice-Almirante como do seu secretário no arquipélago não podia passar despercebida por parte

²⁰⁹ Veja as publicações contemporâneas sobre Sartorius e as suas atividades em prol do partido liberal de Hodges (1833), Mins (1833) e Silva (2009).

das famílias influentes que então estavam a habitar o arquipélago. Assim, entre outras fontes, Abdo (2006: 166) constata no tocante à família americana Dabney que era um dos pilares da sociedade faialense do século XIX:

*«Admiral Sartorius and Captain Boid spent a lot of time with the Dabney family and a strong relationship developed».*²¹⁰

No que respeita a mais detalhes sobre a vida do nosso autor, não se encontra qualquer informação sobre um 'Edward Boid' ou mesmo um 'Edward Boid' quer em *A Critical Dictionary of English Literature* (1858) de Samuel Allibone, nem em qualquer um dos volumes ou suplementos do monumental *Dictionary of National Biography* (1885-1900) de Leslie Stephen.

Ora, para além de ser referido no rosto, o apelido do autor aparece várias vezes no âmbito da reprodução de cartas ao longo do «Appendix» (Boid 1834: 337-373), tal como acontece com o reconhecimento indireto da autoria:

He first mentions me by magnanimously and honorably quoting a portion of my private letter to him (page 49) when off Madeira; written, as every person of common discrimination will perceive, quite en badinage and in a tone of the most confidential familiarity, and alluding to the pointed neglect and contempt with which our countrymen and the squadron were certainly at that time treated by individuals in power (Boid 1834: 341).

Com efeito, no seu livro, o capitão Peter Mins cita parte de uma carta particular de 25 de abril de 1832 que Boid lhe tinha escrito:

The dispatch recalling me from Madeira, was accompanied by a letter from Captain Boid, the Admiral's Secretary and confidential adviser, of which the following is an abstract (Mins 1834: 49).

Ora, não pode haver qualquer dúvida que o autor das nossas obras e o secretário do Almirante George Rose Sartorius sejam uma e a mesma pessoa: no entanto, ficamos na incerteza no atinente ao nome próprio do autor, pois encontramos ao longo das cartas reproduzidas as duas variações «G. Boid» (carta de 26 de janeiro de 1832 em Boid 1834: 344-345; carta de 26 de janeiro de 1833 em Boid 1834: 346;) e «E. Boid» (carta de 10 de setembro de 1833 em Boid 1834: 354-361).²¹¹

Mesmo que nunca mencione o seu nome completo, o próprio autor fornece algumas informações adicionais no rosto da sua obra (Boid 1834: [i]), nomeadamente que terá sido cavaleiro da *Antiga e Muito Nobre Ordem Militar*

²¹⁰ A proximidade de Boid com os Dabney também se encontra mencionada no prefácio de Maria Filomena Mónica (2009: 17-18) à sua antologia sobre aquela família, bem como no artigo de Ricardo Madruga da Costa (2010: 18), que até menciona um total de três autores ingleses que conheciam os Dabney no Faial: «Referimo-nos ao capitão Boid, secretário do almirante George Sartorius, que aqui permaneceu aquando da preparação da expedição de D. Pedro, e aos irmãos Bullar, estes e aquele, autores de dois livros de viagens que, em meu entender, mais fielmente espelham o quotidiano e a sociedade da ilha do Faial na época visada. Acresce, naturalmente, tratar-se de duas obras escritas por quem privou com os Dabney».

²¹¹ Similarmente, a carta de George Wemyss Dalrymple, datada de 12 de julho de 1834 é dirigida a «To Captain E. Boid, Late of Her M. F. M's Navy» (Boid 1834: 367). Sem justificar a proveniência desta forma onomástica, Silva (1988) refere sempre 'Edward Boid'. Perante a ausência de 'Edward Boid' nos livros de referência, Silva refere-se a Canto (1890) de quem afirma: «Entre os dicionários bibliográficos portugueses, somente a Bibliotheca Açoriana 7 de Ernesto do Canto refere o nome de Edward Boid e o seu trabalho sobre os Açores, não adiantando quaisquer outros pormenores». Deve notar-se, porém, que Canto (1890: 45) meramente se refere ao autor como «Boid (**Captain**)», portanto sem oferecer qualquer nome próprio.

da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito (melhor conhecida como Ordem da Torre e Espada) e sócio correspondente da *Société des antiquaires de Normandie* em Caen (fundada em 1824):

«knight of the most noble order of the tower and sword, corresponding member of the antiquarian society of Caen, author of "travels through Sicily and the Lipari islands;" and of "a history of the various styles of architecture».

Sabemos ainda, segundo o testemunho de George Wemyss Dalrymple (1800-1848) que Boid passou algum tempo a viver em Stoke, perto de Windsor.²¹²

Pelo que se vê no rosto da obra que é objeto do presente estudo, o próprio Boid afirma-se autor das seguintes obras:

- *Travels Through Sicily and the Lipari Islands, in the Month of December, 1824* (1827)
- *A Concise History and Analysis of all the Principal Styles of Architecture: Namely Egyptian, Grecian, Roman, that of the Dark Ages, of the Arabians and of the Normans, Including a Detailed Description of the Origin, Progress and Decline of the Gothic* (1^s.d., 2^a1829)

As duas obras que por isso se devem atribuir a Edward Boid foram publicadas sem qualquer referência explícita ao autor. Assim, em Boid (1827: [I]) ele identifica-se no rosto como «a Naval Officer». Já na segunda obra, o autor identifica-se como «an Amateur» (Boid 1829: [I]). Com efeito, o tratado intitulado *A Concise History and Analysis of all the principal styles of Architecture* foi a obra com maior êxito: para além da primeira edição, que não leva data, mas cuja datação de 1828 ninguém questiona, e a segunda edição de 1829, havendo ainda uma terceira edição em 1835.²¹³

Existe ainda outra obra que costuma ser atribuída a Edward Boid:

The History of the Spanish School of Painting: To which is Appended an Historical Sketch of the Rise and Progress of the Art of Miniature Illumination (1843)

No que respeita, enfim, a esta obra, a referência, no rosto de Boid (1843: [I]) causa-nos algumas dúvidas, uma vez que o rosto tece as seguintes palavras sobre o autor da obra: «by the author of / "travels through Sicily and the Lipari islands;" "the history of the Azores;" and "the history of the various styles of architecture."».

Ora, tendo Boid (1834: [I]) assumido a autoria das publicações anteriores, a atribuição da obra *The History of the Azores* em vez de *A description of the Azores or Western Islands* (Boid 1834, 1835) não faz qualquer sentido. Considerando que não é crível que o próprio autor possa ter confundido a sua obra recente com a monografia

²¹² Cf. a carta de de de julho de 1834 em Boid (1835:) «Captain Boid, when living at Stoke, near Windsor, with his brother, the late Rev. Mr. Boid, had been, for very many years, the intimate friend of my relations, General George Roberts, and General Samuel Dalrymple, as well as of myself, all then inhabiting Wexham Lodge near Windsor».

²¹³ Infelizmente ainda não tivemos acesso a esta edição. Segundo o catálogo da British Library, consta existirem pelo menos dois exemplares da terceira edição na mesma, com as cotas «General Reference Collection RB.23.a.22128.» e «General Reference Collection D-7820.bb.18.».

bastante anterior *The History of the Azores* (1813) do irlandês Thomas Ashe (1770-1853), tudo leva a crer que esta obra seja ou póstuma ou mesmo apócrifa...

3. Edward Boid e *A description of the Azores or Western Islands*

A obra intitulada *A description of the Azores or Western Islands from personal observation: comprising remarks on their peculiarities topographical, geological, statistical, etc., and on their hitherto neglected condition* foi impressa pela primeira vez em 1834 para os livreiros Bull and Churton em Londres. Segundo o que consta pela folha a seguir ao rosto, esta impressão foi realizada pelo tipógrafo «G. Schulze Poland Street». A obra consiste de 373 páginas, com um total de cinco gravuras (Boid 1834: [iii]).

Sem qualquer referência ao tipógrafo, uma segunda edição da obra apareceu com data de 1835, tendo sido feita para o livreiro Edward Churton, Rolles Street (late Bull and Churton) que, evidentemente era o sucessor dos livreiros da edição anterior (Boid 1835: [i]).²¹⁴ Imagina-se que talvez a principal diferença entre as obras seja a folha de rosto, já que o conteúdo na sua essência parece ser o mesmo. Nos respetivos rostos, ambas as edições são atribuídas a um autor que se chama «CAPTAIN BOID» (Boid 1834: [i]; Boid 1835: [i]).

A obra encontra-se dividida em duas partes. Na primeira parte, os oito capítulos descrevem o arquipélago desde o ponto de vista geográfico e geológico, geográfico, económico, político e histórico (Boid 1834: 3-96). Na segunda parte, depois de uma introdução dedicada ao grupo oriental (Boid 1834: 99-108), oito dos dez capítulos ocupam-se com a descrição das ilhas (Boid 1834: 109-324), seguida pela conclusão (Boid 1834: 325-335).

Do ponto de vista histórico, um dos elementos mais importantes é o «Appendix» (Boid 1834: 337-373) em que o autor se defende com comentários e reprodução de algumas cartas contra-acusações e difamações que o antigo colega Peter Mins publicou contra ele e o Almirante Sartorius no seu livro *A narrative of the naval part of the expedition to Portugal under the orders of his Imperial Majesty Dom Pedro, Duke of Braganza* (1833).

São, enfim, ainda de interesse as recensões críticas que se publicaram em periódicos ou outras revistas de divulgação erudita, tais como as resenhas no diário *The Spectator* (1834), publicado em Londres, e as *Göttingische Gelehrte Anzeigen* de Göttingen, na Alemanha. Sendo redigidas com base na primeira edição de 1834, estas somente se referem ao autor como «Captain Boid», sem aventurar qualquer nome próprio. O mesmo acontece no artigo que é dedicado à obra dentro da Revista de recensões críticas *The Monthly Review*, que por sua vez se baseia na edição de 1835.

Note-se, enfim, que esta obra de Boid foi parcialmente traduzida por João Hickling Anglin na Revista *Insulana* do Instituto Cultural da Ponta Delgada (Boid 1949-1951)²¹⁵ e no *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira* (Boid 1949, 1952).²¹⁶

²¹⁴ Por coincidirem a composição o conteúdo das duas edições, julgamos possível que não se trate de uma verdadeira nova edição, mas do aproveitamento do miolo do livro da impressão anterior mediante a aposição de um novo rosto.

²¹⁵ Cf. Almeida / Miranda / Monteiro (1990).

²¹⁶ Cf. também o artigo de Silva (1988: 232).

4 O capitão Boid e os Açores

Como não podia deixar de ser, a atitude que Edward Boid assume perante os habitantes dos Açores é bastante crítica. Quem recebe, desde logo, as críticas mais severas, são os governantes do arquipélago:

With respect to the government of the Azores, it has hitherto been so impolitic, so atrocious, so replete indeed with all the lamentable abuses of despotism, that it may be justly deemed the canker worm which has incessantly diminished the country's vitality and effectually checked its prosperous growth (Boid 1834: 42).

Ao nosso autor, o Governo açoriano, representado pelo capitão-general dos Açores, parece tão atroz e nociva para o arquipélago que chega a compará-lo a 'canker worms', ou seja, larvas de mariposas que destroem as árvores frutíferas. O principal objeto de crítica do oficial inglês é despotismo absolutista que vê no cargo e na pessoa do capitão-general, pelo que abraça a vinda de D. Pedro IV ao arquipélago:

Nothing indeed can be more favorable for the amelioration of the Azores, than the recent adversity of the legitimate government of Portugal. It has, by causing its principal members to seek an asylum here during their misfortunes, impressed upon them the importance of such a possession: it has brought to view the neglected condition of the islands, with the miserable policy that has hitherto been exercised in them; and I feel convinced that the auspicious arrival of Don Pedro will be hereafter hailed as an event diffusing the first dawning beams of liberty, civilization, and prosperity around these shores (Boid 1834: 45).

D. Pedro IV chegou ao arquipélago – que então estava dominado pelas forças liberais – no dia 22 de fevereiro de 1832, permanecendo na Ponta Delgada até 2 de março.²¹⁷ Não sabemos em que medida a presença do antigo Imperador do Brasil realmente terá tido algum dos efeitos desejados por Boid...

No atinente à agricultura açoriana, o autor identifica várias razões que, segundo a sua opinião, impedem os habitantes do arquipélago de um bom exercício da agricultura. Entre as razões alegadas encontramos a opressão dos habitantes pelo estado e pela igreja,²¹⁸ como ainda a primogenitura como princípio básico de herança das grandes superfícies agrícolas e dos morgadios.²¹⁹ A terceira razão que impede o progresso nos Açores, é, porém, de natureza infraestrutural:

In the third place, must be noticed the total absence of practicable roads for communication with the interior, and by which the produce of the country might be transported at a cheap rate to any general mart: the result of this is, that the central parts of these fertile islands, amounting to full two-thirds of the whole superficies, are unconverted to any profitable purpose, and lie deserted in a state of uncultivated waste, or are impenetrably

²¹⁷ Veja-se Rebelo (1881: 21), que ao longo do seu artigo oferece ainda mais detalhes sobre a presença de D. Pedro IV no arquipélago.

²¹⁸ Cf. Boid (1834: 26): «*In the first place, the miserable, arbitrary government policy of both church and state that has hitherto paralyzed the elements of industry wherever its baneful effects have been felt [...]*».

²¹⁹ Cf. Boid (1834: 27): «*In the second place, the ruinous operation of the laws of primogeniture, particularly as three fourths of all the cultivated lands of the islands are entailed; which laws, so long as they exist, must place insuperable obstacles in the way of civilization and prosperity*».

covered with underwood briars, wild shrubs, stunted cedars, etc. leaving nothing but a mere belt of land, bordering on the sea, that is either peopled or brought under culture (Boid 1834: 26-29).²²⁰

Parece evidente que esta constatação pode ser fruto das incursões do próprio Boid no interior de São Miguel. No entanto, não podemos deixar de notar que desta descrição da infraestrutura micaelense vai, de certa forma, de encontro com aquela que o americano John White Webster (1793-1850) fornecera em inícios da década anterior:

The streets are narrow, ill paved, and exceedingly filthy. They are overrun with hogs of an uncommonly large size, through the multitude of which it is often difficult to force one's way; they are seen wallowing in every passage, and sleeping on the steps of almost every house. Some of the streets are continued beyond the limits of the city, and terminate in roads of tolerable width. But except within a few miles of the capital, and of some of the principal villages, wheel-carriages cannot be used with safety (Webster 1821: 25).

Ainda no que respeita à agricultura, Boid considera-a longe de ser significativa, já que os agricultores açorianos não estariam dispostos de afastar-se dos métodos de lavoura que herdaram dos seus antepassados. No entanto, apesar da suposta ignorância e incapacidade dos agricultores açorianos da terceira década de oitocentos, o autor não pode deixar de constatar que a fertilidade dos próprios solos dos Açores garante colheitas consideráveis:

Rural economy is, as may be imagined, a dead letter in this country. On account of the deep ignorance of the people, the practice of agriculture is but little, and the science less known, throughout the islands. The rude system of their forefathers is still pursued, and their implements and utensils would be disgraceful to savages in the wilds of Africa. They merely turn over the soil, throw in the seed at random, and so bountiful is nature, that a very short interval produces abundant returns. Such, in fact, is the capability of the soil, that were every advantage taken, these islands might furnish an ample supply of grain for the support of five or six million of inhabitants, instead of 200,000; even now, they occasionally supply the markets of Lisbon, Oporto, and Madeira, with wheat, barley, and pulse of all sorts.

If, perchance, it is deemed indispensable to give additional stimulus to the soil, they sow a crop of lupins, (which at these islands grow luxuriantly, and to an extraordinary size) and, when about three feet high, they plough it all into the soil, which, from the peculiarly fertilising properties of this plant, receives a richness that soon renders it ready for the succeeding crop of grain. The lupin is a valuable herb in the Azores, and is every where cultivated to a great extent. The seeds, after being well soaked in salt or sea water, (to divest them of their bitterness) constitute a favorite and most nutritious food for the lower orders; and the plant furnishes an excellent green meat

²²⁰ Mais adiante, Boid (1834: 61-62) volta a pronunciar-se sobre as estradas açorianas e sobre o uso das mesmas pelos carros de bois: «*The streets are very narrow; upon the same principle as in almost all southern towns and cities – namely, to exclude the sun; and they are also badly paved, but, generally speaking, all their towns are so salubriously situated, and constructed, that with little expense, on the part of a good energetic government; they might be rendered picturesque, commodious and elegant.*

The state of art in the islands is, as the reader will gather from what has already been said, very rude and primitive; and every article of utility that is employed, of their own manufacture, is coarse, unwieldy and awkward. Nothing amused me so much as their carts, which though probably best suited to the universal character of the roads, are of the most barbarous appearance imaginable, consisting of nothing more than a strong wooden platform resting on a huge powerful clumsy axle, supported by a couple of wheels about three feet in diameter composed of thick solid wood, with an enormous tier of iron to enable them to resist the concussions they receive in going over the rugged, precipitous, rocky masses, there dignified with the appellation of roads; they are drawn by a yoke of two or four bullocks; and when laden, such is the noise proceeding from the grinding of the ungreased wheels, that it requires more than a moderate share of nervous vigour to withstand it».

for cattle; although, from its inebriating qualities, it should only be given in small quantities at a time (Boid 1834: 30-31).

Partindo evidentemente do pressuposto de que os lavradores açorianos ignoram os métodos modernos de adubar, Boid parece quase estupefacto ao constatar que estes costumam plantar tremoceiros (*Lupinus albus*, Linné). As próprias plantas não somente servem como adubo biológico para fornecer os campos com azoto,²²¹ mas ainda fornecem uma semente comestível: o tremoço, o qual, segundo Boid, serve como 'comida preferida e altamente nutritiva para as classes baixas' [tradução RK].

Também vale a pena dar uma vista de olhos para a apreciação que o nosso autor faz do reino animal: ao passo que constata que não existem animais venenosos, refere entre os animais domésticos mais frequentes os burros, gado bovino, ovino e caprino. Semelhantemente à imagem retratada pelo trecho de Webster (1821: 25) que acabamos de citar, tanto os porcos como os cães são excessivamente frequentes e ocupam as ruas das cidades e das aldeias:

With respect to the zoological productions of the Azores, the following observations are the result of particular research and enquiry. In the first place, they are without exception free from venomous animals of any sort, which will enhance their value as a place of residence considerably in the eyes of Europeans. Horses are rare in all the islands, very small, and generally speaking of very inferior quality. Asses abound to a prodigious extent; and are, with bullocks, the usual beasts employed for all purposes of labor. Cattle are generally in great number, but are of the finest and best quality at St. George's and St. Michael's. Sheep also are every where numerous, though bred only for the benefit of the wool, which is manufactured into a coarse species of cloth for the consumption of the islands, the inhabitants scarcely ever eating the meat. Goats exist in myriads wherever a blade of grass can be found for their support; and pigs and dogs, as in the mother country, swarm to an excess, and are seen lying about the streets of towns and villages to the great interruption of pedestrians (Boid 1834: 35).

As observações sobre os habitantes dos Açores ocupam na sua inteireza o «CHAPTER V», que tem por conteúdo os seguintes aspetos: «*NATIONAL CHARACTER, CUSTOMS, RELIGION, ARCHITECTURE, ETC.*» (Boid 1834: 48), ocupando um total de 14 1/2 páginas em Boid (1834: 48-62). Vamos escolher alguns dos trechos mais chamativos:

THE Character of the Inhabitants of these islands possesses, with all its defects, advantageous traits which, under the direction of a free and provident government, might be converted to any thing morally ornamental, or practically useful. Notwithstanding the iron sway to which the country has been so long subject, they are considerably more independent than their brethren of the mother country. They are mild in disposition, and of quick perceptions; but in every class, so deplorably ignorant, and in such a state of mental abasement, that their existence is not many degrees elevated above that of unreasonable animals. – They speak the Portuguese language, with occasional varieties of dialect incidental to the several islands; but have a peculiar sing-song mode of talking exceedingly disagreeable to the ear.

²²¹ Veja-se também o estudo histórico-económico de João (1991: 42): «Esta técnica de cultivo conjuga o uso da haste do faval e da rama do tremoceiro para adubo com uma alternância de culturas que permite extrair razoável rendimento sem esgotar os solos. Insere-se no quadro de uma agricultura que alia, como dissemos, o autoconsumo e a produção para o mercado».

No início do capítulo, o autor aproveita novamente do *topos* da influência negativa da monarquia portuguesa, exercida de forma absolutista pelo capitão-general dos Açores. Mas, apesar de identificar semelhanças com os compatriotas no Continente, Boid identifica nos açorianos qualquer elemento de uma postura independente. Segundo ele, a disposição geral dos açorianos é branda, sendo eles geralmente ao mesmo tempo espertos, mas também de tal maneira ignorantes e 'mentalmente humilhados' que não ficam muito acima de animais...

O trecho dedicado à língua portuguesa nos Açores parece-nos de especial importância, pelo que optámos por traduzi-lo: «*Eles falam a língua portuguesa com variedades ocasionais de dialeto que são próprias das diversas ilhas, mas têm um estranho modo de entoação ao falar que é extremamente desagradável ao ouvido*».

Perante esta frase parece evidente que o autor não se pode considerar propriamente um especialista de análise em matéria linguística. Apesar disso, Boid chega a constatar aqui que identificou várias variantes diatópicas do português açoriano, atestando-lhe o 'sing-song' da entoação própria dos dialetos dos Açores, mesmo que a venha a classificar como desagradável aos ouvidos.

The lower orders and peasantry are a very superior class of society to their equals in Portugal; they are apt; inoffensive, mild, and civil; and when induced to work are extremely laborious. They are not treacherous and vindictive, like their continental brethren: though like them, when driven to desperation, they make use of the knife (Boid 1834: 49-50).

Também neste breve trecho, os açorianos são avaliados de maneira mais favorável do que os portugueses vindos do Continente. As pessoas das classes baixas são descritas como inofensivas, brandas, bem-educadas e trabalhadoras. Parece evidente que a constatação «*They are not treacherous and vindictive, like their continental brethren [...]*» não pode ser outra coisa senão um reflexo direto do da noção de serem «*[...] exceedingly vindictive [...]*» que encontramos na obra anterior de John White Webster.²²² O mesmo se pode afirmar sobre o seguinte parágrafo:

*The women of the laboring classes are made to perform all the burdensome drudgery of life, and it is surprising to see the immense loads they carry with apparent facility; but they, in consequence, soon lose their feminine attractions of person, and become shrivelled, frightfully ugly, and prematurely infirm. The lower orders of the Azores are extremely temperate; and to induce them to become at all profitable customers at the wine-houses, the host (this is a universal custom) cooks for them savoury salt fish, and a stimulating species of sausage, called *linguiças*, which the men are very fond of (Boid 1834: 52).*

²²² Cf. (Webster 1821: 36-37): «*The labouring and poorer classes have generally a cheerful countenance, but are easily provoked to anger by the most trivial causes, and are exceedingly vindictive. Many of them spend a considerable part of their earnings at the licensed shops, where an inferior wine, made on the island, is sold at from four to eight vintems per bottle. They also drink a poor kind of rum called "cachaça" made in Fayal and Brazil. The shops where these liquors are sold are distinguished by a green bush placed over the entrance. Women stand at the doors, cooking salted fish and a particular kind of sausages, called "linguiças", which are made hot with red pepper, and given to the customers, for express purpose of inducing thirst. They seldom drink less than a bottle of wine, and commonly more than two, at a time*».

Já que a parte sobre as mulheres trabalhadoras não corresponde ao referido trecho de Webster,²²³ julgamos mais provável que a referência àquelas mulheres possa ser encarada como reflexo das observações do próprio autor, talvez feitas quando via as mulheres a transportar cestos na cabeça, como ainda hoje ocasionalmente se observa.

Tal como antes dele fizera Webster, também Boid faz questão pronunciar-se sobre a grande afinidade que os açorianos têm pela música. Ao passo, porém, que o autor americano tinha constatado uma grande mestria da parte dos açorianos,²²⁴ Boid é bastante mais crítico e constata que os músicos açorianos nem são aptos nem agradáveis.

They are passionately fond of music; but neither skilful nor pleasing, either in instrumental or vocal performance. The viola is their usual instrument, which they accompany with rude extemporaneous effusions. The island dance, of which they seem very fond, is called the landoon – the air and movements of which resemble the Spanish bolero. This dance is recently introduced into the higher circles of life, and made the concluding one of the evening (Boid 1834: 48-50).

Não deixa de ser interessante neste âmbito que Boid se refere à 'dança da ilha' que diz chamar-se 'landoon' que descreve como sendo similar ao 'Bolero' dos espanhóis, tendo recentemente sido introduzido como dança final para os bailes da sociedade açoriana. Como sugere a tradução do autor inglês, devemos presumir uma palavra 'landum' ou algo semelhante. Com efeito, existiu nos Açores uma dança chamada 'landum', conceito este que a investigadora Margarida Brito identificou como uma das formas musicais de Cabo Verde,²²⁵ tendo esta 'dança da ilha', assim, as suas origens numa dança ritual africana.

No atinente à descrição das pessoas e das suas circunstâncias higiénicas, Boid não pode ser mais claro: os açorianos são extremamente sujos:

They are intolerably dirty; full of vermin, and, in consequence, subject to cutaneous eruptions, particularly itch; their dress is rude, and that of each island peculiar to itself, as will be noticed when each is described (Boid 1834: 50).

²²³ Cf. (Webster 1821: 39): «*The country women are industrious and, during the day, work with the men in the fields; when not employed in this manner they are busy at the loom or with the distaff and spindle; but are wholly unacquainted with the use of spinning wheels. They also manufacture baskets of willow, mats, and other coarse articles*».

²²⁴ Cf. (Webster 1821: 30): «*The only science, in which the natives of the Azores appear proficient, is music; and of this they are passionately fond. It is rare to meet with one who does not sing, or perform on some instrument. The poorest peasant, as he trudges along with his asses, accompanies his voice on the viola, and the daughters of the Morgados, although often unable to read or write, display great taste and execution on the guitar, or piano. It is by no means uncommon to meet with persons, who, when blindfolded, and at a distance from a piano, will accurately distinguish and name each note struck on it by another performer*».

²²⁵ Cf. Brito (1999: 3): «*As músicas de Casamento (Saúde) dedicadas à noiva ou aos noivos, são tocadas nas zonas rurais de algumas ilhas nomeadamente S. Nicolau e St. Antão. Na ilha da Boavista para além do ritmo executado nos tambores, ao qual se juntam frases declamadas dirigidas à noiva, ('ó m'nina nova/ hoje e qui bu dia/runca dali/ runca dalâ...') existe ainda o Landu ('lundu' ou 'landum') de origem africana, que também foi levado para o Brasil e talvez dali para Portugal. No século XIX ainda o 'landu' era conservado nos Açores. Segundo estudiosos brasileiros o 'lundu' também chamado no Brasil de 'Calundu', inicialmente uma dança em movimento binário, transformou-se depois em canto envolvente e lascivo, um tanto lento, com letras sugestivas e amorosas, por vezes brejeiras*».

Quanto aos costumes religiosos, Boid dedica-lhes algo menos atenção do que os autores anteriores. No entanto, similarmente ao que vimos na obra de Webster,²²⁶ encontramos uma descrição bastante elaborada das festas do Espírito Santo como as via o nosso autor:

There is a custom amongst them apparently quite peculiar to these islands. In every parish, they annually, at the festival of the Holy Ghost, elect a chief whom they style Emperor; or, rather, a certain number, named by the rest, draw lots for this honor at the church, when the fortunate individual is crowned by the priest with a silver coronet, wherewith he receives a sceptre, both being previously solemnly consecrated. The ceremony and appropriate service ended, the Imperador retires surrounded by crowds of his confreres, who strew his path with flowers, receiving in return a general blessing, by the waving of his consecrated sceptre. He then proceeds to a small open rude stone building, erected for the purpose in every parish, called o teatro do Imperador; there he sits in state, encircled by his friends, with a table before him on which he receives the donations of the pious, consisting of bread, wine, poultry, and meat, which are carefully distributed in the evening to the poor. The Imperador afterwards retires, with his friends, to his own cottage, which has been previously cleansed, white-washed, and ornamented with garlands, where they indulge in feasting, rustic games, singing to the viola, and dancing, until a late hour. This ceremony continues during seven weeks, every sunday; and nothing can exceed the emulation that is shewn by the lower orders who are competitors on these occasions: they not unfrequently pawn or sell their whole little property to sustain the hospitality they wish to practise during the term of their reign, when they keep open house for the friends of their circle. At the expiration of the seven weeks, the crown and sceptre are deposited in the parish church, on a silver salver, until the ensuing celebration of the festival (Boid 1834: 51).

Pouco surpreende que Boid se testemunha bastante apreensivo perante qualquer manifestação do catolicismo. Assim, já constata para março de 1832 a supressão das ordens religiosas no arquipélago, isto é, quase dois anos antes da assinatura da Convenção de Évora Monte, no dia 27 de maio de 1834.

Until the month of March, 1832, the numerous monasteries and nunneries were, as we have said, a source of incalculable evil. Whilst the former nurtured within their walls a class of beings who prowled about and infested every avenue of society, gratifying unhallowed propensities by means of their religious influence at the expense of the honor, happiness, or property of others; – the latter were esteemed as little better than public brothels, being at all times accessible to young men, who fearlessly and habitually visited the paramours they had chosen amongst those females who had quitted the world with the professed purpose of devoting life to chastity and their God.

Now, happily, His Imperial Majesty, Don Pedro, has nobly commenced the work of reformation in this, as in other particulars – a work which will be recollected with gratitude by all Portuguese friends of christianity and freedom. He has, in fact, abolished all monastic institutions, emptied the convents and monasteries, and fixed a liberal annuity on all their inmates for the remainder of their lives. Thus, by one bold stroke, is deracinated one of the greatest impediments to the civilization and prosperity of a country; temporary evil and inconvenience may arise, as in every change of system; for instance, the poor who found support at these institutions, are now thrown

²²⁶ Cf. Webster (1821: 71-72): «Among the amusements of the peasantry at this time, is the "festa do Espírito Santo", or festival of the Holy Ghost, which takes place in every parish, and continues seven weeks. On each Sunday, during high mass, the priest places a crown of silver on the head, and a sceptre in the hand, of a peasant previously elected by the people. He is proclaimed "Emperadór", and is conducted to a seat beneath a canopy prepared for him on one side of the church, where he sits during the remainder of the service. On leaving the church a crowd attend him, strewing the roads, along which he passes, with flowers, and in return he bestows his blessing upon them by flourishing his consecrated sceptre».

on the public: but who will say the good shall not predominate, and society be doubly paid the attendant evil?
(Boid 1834: 57-58).

Julgamos, enfim, oportuno, reproduzir como último texto aquilo que Boid afirma sobre o seu aquartelamento, junto com o Almirante Sartorius, na casa de um dos mais notáveis morgados da ilha, que presumivelmente residia algures na Ponta Delgada. As suas observações realmente são autoexplicativas:

The Admiral and myself were this time billeted in the house of one of the most affluent morgados; and it is impossible to express, in sufficiently strong terms, the attention, kindness and hospitality that we experienced from all branches of the family, which was composed of the lady and gentleman, three little children and the sister of the wife, all alike amiable, friendly and accommodating. The house was spacious, well built and roomy, with a good suite of entertaining-apartments, which, however, smelt not only fusty, but potently of the stables underneath: they were besides, according to our ideas, badly and scantily supplied with furniture; and such as was there, had apparently been handed down with the rest of the family entail through a series of generations. The ladies never appeared but at breakfast or dinner; in the culinary preparation of which meals, they always took part. A profusion of badly kept plate was generally exhibited, and the remnants of breakfast frequently covered the table until the arrival of dinner-time. All, of course, was of Portuguese cookery, (with a few exceptions, to suit English taste,) greasy, unpalatable, and unsalutary. Little conversation took place that was not forced by ourselves – not, however, apparently for want of inclination, but of means; for a totally neglected education, and a life of seclusion (the females scarcely ever going out, as before remarked, but to church or evening entertainments) preclude the possibility of cultivating them either theoretically or practically. The children – nice interesting little urchins – seemed also lamentably overlooked: since, with the exception of being dressed up occasionally, to shew themselves at the dinner table for our gratification, or on a Sunday, they run either about the house or back-garden with a nurse all day, almost in a state of nudity, their few clothes and their persons covered with filth and rags to such an extreme, that no English person would know them from children of the lowest order.

Our host spent his evenings in meeting his male friends, who assembled to gamble at some Portuguese game of chance on the cards, at which they continued frequently until one or two o'clock in the morning; and thus days, weeks, months and years pass on without one point of time redeemed by pursuits more profitable either to themselves or mankind at large (Boid 1834: 146-148).

5 Conclusões

Como livro de viagens de um autor anglófono, a descrição dos Açores do inglês Edward Boid, secretário do Almirante inglês George Rose Sartorius é um dos documentos mais importantes desta categoria na primeira metade do século XIX.

Especialmente ao longo do quinto capítulo da primeira parte, Edward Boid tenta caracterizar os habitantes dos Açores, os seus costumes e a sua vida. Fá-lo com uma atitude que João Paulo Pereira da Silva acertadamente descreve da seguinte maneira:

A visão de Edward Boid é acima de tudo a de um cidadão britânico originário de uma grande potência militar, industrial e comercial de carácter hegemónico. Por esse motivo, a sua atitude face à realidade

açoriana, aparentemente escandalosa e pouco evoluída, é sempre a do inglês altivo e arrogante, que afirma a sua superioridade perante a situação encontrada (Silva 1988: 228).

Não admira esta atitude, menos ainda porque já a vimos de forma semelhante nas obras de Ashe (1813) e de Webster (1821). Não há dúvida que Boid integrou em larga medida as observações pessoais que fez ao longo dos meses que se encontrava no arquipélago junto com o Almirante Sartorius, enquanto a esquadra liberal se encontrava nos Açores anteriormente ao desembarque no Mindelo.

Perante os pontos de convergência e divergência que acabamos de ver brevemente, parece igualmente justo afirmar que Boid deverá ter conhecido a obra anterior de John White Webster. Não se limitando, no entanto, a reproduzir os conteúdos dela, até chega a discuti-los ou retificá-los quando as suas observações pessoais o permitiam fazer – isto quando não se encontra qualquer referência as duas obras anteriores ao longo da obra de Boid.

Pode-se, enfim, constatar que Boid, apesar de todas as atitudes que hoje possam parecer discutíveis, como autor do seu tempo terá pretendido apresentar um relatório sério, emitindo juízos de valor quando as realidades açorianas estavam vinham em desencontro com a sua mundividência como militar e homem de letras.

Deixando de lado, enfim, as opiniões pessoais, não podemos, enfim, deixar de constatar que muitos dos aspetos que Edward Boid observa no seu livro, vão ao encontro daquilo que encontramos no estudo histórico-económico e sociológico de Maria Isabel João (1991).

6 Referências bibliográficas

Abdo, Joseph C. (2006): *On the Edge of History: The Story of the Dabney Family and their influence on Atlantic history*, Lisboa: Tenth Island Editions.

Almeida, António José Cachide de / Monteiro, Cláudia Maria Amorim / Miranda, Luís Filipe Martinho (1990): *Índices Didascálico e Onomástico da Revista Insulana*, Ponta Delgada: Instituto Cultural da Ponta Delgada.

Allibone, S[amuel] Austin (1858, I): *A Critical Dictionary of English Literature, and British and American authors, Living and Deceased, from the earliest accounts to the middle of the nineteenth century: Containing thirty thousand biographies and literary notices, with forty indexes of subjects*, volume I, Philadelphia: Childs and Peterson.

A[shel], T[homas] (1813): *HISTORY / of the / AZORES, / or Western Islands; / containing an account of the / GOVERNMENT, LAWS, AND RELIGION, / THE / Manners, Ceremonies, and Character of the Inhabitants: / and demonstrating / THE IMPORTANCE OF THESE VALUABLE ISLANDS / to the / BRITISH EMPIRE. / illustrated by maps and other engravings. // London: / PRINTED FOR SHERWOOD, NEELY, AND JONES, Paternoster Row; / AND SOLD BY ALL BOOKSELLERS.*

[Boid, Edward] (1827): *Travels Through Sicily and the Lipari Islands, in the Month of December, 1824, By a Naval Officer*, London: Printed for T. Flint.

[Boid, Edward] (¹1828): *A Concise History and Analysis of all the Principal Styles of Architecture: Namely Egyptian, Grecian, Roman, that of the Dark Ages, of the Arabians and of the Normans, including a Detailed Description of the Origin, Progress and Decline of the Gothic, to which is added, a sketch of the architecture of England, down to the present time*, London: Printed by Horatio Phillips.

[Boid, Edward] (²1829): *A Concise History and Analysis of all the Principal Styles of Architecture: Namely Egyptian, Grecian, Roman, that of the Dark Ages, of the Arabians and of the Normans, including a Detailed Description of the Origin, Progress and Decline of the Gothic, to which is added, a sketch of the architecture of England, down to the present time*, London: Printed for T. Cadell.

Boid, [Edward] (¹1834): *A / DESCRIPTION / of the / AZORES / or / WESTERN ISLANDS. / FROM PERSONAL OBSERVATION. / COMPRISING REMARKS ON THEIR PECULIARITIES, / TOPOGRAPHICAL, GEOLOGICAL, STATISTICAL, / ETC., AND ON THEIR HITHERTO / NEGLECTED CONDITION. / By CAPTAIN BOID, / LATE OF H. M. F. MAJESTY'S NAVY. / knight of the most noble order of the tower and sword, / corresponding member of the*

antiquarian society of / Caen, author of "travels through sicily and the / Lipari islands;" and of "a history of the / various styles of architecture." // LONDON: / BULL AND CHURTON, HOLLES STREET. / 1834.

Boid, E[dward] (1835): *A / DESCRIPTION / of the / AZORES / or / WESTERN ISLANDS. / FROM PERSONAL OBSERVATION. / COMPRISING REMARKS ON THEIR PECULIARITIES, / TOPOGRAPHICAL, GEOLOGICAL, STATISTICAL, / ETC., AND ON THEIR HITHERTO / NEGLECTED CONDITION. / By CAPTAIN BOID, / LATE OF H. M. F. MAJESTY'S NAVY. / knight of the most noble order of the tower and sword, / corresponding member of the antiquarian society of / caen, author of "travels through sicily and the / lipari islands;" and of "a history of the / various styles of architecture." // LONDON: / EDWARD CHURTON, HOLLES STREET. / (late bull and churton). / 1835.*

[Boid, Edward] (1835): *A Concise History and Analysis of all the principal styles of Architecture*, London: G. B. Whittaker & Company.

[Boid, Edward] (1843): *The History of the Spanish School of Painting: To which is Appended an Historical Sketch of the Rise and Progress of the Art of Miniature Illumination*, London: Printed by Moyes and Barclay.

Boid, [Edward] (1949): «O Distrito de Angra: tradução dos capítulos III, IV e V (parte II), do livro do capitão Boid – *A description of the Azores* (London, 1835)», tradução de João H. Anglin, em: *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira* 7 (1949), p. 256-282

Boid, [Edward] (1949-1951): *Descrição dos Açores ou Ilhas Ocidentais*, tradução de João H. Anglin, em *Insulana* V (1949), págs. 57-80 e 252-270; VI (1950), págs. 168-180 e 286-298; VII (1951), págs. 44-82, 310-356.

Boid, [Edward] (1952): «O Distrito da Horta que compreende Faial Pico Corvo e Flores: (Tradução dos capítulos (...)) da obra *A Description of the Azores or Western Islands*, Londres 1835», tradução de João H. Anglin, em: *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira* 10 (1952), p. 259-260.

Brito, Margarida (1999): «Breves Apontamentos sobre as Formas Musicais existentes em Cabo Verde», em: Brito, Margarida (1998): *Os instrumentos musicais em Cabo Verde*, Praia; Mindelo: Centro Cultural Português, págs. 13-25, digitalizado por Domingos Morais em agosto de 1999, em:

<http://natura.di.uminho.pt/ARQEVO/bak/alfarrabio.di.uminho.pt/cip/etnografia/margaridaBrito-formascv.pdf>

(última consulta: 23 de setembro de 2013).

Canto, Ernesto do (1890): *Bibliotheca açoriana: noticia bibliographica das obras impressas e manuscriptas nacionaes e estrangeiras, concernentes ás Ilhas dos Açores*, Ponta Delgada: Typ. do Archivo dos Açores.

Costa, Ricardo Manuel Madruga da (2010): «O pulsar turbulento do Atlântico», em: *Paralelo: Os Dabney, uma família americana nos Açores* (inverno / primavera de 2010) ISSN 1646883X, pág. 18.

Dias, Fátima Sequeira (1999): «Uma breve reflexão sobre a história dos Açores com particular incidência no exemplo micaelense», em: *Arquipélago: História* 3 (2.ª série 1999) ISSN 0871-7664, págs. 457-483.

GGA (1837) = «A description of the Azores, or Western Ilands, from personal observation, comprising Remarks on their peculiarities, topographical, geological, statistical, etc. and on their hitherto neglected condition. By Captain Boid. 1834. 8. 373S. (Bull u. Churton)», em: *Göttingische Gelehrte Anzeigen* 114/115 (20. Julius 1837), págs. 1135-1142.

Hodges, G[eorge] Lloyd (1833, I/II): *Narrative of the expedition to Portugal in 1832, under the orders of His Imperial Majesty Dom Pedro, Duke of Braganza*, London: James Frazer. [vol. II com as mesmas referências]

João, Maria Isabel (1991): *Os Açores no século XIX: economia, sociedade e movimentos autonomistas*, Lisboa: Edições Cosmos.

Mins, Peter (1833): *A narrative of the naval part of the expedition to Portugal under the orders of his Imperial Majesty Dom Pedro, Duke of Braganza*, with a vindication of himself, against the aspersions of Vice-Admiral Sertorius, and HIS SECRETARY, CAPTAIN BOID, London: Sherwood, Gilbert and Piper.

Mins, Peter (1837): *Letters &c. Relating to Captain Mins's Second Visit to Portugal*, London: Printed by T. Brettell.

Monica, Maria Filomena (coord.) (2009): *Os Dabney: Uma Família Americana nos Açores, Antologia elaborada a partir dos Anais coligidos por Roxana Dabney*, Coordenação e prefácio de Maria Filomena Mónica, seleção, organização e notas de Paulo Silveira e Sousa, Lisboa: Edições Tinta da China.

MR (1835) = «Art. I. – *A Description of the Azores, or Western Islands*. By Captain Boid, R. N. London: Edward Churton. 1835», em: *The Monthly Review* (January, 1835), págs. 2-13.

Rebelo, Ernesto (1886): «Notas Açorianas: Alguns visitantes illustres da ilha do Fayal, O Senhor D. Pedro IV (1832)», em: *Archivo dos Açores* 8, págs. 19-41.

Silva, João Paulo A. Pereira da (1988): «Os Açores em 1832: A perspetiva do comandante Edward Boid, oficial inglês e romântico», em: *Arquipélago: História* (Número Especial) ISSN 0871-7664, págs. 211-232.

Silva, Jorge Manuel Moreira (2009): «A Marinha de Guerra portuguesa desde o regresso de D. João VI a Portugal e o início da Regeneração (1821-1851): Adaptação a uma Nova Realidade», Tese de Mestrado em História Marítima, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras.

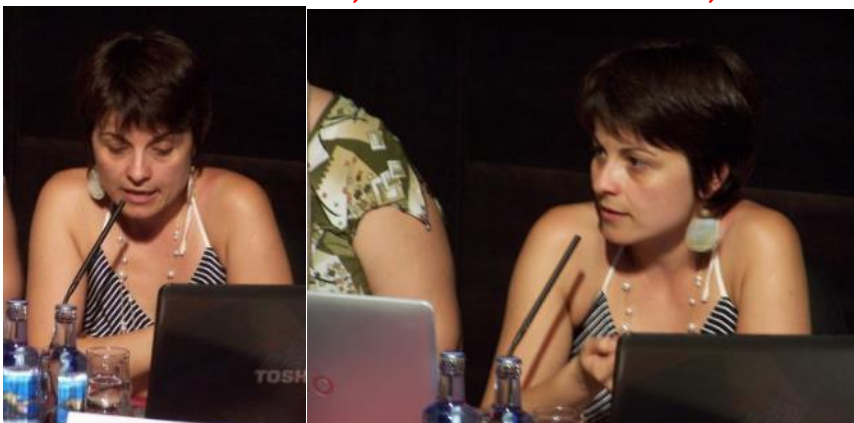
Spectator (1834) = «Boid's Description of the Azores», em: *The Spectator* 336 (6 December 1834), págs. 1164-1165, em: <http://archive.spectator.co.uk/article/6th-december1834/16/boids-description-of-the-azores> (ultima consulta: 25 de setembro de 2013).

Stephen, Leslie (ed.) (1885-1900): *Dictionary of National Biography*, 63 vols., London: Smith, Elder, & Co.

Webster, John White (1821): *A description of the Island of St. Michael, comprising an account of its geological structure, with remarks on the other Azores or Western Islands: originally communicated to the Linnean Society of New-England*, Boston: Published by R. P. & C. Williams.



30. SIMONA VERMEIRE, UNIVERSIDADE DO MINHO, ROMÉLIA



SIMONA VERMEIRE

TEMA 1.1. DEVIR GENÉTICO E DESVIO GEOGRÁFICO DA JANGADA IBÉRICA SIMONA VERMEIRE, UNIVERSIDADE DO MINHO, ROMÉLIA

“A novel examines not reality but existence. And existence is not what has occurred, existence is the realm of human possibilities, everything that man can become everything he is capable of. Novelists draw up the map of existence by discovering thus or that human possibility”. (Milan Kundera, *The Art of The Novel*)

“To ask for a map is to say «Tell me a story»”. (Peter Turchi, *Maps of the Imagination*)

O romance *Jangada de Pedra* escrito por José Saramago em 1986 como “resposta” ficcional dilemática ao ato de integração económica dos países da Península Ibérica na Comunidade Europeia foi submetido a uma variedade de pontos de vista analíticos convergindo para o esclarecimento ideológico do transiberismo assumido pelo próprio autor.²²⁷ Neste contexto de reinterpretação mágica do destino ibérico no seu vagar pelo mundo inserimos uma

²²⁷ “Quero eu dizer, enfim, que esta Península, que tanta dificuldade terá de ser europeia, corre o risco de perder, na América Latina, não o mero espelho onde poderia rever alguns de seus traços, mas o rosto plural e próprio para cuja formação os povos ibéricos levaram quanto então

perspetiva hermenêutica alternativa que remete para a genogeografia. Tendo em conta que a geografia não pode ser separada do devir genético, seguiremos este roteiro imprevisível da jangada ibérica a nível microscópico, o dos genes, e a nível macroscópico, o dos continentes que se tornam referências móveis para as possíveis cartografias da Ilha Ibérica. A nossa leitura do romance vai enfatizar esta nova geografia do mundo não só remetendo para uma história imaginária das *terras incógnitas* que prepararam mentalmente as descobertas renascentistas, mas também para um possível futuro genético possível suscetível de apagar as fronteiras entre os vários povos do mundo. Seguindo a narrativa de Saramago, o foco analítico concentra-se sobretudo no final expeditivo do romance: a Ilha Ibérica volta as costas à América do Norte, começa a girar em torno de si e, finalmente, dirige-se para o sul extremo, sugerido pela Antártica, posicionando-se entre a América do Sul e a África. Ao mesmo tempo, sobrepõe-se a esta cinética geográfica acelerada e imprevisível um episódio coletivo inverosímil: a gravidez simultânea das todas as mulheres do espaço ibérico. Além das metáforas – conotando um futuro utópico feliz – que poderiam ser associadas a estes dois movimentos de realismo mágico, do desvio geográfico para o Sul e do devir genético acelerado, tencionamos destacar quer possíveis alusões cartográficas anteriores aos descobrimentos, baseadas na força da imaginação, quer subtis indícios por parte do autor relativos à reprodução artificial humana. A dupla viagem geográfica, por terra e pelo oceano, alude a uma viagem genética pelo futuro (a epidemia de gravidez), mas também pelo passado: “*As viagens sucedem-se e acumulam-se como as gerações, entre o neto que foste e o avô que serás, que pai terás sido, ora, ainda que ruim, necessário.*” (Saramago, 1994: 253).

A cartografia da existência seria, então, imbricada nesta topografia lúdica, uma taxinomia do possível geográfico que abre novas perspetivas nos Estudos Culturais, enfatizando diversos tipos de espacialidades literárias. Uma mutação epistemológica inerente à abordagem interdisciplinar situa a geografia literária neste novo contexto das humanidades caracterizado pelo “*spatial turn*” (Warf e Arias, 2009:1): “*On assiste donc à une convergence remarquable entre les deux disciplines, les géographes trouvant dans la littérature la meilleure expression de la relation concrète, affective et symbolique qui unit l’homme aux lieux, et les littéraires se montrant de leur côté de plus en plus attentifs à l’espace où se déploie l’écriture.*” (Collot, 2011). Neste sentido, o romance *Jangada de Pedra* é um “*récit d’espace*” (Certeau, 1990:180) que institui uma geografia fantasista, mapeando, como qualquer cartógrafo renascentista, territórios possíveis, através da dúvida e do engano, cenário das “alternativas” que configuram o universo ficcional de Saramago: “*Este mundo, não nos fatigaremos de o repetir, é uma comédia de enganar.*” (Saramago 1994:79).

A nível de metadiscurso, destacam-se três abordagens críticas desta estratificação discursiva e temática entre geografia e literatura: a geocrítica (direção crítica definida por Bertrand Westphal durante um colóquio realizado em Limoges em 2000), a geopoética (termo instituído em 1980 por Kenneth White) e a geofilosofia (conceito definido por Deleuze e Guattari em 1991).

As duas primeiras teorias enumeradas, a geopoética e a geocrítica, podem levar a interpretações simplistas, tendo em conta o termo “poética”, colocando-as, desta forma, numa relação antitética: “*... la géocritique, qui étudierait les représentations de l’espace dans les textes eux-mêmes, et qui se situerait plutôt sur le plan de l’imaginaire et de la thématique ; celui d’une géopoétique, qui étudierait les rapports entre l’espace et les formes et*

possuíam de espiritualmente bom e mau, e que é, esse rosto, assim o penso, a mais superior justificação do seu lugar no mundo. Admitiria que a América Latina quisesse esquecer-se de nós, porém, se me autorizam a profecia, antevejo que não iremos muito longe na vida se escolhermos caminhos e soluções que nos levam a esquecer-nos dela.” (Saramago, 1988:32)

genres littéraires, et qui pourrait déboucher sur une poétique, une théorie de la création littéraire.” (Collot, 2011). Assim, e como afirma o autor Kenneth White no seu livro *Le Plateau de l’Albatros* (1994:200), a geopoética ultrapassa as fronteiras do textualismo e do formalismo para se tornar “*une poétique postmoderne, c’est-à-dire ni du moi, ni du mot, mais du monde*”.

Esta busca da revitalização de uma união sensível do homem com a Terra na perspectiva transdisciplinar da geopoética representa também uma relação possível para a geocrítica, mas apenas numa cinética hermenêutica entre a referencialidade e o texto literário: “*La géocritique, en effet, se propose d’étudier non pas seulement une relation unilatérale (espace-littérature), mais une véritable dialectique (espace-littérature-espace) qui implique que l’espace se transforme à son tour en fonction du texte qui, antérieurement, l’avait assimilé. Les relations entre littérature et espaces humains ne sont donc pas figées, mais parfaitement dynamiques.*” (Westphal, 2005).

A inspiração geográfica, a cartografia do espaço real, colocadas entre poesia e toponímia, tornaram-se um tema literário que enfatiza a descoberta do mundo e os seus mapas como potencial do imaginário das viagens. Seguindo as perspectivas analíticas abertas por estas duas opções teóricas, vamos interpretar a cartográfica dinâmica da viagem da Ilha Ibérica em relação aos vários mapas que precedem os descobrimentos. O tópico do devir genético vai ser analisado segundo o conceito de geofilosofia desenvolvido por Deleuze e Guattari no capítulo IV do seu último livro “*Qu’est-ce que la philosophie?*” (1991). Neste sentido, o devir genético vai adquirir uma dimensão espacial, geográfica, em termos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, nesta dinâmica rizomática da jangada ibérica, cartografando experiências afetivas intensas:

Mais les cartes ne concernent pas seulement une dimension extensive, mais tout autant une dimension intensive : il existe des cartes d’intensité ou de densité qui transcrivent une constellation affective et qui concernent ce qui se produit durant le trajet, des cartes des devenirs, bien plus difficiles à tracer. Le réel et l’imaginaire, encore une fois, ne cessent de s’échanger : un devenir n’est pas seulement imaginaire, tout comme un voyage n’est pas seulement réel. Des intensités imaginaires et affectives peuvent transformer en voyage tout trajet ou même l’immobilité, peuvent envelopper le visage d’un être aimé de personnages inconnus ou faire rêver à partir de la contemplation immobile des cartes, tout comme c’est le trajet (même immobile) qui transforme l’imaginaire en devenir : les deux cartes, des trajets et des affects, renvoient l’une à l’autre. (Deleuze, 1993:85).

No caso do romance *Jangada de Pedra*, o episódio coletivo gestacional inscreve esta dinâmica do exílio numa dimensão intensiva emocional, de uma nova ordem ontológica, um princípio genético latente e inerente ao devir-humano, anunciado mesmo pela primeira frase do texto: “*Quando Joana Carda riscou o chão com a vara de negrilho, todos os cães de Cerbère começaram a ladrar, lançando em pânico e terror os habitantes, pois desde os tempos mais antigos se acreditava que, ladrando ali animais caninos que sempre tinham sido mudos, estaria o mundo universal próximo de extinguir-se.*” (Saramago, 1994:9).

Esta atitude visionária emblemática é, de facto, concentrada na epígrafe (“*Tudo futuro es fabuloso*”), frase recolhida do romance *Concerto barroco* do escritor cubano Alejo Carpentier. A viagem da jangada ibérica pelo oceano transmuta o devir-humano numa “diáspora” nómada à procura de novas formas de existir dentro dos limites de um cronótopo de isolamento geográfico: “*Houve depois uma pausa, sentiu-se passar nos ares um grande sopro, como a primeira respiração profunda de quem acorda, e a massa de pedra e terra, coberta de cidades, aldeias, rios,*

bosques, fábricas, matos bravios, campos cultivados, com a sua gente e os seus animais, começou a mover-se, barca que se afasta do porto e aponta ao mar outra vez desconhecido.” (Saramago, 1994: 45).

O navio gigantesco, conotando dimensões mitológicas, vagueia pelo oceano que foi um verdadeiro embrião de globalização durante a época renascentista. Por esta razão, o vagar da jangada remete para uma reflexão sobre os limites/fronteiras entre o trânsito dos povos, nesta representação líquida do poder identitário genético entre a África, a Europa e América: *“Empruntant plus avant la voie maritime, on parlera d'espaces flottants, navicules – épithète que Léon - Battista Alberti applique naguère aux États évanescents (naviculae) qui formaient l'Italie du Quattrocento.”* (Westphal, 2005). Seguindo de perto o pensamento de Foucault, os navios, territórios flutuantes, representam espaços heterotópicos por excelência, ilhas de desassossego, estratificando possíveis experiências pelo mundo marítimo:

Um navio é um pedaço flutuante de espaço, um lugar sem lugar, que existe por si só, que é fechado sobre si mesmo e que ao mesmo tempo é dado à infinidade do mar. E, de porto em porto, de bordo a bordo, de bordel a bordel, um navio vai tão longe como uma colónia em busca dos mais preciosos tesouros que se escondem nos jardins. Perceberemos também que o navio tem sido, na nossa civilização, desde o século dezasseis até aos nossos dias, o maior instrumento de desenvolvimento económico (ao qual não me referi aqui), e simultaneamente o grande escape da imaginação. O navio é a heterotopia por excelência. Em civilizações sem barcos, esgotam-se os sonhos, e a aventura é substituída pela espionagem, os piratas pelas polícias. (FOUCAULT, 2001, p. 422).

Retomando os conceitos de Deleuze em relação à cinética binária de territorialização-reterritorialização, o mentor da geocrítica, Bertrand Westphal, estende esta particularidade heterotópica do navio para qualquer espaço humano, compreendendo-o como uma representação essencialmente dinâmica:

Ainsi l'espace humain est-il constante émergence; il est saisi dans un mouvement perpétuel de reterritorialisation. La géocritique ne prétendra pas figer la représentation de l'espace, qui, pour elle, n'est pas formalisable selon une méthode axiomatique; elle se contentera – ce qui est déjà ambitieux – d'appréhender un stade du processus de déterritorialisation. Ses résultats seront nécessairement transitoires, car la reterritorialisation à laquelle elle procède coïncidera avec le début d'une nouvelle phase de déterritorialisation. Pour la géocritique, l'espace humain, comme les activités auxquelles il sert de cadre et parfois de matériau, est hétérogène et combinatoire – en un mot: hétérotopique. (Westphal, 2005)

Neste fluxo aleatório e imprevisível da jangada, que nega qualquer possível identificação geográfica, política e ideológica (o percurso entre a América de Norte e a América de Sul obriga a uma constante reflexão irónica sobre o iberismo, que se pode redefinir na contiguidade de umas sombras históricas mais ou menos compatíveis), irrompe a gravidez coletiva de uma demografia transformada em paisagem dinâmica. Durante o exílio dos cinco protagonistas do romance, três portugueses e dois espanhóis encontram-se numa situação que dinamita a harmonia do grupo: a gravidez das duas mulheres cuja paternidade não pode ser definida. Pedro Orce, o espanhol mais idoso do grupo, torna-se o possível “culpado”, não apenas pelo movimento da jangada, mas provavelmente também pela paternidade da nova geração deste espaço desenraizado. Mas, antes de rever esta situação de reprodução explosiva dos povos ibéricos, cumpre destacar o facto de que há sempre uma relação entre a situação geográfica e o devir genético: “Não

podia a força humana nada a favor duma cordilheira que se abria como uma romã, sem dor aparente, e apenas, quem somos nós para o saber, porque amadurecera e chegara o seu tempo.” (Saramago, 1994: 33).

Como vimos, deteta-se desde a primeira parte do romance uma alusão ao amadurecimento terrestre do território ibérico, finalizando-se com a separação do filho da sua matriz europeia e a iniciação na vida aquática pela viagem necessária: *“As águas, estas águas são outras, assim a vida se transforma, mudou e não demos por isso, estávamos quietos e julgamos que não tínhamos mudado, ilusão, puro engano, íamos com a vida.”* (Saramago, 1994: 130). Qual seria então esta nova vida que foi inaugurada por um “parto” geológico? Poderia o episódio inverosímil, típico do realismo mágico, de epidemia súbita de gravidez de todas as mulheres de Península Ibérica com o qual o romance *Jangada de pedra* surpreende o leitor no final de texto, ser considerado uma germinação provocada, artificial, do povo ibérico? Esta “aventura” do corpo alterado na sua dimensão biológica íntima, evidente no mesmo episódio inverosímil de gravidez coletiva, aparece também no final do poema em prosa *O ano 1993*, no qual a desterritorialização das tribos rebeldes, do devir-animal para o devir-humano, se torna um ato conseguido através de uma inseminação “mágica” da terra, a deusa Geia, imagem emblemática do corpo materno universal. A imagem idílica de retorno pagão das tribos à natureza como solução de revitalizar os recursos reprodutivos da espécie humana não demonstra um acordo feliz e erótico entre os corpos do homem e da mulher. A terra fertilizada pelas mulheres com óvulos eliminados durante a menstruação é uma imagem metafórica do útero que germina embriões “à sombra” dos homens e não por eles gerados:

Embora houvesse já muito tempo que não nasciam crianças não se perdera por completo a lembrança de um mundo fértil

E acontecera mesmo que algumas tribos mais sedentárias redescobriram certas práticas mágicas que vinham de tempos antiquíssimos

Por isso nos campos cultivados faziam correr as mulheres menstruadas para que o sangue escorrendo ao longo das pernas embebesse o chão com sangue de vida e não de morte

Nuas corriam deixando um rasto que os homens cobriam cuidadosamente de terra para que nem uma gota secasse sob o calor agora nocivo do sol. (SARAMAGO, 1991:177).

Em *Jangada de Pedra*, a situação inicial da gravidez simultânea das duas mulheres, Joana Carda e Maria Guavaira, levanta dúvidas sobre o verdadeiro progenitor dos embriões até ao final de romance, transformando-se o leitor num verdadeiro ‘detetive’ do agente que provocou o contágio com a vida: *“Mas a situação é embaraçosa, como salta aos olhos, e o embaraço resulta da dificuldade de deslindar duas duvidosas paternidades.”* (SARAMAGO, 1986:303).

Esta confusão não é só um jogo estratégico tendo como objetivo provocar a curiosidade e chamar a atenção do leitor, mas, sobretudo, um indício que abre caminhos para a interpretação ulterior do sentido da epidemia de gravidez, encarada como multiplicação dos embriões humanos a partir de um material genético comum. A parecença física do filho que irá nascer do corpo da mulher constituirá um modo possível de associar um genitor aos embriões; sendo, todavia, as probabilidades de transmissão das características genéticas de pai para filho imprevisíveis, a única opção será a maternidade exclusiva, papel habitualmente assumido, sobretudo nas situações de inseminação artificial: *“Não te basta o que se passou, ainda me vens dizer que estás grávida e não sabes quem é o autor, Como querias tu que eu soubesse, mas no dia em que a criança nascer deixará de haver dúvidas, Porquê, Há de ter parecenças, Pois sim,*

mas imagina que se parece só contigo, Se se parecer só comigo, será porque é só meu filho e de mais ninguém.” (SARAMAGO, 1986:304).

A situação insular do grupo dos cinco protagonistas alastra-se a todo o território ibérico de uma forma maravilhosa, tendo em conta as tecnologias modernas contraceptivas: *“Foi o caso que, de uma hora para a outra, descontando o exagero que estas fórmulas expeditas sempre comportam, todas ou quase todas as mulheres férteis se declararam grávidas, apesar de não se ter verificado qualquer importante alteração nas práticas contraceptivas delas e deles, referimo-nos, claro está, aos homens com que coabitavam, regular ou acidentalmente”* (Saramago, 1994:319).

A dúvida e o mistério associados à dinâmica reprodutiva e gestacional do ser humano antecipam a separação inverosímil da Península Ibérica, pois o mundo microscópico e ocultado pelo corpo aumenta o seu “maravilhoso” em comparação com a fenda aberta entre a Europa e a jangada de pedra:

O erro é só nosso, com este gosto de drama e tragédia, esta necessidade de coturno e gesto largo, maravilhmo-nos, por exemplo, diante de um parto, aquela azáfama de suspiros e gemidos, e gritos, o corpo que se abre como um figo maduro e lança para fora outro corpo, e isso é maravilha, sim senhor, mas não menor maravilha foi o que não pudemos ver, a ejaculação ardente dentro da mulher, a maratona mortífera, e depois a fabricação lentíssima de um ser por si próprio, é certo que com ajudas, esse que será, para não irmos mais longe, este que isto escreve, irremediavelmente ignorante do que lhe aconteceu então e também, confessemolo, não muito sabedor do que lhe acontece agora. (Saramago, 1994:126)

“A máquina do desejo” (em termos deleuzianos) separa-se, então, de uma maneira definitiva da reprodução humana, “uma máquina de produção”, uma esquizofrenia ontológica que as novas biotecnologias provocaram através da geração artificial de embriões. A fórmula mecânica da vida promovida por Descartes volta a replicar formas de existência a nível genético, tendo o humano a liberdade de ser o próprio engenheiro do seu corpo. Nesta nova equação genética, a paternidade torna-se um assunto sem importância, subvertido pela mecânica do corpo da mulher capaz de receber e desenvolver uma célula anónima, um material genético “qualitativo” que faz prevalecer a identidade dos “doadores”:

“As mulheres, decididamente, triunfavam. Os seus órgãos genitais, com perdão da crueza anatómica, eram afinal a expressão, simultaneamente reduzida e ampliada, da mecânica expulsória do universo, toda essa maquinaria que procede por extração, esse nada que vai ser tudo, essa ininterrupta passagem do pequeno ao grande, do finito ao infinito.” (SARAMAGO, 1986:318).

Assim sendo, a inseminação artificial é marcada por este “desencontro” entre erotismo e reprodução: *“Portuguesas, portugueses, grande será o nosso proveito, espero que não tenha sido menor o gosto, que fazer filhos sem a boa alegria da carne é a pior das condenações.”* (SARAMAGO, 1986:321). A mesma voz dos primeiros-ministros dos dois países ibéricos, oradores oficiais testemunhando esta situação de “uma explosão genesiaca”, invalida qualquer ato sobrenatural suscetível de provocar esta mutação demográfica benéfica para a imagem política dos próprios:

Visivelmente embaraçados, apareceram os primeiros-ministros dos dois países na televisão, não que devesse ser motivo de constrangimento falar da explosão demográfica que se verificará na península daqui a

nove meses, doze ou quinze milhões de crianças a nascer praticamente ao mesmo tempo, gritando em coro à luz, a península tornada em maternidade, as felizes mães, os sorridentes pais, nos casos em que pareçam suficientes as certezas. Deste lado da questão é possível, até, extrair alguns efeitos políticos, exhibir a carta demagógica, apelar à austeridade em nome do futuro dos nossos filhos, dissertar sobre a coesão nacional, comparar esta fertilidade à esterilidade do resto do mundo ocidental, mas não se pode evitar que cada um de nós se compraza no pensamento de que para haver esta explosão demográfica houve de certeza uma explosão genesíaca²²⁸, uma vez que ninguém acredita que a fecundação coletiva tenha sido de ordem sobrenatural. (SARAMAGO, 1994:320)

A par da perpétua mudança de referências cósmicas e geográficas que a rotação e o movimento da jangada trouxeram à vida das pessoas surge este devir-humano provocado, fazendo alusão a cenas históricas horrorosas nas quais o eugenismo era invocado como força civilizadora:

“... e as nuvens que correm de todos os horizontes e giram sobre as nossas cabeças deslumbradas, sim, deslumbradas, porque há por cima de nós um lume vivo, assim como se o homem, afinal, não tivesse de sair com históricos vagares da animalidade e pudesse ser posto outra vez, inteiro e lúcido, num mundo novamente formado, limpo e de beleza intacta. (Saramago, 1994: 319).

Tendo em conta todos os indícios semânticos do texto, podemos reinterpretar a *Jangada de Pedra* como uma desterritorialização da vida em busca de novas formas de replicação, uma epidemia de embriões, uma imagem alegórica do sêmen à procura do óvulo, vagueando no “oceano amniótico”, símbolo das formas virtuais ontológicas projetadas em novas telas epistemológicas do corpo humano:

Tendo tudo isto acontecido, dizendo o tal português poeta que a península é uma criança que viajando se formou e agora se revolve no mar para nascer, como se estivesse no interior de um útero aquático, que motivos haveria para espantar-nos de que os humanos úteros das mulheres ocupassem acaso as fecundou a grande pedra que desce para o sul, sabemos nós lá se são realmente filhas dos homens estas novas crianças, ou se é seu pai o gigantesco talha-mar que vai empurrando as ondas à sua frente, penetrando-as, águas murmurantes, o sopro e o suspiro dos ventos. (SARAMAGO, 1986:319)

O percurso marítimo da jangada de pedra para o Sul²²⁹ constitui uma viagem iniciática que implica uma passagem *thanatica* obrigatória do corpo obsoleto na sua ‘maneira’ de reprodução, de fusão erótica dos corpos, para a geração do corpo em série, “inocentemente” replicado, produto de uma genética “industrial” da vida:

“A península desce para o sul deixando atrás de si um rasto de mortes de que está inocente, enquanto no ventre das suas mulheres vão crescendo aqueles milhões de crianças que inocentemente gerou.” (SARAMAGO, 1986:324).

Seria este caminho para o sul extremo da terra, a Antártida, o ponto final destes embriões criados com vista à preservação eterna da vida através da criopreservação? Seria esta jangada de pedra uma caravela moderna que transporta os novos descobrimentos da humanidade, os embriões do *soma*, no “congelador” natural da Terra? Um indício semântico apontando para esta leitura é evidente na última frase do romance, onde o destino da humanidade é questionado a partir desta mudança paradigmática na reprodução: “Os *homens e as mulheres, estes seguirão o seu caminho, que futuro, que tempo, que destino. A vara de negrilho está verde, talvez floresça no ano que vem*” (Saramago, 1994:330).

Regressando à imagem simbólica de embrião genético de Portugal para os países colonizados durante a época renascentista, reconfiguraremos o percurso da Jangada Ibérica, nunca acabado, entre os Açores, a América de Norte e, finalmente, na direção meridional, entre a África e a América Latina, apontando para a Antártica, como um evento epigenético, de devir continuo entre a unidade e as suas partes componentes:

“Epigenesis is na embryological concept that celebrates interaction, change, emergence, and the reciprocal relationship between the whole and its componente parts. (...) Epigenesis tells us that “being” never is anything except the processes of «becoming»” (Haraway, 2004: xi).

A partir desta premissa epigenética, iniciaremos uma outra leitura do percurso da jangada, orientada para as ilhas místicas do passado, territórios de indeterminação da fantasia, ocorrentes na cartografia pré-lusitana. Além disso, a jangada de pedra pode ser associada à geografia onírica do Conto da Ilha desconhecida que descreve uma cartografia criativa e fantasista do mundo:

“É tempo de explicar que quanto aqui se diz ou venha a dizer é verdade pura e pode ser comprovado em qualquer mapa, desde que ele seja bastante minucioso para conter informações aparentemente tão insignificantes, pois a virtude dos mapas é essa, exibem a redutível disponibilidade do espaço, previnem que tudo pode acontecer nele. E acontece.” (Saramago, 1994: 20).

A rota da jangada configura-se de uma forma espacial infantil a partir das orientações gráficas do mapa global, ironizando a identificação do Sul com uma zona baixa, ‘vale’ aquático no qual os barcos caem irremediavelmente:

”A península cai, sim, não há outra maneira de o dizer, mas para o sul, porque é assim que nós dividimos o planisfério, em alto e baixo, em superior e inferior, em branco e preto, figuradamente falando, ainda que devesse causar certo espanto não usarem os países abaixo do equador mapas ao contrário, que justiceiramente dessem do mundo a imagem complementar que falta.” (Saramago, 1994: 316).

Quais são então estes mapas que faltam? Detendo-nos nalgumas imagens cartográficas dos séculos XIII e XIV, descobrimos no mundo da fantasia, das terras *incógnitas*, realidades que foram mapeadas de outra forma depois da colonização ibérica. Neste sentido, descobrimos que existe uma lenda de São Brandão segundo a qual teria existido uma ilha mística que apenas se avistava da Irlanda quando a neblina se levantava:

A lenda de São Brandão chega a Portugal no século XIV, pela referência da descoberta de uma nova terra denominada de Ilha do Brasil de Brandam, através de provas concretas da Expedição do Capitão da Real

Armada Portuguesa Sancho Brandão. Na língua celta, a Terra Repromissionis Sanctorum, descrita nas versões em latim da lenda textual *Peregrina tio Sancti Brandani*, é denominada por *Ho Brasile* ou *Hy Brassail*, que significa terra feliz, terra da felicidade ou terra da promessa, descoberta por Brennam ou Brandão. (Menezes, 2011:6)

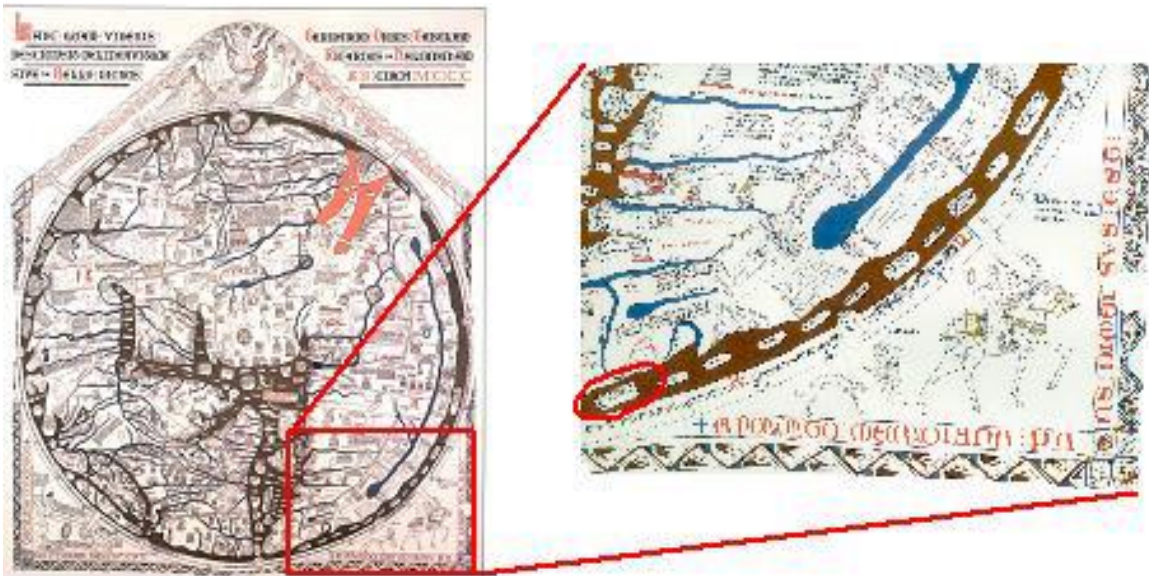


Imagem 1: A Ilha de São Brandão segundo o Mapa de Hereford (1290)

Na cartografia posterior, a Ilha de São Brandão é colocada na posição atual dos Açores ou perto da atual Irlanda, o que corrobora mais uma vez a rota da jangada de pedra descrita no romance de Saramago (primeiro, a jangada está em perigo de entrar em colisão com os Açores e, depois, vai para o norte, sendo a Irlanda um dos pontos/destinos possíveis...):

Na cartografia dos anos subsequentes possui um aspeto no mínimo curioso, apresentando a ilha Brasil em posições diferentes, muitas vezes até, simultaneamente, o que certamente causa uma grande confusão, em termos de se associá-la a uma provável posição real.

Por exemplo, o mapa de Pizigano, de 1367, existente na Biblioteca de Parma, regista três ilhas Brasil, sob o topónimo *Insula de Bracir*, (Figura 02), uma a nordeste dos Açores, uma a oeste e outra ao sul da Irlanda. (*ibidem*: 8)



Figura 2: Trecho do Mapa de Pizagano de 1367, mostrando a ilha de *Braçir* a NO dos Açores. Atlas do Visconde de Santarém.

Mais uma “descoberta” mítica antes da descoberta real do Continente foi a Antártica, considerada pelo astrónomo e geógrafo Johannes Schöner uma ilha anexada ao Brasil. Assim, o atual Brasil foi registado como Brasília e a ilha mítica Antártica como Brasília Inferior.

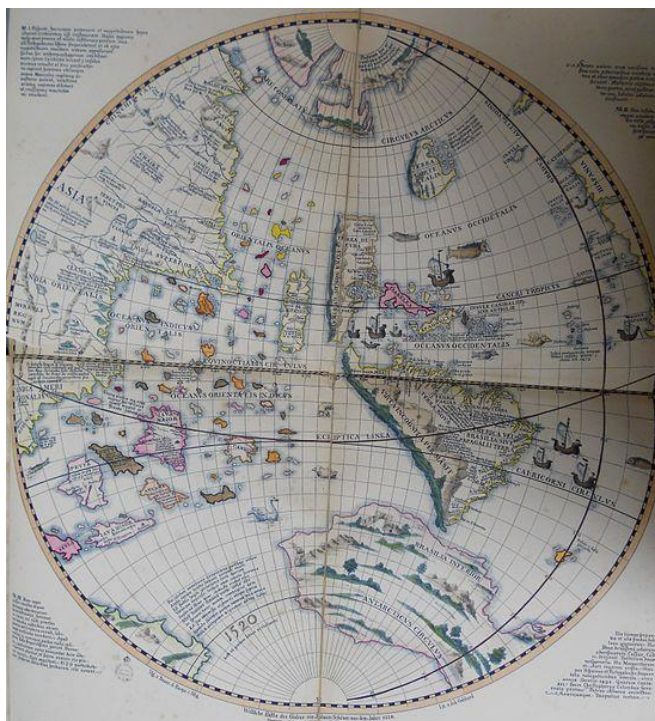


Imagem 3: O globo terrestre de Schöner de 1520.

Esta seria uma breve perspectiva da cartografia ficcional onde os continentes são imaginados como ilhas flutuando no globo terrestre de uma forma visionária que intimida a realidade do rigor científico atual. Por esta razão, consideramos o romance *Jangada de Pedra* uma reverberação ficcional das atitudes imaginárias com que se configurava o mundo em termos “científicos”. O mar torna-se, neste caso, o palco perfeito para um mapa que modifica sempre a realidade das suas ilhas, traçando fronteiras ajustáveis às intensidades dos fluxos de viver:

Tanto no liso como no estriado há paradas e trajetos; mas, no espaço liso, é o trajeto que provoca a parada, uma vez que o intervalo toma tudo [...]. O espaço liso é direcional, e não dimensional ou métrico. O espaço liso é ocupado por acontecimentos [...], muito mais do que por coisas formadas ou percebidas. É um espaço de afetos, mais que de propriedades [...] espaço intensivo, mais do que extensivo, de distâncias e não de medidas. Por isso, o que ocupa o espaço liso são as intensidades, os ventos e ruídos, as forças e as qualidades táteis e sonoras, como no deserto, na estepe ou no gelo. (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 161)

Neste caso, podemos concluir que a nova e antiga terra abençoada é o mar, matriz donde emerge A Ilha, “a mais contingente dos acasos” (Saramago, 1994:213), miragem e sedução do ser onde o renascimento representa sempre uma reprodução hiperbolizada.

Referências Bibliográficas

- Collot, Michel (2011), « Pour une géographie littéraire », *Fabula-LhT*, n° 8 in « Le partage des disciplines ». Disponível em <http://www.fabula.org/lht/8/index.php?id=242> em 24/09/2013.
- Deleuze Gilles e Guattari Félix (1993), *Critique et clinique*, Paris : Éditions de Minuit. Collection Critique.
- Deleuze Gilles e Guattari Félix (1991), *Qu'est-ce que la philosophie ?*, Paris : Éditions de Minuit. Collection Critique.
- Deleuze, Gilles; GUATTARI, Félix (1997), *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Trad. Peter Pál Pelbart; Janice Caiafa. vol.5. Rio de Janeiro: Ed. 34.
- Foucault, Michel (2001), “Outros espaços” in *Ditos & Escritos III - Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema*, Trad. Inês Autran Dourado Barbosa, Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Haraway, Donna Jeanne (2004), *Crystals, Fabrics, and Fields. Metaphors That Shape Embryos*, Berkeley: North Atlantic Books.
- Johannes Schöner globe. 22/06/2012 em Wikipédia. Disponível em http://en.wikipedia.org/wiki/Johannes_Schöner_globe em 30/10/2012.
- Menezes, Paulo Márcio Leal de (2011), «O Brasil na Cartografia Pré-Lusitana». Disponível em https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/MENEZES_PAULO_MARCIO_LEAL.pdf em 13/10/2012.
- White, Kenneth(1994), *Le Plateau de l'albatros: Introduction à la géopoétique*. Paris: Grasset.
- Santarém, Visconde de (1841), *Atlas composé de cartes des XIVe, XV, XVI et XVII siècles* [Material cartográfico]: Paris.
- Saramago, José (1988), “O (meu) iberismo” in *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, Ano VIII, n. 330, p. 32, de 31 de out. a 7 de nov. de 1988.
- Saramago, José (1994), *A Jangada de Pedra*, Lisboa: Caminho.
- Warf, B. e S. Arias (2009), *The Spatial Turn: Interdisciplinary Perspectives*. London: Routledge.
- Westphal, Bertrand (2005), «Pour une approche géocritique des textes». Disponível em <http://www.vox-poetica.net/sflgc/biblio/qcr.html> em 22/09/2013.
- 

31. TATIANA GUZEVA, UNIVERSIDADE AVEIRO, PORTUGAL/RÚSSIA COM MARIA HELENA ANÇÃ



Tatiana Guzeva apresenta dois trabalhos com Maria Helena Ançã
[tema 1.6. língua portuguesa e lusofonia: na voz de universitários portugueses e brasileiros](#)

Maria Helena Ançã, Tatiana Guzeva, Belinda Gomes, Maria João Macário, Centro de Investigação Didática e Tecnologia na Formação de Formadores, Universidade de Aveiro (Portugal). **Zilda Paiva, Márcia Ohuschi** - Universidade Federal do Pará – Castanhal (Brasil).

[tema 1.6 língua portuguesa no ciberespaço: difusão, crescimento e valores](#)

Tatiana Guzeva, Belinda Gomes, Maria João Macário, Maria Helena Ançã
Centro de Investigação Didática e Tecnologia na Formação de Formadores, Universidade de Aveiro (Portugal).
Com a colaboração de Zilda Paiva, Márcia Ohuschi Universidade Federal do Pará – Castanhal (Brasil).

32. ZAIDA FERREIRA PINTO, ESTH/IPGUARDA



Zaida Pinto Ferreira

[APRESENTA TRABALHO COM ANABELA SARDO E ELISA BRANQUINHO](#)

[TEMA 1.3. CINCO DIAS, CINCO NOITES DE MANUEL TIAGO/ÁLVARO CUNHAL. A LITERATURA “COMPROMETIDA” COMO FORMA SUPERIOR DE SER E ENTENDER O MUNDO](#)

33. ZILDA ZAPPAROLI, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, BRASIL



ZILDA MARIA ZAPPAROLI

TEMA 1.4: UNIDADE NA DIVERSIDADE: A LÍNGUA ORAL DO PORTUGUÊS VARIANTE BRASILEIRO, ZILDA MARIA ZAPPAROLI, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, BRASIL

RESUMO

A língua portuguesa é a língua oficial dos oito países lusófonos, mas tem identidade própria em cada um deles. Da mesma forma, em cada país, as diferentes comunidades apresentam peculiaridades no seu desempenho linguístico. A partir de uma pesquisa do português falado em sua variante brasileira, mais precisamente paulista, este trabalho dá mostras do que é chamado de unidade na diversidade de uma língua. O *corpus* de língua oral constitui-se de dados autênticos, provenientes de variedades sociolinguísticas do português falado de São Paulo.

A língua oral paulista, observada numa perspectiva sincrônica, é, assim, observada na sua diversidade. Para a transcrição ortográfica, adota-se o sistema de sinais escritos do alfabeto latino utilizado pela língua portuguesa, com convenções para a distinção de palavras homógrafas e para a representação de pausas, entonações e outras informações contextuais características do código falado.

A transcrição fonética é alofônica, por especificar alofones da língua; utilizam-se os caracteres do *Alfabeto Fonético Internacional* e anotam-se a pausa efetivamente realizada na fala e o comportamento de encontros fônicos na junção intervocabular. Por utilizar tecnologias informatizadas na pesquisa e no conhecimento da língua portuguesa do Brasil, as informações ortográfico-fonéticas estão organizadas, relacionadas e armazenadas em arquitetura de banco de dados relacional no *Sistema CorPor* – Corpora do Português Falado de São Paulo –, disponível em <http://www.corpor.fflch.usp.br>.

A investigação é, pois, de natureza interdisciplinar, situando-se na interface entre a Linguística e a Informática. A unidade da língua portuguesa na diversidade dos falares dos países lusófonos e, dentro de cada país, nas variantes de ordem regional, sociocultural e até individual, encontra aparato teórico em Eugenio Coseriu, que propõe uma distinção tripartida na realidade unitária da linguagem – Sistema / Norma / Falar Concreto –, e justifica a distinção entre Gramática Prescritiva e Gramática Descritiva, que tem relevantes implicações no processo de ensino-aprendizagem de línguas naturais.

INTRODUÇÃO

Apesar de estarem distribuídos pelos cinco continentes da Terra e das diversidades linguísticas existentes entre eles, os falantes dos oito países de língua portuguesa -- Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste – têm consciência de que a língua que lhes serve de instrumento de comunicação é única. Da mesma forma, em cada país, as diferentes comunidades apresentam peculiaridades no seu desempenho linguístico.

Este trabalho tem a intenção de dar mostras do que é chamado de unidade na diversidade de uma língua a partir de uma pesquisa no campo fônico do português falado em sua variante brasileira, mais precisamente paulista.

Por envolver o uso de ferramentas informáticas, a investigação insere-se na interface entre Linguística e Computação e, pois, em área multidisciplinar. Dedicar-se à constituição de Bases de Informações Ortográfico-Fonéticas do Português Falado de São Paulo (São Paulo, Campinas, Itu), para a sua exploração para diferentes finalidades, como a geração de léxicos, o exame de padrões da língua oral, o processamento de línguas naturais.

A fim de facilitar a manipulação e o tratamento dos dados, as Bases de Informações estão organizadas, relacionadas e armazenadas em arquitetura de banco de dados relacional no *Sistema CorPor* – Corpora do Português Falado de São Paulo –, disponível em <http://www.corpor.fffch.usp.br>.

A unidade da língua portuguesa na diversidade dos falares dos países lusófonos e, dentro de cada país, nas variantes de ordem regional, sociocultural e até individual, encontra aparato teórico na proposta de Eugenio Coseriu de uma distinção tripartida na realidade unitária da linguagem – Sistema / Norma / Falar Concreto – e justifica a distinção entre Gramática Prescritiva e Gramática Descritiva, com implicações de relevo no processo de ensino-aprendizagem de línguas naturais.

1 PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Numa dimensão mais ampla, o trabalho insere-se na área da Linguística Informática, que se propõe à utilização de recursos da Informática na Linguística para o armazenamento, processamento e recuperação quantitativa e qualitativa de informações linguísticas. Mais particularmente, enquadra-se nos propósitos da Linguística de Corpus em uma de suas preocupações, que constitui a condição *sine qua non* para a sua existência

– Construção de *corpora*²³⁰ eletrônicos a partir de textos e discursos reais. A Linguística de Corpus é vista, aqui, mais do que um simples instrumento de trabalho, visto que o emprego das tecnologias informatizadas – base da Linguística de Corpus – na exploração de grandes quantidades de dados da língua em uso traz informações inéditas sobre as línguas naturais.

O trabalho fundamenta-se, também, nos quadros teóricos:

a) da Linguística Descritiva, em sua preocupação com o que é dito ou escrito, por quem, onde e quando; b) da Linguística Aplicada, em sua concepção atual – que vai além de sua aplicação ao ensino/aprendizagem de línguas –, enquanto área multidisciplinar, dedicada às situações de uso da língua e, pois, ao desenvolvimento de pesquisas a partir da análise de *corpora*;

²³⁰ Arquivos de texto.

c) da Linguística Conversacional, no cuidado em respeitar, na transcrição dos dados, as características específicas do discurso oral, evitando-se, na medida do possível, as normas tradicionais da linguagem escrita;

d) da Fonética e da Fonologia, nos critérios que nortearam a transcrição e o exame do comportamento fonológico dos encontros fônicos que se dão na juntura lexical, ou seja, nos limites de duas ou mais fronteiras de palavras;

e) da Sociolinguística, nas variáveis extralinguísticas que foram controladas na seleção dos informantes que forneceram material linguístico para a constituição dos *corpora*, com consequente oferecimento dos perfis dos dialetos e situações de uso contemplados através da técnica baseada em *corpus*;

f) da Lexicologia, nos critérios que orientaram a questionada definição e delimitação da palavra para a segmentação do enunciado nos seus constituintes léxicos, bem como a constituição de léxicos.

2 UNIDADE NA DIVERSIDADE: A LÍNGUA ORAL DO PORTUGUÊS VARIANTE BRASILEIRA

2.1 Corpus de Língua oral

O *corpus* de língua oral constitui-se de dados autênticos, provenientes de variedades sociolinguísticas do português falado de São Paulo. Trata-se de *corpus* compilado, também conhecido como *corpus* de amostragem, porque é fixo, uma vez que foi compilado através de amostras pré-selecionadas.

As amostras das falas dos informantes, recolhidas de 1972 a 1973, totalizam 54 horas de gravações entre documentador e 216 informantes paulistas (São Paulo, Campinas, Itu), de diferentes sexos, escolaridades, faixas etárias e níveis socioeconômicos, num total de 432 diálogos, visto que incluem dois tipos de interação dialógica – formal (entrevistas) e informal (conversações).

A Figura 1 -- *Diagrama de Distribuição dos Informantes* -- apresenta a distribuição dos informantes nas variáveis e nos diversos níveis de cada uma delas, demonstrando as várias possibilidades de relações contrastivas e de constituição de *subcorpora*.

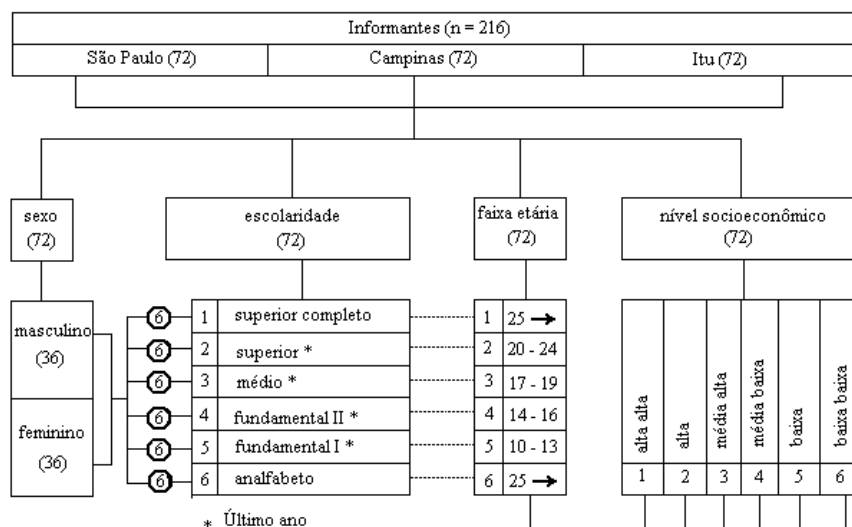


Figura 1 – Diagrama de Distribuição dos Informantes

2.2 Corpus de Fala Transcrito

2.2.1 Codificação e estruturação dos dados

O *corpus* de fala transcrito é *corpus* eletrônico anotado, que traz informações que permitem identificar as variáveis linguísticas (a palavra, a sua posição no enunciado, bem como a do enunciado no discurso, a sua transcrição ortográfica e fonética, o tipo de encontro fônico – junção – que mantém com a palavra antecedente e com a subsequente) e extralinguísticas (região de origem, sexo, escolaridade, faixa etária, nível socioeconômico, condições de produção do diálogo), do que resulta um código exclusivo para cada informante, para cada informante em cada tipo de interação dialógica e para cada item lexical, dentre cerca de 180 mil ocorrências, com a possibilidade de recuperação dos dados por quaisquer campos ou pelo cruzamento deles.

2.2.2 Transcrição ortográfica

Para a transcrição ortográfica, adota-se o sistema de sinais escritos do alfabeto latino utilizado pela língua portuguesa, com convenções para a distinção de palavras homógrafas e para a representação de pausas, entonações e outras informações contextuais características do código falado.

A transcrição ortográfica – como a fonética – de cortes de palavra, gaguez, interjeições, cliques e outras emissões denotadoras de hesitação na enunciação procura reproduzir, graficamente, certos dados informativos do código falado, tanto os linguísticos – como os movimentos de entonação – quanto os extralinguísticos – explícitos no contexto situacional.

2.2.3 Transcrição fonética

Por especificar alofones da língua, a transcrição fonética²³¹ é alofônica, ou, na terminologia de Coseriu, transcrição normofonética, ou, ainda, na terminologia dos gerativistas, transcrição fonética sistemática – os segmentos são os alofones (variantes) –, que já são uma abstração significativa da fonética física; utilizam-se os caracteres do *Alfabeto Fonético Internacional* e anotam-se a pausa efetivamente realizada na fala e o comportamento de encontros fônicos na junção intervocabular.

O Quadro 1 apresenta os símbolos fonéticos utilizados no processo de transcrição das entrevistas gravadas, com os valores que lhes são atribuídos, acompanhados de ilustração fonética e ortográfica.

Quadro 1 – Símbolos Fonéticos Utilizados – Ilustração

Símbolo Fonético	Valor	Ilustração	
		Fonética	Ortográfica
P	consoante plosiva, bilabial, surda	'PAjS	país
B	consoante plosiva, bilabial, sonora	'BE LU	belo
T	consoante plosiva, alveolar, surda (A)	'TI YA	tia
C	consoante plosiva, alveolar palatalizada, surda (A)	'CI YA	tia
[consoante africada, pós-alveolar, surda (A)	'[i YA	tia
D	consoante plosiva, alveolar, sonora (A)	'DI YA	dia

²³¹ Adotamos o esquema terminológico proposto pelos fonólogos norte-americanos, como Pike (1969: 51-52; 66-79), em que o termo Fonologia designa os estudos do significante oral por oposição à Grafologia, abrangendo a Fonêmica e a Fonética.

/	consoante plosiva, alveolar palatalizada, sonora (A)	'/l YA	dia
+	consoante africada, pós-alveolar, sonora (A)	'+i YA	dia
K	consoante plosiva, velar, surda (B)	'K9 MA	cama
G	consoante plosiva, velar, sonora (B)	'GA Du	gado
F	consoante fricativa, labiodental, surda	'F9 MA	fama
V	consoante fricativa, labiodental, sonora	'VAW SA	valsa
S	consoante fricativa, alveolar, surda (C)	'S1 KU	cinco
z	consoante fricativa, alveolar, sonora (C)	'KA ZA	casa
\$	consoante fricativa, pós-alveolar, surda	'\$U '\$U	chuchu
J	consoante fricativa, pós-alveolar, sonora	'J3) Ci	gente
L	consoante aproximante lateral, alveolar, sonora	'L&Y GA	leiga
!	consoante aproximante lateral, velarizada, sonora (D)	L&'GA!	legal
?	consoante lateral, palatal, sonora (E)	'fi ?u	filho
>	consoante tepe, alveolar, sonora (F)	'KA >u	caro
<	consoante tepe, retroflexa, sonora (F)	'KA <u	caro
R	consoante vibrante, alveolar, sonora (F)	'KA Ru	carro
X	consoante fricativa, velar, surda (ou sonora) (F)	'KA XU	carro
=	consoante vibrante, uvular, sonora (F) (H)	'KA =U	carro
H	consoante fricativa, glotal, surda (ou sonora) (F) (H)	'KA HU	carro
M	consoante nasal, bilabial, sonora	'MA> KA	marca
N	consoante nasal, alveolar, sonora	NA' DA	nada
^	consoante nasal, palatal, sonora (i)	M9' ^@	manhã
*	clique dental (J)	*I	tsi
Y	vogal assilábica (consoante aproximante - glide ou semivogal) palatal, sonora, tipo de i - fechado (K)	'PAY	pai
(vogal assilábica (consoante aproximante - glide ou semivogal) palatal, tipo de e + fechado (K)	'pa(pai
W	vogal assilábica (consoante aproximante - glide ou semivogal) velar, tipo de u - fechado (K)	'PAW	pau
Q	vogal assilábica (consoante aproximante - glide ou semivogal) velar, tipo de o + fechado (K)	'PAQ	pau
)	vogal assilábica (consoante aproximante - glide ou semivogal) palatal, nasalizada (K)	'T3)'	tem
%	vogal assilábica (consoante aproximante - glide ou semivogal) velar, nasalizada (k)	'm@%	mão
I	vogal silábica anterior (não-arredondada), fechada (alta) (L)	'i ja	ia
U	vogal silábica posterior (arredondada), fechada (alta) (L)	'u va	uva
&	vogal silábica anterior (não-arredondada), semifechada (médio-alta) (L)	'e li	ele
o	vogal silábica posterior (não-arredondada), semifechada (médio-alta) (L)	'o su	osso
E	vogal silábica anterior (não-arredondada), semiaberta (médio-baixa) (L)	'E la	ela
0	vogal silábica posterior (arredondada), semiaberta (médio-baixa) (L)	'0 >a	hora
A	vogal silábica anterior (não-arredondada), aberta (baixa) (L) (M)	'a tu	ato

1	vogal silábica anterior (não-arredondada), fechada (alta) nasalizada para + (N)	'1 du	indo
2	vogal silábica posterior (arredondada), fechada (alta) nasalizada para + (N)	'j2 tu	junto
3	vogal silábica anterior (não-arredondada), semifechada (médio-alta), nasalizada para + (N)	'3) t>i	entre
4	vogal silábica anterior (não-arredondada), semifechada (médio-alta), nasalizada para + (N)	'4 da	onda
@	vogal silábica anterior (não-arredondada), aberta (baixa), nasalizada para + (N)	'@ du	ando
5	vogal silábica anterior (não-arredondada), fechada (alta) nasalizada para - (O)	'm5 ^a	minha
6	vogal silábica posterior (arredondada), fechada (alta) nasalizada para - (O)	'6 NI KU	único
7	vogal silábica anterior (não-arredondada), semifechada (médio-alta), nasalizada para - (O)	' 7 NYU	Ênio
8	vogal silábica anterior (não-arredondada), semifechada (médio-alta), nasalizada para - (O)	' 8 NI BUS	ônibus
9	vogal silábica anterior (não-arredondada), aberta (baixa), nasalizada para - (O)	' 9 NU	ano

(A) Distinguimos os alofones do fonema /t/ - [T], [C], [ʔ] - e do fonema /d/ - [D], [ʔ], [+], por tratar-se de um caso de cruzamento entre variantes livres e posicionais: [C] e [ʔ], como [ʔ] e [+], só podem ocorrer antes de vogais palatais - [I] ou [Y] -, contexto em que também [T] e [D] são registrados; portanto, nesse contexto, há variação livre para os três sons do fonema /t/ e do fonema /d/.

(B) Os três sons de /k/ e de /g/, diferentes quanto à zona de articulação, são representados, respectivamente, pela mesma letra k e g. Isso, porque a nossa transcrição não registra os alofones estritamente contextuais: sendo variações fonéticas previsíveis, a sua inclusão não se apresenta como relevante, por não acrescentar nenhuma informação.

(C) Os sons [S], [ʃ], [Z], [J], quando em posição final de sílaba, antes de consoante, constituem outro exemplo de cruzamento de variantes livres e combinatórias: [S] e [ʃ], como alofones livres, só podem ocorrer antes de segmento [- sonoro], enquanto que [Z] e [J] registram-se antes de [+ sonoro], ou seja, o sinal do traço [sonoro] é atribuído ao segmento incompletamente especificado (arquifonema, na terminologia estruturalista), que representa, em nível de abstração, essas quatro articulações, de acordo com o sinal do mesmo traço da consoante seguinte; no final de palavra, antes de pausa, esse segmento especifica-se como [- sonoro].

(D) A inclusão do alofone lateral velarizado - [ʎ] - justifica-se, por tratar-se, no contexto onde ele pode ocorrer - subsequente à vogal - de um caso de cruzamento de variantes livres e contextuais: esse alofone só pode figurar nesse contexto, mas registram-se outras ocorrências que o substituem, também alofonicamente, como a vogal assilábica velar - [L&'GAW] -, a consoante vibrante simples alveolar - [L&'GA>] -, a consoante vibrante simples retroflexa - [L&'GA<]. Assim sendo, a sua presença não é automática, por não ser determinada exclusivamente pela ambiência, mas depender, também, do indivíduo e mesmo da ocasião.

(E) A consoante lateral palatal - [ʎ] - é, por vezes, substituída pela consoante lateral dental - [L] - modificada pela articulação secundária da palatalização. Como as consoantes palatalizadas possuem uma coloração de [Y] ou [I], pelo estreitamento secundário do corpo da língua na região palatal, esse fenômeno é representado, na nossa transcrição, pelo dígrafo [LY]: ['FILYu] (filho), ['SELYA] (Célia), ['VELYA] (velha), [SI'SILYA] (Cecília).

Registra-se, também, apenas a consoante lateral dental sem a modificação da palatalização: ['PALA] (palha), [mu'LE] (mulher). Ainda, nesse mesmo contexto, nas classes mais baixas, ocorre a síncope da consoante lateral palatal, manifestando-se, para redução dos hiatos resultantes, uma vogal assilábica como

apoio entre as duas vogais, ou uma ditongação: [ˈFIYO] (filho), [ˈFIW] (filho), [ˈGAYYU] (galho), [ˈMUJYE] (mulher).

(F) Quando em posição intervocálica, as articulações [>] e [<] podem ser anotadas como alofones livres da vibrante batida (ou vibrante simples), e as articulações [R], [X], [=], [H], como alofones livres da vibrante rolada (ou vibrante múltipla), havendo, portanto, nesse contexto, oposição distintiva entre o primeiro e o segundo grupo de articulações. Em qualquer outra posição que não a intervocálica, esses dois grupos de articulações não mais constituem oposição distintiva entre si, apresentando-se como alofones cruzados – livres e contextuais –, em que a possibilidade de presença dessas articulações é ditada pelo contexto: em posição final de sílaba, qualquer uma delas pode ser registrada, ocorrendo, também, o alofone 0 (não realização); no entanto, na situação inicial de sílaba, incluem-se, como mais prováveis, os alofones da vibrante rolada e, como segundo elemento de um grupo consonantal, os alofones da vibrante batida.

NOTA – Em posição inicial de sílaba, [X] é a articulação mais frequente, registrando-se, também, várias realizações do alofone [R] nas classes mais baixas; [H] e [=] figuram pouco, mesmo nos outros contextos. Anotamos poucas ocorrências do alofone [<] em posição inicial de sílaba, não sendo mesmo uma articulação esperada nesse contexto: [ˈã\$o] (rancho), [ˈ&YˈNãDU] (reinando), [ˈ&ˈMEDYU] (remédio).

(G) O caractere [=] é empregado para denotar tanto o som completamente vibrante com duas ou mais batidas da úvula – vibrante rolada uvular –, como o som de uma única batida – vibrante batida uvular.

(H) A consoante laringal aspirada – [H] – aparece, eventualmente, como variante livre (em termos acústicos, distensa) da vibrante rolada e, também, acompanhando a pronúncia de vogais; neste último caso, a aspiração precede a emissão da vogal: [HA] (ah), [HAYI] (ai).

(I) A consoante nasal palatal – [ʎ] –, à semelhança da lateral palatal, pode sofrer síncope, constatando-se a ocorrência, para reduzir o hiato daí resultante, de uma ditongação ou de uma vogal assilábica como apoio entre as duas vogais: [ˈM5^AS], [ˈMYAS], [ˈMIYAS] (minhas).

(J) O clique aparece com valor significativo, normalmente repetido duas vezes ou mais, valendo até por um enunciado [ʎ*ʎ] ou [ʎ*Uʎ], equivalendo a "não" – ou, simplesmente, denotando hesitação na enunciação.

(K) Realizações de vogais assilábicas, sobretudo pelos informantes das classes mais baixas, levaram-nos a distinguir dois tipos de som vocálico assilábico anterior (palatal) e dois de som vocálico assilábico posterior (velar): as vogais assilábicas anteriores localizam-se dentro do espaço perceptual limitado por [I] e [&], sendo [Y] um som um pouco menos fechado que o [I], levemente centralizado, e [I] um pouco mais fechado que o [&], levemente centralizado; as vogais assilábicas posteriores localizam-se dentro do espaço perceptual limitado por [U] e [o], sendo [W] uma realização um pouco menos fechada que o [U], e [Q] um pouco mais fechada que o [o].

Nem sempre o som assilábico aparece com valor fonêmico. Assim sendo, a combinação de vogal silábica e vogal assilábica pode constituir tão somente um ditongo fonético, que funciona como uma simples vogal. Sem valor fonêmico é o som assilábico que serve de apoio entre duas vogais, ou seja, que se insere entre as duas vogais de um hiato. Isso se dá, com maior incidência, quando a vogal antecedente é tônica (do ponto de vista perceptual, mais distinta) e/ou em elocução lenta, que desenvolve um som assilábico de mesmo grau de posicionamento: [ˈDIYA] (dia), [ˈVOWA] (voa), [ˈVOWWA] (voa), [ˈVUWA] (voa), [ˈVUˈW9NU] (voando).

Também sem valor fonêmico é a vogal assilábica que ouvimos em alguns ditongos nasalizados; trata-se de ditongos fonéticos, mas não fonêmicos, uma vez que a vogal assilábica é um som que acompanha a vogal nasalizada, não havendo naquela a possibilidade de distinguir signos. As vogais silábicas anteriores recebem vogais assilábicas anteriores, e as posteriores, vogais assilábicas posteriores: [ˈB3] (bem), [ˈV3] (vem), [ˈL3TA] (lenta), [ˈL1DA] (linda), [ˈV1] (vim), [ˈB4] (bom).

Ainda, na elocução mais lenta, a vogal assilábica é incluída como som de transição (portanto, também sem valor fonêmico) entre uma vogal silábica e uma vogal assilábica, ocorrendo, nesse caso, a fase decrescente mais a fase crescente do ditongo (na elocução mais rápida, registra-se apenas a fase crescente): [ˈM&YYA] (meia), [X&ˈS&YYU] (receio), [VAYˈYA>2] (vaiaram), [ˈV&YYU] (veio).

(L) Não temos caracteres especiais para representar a realização fonética que todos os fonemas vocálicos apresentam em posição débil. Por conseguinte, a vogal silábica em posição tônica como em posição átona é anotada pelo mesmo caractere. Essa distinção não é significativa, por tratar-se de uma variação condicionada pelo acento da palavra e, como tal, determinada pelo contexto.

(M) O fonema /A/, apresentado como vogal silábica central aberta, possui variantes combinatórias: articulação palatal e articulação velar. Por serem diferenças fonéticas determinadas pela ambiência, são contadas como o mesmo som, sendo representadas pela mesma letra a.

(N) Distinguímos dois graus de vogais nasalizadas: as vogais nasalizadas para menos – grau 1 (chamada O da tabela) e as vogais nasalizadas para mais – grau 2 (chamada N da tabela), sendo a nasalização da vogal considerada alofônica nos dois casos. Assim sendo, não se encontram vogais nasais nas representações fonêmicas; as vogais não nasais tornam-se, nos dois casos, foneticamente nasalizadas, quando adjacentes a um segmento nasal.²³²

Na nasalização para mais, na representação fonêmica, a vogal não nasal está seguida, na mesma sílaba, de um segmento especificado apenas como [+ nasal] (na terminologia estruturalista, arquifonema de travamento nasal). Isso porque, nesse contexto – em posição final de sílaba –, os segmentos nasais – /M/, /N/, /ŋ/ –, que contrastam em posição inicial de sílaba, sofrem o processo de neutralização, com redução das suas possibilidades distintivas. Podemos pensar aqui, com Schane (1975: 89), numa interrelação entre neutralização e assimilação: se o segmento nasal, no ambiente de neutralização, quando manifestado, se torna homorgânico, por assimilação, do fonema subsequente ou do fonema antecedente, então, as consoantes nasais com diferentes zonas de articulação não mais podem contrastar nesse ambiente; deixando de haver distinção nesse ambiente, em nível de abstração, só permanece o traço [+ nasal]. Propomos a seguinte explicação desse processo de nasalização: o segmento nasal incompletamente especificado no nível de abstração, ao manifestar-se, nasaliza a vogal antecedente e, simultaneamente, de acordo com determinadas condições de contexto, ou é suprimido – [ˈLã] (lã), [ˈDã%] (dão) –, ou especifica-se por assimilação ao segmento subsequente – assimilação regressiva – ou ao segmento antecedente – assimilação progressiva.

(O) Na nasalização para menos, a vogal não nasal da representação fonêmica, continua a uma consoante nasal na sílaba subsequente, pode, foneticamente, ser nasalizada pela consoante – assimilação regressiva. Tal processo de nasalização se verifica, sobretudo, quando a vogal não nasal diante de consoante nasal está em sílaba realçada – [ˈ9MU] (amo) – e/ou entre consoantes nasais – [M5ˈN5NU] {menino} –, mas, mesmo nesses contextos, há a possibilidade de variação livre; trata-se, portanto, de nasalização alofônica mista – livre e contextual. Em sílabas não realçadas, diante de consoante nasal da sílaba seguinte, também existe variação livre entre vogal não nasalizada e vogal levemente nasalizada, só que, neste contexto, a nasalização é menos frequente – [AˈMADU] (amado).

As nossas transcrições não incluem variações fonéticas exclusivamente contextuais – variações decorrentes da influência dos sons contíguos ou próximos do fonema numa enunciação dada –, como o ensurdecimento de

²³² Lembramos que há posições divergentes dos estruturalistas com relação à nasalidade das vogais no português do Brasil.

vogal entre consoantes surdas, a articulação enfraquecida das consoantes intervocálicas, a fricativação das oclusivas sonoras em posição intervocálica e os outros casos arrolados nas chamadas (B), (L), (M), feitas nas colunas da tabela. Também não incluem as transições de um som para o que se lhe segue, quando determinadas, unicamente, pela ambiência – chamada (N) da tabela. Nesses casos, as variações são automáticas, porque condicionadas pela vizinhança, e, como tal, previsíveis, não sendo, por conseguinte, portadoras de informação.

Procuramos registrar variações fonéticas cruzadas (ou mistas) – livres e contextuais: casos em que o alofone posicional apresenta a possibilidade de variação livre dentro do contexto em que ocorre, ou seja, outras realizações podem substituí-lo nesse contexto, sem haver diferença no sentido denotativo da palavra – chamadas (A), (C), (D), (F), (O) da tabela.

Também foram registradas variações fonéticas livres (facultativas) que pudemos verificar para um mesmo fonema, conforme o indivíduo, ou num mesmo indivíduo, conforme a ocasião, como, por exemplo, as correspondentes à chamada (F) da tabela. Nas variações fonéticas cruzadas, como nas livres, as diferenças alofônicas são, respectivamente, parcial e totalmente imprevisíveis e, por isso mesmo, significativas.

3 A UNIDADE NA DIVERSIDADE LINGÜÍSTICA E A DISTINÇÃO TRIPARTIDA NA REALIDADE UNITÁRIA DA LINGUAGEM

A unidade da língua portuguesa na diversidade dos falares dos países lusófonos e, dentro de cada país, nas variantes de ordem regional, sociocultural e individual, encontra fundamentação teórica em Eugenio Coseriu que, a partir da distinção dicotômica de Saussure – língua/fala –, propõe uma distinção tripartida na realidade unitária da linguagem – Sistema / Norma / Falar Concreto. Considerando-se os atos linguísticos de um só falante, o plano da Norma é ainda subdividido em Norma Social e Norma Individual.

Colocando-nos no plano do Sistema -- do muito geral ao muito particular --, podemos observar o percurso da unidade na diversidade:

Sistema \supset ²³³ Norma Social \supset Norma Individual \supset Falar Concreto, dado que Norma Social, Norma Individual e Falar Concreto são graus sucessivos de realização do Sistema:

- o Sistema realiza-se na diversidade de Normas Sociais determinadas e mais ou menos constantes;
- as Normas Sociais realizam-se em normas individuais;
- as Normas Individuais realizam-se na infinita variedade e multiplicidade da Atividade Linguística Concreta.

Já no plano do Falar Concreto, do muito particular ao muito geral, é o percurso da diversidade na unidade que é levado em conta:

Falar Concreto \supset Norma Individual \supset Norma Social \supset Sistema, dado que Norma Individual, Norma Social e Sistema são graus sucessivos (abstrações) do Falar Concreto. Partindo-se do Falar Concreto, chega-se à Norma e ao Sistema por meio de abstrações sucessivas:

- abstração que se realiza ao passar dos Atos Linguísticos Concretos às Normas Individuais;
- abstração que se realiza ao passar das Normas Individuais para as Normas Sociais;
- abstração que se realiza ao passar das Normas Sociais para o Sistema.

²³³ Símbolo da Matemática que significa “contém”.

O Sistema é único para todos os falantes de língua portuguesa. As variantes de qualquer natureza situam-se no nível da diversidade de Normas Sociais e Individuais. Daí a consciência que têm os que a falam diversamente de que é a mesma a língua que lhes serve de instrumento de comunicação. O Sistema é, assim, um sistema de possibilidades: admite infinitas realizações e só exige que não se afetem as condições funcionais do instrumento linguístico; proporciona ao falante os meios para sua expressão inédita, porém, ao mesmo tempo, compreensível para os que utilizam a mesma língua. Pode haver desvio da Norma, mas não do Sistema – o Ato de Fala está sempre dentro do Sistema. As criações não se fazem ao acaso, mas dentro de certas leis que constituem a gramática de criação da língua.

4 A UNIDADE NA DIVERSIDADE LINGUÍSTICA E O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DA LÍNGUA PORTUGUESA

Com implicações de relevo no processo de ensino-aprendizagem da língua portuguesa, como no das demais línguas naturais humanas, a visão da unidade na diversidade linguística explica e justifica a distinção entre Gramática Prescritiva ou Normativa – normativa, aqui, na acepção daquilo que é considerado correto de acordo com a norma culta – e Gramática Descritiva – no âmbito da Linguística que, enquanto Ciência da Linguagem, tem o papel de descrever a língua em seu funcionamento e uso.

As gramáticas eram mais normativas do que descritivas até o século XIX. Apesar disso, no ensino atual de língua portuguesa, ainda se percebem pontos da educação tradicional, tida como dogmática, segundo a qual é comum dizer que certo modo de falar ou escrever é errado por estar fora dos padrões da norma culta, ditada pelos grandes autores da Literatura. O entendimento da unidade na diversidade linguística aponta questões que refletem dúvidas e inseguranças de professores, questionamentos sobre causas que levam ao fracasso no ensino de línguas, decorrentes das concepções que a escola tem de língua e da influência dessas concepções no ensino. Não falamos e não escrevemos da mesma forma nas diferentes situações de comunicação. Há graus de maior ou menor formalidade nas duas formas de comunicação linguística – são variações dentro de contextos de uso. Assim sendo, o ensino deve deixar de lado o preconceito linguístico em relação às variantes linguísticas e levar o aluno a observar, conhecer, respeitar e empregar as diversidades linguísticas, entendendo-as como diversidades na unidade. Isso significa dar a oportunidade ao aluno de empregar a língua em toda a sua riqueza e flexibilidade de acordo com o grau de formalidade ou informalidade exigido pelas diversas situações de comunicação.

Enfatizamos a necessidade de ser levada em conta a entoação do extralinguístico na realização discursiva concreta, ou seja, a necessidade de o ensino respeitar a realidade linguística do aluno e as várias modalidades de uso da língua oral e escrita. Deve levá-lo, sim, aos usos da norma culta, considerada o padrão de maior prestígio, não por razões linguísticas, mas por ser ela fator de ascensão social. Trata-se de privilegiar o ensino da norma culta sem imposições do certo-e-errado, sem opressões e traumas.

Bechara (2011), em entrevista a Clara Becker, defende que o aluno deve ser poliglota em sua própria língua: *“Ninguém vai à praia de fraque ou de chinelo ao Municipal. As pessoas têm de saber adequar o registro linguístico à situação, de modo que aprender a norma culta seria somar e não substituir uma variedade da língua.”*

Consideramos como fator mais relevante dentre os que levam ao insucesso do ensino do português a dificuldade de articulação entre a teoria e a prática. No momento em que a preocupação é com o aluno como sujeito do seu aprendizado na construção do seu saber linguístico, no momento em que a preocupação é com o desempenho linguístico do aluno nos processos de produção e de recepção de textos em diversas modalidades e situações de uso da língua, é preciso que haja equilíbrio, mais do que interação, entre o ensino de línguas e as novas teorias linguísticas.

O que está em discussão não é o ensino ou não de gramática normativa, mas como abordá-la num trabalho, oral e escrito, com a língua, com adequação do ato verbal à situação de comunicação -- a função da escola não consiste em ensinar a língua portuguesa (o aluno, ao ingressar numa instituição escolar, já domina a sua língua materna), mas em desenvolver no aluno a proficiência na norma culta, nas modalidades oral e escrita e nas diversas situações de comunicação. Sem dúvida, os conteúdos gramaticais, ou os conhecimentos linguísticos, devem estar sempre articulados com a abordagem textual e discursiva. Nesse sentido, cremos que as distorções no ensino não dizem respeito à quantidade de gramática normativa que é ensinada, mas a como é ensinada. Ou seja, ensinar gramática tradicional não é problema. Muito pelo contrário, é dar direito ao aluno de se apropriar de um bem cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelos critérios que nortearam a coleta, a preparação do *corpus* de estudo e o registro dos dados em formato eletrônico, os resultados da pesquisa oferecem uma Base de Informações – dados organizados e relacionados com o fim de servirem para estudos diversos da língua oral do português em sua variante brasileira. A língua oral paulista, observada numa perspectiva sincrônica, é, assim, passível de ser avaliada na sua diversidade – diferenças entre comunidades regionais, sexos, níveis de escolaridade, gerações, classes sociais, condições de produção dialógica.

Diante de tantas diversidades, a comunicação entre os falantes paulistas acontece, porque as variações se dão no nível de Normas Sociais e Individuais, as quais são previstas pelo Sistema, que é comum a todos eles. É a unidade na diversidade linguística.

Numa dimensão mais ampla, o mesmo ocorre em relação às variantes do português nos oito países lusófonos: as variações situam-se no nível das Normas Regionais. A língua falada em cada país tem a sua própria identidade, mas o Sistema é único, a Língua Portuguesa. A comunicação entre falantes dos oito países se faz. É a riqueza da língua, é a língua nas suas múltiplas possibilidades, é a diversidade na unidade linguística.

A compreensão da unidade na diversidade linguística conduz-nos a reflexões de como o ensino de língua portuguesa deve se inserir na prática pedagógica: a visão da realidade multidialetal do país, de tantas variações regionais, sociais e de estilo, deve-se integrar na prática do ensino da língua portuguesa, numa postura que, rejeitando as noções de certo ou errado, adote as noções de adequado ou inadequado, próprio ou impróprio a cada situação de comunicação; numa postura que leve o aluno a ter consciência da variação linguística e a praticá-la, que o leve a saber explorar as diferentes possibilidades de uso da língua em função da situação linguística: falar ou escrever informalmente em situações informais; falar ou escrever formalmente em situações formais. É a situação linguística que indica as variantes.

A postura da escola não deve, pois, ser impositiva, mas receptiva, de forma a, acolhendo e a respeitando as diferenças, despertar no aluno o amor por sua língua materna.

BIBLIOGRAFIA

- AMARAL, Amadeu (1976). *O Falar caipira*. 3. ed. São Paulo: Anhembi / Hucitec.
- APL (1994). *Variação linguística no espaço, no tempo e na sociedade*. Lisboa: Colibri.
- BECHARA, Evanildo (2011). Senhor norma culta. *Revista Piauí*. 57 ed. Rio de Janeiro: **Alvinegra**.
- BIBER, Douglas; CONRAD, Susan; REPPEN, Randi (1998). *Corpus linguistics -- investigating language structure and use*. Cambridge: Cambridge University.
- CAMARA JR., Joaquim Mattoso (1972). *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Acadêmica.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de (Org.) (1989). *Português culto falado no Brasil*. Campinas: UNICAMP.
- COSERIU, Eugenio (1979). *Teoria da linguagem e linguística geral*. Rio de Janeiro: Presença.
- INTERNATIONAL PHONETIC ASSOCIATION (1999). *Handbook of the International Phonetic Association*. Cambridge: Cambridge University.
- MATEUS, Maria Helena Mira (1975). *Aspetos da fonologia portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa.
- MCENERY, Tony; WILSON, Andrew (1996). *Corpus linguistics*. Edinburgh: Edinburgh University.
- PIKE, Kenneth L. (1968). *Phonemics. A technique for reducing languages to writing*. 11 ed. Ann Arbor: University of Michigan.
- PIKE, Kenneth L. (1969). *Phonetics*. 12 ed. Ann Arbor: University of Michigan.
- SCHANE, Sanford A. (1975). *Fonologia gerativa*. Rio de Janeiro: Zahar.
- ZAPPAROLI CASTRO MELO, Zilda Maria (1980). *Análise do comportamento fonológico da junctura intervocabular no português do Brasil (variante paulista). Uma pesquisa linguística com tratamento computacional*. São Paulo, 1980. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística do Departamento de Linguística da Universidade de São Paulo.
- ZAPPAROLI, Zilda Maria (2009). *Sistema CorPor – Corpora do português falado de São Paulo*. Disponível em <http://www.corpor.fflch.usp.br>.

COMPILAÇÃO E VERIFICAÇÃO ORTOGRÁFICA: CHRYS CHRYSTELLO,
VERIFICAÇÃO, CAPA DVD E GRAVAÇÃO: JOÃO CHRYSTELLO
© AICL, COLÓQUIOS DA LUSOFONIA 2013



ISBN: 978-989-8607-02-7
20º COLÓQUIO DA LUSOFONIA -SEIA, Portugal
15-18 outubro 2013